

# O Museu das Remoções da Vila Autódromo

Potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos



Universidad de Sevilla

2017

Tese de doutorado de Diana Bogado Corrêa da Silva apresentada à *Universidad de Sevilla*.

Programa de doutorado Arquitetura.

Orientadores:

Dr. José Pérez de Lama, Universidad de Sevilla. (Orientador Diretor).

Dr. José María López Medina, Universidad de Sevilla. (Orientador).

Dr. Mário Chagas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e UniRio.  
(Co-orientador).

Volume 1

# El “*Museu das Remoções*”<sup>1</sup> de la Vila Autódromo

Potencia de resistencia creativa y afectiva como respuesta sociocultural al Río de Janeiro de los megaeventos.

**Universidad de Sevilla**

**2017**

Tesis doctoral de Diana Bogado Corrêa da Silva presentada en la Universidad de Sevilla. España.

Programa de doctorado: Arquitectura

Co-diretores:

Dr. José Pérez de Lama, Universidad de Sevilla (Tutor).

Dr. José María López Medina, Universidad de Sevilla.

Dr. Mário Chagas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e UniRio.

---

<sup>1</sup> “Museu das Remoções” en portugués significa Museo de los desalojos, pero la opción es no traducir el nombre del museo.

## **Diana Bogado**

É ativista, arquiteta e urbanista pela Universidade Federal Fluminense (2008), com parte da graduação cursada na Universidade de Sevilha (2005-2006), Espanha. Possui mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFF (2011), tendo dissertado sobre movimentos de ocupação de imóveis a partir de experiência ativista em ocupações no Brasil e na Espanha. Desenvolveu a presente tese de doutorado pela Universidade de Sevilha, dirigida e orientada por José Pérez de Lama (Orientador diretor) e por José María López Medina, e coorientada por Mário Chagas, Universidade Lusófona de Lisboa e UniRio. A atuação profissional da autora percorre a docência e a pesquisa científica tendo participado de projetos participativos comunitários no Brasil, Europa e África. No âmbito da pesquisa e da extensão, a autora coordenou projetos urbanísticos participativos em favelas no Rio de Janeiro, durante os anos 2015 e 2016, com destaque para a construção do Museu das Remoções da Vila Autódromo no Rio de Janeiro.

### **Ficha catalográfica**

Bogado, Diana

O Museu das Remoções da Vila Autódromo. Potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos/ Diana Bogado Corrêa da Silva/ Orientador Diretor: José Pérez de Lama. Orientador: José Maria López Medina. Orientador: Mário de Souza Chagas. Espanha: Universidad de Sevilla, 2017.

Tese de Doutorado Universidad de Sevilla. Departamento de Teoria, História e Composição Arquitetônica.

Inclui referências bibliográficas.

1. Arquitetura e Urbanismo – teses. 2. Museu das Remoções da Vila Autódromo. 3. Remoções. 4. Resistência. 5. Jogos Olímpicos. 6. Gestão socioespacial do Habitat I. Bogado, Diana. II. Universidad de Sevilla. Espanha.

1. Arquitectura y Urbanismo - tesis. 2. “Museu das Remoções da Vila Autódromo”. 3. Desalojos. 4. Resistencia. 5. Juegos Olímpicos. 6. Gestión socioespacial del Hábitat I. Bogado, Diana. II. Universidad de Sevilla. España

Tese redatada em três idiomas. Atende às exigências técnicas para produção científica do Departamento de Doutorado em Arquitetura da Universidade de Sevilha, Espanha.

“Os projetos de requalificação do parquinho e o museu a céu aberto foram providenciais, pois chegaram em um momento, onde a comunidade estava sendo massacrada pelo poder público em nome da especulação imobiliária. Essas ações nos revigoraram e esta tese voltada para o museu vai ajudar a immortalizar nossa história.” Luiz Cláudio da Silva, ativista e morador da Vila Autódromo.

“Diana Bogado é uma daquelas pessoas que lutaram ao nosso lado. Tirou seus alunos da sala de aula e mostrou a realidade dos projetos de urbanismo realizados em nossa cidade. Quando a comunidade estava com um cenário de pós-guerra, todos os dias sendo destruída um pouco mais, ela e seus alunos revitalizaram o parquinho das crianças e regaram nossa esperança. Depois revitalizaram nosso espaço de eventos culturais. A cada festival que fazíamos a prefeitura ia lá quebrava e largava os escombros, nós limpávamos e fazíamos outro evento. Diana e seus alunos revitalizaram esse espaço, pintaram, enfeitaram e mais uma vez regaram nossas esperanças. Abraçaram conosco o sonho do Museu das Remoções e fizeram esculturas à partir dos escombros. Esta exposição marcou a inauguração do museu. Agora Diana escreve a primeira tese de doutorado sobre o Museu das Remoções. O valor disso é inestimável e nos dá profunda satisfação que seja feita por alguém que faz parte desta história.” Sandra Maria de Souza, ativista e moradora da Vila Autódromo.

“A presente tese nasce do cruzamento entre os caminhos dos que lutam pela permanência em uma localidade e do percurso pessoal e profissional da autora. As narrativas e análises de Diana Bogado significam mais do que uma produção de conhecimento científico isolada. Assim como os frutos que surgem da construção do Museu das Remoções, essa tese mostra-se potente a partir do instante em que pode ser apropriada como instrumento de resistência. Pesquisa e militância que se interpenetram. Conhecimento, que tendo como base os saberes locais, serve como ferramenta de luta”. Daniela Petti, ativista e antropóloga.

“Este é o resultado de uma síntese produzida a partir de uma experiência que se esforçou por construir uma conexão universidade-sociedade através do dispositivo da atividade de extensão. Ela se insere num modo particular de fazer pesquisa: aquele que se estabelece a partir de um trânsito entre dois mundos, neste caso, o da academia e o das lutas sociais. O que resulta da depuração dos dados, nada mais é do que a decantação da própria experiência de atuação política da autora, especialmente no que se refere à dimensão importante de recuperação e manutenção das memórias das violências sofridas e das lutas empreendidas pelos moradores da favela Vila Autódromo nos últimos anos: O Museu das Remoções.” Alexandre Magalhães é ativista e sociólogo, cuja tese de doutorado abordou as remoções de favelas no Rio de Janeiro contemporâneo.

Dedico esta tese à Maria da Penha Macena e a todas as amigas e amigos da luta da Vila Autódromo. A vocês minha sincera gratidão por persistirem construindo relações mais solidárias e mais humanas. Viva a Vila Autódromo!

## Agradecimentos

Pensar que os agradecimentos devem caber numa página já me faz concluir a impossibilidade de fazê-lo adequadamente. Posso dizer que este trabalho é fruto de uma luta suada, impregnada de valores e gana de transformação social e não pretende ocultar este posicionamento. Ele coroa uma etapa que não sei precisar o início, mas que se associa ao princípio de um ativismo político cotidiano contra a reprodução de injustiças sociais e opressões às minorias. Uma etapa recompensatória, vivida e celebrada intensamente com a construção do Museu das Remoções. Desde a graduação de arquitetura e urbanismo estive engajada em movimentos sociais urbanos, de ocupação de imóveis e agroecologia urbana, em alguns países, cujos aprendizados adquiridos só reafirmaram minha vontade de não contribuir para a reprodução de injustiças e opressões de nenhuma natureza, tanto na minha atuação profissional como nas minhas relações pessoais. Como docente busquei e busco estabelecer relações horizontais e respeituosas com meus alunos, consciente das trocas que se dão entre indivíduos; postura, que por sua vez, também se apresenta como forma de luta e resistência diante das formas conservadoras que ainda permeiam o universo acadêmico. É obrigação de todos que lutam por igualdade, implicarem-se na descolonização da universidade. Antes de arquiteta e acadêmica sou ativista e antes de ativista, mulher, com o qual minha substância não possibilita que minhas atitudes sejam diferente de afetivas, anti-patriarcais, solidárias e humanas: *“endurecer, pero sin perder la ternura”*. A resistência da Vila Autódromo representa a vitória da comunidade contra a remoção, circunscrita no direito à moradia e à cidade. Esta trajetória de ativismo e construção da pesquisa, para além disto, também representa para mim uma vitória pessoal: a de caminhar de acordo com minhas convicções éticas e políticas independente das adversidades do caminho, ainda que algumas vezes isso implique renúncias e recomeços.

Neste percurso, quero agradecer em primeiro lugar a cada moradora da Vila Autódromo que resistiu bravamente a todos os tipos de violência e pressões da Prefeitura em nome da união da comunidade. A estas companheiras, toda minha admiração e amor por regarem nossas esperanças em uma sociedade melhor. Não mencionarei o nome de nenhuma moradora e morador para não incorrer em injustiça. Agradeço profundamente ao meu amigo e co-orientador José Maria López Medina, um exemplo pessoal e profissional, que me apoiou desde o início deste trabalho. Com admiração e esperança na transformação da universidade e da realidade agradeço aos três professores amigos, José Pérez de Lama, José Medina e Mário Chagas, que construíram comigo lado a lado, convicções, vínculos afetivos e esta tese. Definitivamente tive orientadores “para a vida”. Muito obrigada!

Daqueles que lutaram também ao lado das guerreiras e guerreiros da Vila Autódromo e ainda me auxiliaram nas revisões, agradeço às amigas: Luiza de Andrade, Daniela Petti, Mayã Martins, Alexandre Magalhães, Gitanjali Patel, Anna Flynn, Victor Coutinho, Rodolfo Teixeira, Gizele Martins, Marina Sertã, Mariana Medeiros, Larissa Lacerda, Poliana Monteiro, Marcela Munch e Christopher Gaffney. Agradeço ao Thaynã de Medeiros e ao Mário Chagas por terem me apresentado uma museologia para a vida, o que possibilitou a construção do nosso museu. Aos queridos Fernando Suárez, Irene Aspizua, Marta Solanas e Juan Carlos Vini pelo acolhimento e revisões em castelhano, à Leti, Bong, Candela, Isa, Esther e Jaime por serem família na Espanha. Agradeço à Patrícia Taro, André Mantelli, Dudu Ribeiro e Rapha Silva pela luta e pelas fotos. E agradeço a minha mãe, por ser, estar e me incentivar a vida inteira.

Sou grata a cada sujeito que *habitou* comigo a Vila e neste *habitar* me transformou e se transformou e contribuiu para que eu pudesse disponibilizar as seguintes linhas sobre a vida e para a vida; porque diferente não poderia sê-lo.

Informe acadêmico sobre a tese de Doutorado da arquiteta e urbanista Diana Bogado. Elaborado por Alexandre Magalhães, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A tese ora apresentada nasce de um encontro. De um encontro entre uma professora-pesquisadora e de moradores de uma localidade violentados em seu direito à cidade. Deste encontro, irradiou-se uma experiência de viver a/na cidade que se firmava na convicção muito fortemente enraizada de que era possível mudar as relações de habitar o urbano que passava, necessariamente, pelos princípios do respeito e da solidariedade, mas também pelo afeto, criatividade e luta.

A partir de uma “investigação-ação”, isto é, o ato mesmo da pesquisa transformado em atuação política no território, a autora objetivou demonstrar uma possibilidade, dentre muitas outras, de resistência às práticas homogeneizadoras e excludentes de constituição do espaço urbano no Rio de Janeiro contemporâneo. É possível afirmar que esta tese corresponde a sistematização da própria experiência atuante da pesquisadora no contexto das lutas contra as remoções ocorridas em conjuntura recente na referida cidade, especificamente tendo em vista os impactos provocados pela preparação e realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

A tese apresenta uma consistência analítica que nos permite verificar os fios que conectam processos locais e globais, na medida em que, a partir de um estudo de caso – a luta contra a remoção empreendida pelos moradores da Vila Autódromo – foi possível retratar as dinâmicas que produzem atualmente as cidades no contexto do capitalismo financeirizado. O caso escolhido não se apresenta apenas em sua especificidade local, o que, por si só, já apresentaria sua potencialidade analítica para pensar as transformações na sede dos Jogos Olímpicos de 2016, mas como um ponto nodal de processos transnacionais que ligam diferentes experiências de reconfiguração urbana mundo afora.

Neste sentido, a autora percorre competentemente a produção acadêmica sobre como o urbano é constituído, na atualidade, como um suporte importante para os processos de acumulação capitalista em sua era global e financeirizada. Esta competência se verifica igualmente na maneira como as diferentes partes da tese se desdobram analiticamente, especialmente no destaque aos processos de desterritorialização provocados pelo avanço neoliberal, da captura das formas de viver a cidade pela via da despossessão, como bem nos chama a atenção David Harvey.

Assim, é possível apresentar como as favelas cariocas se situam nesse circuito atual de acumulação capitalista, através da preparação da cidade para a realização dos Jogos Olímpicos. Historicamente, estes territórios sempre foram tratados como o “outro” da cidade, localidades consideradas sempre por sua incompletude, no melhor dos tratamentos discursivos, mas principalmente como o elemento disruptivo, negativo do espaço urbano, cujas intervenções ditas racionalizadoras e “civilizadoras” deveriam corrigir. E correção, aqui, significa estritamente eliminar, erradicar, expulsar.

Quando a autora nos chama a atenção para o que ocorreu com os moradores da Vila Autódromo, é possível afirmar que as diferentes formas assumidas pela violência estatal ali visualizadas, vivenciadas na carne e na alma de seus moradores, atualizam não só os diferentes estereótipos historicamente construídos sobre estes territórios, mas, principalmente, o modo como estas localidades são tratadas, paradoxalmente, como “não cidade”, como lócus que o tempo inteiro precisam de alguma intervenção “corretiva” para “integrá-las” à cidade. “Integração”, aqui, significa exclusão, eliminação. É preciso acabar com as favelas, é o que dizem formuladores de políticas públicas integrantes do aparato estatal e a grande imprensa.



Contudo, como também será demonstrado pela autora, essa história não se conta apenas pelas violências cometidas contra os habitantes das favelas, em especial aos da Vila Autódromo. Ela se conta também pela via das diferentes modalidades de resistência experimentadas por eles na luta para permanecer em seus locais de moradia, uma luta que também é, no limite, pelo acesso à cidade.

Como fica demonstrado ao longo da tese, os moradores da Vila Autódromo, de maneira sempre criativa, foram capazes de imaginar e levar a cabo diversas formas de resistir às práticas destruidoras da prefeitura. Essa lógica de destruição se caracteriza por um esforço de limpar, material e simbolicamente, do espaço urbano, qualquer vestígio da existência destas pessoas. Isto é, os processos de remoção se realizam por um deliberado apagamento da história de construção da cidade para impor uma versão oficial que ignora as diferentes possibilidades de sua constituição. Pois é disso que se trata quando falamos de suas favelas, notadamente da Vila Autódromo. Estes territórios, diferentemente do que afirmam os discursos e práticas estatais, fazem parte da cidade, fazem a cidade, contribuem para seu funcionamento e existência. Mais do que isso, apresentam-se como aquele espaço no qual as camadas populares realizam, por conta própria, aquilo que lhes foi negado historicamente: o habitar.

É justamente tendo essa realização que a experiência da autora, ora sistematizada na tese apresentada, permite que visualizemos uma destas possibilidades de continuar habitando a cidade: o Museu das Remoções. Diferentemente das formas tradicionais de “recordar”, o Museu das Remoções se apresenta como um fluxo constante de construção da memória (ou memórias, no plural), como uma instância de articulação política e social que permite questionar a força avassaladora da destruição imposta pelo aparato estatal.

O Museu das Remoções emerge como uma das várias facetas assumidas pela resistência dos moradores da Vila Autódromo de continuarem existindo no mapa da cidade, material e simbolicamente. Ao mesmo tempo, como demonstra a autora, ele se caracteriza por preservar as memórias das violências sofridas e das lutas empreendidas ao longo da história da referida comunidade, mas também como uma ferramenta política acionada para disputar os sentidos do habitar a cidade. Isto é, como é a própria localidade (ainda que alterada significativamente), com as memórias portadas por seus moradores, que se transforma em um espaço museológico *per se*, a possibilidade de atuar nestas disputas - e produzir outra narrativa - encontra na persistência no espaço a sua principal força.

Rio de Janeiro, Brasil  
Abril de 2017

Informe acadêmico sobre a tese de Doutorado de Diana Bogado. Elaborado por Mário Moutinho, Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

O presente parecer diz respeito á tese de doutoramento de Diana Bogado, apresentada na Universidade de Sevilha tendo como Diretor orientador o Professor José Pérez de Lama, e como orientadores os Professores José María López Medina e Mário de Souza Chagas.

A tese tem como título *O Museu das Remoções da Vila Autódromo - Potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos.*

A tese é constituída por uma primeira parte, introdução /metodologia, seguida por 3 outras partes dedicadas ao enquadramento geral da problemática da globalização e das cidades, á formação da cidade polarizada no Brasil com ênfase no desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, onde se desenvolve o centro da sua investigação e, uma outra parte, onde descreve e sobretudo analisa e conceitualiza a luta da Vila Autódromo. A tese termina com uma proposta de conclusão, à qual se segue a bibliografia e um conjunto de anexos bem selecionados.

Todas as partes da tese estão desenhadas com rigor, testemunham de um conhecimento profundo de uma bibliografia particularmente bem selecionada e adequada a cada assunto.

Neste sentido a Tese responde com rigor a todos os diferentes aspetos dos Descritores de Dublin previstos para uma tese de Doutoramento

Diana Bogado faz, com perícia, referência a autores essenciais para o entendimento da urbanística em geral, da urbanística no Brasil e no Rio de Janeiro, abordagem essencial para a compreensão do fenómeno que posteriormente vai analisar, dando as necessárias referências para a sua descodificação sociológica e filosófica.

A questão das transformações do espaço urbano centra-se na Vila Autódromo a qual foi objeto de um processo de remoção por parte da Prefeitura do Rio de Janeiro e outros agentes económicos. Este caso de estudo, trata muito para lá das questões correntes ligadas ao urbanismo outras dimensões destas problemáticas, e que têm a ver com a dimensão social destes processos. Mais ainda, a tese trata com particular sensibilidade as questões diretamente relacionadas com os direitos humanos e com o direito essencial que é o direito à memória. *A memória não se remove.*

Nesta perspetiva Diana Bogado trata, explica, sustenta como a Museologia Social se revela como um elemento essencial na defesa com a dignidade humana. *A museologia que não serve para a vida, não serve para nada.*

Assim a tese de Diana Bogado constitui-se como um contributo essencial para o aprofundamento da Sociomuseologia, enquanto Ciência Social, no sentido em que se reconhece a Sociologia Pública de Michael Burawoy. A tese mostra e demonstra como a Museologia pode, para lá das funções que tradicionalmente lhe são atribuídas, ser um instrumento ao serviço do desenvolvimento e da inclusão. De certa forma esta tese testemunha o realismo e a atualidade com que foi aprovado recentemente pela UNESCO um conjunto de recomendações aos Países sobre a função social dos Museus.

Por outro lado, a abordagem que é feita, também serve a dimensão urbanística das transformações que todas as cidades atravessam ao longo do tempo, ao propor um novo olhar sobre as dinâmicas urbanas.

Em resumo trata-se de uma abordagem inovadora, assente na realidade das lutas sociais contemporâneas que a autora partilhou. Esta tese ao tratar o Museu das Remoções nas suas complexas dimensões, é certamente uma obra que ajuda a antever, um verdadeiro Sociourbanismo tanto como uma Sociomuseologia.

E é isso exatamente aquilo que se procura numa tese de doutoramento, pelo que recebe o meu natural apoio.

Professor Mário Moutinho

Reitor da Universidade Lusófona de  
Humanidades e Tecnologias

Lisboa 25 de Abril de 2017

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: UM MUSEU POPULAR COMO RESPOSTA SOCIAL .....</b>	<b>15</b>
<b>Resumen de la introducción en castellano: Un museo popular como respuesta social</b>	<b>15</b>
<b>Um museu popular como resposta social .....</b>	<b>21</b>
<b>A Museologia Social como perspectiva .....</b>	<b>21</b>
0.1.1. O Museu das Remoções como potência criativa e potência de resistência.....	21
0.1.2. Apropriação da Museologia Social .....	22
0.1.3. A museologia que não serve para a vida, não serve para nada. ....	23
<b>O papel sociopolítico da universidade .....</b>	<b>24</b>
0.1.4. A ação participativa como perspectiva de pesquisa e extensão.....	24
0.1.5. Produção e gestão social do habitat .....	31
<b>Resumo da tese: Resistência social à cidade neoliberal .....</b>	<b>34</b>
0.1.6. A construção da cidade neoliberal .....	34
0.1.7. Contexto histórico e territorial: Rio de Janeiro, 2009–2016.....	37
<b>1. METODOLOGIA.....</b>	<b>45</b>
<b>1.1. Resumen del capítulo en castellano: Metodología.....</b>	<b>45</b>
1.1.1. El objeto de investigación: El “Museu das Remoções” (Museo de los desalojos) de la Vila Autódromo .....	45
1.1.2. Antecedentes .....	45
1.1.3. Objetivos generales y específicos .....	47
1.1.4. Metodologia.....	48
1.1.5. Hipótesis y estructura de la investigación.....	49
<b>1.2. O objeto de pesquisa: O Museu das Remoções da Vila Autódromo .....</b>	<b>53</b>
<b>1.3. Antecedentes .....</b>	<b>54</b>
<b>1.4. Objetivos .....</b>	<b>56</b>
1.4.1. Objetivo geral .....	56
1.4.2. Objetivo específico.....	56
<b>1.5. Metodologia.....</b>	<b>57</b>
1.5.1. Perspectiva metodológica.....	57
1.5.2. Esquema metodológico da tese .....	58
<b>1.6. Hipóteses e estrutura da pesquisa .....</b>	<b>59</b>
1.6.1. Hipóteses.....	59
1.6.2. Estrutura da tese .....	60
<b>2. GLOBALIZAÇÃO E CIDADES.....</b>	<b>63</b>
<b>2.1. Resumen del capítulo en castellano: Globalización y Ciudades .....</b>	<b>63</b>
<b>2.2. O momento atual do sistema capitalista .....</b>	<b>67</b>
2.2.1. A versão atual do sistema capitalista na visão de Milton Santos .....	67
2.2.2. Os ciclos de acumulação capitalista e as formas de intervenção nas cidades.....	73

<b>2.3. Os modelos hegemônicos de cidade .....</b>	<b>77</b>
2.3.1. A transformação dos lugares em mercadoria.....	77
2.3.2. A sociedade urbana que corresponde ao novo modelo de cidade: À luz de Henri Lefebvre	86
<b>2.4. O Planejamento Estratégico e megaprojetos .....</b>	<b>98</b>
2.4.1. Empreendedorismo urbano.....	101
2.4.2. A construção de espaços dominados .....	110
<b>2.5. A versão neoliberal da gestão urbana.....</b>	<b>115</b>
2.5.1. Os Grandes Projetos Urbanos como estratégia de administração.....	115
2.5.2. Os megaeventos e o estabelecimento de um novo regime de governança .....	129
2.5.3. O que está por trás do novo pacto social.....	135
<b>2.6. Remoções.....</b>	<b>138</b>
2.6.1. Os diversos impactos das remoções .....	138
2.6.2. As remoções como estratégia de transformação espacial .....	148
<b>3. A FORMAÇÃO DA CIDADE POLARIZADA NO BRASIL: O DESENVOLVIMENTO URBANO DO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>156</b>
<b>3.1. Resumen del capítulo en castellano: La formación de la ciudad polarizada en Brasil: el desarrollo urbano de Río de Janeiro .....</b>	<b>156</b>
3.1.1. La favela como un problema .....	156
3.1.2. El desarrollo urbano de Rio de Janeiro desde la perspectiva del derecho a la vivienda digna .....	159
<b>3.2. A favela como um problema.....</b>	<b>162</b>
3.2.1. A favela como elemento apartado da cidade .....	162
3.2.2. O papel da mídia na construção de ideais urbanos elitistas .....	166
3.2.3. A manutenção das mesmas práticas e da mesma abordagem estigmatizada ao longo da história: A favela como um problema. ....	167
<b>3.3. Breve histórico da expansão urbana do Rio de Janeiro sob a perspectiva das remoções e da luta social.....</b>	<b>173</b>
3.3.1. Os ideais europeus de modernização.....	173
3.3.2. As articulações históricas entre o setor imobiliário, a administração pública e grandes eventos.....	176
3.3.3. A “gênese” da favela .....	178
3.3.4. A “Era Vargas” e o início da política de intervenção em favelas .....	182
3.3.5. A organização dos moradores de favelas, o crescimento do partido comunista e a reação das instituições católicas.....	185
3.3.6. A criação da CHISAM, Coordenação de Habitação e Interesse Social da Área Metropolitana.....	192
3.3.7. A trégua das remoções e a criação da FAFEG - Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara.....	194
3.3.8. O período da redemocratização.....	198
<b>3.4. Remoções olímpicas .....</b>	<b>201</b>
3.4.1. O Rio de Janeiro no contexto nacional dos megaeventos.....	209
3.4.2. A Releitura das remoções.....	229
3.4.3. As remoções da Zona Oeste carioca .....	233

<b>4. A LUTA DA VILA AUTÓDROMO.....</b>	<b>239</b>
<b>4.1. Resumen del capítulo en castellano: La lucha de la Vila Autódromo.....</b>	<b>239</b>
<b>4.2. O processo de resistência da Vila Autódromo .....</b>	<b>244</b>
4.2.1. A História da Vila Autódromo .....	247
4.2.2. O Projeto do Parque Olímpico x o plano popular de urbanização.....	253
4.2.3. Execução das remoções na Vila Autódromo.....	259
4.2.4. Memória não se remove .....	271
4.2.5. As formas diversificadas da luta .....	277
4.2.6. Experiência de projeto de extensão participativo com a comunidade: A requalificação urbanística do parquinho .....	278
4.2.7. Campanhas, barricadas e vigílias .....	280
4.2.8. Maria da Penha Macena: A mulher que levantou uma comunidade inteira.....	282
4.2.9. Os Festivais Ocupa Vila Autódromo .....	283
<b>4.3. A comunidade se converte no Museu das Remoções.....</b>	<b>286</b>
4.3.1. Um museu concebido e criado a partir de uma atividade de extensão universitária .....	288
4.3.2. Um museu surpreendente e com forte presença nas Olimpíadas.....	293
4.3.3. Nem todos tem um preço.....	294
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>299</b>
<b>5.1. Conclusión (versión en castellano).....</b>	<b>299</b>
5.1.1. Principales contenidos de la investigación y cumplimiento de sus objetivos .....	299
5.1.2. Los megaeventos realizados en Río de Janeiro (2009-2016) acentuaron la segregación territorial.....	302
5.1.3. Las estrategias utilizadas en la ejecución de los desalojos propiciaron la articulación de resistencias sociales más complejas .....	302
5.1.4. El fortalecimiento de los vínculos potencia el proceso de resistencia.....	304
5.1.5. El “Museu das Remoções” es destacable por la pluralidad de sus acciones y por la capacidad de proyección de una lucha local hacia el contexto global .....	305
<b>5.2. Conclusão.....</b>	<b>309</b>
5.2.1. Principais conteúdos da pesquisa e cumprimento de seus objetivos.....	310
5.2.2. A nova forma de gestão urbana está alinhada aos anseios neoliberais .....	310
5.2.3. Os megaventos realizados no Rio de Janeiro (2009-2016) acentuaram a segregação territorial.....	312
5.2.4. As estratégias acionadas na execução das remoções levaram a articulação de resistências sociais mais complexas.....	314
5.2.5. O fortalecimento dos vínculos potencializa o processo de resistência .....	315
5.2.6. Destaca-se o Museu das Remoções pela pluralidade de suas ações e pela capacidade de projeção de uma luta local para o contexto global.....	317
<b>5.3. Resumo da tese em Inglês.....</b>	<b>321</b>
5.3.2. Chapter Abstracts .....	322
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>333</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>372</b>

## Introdução: Um museu popular como resposta social

### Resumen de la introducción en castellano: Un museo popular como respuesta social

La introducción presenta el tema de tesis desde dos perspectivas: la museología social y la investigación participativa. La tesis trata sobre la experiencia del “Museu das Remoções”, un museo social construido de forma participativa con la comunidad en el ámbito de una actividad de investigación<sup>2</sup>. Dicho museo se fundamenta en la teoría de la Museología Social. La base de la metodología participativa y de la museología social comparte la valoración de la *práxis* y la construcción colectiva del conocimiento. Ambas proponen el uso del conocimiento científico de forma contra-hegemónica. Esta presentación finaliza con un resumen de la tesis: el “Museu das Remoções” como experiencia de resisitencia social frente a la construcción de la ciudad neoliberal.

#### 1.1.1.1. La Museología Social como perspectiva

Este trabajo se propone el ejercicio de una nueva imaginación poética en relación con los movimientos sociales urbanos y la potencia de resistencia. Esta imaginación estaría relacionada con el poder de creación y con la práctica de una nueva política. El diálogo que se plantea tiene como resultado la afirmación del arte, la filosofía y la ciencia como herramientas para la celebración de la potencia de la vida.

La tesis sitúa el “Museu das Remoções” (Museo de los Desalojos) en el área de la Museología Social. Se resalta que el discurso del “Museu das Remoções” es diametralmente opuesto a la narrativa del estado respecto a la olimpiada 2016 en Rio de Janeiro. La memoria de la celebración de la olimpiada se asocia a la memoria del poder, la cual se opone a la propuesta de rescate de la memoria del “Museu das Remoções”. Dicho museo social busca registrar – aunque de manera sencilla – el poder de la memoria popular contra-hegemónica.

"El" principio de la Museología Social es la defensa de la vida. La Museología Social debe servir no sólo a la preservación de cosas, objetos y artefactos, sino también a la

---

<sup>2</sup> Coordinada por la profesora Diana Bogado.

valoración de la vida en sociedad, en el sentido de la vida como relación, como experiencia y como potencia de creación y de resistencia.

Esta vertiente de la museología se basa en el deseo de proporcionar servicios prácticos para la vida y de reinventar los museos, para entenderlos y practicarlos como acciones que afectan y mejoran la vida desde un punto de vista relacional, social y político.

En el contexto de la museología social nace el “Museu das Remoções” de la Vila Autódromo. Construído colectivamente y con apoyo de la universidad a través de actividades de investigación-acción (Latour, 2005). De este modo el “Museu das Remoções” se propone desencadenar transformaciones de la realidad urbana y se presenta como una poderosa herramienta de transformación social.

#### 1.1.1.2. La función sociopolítica de la universidad

El proyecto del “Museu das Remoções” fue una acción participativa realizada en conjunto con la comunidad de Vila Autódromo<sup>3</sup>. Es importante subrayar que las metodologías participativas son un camino para la ejecución de proyectos más democráticos y relacionan investigación e intervención, teoría y práctica. En estos métodos el diálogo es la herramienta fundamental para el desarrollo del proyecto. De este modo el método empleado es opuesto en su forma (y fondo) a las ejecuciones de los megaproyectos contemporáneos sin espacio alguno para la participación.

De cara a cambiar la forma de intervenir en la ciudad mediante proyectos arquitectónicos y urbanísticos, urge también cambiar los modos de enseñanza de estas herramientas en las universidades. El proyecto en cuestión buscó poner el énfasis en la praxis y en el desarrollo de una forma de producción espacial más democrática. La recualificación del parque infantil, que fue la primera actividad ejecutada con la comunidad, representó un escenario en la lucha de la Vila Autódromo y las actividades cotidianas pasaron a ser desarrolladas en este único espacio público, al mismo tiempo que esta experiencia impulsó y avaló la recualificación de otros espacios públicos en la comunidad.

---

<sup>3</sup> La construcción del museo se realizó en el ámbito de una investigación coordinada por la profesora Diana Bogado, de la Universidad de Arquitectura y Urbanismo Anhanguera. El “Museu das Remoções” fue el segundo proyecto urbanístico participativo coordinado por la profesora en la comunidad Vila Autódromo. El primero fue la recualificación de un parque infantil.



### 1.1.1.3. La gestión urbana neoliberal y el emprendimiento urbano como marco teórico

En los últimos años la ciudad de Rio de Janeiro ha sufrido cambios considerables relacionados con los megaeventos que han tenido lugar, principalmente el mundial de fútbol de 2014 y la olimpiada de 2016. La dinámica de la gestión urbana, en dicho contexto, es conducida por intereses del mercado inmobiliario global y tiene como meta la construcción de la ciudad neoliberal (Harvey, 2005). El marco teórico para el análisis de los significativos cambios urbanos y sociales acaecidos en la ciudad es el “emprendimiento urbano” (Harvey, 2011). Dicha forma de gestionar la ciudad como una empresa promueve, a través de la ejecución de megaproyectos o Grandes Proyectos Urbanos (GPUs), la reordenación territorial según intereses neoliberales. (Broudehoux, 2007; Delgado, 2007; Garnier, 2014; Harvey, 1996, Rolnik, 2010, 2015; Rosenmann, 2009, Smith, 2006, Zukin, 1991; Gaffney, 2014).

El emprendimiento urbano (Harvey, 2011) es origen de innumerables procesos de reconfiguración espacial para la obtención de lucro que culminan en homogeneización (Santos, 2011, Lefebvre 2001, Winnicott, 1975)<sup>4</sup>. Resultan de este modelo de gestión espacios desconectados de los modos de producción de su entorno directo, desencadenadores de procesos de desalojo y de gentrificación. Dicho modelo propicia violaciones de los derechos civiles, en particular en lo que respecta al derecho a una vivienda digna, tal como describe en el informe del Relator Especial de la ONU<sup>5</sup> sobre la vivienda social en Río de Janeiro.

---

<sup>4</sup> El "espacio potencial" de Winnicott (1975) se refiere a lugares oriundos de experiencias socio culturales y equivalen a lo que Lefebvre llama "habitar" el espacio. Sería la práctica de producción, de creación del espacio como extensión de la vida social. En oposición a estos espacios potenciales están los espacios homogéneos que serían los "no-lugares" creados a partir del "espacio concebido" producido de acuerdo con las reglas de la acumulación capitalista. El espacio concebido es un espacio *padronizado*, resultante de la mercantilización del espacio (Lefebvre, 1873; Harvey, 1985), producidos por el poder, son centros comerciales, aeropuertos, espacios estandarizados, homogéneos, que reducen la creatividad de la vida cotidiana y no son ni producto ni consecuencia de la praxis social; ellos se oponen a los procesos participativos que construyen espacios potencialmente simbólicos; a fin de cuentas estos espacios homogeneizan los comportamientos y la sociedad. Lefebvre (2001)

<sup>5</sup> El informe preparado por la Relatora Especial en el cargo, Raquel Rolnik, aborda el derecho a una vivienda adecuada, incluye apuntes sobre los efectos positivos y negativos de dichas transformaciones urbanas y sus impactos sobre los derechos humanos en el marco de los megaeventos. Analiza sus procedimientos y

Los megaeventos se presentan como una gran oportunidad para la intensificación del proceso de “neoliberalización” de la ciudad (Harvey, 1996, 2005, 2011). Las transformaciones impulsadas por los megaeventos producen rupturas en las esferas sociales, culturales y simbólicas en las diversas ciudades del mundo que han sido anfitrionas de los megaeventos, más precisamente, las olimpiadas (Mascarenhas, 2016; Stavrides, 2016; Swyngedown, 2002, Basso, 2016; Harvey, 2016, Freeman, 2012; Makhoul, 2016, Delgado, 2007). A través de la realización del gran evento deportivo los gobiernos nacionales en connivencia con el sector privado se encargan de “espectacularizar la vida” de las ciudades (Debord, 1969; Harvey, 1996). Los megaeventos surgen como una oportunidad para la reestructuración económica y territorial según los intereses capitalistas neoliberales, creando impactos que conllevan a la agudización de la desigualdad social y a la consolidación del no-derecho a la ciudad. (Mascarenhas, 2016; Stavrides, 2016; Swyngedown, 2002, Basso, 2016; Harvey, 2016, Freeman, 2012).

Datos demuestran que 22.000 familias han sido desalojadas en Rio de Janeiro en el periodo de preparación de la ciudad a los megaventos hasta su realización (entre 2009, cuando ganó Rio de Janeiro la candidatura olímpica, y 2016). De estas, 4.120 familias han sido desalojadas por el efecto directo de las obras del megaevento de 2016.<sup>6</sup> A partir de los efectos producidos por dicha gestión urbana, intensificados por los megaeventos, emerge en las ciudades un territorio disputado por los intereses capitalistas de un lado y por las reivindicaciones sociales de otro (Zibechi, 2011; Miraftab, 2004, 2009; Peschanski, 2011; Carneiro, 2012; Harvey, 2014).

La emergencia del protagonismo empresarial dentro del panorama de la gestión urbana está determinada por su relación directa con el capital financiero internacional destacando la velocidad de los procesos y negocios y el autoritarismo en la ejecución de medidas que atienden a los intereses corporativos. (Agamben, 2005; Aguilera e Naredo, 2009; Santos; 2013; Souza, 2006; Roisenmann, 2009; Barreira, 2013). Los cambios en la administración pública hacen que el planeamiento territorial se desarrolle *bajo los*

---

reglamentos, sus obras de licitación y las recomendaciones a los estados hechas por los organismos responsables, el COI y la FIFA.

<sup>6</sup> Datos disponibles en el Dossier del Comité Popular Copa e Olimpíadas, disponible en [http://observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=1416%3Alan%C3%A7ametno-dossi%C3%AA-megaeventos-e-viola%C3%A7%C3%B5es-dos-direitos-humanos-no-rio&Itemid=164#](http://observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1416%3Alan%C3%A7ametno-dossi%C3%AA-megaeventos-e-viola%C3%A7%C3%B5es-dos-direitos-humanos-no-rio&Itemid=164#), acceso en Febrero de 2017.

auspicios del consumismo en la época de la “hegemonía del pensamiento y de las prácticas de las gestiones neoliberales” (Rolnik, 2016, p.262, traducción mía). Esto produce la polarización del territorio, la privatización del espacio público y la agudización de la segregación territorial.

Bajo los efectos de la mundialización de la economía contemporánea y la forma en la que actualmente se configura, sería insuficiente la comprensión de las dinámicas urbanas exclusivamente a través de los contextos locales de los casos de estudio elegidos, toda vez que las fuerzas que impulsan las dinámicas socioespaciales provienen de realidades globales. Por lo tanto, este trabajo considera los microprocesos cotidianos que se desarrollan en el ámbito del caso de estudio como elementos centrales para la comprensión de macroprocesos globales más complejos. Dicha apreciación local será estudiada a través del método regresivo-progresivo dibujado por Lefebvre (1949, 1953, 1960, 1968), que ofrece posibilidades para la comprensión de la historicidad de los procesos sociales y la percepción de las temporalidades históricas a partir de una mirada hacia lo cotidiano. Lo que es posible, según Lefebvre (1991), a través de la óptica de la tríade de la producción espacial: la articulación de las categorías del espacio concebido, percibido y vivido<sup>7</sup>.

#### 1.1.1.4. Contexto histórico y territorial de la investigación: Rio de Janeiro 2009-2016

El proceso de neoliberalización de ciudades (Harvey, 2005) llega a Río de Janeiro en la década de 1990. En ese momento la ciudad concurría a la candidatura para ser anfitriona de los Juegos olímpicos de 2004, lo que no sucedió. Inspirado en el modelo Barcelona 1992, el alcalde Cesar Maia (1993-1996) preparó el plan estratégico para Río de Janeiro que reforzaba las dinámicas institucionales neoliberales de gestión urbana. Aunque las olimpiadas de 2004 no fueron en Rio, los administradores posteriores de la ciudad han seguido los mismos principios neoliberales. Finalmente en 2009 ha sido anunciada la realización de la olimpiada (2016) en Rio de Janeiro.

La potencialidad transformadora y política de los megaeventos coincidió con los anhelos neoliberales del alcalde Eduardo Paes (2008-2012; 2012-2016), cuya gestión ha

---

<sup>7</sup> Lefebvre describe en su libro "La producción del espacio" la percepción espacial en tres dimensiones: el espacio concebido, percibido y vivido. Para el autor estas dimensiones son inseparables. Las representaciones cotidianas pertenecen a la dimensión de la vida, mientras las manifestaciones del poder y de la dominación están relacionados con el espacio concebido. (LEFEBVRE, 1991).

seguido la política urbana iniciada por el alcalde César Maia. Los años consiguientes han sido responsables de transformaciones profundas socioespaciales que continúan impactando la vida de la población (Mascarenhas, 2016).

El estado que se establece durante los megaeventos es un "continuo estado de excepción" (Agamben, 2005) que escapa a los procedimientos normales: el evento se utiliza como justificación para la adopción de procedimientos administrativos antidemocráticos. En el caso de Río de Janeiro la preparación de la ciudad para los megaeventos se asocia, entre otras medidas, al desalojo de las comunidades pobres y al establecimiento de asociaciones Público-Privadas, PPP "Parcerias Público-Privadas", como ocurrió con los proyectos urbanísticos Porto Maravilha y Parque Olímpico<sup>8</sup>. Ambos proyectos han sido oportunidades para la expansión inmobiliaria y han sido responsables de la gentrificación y del desalojo de favelas en las zonas adyacentes a ellos, lo que contribuye a la acentuación de la desigualdad urbana. (Arantes, Vainer e Maricato, 2000).

Una de las comunidades afectadas por estos proyectos fue la comunidad Vila Autódromo, caso de estudio de esta investigación, que ha sufrido un violento proceso de desalojo durante la preparación del Río de Janeiro para los megaeventos, más específicamente en la construcción del Parque Olímpico.

La progresiva pérdida de derechos sociales, provocada por la construcción de la ciudad neoliberal en dicho escenario, propició que los movimientos sociales se organizaran. Las luchas llevadas a cabo en este contexto sumadas a las formas de vida que se producen en las favelas asumen características específicas de luchas de las periferias (Zibechi, 2011), que, entre otros aspectos, incluye la lucha por sobrevivir. Esta forma de producción socioespacial es llamada por Miraftab (2009) de urbanismo insurgente.

La lucha contra el desalojo de Vila Autódromo fue articulada en una gran red de resistencia con participación de diferentes agentes, entendida como una respuesta insurgente (Miraftab, 2009) a la ciudad excluyente con características de la llamada

---

<sup>8</sup> El consorcio de empresas que ganó la licitación para el PPP, asociación público-privada, para la realización del Parque Olímpico, es hecho por la compañía Carvalho Hosken, perteneciente al mayor propietario de tierras en Barra da Tijuca, el empresario Carlos Carvalho, y más dos contratistas de obras públicas: Odebrecht S.A. y Andrade Gutierrez SA. El Parque Olímpico se localiza en el barrio Barra da Tijuca, una región de clase alta y de grande expansión inmobiliaria.

“sociología das emergências” o del llamado “cosmopolitismo subalterno” (Sousa Santos, 2006, 2010). La red compuesta por Miembros de la sociedad civil, abogados públicos, el comité popular Copa y Olimpíada, los movimientos sociales de lucha por la vivienda, universidades, medios alternativos de comunicación, colectivos y otros actores fueron participantes de esta red de acción contra el desalojo de la comunidad que desarrolló la construcción del “Museu das Remoções”.

## **Um museu popular como resposta social**

A presente introdução busca aproximar-se do tema da pesquisa a partir de duas perspectivas: a museologia social e metodologia participativa. A tese trata da experiência do Museu das Remoções, um museu social construído de forma participativa com a referida comunidade no âmbito de uma atividade de extensão coordenada pela autora desta tese. O presente museu fundamenta-se teoricamente na museologia social. A base destas duas teorias converge para a valorização da prática e da construção coletiva do conhecimento, e propõe o uso do conhecimento científico de uma forma contra-hegemônica. Finaliza-se esta apresentação com o resumo do que será tratado na tese: O Museu das Remoções como experiência de resistência social à construção da cidade neoliberal.

## **A Museologia Social como perspectiva**

### **1.1.1. O Museu das Remoções como potência criativa e potência de resistência**

Esta introdução<sup>9</sup> pretende apresentar o Museu das Remoções e contextualizá-lo no campo da museologia social. Ressalta-se que o discurso do Museu das Remoções possui

---

<sup>9</sup> O texto introdutório desta tese foi elaborado em conjunto por Mário Chagas e Diana Bogado. Sua primeira versão foi publicada no livro do seminário “Memória das Olimpíadas: múltiplos olhares” organizados no âmbito do projeto “Preservação da Memória das Olimpíadas: processos e ações” organizados pela Fundação Casa de Rui Barbosa e pela Fundação Getúlio Vargas. Mario Chagas é poeta, museólogo e cientista social. Coordenador cultural do Museu da República, professor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia da Unirio, participou na idealização e criação do Museu das Remoções. Diana Bogado é arquiteta e urbanista e doutoranda

uma narrativa diametralmente oposta à narrativa do Estado a respeito dos jogos olímpicos 2016 no Rio de Janeiro, a celebração hegemônica da memória da olimpíada associada à memória do poder<sup>10</sup> se opõe à proposta de resgate de memória do Museu das Remoções. Tal museu busca registrar (ainda que de modo singelo) o poder da memória popular contra-hegemônica.

A narrativa que aqui se oferece movimenta-se entre a criação e a resistência. Tomando como ponto de partida reflexões e práticas elaboradas no campo dos museus e da museologia social, o presente texto tem a intenção de fortalecer o diálogo com e o exercício de uma nova imaginação poética (com potência de criação) e também política (com potência de resistência) em articulação com os movimentos sociais. Nesta narrativa e prática museológica a afirmação da arte, da filosofia e da ciência são colocadas a favor da celebração da vida.

A memória está no campo das relações e das lutas, mas também implica determinados afetos, representações e direitos, bem como devires e compromissos. Enquanto a olimpíada trata de memórias e vitórias oficiais e hegemônicas relacionadas ao poder estabelecido. A narrativa que aqui se disponibiliza cuida de apresentar outro olhar, outra memória das olimpíadas, o Museu das Remoções trata de outras lutas, de outros afetos e de outras memórias. Trata-se das memórias dos moradores que foram afetados pelo projeto olímpico implantado na cidade do Rio de Janeiro: O nosso ponto de partida é a memória da remoção da comunidade Vila Autódromo.

### **1.1.2. Apropriação da Museologia Social**

O princípio da Museologia Social é a vida. A defesa da vida antes de tudo. Trata-se da vida que se realiza na concretude dos dias, dos corpos, dos movimentos e enfrentamentos. Trata-se da vida carregada de compromissos éticos, políticos e poéticos. A Museologia Social há de servir não apenas à preservação de coisas, objetos e artefatos, mas à valorização da vida em sociedade. Não apenas à vida orgânica e

---

na Universidade de Sevilha, coordenou o Projeto de extensão à comunidade Vila Autódromo que executou a intervenção participativa para construção das esculturas do Museu das Remoções.

<sup>10</sup> Ver o texto "Memória e Poder: dois movimentos", publicado nos Cadernos de Sociomuseologia, disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367> (última consulta 10 de dezembro de 2016).

biológica apenas, mas à vida como relação, como vivência e convivência, como potência não orgânica de vida, de criação e de resistência. (Chagas e Bogado, 2017)

As mudanças conceituais e teóricas trazidas pela Museologia Social afetam e produzem transformações relevantes na museologia. Tais transformações aproximam-se de um saber-fazer “in-disciplinado”, “in-mundo”, contaminado de afetividade, ação social e política.

Não se pode dizer o mesmo para toda e qualquer museologia; enquanto existir uma museologia nazista, uma museologia fascista, uma museologia racista, homofóbica e etnocêntrica, não será possível afirmar a universalidade deste princípio. (Chagas, 2017)

A Museologia Social pretende reinventar e redesenhar os museus, compreendendo-os e praticando-os como acontecimentos e atos que afetam e potencializam a vida do ponto de vista relacional, social e político. O Museu das Remoções insere-se nesta museologia que serve à vida, à criação e à resistência.

### **1.1.3. A museologia que não serve para a vida, não serve para nada.<sup>11</sup>**

No Museu das Remoções estamos diante de um processo museal que produz novos agenciamentos, novas linhas de ação e faz rizoma com o mundo. Trata-se de um museu que, com memória e criatividade, com afetos políticos e afetos poéticos, produz transformações sociais e faz história. O conceito de uma museologia “para” a comunidade supõe-se alguém dotado de conhecimento e luz que leva o saber. As práticas da museologia “para” estão ancoradas na ideia de alguém que domina um determinado saber e o leva ao outro alguém que não tem este conhecimento. É a teoria dos museus tradicionais. Nesta ideia de museologia os protagonistas das ações são os integrantes do museu, e a comunidade fica com o papel de coadjuvante. Enquanto deveria ser justamente o contrário, o coadjuvante deveria ser aquele ator que se articula no processo comunitário.

Conforme diz Mário Chagas se você trabalha com a comunidade você também vai trabalhar “para”, mas o ponto de partida faz a diferença, porque se você trabalha “com”

---

<sup>11</sup> O conteúdo sobre método de pesquisa e museologia social aqui descrito foi exposto pelo professor Mário Chagas no Seminário sobre a Função Social do Museu realizado pelo Programa Pós-graduado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias, ULHT, realizado em Fevereiro de 2017 em Lisboa.

a comunidade, você também trabalha “para” você. Pois o campo é um processo de autoconhecimento. Valdiza Russio<sup>12</sup> (1984) já mencionava a museologia “com”, sugerindo o abandono de uma ideia de uma museologia “para” a comunidade e adoção de uma museologia “com” a comunidade.

Além disso, vale levar o desdobramento deste conceito para as práticas de pesquisa, e fazer “pesquisa com” como a ocorre com a “pesquisa intervenção”. Assim como é pertinente recusar a ideia de isenção, que coloca o indivíduo como politicamente neutro no campo. Defende-se neste trabalho a ideia de que o indivíduo afeta e é afetado pelo campo. Atualmente está em curso um exercício de busca de novos processos metodológicos que falam de “fazer com” ao invés de “fazer para”, tal como se desenvolveu no Museu das Remoções. Nesse caso, especificamente, observa-se que o Museu exercita novas imaginações políticas, poéticas e museais, colaborando para a inovação e a invenção de conceitos e práticas. O Museu das Remoções vivencia uma museologia que está de modo pleno a serviço da vida, afinal, como diz o filósofo Cláudio Ulpiano, “a filosofia, a arte e a ciência ou o pensamento são forças que prestam serviços práticos à vida - mais nada”.

## **O papel sociopolítico da universidade**

### **1.1.4. A ação participativa como perspectiva de pesquisa e extensão**

Esta pesquisa trata de atividades de extensão realizadas no âmbito de uma luta política. Os projetos desenvolvidos consistem em requalificações urbanísticas desenvolvidas de forma participativa com a comunidade em questão. A presente experiência apresentou-se como tarefa desafiadora, não somente por objetivar um processo de construção coletiva, mas também porque a comunidade encontrava-se em processo de remoção. Cabe destacar dois aspectos elementares dos projetos desenvolvidos pela Universidade de Arquitetura e Urbanism,o coordenados pela professora Diana Bogado, autora desta

---

<sup>12</sup> Waldisa Rússio Camargo Guarnieri foi professora e museóloga, nasceu em 1935, na cidade de São Paulo. Uma das personalidades mais influentes no desenvolvimento do pensamento teórico da Museologia e de sua consolidação como campo disciplinar no Brasil. Em sua trajetória foi coordenadora do curso de Pós-Graduação de Museologia da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e membro do Conselho Internacional do Museu da Unesco.



tese, na comunidade Vila Autódromo. O primeiro é o posicionamento político assumido pelo projeto de intervenção frente ao planejamento urbano da atualidade, que acentua a vulnerabilidade das comunidades marginais. E o segundo é a relevância pedagógica de levar a cabo um projeto participativo e comunitário dentro da graduação de Arquitetura e Urbanismo. Rena, 2016 comenta a relevância deste tipo de iniciativa no campo da extensão universitária:

*“Se ha observado la importancia creciente de la presencia de la universidad en las disputas territoriales en Brasil, consecuentes de los grandes proyectos urbanos que activan políticas urbanas segregadoras, removiendo comunidades completas, grupos culturales, áreas verdes, destruyendo patrimonios y paisajes, para implementar intervenciones gentrificadoras. Creemos que los grupos de investigadores deben investigar profundamente las grandes escalas de esos proyectos, contextualizando mejor las disputas urbanas e insertando campos de información que, en general, no se hacen presentes”*<sup>13</sup>. (RENA, SÁ, BRANDÃO, FRANZONI, 2016, p.1)

A autora complementa que o referido posicionamento na prática da pesquisa dialoga com os conceitos de Latour (2005) e com a posicionamento de Antonio Negri y Michael Hardt (2009), além de ter afinidade com as noções de cartografia propostas por Deleuze y Guattari (1996), frisando que *“En tiempos de fuerte ataque del Estado-capital neoliberal a los bienes comunes presentes en los territorios metropolitanos, se hace necesario el reposicionamiento de los modos de investigar en las universidades, teniendo en cuenta la insuficiencia de las acciones que se limitan a la observación y al análisis de los hechos, manteniendo, con eso, una distancia cómoda entre la academia y la vida que emerge de las ciudades”*. (RENA, SÁ, BRANDÃO, FRANZONI, 2016)

Adentrando na mesma linha de atuação descrita, (assim como adotado na base teórica desta tese) as propostas de intervenção urbanísticas levadas a cabo na Vila Autódromo<sup>14</sup> desde o projeto de requalificação urbanística do parquinho até a construção do Museu das Remoções, objeto de estudo desta tese, apostam na teoria do ator-rede, TAR, que considera a *“potencia de la transformación del investigador en actor en la compleja red*

---

<sup>13</sup> No texto *“Cartografías Indisciplinarias. Producción Académica Tecnopolítica del Grupo de Investigación Indisciplinar como actor en las Redes de Luchas Territoriales en Belo Horizonte”*. apresentado no Congresso Internacional Contested Cities, Madrid, Julho de 2016.

<sup>14</sup> Coordenados pela autora desta tese.

*que se articula en defensa de los comunes urbanos*". (RENA, SÁ, BRANDÃO, FRANZONI, 2016, p.1)

Sobre a pesquisa-ação López Medina (2010) explora em seu artigo "*Metodologías participativas para la gestión social del hábitat*" diversas referências que contem o vetor da participação desde uma perspectiva metodológica para esboçar algumas correntes da pesquisa-ação. O autor reforça a importância das metodologias participativas como ferramentas para o desenvolvimento de modelos mais adequadas de intervenção e gestão do habitat de uma sociedade em crise que necessita de novas estratégias de intervenção espacial (LÓPEZ MEDINA, 2010, p. 101).

Manuel Montañés (2009) explora o método de "*accion-research*" de Kurt Lewin, que propõe a ruptura da distinção entre produção e aplicação de conhecimento; Henri Desroche y Charles Delorme referem-se a "*recherche-action*" que sugere proporcionar aos atores as informações resultantes da pesquisa para sua autogestão; a pesquisa-participativa de Paulo Freire possui enfoque marxista de conhecimento (situado a serviço da classe produtora) que desde uma perspectiva militante busca a melhoria da qualidade de vida das classes desfavorecidas. Para ilustrar o longo caminho da pesquisa-ação, que permanece passível de aprimoramentos constantes num processo cíclico e aberto, ressaltam-se as pesquisas participativas de Fals Borda, que envolvem pesquisa-coletiva, recuperação histórica, valorização da cultura popular e comunicação multivocal. O método de Investigação Participativo, IAP, abordado por Paloma López de Ceballos, também merece destaque dentro das metodologias que priorizam a *práxis*.

Entende-se a pesquisa-ação como um dos exercícios para a construção epistemológica de uma ecologia dos saberes proposta por Boaventura de Souza Santos (2010). No qual se reconhece a prática, assim como a sabedoria dos atores locais como fonte para construção de conhecimento. Entender os saberes das comunidades, entendidas por Sousa Santos (2010, p. 34) como "periferias do mundo" é abrir-se para conhecimentos não científicos e não ocidentais que prevalecem nos modos de vida do cotidiano. A utopia do interconhecimento proposta por Sousa Santos (2010) subsiste sob a ecologia dos saberes e propõe um uso contra-hegemônico do conhecimento científico (Sousa Santos, 2010, p. 35), cabe destacar que a sugerida horizontalidade também se apresenta como norte na construção desta escrita, uma vez que as proposições teóricas aqui dispostas foram discutidas com a comunidade e que a linguagem apresentada busca ser o mais simples e acessível possível, a todas e todos que queiram compreender este trabalho, independente da área de atuação e grau de escolaridade, guardando suas devidas proporções.

Os projetos participativos<sup>15</sup> desenvolvidos na Vila Autódromo buscaram partir da integração dos saberes para articular pesquisa e intervenção, ativismo e projeto de extensão, conhecimento teórico e prático. A base foi o uso de metodologias participativas, como, por exemplo, a Investigação-ação-participação, IAP, que coloca a ação como pressuposto para validação de qualquer teoria e prioriza o conhecimento prático diante de qualquer outro conhecimento: *“La IAP pretenderá articular la investigación y la intervención social con los conocimientos, los saberes-hacer y las necesidades de las comunidades locales, poniendo en primer término la acción como lugar de validación de cualquier teoría y dando así una absoluta primacía a los saberes prácticos. (...) [por lo tanto, el paradigma de la objetividad da paso a la reflexividad y a la dialogicidad, (...)].”* (MALO, 2004, p. 32)<sup>16</sup>

O processo de pesquisa-ação-participação deve gerar uma ação coletiva que contribua para a transformação social “generando realidad nueva y más justa” (MALO, 2004, p. 32). Entende-se na metodologia adotada que os processos individuais e pessoais também são processos políticos e considera-se a importância da autovalorização dentre as diversas ferramentas metodológicas: *“Lo personal es político. Partir de sí. Transversalidad. Micropolítica y economía de los deseos. Liberación de la expresión. Líneas de fuga. Investigación-acción. Todos estos conceptos-herramienta reaparecerán en las iniciativas actuales que buscan articular investigación y acción, teoría y praxis.”* (MALO, 2004, p. 34). Alguns projetos de extensão com este mesmo método foram coordenados pela autora durante os anos de 2015 e 2016. (conforme figura 132).

A situação de risco iminente de remoção e a insegurança vivida pela comunidade Vila Autódromo comprometeram as propostas de projeto, uma vez que a situação contava com o risco de desaparecimento dos espaços existentes que receberiam as intervenções. Fato que também contribuiu para o enriquecimento da experiência pedagógica. Dispostos a assumir os riscos<sup>17</sup> e a apoiar a permanência da Vila Autódromo, as

---

<sup>15</sup> O Anexo III contém parte da reunião para escolha do local de intervenção urbanística da Vila Autódromo.

<sup>16</sup> Nociónes comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia. Revista Derive Approdi, Precariable la deriva, Revista Posse, Colectivo situaciones, Grupo 116, Colectivo Sin Ticket.. Traficante de sueños. Marta Malo, Madrid, 2004

<sup>17</sup> Ressalta-se que o referido Projeto de Extensão com a proposta de requalificação do espaço público da comunidade resultou de decisão conjunta entre a professora coordenadora do projeto, autora desta tese, os alunos inscritos na disciplina de projeto e a comunidade Vila Autódromo. As decisões tomadas no âmbito da disciplina, desde qual comunidade seria escolhida para realização do projeto, assim como as decisões de qual

atividades passaram por constantes redefinições. Este contexto de imprevisibilidade foi fundamental para o exercício da reconstrução necessário em situações de precariedade e instabilidade, como é o caso de favelas ameaçadas.

Dotar o futuro arquiteto urbanista de ferramentas para lidar com constantes transformações é prepará-lo para desenvolver projetos cujo *“proceso (se) va planteando a medida que avanza. Por encima de cualquier método, están las operaciones reales que el proceso de investigación militante es capaz de poner en marcha. La investigación militante es, en este sentido, siempre, un viaje abierto, que sabemos de dónde y cómo parte pero no adónde nos llevará.”* (MALO, 2004, p. 35)

Em situações como a mencionada, o processo da conscientização sociopolítica dos investigadores envolvidos se dá de forma direta, a partir do contato com a comunidade. O próprio desenvolvimento da pesquisa possibilita a leitura de subjetividades. Tais dinâmicas de conflito, cooperação social e iniciativas de autogestão – com grupos de diferentes características – tem como particularidade a forma de produção de conhecimento que necessariamente *“afecta y modifica los cuerpos, la subjetividad, de aquellos que participan en el proceso”*. (MALO, 2004, p. 35) As constantes recriações e reconstruções são elementos fundamentais para a formação do que se espera do novo arquiteto urbanista.

O projeto de requalificação urbanística do parquinho coordenado pela professora Diana Bogado foi o primeiro projeto de intervenção urbanística participativa desenvolvida na Vila Autódromo. Foi elaborado a partir de diversas visitas à comunidade que consistiam em troca de experiência e conhecimento através de debates, diálogos, “devir” pela comunidade e experiências corpóreas e afetivas com o espaço. *“La coproducción de conocimiento crítico genera cuerpos rebeldes. El pensamiento sobre las prácticas de rebeldía da valor y potencia a esas mismas prácticas. El pensamiento colectivo genera práctica común. Por lo tanto, el proceso de producción de conocimiento no es separable del proceso de producción de subjetividad. Ni a la inversa.”* (MALO, 2004, p. 35)

O primeiro passo após o conhecimento do local e da comunidade objetivava a elaboração da proposta de projeto. Discutiui-se as possíveis intervenções, a partir das

---

espaço seria objeto de intervenção e seu respectivo programa foram tomadas a partir de diálogo com todos os envolvidos.

necessidades percebidas e/ou comunicadas pelos indivíduos da comunidade; o seguinte passo teve como objetivo a identificação dos possíveis locais de projeto, assim como o esboço dos programas de projeto. A partir da definição de quais seriam os projetos desenvolvidos: a requalificação de uma edificação semi-demolidada que seria o centro cultural da comunidade e a requalificação do parquinho da Vila Autódromo, os encontros tiveram como finalidade a elaboração/alteração dos projetos e a posterior execução do mutirão de requalificação do espaço público correspondente.

As atividades foram divulgadas publicamente na internet a fim de contar com maior número possível de participantes. Não foi possível executar os dois projetos elaborados pelos alunos, o centro cultural e o parquinho, porque na véspera da intervenção, durante a madrugada, a Prefeitura rompeu os pilares da base da edificação semi-demolidada<sup>18</sup> que seria o centro cultural, inviabilizando a intervenção no edifício que passou a estar sob risco de desabamento.

O diálogo foi a base metodológica adotada nestas experiências participativas. Esta característica é oposta ao processo utilizado para elaboração dos megaprojetos atuais, como o Parque Olímpico, por exemplo. O diálogo tem o objetivo promover a participação de todos nas decisões dos espaços da cidade. Desta forma no referido projeto se buscou o protagonismo da comunidade e dos usuários do local para a definição de cada etapa de projeto. A comunidade é o ator mais adequado para apontar as potencialidades, as necessidades e os problemas locais. Desta forma, os elementos fundamentais para elaboração do desenho do projeto foram elaborados a partir das contribuições de homens, mulheres, jovens, crianças, idosos e demais conhecedores do

---

<sup>18</sup> Segundo moradores, em entrevista à autora desta tese, os quais serão aqui preservados devido ao teor da informação, na véspera do dia marcado para a intervenção que seria 14 de Novembro de 2015, a referida edificação semi-demolidada que seria o centro cultural possuía a estrutura íntegra sem risco de desabamento conforme havíamos constatado nas visitas anteriores. Entretanto ao amanhecer, a partir das 6h da manhã, conforme puderam constatar os moradores, os pilares da edificação estavam partidos. O evento havia sido divulgado na internet e supõe-se que a Prefeitura tenha partido na madrugada anterior. Cabe destacar que mais de uma vez na Vila Autódromo foram identificados espíões da Prefeitura que tinham a finalidade de se informar das estratégias de resistência e desarticular a luta, e que alguns ativistas e integrantes do movimento social eram ameaçados de morte. Sobre ameaças de morte e desaparecimento de líderes de movimento social ver dissertação de mestrado IPPUR, UFRJ "Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: a cidade do capital" de Renato Consentino. Sobre espionagem na Vila Autódromo ver a reportagem de Roza e Giulia Afiune da Agência Pública: <http://racismoambiental.net.br/2017/02/03/especial-vigilancia-um-infiltrado-na-vila-autodromo/>

espaço. Buscou-se que todos os “co-planejadores”, alunos e comunidade, participassem ativamente do processo. A participação é parte fundamental nos processos de construção coletiva.

*“(…) en lugar de remitirse a interpretaciones del mundo sacadas de libros o panfletos (casi siempre congeladas), contrasta estas interpretaciones con los elementos de la realidad concreta y, a partir de ahí, procede de lo concreto a lo abstracto, siempre para volver a lo concreto y a la posibilidad de su transformación. De ahí, la absoluta primacía otorgada en todas las experiencias a la acción, a las prácticas: ya no se trata de que llevemos mucho tiempo interpretando el mundo y haya llegado la hora de cambiarlo (Marx dixit), sino que la interpretación del mundo va siempre asociada a algún tipo de acción o práctica —la pregunta será, entonces, qué tipo de acción: si de conservación del status quo o de producción de nueva realidad.” (MALO, 2004, p. 34)*

López Medina (2010) complementa que as metodologias participativas de intervenções espaciais apresentam-se como possibilidade de democratização e inclusão na construção da cidade. Apresentando-se como propostas que se contrapõem a prática do planejamento urbano atual que não possui canais de diálogo com a população e concebe projetos arquitetônicos e urbanísticos de forma autoritária e anti-democrática. O método participativo é aberto, sua aplicação é estratégica e não programática (MONTAÑÉS, 2009), tanto o pesquisador social quanto o arquiteto num processo de investigação participativa utilizam de metodologia para ter acesso à população e construir juntos as perguntas e respostas da pesquisa, sendo que no primeiro caso a resposta é a direção para uma mudança social e no segundo caso um projeto de transformação social. (LÓPEZ MEDINA, 201, p.96).

De acordo com Harvey as formas de planejamento contemporâneas são usadas “como instrumentos para segregar a cidade, anulando territórios e pessoas que não interessam à lógica do capital” cujos projetos espetaculares “servem aos investimentos privados” e pervertem a soberania ao convertê-la “na cidadania do aplauso”. Para o professor “às pessoas não cabe participar, mas aplaudir.” (HARVEY, 2016)<sup>19</sup>. Neste sentido, a elaboração de projetos participativos de arquitetura e urbanismo atende à demanda dos movimentos sociais que buscam inclusão na gestão e produção da cidade, e através

---

<sup>19</sup> Anotações de aula do caderno da autora desta tese, em aula proferida pelo professor David Harvey na praça da Cinelândia, Rio de Janeiro, em Agosto de 2016.

destes projetos é possível construir uma cidade mais democrática em oposição à gestão da cidade neoliberal.

Além dos aspectos mencionados, destaca-se a supremacia da superioridade técnica de projetos desenvolvidos de forma participativa, sejam arquitetônicos ou urbanísticos, em comparação aos projetos concebidos sem consulta, uma vez que a participação é a interseção entre a leitura técnica e a leitura comunitária<sup>20</sup>. Os processos participativos tornam-se, portanto, importantes ferramentas de contribuição política e teórica a todos os envolvidos; não somente pela troca de conhecimento que se estabelece nestas experiências, mas também porque são pensados para responder questões relacionadas aos problemas urbanos e aos impactos socioeconômicos e ambientais gerados pelos demais projetos urbanos da cidade.

### 1.1.5. Produção e gestão social do habitat

Dentre as experiências semelhantes à luta da Vila Autódromo e ao projeto de extensão levado a cabo pela universidade Anhanguera destaca-se a experiência da cartografia realizada no âmbito da extensão universitária na comunidade Izidora<sup>21</sup> coordenado pela professora Natacha Rena. Destaca-se, também, o projeto de reabilitação integral do bairro de favelas Jnane Aztout, localizado na cidade de Larache, no Marrocos; coordenado pelo professor Esteban de Manuel Jerez. O projeto foi levado a cabo por seus habitantes em conjunto com a ONG “*Arquitectura y Compromiso Social*” da Universidade de Sevilha no âmbito da disciplina “*Habitat y Desarrollo*”, entre os anos de 2005 e 2013.<sup>22</sup> A experiência foi fruto de um intenso trabalho conjunto dos

---

<sup>20</sup> Segundo definição presente no Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm), acessado em 09 de março de 2017.

<sup>21</sup> “A rede Resiste Izidora é composta por um conjunto móvel de apoiadores da resistência das três ocupações populares de moradia na região, Rosa Leão, Vitória e Esperança, compondo integrantes como representantes de movimentos sociais, grupos acadêmicos, organizações da sociedade civil, estudantes universitários, moradores de outras ocupações de moradia, dentre outros. Mais informações em <https://www.facebook.com/resisteizidora/?fref=ts>”. Informações em FRANZONI, FARIA E RENA. Cartografia indisciplinar do conflito da Izidora em Belo Horizonte. Congresso Internacional Contested Cities, 2016.

<sup>22</sup> A autora da tese participou da referida experiência de reabilitação participativa da comunidade Jnane Aztout como aluna da disciplina.

moradores e contou com a cooperação de técnicos, visitantes, estudantes e políticos locais e internacionais.<sup>23</sup>

A proposta apresentada na Produção e Gestão Social do Habitat, PGHS<sup>24</sup>, busca um enfoque democratizador mediante processos em que os técnicos e pesquisadores sejam atores junto com os agentes sociais; a mesma proposta chamada por Boaventura de Sousa Santos (2010) de “ecologia dos saberes”. Para que ocorra a mudança na forma de elaboração de projetos é necessário o desenvolvimento de metodologia que dê acesso ao conhecimento da população, para que a elaboração das decisões sejam compartilhadas e consensuais: “(es) necesario que cada actor (...) admita la necesidad de que cada uno de los otros actores tenga injerencia em todos los niveles de decisión y responsabilidad: injerencia del habitante y de los profesionales sociales, por ejemplo, en la elaboración de los diseños de arquitectura (...)” (PELLI, 2006, p. 75).

O modelo proposto pelo professor Manuel Jerez opõe-se diametralmente aos procedimentos utilizados na concepção dos projetos contemporâneos, os megaprojetos. A PGHS busca inter-relacionar as três dimensões do habitat urbs, civitas e polis para uma produção espacial transformadora: “la URBS o configuración de la realidad física, de la que se han ocupado tradicionalmente los urbanistas; la CIVITAS o marco social, económico y cultural, civilizatorio en una palabra, al que clásicamente se han dedicado las ciencias sociales; y la POLIS o marco político, referido a las relaciones de poder que se establecen entre los actores que intervienen en la ciudad, políticos, técnicos y ciudadanos (...). Estas tres realidades se interrelacionan y configuran el hábitat, de modo que cualquier acción o transformación sobre una de estas dimensiones genera cambios en las otras”. (DE MANUEL, 2009 p. 3)

Dentro da mesma metodologia participativa construiu-se o Museu das Remoções, objeto de estudo desta tese. O museu é resultado de uma intervenção levada a cabo pelos alunos de arquitetura e urbanismo, no âmbito da extensão universitária, sob coordenação da professora Diana Bogado. Ressalta-se que o referido museu é um processo comunitário, desenvolvido como forma criativa de resistência da Vila

---

23 Mais informações do projeto em no artigo “Jnane Aztout, Nosotros también somos Medina” de 9 de Maio de 2013, disponível em <https://estebandemanueljerez.wordpress.com/2013/05/28/jnane-aztout-nosotros-tambien-somos-medina/>, acessado em 09 de Março de 2017

24 Tema central do mestrado de Gestão Social do Habitat da Universidade de Sevilha coordenado por Estebán de Manuel Jerez na Universidade de Arquitetura de Sevilha.



Autódromo à remoção. Todas as ações do museu foram fruto de ação coletiva, popular e transdisciplinar, com apoio da universidade e de uma rede de ativistas. Experiência que será aprofundada ao longo da presente tese.

Estas experiências se inserem em uma nova proposta de elaboração e execução de projetos de arquitetura e urbanismo. Pedro Arantes (2000) reforça a urgência da transformação do processo de produção da arquitetura e acrescenta que a arquitetura atual possui a “renda da forma” na era “digital financeira”. A mudança de paradigma é urgente para o autor: uma vez que os edifícios espetaculares - por exemplo, no Rio de Janeiro o Museu do Amanhã e o próprio Parque Olímpico - assim como os arquitetos estrelas, assumem o protagonismo dos valores dominantes, enquanto a crise, a pobreza e a precariedade aumentam. Arantes (2000) acrescenta que a urbanização acelerada colabora para ainda mais catástrofes e mais escassez nas periferias, e que a mudança deve ser em função da conscientização socioambiental. Para o arquiteto nossa profissão precisa de menos estrelas, menos marketing e de mais profissionais que entendam de “mosquito, de rato, de contenção de encostas, de reagenciamento de espaços, de enchentes e também de comunicação visual para uma população favelada.”<sup>25</sup>. (ARANTES, 2000 p. 291)

Precisa-se de profissionais formados em universidades que devem ensinar um saber-atoar que integre vários saberes parcelares, como meio para transformar o cotidiano vivido pelas maiorias. Formados de forma crítica, capaz de atuar não apenas como agente reparador, mas também como sujeito mobilizador da vontade e da imaginação das populações que a “espoliação urbana” foi deixando pelo caminho, reforça Arantes. “Para isso, como Jorge<sup>26</sup> nunca deixava de nos lembrar, só uma teoria radical permitiria conceber a ação prática no sentido forte da práxis; dimensão ultimamente negligenciada, mesmo nos círculos em princípio mais exigentes.” (ARANTES, 2000, p. 292).

Neste sentido, a consolidação de uma proposta de transformação do planejamento urbano e arquitetônico requer a reformulação dos métodos ensinados nos cursos de arquitetura e urbanismo. É necessário, portanto, a adoção de disciplinas e práticas voltadas ao exercício de metodologias de projeto abertas e criativas, como as levadas a cabo na Vila Autódromo no âmbito da extensão universitária da Faculdade Anhanguera.

---

<sup>25</sup> Jorge Oseki na entrevista “Jorge, professor de todos nós” para a revista caramelo, n.10. citada em João Marcos Lopes, Wagner Germano e Pedro Arantes, em Arantes (2000).

<sup>26</sup> Pedro Arantes referindo-se a Jorge Oseki no seu livro A arquitetura na era digital Financeira, 2000.

A fim de formar técnicos capazes de trabalhar em contextos precários que se encontram em constante transformação/mutilação.

## **Resumo da tese: Resistência social à cidade neoliberal**

### **1.1.6. A construção da cidade neoliberal**

A política urbana contemporânea se realiza mediante a viabilização dos interesses do mercado no território da cidade do Rio de Janeiro. A versão neoliberal da gestão urbana diferencia-se em relação às outras fases do sistema capitalista, dentre outras questões, porque a realização do capital incorpora na atualidade o processo de produção do espaço e a política urbana centra-se na adaptação do território da cidade à reprodução do capital (nacional e internacional) - gerando consequências negativas específicas a esta forma de gestão para a população. (Mascarenhas, 2016; Stavrides, 2016; Swyngedown, 2002, Basso, 2016; Harvey, 2016, Freeman, 2012). A hegemonia do interesse empresarial na ordenação do espaço vem ocasionando homogeneização e a flexibilização do território (Santos, 2013; Soja, 2000); entretanto, tais mudanças não restringem-se aos fenômenos descritos por Santos e Soja, a partir delas emerge nas cidades um território de disputa entre os interesses do capital, de um lado, e as resistências populares de outro.

Este quadro de protagonismo empresarial está intrinsecamente relacionado com as grandes mudanças no âmbito da economia global, principalmente do comportamento do capital financeiro internacional, destacando-se a velocidade dos processos e a soberania autoritária de interesses corporativos. Tais mudanças fazem a realização da política urbana e territorial desenrolar-se “*sob égide do consumismo triunfante na era da hegemonia do pensamento e das práticas de gestões neoliberais*” (Rolnik, 2016, p.262), acarretando a polarização do território (com manutenção do padrão centro-periferia), a privatização do espaço urbano e o aumento das desigualdades sociais.

Dada a mundialização da economia e a forma em que atualmente se configura essa globalização, seria infértil buscarmos uma análise do espaço urbano que se debruçasse apenas sobre o contexto local da comunidade estudada, a Vila Autódromo, uma vez que as forças impulsionadoras das dinâmicas socioespaciais são reflexo da mundialidade; seu entendimento requer a compreensão da espacialidade em maior escala e dos fenômenos que à ela estão relacionados.

### 1.1.6.1. O empreendedorismo urbano e os Grandes Projetos Urbanos

O empreendedorismo urbano é o fenômeno que caracteriza a influência das ideias neoliberais na política urbana (Harvey, 1996). Harvey identificou o momento de passagem do administrativismo para o empreendedorismo da gestão urbana ao analisar as mudanças nos ambientes e instituições urbanas que estavam ocorrendo nas cidades americanas na década de 1970. Estas mudanças permanecem até os dias de hoje e chegaram até os países periféricos. O empreendedorismo urbano sugere que a gestão da cidade se estabeleça nos moldes de uma gestão empresarial, alterando com isso, significativamente, a condução da política urbana, que passa a submeter a reconfiguração territorial aos processos de valorização do capital. Harvey reforça que a base do empreendedorismo é a formação de alianças políticas e de classe, o que significa que este modelo de gestão vai além de processos administrativos (1996, p. 52). Dentre os aspectos das transformações procedentes desta nova forma de gestão urbana se destaca a dominação espacial, ferramenta eficiente à reprodução do capital que também contribui para o processo de homogeneização (Santos, 2011, Lefebvre 2001, Winnicott, 1975)<sup>27</sup>. A construção de espaços dominados (Sobarzo, 2006), através dos megaprojetos, induz a comportamentos sociais esperados pelo projeto hegemônico de cidade, que está associado a um projeto hegemônico de sociedade. Uma vez que a cidade é “a projeção da sociedade sobre um local” (Lefebvre, 2001, p. 56).

A difusão da racionalidade empresarial como lógica compatível a todos os setores da vida (Santos, 2013) é difundida globalmente desde a década de 1970, momento no qual o neoliberalismo esparrama-se pelo território das cidades e divulga a teoria da livre concorrência, otimização e eficiência do Estado, substituindo o Estado de bem-estar social. Nesse momento o Estado se afasta da função política administrativa e age em prol dos interesses do mercado, de forma antidemocrática, autoritária e desigual pelo território. O projeto que emerge com a implantação da estrutura neoliberal carrega

---

<sup>27</sup> Os “espaços potenciais” de Winnicott (1975) referem-se a lugares inscritos em contextos de experiências socioculturais equivalente ao que Lefebvre chama de “habitar”, seria o espaço como produto da prática, da criação, do ser no sentido do verbo, extensão da vida, enquanto em oposição a tais espaços potenciais estão os espaços homogêneos, que seriam os “não-lugares” projetados a partir do “espaço concebido” da padronização, da mercantilização, espaços produzidos pelo poder. Os espaços homogêneos são centros comerciais, aeroportos, espaços semelhantes, padronizados, que reduzem a criatividade do cotidiano. Tais espaços não são produto da práxis, eles são opostos à obra participante que é potencialmente simbólica. Em última análise, os espaços concebidos homogeneizam os comportamentos e a sociedade. Lefebvre (2001)

consigo a retomada do poder pelas classes altas (Harvey, 2005); a preparação da cidade neoliberal não foge as regras reproduzidas pelo sistema, que coloca os interesses empresariais à frente dos interesses coletivos. A administração das cidades passa, então, a ser fundamentada pela lógica racionalista com o chamado empreendedorismo urbano que se estabelece com a consolidação do neoliberalismo após a crise de 1973. É o marco desta mudança de paradigma, uma vez que cria as bases para a consolidação de uma administração mais flexível “capaz” de atrair investimentos através da lógica competitiva. Dentre as consequências deste processo, no âmbito especificamente brasileiro, observa-se a forma de ordenação e expansão do território que se reconfigura com acentuação da desigualdade, segregação e fragmentação por enclaves espaciais as consequências para a população são diretas: homogeneização, padronização e exclusão socioespacial (Santos, 2013).

As formas de intervenções urbana da atualidade derivadas da gestão neoliberal de cidades e efetivadas pelos megaprojetos tem o turismo e o consumo como focos principais: Direcionados a atender os interesses do mercado internacional, os GPU's não alteram somente o aspecto físico dos lugares, mas também seus aspectos social e simbólico: “as possibilidades político-econômicas da reconstrução de lugares estão coloridas pela maneira (...) da representação dos lugares” (Harvey, 1992, p. 22). Trata-se o espaço urbano de forma pontual e local, concentrando-se, principalmente, na execução de revitalizações de áreas centrais, áreas portuárias ou áreas nobres urbanas, estrategicamente pensadas para funcionar como catalisadores de mudanças nas demais áreas da cidade a partir destes pontos revitalizados (Novais, 2011). O fenômeno da espetacularização, como argumenta Guy Debord (1969), ou o empreendedorismo urbano, conforme entendido por Harvey (1996), ou ainda o espaço concebido em oposição ao espaço vivido, de acordo com a definição de Lefebvre (1991) são expressões que descrevem o produto e a consequência destas intervenções nos lugares. *“Esta perspectiva entiende que el espacio es producido respondiendo a las reglas imperantes de acumulación capitalista, adecuándose a las reglas del mercado. En la etapa neoliberal, se hace aún más recalcitrante la condición de mercancía del espacio”*. (Lefebvre, 1973; Harvey, 1985; Franquesa, 2007 apud Makhoul, 2016)

Viabilizados por coalizões entre o mercado e a administração pública (AGUILERA e NAREDO, 2009, p. 19) no bojo da “globalização neoliberal” (MASSEY, 2007) os novos espaços criados nas cidades são projetados estrategicamente para indução de um padrão determinado de comportamento social voltado para o consumo. Baltimore, Boston, Nova York, Barcelona, Buenos Aires, Londres e agora Rio de Janeiro, entre outros, são exemplos de cidades reprodutoras deste modelo de intervenção urbana que

se multiplica pelo mundo e constrói espaços fragmentados dentro das “cidades mundiais” (Massey, 2007). Dentre os objetivos principais destes projetos estão a atração de investidores privados, a construção de uma narrativa consensual de gestão urbana e a inserção das cidades no rol de competição internacional. (Sánchez, 2010). Na preparação da cidade neoliberal observa-se, além dos processos de homogeneização e padronização mencionados, a produção da segregação, estrategicamente planejada pelos atores hegemônicos (Novais, 2010); fenômeno que induz a alteração da dinâmica socioespacial urbana ao substituírem o caráter do “vívido”, preponderante nos espaços públicos, pelo espaço planejado para ser observado e consumido, produto de projetos concebidos com a finalidade de atender interesses empresariais (LEFEBVRE, 1991). Resultam deste modelo de intervenção espaços desconectados dos modos de produção do entorno, destituídos do caráter “público”, desencadeadores de processos remocionistas e gentrificadores com viés inconstitucional, por acarretarem inúmeras violações durante sua execução, principalmente no tocante aos direitos de moradia e de habitação digna, conforme descrito no informe da Relatoria Especial da ONU<sup>28</sup> sobre o Rio de Janeiro.

### **1.1.7. Contexto histórico e territorial: Rio de Janeiro, 2009-2016**

#### **0.1.7.1. O Rio de Janeiro neoliberal**

O processo de “neoliberalização” (Harvey, 2005) de cidades – com a consolidação do planejamento estratégico<sup>29</sup> - atinge o Rio de Janeiro a partir da década de 1990, na primeira gestão do prefeito César Maia (1993-1996). Na ocasião ocorria a candidatura do Rio de Janeiro para sediar a olimpíada de 2004, momento no qual o turismo é reafirmado como prioridade da gestão urbana pelo referido prefeito. Inspirado no

---

<sup>28</sup> O informe elaborado pela Relatora Especial em exercício, Raquel Rolnik, trata do direito à moradia adequada, mas inclui questões sobre os efeitos positivos e negativos das transformações urbanas, marco de direitos humanos aplicáveis aos megaeventos, procedimentos e regulamentações dos megaeventos, licitação de obras, e recomendações para os Estados e os organismos responsáveis pelos eventos o COI e a FIFA.

<sup>29</sup> O Planejamento estratégico é um modelo de gestão que tem origem nos Estados Unidos e após ter sido implementado em Barcelona passou a ser difundido em várias cidades da América Latina, dentre elas o Rio de Janeiro.

modelo Barcelona, para a realização dos Jogos olímpicos de 1992, César Maia elaborou o plano estratégico de 1993 que reforçava as dinâmicas institucionais neoliberais na cidade. Nesse contexto, a realização de megaeventos transformou-se numa poderosa justificativa para a preparação da cidade mercadoria (ARANTES, VAINER E MARICATO, 2000) que teve a Copa do Mundo em 2014 como o pretexto ideal para consolidação da “cidade padrão FIFA”, posteriormente continuada na olimpíada Rio 2016 com a concretização da cidade olímpica. Os megaeventos tem potencialidade transformadora que coincide com os anseios neoliberais pretendidos pelo prefeito Eduardo Paes (2008-2012; 2012-2016). Eduardo Paes em sua gestão deu continuidade à política urbana iniciada pelo prefeito César Maia no seu primeiro mandato, realizando um planejamento urbano “mercadófilo”, de acordo com Mascarenhas (2016, p. 14).

O modelo de gestão adotado pelo prefeito César Maia e seguido pelo prefeito Eduardo Paes baseia-se na racionalidade do mercado para desenhar um plano de desenvolvimento socioeconômico para a cidade. Fundamentado em princípios neoliberais, este modelo utiliza os Grandes Projetos Urbanos, GPU’s ou megaprojetos, materializados pelas Parcerias Público-Privadas, PPPs, como ferramenta eficaz para a transformação do território. Esta dinâmica administrativa caracteriza-se pela implantação de uma nova política urbana autoritária, que dentre seus efeitos acentua a exclusão social. Além disto, as decisões projetuais são deliberadas sem consulta popular e sem informações adequadas à população. Estabelece-se uma “comunicação totalitária” de via única, como uma propaganda que não abre possibilidade ao questionamento, situação geradora da “confusão dos espíritos”<sup>30</sup> (SANTOS, 2013, p. 50). Os procedimentos da gestão neoliberal se tornam ainda menos transparentes durante a realização de megaeventos, utilizados como justificativas para a adoção de medidas emergenciais.

O Estado que se estabelece nos megaeventos é um Estado emergente, uma espécie de “estado de exceção contínuo” que atua no sentido de otimizar as transformações

---

<sup>30</sup> A crítica de Milton Santos à globalização neoliberal centra-se em seu caráter dissimulado e autoritário, denominada por ele de *globaritária*. Santos reforça a necessidade de construção de um novo discurso real, com narrativa contraposta à manipulação midiática que desmistifique a competitividade e o consumismo como padrões de vida, para a desconstrução da confusão dos espíritos (estado emocional o qual se encontram os indivíduos contagiados pelas ideologias manipuladas pelas lógicas capitalistas). Em oposição às ideologias individualistas e de aparências, o autor aponta a solidariedade como base ideológica para restabelecimento da sociedade. Tal como havia anteriormente à sociedade atual do espetáculo e das aparências. (Santos, 2013)

urbanísticas pretendidas pelo mercado, conforme ocorreu no Rio de Janeiro olímpico. (AGAMBEN, 2005) A atuação do Estado megaeventista foge aos procedimentos normais, o que comprova que o evento é utilizado como justificativa para adoção de processos não convencionais de caráter anti-democrático; com ênfase ao tratamento dado à população de baixa-renda e às favelas, como procede com as políticas de pacificação implantadas nas adjacências das áreas urbanas reformadas. Tais políticas complementam o controle do espaço público consolidado com os megaprojetos que apresentam o consumo como condição para estar na rua. O estudo de Muna Makhoulf (2016) reforça esta questão: “(...) *En Rio de Janeiro la cuestión de la seguridad está intrínsecamente relacionada con ese proceso de creación y destrucción del valor de los espacios, y en él la “pacificación” de las favelas tiene un papel preponderante. Aunque el tema de la seguridad comparando Rio de Janeiro y Barcelona sea más de contrapunto que de convergencia, sí hay que decir en ambas ciudades se crearon mecanismos de control del espacio público, (...). Hay que pensar el Modelo Barcelona como un modelo de muy largo alcance, en el que se siguen sintiendo sus efectos por la parte de la población, sobre todo la más vulnerable económicamente. Más de veinte años después sigue teniendo en Barcelona altos costos sociales en los términos ya mencionados de encarecimiento de la vida, gentrificación, elitización, control de la ciudad, costos de los que no hablan quienes intentan “vender” fuera de Barcelona tal modelo. El proyecto olímpico de reestructuración territorial en base a hacer del espacio urbano un negocio tiene más de dos décadas y continúa con cada vez más agudas repercusiones*” (MAKHLOUF, 2016, p. 100).

Destaca-se que a preparação da cidade para os megaeventos está associada, no caso do Rio de Janeiro, às remoções de comunidades carentes. As Operações Urbanas Consorciadas, OUCs, Porto Maravilha e Parque Olímpico<sup>31</sup> mostram-se como grandes oportunidades para expansão imobiliária. Estas reformas direcionadas a transformação do espaço público em um espaço “semi-público” voltado para o consumo foram responsáveis por diversas remoções habitacionais nas áreas adjacentes. Isto confirma a hipótese de que os megaeventos são grande oportunidade para a venda das cidades que se convertem “em grandes máquinas de excluir e expulsar qualquer habitante ou visitante considerado insolvente” (DELGADO, 2007, p. 11). No Rio de Janeiro foi anunciada a

---

<sup>31</sup> O consórcio de empresas que venceu a licitação da PPP, Parceria Público Privada, para realização do Parque Olímpico é formado pela empresa Carvalho Hosken, pertencente ao maior proprietário de terras da Barra da Tijuca e duas megaempreiteiras de obras públicas: Odebrecht S.A e Andrade Gutierrez S.A.

remoção de 119 favelas às vésperas dos megaeventos<sup>32</sup>. E estima-se que aproximadamente 70 mil pessoas foram removidas no cidadeo para os jogos, cuja intenção do Estado consistia na abertura de espaço à reprodução do capital<sup>33</sup>.

O período que compreende a escolha da cidade para sediar a olimpíada<sup>34</sup>, em 2009 (ano da vitória da candidatura do Rio para o evento), até sua realização, em 2016, é marcado pela tentativa de reversão da imagem da cidade. Na década de 1990 a imagem do Rio de Janeiro estava assinalada pela pobreza e violência, a partir de 2009 sua imagem se reverte em uma cidade promissora aos investimentos do mercado e à realização de eventos espetaculares. Esta transformação simbólica associa-se à categoria “representação do espaço” (LEFEBVRE, 1998) e é parte das estratégias de transformação urbanística próprias da gestão empreendedora.

Ressalta-se, dentre as principais características estruturais da cidade neoliberal, o novo rearranjo do poder, caracterizado pelo casamento entre o mercado global e setores institucionais da administração pública (AGUILERA e NAREDO, 2009, p. 19). No caso do Rio de Janeiro, observa-se territorialmente, a exclusão de parte da população, mais precisamente da população de baixa renda, de determinadas zonas urbanas, o que ocorre em decorrência de/ e como condição para a execução dos Grandes Projetos Urbanos, GPU's, indutores de gentrificação em áreas ditas degradadas (ROLNIK, 2011). Os GPUs e o modelo de gestão urbana atual são desencadeadores da mercantilização e da expropriação urbana, efeitos que não ocorrem sem violação de direitos comunitários.

Os investimentos realizados no Rio de Janeiro olímpico caracterizaram-se pela distribuição desigual de infraestrutura pelo território da cidade; equipamentos arquitetônicos e urbanísticos, assim como obras de melhorias concentram-se nas áreas de interesses imobiliário voltadas para produção de habitações de média e alta renda,

---

<sup>32</sup> Prefeitura remove 119 favelas, O Globo, 08 de janeiro de 2010, Caderno Rio, p. 13, ou disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>.

<sup>33</sup> Em entrevista ao arquiteto Lucas Faulhaber e a jornalista Lena Azevedo “Olimpíadas servem para legitimar as remoções”. Brasil de Fato, 2016. Arquiteto Lucas Faulhaber e a jornalista Lena Azevedo. Disponível em <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/180406/%E2%80%9COlimp%C3%ADadas-servem-para-legitimar-as-remo%C3%A7%C3%B5es%E2%80%9D.htm>, acessado em Abril, 2017.

<sup>34</sup> Nesta ocasião a vitória da candidatura das Olimpíadas - associada às pretensões do Plano Estratégico do Governo Municipal 2009-2012 - aumenta a pressão da prefeitura em relação às favelas da cidade.



como a Barra da Tijuca, por exemplo. “A propriedade imobiliária (*real state*) em geral e a habitação em particular configuram uma das mais novas e poderosas fronteiras de expansão do capital financeiro” (ROLNIK, 2015, p. 15). Esta situação acentuou a desigualdade territorial e a marginalidade na cidade. Na preparação de megaeventos aciona-se o capital público para gerar lucro aos investidores imobiliários, promovendo-se a “acumulação por despossessão” (HARVEY, 1996).

#### 1.1.7.2. A resposta dos movimentos sociais

No contexto descrito, a progressiva perda de direitos leva os movimentos sociais urbanos a organizarem-se. Tal articulação, somada à capacidade de readaptação e resiliência dos indivíduos excluídos dos processos hegemônicos, tecem um cotidiano particular à situação marginal, com características inerentes a realidade de um país emergente (ZIBECHI, 2011; SOUSA SANTOS, 2010; MIRAFTAB, 2009). Estes territórios são marcados pela predominância do aspecto do “vivido” frente às demais categorias de compreensão espacial lefebvrianas (LEFEBVRE, 1976). A forma de produção socioespacial das periferias, em função das dinâmicas cotidianas destes lugares, corresponde ao “habitar”, que faz alusão à vida, à multiplicidade e à amplitude da existência e das possibilidades da existência. O “habitar” abrange a complexidade do ser humano nas dimensões do desejo, do corpo e da sua multifuncionalidade e subjetividade em contraposição ao “habitat” que reduz o ser humano às funções metabólicas de comer, dormir e reproduzir-se e é o dado de referência para elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos da atualidade (LEFEBVRE, 2001).

A produção socioespacial das periferias, definida como “urbanismo insurgente” por Miraftab (2009) e como “sociologia das emergências” por Boaventura de Sousa Santos (2004), dá a tônica da resistência dos movimentos sociais no Rio de Janeiro, e caracteriza-se pela luta cotidiana por sobrevivência. Este dado abre possibilidade para outras análises dos significados destes movimentos periféricos. Estas lutas, em inúmeros casos, para além da capacidade de resistência e resiliência que por si só apresentam seu caráter revolucionário, também galgam conquistas de direitos à população, logrando em alguns casos inviabilizar projetos municipais excludentes, como ocorreu com a luta da comunidade Vila Autódromo contra a remoção. Entendida como forma insurgente de resposta (MIRAFTAB, 2004, 2009) em rede aos processos de exclusão socioeconômicos e políticos gerados pela globalização neoliberal, o referido caso enquadra-se no movimento denominado por Sousa Santos de “cosmopolitismo subalterno” e será explorado nesta pesquisa. (SOUSA SANTOS 2010, p. 30; 2006).

### 1.1.7.3. O caso da Vila Autódromo

A comunidade Vila Autódromo merece destaque por haver resistido às pressões do Estado para remoção, justificada pelas obras da olimpíada de 2016. Por meio da luta social, a comunidade conquistou o direito a permanecer na área. A Vila Autódromo localiza-se na Barra da Tijuca, zona Oeste da cidade, bairro que mais recebeu investimentos para as Olimpíadas, e onde foi construído o Parque Olímpico, principal estrutura do evento. Há muitos anos existe ameaça de remoção das comunidades e favelas adjacentes à Barra da Tijuca. A partir da execução do plano de expansão da cidade para a zona Oeste, na década de 1970, a pressão imobiliária na região torna-se uma crescente. No final da década de 1980 e início da década de 1990, a especulação se intensifica consideravelmente com o surgimento de novos processos de valorização do solo impulsionados por investimentos em infraestrutura, principalmente de transportes. No entanto, somente a partir de 2014 a Vila Autódromo começa a ser efetivamente removida, em função de interesses e oportunidades relacionados à Copa do Mundo realizada no mesmo ano. A remoção das casas da Vila Autódromo prossegue de forma ainda mais acelerada e violenta em 2015, devido à aproximação das Olimpíadas de 2016<sup>35</sup>.

A rede de resistência à remoção que se constituiu na Vila Autódromo foi iniciada pela articulação dos próprios moradores da comunidade, e posteriormente contou com o apoio da sociedade civil de forma abrangente; da defensoria Pública, do Comitê Popular Copa e Olimpíada, de movimentos sociais de luta pela moradia digna, de universidades, da mídia alternativa, de coletivos e instituições nacionais e internacionais, entre outros. A articulação em rede e as diferentes estratégias criativas de resistência, fortalecidas pelos vínculos afetivos dos integrantes da luta, foram peças chaves para a resiliência e resistência que culminou na conquista da sua permanência no local. Conquista material e simbólica. As ações criativas da luta contra remoção, campanhas, ações vinculadas à extensão universitária, festivais artísticos, cortejos musicais, ações culturais e intervenções territoriais foram capazes de aprofundar estes vínculos e regenerar, ainda que parcialmente, os danos morais e sociais provocados pelo traumático processo de remoção.

---

<sup>35</sup> A prefeitura anuncia a relação das 119 favelas que seriam removidas na cidade sob a justificativa de riscos ambientais que nunca chegaram a ter uma comprovação técnica, dentre as quais estava a Vila Autódromo. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>, publicada em 07/01/2010, atualizado em 01/11/2011, acessado em 07 de Outubro de 2016.

A construção coletiva de um museu na Vila Autódromo foi uma das estratégias de luta da comunidade. O Museu das Remoções se propõe a reunir fragmentos da memória comunitária e a construir uma narrativa oposta à narrativa hegemônica sobre a gestão urbana do Rio de Janeiro. Contextualizado numa proposta de resgate de memória que foge do circuito dos museus tradicionais - nos quais o espaço, a memória e os objetos são utilizados para recortar a memória da comunidade e compor museus<sup>36</sup> -, este museu nasce da “práxis” e da teoria de uma museologia comprometida com a cidadania, com a humanidade e com a afetividade, e tem como base a pluralidade do conhecimento. Nas palavras de Mário Moutinho<sup>37</sup>, “esta museologia a que nos referimos celebra a vida e é mais interessante que as grandes vinculações de memória porque a memória fundamenta tudo, mas o mais importante é o presente”. Para Moutinho (2013), a museologia social ou apelidada “Museologia do afeto” é de outro mundo, porque não tem nada a ver com este mundo que é o mundo do neoliberalismo. As considerações de Moutinho dialogam com as concepções de Boaventura Sousa Santos (2010, p. 36) sobre a necessidade de explorar a pluralidade interna da ciência, práticas alternativas desenvolvidas por epistemologias feministas e pós-coloniais, por exemplo, responsáveis por promover a interdependência entre conhecimentos científicos e não científicos, como propõe a “ecologia dos saberes” (SOUSA SANTOS, 2010).

O Museu das Remoções, imerso em uma prática museológica com “intenção”, (CHAGAS e BOGADO, 2017) nasce da necessidade coletiva de apoiadores e moradores da Vila Autódromo de registrar as práticas sociais locais e de reconstruir a relação entre o território e a memória da comunidade após a remoção de 97% de suas casas. Ele reúne elementos subjetivos e simbólicos para a continuidade do enfrentamento à prática histórica de remoções de favelas no Rio de Janeiro, reproduzida em diversas cidades do país e do mundo. Este museu apresenta a narrativa e o conhecimento populares sobre a memória da Vila Autódromo e seu processo de remoção, como seu fundamento e afirmação como museu. Um museu popular fundamentado em concepções alterativas de conhecimento situadas no pensamento pós-abismal; proposta que implica conceber a copresença radical como base para confrontar

---

<sup>36</sup> Na 23ª Conferência Geral do Conselho de Museologia MINOM, “Museologia do Afeto”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6PZlOTMOKtM>, acessado em Fevereiro de 2017

<sup>37</sup> Diretor da 23ª Conferência Geral do Conselho de Museologia MINOM 2013, no Rio de Janeiro, “Museologia do Afeto”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6PZlOTMOKtM>, acessado em Fevereiro de 2017

a ciência moderna com a “ecologia dos saberes”<sup>38</sup> (SOUSA SANTOS, 2010). O Museu das Remoções, que é a própria comunidade Vila Autódromo, articulado com outras favelas e com outras práticas museológicas comunitárias da cidade, apresenta-se como estratégia de luta radical pelo direito à moradia digna e pelo direito à cidade.

#### 1.1.7.4. A Construção do Museu das Remoções

O Museu das Remoções, em suas funções de preservação, comunicação e pesquisa pretende transmitir a prática social anterior às remoções e contrapor-se à dinâmica de esquecimento praticada pelas remoções. Destaca-se que a construção coletiva do museu foi articulada à prática pedagógica e a extensão universitária, ressaltando-se a importância da articulação das universidades nos processos de resistência à remoção de favelas no Brasil (RENA, 2016). No caso da luta da Vila Autódromo contou-se com a elaboração de projetos participativos de extensão, responsáveis pela realização de requalificações urbanísticas coordenadas pela professora, arquiteta e urbanista, Diana Bogado. O Museu das Remoções foi mais uma experiência de projeto participativo desenvolvido na comunidade em conjunto com a Universidade Anhanguera orientado pela mesma professora<sup>39</sup>.

Dentre os objetivos do museu contruído coletivamente está a preservação da memória social da comunidade e a denúncia da violência das “remoções olímpicas” do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Museu das Remoções da Vila Autódromo, resistência, olimpíadas, produção social do habitat.

---

<sup>38</sup> A ecologia dos saberes é o pensamento pósabismal que pressupõe a ideia de uma diversidade epistemológica do mundo e o reconhecimento da existência da pluralidade de conhecimento além do conhecimento científico. (Boaventura de Sousa Santos, 2010, p. 33)

<sup>39</sup> A primeira intervenção urbanística realizada na comunidade Vila Autódromo, a requalificação do parquinho, foi atividade do projeto de extensão à comunidade coordenado pela professora Diana Bogado, da Universidade de Arquitetura e Urbanismo Anhanguera. Após a requalificação, o parquinho tornou-se símbolo de resistência sediando importantes eventos, como a conversa com o geógrafo David Harvey, a apresentação do livro “A guerra dos lugares” da professora Raquel Rolnik e a apresentação do plano popular de urbanização realizado pelas universidades UFF e UFRJ; bem como se tornou um ícone de incentivo à requalificação de outros espaços na comunidade, como as intervenções ocorridas posteriormente no Espaço Ocupa, local onde ocorriam periodicamente o festival Ocupa Vila Autódromo. O.

# 1. Metodología

## 1.1. Resumen del capítulo en castellano: Metodología

### 1.1.1. El objeto de investigación: El “Museu das Remoções” (Museo de los desalojos) de la Vila Autódromo

El “Museu das Remoções” fue criado por la comunidad y he enfrentado el poder del estado. En la lucha en contra del desalojo la comunidad Vila Autódromo se entera de su propio poder de resisitencia. El “Museu das Remoções” describe la política de desalojo desde la perspectiva popular de las victimas de esta política. De este modo el referente museu social potencializa las disputas de Vila Autódromo. Y es el objeto de esta investigación.

El lema “Memória não se remove” (la memória no se borra) se ha convertido en el rumbo de acciones y actividades de este museo social. Aunque la memoria popular sea borrada todos los días por las grandes redes de comunicación que producen narrativas manipuladas encargadas de borrar y olvidar hechos politcos y sociales.

La afirmación “Memória não se remove” del “Museu das Remoções” significa un deseo, un desafio y una disposición para luchar y disputar la narrativa de la memoria, presentando la memoria popular de la comunidad Vila Autódromo sobre la preparación del Rio de Janeiro olímpico. Esta investigación trata de las disputas de la Vila Autódromo potencializadas en las acciones del “Museu das Remoções”.

### 1.1.2. Antecedentes

La metodología desarrollada en este trabajo se relaciona con la actuación política y profesional de la investigadora. La actuación como activista en movimientos de ocupación de casas vacías, como el movimiento Okupa en espana, o en edificios ocupados por movimientos organizados de lucha por el derecho a la vivienda social en Rio de Janeiro son actuaciones anteriores al desarrollo de esta investigación. La autora he coordinado proyectos de investigación de intervenciones participativas en favelas de Rio de Janeiro en el ámbito de la articulación universidad-sociedad (“extensão universitária”) como profesora de la escuela de Arquitetura y Urbanismo de la Universidad Anhanguera. El activismo de la autora no se restringe al ámbito del derecho

a la vivienda digna y a la ciudad, sino por demás derechos sociales de las minorías. Su recorrido de lucha transita por manifestaciones feministas, por en el 15 de Mayo de 2012, en España, 15M, por las Jornadas de Junio de 2013 en Rio de Janeiro, por manifestaciones en contra de la realización del mundial de fútbol en Brasil, en 2014 y en contra de la olimpiada 2016, entre muchas otras luchas. Estas manifestaciones son respuestas contra-hegemónicas a las contradicciones generadas por la globalización neoliberal, en el escenario de “transborde global” (MORIN, 2011), son consideradas por Sousa Santos como “*acciones-con-clinamen*”<sup>40</sup> (2010, p. 42).

Se resalta que la construcción del objeto de investigación de esta tesis, el “Museu das Remoções” de la Vila Autódromo es resultado de una postura activista junto a comunidad, en conjunto con una actuación profesional (docente) de la autora. Dicho museo resulta de una construcción colectiva con la comunidad, con apoyo del proyecto de intervención urbanística de la universidad de Arquitectura e Urbanismo Anhanguera, coordinado por la autora. El recorrido de la autora es relevante por realizar “acciones-con-clinamen”, que según Souza Santos son opuestas a acciones conformistas, caracterizadas por un poder creativo y espontáneo que produce un “desvío”, una virada, con potencialidad para cruzar “líneas abismales”, y experimentar formas marginales de sociabilidad y subjetividad (SOUSA SANTOS, 2010).

Esta postura requiere constante auto-reflexión como pensadora y actriz, nombrada “vigilância epistemológica” por Sousa Santos, por se considerar la existencia de muchas formas de saberes, la “ecología de los saberes”, que genera impacto sobre instituciones educativas y centros de investigación. La postura de la autora ha sido marcada en un momento específico por su dificultad de situarse como investigadora en contextos académicos reproductores de las líneas abismales conformistas. Su situación como investigadora solo se tornó posible después de la adopción de la metodología de la

---

<sup>40</sup> *Ações-com-clinamen* são opostas a las acciones conformistas, que es la prática rutinária, entendidas como reprodutoras y repetitivas. Boaventura utiliza el termino *clinamen* de Epicuro e Lucrecio, entendido como el inexplicável termino “*quidam*”. “*quidam*” modifica las relaciones de causa y efecto. “El *clinamen* é lo que hace que los átomos dejen de aparecer como inertes y sean vistos con un poder de inclinación, un poder creativo, eso es, un poder de movimiento espontáneo”. (Epicuro, 1926; Lucrecio, 1950 apud Santos, 2010, p.42).

“A diferencia de lo que sucede en la acción revolucionaria, la creatividad de la acción-con-clinamen no está basada en una ruptura drástica sino en un viraje o desviación leve cuyos efectos acumulativos rinden posiblemente a las combinaciones complejas y creativas entre los átomos, por lo tanto también entre seres vivos y grupos sociales” (Boaventura de Sousa Santos, 2010, p. 42)

investigación-acción (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2010, p. 35), con la cual fue posible mezclar su actuación activista y actuante (con *clinamen*) con la investigación académica. Esta trayectoria es importante a la investigación porque hace parte de la misma y he sido el factor responsable por definir la metodología utilizada. “El *clinamen* no rechaza el pasado; por el contrario, asume y redime el pasado al tiempo que se desvía de él. Su potencial para un pensamiento posabismal reside en su capacidad para cruzar las líneas abismales”. (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2010, p. 42).

### 1.1.3. Objetivos generales y específicos

Profundizar en la comprensión de las transformaciones urbanas de Río de Janeiro en años recientes (2009 - 2016), en el marco de lo que David Harvey (1996, 2005) describe como emergencia de la ciudad global y neoliberal y, emprendimiento urbano (*urban entrepreneurialism*), y en particular en relación con los procesos que se vienen denominando mega-eventos, en el caso de Río de Janeiro, especialmente el mundial de fútbol de 2014 y la olimpiadas de 2016.

Estudiar, especialmente, los efectos de estos procesos de transformación urbana en relación con la cuestión habitacional de las clases populares, haciendo énfasis en su impacto sobre la población moradora de favelas y periferias, así como los procesos de resistencia en estos ámbitos.

Documentar, estudiar y valorar, el proceso específico de resistencia frente al desalojo de la comunidad de Vila Autódromo, que fue la única favela que resistió frente a los llamados “desalojos olímpicos”, e indagar sobre las condiciones y características que hicieron posible esta victoria singular, y considerar, finalmente, posibles aprendizajes para otras situaciones de resistencia urbana.

Documentar, estudiar y valorar el *Museu das Remocoes*, el *museo social* y urbano construido en la Vila Autódromo como una de las acciones tácticas más destacadas de entre las llevadas a cabo por los miembros de la comunidad y su red de aliados en el proceso de resistencia que logró evitar su desalojo.

Generar conocimientos, a partir del caso de estudio, que puedan ser de aplicación en otras situaciones y contextos de resistencia urbana.

#### 1.1.4. Metodología

Para realizar la investigación se realizó investigación de campo, encuesta y sistematización de datos oficiales de los materiales de prensa. El enfoque de la comunidad estudiada se produjo a través de la observación participante (Whyte, 1943), o, más precisamente, la participación observadora (Wacquant, 2000). Es decir, la autora de esta tesis es una actora en la investigación-acción (Tripp, 2005) por llevar a cabo la acción conjunta de la práctica y de la investigación, ya que es activista en el movimiento social de resistencia al desalojo de dicha comunidad. La articulación entre el posicionamiento de militante y de investigadora es interesante para la investigación en respecto a dilactica sobre la subjetividad y objetividad, y sobre la neutralidad y posicionamiento científico. La autora realiza la investigación a partir de un poscionamiento, afecta el objeto de investigación y por él es afectada.

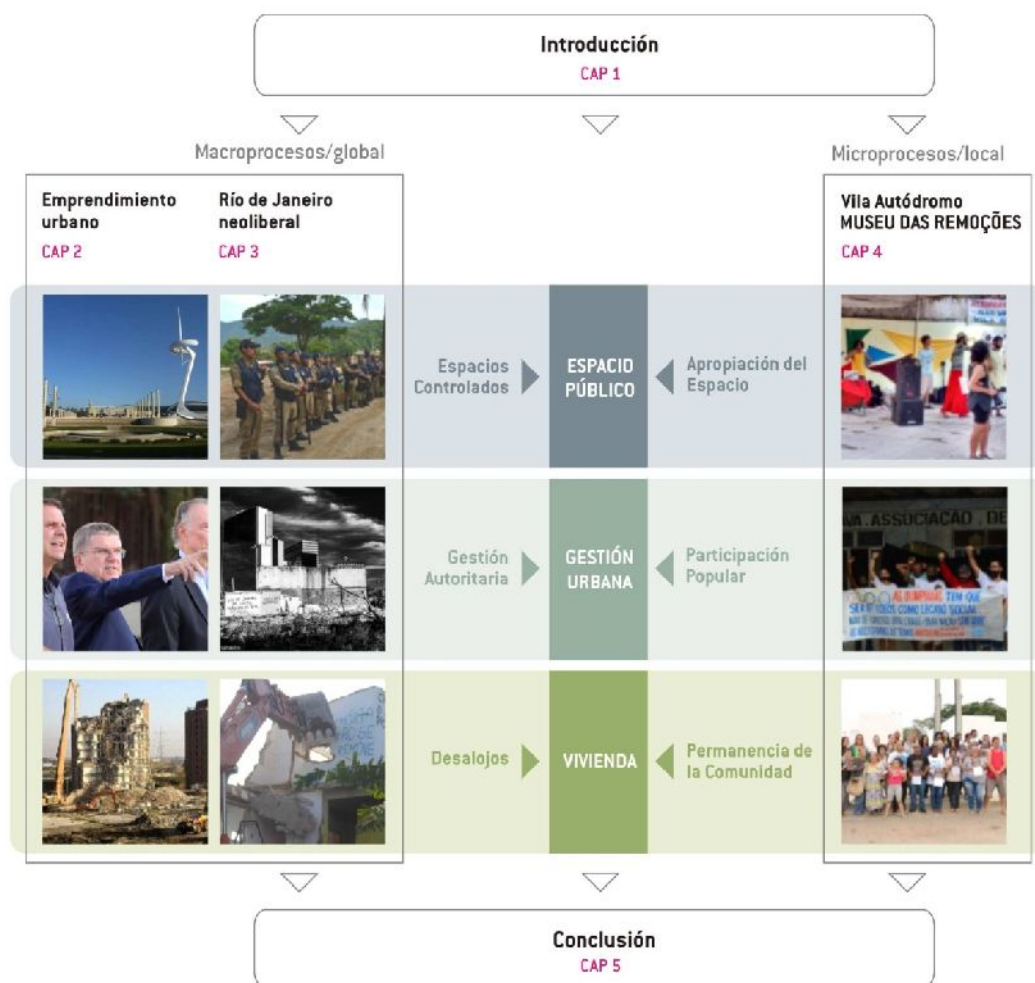
La perspectiva metodológica adoptada es la investigación-participativa desarrollada a partir de varias corrientes de la investigación-acción, en la cual la *praxis* es eje de los procesos de transformación social en ciclos de acción – reflexión – acción (VIRNO, 2003, MALO, 2004, MONTAÑÉS, 2009).

Para la referente reflexión será realizada la análisis de microprocesos cotidianos establecidos en el estudio de caso como elementos llave de comprensión de macroprocesos globales complejos, basado en el método regresivo-progresivo Lefebvriano. (LEFEBVRE, 1949, 1953, 1960, 1968)

##### 1.1.4.1. Esquema metodológico

Dentro del marco teórico, se considera el objeto de estudio, el “Museu das Remoções” de la Vila Autódromo como forma de lucha al Rio de Janeiro de los megaventos, un caso de respuesta al emprendimiento urbano alineado procesos globales de neoliberalización de ciudades (Harvey, 1996, 2005,2011). Las repercusiones de este proceso pueden ser observadas en el espacio público, en la gestión urbana autoritaria (Aganbem, 2005; Naredo, 2009) y en la cuestión de la vivienda social (Rolnik, 2011) en la ciudad. La respuesta insurgente del museo social de la Vila Autódromo hace frente a estos impactos socioespaciales neoliberales con acciones de apropiación del espacio público; organización de procesos participativos y lucha por la permanencia de la comunidad. Acciones ubicadas en la lucha por el derecho a la ciudad y a la vivienda digna. Este esquema metodológico esta disenado en siguiente ilustración:





Macroprocesos/políticas globales; Microprocesos/ políticas locales; Emprendimiento: Emprendimiento Urbano Global (“*Entrepreneurship*”, Harvey, 2016); Río de Janeiro: caso de Emprendimiento Urbano de Río de Janeiro. Espacio Público: Espacios Dominados x Apropiación del Espacio público. Gestión urbana: Gestión urbana Autoritaria x Procesos participativos. Vivienda social: Desalojo x Permanencia de la Vila Autódromo. “Museu das Remoções” = Museo de desalojo.

### 1.1.5. Hipótesis y estructura de la investigación

#### 1.1.5.1. Hipótesis de partida

Entre las hipótesis de partida, este trabajo vislumbra reforzar la teoría ya estudiada en varias ciudades del mundo (Atenas, Barcelona, Vancouver, Pequin, etc.) de que la realización de megaeventos agrava la desigualdad social de las ciudades anfitrionas

(Rolnik, 2010; Mascarenhas, 2016; Makhoul, 2016; Stavrides, 2016; Swyngedown, 2002, Basso, 2016), y que en el caso de Río de Janeiro lo ha hecho de igual forma.

Se eleva también como hipótesis de partida que el modelo de planificación de la ciudad neoliberal que se consolida rápidamente con la realización de megaeventos conlleva, entre sus consecuencias e implicaciones, la reducción del “*habitar*”, producción socioespacial existente en las poblaciones pobres y periferias del mundo, al “*hábitat*”, que es el parámetro de referencia para producción de ciudades neoliberales (Lefebvre, 1976).

Se considera también como hipótesis que los procesos de exclusión territorial, reflejo de la preparación del Río de Janeiro neoliberal, por medio de la implantación del emprendimiento urbano, provocan respuestas de los movimientos sociales periféricos, principalmente, los de las favelas. Una vez que las mismas son afectadas de forma más agudas por dichas transformaciones urbanas. Estos movimientos periféricos, por su vez, rearticulan respuestas más fuertes y creativas, y señalan la insurgencia de nuevas formas de resistencias en red. (Zibechi, 2011; Scott, 1990; Miraftab, 2009).

Se conjetura que los modos de vida de la periferia tienen las características del *habitar* (Lefebvre, 1976), responsable por posibilitar el surgimiento de una red de resistencia solidaria que fortalece las luchas sociales (Zibechi, 2011). Y se estima que estos modos de vida sean de los componentes más significativos de la conquista de la permanencia de Vila Autódromo frente a la intención del ayuntamiento de ejecutar su desalojo integral.

#### 1.1.5.2. Estructura de la tesis

Por lo tanto el análisis de las transformaciones de la ciudad de Río de Janeiro que presentamos a continuación tiene como finalidad observar los megaeventos y el emprendimiento urbano a partir de las consecuencias que estos fenómenos tienen sobre la población que vive en las periferias; contraponiendo dialécticamente los desdoblamientos de la gestión pública frente a la articulación de la resistencia de las clases bajas que luchan por el derecho a la ciudad. Las imbricaciones de esta lucha comprenden estrategias poéticas, creativas y afectivas de resistencia, además, contienen la semilla de una nueva propuesta social.

Esta investigación se desarrolla a lo largo de cuatro capítulos. En el primero de ellos se presenta el tema de investigación y se contextualiza el objeto de estudio, el “Museu das Remoções”, en el escenario de la realización de megaeventos en Río de Janeiro. Se trata

de una experiencia creativa de resistencia frente al desalojo de favelas; una práctica que ha sido retomada recientemente y que es resultado de la construcción de una ciudad polarizada y desigual.

El segundo capítulo se refiere a la producción de un territorio urbano espectacular que esta dirigido a una práctica social consumista. Se busca demostrar la relación de la ciudad-mercancía y de una sociedad moldeada para corresponder con el espacio urbano del espectáculo, al que se refiere Guy Debord (1969) en su libro *La sociedad del espectáculo*. Dicha sociedad reproduce comportamientos –consumista y espectador– alineados a los intereses hegemónicos de “globalitarismo” (Santos, 2013). Los conceptos en que se basa esta reflexión se sustentan en las teorías de Guy Debord, Henri Lefebvre, Milton Santos y David Harvey. Estos autores tratan el fenómeno de lo urbano y de la producción del espacio a partir de la teoría marxista; comprenden que la producción espacial no se separa de la producción social, sino que son intrínsecas una a la otra. Es decir, las alteraciones espaciales están imbricadas con las transformaciones sociales y viceversa. Hablamos, por tanto, de producción socioespacial.

En el capítulo se relaciona el planeamiento del espacio metropolitano, caracterizado por la primacía del valor de cambio sobre el valor de uso, con el contexto capitalista global. Las reflexiones de Lefebvre (2001) acerca de lo cotidiano, del campo de “lo vivido” y del “habitar” el mundo, demuestran la relación de microprocesos comunitarios con macroprocesos económicos globales. El capítulo habla de una producción de espacios “semi-públicos” en las ciudades, restringidos a pocas formas de uso que son concebidas por el patrón limitante del “hábitat” (Lefebvre, 2001). En estos lugares planeados el control es garantizado por una gestión autoritaria. La consecuencia de esta forma de planeamiento urbano es la violación del derecho a la ciudad que afecta de forma aún más agresiva los ciudadanos que viven a las periferias urbanas.

En el capítulo tres tratamos de mostrar los efectos sociales de la construcción de Río de Janeiro neoliberal. Se realiza un recorrido resumido por la política de desalojos de favelas y casas precarias que se ha llevado a cabo en la ciudad desde principios del siglo XX. La intención es demostrar que la existencia de favelas es consecuencia de la actuación del Estado. Se trata de una actuación elitista que acentúa la marginalidad y provoca el aumento de las favelas. El capítulo pretende observar los impactos de la práctica de desalojos, desde una perspectiva más amplia que solamente la jurídica; teniendo en cuenta las consecuencias sociales, subjetivas y simbólicas de esta práctica, así como incluyendo la memoria local y los impactos psicológicos sufridos por los sujetos desalojados.

El cuarto capítulo recorre el proceso de lucha en contra del desalojo de la favela *Vila Autódromo* y la construcción del "Museu das Remoções" como experiencia creativa y afectiva frente la construcción de la ciudad-mercancía o ciudad neoliberal. Dicho museo social pretende actuar también en las esferas simbólicas, sus prácticas son entendidas como resistencia a la construcción de espacios públicos controlados y al modelo de sociedad individualista y consumista. Estos puntos serán discutidos en el capítulo. Las tácticas de lucha del museo por los derechos sociales, así como la sociabilidad desarrollada en la Vila Autódromo se enfrentan a los valores de la sociedad del espectáculo.

En las consideraciones finales de esta investigación evaluaremos las contribuciones del "Museu das Remoções" a la construcción de una propuesta social contra hegemónica.

## 1.2. O objeto de pesquisa: O Museu das Remoções da Vila Autódromo

O Museu das Remoções é uma iniciativa desenvolvida por moradores, apoiadores e amigos da Vila Autódromo<sup>41</sup>. O Museu foi lançado no dia 18 de maio de 2016, quando se comemorava o dia internacional dos museus, com o tema “Museus e Paisagens Culturais”, sugerido pelo Conselho Internacional de Museus, ICOM.

Situada na Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro, a Vila Autódromo era constituída por mais de 600 famílias e estava situada às margens da Avenida Salvador Allende e da Lagoa de Jacarepaguá. O processo de remoção das famílias da Vila Autódromo foi perverso e violento. A serviço do grande capital e de um megaevento de caráter mundial, a olimpíada, a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciou a remoção de famílias moradoras da Vila Autódromo há mais de 50 anos, das quais muitas possuíam situação fundiária regulamentada.

O processo de remoção foi conflitivo. Aproximadamente 580 famílias foram violentamente removidas. A resistência de vinte famílias que insistiam em dizer: “Nem todos tem um preço” inventaram novas possibilidades de estar no e habitar o mundo; e venceram os jogos olímpicos ao permanecerem na comunidade. Ressalta-se a força simbólica da permanência destas vinte famílias na comunidade mediante um quadro de 22.059 famílias<sup>42</sup> removidas na preparação do Rio de Janeiro para os megaeventos.

Neste contexto, entre janeiro e março de 2016, articulou-se a criação do Museu das Remoções como mais uma estratégia de luta criativa de apoio à permanência da Vila Autódromo, que estava em processo de remoção. Dos escombros das casas destruídas foram construídas as primeiras esculturas do museu, também realizou-se os primeiros registros das memórias dos moradores e apoiadores da Vila Autódromo.

O Museu das Remoções, criado por uma comunidade popular enfrentou o poder destruidor do Estado e descobriu nesta luta o seu próprio poder de resistência. Encarregou-se de contar a história das remoções a partir da perspectiva dos afetados

---

<sup>41</sup>Ver <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/18/museu-das-remocoes-expoe-memoria-de-resistencia-da-vila-autodromo-no-rio/>

<sup>42</sup> Em. <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2016/07/21/o-legado-das-remocoes-no-rio-violencia-dividas-e-povo-na-mao-de-milicias.htm>, acessado em Dezembro de 2016

pelas políticas de remoções. O lema “Memória não se remove” passou a ser a chave de todas as ações deste museu.

Memória se remove. A grande mídia cotidianamente opera a favor da produção de esquecimentos e de remoção de memórias. A afirmação “Memória não se remove” implica um desejo, um desafio e uma disposição para a luta e é uma indicação de que a memória está em disputa. Por esta vereda, alcançamos o coração do presente debate na disputa com a narrativa do Estado sobre a preparação da cidade olímpica. A presente pesquisa trata desta disputa sustentada pela Vila Autódromo, potencializada pelas táticas de resistência criativa do Museu das Remoções. As atividades deste museu partem do princípio que “a força e a potência dos museus podem ser multiplicadas pela articulação e associação entre memória e criatividade, e que tudo isso pode desaguar na transformação social.”<sup>43</sup> CHAGAS, ASSUNÇÃO E GLASS (2013, p.2).

### 1.3. Antecedentes

A metodologia deste trabalho está relacionada com a postura política e profissional da pesquisadora. Considera-se relevante a atuação política militante da autora, que é anterior ao início de elaboração desta pesquisa, tendo apoiado ocupações organizadas de imóveis no Rio de Janeiro e na Espanha, tendo participado de atividades do movimento *Okupa* espanhol e da luta contra remoção de favelas no Rio, durante a preparação da cidade para os megaventos. Dentre as articulações militantes a autora desta tese esteve presente nas manifestações de 15 de Maio, 15M, de 2012, na Espanha, nas Jornadas de Junho de 2013, no Rio de Janeiro, nas manifestações contra Copa do Mundo 2014 e contra a olimpíada 2016; bem como nas manifestações feministas no Rio de Janeiro nos últimos anos. Tais manifestações são respostas contra-hegemônicas às contradições geradas pelo modelo de globalização neoliberal vigente, entendidas por Sousa Santos como “ações-com-clinamen”<sup>44</sup> (2010, p. 42), estas ações situadas dentro de uma

---

<sup>43</sup> CHAGAS, ASSUNÇÃO E GLASS, (2013). *Museologia Social em Movimento*. Cadernos do CEOM, Ano 27, n. 41. *Museologia Social*, p. 2

<sup>44</sup> *Ações-com-clinamen* são opostas as ações conformistas entendidas como reprodutoras e repetitivas que reduzem o realismo ao que existe e precisamente porque existe. Boaventura pega emprestado o termo de Epicuro e Lucrecio entendido como o inexplicável termo “*quidam*” que modifica as relações de causa e efeito. O *clinamen* é o que faz os átomos deixarem de ser vistos como inertes e sejam vistos com poder de inclinação dotados de um poder criativo, como um poder de movimento espontâneo (Epicuro, 1926; Lucrecio, 1950 apud Santos, 2010),

epistemologia desestabilizadora distinguem-se das ações conformistas. O conjunto descrito e situações correlacionadas a ele contextualiza-se na multicrise da civilização dirigida a um cenário de “transborde global” (MORIN, 2011).

Neste cenário, o percurso da autora é relevante por atuar como sujeito desestabilizador através da prática de “ações-com-clinamen”, caracterizadas por um “desvio” com potencialidade de cruzar “linhas abismais” e experimentar formas marginais de sociabilidade e subjetividade (SOUSA SANTOS, 2010). Esta conduta harmoniza-se com o pensamento pós-abismal de Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 37) que dentro da “ecologia dos saberes”, ou seja, do reconhecimento da pluralidade do conhecimento, busca respostas incompletas aos questionamentos, ao partir da ideia de que todo tipo de conhecimento é incompleto de alguma forma.

A vigilância epistemológica requerida pela ecologia dos saberes implica numa constante auto-reflexão como pensador e ator, tendo impacto, por exemplo, sobre instituições educativas e centros de investigação atuais. Esta postura marcou em um momento dado, a dificuldade de a autora situar-se como pesquisadora em contextos acadêmicos e grupos reprodutores de linhas abismais conformistas. Situar-se como pesquisadora só se tornou possível após a adoção da metodologia da pesquisa-ação, com a qual foi possível conjugar a postura ativista, “ação-com-clinamen”, com a pesquisa acadêmica. (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2010, p. 35). “O *clinamen* não rechaça o passado; pelo contrário, assume e redime o passado ao mesmo tempo em que se desvia dele. Seu potencial para um pensamento pós-abismal reside em sua capacidade para cruzar as linhas abismais”<sup>45</sup>. (SOUSA SANTOS, 2010, p. 42). Esta trajetória é importante para a pesquisa porque é parte do desenvolvimento da mesma, além de ter sido responsável pela definição da metodologia.

---

diferente do que se sucede em ações revolucionárias não ocorre uma ruptura drástica, mas um desvio cujos efeitos levam a combinações criativas e complexas entre os átomos, e, portanto, também entre seres vivos e grupos e sociais. (Boaventura de Sousa Santos, 2010, p. 42)

<sup>45</sup> Versão original em castelhano, tradução da autora.

## 1.4. Objetivos

### 1.4.1. Objetivo geral

Aprofundar a compreensão das transformações urbanas do Rio de Janeiro nos últimos anos (2009-2016) relacionados ao período de preparação da cidade para os megaventos esportivos Copa do Mundo 2014 e olimpíada 2016, no marco do que David Harvey descreve como emergência da cidade global e neoliberal e empreendedorismo urbano (urban entrepreneurialism).

Analisar os efeitos destes processos de transformação urbana em relação à questão habitacional das classes populares, mais precisamente no impacto à população moradora de favelas e periferias, assim como os processos de resistência nestes âmbitos.

### 1.4.2. Objetivo específico

Documentar, estudar e analisar o caso específico de resisitencia à remoção da comunidade Vila Autódromo, que foi a única favela que resistiu às chamadas “remoções olímpicas”<sup>46</sup>, e indagar sobre as condições e carcaterísticas que tornaram possível esta vitória singular. Considerar, finalmente, os possíveis aprendizados oriundos desta luta para outras situações de resistência urbana.

Documentar, estudar e analisar o Museu das Remoções, um museu social urbano contruido na Vila Autódromo, como ação estratégica de destaque na luta de resistência à remoção travada pela comunidade em conjunto com sua rede de apoiadores.

Gerar conhecimentos a partir do estudo de caso que possam ser aplicados em outras situações e contextos de resisitência urbana.

---

<sup>46</sup> Ressalta-se a permanência das vinte famílias da Vila Autódromo diante de 77 mil famílias removidas no Rio de Janeiro para a realização da olimpíada 2016, segundo dados do Dossiê do Comitê Popular Copa e Olimpíadas 2016. Disponível em <https://medium.com/@jogosdaexclusao/o-rio-de-janeiro-dos-jogos-da-exclus%C3%A3o-104624e70#o2lwjirft>, acessado em Fevereiro de 2017. As remoções olímpicas foram a maior execução de remoções de favelas na história da cidade do Rio de Janeiro superando, inclusive, o período da reforma urbanística de Pereira Passos. (AZEVEDO E FAULHABER, 2016; MAGALHÃES, 2013).



## 1.5. Metodologia

### 1.5.1. Perspectiva metodológica

A pesquisa realizada é marcada pela ação prática na luta da Vila Autódromo e na construção do Museu das Remoções, constituindo-se como um estudo que aparece condicionado à prática. A ação prática é provedora inicial de insumos à pesquisa, assim como base para constatação dos seus resultados. O princípio científico em que se fundamenta a forma de pesquisa adotada neste trabalho não é a objetividade, mas a reflexividade compatibilizada, cuja legitimidade científica de uma investigação social passa a incidir sobre o modo de proceder. A produção participativa de conhecimento é sempre aberta à reconstrução do método. (LÓPEZ MEDINA, 2010, p. 100).

Para sua realização lança-se mão da pesquisa de campo, levantamento de dados oficiais e sistematização de materiais de imprensa. A aproximação da comunidade estudada ocorre através da observação participante (WHYTE, 1943), ou, mais precisamente, da participação observante (WACQUANT, 2000) da luta pela permanência da comunidade contra o processo de remoção levado a cabo pela Prefeitura na preparação/realização dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro.

A autora deste trabalho é, portanto, uma atriz na pesquisa-ação (TRIPP, 2005) por realizar a ação conjunta da prática e da pesquisa, uma vez que é ativista no movimento social de resistência à remoção da Vila Autódromo<sup>47</sup>. A articulação do posicionamento de militante e pesquisadora ocorre simultaneamente e é interessante à pesquisa no que trata do debate da subjetividade e objetividade, e também a respeito da ilusão da neutralidade científica. O caminho adotado é o exercício da objetivação - e não de objetividade -, BOURDIEU (1974, 1985, 1997), que não anula a subjetividade, mas a limita na medida em que não trata a realidade como objetiva e admite que a mesma pode ser tratada como em busca de objetivação. A perspectiva metodológica adotada é pesquisa-participativa desenvolvida a partir da confluência de várias correntes da pesquisa-ação (MEDINA, 2010, p. 85). Dentro desta perspectiva a *práxis* aparece como

---

<sup>47</sup> A autora deste trabalho, inserida na luta contra a remoção da Vila Autódromo, participou do processo de construção do Museu das Remoções, elemento criativo de resistência e denúncia da ação autoritária e remocionista levada a cabo pelo prefeitura do Rio de Janeiro na preparação da cidade para os megaeventos esportivos, Copa do Mundo 2014 e olimpíada 2016.

eixo dos processos de transformação social em ciclos de ação-reflexão-ação (VIRNO, 2003, MALO, 2004, MONTAÑÉS, 2009).

Para esta reflexão considera-se a análise dos microprocessos cotidianos que se desenrolam no bojo do estudo de caso como elementos chave para a compreensão de macroprocessos globais complexos, em um contexto cujos territórios insurgentes e resilientes das periferias desenham-se como espaços de resistência e luta pelo direito à cidade e conflitam com os interesses neoliberais. Esta apreciação fundamenta-se no método regressivo-progressivo desenhado por Lefebvre (1949, 1953, 1960, 1968) que possibilita o esboço da historicidade dos processos sociais e a percepção das temporalidades da história, a partir do olhar para o cotidiano e para a espacialização dos desdobramentos sociais através da articulação das categoriais espaciais do concebido, do percebido e do vivido; os três momentos da produção socioespacial, segundo Lefebvre (1991)<sup>48</sup>.

### 1.5.2. Esquema metodológico da tese

A pesquisa situa-se espacial e temporalmente no contexto de preparação do Rio de Janeiro para os megaeventos. Considera-se tal conjuntura dentro do marco teórico, um caso de empreendedorismo urbano alinhado ao processo global de neoliberalização de cidades. Com as devidas repercussões no espaço público, na gestão urbana e na questão habitacional. Entretanto, observa-se, que no microespaço da comunidade Vila Autódromo o Museu das Remoções emerge de processos de apropriação do espaço público e participação cidadã, práticas essenciais a luta pela permanência da comunidade no local. Tal situação pode ser sintetizada no seguinte esquema metodológico:

---

<sup>48</sup> Lefebvre descreve em seu livro "The production of space" a percepção espacial em três dimensões: do espaço concebido, do percebido e do vivido. Para o autor tais dimensões são indissociáveis, e acrescenta que as representações do cotidiano pertencem à dimensão do vivido, enquanto as manifestações de poder e dominação relacionam-se ao espaço concebido (LEFEBVRE, 1991).

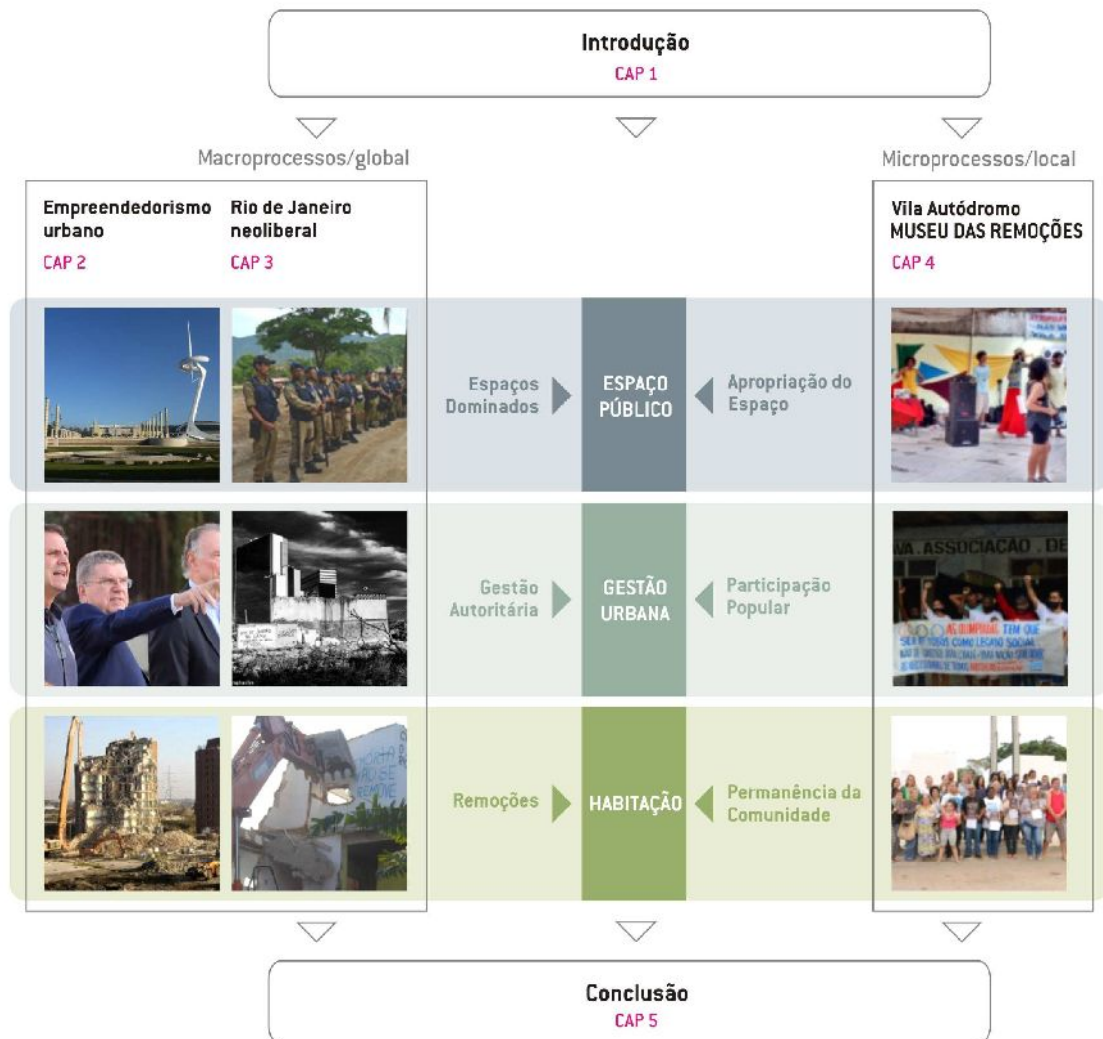


Fig. 1. Esquema metodológico da pesquisa. Elaboração própria.

Texto da figura: Macroprocessos/Macropolíticas; Microprocessos; Empreendedorismo: Empreendedorismo Urbano Global. Caso de Empreendedorismo Urbano do Rio de Janeiro. Público: Espaços Dominados Público x Apropriação de Espaço Público. Gestão Urbana: Gestão Urbana Autoritária x Processos Participativos. Questão Habitacional: Remoções x Permanência da Vila Autódromo e construção do Museu das Remoções.

## 1.6. Hipóteses e estrutura da pesquisa

### 1.6.1. Hipóteses

Dentre as hipóteses levantadas, este trabalho pretende reforçar a teoria já estudada em diversas cidades do mundo, que comprova que a realização de megaeventos contribui

para agravar a desigualdade social das cidades-sede (MAKHOLOUF, 2016; STAVRIDES, 2016; SWYNGEDOWN, 2002). Conjectura-se que no caso do Rio de Janeiro, não divergindo dos demais casos, consolida-se o não-direito à cidade e assiste-se à reprodução da exclusão e das faltas de acesso durante, antes e após a realização dos megaeventos. (MASCARENHAS, 2016; ROLNIK, 2016)

Também se pressupõe como hipótese que os processos de exclusão desencadeados na preparação do Rio de Janeiro neoliberal geram novas demandas de luta aos movimentos sociais, principalmente de favelas, por estas serem diretamente atingidas na efetivação do empreendedorismo urbano relacionada. Pressupõe-se que os movimentos sociais das periferias, em função das violações sofridas, passam a se rearticular com mais força e criatividade a fim de respondê-las.

Em outras palavras, estima-se que a preparação da cidade neoliberal marca a insurgência de um novo contexto de resistência social equivalente mais elaborada e organizada em rede. Da mesma forma que as estratégias da gestão urbana “mercadolófila” (MASCARENHAS, 2016, p.53) apresentam-se mais ágeis e flexíveis por serem constituídas no bojo dos processos globais (Santos, 2013; Arantes, 2010); as novas lutas sociais também extrapolam as esferas locais e apresentam formas de resposta estratégicas e inovadoras na disputa de significados na/da cidade.

Conjectura-se que os modos de vida locais, próprio do *habitar* (LEFEBVRE, 1976) das favelas favorecem a construção de uma rede de resistência solidária que fortalece as lutas sociais. E estima-se que tais modos de vida tenham sido componente significativo na conquista da permanência da Vila Autódromo contra a tentativa de remoção integral da comunidade pela prefeitura.

Também se considera como hipótese que as práticas de luta criativa que marcaram a trajetória de resistência da Vila Autódromo representam um enfrentamento as transformações pretendidas pelos atores hegemônicos para a consolidação da cidade neoliberal no que se refere ao controle do espaço público e à violação do direito à moradia digna, partes da luta do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001).

### 1.6.2. Estrutura da tese

Portanto, a análise das transformações da cidade do Rio de Janeiro, que se apresenta nas seguintes linhas, se propõe a observar a realização dos megaeventos e do empreendedorismo urbano a partir das suas consequências para a população marginal; contrapondo dialeticamente os desdobramentos da gestão pública às articulações das

classes desfavorecidas que lutam pelo direito à cidade, e carregam nas imbricações desta disputa experiências criativas e afetivas de resistência; sementes de uma nova proposta social.

Esta pesquisa se divide em quatro capítulos, este primeiro apresenta o tema e contextualiza o objeto de estudo, o Museu das Remoções na esteira da realização dos megaeventos no Rio de Janeiro. Experiência criativa de resistência à remoção de favelas; prática resultante da construção de uma cidade polarizada, que é retomada no referido contexto. O segundo capítulo desenvolve os conceitos que definem a cidade neoliberal e sua forma de gestão urbana empreendedora que aponta para a produção de um território urbano espetacular e voltado para o consumo.

O capítulo busca demonstrar a relação da construção da cidade mercadoria e de uma proposta de sociedade que vem sendo moldada para corresponder ao espaço urbano espetacular, a “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1969). Uma sociedade reprodutora de comportamentos - consumista e espectador - alinhados aos interesses hegemônicos “globalitários” (SANTOS, 2013). Os conceitos que servirão de base para esta reflexão partem de obras de Guy Debord, Henri Lefebvre, Milton Santos e David Harvey, autores que tratam da relação do fenômeno urbano com a produção do espaço, partindo de uma base teórica marxista. Estes autores compreendem que a produção espacial não se distingue da produção social, são indissociáveis. Ou seja, as alterações espaciais estão imbrincadas às transformações sociais e vive-versa. O que há é uma produção socioespacial.

Relaciona-se, neste capítulo, o planejamento do espaço metropolitano, assinalado pela sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso, com o contexto capitalista global. As reflexões de Lefebvre (2001) a respeito do cotidiano, do campo do “vivido” e das concepções relacionadas ao “habitar” o mundo, demonstram a relação de microprocessos comunitários com macropressos econômicos globais. O capítulo discorre sobre a produção contemporânea de um espaço urbano “semi-público”, restrito a poucas formas de uso, concebido com base no padrão limitante do “habitat” (LEFEBVRE, 2001). Nestes lugares planejados a efetivação do controle é garantida pelo exercício de uma gestão autoritária. A consequência desta forma de planejamento urbano é a violação do direito à cidade, que afeta de forma mais agressiva os cidadãos que vivem às margens das dinâmicas hegemônicas.

No capítulo três, busca-se demonstrar os efeitos sociais da construção do Rio de Janeiro neoliberal. A superficial análise realizada neste capítulo sobre a política das remoções de favelas e habitações precárias executadas na cidade parte do início do século XX, a

fim de demonstrar que a existência das favelas é consequência da atuação do Estado. Atuação histórica equivocada e elitista que acentua a marginalidade e provoca o adensamento das favelas. O referido desempenho da administração pública fundamenta-se em conceitos estigmatizados em relação às favelas e aos favelados; e constrói a narrativa oficial com teorias que reafirmam a existência de margens, físicas e ideológicas, que separam estes territórios, ditos informais, do restante da cidade entendida como cidade formal. Demonstra-se como a mídia contribui para sustentar este discurso em relação às favelas e manter esta ideia de “margens” divisoras de regiões da legalidade e da ilegalidade. Estas concepções “abismais” (SOUSA SANTOS, 2011) contribuem para a manutenção de uma política urbana elitista que viola os direitos humanos; mais precisamente, da população moradora das periferias.

Este capítulo busca observar os impactos da prática de remoções a partir de uma perspectiva mais ampla que exclusivamente jurídica. Considerando suas implicações sociais subjetivas e simbólicas, abrangendo a memória local e o psicológico dos atingidos pela política de remoções.

O quarto capítulo discorre sobre a construção do Museu das Remoções como experiência de resistências criativa e afetiva à cidade mercadoria. O museu social apresentado se propõe a atuar também em esferas simbólicas; suas práticas são entendidas como um enfrentamento à construção de um espaço público controlado, assim como de um modelo de sociedade individualista, conforme será retomado e problematizado. As táticas de luta por direitos sociais, assim como a sociabilidade que se estabelece na Vila Autódromo, se opõem diametralmente aos valores da sociedade do espetáculo. Nas considerações finais esta pesquisa busca avaliar as contribuições do Museu das Remoções para a constituição de uma proposta social contra-hegemônica.

## **2. Globalização e Cidades**

### **2.1. Resumen del capítulo en castellano: Globalización y Ciudades**

En el capítulo Globalización y Ciudades se profundiza a respecto de las estrategias utilizadas por los gestores urbanos para consolidar los intereses neoliberales en la ciudad, cuyo reordenamiento territorial se presenta como una de sus herramientas principales de acción. Se introduce la reflexión sobre la espacialidad con el objetivo de comprender las dinámicas de la sociedad según la perspectiva de Henri Lefebvre así como los procesos de dominación del espacio (físico y simbólico) que son instrumentos fundamentales para la consolidación de esos intereses en la ciudad. Se busca describir cómo a través del reordenamiento espacial poderosos actores políticos y económicos consolidan coaliciones de poder muy rentables para las grandes empresas vinculadas al mercado de la vivienda (Rolnik, 2015) y resaltar como este modelo de gestión actual asegura la subordinación de los intereses públicos a los intereses privados, que bajo las órdenes del capital inmobiliario, es capaz de rediseñar un nuevo espacio urbano compatible con el proyecto hegemónico de sociedad.

Utilizando aportes de David Harvey, Milton Santos, Henri Lefebvre, Guy Debord, Jordi Borja, Gilmar Mascarenhas, Christopher Gaffney, Giorgio Agamben y otros teóricos urbanos y sociales, se aborda el funcionamiento del modelo de gestión neoliberal que adapta el territorio urbano a la reproducción de un comportamiento consumista, legitimado por el marketing que tiene entre sus efectos la difusión de valores individualistas capaces de cambiar las relaciones sociales y reafirmar el protagonismo del capital. La nueva forma de gestionar la ciudad tiene como característica la rapidez y el autoritarismo en sus procesos - que son intensificados en contexto de megaeventos - lo que hace posible la ejecución de grandes proyectos urbanos o megaproyectos en tiempo récord.

Los cambios que ocurren en la planificación de las ciudades atienden a la lógica empresarial global. El urbanismo desarrollado a partir de esta ideología traslada el foco de la organización del espacio urbano hacia el objetivo de la reproducción del capital, esquivando el enfrentamiento político en la gestión de la ciudad. Estos megaproyectos de revitalización transforman muchos centros urbanos según la lógica del espectáculo de las ciudades Guy Debord (1969), del emprendimiento urbano, tal como define Harvey (1992), o del espacio concebido en oposición al espacio vivido, de la teoría de

Lefebvre (1991). Todas estas son expresiones que definen el producto de los proyectos de revitalización urbana de hoy en día.

El marco de este cambio en Rio de Janeiro ocurrió en los años 1990, cuyo alcalde César Maya buscaba rescatar la imagen de “Ciudad Maravillosa” inspirada en las intervenciones de Oriol Borghias para la Barcelona Olímpica en 1992. El cambio en la forma de intervención (desde la elaboración de normas y leyes hasta la concepción de proyectos) y en la escala (desde la ciudad hasta los barrios), fue acompañado de un cambio político cualitativo (desde la lucha contra la desigualdad por parte del poder público hasta llegar a convertirse en los productores de la misma, a través de las diferentes esferas de gobierno y asociaciones público-privadas<sup>49</sup>) y de un cambio geopolítico (desde la atención a los problemas urbanos internos hasta la preocupación por la competitividad global), de acuerdo con Pedro Novais (2014).

A través del marketing el nuevo reordenamiento territorial legitima las intervenciones urbanas y reafirma la lógica del capital en la sociedad, produciendo una transformación social según los objetivos hegemónicos. Los proyectos citados se han establecido por medio de asociaciones público-privadas, PPPs, desde la década de 1990, como uno de los principales vectores de redefinición de las concepciones y de las prácticas del planeamiento urbano en Rio de Janeiro y demás metrópolis brasileñas. Estos proyectos convierten los espacios públicos en espacios controlados y privados conduciendo a la desapropiación y a la desposesión. Los espacios producidos por ellos imponen modelos de comportamiento que determinan nuevas formas de inclusión y exclusión social, responsables de causar rupturas en diversas esferas: socioespaciales, simbólicas y culturales. (Sánchez, 2010). Su caracterización estética evoca el “consumo del lugar”, imágenes de “orden”, “civismo” y “belleza” que inducen a apropiaciones contrapuestas del espacio vivido cotidiano y la práctica de “habitar” (Lefebvre. 2008). A través de estas intervenciones se procede a la gentrificación no como anomalía, sino como estrategia articulada y global, y la manera en la que se procede, en muchos casos, configura la violación de los derechos comunitarios. (ZUKIN, 1991; SMITH, 2006).

Ese capítulo también se adentra en la reflexión en torno a la espacialidad para comprender la sociedad, que gana protagonismo mediante la historicidad (Lefebvre, 2000), una vez que la dominación del espacio (simbólica y física) es instrumento fundamental de consolidación de la política neoliberal, así como propone una nueva

---

<sup>49</sup> Las llamadas “PPP, Parcerias Público Privadas”.



producción socioespacial fundamentada en los valores capitalistas. El espacio urbano reformado corresponde a la emergencia de la sociedad urbana global, adecuada a las expectativas hegemónicas. El análisis de esta nueva forma de gestión urbana pretende demostrar que a través de las dominaciones y desarraigos espaciales el grupo dominante viabiliza coaliciones de poder extremadamente rentables para los grandes empresarios ligados al mercado inmobiliario.

Tales cambios ocurren de forma acelerada y autoritaria (Agamben, 2005), optimizadas en el contexto de megaeventos, y posibilitan coaliciones de actores vinculados al proyecto olímpico (gubernativos, privados, agencias internacionales) que se aprovechan del megaevento como un espectáculo global con vistas a promocionar dicha ciudad mediante la difusión de la “marca RIO 2016”. El escenario de los megaeventos sirve como justificación para adoptar procedimientos excepcionales, como medidas represivas a la población marginal; como ocurre con las demoliciones, desalojos y con la puesta en marcha de las UPPs, Unidades de Policía Pacificadora en las favelas, implementadas como estrategias de reproducción del capital en el suelo urbano. Las tácticas, muchas veces autoritarias para la demolición de favelas, violan los derechos humanos realizando actuaciones al margen de las leyes que amparan estos derechos con la finalidad de reafirmar el control estatal sobre los territorios marginales.

Dentro de los diversos impactos provocados en la ciudad por la nueva forma de gestión autoritaria que se estableció en el periodo de los megaeventos, se destaca, especialmente, la zona portuaria, una área del centro de Rio de Janeiro, y la zona Oeste de la ciudad. Áreas que fueron objeto de las principales obras. En los proyectos Porto Maravilha y Parque Olímpico los “espacios concebidos” se oponen a los “espacios vividos” de esos lugares, - conforme ya mencionado (Lefebvre) – y, por lo tanto, van en contra de los modos de producción socioespacial locales, pudiendo dar lugar a un efecto de desarticulación y fragmentación de las identidades culturales.

Entre uno de los productos más significativos en la realización de megaeventos, se destaca la centralidad dada a la Barra de Tijuca (principalmente en el ámbito del transporte), que respondiendo a los intereses inmobiliarios produce una serie de violaciones, señalando como la más grave la demolición de favelas – que también se produjo en otras partes de la ciudad, como el icónico caso de la Vila Autódromo. Tales factores sumados a otros, reforzaron los procesos de resistencia, derivados tanto de estrategias de supervivencia cultural como de iniciativas intencionadas y organizadas para garantizar los derechos sociales vinculados al derecho a la ciudad.

Muchas de las iniciativas de resistencia al modelo de ciudad propuesto no tienen gran visibilidad frente a las estrategias propagandísticas hegemónicas, que reproducen un discurso consensuado y positivo sobre la ciudad olímpica. A pesar de ello, no se considera en este trabajo que la construcción de la ciudad neoliberal constituya un camino determinado y absoluto sin vías alternativas. Ya que tal preparación de la ciudad neoliberal se inscribe en disputas de poder que están en proceso, inscritas en el espacio como “medio” en oposición a una concepción espacial estática (Foucault 2008, p. 24). Esa idea abre posibilidades para considerar el nacimiento de resistencias, presuponiendo que en la propia vida existe algo que resiste el poder y posibilita la creación de nuevas formas de vida a través de caminos alternativos a las imposiciones dominantes. Dichas imposiciones son entendidas aquí como la transformación del espacio urbano a través de: la producción de un espacio urbano dominado destituido del carácter de público; la consolidación de una gestión urbana autoritaria y la ejecución de desalojos de favelas como estrategias de apertura de espacio en las zonas urbanas valorizadas y gentrificadas para la reproducción del capital inmobiliario en el suelo.

En este sentido, este capítulo trata de revelar las estrategias existentes tras dos megaeventos y dos megaproyectos ejecutados en Rio de Janeiro y vincularlos a la construcción de un modelo de gestión urbana neoliberal, así como busca observar las contra-racionalidades insurgentes en el territorio como posibilidades de resistencia al proyecto de sociedad propuesto - condicionado al consumo de la ciudad y a la *espectacularización* de la vida -, así como el reflejo de esas resistencias en la propia gestión de la ciudad neoliberal.

## **2.2. O momento atual do sistema capitalista**

### **2.2.1. A versão atual do sistema capitalista na visão de Milton Santos**

Segundo SANTOS (2013) os últimos cinco séculos estão assinalados pelo desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo fundamentados em competição - atualmente a competitividade substitui a competição. Os últimos anos do século XX foram marcados por grandes fusões na esfera da produção, das finanças e da informação, o que assinala o ápice do sistema capitalista e também é indicador do seu paroxismo, uma vez que seus atores antes parcialmente visíveis aparecem, atualmente, aos olhos de todos: A ideologia da competitividade em seu estado puro caracteriza o momento atual, o que justifica também os individualismos declarados.

Individualismos na vida econômica, na ordem política, na ordem do território na ordem social e individual. O individualismo em todas as esferas somado a perda de influência da filosofia nas ciências sociais - cuja interdisciplinaridade busca inspiração na economia - culmina no empobrecimento das ciências sociais e, como consequência, instala-se a dificuldade de interpretar o que acontece pelo mundo. Uma vez que a ciência econômica torna-se gradativamente uma disciplina da administração das coisas a serviço de um sistema ideológico.

Desta forma, implantam-se novas concepções sobre o valor a atribuir a cada objeto, a cada indivíduo, a cada relação, a cada lugar, legitimando novas regras de produção e consumo e novas formas de contabilidade nacional - que é supostamente global, pois se estabelece atualmente um parâmetro global de valor e de cálculo econômico.

Constituindo desta forma uma nova base do subsistema ideológico, que comanda outros subsistemas da vida social, que orientam e dirigem a produção da economia e da vida. Constituindo-se uma nova lei de valor, uma lei ideológica de valor que deriva da ideologia da competitividade, responsável também pelo abandono da noção de solidariedade, levando às fragmentações e desapareços generalizados, como por exemplo, o desapareço à saúde como um bem individual e social inalienável.

Daí derivam também novas formas perversas de sociabilidade que conduzem a uma fragmentação ainda maior do país, já que as parcelas sociais, em busca de assegurar sua sobrevivência imediata, são jogadas umas contra as outras e obrigadas a uma batalha.

O consumo também muda de figura, antes buscava-se a autonomia da produção, o fato gerador do consumo seria a produção, hoje empreende-se a produção do consumidor. A

autonomia da produção é substituída pelo despotismo do consumo. Todas as coisas do comércio atualmente se estruturam da seguinte forma: Publicidade + materialidade; publicidade + serviços. Organiza-se o consumo (com a publicidade e o marketing), depois organiza-se a produção. A produção da informação e da publicidade precede a produção do produto (do ponto de vista da lógica). O sistema ideológico está tecido ao redor do consumo e da informação ideologizados.

O consumo ideologizado e a informação ideologizada acabam por ser o instrumento das ações públicas e privadas. O consumo, grande fundamentalismo da atualidade, é um veículo de narcisismos, por meio de estímulos estéticos, morais e sociais, o entendimento do que é o mundo estrutura-se pelo consumo e pela competitividade, estabelecidos no mesmo sistema ideológico.

Ambos (consumo e competitividade) levam ao esvaziamento moral e intelectual do indivíduo, redução da personalidade e da visão de mundo, levando ao esquecimento da oposição fundamental entre a figura do cidadão e a figura do consumidor. Criam-se consumidores mais que perfeitos, e o consumo, através de objetos impregnados de ideologias, é dotado de poder de atribuição de todas as características positivas para construção da personalidade dos sujeitos: ética, moral, honestidade, intelectualidade, etc. (SANTOS, 2013).

Para Milton Santos existem dois fatores principais que caracterizam a globalização atual em sua forma perversa, a forma como a informação é oferecida aos indivíduos e a emergência do dinheiro em estado puro como instrumento de funcionamento da vida econômica e social. Estes fatores são denominados pelo autor como a “tirania da informação” e a “tirania do dinheiro em estado puro”. Neste capítulo os Grandes Projetos Urbanos ou megaprojetos serão observados a partir da lógica da competitividade desenvolvida por Santos (2013). A forma como a informação é oferecida e a emergência do dinheiro em estado puro são os alicerces da violência estrutural que compõem o sistema ideológico e justificam as ações hegemônicas, induzindo os indivíduos a confundirem-se mais do que informarem-se. Juntas, tais situações constroem as bases do regime do globalitarismo no mundo.

O papel da informação é despótico, as novas técnicas informacionais ao invés de viabilizarem maior conhecimento sobre o mundo, como se supõe que deveria ocorrer, dominadas por um número reduzido de atores - apropriadas por algumas empresas e alguns estados – aprofundam os processos de desigualdades na sociedade capitalista contemporânea. A informação que chega às pessoas e às empresas é resultado de manipulação, a informação apresenta-se como ideologia, causando o que o autor define

como confusão dos espíritos. Os eventos são falsificados, o que a mídia oferece não é o fato, é uma interpretação do mesmo: a notícia.

A informação é onipresente na atualidade, a publicidade antecipa a produção, as empresas não podem existir sem ela, brigando pela sobrevivência e hegemonia, em função da competitividade. A internacionalização do capital financeiro se amplia na atualidade. A instalação de uma empresa em um país implica que as poupanças internas deste país participem da lógica financeira e do trabalho financeiro da empresa, o dinheiro (em forma de crédito ou dívida), através da empresa, pode entrar ou sair do país, transformando capital interno em externo. Essa é a lógica da internacionalização do crédito e da dívida. O sistema atual impõe aos Estados nacionais a aceitação de um modelo econômico em que o pagamento da dívida é prioritário, e a participação no processo globalizador implica a aceitação da lógica desse dinheiro.

O sistema financeiro ganha autonomia, imperando a especulação no centro do sistema econômico mundial. Ele busca novos instrumentos, multiplica o seus derivativos, que são formas renovadas de oferta da mercadoria “dinheiro”. A especulação exponencial torna-se algo indispensável e intrínseco ao sistema, a finança movimentada a economia e a desfigura. Consequentemente deparamo-nos com a tirania do dinheiro. O dinheiro em estado puro tornou-se despótico, também porque tudo se torna valor de troca. Mundializou-se a monetarização da vida cotidiana, na qual a presença do dinheiro constrói um fenômeno ameaçador da nossa existência cotidiana.

No mundo globalizado, a competitividade, o consumo e a confusão dos espíritos são as bases de reprodução das ações hegemônicas. A competitividade conduz as formas de ação, o consumo garante a “não-ação” dos indivíduos e a confusão dos espíritos impede a compreensão do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos.

Portanto, a base capitalista da atualidade se estrutura a partir de uma retroalimentação da mídia e da especulação, (Santos, 2011) ambas criam necessidades para os indivíduos a partir da criação de um estilo de vida fundamentado no consumo constante; toda esta estrutura financeira global é garantida pela violência estrutural, que tem a coerção e a repressão como pilares de sustentação que garantem a reprodução deste ciclo de consumo.

Neste contexto, a empresa é protagonista da toda a estrutura atual, impõe-se o nexo das grandes empresas à lógica política global, o lema é competitividade, culminando num cenário chamado de prática da “não-política”, uma vez que a crença na indispensabilidade empresarial faz com que o poder público e, consequentemente o

planejamento urbano, subordinem-se às exigências empresariais (SANTOS, 2013), assim como o. Tal configuração exhibe o enfraquecimento das instituições incumbidas de cuidar do interesse geral, acompanhado da desordem e da crise, enquanto o planejamento da cidade segue a mesma ideologia empresarial consumista.

A lógica consumista faz com que todos os processos da vida social sejam intermediados pelo consumismo que adentra os intrínsecos espaços do cotidiano, a vida se padroniza e se espetaculariza, as relações entre os indivíduos tornam-se relações de competição, e reduzem-se às relações de aparências, conforme explica Debord (1964). A competitividade não restringe-se à esfera das relações individuais, passa a ser a lógica hegemônica predominante que se justifica por ela mesma (Santos, 2011) dentro da qual enquadram-se as cidades, cujas gestões passam a se concentrar na produção de espaços mundializados para competir com as demais cidades do globo. Este jogo torna-se o objetivo da gestão urbana: transformar a cidade em atrativa, visível aos investidores privados, e padronizada para usufruto de um público internacional diferenciado. A cidade mercadoria passa a ser o modelo de gestão urbana a ser seguido.

A nova cidade é criada para a nova sociedade capitalista que está estruturada na monetarização de todos os setores da vida na qual o valor de troca substitui o valor de uso dos objetos. O desenvolvimento das sociedades urbanas e das cidades se estabelece de forma imbricada e indissociada do sistema capitalista: a mercadoria, a produção, o dinheiro, o valor de troca tornam-se unidades de medida para reprodução socioeconômica das cidades e alteram os valores existentes anteriormente à consolidação da vida urbana.

Juntamente com a modificação das sociedades o capitalismo alterou os valores dos indivíduos, a partir da introdução da lógica financeira como intermédio das relações sociais. Atualmente a doutrinação dos indivíduos dentro da lógica da competitividade se procede de forma mais eficiente pelo alcance e poder que possui a mídia. O desenvolvimento das técnicas de comunicação controlam todas as demais técnicas e possibilita a difusão de ideologias e lógicas prontas para serem absorvidas pelos sujeitos esvaziando a capacidade crítica dos cidadãos.

O fim do século XX erigiu-se casado com o despotismo da informação (pilar do seu funcionamento) relacionado ao desenvolvimento da técnica informacional; como as atividades hegemônicas são fundamentadas na técnica, o discurso aparece como imprescindível. A técnica, a produção, o consumo e o poder surgem com um fundamento ideológico, os objetos apresentam-se diante de nós como um discurso ideológico convocando-nos a uma forma de comportamento.

Esse reino dos objetos tem função essencial na produção desse novo homem aquecido. Para o autor, até a segunda Guerra Mundial os homens possuíam em torno de si alguns objetos comandáveis, hoje, existe em torno dos homens, uma multidão de objetos para comandá-los. O papel do comando foi atribuído aos objetos, carregados de ideologia pelo marketing e design que são ferramentas poderosas a serviço do mercado.

Na esfera da sociabilidade surge-se o utilitarismo como regra, mediante a exacerbação do consumo, dos narcisismos, dos imediatismos, do egoísmo, do abandono à solidariedade, de uma pragmática individualista. E assim a humanidade nega a generosidade e a solidariedade e se entrega (a partir do cálculo constante) à competitividade.

Estruturam-se as condições para uma prática totalitária, que não limita-se à esfera do trabalho, transbordam para as esferas da política e das relações interpessoais. Dentre as violências que se discute, a maior delas é a violência funcional derivada, a violência central original que derivam todas as outras, mas ela é a menos mencionada e acaba-se por condenar as violências periféricas que são produtos da anterior.

A violência estrutural resulta da presença e da manifestação conjuntas, neste momento da globalização, do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro, e da potência em estado puro e esse quadro conduz a novos totalitarismos. (SANTOS, 2013 p.55)

Evolui-se de conjunturas de manifestações de perversidades isoladas para uma conjuntura em que se aloja um “sistema de perversidades, que é ao mesmo tempo, resultado e causa da legitimação destes fatores” (dinheiro, competitividade e potência). Desta forma consolida-se o fim da ética e o fim da política. (SANTOS, 2013 p.55).

O resultado é a crença na indispensabilidade do dinheiro em estado puro para a vida das pessoas, empresas e nações. E as formas para obtê-lo são antecipadamente justificadas pela ideologia estabelecida. O afrouxamento dos valores morais derivado da difusão dos valores da competitividade estimula a violência, uma vez que para exercer a competitividade em estado puro, para a obtenção de dinheiro em estado puro, o poder (a potência) também precisa ser exercido em estado puro. A ideia de abandono à solidariedade está encoberta no novo entendimento da economia atual, apoiada no desamparo e no medo. O medo ampara-se na violência difusa e estrutural, razão das dívidas sociais e da violência funcional presentes no cotidiano. (SANTOS, 2013 p. 58).

A causa essencial da perversidade sistêmica é a instituição - por lei da geral da vida social e da competitividade como regra - que transforma o outro em um obstáculo à

conquista dos objetivos, seja ele, empresa, instituição ou indivíduo, ele deve ser removido. Daí consolidam-se os egoísmos, em um cenário em que vencer é o objetivo, os produtos que dele derivam acarretam outros males, como, por exemplo, a corrupção que manifesta-se também como produto da competitividade.

Portanto, o sistema da perversidade celebra o fim da política, uma vez que o processo político passa a ser atribuído às empresas; a conformação de opinião à mídia e o debate civilizatório substituído pelo discurso único do mercado. Tal quadro constrói uma situação em que os ensinamentos e comportamentos divulgam-se ausentes de ética.

Sobre a atualidade pode-se dizer que o sistema capitalista na versão neoliberal modificou a sociedade, a política, a economia, o território e a cultura. Anteriormente existia nos países e lugares uma territorialidade genuína, a economia e a cultura dependiam do território, a linguagem era uma emanção do uso do território pela economia e pela cultura, a política com ele relacionava-se intimamente.

Havia uma territorialidade absoluta, no sentido em que as manifestações de sua existência a ele pertenciam: moradores, identidade, cultura. Isso criava entre as pessoas e o espaço geográfico a noção de limites e a ideia de domínio. Para manutenção de identidade e de limites, era clara a ideia de poder. A política de território tinha as mesmas bases que a política da economia, da cultura, da linguagem que formavam um conjunto coeso, criava-se a ideia de comunidade em contexto espacial. (SANTOS 2013, p.62).

Atualmente, estas noções e estas fronteiras tornam-se porosas; graças à informação e ao dinheiro o mundo se torna fluido, os contextos se interpõem na conformação de um contexto global. O território deixa de ter fronteiras rígidas o que leva ao enfraquecimento e à mudança do Estado, os atores hegemônicos, condutores do sistema mundializado necessitam de um Estado flexível a seus interesses, e este, àquele se adapta. (SANTOS 2013, p. 66).

A instalação dos capitais globais supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, e investem consideravelmente para alterar a geografia das regiões escolhidas. Com esta incumbência estatal não sobram recursos públicos para o social, sobretudo com as privatizações, as quais o Estado Nacional financia as empresas estrangeiras para compra do capital social. O papel do Estado modificou-se, isso não significa um enfraquecimento, significa que ele se omite diante dos interesses sociais e se torna forte no atendimento às solicitações da economia hegemônica. (SANTOS 2013, p. 66).



A produção de cidades não foge à estandardização e nem à lógica do dinheiro e da competitividade; os Grandes Projetos Urbanos contemporâneos funcionam como materializadores e viabilizadores da lógica da competitividade no território urbano, que se adapta às condições de reprodução do capital, acentuando as desigualdades dos lugares.

A cidade, então, não foge a regra e torna-se mercadoria; não somente o processo de produção do espaço urbano é empreendido sobre os pilares da violência estrutural sistêmica, como também, o produto obtido, a mercadoria-cidade, reproduz as mesmas lógicas perversas. Portanto, lógica do capitalismo mundializado estrutura-se sobre as técnicas informacionais (publicidade e o marketing) e sobre a competitividade, da mesma forma estruturam-se os projetos de intervenção urbana que adéquam a cidade à lógica da produção de mercadorias.

### **2.2.2. Os ciclos de acumulação capitalista e as formas de intervenção nas cidades**

Historicamente, as formas de intervenção nas cidades e conseqüentemente as morfologias urbanas alteram-se de acordo com os ciclos seculares de acumulação capitalista; de acordo com Arrighi (1996) podemos definir quatro grandes ciclos de acumulação e de gestão do território e da cidade o século XVIII, com o mercantilismo e a gestão policial; o século XIX, com o liberalismo; o século XX, com o fordismo-keynesianismo; e o período pós-1970, com o neoliberalismo.<sup>50</sup> Estes ciclos se relacionam com as diferentes maneiras de intervenção na cidade ao longo da história.

No século XVIII o Estado era mercantilista - um Estado policial -, o espaço da cidade era um espaço mercantil, a gestão urbana tinha papel de disciplinarização e regulamentação e a polícia era responsável pela urbanização do território.<sup>51</sup> Já no século XIX o planejamento urbano de característica policial é substituído por uma gestão de cidade que atende os interesses do capital, ocorrendo o estabelecimento do Estado liberal com novas formas de intervenção urbana, tendo como referência a urbanização de Londres e Paris. No Rio de Janeiro a intervenção liberal materializa-se com a

---

<sup>50</sup> (Fernandes, op.cit., não paginado, apud GIANELLA, 2013, não paginado).

<sup>51</sup> (Foucault, p. 452, apud GIANELLA, 2013).

Reforma de Pereira Passos, realizada no início do século XX<sup>52</sup>. O período do Estado liberal relaciona-se com a hegemonia britânica e com o imperialismo de livre comércio caracterizado pelo recuo do Estado e pelo comando das ações pela burguesia. As intervenções urbanas da época reproduzem a lógica dos economistas liberais, o *laissez-faire*, (ARRIGHI, 1996).

A Reforma Passos, portanto, é considerada o marco de transição entre um período fortemente liberal, marcado pelo recuo do Estado no processo de produção do espaço urbano, e um período fordista, de retomada do controle estatal na produção da cidade. (FERNANDES, 2008)

O processo de decadência da hegemonia britânica e de ascensão da hegemonia norte-americana é entendido como um movimento que teve início no fim do século XIX e se consolidou após a Primeira Guerra Mundial. Trata-se da terceira hegemonia do capitalismo histórico, conforme Arrighi (1996). O centro da hegemonia mundial desloca-se de Londres para Nova Iorque e a morfologia das cidades norte-americanas passa a ser modelo para as intervenções urbanas no mundo, influenciando, inclusive, o Rio de Janeiro. (GIANELLA, 2013).

A rigidez estatal do fordismo deu passagem à acumulação flexível do capital, possibilitando o surgimento do Estado neoliberal e a decadência do período fordistas (HARVEY, 1992, p. 135). Esta nova fase cessa a política de bem-estar social e instala uma nova forma de planejamento urbano relacionada com o empreendedorismo (apoiada na ideologia da competitividade), marcada pela emergência do marketing de cidades que empreende a construção de uma narrativa consensual sobre as transformações urbanas e estabelece a ideologia da cidade-mercadoria, na qual a cidade é gerida como uma empresa. O esvaziamento dos conflitos urbanos e a construção da perspectiva do consenso contribuem para o esvaziamento do entendimento da cidade como espaço para exercício da cidadania e de práticas políticas. (VAINER, 2009)

Tais intervenções urbanas tem como intenção requalificar áreas ditas degradadas para atração turística, entretanto este tipo de intervenção - conforme ocorreu, por exemplo, na área portuária de Barcelona, do Rio de Janeiro e de outros lugares do mundo - adaptam o espaço para o consumo da cidade e não se preocupam com a manutenção das populações locais, que muitas vezes são de origem popular, (GIANELLA, 2013). O

---

<sup>52</sup> GIANELLA (2013)

discurso construído de que as áreas que recebem intervenções urbanísticas são áreas estagnadas tem a intenção de legitimar tais transformações urbanas como se nela não houvesse história anterior e nem cultura local; constrói-se uma imagem de degradação para a área que carrega “o consenso sobre a obsolescência” e justifica o projeto de requalificação urbana. (GIANELLA, não paginado, 2013).

Estas estratégias de valorização do solo urbano não são novidades, são comuns desde o início da expansão capitalista, quando a terra deixa de ser vista por seu potencial de uso para ser comercializada a partir de seu potencial de troca e tratada como mercadoria. Desde o início do seu desenvolvimento o capitalismo domina espacialmente a cidade e condiciona a produção social aos meios de produção do capital. (HARVEY, 2011)

Entretanto, as mesmas estratégias se aprimoram, com a rapidez e alcance dos meios de comunicação. Através da dominação ideológica e simbólica o capitalismo consegue realizar a criação destes espaços ainda no campo do imaginário. Tais simulacros começam a lucrar a partir da conquista simbólica do lugar, com a venda de lotes, sem a necessidade da conquista espacial prévia. - É o processo de especulação financeira que ocorre antes mesmo da real chegada da infraestrutura. (HARVEY, 2011)

Para ilustrar o processo descrito podemos tomar como exemplo o caso do Rio de Janeiro, cuja revitalização da zona portuária cumpre “um ideário neoliberal de ordenamento das cidades a partir do incentivo à iniciativa privada, à estetização do espaço e ao sufocamento dos espaços vividos.” (GIANELLA, 2013). O projeto Porto Maravilha, assim como as intervenções urbanas nesta mesma linha, provoca uma espécie de museificação da cidade, ocasionando substituição da população local por uma classe média consumista. A proposta dos megaprojetos, inseridos na lógica global neoliberal, consiste na adaptação do território à possibilidade de consumo através de processos de dominação espacial (BROUDEHOUX, 2007; DELGADO, 2007, GARNIER, 2014; HARVEY, 1996, ROLNIK, 2010; ROSENMAN, 2009, JEUDY, 2005, SMITH, 2006, ZUKIN, 1991).

Desde o início do desenvolvimento do sistema, as dominações do espaço se relacionam com poder e com possibilidade de lucro, quanto mais lucro mais poder e mais possibilidade de dominação. O sucesso da dominação tem relação com a dominação gradativa da produção social, com a alteração dos valores locais para valores de consumo, com a substituição das formas tradicionais de vida para as formas capitalistas de sobrevivência. “Toda a luta para reconstituir relações de poder é uma batalha para reorganizar as bases espaciais destas (relações).” (HARVEY, 2011, p.217), grifo meu.

Sobre a dominação ideológica que se procede a partir das formas de representação espaciais, Harvey (2011) reforça o poder dos meios de comunicação atuais, e afirma que é tão importante ter influência sobre os modos de representação do espaço (Lefebvre, 2001), quanto sobre o próprio espaço. Os projetos urbanos e o planejamento das cidades se adéquam ao novo padrão ideológico de mundo, e junto com a mídia constroem um mundo simbólico, incluindo neste processo a produção de imagens-marca para a cidade. Tais imagens são acompanhadas da construção de uma ideia de cidade, conforme ocorreu, por exemplo, no Rio de Janeiro em 2014 que com a Copa do Mundo passou a ser a cidade "Padrão Fifa", e posteriormente, em 2016, que com as Olimpíadas passou a ser "Cidade Olímpica", - estratégia padrão das formas de intervenção urbanas atuais.

Para atenderem às exigências ideológicas da contemporaneidade, os governos locais adotam uma série de iniciativas para adaptarem suas agendas aos interesses privados e viabilizarem espaços valorizados e diferenciados, incluindo neste repertório as Parcerias Público-Privadas como ingrediente de destaque. Nesta gama de transformações da gestão pública estratégica estão inseridos os Grandes Projetos Urbanos ou megaprojetos que complementam as atividades de desterritorialização. A associação da mídia dominante com as transformações espaciais adequadas à instalação de grandes empresas promove a mercantilização da cidade e tem a capacidade de modificar as relações sociais e culturais locais. Garnier (2014) acrescenta que as intervenções contemporâneas apagam a cultura e a identidade dos tecidos urbanos e sociais.

Constata-se na nova forma de gestão urbana, instrumentalizada nos megaprojetos, a alteração das dinâmicas espaciais dos lugares devido à criação de lugares propícios à obtenção progressiva do lucro, através do ciclo de especulação, valorização, construção, reformulação e mais especulação. O solo urbano, inserido na referida dinâmica, passa a ser a matéria prima fundamental para reprodução do capital global. A disputa pelo controle do solo torna-se a batalha do capitalismo contemporâneo; as negociações a respeito do solo das cidades passam a se estabelecerem a partir de alterações legais e concessões acordadas entre as megaempresas de atuação transnacional e os gestores públicos. Harvey (2011) ressalta que acordos firmados em qualquer parte do mundo viabilizam a dominação dos territórios urbanos localizados em qualquer outra parte, consolidando a exploração do solo com a finalidade de atender os interesses do investidor privado, como ocorre com as Parcerias Público Privadas que são o mote deste modelo.

Processos de valorização, desvalorização, alteração de significados dos lugares, modificação do perfil social dos usuários/moradores dos lugares, e outras alterações significativas se iniciam apenas com o desenrolar de processos simbólicos. Tudo isto

pode ocorrer a partir da difusão de imagens sobre o lugar, de notícias de jornais, de marketing city e de alterações na legislação urbana que culminam na promoção da “valorização por antecipação” (Harvey, 2011). Esse jogo de substituições ideológicas é peça fundamental para a conquista capitalista e continua atualmente sendo reproduzido como método de dominação de espaços, acompanhado também do domínio sobre a representação do espaço (Lefebvre): “Quem comanda as técnicas de representação obterá um considerável poder. (...), o poder nos reinos da representação pode terminar tendo tanta relevância quanto o poder sobre a materialidade da própria organização espacial.” (HARVEY, 2011.p. 213).

Desta forma a ideia de uma gestão urbana adequada, antes entendida como aquela capaz de promover o acesso à cidade a todos, assim como infraestrutura básica e recursos a todos os cidadãos, passa ser substituída pela transformação de espaços da cidade em vitrines internacionais capazes de atrair turistas de inserir a cidade em um contexto de competição mundial. A questão fundamental desta transformação é que o preço a ser pago é o preço do direito à cidade e do direito à moradia.

## **2.3. Os modelos hegemônicos de cidade**

### **2.3.1. A transformação dos lugares em mercadoria**

Muitos projetos de intervenção urbana em diversas cidades do mundo possuem semelhanças, são chamados processos de renovação ou revitalização urbana, com características da espetacularização do espaço. Eles reproduzem formas reinventadas das cidades segundo os padrões do mercado internacional, tal reprodução não ocorre por acaso, eles são a materialização das políticas urbanas que fazem parte da transformação das cidades em cidades-espetáculo ou cidades-mercadoria, particulares a este contexto histórico internacional, marcado por mudanças mundiais.

Dentre as estratégias de projeto urbano para transformação dos lugares em lugares espetaculares encontram-se o marketing, a gentrificação e a especulação intensificados em momentos de grandes eventos internacionais, como ocorreu com o Brasil atualmente. As cidades adequadas aos padrões hegemônicos tornam-se modelos às demais e entram na competição por visibilidade internacional, as paisagens urbanas revitalizadas são veiculadas como partes de bem-sucedidos projetos de cidade e são apresentadas como modelos de intervenções que melhor reproduzem os padrões

dominantes, elencados como “virtudes que contribuem para o processo de reestruturação espacial de produção do espaço global”. (SANCHEZ, 2007, p.38)

A inserção da cidade na lógica do capital internacional transforma-a em um produto inédito de promoção contextualizado na lógica do espetáculo. O planejamento urbano torna-se um instrumento de inclusão da cidade em um nó de rede internacional de cidades para atração de capital, incluindo-se o imobiliário. O resultado é a transformação dos planejadores em empreendedores, dos projetos urbanos em gentrificação estratégica e da cidade em mercadoria. (ARANTES, 2000)

Os novos fluxos de capital global modificam o conteúdo das cidades e desencadeiam processos de homogeneização espacial e social, cuja lógica espetacular constrói consensos capazes de manipular gostos e opiniões (Jacques, 2009). A espetacularização das cidades possui centralidade dentre as estratégias para venda das mesmas, por meio da circulação simbólica, imagens de projetos urbanos estratégicos são capazes de exercer funções políticas e econômicas em escala mundial e contribuir para construção de um pensamento consensual sobre as cidades.

A difusão de imagens de espaços ressignificados constroem a representação da internacionalidade da urbes e funcionam como outdoors dos lugares que pretendem-se mundializados, (Sánchez, 2007). Esta dinâmica publicitária, na análise de Sánchez, confere papel central às intervenções urbanas que se concretizam associadas à promoção cultural através da construção de edificações chave, como museus, centros culturais e espaços de entretenimento e lazer criados na consolidação da cidade-mercadoria/cidade espetáculo.

O surgimento destes novos espaços está associado à produção e veiculação destas imagens - representações espaciais, segundo Lefebvre - que induzem à reprodução de uma convivência de aparências, reflexo da difusão da ideologia da competitividade como regra de convivência. As “representações do espaço” tem o poder de criar novos valores sociais e de legitimar a ideologia da nova ética competitiva que em essência consiste na substituição do “vivido” (Lefebvre) pela aparência, conforme sugere Debord: “O mundo presente e ausente que o espetáculo faz ver é o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido. E o mundo da mercadoria é assim mostrado como ele é, pois seu movimento é idêntico ao afastamento dos homens entre si e em relação a tudo que produzem” (DEBORD 1994, p. 28).

A transformação da cidade em mercadoria começa a partir da divulgação da imagem do novo padrão de vida urbana a se estabelecer no lugar. A mídia, em muitos casos, forja

uma crise, para convencer a sociedade da necessidade de mudança e legitimar intervenção urbana, cuja intenção é tornar o lugar, assim como sua dinâmica, um lugar espetacularizado voltado para o consumo, o que implica em substituir os modos de vida local, os moradores e usuários locais e inserir a cidade nas dinâmicas do mercado mundial, terminando por convencer a população de que tal processo é positivo para todos.

Segundo Sánchez (2007) as imagens difundidas sobre intervenções urbanas realizadas na década de 1990 no Rio de Janeiro, por exemplo, induzem tipos de usos que incentivam o consumo dos serviços, de eventos culturais e de entretenimento; consolidando a experiência da cidade, tanto para turistas quanto para os moradores, a partir do padrão de comportamento. O marketing, portanto, apresenta-se como estratégia fundamental no acirramento da competição entre as cidades, as imagens dos lugares destinadas ao público consumidor diferenciado registram a fronteira de classes sociais, remarcada nos processos de intervenção urbana, marcada por espetacularização, gentrificação e apelo cultural, que juntos induzem formas de uso intermediadas pelo consumo.

A cultura apresenta-se como uma estratégia para preencher a imagem da cidade de conteúdo condizente com os valores sociais contemporâneos e inseri-la no contexto internacional, os símbolos criados para as cidades-mercadorias têm apelo à diversidade cultural e às diferenças étnicas, entretanto repaginam estas características estrategicamente apresentando-as reduzidas ao elemento capaz de agregar valor mercadológico à mercadoria-cidade. (SÁNCHEZ, 2007, p.35).

Neste processo desencadeado pela dinâmica neoliberal a cidade passa a desempenhar um novo papel que não condiz com a gênese da *urbs*, assemelha-se às vitrines e obras monumentais a serem contempladas e consumidas, esvazia-se o cidadão e a urbanidade. O território urbano apresenta-se reformatado no espaço-mundo, a representação urbana divulgada é uma imagem sintética que disputa por penetração social. A divulgação da ideia da cidade subordina-se à visão de poderosos atores que comandam a produção - urbanística, cultural e hegemônica - do espaço. (SANCHÉZ, 2010).

A cidade-espetáculo se materializa em territórios tidos como degradados, que transformados em vitrines publicitárias espetaculares pretendem consagrar seus respectivos projetos como modelos e despertar o espírito cívico (Sánchez, 2007). Tal espetacularização, para Debord (1969), é a afirmação de toda a vida humana, no âmbito social, como simples aparência. Em outras palavras, a espetacularização da vida é a mediatização das relações sociais. A sociedade assiste ao movimento de banalização sob

a diversão moderada do espetáculo: A banalização domina mundialmente a sociedade moderna; “domina-a também em cada ponto em que o consumo desenvolvido das mercadorias multiplicou na aparência os papeis e objetos a escolher.” (DEBORD 1969, p. 39).

No contexto da sociedade do espetáculo os novos espaços criados, ou espaços-síntese, são designados para falarem sobre a nova maneira de fazer a cidade, criando um mundo de aparências, (Sánchez, 2007, p.35). Multiplicam-se os espaços revitalizados e os eventos nas cidades; exibem-se edifícios ícones, como marca, que conferem papel de destaque internacional às cidades; desta forma, a competitividade entre as cidades reproduz as regras de produção e os imperativos de consumo atuais. A comercialização do lugar, por meio de imagens, precede a existência dos mesmos materialmente e modifica o significado dos lugares pelos processos de antecipação. Esta estratégia também relaciona-se com a produção do consumidor, que antecipa a produção do próprio produto (cidade-mercadoria). (SANTOS, 2013)

Nos lugares transformados, os equipamentos culturais instalados forjam aos usuários a sensação de serem capazes de apropriarem-se da cidade, na encenação de um elo fictício de comunidade, na idealização de um território de exibição cultural que apresenta-se cada vez mais desprovido de consistência. Desta forma as iniciativas de reabilitação parecem reduzir-se à produção de referências simbólicas ligadas à conservação de uma parte exclusiva da cultura do passado que não se relaciona com o uso presente do local. (JEUDY, 2005)

O modelo de gestão do patrimônio global também se adéqua à lógica de homogeneização ao preservar áreas históricas, de valor simbólico e cultural pelo viés dos padrões de cultura internacionais que não levam em consideração as singularidades dos lugares, induzindo, paradoxalmente, à padronização dos mesmos ao invés da exaltação das especificidades locais, conforme Jeudy (2005). A modificação espacial e social que se institui na construção de espaços mercadológicos, desta forma, modifica a experiência da vida cotidiana ao romper com a historicidade e com a espontaneidade. (SANTOS, 2013).

A atitude contemplativa do individuo é passiva, a cidade está no centro e torna-se sujeito, o objeto-cidade é atribuído de ideologia e induz a forma de comportamento do consumidor (cidadão). (Santos, 2013) Os cidadãos da cidade-mercadoria transformam-se em meros figurantes do roteiro cultural das intervenções Sánchez (2007). Desta forma, ao induzirem um uso diferente do uso histórico habitual os espaços criados engendram rupturas sociais e culturais, uma vez que as relações sociais, como pressupõe



a geografia humanista, são sempre espaciais e existem a partir da construção de espacialidades. A espacialidade é rebatimento direto das práticas sociais e por isto dá conta do espaço socialmente construído; efetivamente vivida e socialmente criada, ela é simultaneamente concreta e abstrata (Ferreira, 2007).

Isso significa que o espaço social associado a uma prática social se expressa através de uma forma de uso. As formas espaciais não somente expressam transformações nas esferas sociais, políticas e culturais, mas também contribuem para redefinição de processos nestas mesmas esferas. Podemos dizer que a prática social é peça fundamental da reprodução social e cultural e também motor da produção socioespacial; ou conforme Lefebvre (1994), os fenômenos socioespaciais são simultaneamente produtos e produtores. O que significa que o espaço não é uma categoria alheia, mas é parte da produção social, ele participa e influencia esta produção, ao mesmo tempo que tem potência para atender aos indivíduos.

O conteúdo do espaço, para Lefebvre, é definido pelo seu uso, e de certa maneira, induz a ação dos indivíduos; sendo o espaço projetado capaz de impor uma forma de comportamento que prioriza uma classe, que exclui um grupo, que determina um uso condicionado, configurando-se, assim, como um espaço dominador; ou pode propor um uso democrático, aberto acessível, que acolhe, atende e dialoga com a parte social a ele relacionada, apresentando-se como espaço democrático. O que caracteriza o espaço planejado como democrático ou excludente, conforme Lefebvre, é a natureza de suas relações sociais; neste sentido, o urbanista francês Jean Pierre Garnier (2013) acrescenta que os projetos urbanos podem atender aos interesses dominantes em sua essência ou atender às políticas mais populares.

Um espaço construído de cima, de forma transversal, é um espaço que se impõe e que domina, e espaços dominados impedem a multiplicidade de usos e a união de diferentes, como ocorre nos espaços produzidos no âmbito da cidade-mercadoria. Portanto, é no campo das relações que se estabelecem no espaço que está a resposta para a compreensão de quanto democrático ou dominador é este mesmo espaço. Uma arquitetura com grandes muros, grandes torres, barreiras e elementos impeditivos é uma arquitetura que separa, segrega e condiciona o uso a um tipo de indivíduo, geralmente pertencente a uma determinada classe. A arquitetura e o urbanismo que ordenam são limitantes à desordem inerente aos ambientes democráticos, cujas manifestações socioculturais guardam a multiplicidade, a subjetividade e a contradição.

A manifestação cultural genuína é heterogênea e, portanto, democrática; a limitação das possibilidades de uso do espaço, por sua vez, condicionam comportamentos e

consequentemente excluem, segregam e estetizam a experiência na cidade. O espaço planejado dos projetos atuais subjugam as esferas sociais, simbólicas e culturais aos aspectos do consumo, no qual a determinação/indução de uma forma de comportamento específica tem efeito limitante e homogeneizante (Santos, 1996). Henri Lefebvre faz distinção entre habitar e habitat, enquanto o primeiro termo faz alusão à vida, à multiplicidade e à amplitude da existência e das possibilidades, considerando a complexidade do ser humano nas dimensões do desejo, do corpo, da sua multifuncionalidade e da subjetividade existente nos lugares, o habitat reduz o habitar à simplificação das funções metabólicas de comer, dormir e reproduzir-se.

O habitat, nos dias atuais, passa a ser a categoria tomada como parâmetro para elaboração dos projetos arquitetônicos e urbanísticos que tem como produtos espaços espetaculares, desta forma os espaços projetados limitam a espontaneidade, uma vez que não consideram a subjetividade e a essencialidade inerente à vida no ato de concepção de suas formas. “O ser humano (não dizemos “o homem”) só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado como oferenda o dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele fabricará a sua maneira. Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto talvez, quando não passa de aplicação da publicidade e encarnação do mundo da mercadoria, a troca abolindo o uso, ou o sobre determinado” (LEFEBVRE 2008, p.79).

Não só os aspectos sociais são influenciados pelas formas e processos espaciais, mas também os aspectos subjetivos da vida são amarrados às formas dos projetos que atendem à proposta da cidade capitalista. Os lugares criados pelos megaprojetos atuais são responsáveis por varrer do mapa determinados cidadãos ligados a uma classe ou a um grupo cultural específico, através da gentrificação, consequência que afeta outras dimensões espaciais.

Tais projetos além de modificarem a dinâmica social existente no lugar, ou seja, causarem ruptura na (re)produção social, na relação dos indivíduos e no cotidiano dos lugares ao modificarem a base espacial dos mesmos, como visto, também modificam as representações espaciais (Lefebvre), o que é consideravelmente relevante no processo de produção do espaço, uma vez que altera-se o sistema de signos, símbolos e códigos de representação dominantes da sociedade, os quais estão relacionados ao exercício do poder e à conformação do espaço abstrato.

No viés de processos como o da homogeneização desencadeados pelas novas dinâmicas induzidas nos “espaços concebidos” - que desenvolvem-se na contramão dos modos de produção local - pode-se incorrer na desarticulação e fragmentação de identidades

culturais. Uma vez que a modificação dos lugares se dá no âmbito do espaço abstrato e do espaço social, sendo o primeiro representado pelas práticas econômicas e políticas originadas do Estado e do mercado capitalista global, - fragmentado, homogêneo e hierárquico - e o segundo, o espaço social, seria o espaço do valor-de-uso oposto ao valor-de-troca, que se produz a partir de todas as interações dadas no caráter do vivido, das ações dos sujeitos (LEFEBVRE, 1994). Sobre este aspecto Ferreira (2007) considera que a tensão entre o valor de uso e o valor de troca tanto produz o espaço social quanto o espaço abstrato de expropriação.

As referidas transformações modificam os símbolos e signos do lugar, que são fundamentais para a (re)produção espacial. Procede-se com elas a redefinição do espaço abstrato da cidade segundo os interesses dos agentes econômicos envolvidos, através da modificação das relações constituídas em escala local-local e local-global, que não passam pela consulta dos indivíduos do lugar. Em outras palavras, as transformações na base espacial engendradas por tais projetos induzem uma nova dinâmica de (re)produção do espaço com novos agentes envolvidos que não está relacionada com a essência das dinâmicas anteriores, nem com os agentes sociais anteriores. Se a dinâmica espacial de um local histórico estava associada às práticas culturais deste lugar, a partir da construção do espaço mercadológico-hegemônico tal dinâmica passa a ser substituída gradativamente pelo espaço abstrato da produção capitalista da cidade funcional, da cidade turística, do lugar para consumo. A formalidade substitui a informalidade, a dominação substitui a apropriação, a cultura é substituída por entretenimentos padronizados em lugares controlados e apropriados a consumi-la<sup>53</sup>. (LEFEBVRE, 2001)

A *urbs* caminha para a imposição do nível econômico sob os demais níveis inscritos no urbano, a lógica predominante do mercado global tende a reduzir o fenômeno urbano à materialidade, mais precisamente à mercadoria, - concepção que emerge na égide do mercado global e concretiza-se espacialmente de forma a limitar às possibilidades sociais -. A ausência de formas de vida social espontânea é um dos aspectos fundamentais do novo urbanismo. Simultaneamente à privatização do espaço, ocorre a privatização da existência (LEFEBVRE, 2001, p. 191)

Os novos conjuntos urbanos destruíram a *rua*. A rua, das cidades medievais e modernas, era fundamento de sociabilidade, nela encerra-se possibilidades de encontros (de indivíduos, de etnias, de valores e símbolos, e destes com objetos culturais, técnicos

---

<sup>53</sup> A produção do espaço (Lefebvre, 2001).

etc.), dos quais por meio da dialética das diferenças desdobram-se pensamentos e materializam-se relações, no espaço e com o espaço. Hoje, ela foi convertida em um lugar de passagem e de circulação entre o trabalho e a residência, entendido como “não-lugar<sup>54</sup>”, uma vez que o global pretende racionalmente e concretiza gradativamente o consenso e o impedimento da dialética dos processos sociais, conforme demonstra escrita do urbano. Pra Lefebvre, lê-se a cidade como se lê um livro; sua leitura encerra de um lado, o plano e do outro, o sensível, o legível, as coisas urbanas, ela, por sua vez, existe no nível geográfico, sociológico e econômico, não extinguindo outras possibilidades de interpretação ou de níveis. Lefebvre (1991)

O planejamento urbano empreendido pelo Estado ratifica o autoritarismo e inviabiliza a desordem, que em uma interpretação política, manifesta-se como possibilidade da democracia. Enquanto a ordem, nada mais representa, que a imposição de uma homogeneidade de comportamento que padroniza um modo de vida perante a pluralidade das subjetividades existentes no urbano. (Lefebvre, 2008)

O nível social submete-se aos interesses do nível econômico, reduzindo seus dissensos e sua riqueza histórica e cultural às relações padronizadas que determinam e limitam os comportamentos nas metrópoles e nos espaços dominados pela ordem e pelo planejamento do Estado (Santos, 1996). Pode-se supor que os dissensos, as desordens e os conflitos explodem nas rachaduras do espaço institucionalizado, entretanto o poder (através do uso da força) encarrega-se, por meio de suas táticas e estratégias, de reduzi-los ao imperceptível e ao invisível.

Os níveis - econômicos, sociais e políticos - são influenciados por outros níveis: global, misto e privado (este último seria o do habitar), no primeiro exerce-se o poder do Estado com homens do Estado que possuem uma concepção política ideologicamente justificada do espaço, e possuem estratégias políticas e "lógicas de classe" com capacidade de ação sobre este espaço. O poder político estatal dispõe de instrumentos ideológicos e científicos para modificar a distribuição de recursos, no nível urbanístico favorece a intervenção de tecnocratas e especialistas, materializando na sociedade e na cidade o neoliberalismo e o neodirigismo.

---

<sup>54</sup> Marc Augué, Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobre modernidade, Venda Nova, Bertrand Editora, 1998.

As relações gerais, globais - mercado de capitais e política espacial - projetam-se no urbano por meio de grandes intervenções conduzidas pela noção de habitat, as quais refletem no mundo prático sensível suas estratégias. O habitat emerge de forma a reprimir as características elementares da vida urbana, as formas de vida, as especificidades de uma parte da cidade e da sociedade, incluindo suas manifestações culturais e valores relacionados ao cotidiano. Ele foi definido e apresentado de cima para baixo, limitando a dimensão do vivido e da espontaneidade no modelo global homogêneo e quantitativo, de tal forma que os psicanalistas e filósofos tem que recorrer às esferas além do vivido, do real, de visível e legível para recuperar a noção da relação do habitar. (LEFEBVRE, 2008, p. 79).

A tensão entre o espaço social e o espaço abstrato da reprodução capitalista se intensifica, as dinâmicas de âmbitos locais continuam a se reproduzir nos guetos enquanto resistem à gentrificação e à padronização; o espaço da cidade se fragmenta com a construção dos “enclaves” para turistas. A base social, que em outro momento era apropriada pelos corpos, é substituída por uma base social destituída do caráter do público, sem possibilidade de apropriação, definida pelos interesses imobiliários, com vias rápidas e largas de circulação de veículos e grandes prédios voltados para um público diferente do público local. Uma série de transformações é imposta à cidade, submetendo-a a uma funcionalização que sirva plenamente à reprodução do capital.

Para BENACH (1997, p.45) a efetivação do processo de renovação de cidades depende consideravelmente da imagem que divulga a cidade renovada, - como visto - ela, por sua vez, representa o instrumento de legitimação da reconfiguração do espaço entregue àqueles que dele usufruem. A imagem da “ideia de cidade” desempenha poderoso papel no imaginário sobre a cidade, na produção dos seus símbolos e na vida social. O marketing tem tarefa decisiva na alteração dos significados socioculturais dos lugares dentro do processo de redefinição do contexto urbano, no qual os interesses empresariais adéquam o espaço urbano aos fluxos econômicos internacionais.

As referidas alterações socioespaciais desencadeiam processos de descaracterização dos lugares por meio da reformulação de sua base material e social: Os novos espaços surgem repaginados em versão simplificada que pela redução em imagens-síntese da história local constrói-se uma versão da história e da cultura que substitui as “indisciplinadas complexidades da cidade” e dá lugar a celebração da ordem. SANCHEZ (2007, p.37). A construção da cidade mercadoria, portanto, faz parte de um processo de transformação urbana que acompanha o projeto de mutação da sociedade, levado a cabo pelos atores hegemônicos, cujo objetivo consiste na consolidação do espetáculo como meio de reprodução máxima do capital. A criação de espaços que

conectam a cidade aos fluxos do mercado global modificam as relações socioespaciais e desencadeiam rupturas, não somente no tecido espacial, mas também no tecido social; uma vez que “(...) pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo dos séculos houvessem sido todas esgarçadas” (SANTOS 2013, p.41).

A reprodução do lugar – manifestada no plano do espaço vivido – caminha para a produção de um espaço mundial, uma vez que o espaço constitui-se cada vez mais na relação entre o local e o mundial e as relações sociais ultrapassam as fronteiras do lugar, (Carlos, 2007). A construção destes novos espaços mercadológicos contextualiza-se no processo de transformação do mundo, que manifesta nos lugares a racionalidade homogeneizante como produto do processo de acumulação (Carlos, 2007). Tal processo vinculado à mundialização da economia possibilita a chegada de novos fluxos (de pessoas, informação e mercadoria) nos lugares espetacularizados, os quais não se apresentam apenas como vitrines atrativas de turistas e investidores, mas também como espaços indutores de novos modelos de comportamento que terminam por desencadear a mudanças da própria sociedade.

### **2.3.2. A sociedade urbana que corresponde ao novo modelo de cidade: À luz de Henri Lefebvre**

Conforme visto, a construção de novos espaços na cidade fazem parte da transformação do território urbano para o atendimento às expectativas de grandes empreendedores privados, esta transformação não restringe-se à materialidade espacial, uma vez que o território não está dissociado do espaço social. O entendimento do espaço vincula-se diretamente com as relações sociais, conforme afirma Marcelo Lopes de Souza, (2013), que explica que diferentemente do entendimento dos sociólogos, os geógrafos vinculam diretamente espaço e sociedade, o espaço social refere-se à superfície terrestre apropriada, transformada e produzida pela sociedade, sendo necessário complementações às duas definições. SOUZA (2013, p. 22).

Para SOUZA (2013) o espaço geográfico não deve ser interpretado como se correspondesse à superfície terrestre, esta interpretação muitas vezes é usada por não geógrafos, assim como o termo geográfico, para leigos, associa-se às feições naturais da superfície terrestre como relevo, hidrografia e clima, secundarizando a ocupação humana. Esta interpretação por muitas décadas marcou a disciplina da geografia, entretanto, não corresponde às concepções da Geografia humana.

Para Marcelo Lopes de Souza à inspiração de Henri Lefebvre muitos passaram a considerar o espaço social como tema central do seu estudo, e não mais o espaço geográfico, o primeiro define-se como "aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade." SOUZA (2013, p. 22). Segundo o autor a contribuição dos sociólogos são menos vinculadas com a natureza do que a dos geógrafos, Bourdieu e Durkheim, por exemplo, em suas concepções sobre o espaço social, o definem como campo de atuação que abriga relações e posições na estrutura social, sem necessariamente uma vinculação direta com o espaço. Os geógrafos, por sua vez, questionam-se sobre a legitimidade de considerar a geografia como uma ciência social pura e simplesmente, ou conforme os clássicos uma ciência síntese de contato na charneira das ciências naturais e humanas. Para Souza (2013, p. 23) esta ideia clássica há muito está desacreditada, principalmente após a virada crítica da geografia da década de 1970.

Milton Santos entende que a geografia não deve ser tratada dicotômica e dualisticamente, de forma bipolarizada, não sendo possível, "descolar" a sociedade da natureza e vice-versa. Tais polos epistemológicos, apesar de distintos, são interdependentes e atiram-se constantemente, suas especificidades metodológicas, teóricas e conceituais exigem cooperação e respeito mútuo. De um lado geógrafos naturalistas, e do outro os identificados com a construção do espaço geográfico como morada do homem, caminham juntos para a análise da produção do espaço pela sociedade, e esta por sua vez, pode levar a construção de objetos de conhecimento específicos que promovam a colaboração e o diálogo, a unidade na diversidade. (SANTOS, 2013).

A trajetória da geografia revela a bipolarização e contraposição no interior de suas concepções, sendo que a geografia física revelava um conhecimento limitado quando comparado ao da produção "da Humana", conforme explica Santos. Para o autor, a dialética entre a sociedade e a natureza passa a ser chamada de geografia social, a expressão *Géographie Sociale* denominada por Reclus, atua como um conhecimento integrador do espaço geográfico com os seres humanos, sendo entendida como a maneira como "a sociedade concebe e se apropria da natureza e a transforma, transformando a si própria (a 'Geografia Social' stricto sensu)". (SOUZA 2013, p. 27).

Na concepção de Santos (2013) a geografia é plural, uma vez que a natureza - objeto dos geógrafos físicos - é construída por um processo histórico e cultural, e que o conhecimento *ecogeográfico* só adquire pleno sentido diante da sociedade, da mesma forma que as ferramentas das pesquisas ambientais (em sentido estrito), por sua vez, têm utilidade à geografia humana. Neste direcionamento, Santos vê a geografia social

*reclusiana* abandonando a polarização para caminhar para um ciclo virtuoso, cujo espaço geográfico abriga as facetas da "primeira natureza" e da "segunda natureza".

O espaço geográfico, portanto, é, para os autores, densamente social, cujas dinâmicas principais são aquelas no campo dessas relações, embora sem desconsiderar as dinâmicas naturais. O conceito de espaço geográfico, para Santos, é central, enquanto o do espaço social equivaleria a uma qualificação do espaço geográfico, na qual suas interfaces com as dimensões das relações sociais derivam conceitos, como o de território e lugar.

Para Santos o espaço social é, em primeira análise, algo tangível, muitos geógrafos por anos associaram o conceito à materialidade, entretanto esta noção é restrita. Se do espaço social deriva a noção de território e esta por sua vez relaciona-se com apropriação e poder, entende-se que a noção de território vincula-se à uma relação social. As "territorializações" podem de consolidar no espaço social sem necessidade de alteração física, da materialidade, deste espaço, mantendo-se no âmbito das dinâmicas sociais.

A ideia de território diferencia-se da de espaço social material, pois a primeira consegue afastar-se, ainda que parcialmente, da materialidade, embora esta sirva-lhe de referência para além dos sentidos demarcatórios. O território pode ser entendido como uma projeção espacial de uma demarcação de poder, o que no fundo, é uma relação social, ou melhor, uma relação social diretamente espacializada. Tal explicação demonstra a dificuldade de distinção entre "espaço (social)" e "relações sociais", o que só seria preciso, se o primeiro fosse redutível à materialidade, e neste caso ele corresponderia à superfície terrestre. Para Santos, a ideia de território contribui para a compreensão de que: "a materialidade não esgota o espaço social, e que as próprias relações sociais são, em determinadas circunstâncias ou a partir de uma determinada perspectiva, espaço - mesmo que a rigor, uma certa distinção entre espaço e relações sociais continue sendo útil e válida" SANTOS (2013, p. 36).

O mesmo pode ser repetido com a ideia de lugar, para o autor, que em princípio é um espaço vivido, pelos que lá moram, trabalham e usam no cotidiano. Esta ideia diferencia-se da "imagem do lugar" ou da "ideia do lugar" que é construída por aqueles que possuem uma vivência mais esporádica do mesmo, esta - ideia de lugar -, assim como a ideia de território, segundo Souza, se "decalca" sobre a materialidade do espaço, mas dele diferencia-se. A imagem do lugar pode se modificar sem que com isso a materialidade do mesmo se modifique, e vice-versa, as alterações materiais podem não alterar a imagem do mesmo, embora possam reafirmá-la. Com estas ideias de espaço



geográfico e social compreendidas, o autor passa para o conceito de organização espacial, que se refere com a distribuição espacial de infraestrutura técnica e social, incluindo-se aí as segregações. Tal organização, para o autor, não limita-se aos objetos criados pelo homem, refere-se também a uma ideia subjetiva e culturalmente contextualizada de organização, referindo-se também à ideia de ordem e desordem, incluindo também as formas materiais não criadas pelo homem. SANTOS (2013).

O espaço deriva-se a noção de território, e esta relaciona-se com apropriação, que ocorre na esfera das relações sociais. "a materialidade não esgota o espaço social, (...) as próprias relações sociais são, em determinadas circunstâncias ou a partir de uma determinada perspectiva, espaço - mesmo que a rigor, uma certa distinção entre espaço e relações sociais continue sendo útil e válida" SANTOS (2013, p. 36). A organização espacial para Milton Santos, não limita-se aos objetos criados pelo homem, refere-se a uma ideia subjetiva e culturalmente contextualizada de organização, referindo-se também à ideia de ordem e desordem, a organização espacial não restringe-se às coisas materiais, complementa Souza (2013), tanto a base material do espaço, quanto as territorializações, entre outras expressões sociais, constituem expressões de organização espacial. Tal entendimento é necessário para compreensão das dinâmicas do espaço, ou mais precisamente, das dinâmicas sociais, pois estas são em determinadas circunstâncias ou a partir de uma determinada perspectiva, o próprio espaço. (SOUZA, 2013)

Em sua obra "A produção do espaço"<sup>55</sup> Lefebvre desenvolve sua teoria sobre a produção do espaço e estabelece relações entre o urbano e a vida cotidiana, aportando que o espaço social é simultaneamente produto e produção do espaço. Contribuindo para a compreensão de que não se pode separar a sociedade da espacialidade, uma vez que o espaço como produto está diretamente vinculado a produção do mesmo, que é levada a cabo pela sociedade. Lefebvre aponta dentro do urbano uma contradição: ao mesmo tempo que o espaço se fragmenta para venda e para troca existe nele uma centralidade que faz parte da essência do urbano, que se relaciona com o direito dos cidadãos, uma vez que a realidade urbana não existe sem um centro "sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nele ser produzido". (LEFEBVRE, 1972, p. 32).

O oposto à centralidade a que se refere Lefebvre está a exclusão de grupos ou de indivíduos, excluir do urbano na concepção do autor significa excluir da sociedade, da civilização. A segregação que se estabelece na cidade é produto da estratégia da elite e

---

<sup>55</sup> Henri Lefebvre, Espaço e Política, 1972, p. 32

de poderosos agentes, a segregação e a produção da miséria anuncia a crise deste modelo de cidade capitalista; em oposição ao mesmo Lefebvre apresenta o direito à cidade como rejeição à segregação existente no urbano, e entende este direito como o inverso da fragmentação do espaço que aponta para a reunião, o encontro. A teoria da produção do espaço, do urbano, assim como a concepção do direito à cidade, tem como premissa, dentre muitas outras, que o espaço social e o espaço físico – ou espaço absoluto, do pensamento matemático - não estão dissociados, ou seja, que não existem enquanto dado estático e isolado. O espaço, que é ao mesmo tempo, produto e base de produção de si mesmo e de reprodução das relações, contém a contradição decorrente do caráter capitalista das práticas que nele e com ele se reproduzem. Lefebvre também ressalta que o entendimento do espaço se faz possível pelo pensamento dialético, e que ele não se esgota. Não pretendemos aqui reduzir o pensamento de Lefebvre e nem atingir uma definição sobre o espaço, o próprio autor no desenvolvimento de suas teorias sobre o urbano e a espacialidade lutou contra a dogmatização. Pretende-se aqui abrir perspectivas de análise à luz do pensamento Lefebvrino na direção de demonstrar que a base física da espacialidade está imbricada com a base social da mesma, e que se o Estado, a globalidade, nos dias atuais empreende a modificação profunda da cidade e do seu território, conforme visto, esta modificação não acontece dissociada da mesma ação na sociedade, porque espacialidade e sociedade reproduzem-se com reflexos mútuos e dimensões compartilhadas.

Nesta linha de compreensão da sociedade e da espacialidade, Henri Lefebvre, Marcelo Lopes de Souza, Milton Santos e David Harvey, à luz da geografia, compreendem o espaço como uma dimensão imbricada na sociedade, sociedade e espaço são indissociáveis. Segundo os referidos autores uma análise espacial não pode extinguir a dinâmica social, da mesma forma que pode-se considerar os rebatimentos das intervenções espaciais, no caso deste trabalho dos projetos urbanos contemporâneos, nas dinâmicas sociais.

Na compreensão lefebvrina (1991) o espaço se fundamenta em uma tríade que serve de base para outras categorias espaciais, entretanto esta separação é uma separação exclusivamente teórica, uma vez que na prática todas as categorias se fundem para compor o espaço. As divisões de prática espacial, representação do espaço e espaços de representação servem de base para Lefebvre aprofundar as concepções do espaço, a primeira categoria mencionada, prática espacial, relaciona-se com a realidade cotidiana, a realidade urbana, a dinâmica social no espaço, a segunda, representação do espaço, refere-se ao espaço planejado concebido pelos urbanistas e planejadores da cidade, o espaço concebido é o que é idealizado para a cidade, o que está posto, como o código

hegemônico que está posto no urbano, e a terceira, espaços de representação, relaciona-se com o simbolismo dos espaços, com o que o espaço significa para os seus usuários. Neste último apoia-se o que seria o espaço absoluto que é a categoria espacial dotada de significação profunda, que abriga tudo que se relaciona à historicidade, religiosidade, temporalidade e que mostra os sedimentos postos naquela sociedade, seria o simbólico do urbano que é permeado pelo espaço abstrato. A noção de mercadoria, por exemplo, seria o espaço abstrato que permeia o espaço simbólico dos lugares. Todas estas categoriais espaciais complexificam a concepção do espaço e nos fundamentam teoricamente para compreensão das modificações que ocorrem na cidade.

O espaço das intervenções urbanas atuais, objeto de estudo deste trabalho, idealizado pelos grupos dominantes e consumado a partir de uma noção cartesiana, seria o espaço concebido. Este espaço homogêneo tem uma esfera abstrata que se contrapõe a esfera do espaço vivido constituído de relações e práticas espaciais. Na concepção Lefebvriana a atualidade estaria valorizando as esferas dos espaços percebido (com as imagens espetaculares) e concebido (com os projetos de espaços dominados), em detrimento do vivido (das relações espontâneas cotidianas).

Admite-se, portanto, que os câmbios que se estabelecem na espacialidade da cidade no contexto do neoliberalismo global, associam-se diretamente com alterações na própria sociedade urbana. De acordo com Lefebvre, no campo da cidade global, a esfera econômica ganha corpo de forma a determinar a esfera social e a esfera política. Esta última, por sua vez é viabilizadora dos desdobramentos econômicos, ao mesmo tempo, que serve aos interesses privados, cumprindo a função de viabilizar sua reprodução.

Lefebvre<sup>56</sup> discorda das teorias que consideram o espaço como não político e alheio aos processos econômicos e sociais, aponta que as contradições existentes no espaço decorrem das práticas capitalistas, na qual ressalta duas principais, a primeira seria o exercício do poder da elite sobre o espaço que se estabelece através da propriedade privada do solo e a segunda seria a ação estratégica do Estado – a nível global - sobre o espaço. Um dos veículos de manifestação destas práticas, no âmbito institucional, seria a realização de projetos e planos urbanos para viabilização de interesses do mercado (LEFEBVRE 1972, p.57).

---

<sup>56</sup> Henri Lefebvre, Espaço e Política, 1972.

A alteração na base espacial influencia as relações sociais, estas por sua vez, modificam o conteúdo simbólico da cidade e do território. Para Harvey (2006, p. 170) o “poder das objetivações” explica como os objetos tem a capacidade de dominar as práticas sociais; sendo o espaço físico “uma simbolização espontânea do espaço social” (BOURDIEU, 1996, p. 160), havendo comunicação bidirecional entre o espaço físico e o social. “A experiência na cidade é, assim, uma experiência com a ordem e com as estruturas sociais. Ela permite que o indivíduo faça equivaler as oposições no espaço físico com aquelas do espaço social. Desse modo, uma e outra dimensões do *continuum* socioespacial se determinam e se reforçam, fazendo funcionar um processo de superposição de desigualdades. Além do mais, as posições experimentadas em termos de assimetrias e acesso à cidade são afirmadas como naturais, o que contribui, de forma suplementar, para naturalizar o que foi socialmente construído. A estrutura espacial tem, portanto, um papel decisivo para a reprodução social, em consequência, para a persistência da desigualdade.” (NOVAIS, p. 11 2014)

O urbanismo institucional, para Lefebvre, possui o sistema de ação explícito, que invoca controle e organização do Estado enquanto potência. A urbanização ou o planejamento do território, segundo o autor, não ocorrem de maneira descentralizada, eles condenam zonas da cidade ao progresso e outras à estagnação. Desta forma, o Estado organiza o desenvolvimento desigual para dele se utilizar e conduzi-lo à homogeneidade, conforme pôde ser observado na cidade do Rio de Janeiro da década de 1990 aos dias atuais, que teve seu espaço reconfigurado aos moldes do Planejamento estratégico<sup>57</sup>. No processo de homogeneização em curso, Milton Santos (2013) afirma que as cidades situadas em países periféricos tem sua territorialidade reconfigurada de forma mais profunda, nas quais assiste-se ao agravamento das desigualdades e segregações que afetam todos os níveis mencionados anteriormente. Sobre a produção da segregação através da construção de enclaves urbanos (espaços mercadológicos) Lefebvre acrescenta que se multiplica na cidade edificações que são “centros de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que jogam para os espaços periféricos todos os (indivíduos e grupos) que não compartilham dos privilégios políticos”<sup>58</sup> grifo meu. Lefebvre, 1972, p. 32.

---

<sup>57</sup> Assistiu-se, nas últimas décadas, a construção de uma imagem de degradação da área portuária carioca e posterior revitalização. Este assunto será retomado no próximo capítulo.

<sup>58</sup> Henri Lefebvre, Espaço e Política, 1972, p. 32

Lefebvre parte do pressuposto que a cidade projeta sobre o terreno uma sociedade inteira, uma totalidade social ou uma sociedade considerada como totalidade<sup>59</sup>. Conforme o autor, a cidade é um campo de ação na qual inscrevem-se as relações sociais, estas, por sua vez projetam-se no espaço e produzem este espaço. O espaço social, portanto, é campo de ação e base para a ação. O processo de produção do espaço é complexo, a forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade”<sup>60</sup>.

Lefebvre separa o urbano em três níveis, o nível especificamente do urbano ou da cidade seria o nível intermediário (misto, mediador ou intermediário), este seria o que sobraria de uma retirada - logicamente abstrata – de tudo o que depende do nível global, do Estado e da sociedade (edifícios, prédios públicos, igrejas e etc.), e do que depende do nível privado (imóveis, propriedades privadas), restando o sítio, o local, o imediato e também a situação (o meio distante global), entretanto, neste nível não entrariam as instituições (porque elas dependem do global).

O nível intermediário representaria o "real" social, o agrupamento das formas-funções-estruturas, no qual o termo 'funções' refere-se àquelas na cidade e da cidade, seriam primeiramente as internas à cidade, e em segundo as relacionadas ao território circundante.<sup>61</sup> No nível privado, Lefebvre considera o domínio edificado<sup>62</sup> e faz referência a oposição entre o termo "habitar" e "habitat", já mencionados, mas que serão retomados aqui para uma análise mais profunda do conceito do “habitar”.

O nível privado não pode opor o microssocial ao macrossocial, de grandes estruturas, este nível não diz respeito apenas aos agentes menores econômicos e sociológicos (família, vizinhos). O habitat rechaça o habitar enquanto prática milenar, o segundo continha o significado do funcional, multifuncional e transfuncional, o habitat, por sua vez, esvaziou-se dele. O habitar também distanciou-se das primeiras reflexões filosóficas de Nietzsche e Heidegger para centrar-se no entendimento de que o ser humano habita como poeta e tal processo passa pela relação dele com a natureza, com o ser e com o seu próprio ser. Lefebvre (2008).

---

<sup>59</sup> Henri Lefebvre, *Du Rural à l'urbain*, p. 147.

<sup>60</sup> Henri Lefebvre, *La Production de L'espace*, 4 ed, 2000, p.121

<sup>61</sup> As estruturas seguem a mesma lógica as internas (serviços do comércio, transporte e etc.) e as que ligam-se com o entorno da cidade (aldeias, cidades menores e outros serviços da vida urbana).

<sup>62</sup> Habitações em geral, casas, prédios, acampamentos e favelas.

Entretanto, retomaremos aqui a concepção de Heidegger sobre o habitar, que nos servirá de base para compreender os câmbios da produção espacial contemporânea em suas esferas do espaço abstrato e social. Uma vez que a essência do conceito do habitar relaciona-se com as subjetividades do ser, em um livre campo de manifestação da vida. Tendo como parâmetro antigas sociedades que construíam o espaço à forma de produção socioespacial do habitar, ou seja, dotado de subjetividades inerentes ao ser humano. Entretanto, o que se observa hoje na prática do urbanismo e da arquitetura é a construção de espaços que possuem como norte o habitat, isto significa que a concepção fundamental dos projetos de casas e cidades atualmente corresponde com uma forma de existir, de ser e de relacionar-se com o meio, que carrega a redução de subjetividades e possibilidades da vida humana. Significa dizer que o espaço projetado na contemporaneidade atende a um homem reduzido, limitado, desprovido de subjetividades, de ações, de pensamentos, de sentimentos, de desejos de devaneios, de arte e de poesia. Para Lefebvre o parâmetro do habitat consiste numa função tão reduzida e simplificada do ser humano - às ações de comer, dormir e reproduzir-se, - que foge até ao entendimento de um animal, que possui mais subjetividades que as contidas nesta definição.

O habitar, na concepção de Heidegger<sup>63</sup>, trazido à luz pela análise fenomenológico-existencial do ser-no-mundo, é a própria essência do homem-meio expressa na totalidade vivida e nas ligações com o construir. O habitar seria o traço fundamental da condição humana, um traço do ser, relacionado à habitação e à função de residir que é antecedida pela função de construir, apreendida pela razão de meio e fim. Entretanto, Heidegger não considera o habitar como simples ato de edificar e morar, para ele construir se relaciona com seu sentido mais próprio de demorar-se, de resguardar, de estar - como a pausa necessária para envolver-se -. Este sentido relaciona-se também com o sentido de preservar-se de ameaças exteriores, de estar em segurança, estar em paz.

A relação do homem com seu lugar passa pelo habitar no sentido de construí-lo, que envolve o cultivar do ser, que garante que os seres sobre a terra possam continuar sendo.<sup>64</sup> Refere-se ao próprio modo do homem ser-e-estar-no-mundo, que seria habitá-

---

<sup>63</sup> Martin Heidegger, Construir, Habitar, Pensar, 2015.

<sup>64</sup> Martin Heidegger, Construir, Habitar, Pensar. (2015, p.3).

lo, com o recolhimento necessário ao encontro com o próprio ser. Este sentido assume dimensão mais ampla, na medida em que implica pensar algo por relação à própria essência do homem. Habitar em sentido próprio versa sobre uma maneira de ser que remete para um resguardar, para um demorar do homem no meio das coisas, deixando-as ser<sup>65</sup>.

O habitar como resguardar assume uma dimensão existencial essencial, enquanto modo de resguardo, nele se encontra sua essência, quando o homem habita como poeta, resguardado no espaço da intimidade se abre para o espaço da memória, da habitação e do sonho e a poesia converte o espaço em habitação, porque a poesia edifica o ser da habitação<sup>66</sup>

A estrutura ontológica do homem no que se refere à sua espacialidade está apresentada aqui, os homens tem espaço e criam espaço, ao se demorarem junto as coisas e aos lugares, o ato de construir, de edificar, está relacionado com os vínculos e com as relações de proximidade. O estar próximo às coisas aqui não é medido em termos físicos, mas pelo significado que as coisas assumem, e é a partir da relação com as coisas que o homem pode voltar-se a si mesmo e compreender-se em seu ser, como ser no mundo no meio das coisas, sem deixar de ser ele mesmo e nem de ter ligação com elas.<sup>67</sup>

Tais premissas constroem as bases para o entendimento de conceitos como identidade, pertencimento e afetividade que serão abordados mais adiante neste trabalho. O habitar, portanto, tem relação com o espaço e com a espacialidade, assim como tem relação com a produção socioespacial cotidiana no âmbito do espaço vivido lefebvriano. O habitar na concepção de Heidegger significa pensar o homem em relação com sua origem, homens enquanto pertencentes da totalidade originária do ser.

O habitar abrange a esfera da organização socioespacial, que para Marcelo Lopes de Souza (2013) relaciona-se diretamente com a concepção de espaço geográfico e do espaço social, nos quais manifesta-se a territorialização e o desenvolvimento da noção de lugar. A concepção de habitar de Lefebvre (2008) relaciona-se com o nível do privado, este por sua vez é entendido como lugar e território no pensamento geográfico,

---

<sup>65</sup> Martin Heidegger, "Construir, Habitar, Pensar", p. 4

<sup>66</sup> Martin Heidegger, "L' Homme Habite en Poète" in: Essais et Conférences, pp.226-227.

<sup>67</sup> Martin Heidegger, "Construir, Habitar, Pensar", p.3.

e abriga a dimensão do vivido, das maneiras de viver, das manifestações culturais, no entendimento do espaço social da cidade.

"O ser humano (não dizemos "o homem") só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará a sua maneira. Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto, talvez, quando não passa de aplicação da publicidade e encarnação do mundo da mercadoria, a troca abolindo o uso, ou o sobredeterminado" (LEFEVBRE, 2008, p. 79).

Entende-se que o habitat é uma tentativa de redução do conceito de habitar na esfera do nível privado, uma adequação do 'habitar' aos modos de vida capitalistas, que determina uma forma de vida e uma forma de 'estar' esvaziada do essencial da vida. O sentido de habitar não é residual ou resultado de níveis superiores, ele é fonte, essencialmente fundamento, funcionalidade e transfuncionalidade. E, esta redução está inserida em um processo que Lefebvre (2008) chama de "mundo invertido" realizado pela lógica predominante do mundo global e estratégico, lógica que necessita ser reinvertida. Ou seja, a interpretação do mundo atual necessita de uma reinversão de sentido daquilo que está invertido enquanto valores, o que parece subordinado deve elevar-se ao primeiro plano, como ocorre com o conceito de habitar, que é o ponto de partida para decodificação da realidade urbana: Do que deve ser considerado (a essência), ao invés do que é de fato considerado nas interpretações dominantes (o monumental).

Desta forma, a análise de Lefebvre traz à luz dos estudos da cidade a esfera do vivido, a esfera do privado, como fundamental para a compreensão do urbano, apresentando o habitar e o habitat ao primeiro plano e desconstruindo o entendimento destes termos como algo reduzido a microescala social, mas que abrange suas manifestações relacionadas às macroescalas, ao mesmo tempo em que considera as complexidades engendradas na relação do habitar<sup>68</sup>. Para Lefebvre, não se deve reproduzir uma ideologia cartesiana que identifica o pequeno com o simples e o grande com o complexo, por apresentarem-se na escala do íntimo e do micro-universo imediato. As ambiguidades do ser humano e a sua moradia, por exemplo, não são menos

---

<sup>68</sup> Que envolvem as esferas da psicologia e da antropologia no entendimento da coletividade e dos sujeitos em suas complexidades - diferentes sexos, diferentes idades e etc-. (Lefebvre, 2008)



significativas, elas são peças de um nível não menos complexo que os outros níveis ‘maiores’.

A compreensão da morada, do habitar, como nível fundamental do entendimento do urbano, passa pela compreensão dos processos culturais, do entendimento de lar, de casa, enquanto território da espontaneidade. Dentre todos os níveis existentes no urbano, Lefebvre considera que o essencial, o fundamento e o sentido provem do habitar, enquanto, paradoxalmente, no urbano existe uma lógica na qual cada objeto comunica a ação e contamina cada ação, é a lógica da mercadoria. Para o autor, a lógica do espaço se submete às exigências do desenvolvimento, entretanto, nas lógicas do urbanismo, do espaço político e da morada existem fissuras, pois as lógicas entrecrocavam-se, e pelas fissuras passam os desejos, sem os quais a massa de sujeitos e objetos, a cotidianidade, padronizar-se-ia absolutamente, garantida pela força do Estado até a impossibilidade de subvertê-la (. LEFEVRE, 2008).

O habitat por sua vez, relaciona-se com a produção do espaço da cidade na contemporaneidade, mas também com a construção de sujeitos limitados e desconectados de suas subjetividades e desejos, ou seja, de sua essência<sup>69</sup>. A construção da cidade neoliberal está acompanhada da construção de uma sociedade adaptável a esta cidade, que mais se aproxima de uma desconstrução<sup>70</sup> do que de uma construção de algo. A concepção de que o espaço e a sociedade não se reproduzem separadamente, trazida pela concepção de espaço entendido pela geografia, e aprofundada pelas reflexões de Lefebvre aqui descritas, possui as bases teóricas necessárias para a compreensão de que os câmbios em curso nos territórios urbanos mundiais tem uma correspondência com os câmbios em curso na sociedade global.

O parâmetro do habitat que é fundamento para a elaboração de espaços “concebidos” carrega a transformação do indivíduo, que também deve se encaixar na concepção do habitat, uma vez que a transformação da cidade em cidade mercadoria e da casa em mercadoria é acompanhada da modificação da sociedade e do cidadão em consumidor. Se o indivíduo antes, dotado de particularidades e desejos, era construtor de seu próprio espaço, conforme descrito a respeito do conceito do habitar; agora, ele reduz-se a

---

<sup>69</sup> No sentido descrito por Heidegger

<sup>70</sup> Desconstrução no sentido de desconstrução do homem, para explicar a redução do homem provido de subjetividades e desejos ao homem limitado às funções metabólicas, explicado no debate do habitat em oposição ao habitar.

usuário, consumidor e espectador passivo deste espaço concebido pelo poder. Este indivíduo domesticado para consumir o espaço concebido atende às expectativas hegemônicas ao converterem-se em consumidores acrílicos e passivos que compõe a nova sociedade. A dinâmica social se afasta da urbanidade e dos processos de construção coletiva, ao mesmo tempo, que se padroniza.

Os espaços semelhantes, por sua vez, se multiplicam, caminham para a padronização e assiste-se a homogeneização dos lugares. Os integrantes da nova sociedade espetacular afastam-se tanto da produção do seu próprio meio, quanto do seu próprio grupo social, para contemplarem a cenografia da cidade vitrine (Debord, 1969). As relações no espaço e com o espaço urbano se realizam no bojo da sociedade global por intermédio do consumo da cidade-mercadoria, que apresenta-se internacionalmente como cenário deslumbrante do espetáculo da vida em sua versão neoliberal.

## **2.4. O Planejamento Estratégico e megaprojetos**

A questão urbana atual, alinhada as ideologias do sistema na versão neoliberal, passa a ter como nexos centrais a problemática da competitividade entre as cidades, conforme visto. Estas, por sua vez, disputam em busca de uma evolução estrutural cada vez maior, a fim de atrair investimentos e novas empresas, sobretudo internacionais. Para a construção de um modelo de cidade – que tem como correspondência um modelo de sociedade – está um modelo de planejamento urbano. O modelo de planejamento alinhado a ideologia neoliberal é conhecido como planejamento estratégico e é atualmente a forma de gestão de cidades mais difundida no Brasil e no mundo. Esta forma de planejar nasceu inspirada nas escolas de planejamento empresarial americanas e fundamenta-se em apreender as cidades como uma empresa, defendendo que ambas estariam submetidas aos mesmos desafios.

Este padrão começa a ganhar força principalmente a partir do fim dos anos 1970 e seu uso aliado às políticas públicas de desenvolvimento urbano é espelhado em experiências européias. Este modelo mais difundido no Brasil e América Latina é um divisor de opiniões, pois se contrapõe ao planejamento urbano racional oferecendo ações mais diretas, que levam em conta as constantes e aceleradas mudanças que ocorrem nas cidades, ao mesmo tempo, que as entende como um “produto” a ser “vendido”. Dentre seus aspectos, Vainer (2000) acrescenta que este modelo busca o envolvimento dos mais diversos atores no processo de “neoliberalização” das cidades (HARVEY, 2005) para a implantação de suas estratégias, que muitas vezes se restringe àqueles setores mais ligados ao capital econômico.

Pela ótica do planejamento estratégico, as cidades precisam perceber a mundialização da economia e da comunicação para entrar na competição entre territórios, especialmente entre seus centros. Se durante um longo tempo, as questões urbanas eram principalmente as pautas de reivindicações dos movimentos sociais, como problemas oriundos do crescimento desordenado, da reprodução da força de trabalho, dos equipamentos, dos usos coletivos, do uso do solo; no planejamento estratégico o ponto principal passou a ser competitividade. Os princípios básicos da referida disputa são: a atração de investimentos e novas tecnologias, de novas indústrias e negócios, competição de preço e oferta de serviços e atração de força de trabalho . O discurso deste paradigma se estrutura através da articulação paradoxal de três analogias constitutivas: a cidade como uma mercadoria, a cidade como uma empresa e a cidade como pátria. (VAINER, 2000). Princípios que viabilizam a gestão da cidade em função dos interesses empresariais.

A cidade como mercadoria, já abordada, pode ser considerada a ideia mais popular entre os neoplanejadores urbanos. Azevedo (2015) afirma que elas lutam entre si, para criar mais condições estruturais para a expansão de capital e das grandes corporações. Vender a cidade passou a ser um dos principais objetivos de governos locais, principalmente a venda de serviços que sejam interessantes à atração de capital internacional. Por isso é possível perceber a grande semelhança entre planos de diversas cidades, pois de acordo com Vainer (2000), as cidades que querem inserir-se na esfera competitiva precisam oferecer um mesmo tipo de produto para os mesmos compradores, que por sua vez, tem as mesmas demandas. “(...) pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, é sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis.” (VAINER, 2000, p.83)

A cidade como uma empresa, de acordo com Vainer (2000) se refere ao que seria a transferência de seu habitat natural - a corporação privada - para a terra urbana, transformando assim os objetivos e demandas do espaço urbano. O que antes era local de exercício da democracia, espaço político, agora dá prioridade à produtivização e à mercadotecnia. Ao seguir o exemplo catalão de entender e tratar a cidade como mercadoria, surge a necessidade de uma indução à despolitização e alienação dos indivíduos, pois se para uma empresa o que importa é o pragmatismo e a velocidade nas decisões, qualquer tipo de construção coletiva traria dificuldades e atrasos ao processo. “A instauração da cidade-empresa constitui, em tudo e por tudo, uma negação radical da

cidade enquanto espaço político – enquanto polis. (...) Aqui não se elegem dirigentes, nem se discutem objetivos; tampouco há tempo e condições de refletir sobre valores, filosofia ou utopias. Na empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtivização é a única lei.” (VAINER, 2000, p.91)

A cidade como pátria pode ser considerada o ponto de maior convergência entre os estudiosos deste tema. Diz respeito à necessidade de consenso para obtenção de sucesso nos planos. Partindo do processo de alienação e despolitização, os cidadãos devem adquirir uma consciência de crise e ser patriotas, além da necessidade de um governo local dotado de força política, estabilidade, capacidade de liderança, representatividade e eficácia, para que a população não hesite em apoiar os projetos. Executando bem as ideias trazidas através das três analogias supracitadas, é possível considerar que o planejamento estratégico proposto atingiu seus objetivos com sucesso. (VAINER, 2000)

Estes planos tem sido tratados como modelos prontos, que supostamente poderiam ser aplicados em qualquer lugar, sendo ignoradas as peculiaridades locais e qualquer juízo contraditório. O *sucesso* da cidade de Barcelona colaborou para a disseminação e aplicação deste exemplo em diversas cidades do Brasil e do mundo, inclusive no Rio de Janeiro. Entretanto, Oliveira (2009) alerta que não é adequada uma transposição acrítica e descontextualizada do modelo Barcelona de planejamento (OLIVEIRA, 2009)

Segundo Azevedo (2015), no contexto dos países periféricos, o planejamento estratégico foi adotado como modelo a partir da experiência realizada em duas cidades colombianas, Medellin e Bogotá, dentre as reproduções dos elementos inseridos nestas cidades foram reproduzidas as ocupações militares em favelas, a construção de teleféricos, as soluções de mobilidade urbana e a requalificação de certos fragmentos da cidade que se tornaram objetos de transposição acrítica para as demais cidades latinas, como ocorreu no Rio de Janeiro. Este padrão tem ganhado cada vez mais adeptos, principalmente por ser um instrumento que facilita e viabiliza diversas intenções pretendidas pelo poder econômico. No contexto da cidade capitalista contemporânea o referido modelo de planejamento é o mais adequado à lógica hegemônica, pois é capaz de viabilizar todas as intenções dos mercados imobiliário e financeiro através de ações “legais”. Azevedo (2015) reforça que, ao contrário do que se costuma afirmar, a cidade não cresce de forma desordenada, mas sim o contrário, existe uma forte articulação para a produção do espaço urbano. Ascher (1994) aponta sobre os primeiros passos do neoplanejamento urbano na Inglaterra, alguns traços que já evidenciavam esta intensa articulação, intrínseca à dinâmica do modelo:

“(...) não se tratava de abandonar toda intervenção pública e sim de fazer com que ela dependesse das exigências dos atores privados. O governo britânico promoveu, então, uma orientação do planejamento urbano como meio de acompanhamento do desenvolvimento urbano ‘espontâneo’, encarregada de criar condições que permitissem a intervenção dos atores privados onde eles ainda o desejassem e de atuar onde a lógica privada não pudesse resolver sozinha um problema de organização de infra-estrutura” (ASCHER, 1994)

De acordo com Vainer (2013), acompanhar este “desenvolvimento urbano espontâneo”, que visa criar condições para a atuação do mercado, exige certa flexibilidade por parte do Estado, e não por acaso os principais traços da “cidade-empresa” são “a despolitização, o desaparecimento dos partidos e o poder carismático individualizado”. A fragilização social provocada por tal modelo de gestão é exatamente seu objetivo. Não existe outra forma de sustentá-lo, a única maneira de executá-lo é fazer com que as classes sociais deleguem o poder de decisão sobre a cidade a um determinado líder que irá conduzir a gestão de forma flexível com o objetivo de ganhar a competição. De acordo com Vainer (2000) pode-se considerar a cidade da exceção como uma nova forma de regime urbano. A aplicação deste modelo, em um contexto de megaprojetos, tem sido a maior estratégia dos governos para a viabilização das pretendidas intenções neoliberais pelos detentores do capital. Em contrapartida, uma grande parcela da população é atingida de forma negativa e os problemas sociais do espaço urbano só aumentam.

#### **2.4.1. Empreendedorismo urbano**

Os megaprojetos ou Grandes Projetos Urbanos, GPU's,<sup>71</sup> existem na história do capitalismo de longa data, monumentos faraônicos foram executados para reafirmar o poder e ostentar o patrimônio de poderosos são palácios, templos, museus, mausoléus. O Taj Mahal é um destes exemplos, conforme menciona Rosenmann, entretanto, durante o último século a natureza dos megaprojetos foi sendo modificada acompanhando também as mudanças ocorridas no capitalismo globalizado no mesmo

---

<sup>71</sup> As duas categorias, megaprojetos ou Grandes Projetos Urbanos, GPU's, referem-se a mesma maneira de realizar grandes projetos urbanos. Referem-se à forma como procedem-se as intervenções urbanas da atualidade, que transformam lugares em espaços espetaculares. Ao longo do trabalho será usada ou uma ou outra nomenclatura.

período, que agora os promove não como gesto de ostentação, mas como meros pretextos para fazer negócios lucrativos. (ROSENMANN 2009, p. 209).

Os megaprojetos da atualidade também diferem dos megaprojetos da antiguidade pela natureza do financiamento. Se anteriormente os megaprojetos eram uma forma de ostentar e, portanto, eram financiados com recursos privados, como o caso do Taj Mahal, os megaprojetos contemporâneos são subvencionados pelo Estado, isentos de cobranças de impostos e em muitas ocasiões, conforme Rosenmann, (2009, p. 210) seu financiamento não sai dos Estados, mas do bolso dos cidadãos.

Atualmente, muitos centros urbanos (históricos ou não) em diversas cidades tem o turismo como o foco para estes projetos de revitalização. A espetacularização das cidades, como argumenta Guy Debord (1967) ou o empreendedorismo urbano segundo Vainer (2000) ou o espaço concebido em oposição ao espaço vivido, conforme define Lefebvre 1991 ou o espetáculo urbano, conforme define Harvey (1992) são denominações que caracterizam os projetos de revitalização urbana da atualidade.

Baltimore, Boston, Nova York, Barcelona, Buenos Aires, Londres e agora Rio de Janeiro são exemplos dos modelos dos projetos de revitalização que se multiplicam pelo mundo, que tem como característica “forjar uma democracia” e como objetivo “atrair investidores privados, habitantes de média e alta renda, turistas, e “inserir as cidades no rol daquelas que competem em escala internacional”. PASSOS (2011, p. 26).

Tais projetos implementados a partir de parcerias público-privadas entendem a cidade como mercadoria e transformam espaços públicos em espaços semi-públicos ou espaços dominados (SOBARZO, 2006). Tais espaços impoem modelos de apropriação e comportamentos apoiados em representações que determinam novas formas de inclusão e exclusão social (Sánchez, 2010). Para Lefebvre (2008), a caracterização estética destes projetos evoca o “consumo do lugar”, e as imagens de “ordem”, “civilidade” e “beleza” contidas em suas referidas publicidades são usadas com a finalidade de atração de empreendedores privados e de controlar o uso dos territórios. Dentre outros aspectos, cabe observar que para Zukin (1991), e para Smith (2006) nestes projetos de revitalização, o fenômeno da gentrificação não aparece como uma anomalia, mas como uma estratégia articulada e global, o que traz outras perspectivas para a análise

Nota-se, portanto, que tais projetos de revitalização urbana, são estratégias globais que tendem a modificar o espaço urbano de acordo com os interesses do mercado – em geral apoiados pelos Estados e a transformar os espaços públicos em espaços controlados, provocando, dentre outras conseqüências, a descaracterização social destes espaços ao

induzirem a modificação de suas práticas sociais, a expulsão da população local e a atração de um novo público “consumidor” da “cidade-mercadoria”.

Estes projetos reproduzem a violência das potências políticas<sup>72</sup>, conforme Santos (2013) e Lefebvre (2001), e são entendidos como viabilizadores dos interesses neoliberais. Afinizados com as intenções hegemônicas e com o Planejamento estratégico de cidades, os mesmos se contrapõem ao processo da “revolução do espaço” (LEFEBVRE, 2001), que inclui a revolução urbana e é composto de ações e invenções criadoras e criativas capazes de gerar processos de construção coletiva da cidade. A co-participação na produção do espaço urbano só acontece com apropriação e convivência, no âmbito da cotidianidade e do habitar, e requer necessariamente a aglomeração de corpos no espaço.

Enquanto os projetos atuais relacionam-se ao espaço concebido hegemônico e colocam a ideologia dominante em posição central da produção espacial, no âmbito do espaço social o cotidiano apresenta-se como enfrentamento político aos processos de coerção. Conforme Lefebvre a prática espacial urbana permite, sugere e proíbe, é dizer que a construção do espaço não se dá somente pela sua concepção do planejamento que ordena e proíbe as práticas sociais ao construir com seu traçado os códigos estabelecidos pelo sistema, mas vislumbra a possibilidade de edificar algo diferente a partir da atuação social e política dos sujeitos no urbano.

Conforme Garnier (2013), a mutação que ocorre nas metrópoles contemporâneas, fruto da forma de intervenção atual não é senão o resultado de um processo de descivilização realizado não somente à base de “deslocação” territorial, desintegração social e alienação cultural, mas também de “desposseção da cidade pelos habitantes que nela deixaram suas raízes”<sup>73</sup>. As cidades, conforme o autor, tem se tornado desprovidas de identidade, uma espécie de magma urbano anônimo. Isto ocorre porque, dentre muitas características, tais projetos propõem um novo traçado para a cidade que não consideram as práticas locais, e, além disto, viabilizam-se estrategicamente de forma a substituir o sujeito local por sujeitos desprovidos de relação com aquele espaço.

---

<sup>72</sup>Conforme Santos (2013) a forma atual da gestão capitalista acarreta desigualdades e agrava as segregações, principalmente nas nações periféricas. A competição se apresenta como ideologia dominante. A competitividade e a perversidade são peças da violência estrutural intrínseca ao sistema econômico atual, que requer do uso da força (do poder e da violência) para se reproduzir.

<sup>73</sup> Garnier (2013). Tradução nossa. Não paginado.

As considerações aportadas por Garnier (2013) tornam-se mais claras se partirmos do ponto do pensamento de Lefebvre, que de acordo com as pressuposições da geografia humanista, entende que as relações sociais são sempre espaciais e existem a partir da construção de espacialidades. A espacialidade é efetivamente vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstrata, é rebatimento direto das práticas sociais e por isto dá conta do espaço socialmente construído. (FERREIRA, 2007).

O espaço social associado a uma prática social se expressa através de uma forma de uso, as formas espaciais não somente expressam transformações sociais, políticas e culturais, mas também contribuem para redefinição dos processos sociais, políticos e culturais. É a partir deste ponto que podemos dizer que a prática social é peça fundamental da reprodução social e cultural e também como motor da produção socioespacial. Ou seja, apenas através do cotidiano, da convivência e da prática é possível a permanência/reconstrução da cultura. O espaço se (re)produz a partir dos fenômenos socioespaciais, que para Lefebvre (1994), são simultaneamente produtos e produtores.

Desta forma, as contribuições de Lefebvre servem de base para aprofundar a análise dos lugares criados, assim como para elucidar aspectos do espaço a partir das diferentes abordagens. Para além da tríade do espaço concebido, percebido e vivido, os conceitos de espaço social, espaço abstrato e espaço absoluto são bons eixos para percepção das influências materiais e imateriais que os grandes projetos de intervenção urbana exercem sobre os lugares transformados, como por exemplo o projeto Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.

Em consonância com o ponto de vista dominante, o porto do Rio de Janeiro é um exemplo de construção de espaço mercantil no cerne da cidade neoliberal, e apresenta-se como estratégia global de transformação da área portuária carioca em um parque de consumo. O projeto do porto serve como pretexto para o estabelecimento de parcerias entre uma elite empresarial e o setor público que funcionam como uma troca de interesses para a realização de bons negócios. O Estado concede autorizações e licenças construtivas, muitas vezes burlando ou alterando a legislação vigente, como é o caso das Parcerias Público Privadas, PPPs, - incluindo a do Porto Maravilha - para construir equipamentos que trarão retorno aos investidores privados. O dinheiro e os meios públicos são investidos para a promoção dos interesses de grandes construtoras e corporações e o marketing entra como ingrediente para obtenção de aceitação popular.

No caso do projeto Porto Maravilha no Rio de Janeiro atende-se aos interesses especulativos das grandes empreiteiras, priorizando grandes obras de infraestrutura urbana e empreendimentos corporativos. O governo federal assumiu um papel



fundamental nessa operação assegurando que os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) financiassem parte das obras, deixando os riscos financeiros da operação para o fundo do trabalhador. Conforme Rolnik (2011) o referido projeto, fruto de uma PPP, é “uma operação imobiliária executada por empresas privadas, mas financiada, com recursos públicos em terrenos públicos”. Além disto, há denúncias, de acordo com Galiza (2015), que a expectativa de valorização imobiliária da área provocou a remoção (ou ameaça) de centenas de moradores<sup>74</sup>.

Embora a participação do Estado seja fundamental para viabilizar operações urbanas como estas o argumento do sistema econômico é que estamos submetidos a uma política democrática de livre mercado não intervencionista. Para o reforço da imagem construída em torno dos empreendimentos ressalta-se, na divulgação dos projetos, a qualidade e a excelência das novas áreas construídas, sejam residenciais, comerciais ou de lazer e entretenimento, que são condecoradas com edifícios singulares.

Entretanto, a área portuária do Rio de Janeiro onde foi construído o referido projeto possui modos de vida e práticas sociais estabelecidos historicamente, com características tradicionais específicas, que ao mesmo tempo abrigam a convivência da população local com moradores de outros lugares, atraídos pelos eventos culturais que ali se realizam, cujo espaço social é bastante dinâmico com a presença simultânea do local e do global, que se chocam e se redefinem no seio da cotidianidade.

A área portuária possui intenso comércio formal e informal, com características diferentes nos períodos diurnos e noturnos; à noite é uma área marcada pela boemia frequentada por moradores e visitantes de perfil socioeconômico variado; as práticas socioculturais são caracterizadas pelo caráter de resistência, seja pela presença de centros culturais que reforçam os direitos das minorias, seja pela informalidade tanto das práticas quanto dos objetos edificadas (residências e comercios), seja pela ocupação de um perfil socioeconômico de baixa-renda, ou por outros aspectos sociais. Na Saúde, bairro da área portuária, se destaca o samba da pedra do sal como um dos focos de resistência e de referência simbólica para a cultura carioca.

O bairro possui profundo significado para cidade, de historicidade e temporalidade, conserva características deste espaço absoluto na sua materialidade, que e ao mesmo tempo é permeada pela mercadoria, pelo espaço abstrato que invade os sedimentos dos

---

<sup>74</sup> Galiza (2015) em Rolnik (2016) não paginado. O Porto Maravilha e a política de reabilitação de áreas centrais

significados do espaço absoluto. A mercadoria faz-se presente com o novo significado que o bairro passa a adquirir com o surgimento de novos restaurantes, comércios, turismo, com a reprodução do econômico permeando o espaço absoluto que é irreprodutível.

A gentrificação traz novo valor simbólico ao lugar constituído de vivido e de conflito, de local e de global (CARLOS, 2007, ZUKIN, 1991, SMITH, 2006). O bairro da Saúde, historicamente foi o primeiro reduto do samba, no Rio de Janeiro, ali realizaram-se os primeiros cortejos carnavalescos, primeiras apropriações do espaço público na cidade colonial, primeiras ocupações das ruas pelas massas populares. Era através do porto do Rio de Janeiro que chegavam os negros escravos e também após a abolição. O bairro também ficou marcado pela proliferação de cortiços, das moradias informais e pela conformação da primeira favela da cidade, o morro da Providência. Sedimentado pelo simbolismo cultural, religioso e histórico, o bairro conserva – não sem sincretismos e apropriações culturais - as descendências e as heranças negras transferidas para a cidade, mas também abriga forças sociopolíticas históricas e contemporâneas.

Considerando a abordagem feita por Lefebvre da cidade antiga e sua afirmação no livro “A Produção do Espaço” de que os que fazem o espaço (camponeses e artesãos) não são os que o administram, mas os que o administram (guerreiros e príncipes) possuem o espaço que outros produzem e apropriam-se dele, servindo-se dele para organizar a produção e dele usufruem; poderíamos dizer que os que realmente produzem o espaço da área portuária do Rio de Janeiro, assim como da cidade, são os trabalhadores, os operários, os garis, as domésticas, os sapateiros, os pedreiros, as prostitutas, os ambulantes, os travestis e os demais indivíduos que moram nestas áreas marginais. E os gestores urbanos, com suas intervenções urbanas espetaculares, ocupando o lugar dos antigos príncipes e guerreiros, modificam os espaços para seu usufruto, servindo-se dele, tal como ocorria na cidade antiga. Os usuários na área portuária resistem com as reapropriações que cada vez mais tornam-se mais escassas e custosas.

Entretanto, na Saúde, na Gamboa, na Praça Mauá e parte do centro, bairros que compõem a área portuária carioca, objeto de intervenção da Operação Porto Maravilha, nasceram a marginalidade, a informalidade e a apropriação do espaço público do Rio. A área permanece até hoje como lugar de encontro dos corpos no espaço, lugar de conflito e de resistência cultural, lugar de memória e referência para uma população tradicional; mas, que contraditoriamente sofre enorme pressão do Grande Projeto espetacular em curso, direcionado a atender os interesses do mercado internacional. Gradativamente o caráter histórico de marginalidade dá lugar ao cenário turístico espetacular do *boulevard* Olímpico e adjacências, nome dado a nova Praça Mauá, erigido sobre as mesmas

concepções européias de cidade que predominaram na Reforma Passos<sup>75</sup>. O espaço absoluto da área portuária vai sendo invadido pelo espaço abstrato da mercadoria. Neste sentido, Lefebvre reconhece o corte dado pelo sistema capitalista na reprodução do espaço social das cidades.

A leitura destes lugares, objetos das intervenções contemporâneas, ganha outra dimensão quando observado desde a perspectiva do espaço social, do vivido, do conflito, das referências culturais, da resistência à dominação. O espaço abstrato da antiguidade da área portuária cujas normas e regras se chocavam com as ilegalidades, marginalidades e desobediências dos cortejos carnavalescos é gradativamente substituído por um espaço abstrato que representa a ordem dominante, e que não faz alusão à marginalidade. Embora, neste espaço ainda contenha o choque do social com a ordem, do local com o global, do espaço do samba, da informalidade, das credences populares, do malandro, dos terreiros e das tias baianas com o espaço homogêneo espetacular e hierarquizado, que hierarquiza usos e coisas e produz fragmentação.

Nele ainda chocam-se os planos e contra-planos, os projetos e contra-projetos evidenciando as contradições latentes daqueles que resistem ao espaço regulador de resolução das contradições e imposição do consenso proposto pelos Grandes Projetos, portadores de estratégias de modificação do espaço abstrato e de supressão das referências comunitárias. A fragmentação imposta pela lógica da mercadoria tenta homogeneizar os diversos significados simbólicos e históricos existentes no espaço absoluto anterior, mas nas ruas destes lugares, ocorre o teste do espaço - que Lefebvre se refere: reproduz-se a violência latente e declarada das potências políticas que no bojo do espaço das diferenças, chocam-se com as resistências. O “choque” significa as forças que simultaneamente encontram-se em um determinado espaço; forças de diferentes naturezas, sociais, políticas e econômicas, uma vez que ao mesmo tempo que o espaço carrega simbolismos explícitos ou clandestinos – da representação das relações de produção - do cotidiano, do particular, do vivido, carrega também mensagens hegemônicas do poder, da dominação, representação das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1974).

"Se de um lado o espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é produto e nesse sentido trabalho materializado. Ao produzir suas

---

<sup>75</sup> A Reforma de Pereira Passos foi a primeira grande reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro e será abordada no capítulo seguinte.

condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a sociedade como um todo, produz o espaço e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir". (CARLOS 1994, p. 24). Entretanto, a fragmentação procede-se no espaço, assim como a homogeneização; não só no espaço, nos lugares de trabalho, nos modos de produção, na substituição dos sujeitos antigos pelo operário e consumidor acrítico. Esconde-se neste sujeito operário o poder estatal, político e econômico, esconde-se nas novas normas e leis proibicionistas e opressoras, assim como nas operações policiais repressivas, os corpos que dançam no espaço da rua. O mesmo poder estatal que ergue o espetáculo luminoso da área portuária carioca esmaga o vivido e o histórico sem muito a dizer.

Neste sentido entende-se os Grandes Projetos Urbanos como parte instrumental da reconfiguração e ressignificação do território na implantação de uma nova dinâmica socioespacial condizente com os interesses do mercado global, implementados pelas nações e federações, SANTOS (2013). As parcerias que se estabelecem entre os governos e a mídia, por sua vez, consolidam a centralidade das imagens e símbolos da cidade espetáculo como linguagem convincente das intervenções urbanas. A exagerada ideia de cidade renascida da crise e convertida em cidade espetacular, segundo Sánchez, "tem-se mostrado recorrente como fórmula exitosa da venda das cidades em diversas partes do mundo." (2013, p.26).

Os referidos projetos atuam como instrumentos de alteração da base material do espaço e viabilizam a implantação de normas de regulação e ordenação da cidade. Complementados pela sua componente ideológica, exercem o papel subjetivo de indutores de novos comportamentos que modificam as relações dos indivíduos com o espaço, e dos indivíduos entre si, observa-se que nos novos espaços criados os fluxos se modificam, alterando o conteúdo dos lugares e os usos.

Os GPUs representam um conjunto de ações propagadoras da segregação e de desigualdade social; o seu produto é o simulacro e a gentrificação. Conforme (ARANTES, 2000), a gentrificação estratégica é usualmente impulsionada por uma sucessão de crises, das quais, muitas vezes são forjadas, a fim de serem usadas como pretexto para medidas governamentais de "socorro": renascimento e renovação do lugar. A divulgação da ideia de renascimento de lugar é difundida com grande aceitação como fundo ideológico para criação de espaços controlados.

O estímulo da ocupação dos lugares por uma classe com maior poder aquisitivo procede na valorização imobiliária, e acarreta concorrência desigual entre os indivíduos que chegam e os moradores e usuários locais. Mesmo que a remoção não seja violenta (fato recorrente em processos de "revitalização") ocorre a chamada remoção branca por

caracterizar a expulsão da população devido a impossibilidade de arcar com os novos custos da valorização.

Os espaços criados destinados a atração de um público de "alto padrão" geralmente situam-se em centros históricos, como frentes marítimas, áreas portuárias ou em áreas isoladas do centro, voltados para acontecimentos de cunho internacional, conferências ou entretenimento. A criação destes espaços homogêneos apresenta-se não só como espetacular, mas também como alvo de resistência, uma vez que provoca rompimentos sociais e culturais por haverem sido “concebidos” em oposição ao “vividros” - conforme já mencionado, (Lefebvre), - na contramão dos modos de produção local e da cultura local.

A respeito Jackson e Nicolas (1998) aportam que transformar o espaço público da rua em espaço comercial privatizado, em um centro comercial tem custos sociais em termos de acesso democrático e responsabilidade pública. A domesticação do espaço através da sua purificação e privatização envolve crescentes processos de exclusão social e acentua as desigualdades<sup>76</sup>. A gentrificação, como estratégia de transformação socioespacial, (SMITH, 2006), atrai formas de vida descontextualizadas aos lugares, fator que insere-se no hall das alterações territoriais acarretando, dentre outros efeitos, na perda de identidade em maior ou menor grau (GARNIER, 2013). Em grande parte das áreas onde esses processos têm ocorrido foram observadas e registradas por alguns autores formas de resistências que derivam quer de estratégias de sobrevivência cultural, quer de iniciativas intencionadas e organizadas para garantir a cultura local, e que, muitas vezes, não têm grande visibilidade frente às ações hegemônicas.

A respeito das alterações dos lugares, a intervenção Porto Maravilha foi aqui utilizada por apresentar-se como um bom exemplo para entendimento das rupturas que se procedem no campo social e simbólico como consequência das intervenções. A referida área portuária que historicamente possuía o estigma de zona popular marginalizada tornou-se, após a reforma da Praça Mauá, – que é uma parte da reforma do porto ainda não concluída - um local espetacular voltado para o consumo da cidade. O projeto do porto também foi responsável pela remoção de inúmeras famílias de classe baixa residentes na área. Assim como o Parque Olímpico, o projeto Porto Maravilha é fruto de

---

<sup>76</sup> Jackson, P. En Images of the Street. Planning, Identity and Control in Público Space. 1998. In: Borja, J., Muxí, Z. El espacio público, ciudad y ciudadanía Barcelona, (2000, p.17).

uma Parceria Público Privada, ambas constituem as duas maiores PPPs do país. O projeto para construção do Parque Olímpico, por sua vez, situado na Barra da Tijuca, também se apresenta como um grande negócio para os donos de poderosas construtoras, além de ter sido justificativa para a remoção violenta de inúmeras favelas no bairro e adjacências. Entretanto, as rupturas socioculturais e simbólicas decorrentes da construção do Parque Olímpico serão analisadas mais adiante neste trabalho.

#### **2.4.2. A construção de espaços dominados**

“O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura” (DEBORD 1994, p. 30)

Os projetos de intervenção urbana da atualidade, como visto, enquadram-se nas regras de produção e nos imperativos de consumo contemporâneos, os estados e governos locais mudam de papel e entregam as decisões políticas ao mercado, os indivíduos são esvaziados de valores devido ao efeito causado pela imposição da lógica do dinheiro e descontextualizados de suas identidades, a proposta de consumo imposta nos lugares criados é garantida pelo extremo controle existente nos mesmos, que configuram-se como competitivos e controlados, como já descrito anteriormente.

“Numa sociedade em que a mercadoria concreta é rara ou minoritária, o domínio aparente do dinheiro se apresenta como o de um emissário munido de plenos poderes que fala em nome de uma potência desconhecida. Com (...) a produção em massa para o mercado mundial, a mercadoria aparece como uma força que vem ‘ocupar’ a vida social” (DEBORD, 1994, p.30), estabelecendo a materialização dos espaços mercadológicos. A ideologia de consumo cria novas dinâmicas de uso do espaço, estrategicamente pensadas para viabilizar a legitimação da hegemonia, constituindo “a afirmação da vida social como aparência” Debord (1969). Por meio da difusão de imagens da vida cotidiana que é capaz de “transformá-la na própria realidade”. SÁNCHEZ (2007, p.28).

A manipulação da ideia de cidade, através da divulgação de imagens fragmentadas de seus contextos socioculturais acarreta mudanças sociais, políticas e econômicas. Dentre as consequências derivadas das práticas mencionadas está a construção de espaços dominados pelo poder e pelas elites, executados pelos “produtores da cidade” com

intenção de acumulação de capital, cuja consequência recai sobre a prática cotidiana. (SOBARZO, 2006)

Tais espaços definem modelos de comportamentos relacionados com tendências globais de consumo de massa e desencadeiam modos de vida associados a valores capitalistas e a necessidades criadas, ressignificando a prática socioespacial. Estes modelos distanciam o espaço das possibilidades das trocas e definem novas formas de exclusão (SOBARZO, 2006, p. 34). A aparência confere papel central ao dinheiro e o torna regulador da vida social construindo caricaturas com modos de sociabilidade mais *cleans* (Sobarzo, 2006, p. 95) que causam sensação de isolamento. O isolamento, por sua vez, segundo Santos (2013) é a base da ideologia de acumulação, desdobrando-se na imposição do medo e do desamparo. O medo e a ideologia consumista (do dinheiro) apresentam-se, como causa e consequência um do outro. (SANTOS, 2013)

Na construção dos espaços dominados consolida-se, portanto, a “tirania do dinheiro” e “da informação”: a primeira pela criação do quadro da competitividade como nova forma de relacionamento e a segunda pelo convencimento da população que as intervenções urbanísticas atuais, ou megaprojetos, - que aprofundam as segregações e as diferenças sociais - são positivas. (Santos, 2013). Tais projetos são divulgadas como oportunidade para o renascimento e para o desenvolvimento equânime da *urbe*, entretanto, antes mesmo do início da implantação provocam alterações socioespaciais que se realizam com violações de diversos direitos humanos e sociais (Rolnik, 2011) e reproduzem a violência estrutural (Santos, 2013).

O espaço público da cidade normalmente é palco de atuação de diversos estilos de vida, visões de mundo e atuações heterogêneas, contrastantes e conflitantes (Vianna, 2007), “(...) *es a un tiempo el espacio principal del urbanismo, de la cultura urbana y de la ciudadanía. Es un espacio físico, simbólico y político (..) es el de la representación, en el que la sociedad se hace visible. Del ágora a la plaza de las manifestaciones políticas multitudinarias del siglo XX, es a partir de estos espacios que se puede relatar, comprender la historia de una ciudad. Estampas gloriosas y trágicas, antiguas y modernas, se suceden en los espacios públicos de la ciudad*”. (Borja y Muxí, 2000 p. 7.)

Entretanto, as características do espaço público se modificam após as intervenções urbanas. A releitura da cultura levada a cabo pelos megaprojetos acarreta esvaziamento da experiência sociocultural e consolida a dominação dos espaços ao predefinir o que e quem deve estar ou ser visto no local, assim como a quem pertence simbolicamente o espaço transformado. (Zukin, 1995). Se antes da transformação, os referidos espaços urbanos possibilitavam o encontro dos diferentes modos-mentais, responsáveis por

construir e interpretar diferentes instâncias do mundo social, conforme Gilberto Velho (2003), a infinidade de significados deste espaço plural não pode ser vista nos novos espaços controlados. Desde “A Política” de Aristóteles já se defendia que a cidade deve ser composta por diferentes classes sociais, e que não existe cidade se a população é muito semelhante. (Borja y Muxí, 2000 p. 16)

Entretanto, a redução da complexidade cultural e a reinterpretação reduzida dos lugares, que conservam, após os megaprojetos apenas uma breve similaridade com a cultura tradicional, submetem a cultura ao nível de aceitação hegemônica reduzindo suas manifestações a elementos passíveis de consumo: os edifícios patrimoniais transformam-se em meros objetos de atração turística destinados à espetacularização da experiência urbana, o que possibilita o consumo destes elementos, conforme Sánchez (2010). Sobre a privatização dos lugares Borja e Muxí acrescentam que: *“Una ciudad que funciona exclusivamente con el automóvil privado y con centralidades especializadas y cerradas como centros administrativos o de negocios, áreas turístico-culturales exclusivas, shoppings centres de lujo, edificios símbolo de grandes empresas, etc. no facilita el progreso de la ciudadanía. Al contrario, acentúa las tendencias a la segmentación, al individualismo y a la exclusión.”* (2000, p. 68)

Em oposição às tendências mencionadas Massey (2008) complementa que somente no seio do espaço enquanto “processo” é possível se constituir a identidade dos indivíduos, assim como as formas simbólicas atribuídas à cidade e os significados afetivos derivados da relação dos indivíduos com o território. Santos (1996) acrescenta que somente a partir do reconhecimento do “valor ativo” do território, dotado de conteúdo político, torna-se possível a construção legítima do seu valor simbólico, uma vez que: *“la ciudad es el continente de la historia, el tiempo concentrado en el espacio, la condensación del pasado y la memoria, es decir, el lugar desde donde se producen los proyectos de futuro que dan sentido al presente. La ciudad es un patrimonio colectivo en el que tramas, edificios y monumentos se combinan con recuerdos, sentimientos y momentos comunitarios. La ciudad es sobre todo, espacio público y no pareciera que los que allí vivimos, la gran mayoría de la población, pudiéramos renunciar a ella sin perder vínculos sociales y valores culturales, sin empobrecernos.”* (Borja y Muxí, 2000 p. 19)”

Entretanto, em oposição ao valor ativo do território a ação do capital neoliberal modifica o significado do mesmo e forja uma sociedade sem conflitos em espaços consensuais, que se opõem à natureza dos espaços públicos, uma vez que segundo Borja y Muxí, nos espaços públicos se expressa a diversidade, se produz o intercambio e se



aprende a tolerância. Sendo que a qualidade, a multiplicação e a acessibilidade dos espaços públicos definirão em grande medida a cidadania. (2000 p. 68)

Lefebvre enfatiza a importância das (in)corporações na cidade a partir da vivência corporal do espaço da relação do corpo com a construção de territorialidades no âmbito do “espaço vivido”. Entretanto, em oposição a produção socioespacial do espaço vivido, para Sánchez (2007) os espaços criados pelos megaprojetos fabricam uma falsa identidade que esconde as “indisciplinadas complexidades da cidade para a celebração da ordem existente” (p.37). Sem profundidade a lógica dos GPUs esconde os processos históricos e as marcas do tempo, as diferenças e heterogeneidades e destituindo o espaço público do seu caráter do público.

“La complejidad y la carga de sentido que consideramos consubstancial a la ciudad no resultan de manera automática de la concentración de población ni de la importancia de su actividad económica, ni por el hecho de ser sede de poderes políticos o administrativos. Si la diversidad y el intercambio son dimensiones fundamentales, la "ciudad ciudad" es aquella que optimiza las oportunidades de contacto, la que apuesta por la diferenciación y la mixtura funcional y social, la que multiplica los espacios de encuentro” (Borja y Muxí, 2000 p. 16).

O controle e a mensuração dos fluxos - de entrada e saída de pessoas, mercadorias, objetos e etc. – nos lugares criados na cidade, funciona como regulador e administrador, no sentido de "governar" o território (Foucault, 1978), o que se viabiliza por meio da atuação do dinheiro neste território. Controlar as circulações, medir, classificar, qualificar, gerar dados, obter estatísticas que possibilitem entender e manipular a população é a base da ciência político-econômica, segundo Foucault (1978).

Cria-se um espaço ‘limitado’ pelo consenso e onde seleciona-se os fluxos de pessoas e mercadorias, neste contexto, a arquitetura e o urbanismo se modificam, se em outro momento eles já tiveram a pretensão servir de suporte à revolução, para os mais radicais, no contexto dos megaprojetos a arquitetura e o urbanismo assumem o papel, de patrimonialização, estetização, culturalização ou espetacularização das cidades, sobre os ditos "territórios culturais", que tem o objetivo de transformá-las em outdoors, em "imagens sem corpos", "espaços desencarnados", "simples cenários", esvaziando-as da experiência corpórea que apresenta-se justamente em sentido oposto a de um logotipo de publicidade. JEUDY (2005).

O processo de seleção, redução e recombinação de fatores culturais cria espaços completamente novos, embora muitas vezes situados no interior de bairros onde tenha

se dado uma ocupação tradicional, para SANCHEZ (2007, p. 37) as estruturas arquitetônicas e urbanísticas tem a finalidade de mostrar as diferenças étnicas da cultura de forma harmônica, expressando a riqueza e a tolerância da civilização da cidade. A história da cidade é reeditada pelo governo, as imagens oficiais transmitem uma harmonia social que não corresponde “às relações sociais opressiva nesta sociedade urbana fortemente controlada”.

Os megaprojetos utilizam-se do apelo cultural para atração de turistas, reproduzem estratégias como a construção de parques étnicos ou de espaços de celebração de etnias que, conforme a autora, tentam forjar uma harmonia cultural, uma pasteurização e cominação de uma espécie de ordem branca da cultura que impõe-se sobre as rugosidades da resistência, excluindo da nova versão da história qualquer elemento incompatível com a intenção hegemônica. Logicamente, este processo não esconde sua natureza autoritária, posto que a atuação “homogeneizadora do dinheiro global é contrariada pelas resistências locais à sua expansão” (SANTOS 2013, p. 102). Harvey, (1992) acrescenta ainda, que nesta conjuntura da sociedade urbana global percebe-se uma crise de alteridade, no cerne desta crise a luta por direito e legitimação de vozes sufocadas é urgente.

Sem dúvida, a deformação do urbanismo funcionalista combinando zoneamento e privatização é a caricatura perversa do movimento moderno, cria uma nova imagem da "cidade emergente", na qual as peças, os "produtos", a arquitetura dos objetos-mercadoria substituem a cidade de intercâmbio e de diversidade. A cidade fragmentada tende a ser uma cidade socialmente segregada, economicamente improdutiva, culturalmente miserável e politicamente ingovernável. A construção da cidade neoliberal é a negação da cidade, o que na prática nega o potencial das liberdades urbanas e a promessa de justiça dos valores democráticos (Borja y Muxí, 2000 p. 15), Os espaços dominados produto dos megaprojetos urbanos, por sua vez, são lugares autoritários por limitarem as formas de comportamento e, em última instância, por viabilizarem a negação da cidade através da reconfiguração do território, tendo como consequência a inviabilização da liberdade e da democracia.

A luta das persistências se opõe a dominação dos espaços chamada por Boaventura de Sousa Santos (2001)<sup>77</sup> de globalização contra-hegemônica, feita de baixo para cima; para o autor há uma produção de direitos humanos desenvolvida através de práticas discursivas e diálogos interculturais que enfrenta o processo violento e arrebatador imposto às cidades. Nestas resistências procede-se a luta pelos direitos humanos com base em denominadores socioculturais comuns. O resgate e a resiliência das práticas sociais são instrumentos fundamentais ao enfrentamento da dominação, uma vez que “não há luta pelo futuro sem memória do passado” (LÖVY, 2005, p. 109).

## **2.5. A versão neoliberal da gestão urbana**

### **2.5.1. Os Grandes Projetos Urbanos como estratégia de administração**

A produção da cidade-mercadoria torna-se possível através de coalizões sociopolíticas para reestruturação do espaço urbano, para (VAINER 2000) a finalidade da transformação é inserir a cidade na dinâmica econômica capitalista atual, o que requer a adesão dos governos locais aos novos procedimentos de gestão espacial oferecidos pelo mercado.

As mudanças ocorridas na economia e na relação entre a mesma e o poder legitimam a chamada terceira fase de acumulação capitalista, que também pode ser considerada a fase do “neofeudalismo” ou “neucaciquismo” (NAREDO, 2009). Este momento é marcado pela alteração do papel do Estado e das empresas e por novas formas de gestão da cidade. Os acordos estabelecidos entre grandes empresários e governantes das cidades marcam este novo momento e a condução das gestões urbanas em todo o mundo.

Dentro do receituário ao qual devem subordinar-se os governos locais, segundo (ARANTES, 2000; SÁNCHEZ e BIENENSTEIN, 2003) estão a formação de Parcerias Público-Privadas, a implementação de instrumentos e instituições voltados para o

---

<sup>77</sup> SOUZA SANTOS, Boaventura. Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. 2001

governo, a realização de projetos urbanos espetacularizados, particularmente equipamentos culturais e de lazer. Através destas parcerias os territórios das cidades se transformam para atender a lógica determinada pelos interesses do capital, e neste contexto os megaprojetos viabilizam os interesses de grupos poderoso e realizam-se enquanto fruto da simbiose entre economia e poder, entre empresários e políticos. (AGUILERA E NAREDO, 2009 p.19) Mais que obras e elementos físicos os megaprojetos podem ser entendidos como uma forma de organização política para intervenção e gestão territorial e urbana.

Para SÁNCHEZ (2007) tais projetos são adotados por governos locais de diversas orientações políticas e afirmam-se como modelos de reestruturação das cidades, entretanto, configuram-se com uma morfologia espetacularizada com o objetivo de vender a cidade, e instalam-se no cenário urbano renovado acompanhados da gentrificação, da valorização de capitais privados e da especulação imobiliária.

O quadro descrito exemplifica uma situação que celebra o “fim da política” na concepção de Santos (2013), uma vez que para o autor o processo político passa a ser atribuído às empresas, e que este também é responsável pela perversidade do sistema capitalista, uma vez que as coalizões realizadas na esfera política do governo com o mercado para implementação da cidade-espetacularizada decorrem da subordinação estatal aos interesses do capitalismo mundializado. Emerge um Estado que se retira da função de regulação social cujos serviços públicos são privatizados. De acordo com Boaventura de Sousa Santos poderosos atores não estatais obtém o controle sobre a vida e o bem-estar das populações, seja controle da saúde, da terra, da água potável, das sementes, dos campos ou da qualidade do meio ambiente. O Estado moderno que prevalece deste lado da linha é substituído por obrigações contratuais privatizadas e despolitizadas, sob as quais as parcelas mais vulneráveis estão à mercê da misericórdia das parcelas mais fortes. Esta situação descrita é para o autor o auge do fascismo social, um regime de relações de poder extremamente desiguais que concede às partes mais fortes o poder de veto sobre a vida e o sustento da parte mais fraca. Boaventura se refere a cinco formas de fascismo social que não serão descritas aqui, mas a primeira delas merece destaque, o “fascismo do *apartheid* social” que se refere a segregação dos excluídos através de uma cartografia urbana que diferencia as zonas selvagens das civilizadas, conforme será abordado mais adiante. (SOUSA SANTOS, 2010, p. 25).

Sobre este aspecto, José Pérez de Lama, em seu texto “*Ciudades y globalización capitalista durante la IV Guerra Mundial*” comenta o texto do sub-comandante Marcos, porta voz do Exército Zapatista de Libertação Nacional, EZLN, que entende a versão da globalização neoliberal como um quebra cabeça do mundo, de sete peças não

encaixáveis, que fragmenta e destrói as nações. Perez de Lama (2002) projeta sobre a cidade e o urbanismo os conceitos trazidos por Marcos sobre a situação atual do mundo, entendida como IV Guerra Mundial ou revolução das elites, uma guerra por mercados globais que supõe a destruição, a reconstrução e a reordenação do globo, e dentro deste, das cidades e dos territórios.

Perez de Lama explica que no contexto mundial descrito, as relações entre o poder e a corrupção tornaram-se mais estreitas e encontram no âmbito do urbanismo neoliberal - que promove a transformação do território - ambiente propício para as privatizações e para a entrada massiva de capitais globais nas cidades. O autor faz alusão ao caso de Los Angeles estudado por Mike Davis (2000) onde a corrupção causou grave dano aos serviços públicos de transporte, educação e saúde. Situação que não difere do cenário dos países em desenvolvimento, como no caso brasileiro, a ser abordado mais adiante.

Sobre o referido tema, das articulações dos grupos econômicos e institucionais, Milton Santos (2013) complementa que a adaptação do território das cidades às necessidades de fluidez exigidas pelos capitais globais repercute na alteração considerável da geografia dos territórios escolhidos por este capital. E que incumbência estatal de adaptação territorial aos interesses hegemônicos impede, devido à concentração de recursos públicos no atendimento dos interesses empresariais, o investimento no social. Sobretudo, quando a este quadro somam-se privatizações procede-se com o financiamento, por parte do Estado, das empresas privadas na venda do capital social.

No caso da cidade de Sevilha, Espanha, por exemplo, não foi diferente, o interesse de políticos e empresários, financiado por alguns partidos são responsáveis por conduzir as grandes decisões urbanísticas da cidade, conforme descreve Perez de Lama (2002), que através de atribuição de formas geométricas às sete peças do quebra-cabeça do mundo neoliberal idealizado por Marcos, atribui à peça número quatro<sup>78</sup>, que representa a

---

<sup>78</sup> O quebra Cabeça de Marcos é constituído de sete peças características do modelo neoliberal, as quais Jose Pérez de Lama atribuiu formas relacionadas às questões urbanísticas, em seu texto publicado no artigo "Ciudades y globalización capitalista durante la IV Guerra Mundial [según el subcomandante Marcos]" para ocasião de seminário "los Ejes de Ecología y Cohesión Social del Foro Social de Sevilla", Espanha, 2002. A primeira peça do quebra-cabeça refere-se à cidade dual que teria forma do cifrão do Euro ou do dólar, a segunda peça trata da exploração e do modelo urbano e social insustentável que teria forma de pirâmide social, a terceira aborda o tema dos migrantes e fronteiras que Pérez de Lama atribuiu forma circular por ser um movimento

mundialização financeira e a globalização da corrupção nos processos de produção da cidade e do urbanismo, a forma de um espelho quadrado, porque ela não nos permite ver de forma clara de que lado está o crime e de que lado está o poder.

Esta peça poderia ser localizada no tabuleiro da cidade do Rio de Janeiro, pelo menos em dois bairros específicos, na área portuária, no centro da cidade, onde executou-se o Projeto urbanístico do Porto Maravilha e na Barra da Tijuca, onde executaram-se diversas obras de infra-estrutura de transporte, mas principalmente na região onde foi construído o Parque Olímpico. Ambos os projetos derivados de Parcerias Público-Privadas cujos procedimentos burlaram inúmeras determinações previstas na legislação urbana. As coalizões de poder consolidadas para estabelecimento destes projetos além do atendimento aos interesses particulares tem como consequência o enfraquecimento das fronteiras territoriais, o território deixa de ter fronteiras rígidas; segundo Santos (2013) elas tornam-se porosas graças à atuação da informação e do dinheiro, quadro que repercute na alteração do Estado. Isso acontece porque os atores hegemônicos, condutores do sistema mundializado, necessitam de um estado flexível a seus interesses, que possibilite que os contextos se interponham na conformação de um contexto global.

A revolução tecnológica permitiu a gestão e o controle da nova complexidade econômica e a aceleração do intercâmbio entre seus promotores (PÉREZ DE LAMA, 2002), mudança que possibilitou que as intervenções urbanas, viabilizadas e financiadas pelo poder público, passassem de intervenções a estratégias de promoção de lucro aos grupos de grandes empresários. As decisões atuais são tomadas por uma elite de forma oculta e antidemocrática, e consistem numa reestruturação oligárquica do poder com fachada democrática (NAREDO, 2009). Entretanto, é uma fase capitalista que se opõe ao que pode ser entendido por democracia na concepção de Marcelo Lopes de Souza (2006), cujo conceito relaciona-se ao conceito de autonomia.

---

ininterrupto e provocado pelo próprio sistema, a quarta peça refere-se à mundialização financeira e a globalização política, mencionada no corpo do texto; a quinta peça aborda o tema da legitimação da violência pelo Estado e da militarização, também mencionadas, a sexta peça fala da megapolítica, do espetáculo e da simulação (informação manipulada) que tem forma de tela de televisão, e a sétima peça fala de áreas de resistência ao modelo econômico atual que possuem qualquer forma e qualquer cor em função da multiplicidade destes movimentos, conforme será abordado mais adiante.

Portanto, a crítica à gestão de cidades da atualidade, e também aos megaprojetos urbanos, apresentada neste trabalho se fundamenta na ausência de participação popular nas decisões o que caracteriza o autoritarismo dos processos gestão atuais. De acordo com os ideais de Carnélius Catoriadis as democracias ocidentais são “oligarquias liberais” estruturadas em uma pirâmide cujo topo é constituído por uma minoria de poderosos dirigentes, que controla a base, uma maioria de cidadãos ordinários e dirigidos, e, ainda por cima alienados politicamente. Este quadro não tem nada a ver com sua autodenominação: regime democrático. (SOUZA, 2006 p. 70).

Utilizar a palavra democracia para qualificar esta realidade representa banalizar o sentido do que seria o verdadeiro regime democrático, porque este deveria ser incompatível com dinâmicas nas quais as esferas decisórias são em sua maioria fechadas às decisões do público, e quando abertas encontram-se à mercê da informação manipulada pelas comunicações de massa veiculadas ao público alienado. Essas assimetrias de acesso a informação e processos decisórios estabelecem grande afinidade com as diferenças econômicas inerentes ao capitalismo, e garantidas pelo Estado por meio do monopólio legal da violência. (SOUZA, 2006).

A lógica do capitalismo mundializado estrutura-se sobre as técnicas informacionais (publicidade e o marketing) e sobre a competitividade, SANTOS (2013), a multiplicação dos Grandes Projetos Urbanos, GPUs, ou megaprojetos obedece à mesma lógica, não somente o seu processo de produção é empreendido sobre os pilares da violência estrutural sistêmica, por não haver canais de comunicação com a população, como também, o produto obtido, a mercadoria-cidade, também a reproduz sob a mesma lógica. A estrutura da gestão urbana atual possui mínimos artifícios capazes de proporcionar ou possibilitar a postura autônoma na sociedade, ou seja, estamos organizados de forma a atender a determinadas instituições e regras heterônomas estabelecidas, e a estas se enquadrar e obedecer. (Souza, 2006 p. 177). O panorama poderia ser diferente se houvesse pressão para participação nas decisões por parte da população, fato que só seria possível mediante a informação clara e real a respeito das decisões políticas. Entretanto, as intervenções urbanas que viabilizam o lucro das grandes corporações do mercado se estruturam em torno de marketing e propagandas de informação de via única que cerram a possibilidade de informação real e, logo, da participação cidadã.

A possibilidade de mudança só pode ser vislumbrada no bojo da participação (LEFEBVRE, 2001), uma vez que a instauração da justiça social requer a (re)apropriação crítica do planejamento e da gestão. A análise do planejamento e da sociedade, a partir do ponto de vista da justiça social, depende da ideia de autonomia,

tanto na esfera coletiva quanto individual. (SOUZA, 2006, p. 174). Entretanto, a violação à informação permanece como um dos pilares de manutenção da ordem neoliberal que se realiza de forma despótica, devido à ausência da informação real que impossibilita o diálogo efetivo com os gestores urbanos. “A injustiça social global está, portanto, intimamente unida à injustiça cognitiva global. A batalha por justiça social global deve, portanto, ser também uma batalha pela justiça cognitiva global. Para alcançar o êxito, esta batalha requer um novo tipo de pensamento, um pensamento pós-abismal<sup>79</sup>” (SOUSA SANTOS, 2010, p.20).

A violação da informação e as ações despóticas da democracia representativa são denominadas por Santos (2013) como “violência estrutural”, característica desta forma de globalização que apóia-se na manipulação da informação e na emergência do “dinheiro em estado puro” como motor da vida econômica e social. As chamadas tiranias da informação e do dinheiro são os alicerces do sistema ideológico que justificam as ações hegemônicas e levam à criação de mitos sobre a realidade, às percepções fragmentadas e ao discurso de uma unidade mundial, bases do *globalitarismo* contemporâneo. (SANTOS, 2013).

No âmbito da legislação brasileira o “acesso à informação é considerado direito fundamental. (...) é um direito individual correlato ao direito de liberdade de expressão e autonomia, com livre intercâmbio de ideias, auxiliando a tomada de decisões. No âmbito coletivo, a informação é fundamental no desenvolvimento da cidadania, garantindo a participação política<sup>80</sup>.”

Aos Estados cabe impor a lógica do mercado e do pensamento único que exclui qualquer possibilidade de manifestação de conflito no espaço urbano. Tal imposição legitima o uso da violência pelo estado e desdobra-se também na militarização do espaço urbano. Para a quinta peça do quebra cabeça do comandante Marcos, que se refere à legitimação do poder ilegítimo, Pérez de Lama (2002) atribuiu a forma de pentágono que dispensa explicações.

No bojo de situações que reproduzem a violência, os projetos de revitalização urbana, principalmente durante a realização de megaeventos, contextualizam-se dentre as

---

<sup>79</sup> Edição em castelhano, tradução da autora.



estratégias para adaptação do território da cidade aos interesses do mercado; com apoio dos Estados, os espaços públicos destes lugares são transformados em espaços controlados e dominados, e neste processo são descaracterizados de suas práticas sociais e desapropriados da população local, para atração de um novo público “consumidor”, conforme visto na primeira parte deste capítulo.

Os megaprojetos fazem parte das medidas de preparação da cidade renovada que articula a realização dos GPUs (ou megaprojetos) às remoções de comunidades inteiras. No viés de processos como os de homogeneização, e nas formas de imposição de natureza antidemocrática, estes projetos violam os direitos humanos ao implementarem a remoção da forma como vêm acontecendo, ressalta Passos (2011). Raquel Rolnik, relatora internacional da ONU para assuntos de moradia, visitou a Zona Portuária e afirma que a primeira violação é a do direito à informação: as comunidades diretamente atingidas ao receberem alguma informação, o tem de forma incompleta, segue-se ainda que a maneira como são feitas as indenizações e a proposta de reassentamento, configuram uma segunda violação dos direitos comunitários.<sup>81</sup>

As duas Operações Urbanas Consorciadas, OUCs, do Rio, tanto a do Porto Maravilha, quanto a do Parque Olímpico proporcionaram forte ampliação do domínio da cidade pelo mercado imobiliário, incluindo-se a privatização do espaço público nos referidos bairros e a supressão de inúmeras habitações nas áreas adjacentes aos dois megaprojetos. Os novos instrumentos urbanísticos utilizados, as OUC<sup>82</sup>s e a concessão urbanística, tem como finalidade adaptar os territórios para reprodução do capital e viabilizar a apropriação privada de mais valias urbanas. A forma de “produção de legislação” que se estabelece nas PPPs, ou seja, normas específicas cada projeto, resultam em soluções extraordinárias, contrárias ao Plano Diretor, legalizando situações opostas as

---

<sup>81</sup>Em PASSOS (2011).

<sup>82</sup> O Estatuto da Cidade é a lei federal n.º 10.257 de 2001, criada para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal Brasileira, que tratam da política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade. O Estatuto é fruto do Movimento Nacional da Reforma Urbana, MNRU, e foi uma tentativa de viabilizar a implementação dos princípios da reforma na gestão das cidades, que podem ser sintetizados em alguns tópicos: a gestão democrática da cidade, a regulação pública do solo urbano, a função social da propriedade e a função social da cidade. Entretanto, os instrumentos do Estatuto da Cidade foram adaptados aos interesses neoliberais e servem à execução de Grandes Projetos Urbanos e iniciativas semelhantes, como é o caso das Operações Urbanas Consorciadas, OUCs.

previstas nos planos de ordenamento tal como ocorre com o art. 32 do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), que afirma:

Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.

§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

Ou seja, em se tratando de Operação Urbana Consorciada, não há obrigação de respeito ao Plano Diretor, camuflando de interesse social a geração de lucro para as empreiteiras realizadoras dos serviços e dos financiadores, (PINHEIRO, 2016, p. 57). O estímulo para consolidação deste modelo de reformulação do território que atende ao mercado lança mão das PPPs como o principal meio de financiamento dos megaprojetos.

Além disto, a viabilização destas transformações associa-se à forte militarização do espaço urbano, principalmente nas áreas marginais com a implementação das UPPs, Unidades de Polícia Pacificadora.<sup>83</sup> As medidas repressivas à população marginal servem de justificativa para realização de procedimentos excepcionais que funcionam estrategicamente para o aprimoramento das políticas de remoção de favelas, ao desviarem seus procedimentos de implantação das normas e leis que asseguram os direitos humanos e sociais das comunidades. Desta forma, consolida-se, de maneira

---

<sup>83</sup> As UPP's, Unidades de Polícia Pacificadora, foram implementadas no Rio de Janeiro a partir de 2008, e consistem na ocupação policial de determinadas favelas sob o argumento de combate ao tráfico de drogas. Entretanto, o que ocorre de fato é um controle das formas de vida e dos hábitos dos moradores de comunidades impondo-se uma dominação violenta da cultural local.

extremamente violenta e antidemocrática, o controle estatal sobre os territórios marginais. Para Marcos Barreira (2013), a pacificação de favelas instrumentalizadas pelas UPPs tem se revelado para além do objetivo de conter conflitos, um elemento decisivo na mudança da imagem da cidade associada à criação de cenários atrativos requeridos pelo urbanismo competitivo, (p. 174). Além disto, o controle exercido pelo Estado aos territórios marginais, segundo Sousa Santos (2010, p. 21) é parte de um processo de exercício da lógica “apropriação/violência” por parte do poder público sobre a lógica de “regulação/emancipação”. Captar a dimensão completa do que ocorre nos territórios do “outro lado da linha” observando de dentro para fora o que está acontecendo requer um enorme esforço de deslocamento. Nenhum pesquisador pode realizá-lo sozinho como indivíduo, é necessário um esforço coletivo para desenvolver uma epistemologia do Sul<sup>84</sup>. “Conjeturo que este movimento está feito de um movimento principal e de um contra-movimento subalterno. Ao movimento principal o denomino o retorno do colonial e o retorno do colonizador e ao contra-movimento chamo de cosmopolitismo subalterno” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 20)

Niklas Luhmann acrescenta, a respeito da condução antidemocrática da gestão urbana contemporânea, que a mesma pode ser explicada pelo “complexo do tirano” (NAREDO 2009, p. 220), que consiste em uma complexa estrutura pensada estrategicamente para evitar a possibilidade de comunicação cidadã e a consequente participação da população nas decisões; estrutura que é reproduzida na realização dos megaprojetos. Paradoxalmente ao que se assiste atualmente, as técnicas informacionais avançam o que pela lógica natural deveria permitir maior difusão do conhecimento (objetos, sociedades, realidades) sobre o planeta; entretanto, elas permaneceram controladas por um número reduzido de atores a serviço do interesse de estados e empresas, o que permite a instalação da opressão e do controle no território. (SANTOS, 2013).

Esta heterogeneidade de acessos aprofunda as desigualdades e polariza o corpo social, de forma que a periferia torna-se mais periférica, seja por falta de acesso aos novos meios de produção, à informação, à cidade, ou pela falta de controle e participação das massas nas decisões políticas. Para sustentar este contexto de exclusão transmite-se a

---

<sup>84</sup> Trata-se de um projeto de pesquisa coordenado por Boaventura de Sousa Santos entre 1999 e 2002 intitulado “Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos” no qual participaram sessenta cientistas sociais em seis países (Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique, Portugal e África do Sul). Os resultados foram publicados em cinco volumes (2005, 2005, 2007). Em Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 21).

informação à maioria dos indivíduos de forma destorcida e manipulada, o que além de não esclarecer, confunde, o que é mais agravante. O que chega às pessoas, às empresas e às instituições hegemônicas é resultado de manipulação, apresentando-se como ideologia, conforme esclarece Milton Santos (2013). Assiste-se ao processo de ideologização da realidade que substitui a realidade em si, à difusão de ideologias sobre o mundo, à imposição de valores que submetem os indivíduos e as nações às intenções do mercado. As ações afinadas com a lógica da competitividade são tidas como coerentes e autojustificadas. Santos (2013)

A competitividade - sugerida pela produção e pelo consumo – é fonte de novos totalitarismos, aceitos graças às confusões instaladas na interpretação da realidade e da produção, que na base da vida social, se fundamenta na “violência estrutural” visível na ação dos Estados, das empresas e dos indivíduos (SANTOS, 2013). Permanece-se reproduzindo uma lógica administrativa que concentra o poder de decisão no Estado. A ação hegemônica é contrária ao incentivo de corpos sociais intermediários - como sugeriram os pensadores da revolução francesa – para assegurar um desenvolvimento comunitário e realizar a democracia participativa para além da estrutura da forma democrática. (NAREDO, 2009).

Este processo também se reflete no território com a reprodução dos megaprojetos que refletem a lógica de crescimento urbano baseada na ideia centro-periferia, uma lógica que provoca segregação. Tal processo é conhecido como produção da cidade polarizada ou “cidade partida” (VENTURA, 1994)<sup>85</sup>, cuja separação entre as classes está posta tanto de forma física, quanto social e ideológica na vida da urbe e é marcada pela presença da violência. A sustentação da produção da desigualdade social também está associada ao poder da mídia que constrói estigmas relacionados às populações periféricas a fim de justificar a condução de um planejamento de cidades opressor. Desta forma, a manipulação da informação articulada com repressão é a razão pela qual as Olimpíadas no Rio de Janeiro - e em todo o mundo - não receberam a rejeição social merecida.

Os acordos realizados atualmente entre instâncias do governo e agentes do mercado imobiliário garantem o monopólio do poder a um grupo restrito de empresários e

---

<sup>85</sup> Pra maiores informações ler Zuenir Ventura descreve em seu livro “A cidade partida” (1994) o cenário de uma verdadeira guerra que existe no Rio de Janeiro no cenário das periferias, a guerra da sociedade contra os indivíduos marginalizados, na qual a violência extrema marca o cotidiano destes lugares.

políticos, os “*condottieri*” dos negócios, que utilizam os instrumentos do Estado para realizarem suas intenções. Os negócios definem as ações dos Estados provocando a polarização social mencionada, esta afeta, inclusive, o próprio mundo empresarial, uma vez que algumas empresas são capazes de gerar capital e conseguir concessões, privatizações, projetos, requalificações, comissões e royalties e outras empresas que não são capazes do mesmo e acabam absorvidas pelas mais fortes. (AGUILERA E NAREDO, 2009 p. 14)

Nos negócios imobiliários de requalificação urbana o grupo empresarial exerce seu poder sobre o território mediante alteração de normas de forma anti-democrática, conseguindo estender a especulação por todo corpo social (AGUILERA E NAREDO, 2009 p. 14). As cidades e a sociedade se ajustam às transformações técnicas trazidas pelas empresas, os governos locais adotam uma série de iniciativas para adaptarem-se às mudanças do interesse privado, que se materializam através dos Grandes Projetos Urbanos viabilizados pelas Parcerias Público-Privadas, PPPs.

As PPPs aparecem como uma “fórmula mágica” para viabilização dos interesses empresariais, através de sua consolidação o Estado permanece dando suporte à expansão do mercado e simultaneamente, dentro da parceria, se ausenta de regular a atuação das empresas no território (FIX, 2003), dando plenos poderes ao mercado. Paradoxalmente, os discursos que legitimam as PPPs argumentam a lentidão e ineficiência estatal como razão para recorrer às privatizações, entretanto, estes mesmos atores adeptos da teoria neoliberal não querem a ausência total do Estado, uma vez que são favoráveis aos subsídios e benefícios concedidos às empresas e aos riscos que o setor público assume nos novos “investimentos” urbanísticos.

*“La actividad del Estado se pone de forma evidente, a todos los niveles y sin ningún pudor, al servicio del nuevo modelo de crecimiento, que tiende a maximizar el beneficio empresarial, redistribuyendo las rentas claramente a su favor; disminuyendo también, el peso del sector estatal en la actividad directamente económica y ampliando el del mercado”* (FERNÁNDEZ DURÁN, 1996, p.188)

Desta forma assiste-se ao protagonismo dos interesses privados na condução das gestões das cidades, as PPPs surgem, neste contexto, como um mecanismo jurídico e financeiro para viabilizar os grandes projetos urbanos, que nada mais são que grandes negócios de transformação de espaços em ambientes corporativos e privatizados. A fórmula para execução dos megaprojetos, vinculados às PPPs, é reproduzida em inúmeras cidades, ela vem acompanhada de uma ideia de revitalização e revalorização das áreas transformadas ressaltando a necessidade de reocupação da mesma, quando, na verdade,

tais áreas possuem intensa vida cotidiana; este discurso pretende subsidiar as estratégias gentrificadoras desencadeadas pelos megaprojetos. Também busca-se construir a ideia de que o investimento público para promoção de valorização urbana que desencadeia alterações nas esferas sociais, físicas e simbólicas dos lugares é um “processo natural”; a intenção é criar uma prática de constante investimento público com o objetivo - não de provisão de infra-estrutura urbanística, como deveria ser - de inserção da área nos fluxos financeiros globais, o que favorece os grandes promotores imobiliários.

As PPPs, portanto, adaptam as áreas dos projetos às expectativas dos investidores privados, cabendo ao Estado a minimização dos riscos destas transações. Assiste-se, corriqueiramente, na implementação das PPPs, a falta de divulgação adequada dos projetos, a insuficiência de informação a respeito das intervenções às populações residentes na área, a falta de canais de comunicação adequados que viabilizem ou possibilitem a participação social, conforme prevê o Estatuto da Cidade que regulamenta a política urbana brasileira; e, a execução de desapropriações em situações que não possuem as bases jurídicas exigidas à viabilização.

Geralmente as PPPs são contestadas pela população, não somente pela forma como são executados os projetos, mas também pelo não cumprimento de exigências legais no âmbito da licitação referente, tanto no que se alude aos prazos quanto a sua divulgação. A rapidez dos processos das PPPs assegura que as mudanças espaciais sejam concretizadas mesmo quando há inúmeras infrações, porque o tempo que o judiciário necessitaria para analisar os processos é superior, muitas vezes, aos prazos de execução das obras. O que se pode observar é que os megaprojetos executados – na maioria das vezes, através das PPPs – tem como finalidade o retorno do investimento privado, a apropriação privada do espaço público na criação de ambientes controlados e corporativos e a adequação da gestão urbana aos princípios neoliberais. Sejam os megaprojetos de infraestrutura ou de requalificações urbanas eles estão vinculados às políticas empresariais e financeiras e à criação de capital fictício virtual, (ARANTES, 2000), todas as atividades de iniciativa privada financiadas com dinheiro público no mercado constituem o núcleo central do capitalismo neoliberal que jamais funcionaria sem conivência do poder público, (NAREDO, 2009).

O funcionamento atual do Estado aponta para um forte impulso de privatização da política urbana e do planejamento territorial brasileiro, no qual os megaprojetos e as PPPs tem papel fundamental, por viabilizarem a expansão e atuação do capital financeiro e fictício na produção socioespacial. O contexto atual aponta para a reprodução das praticas neoliberais no âmbito da gestão urbana, processo que se contrapõe aos fundamentos do direito à cidade, que orientam o ordenamento jurídico-

institucional da política urbana brasileira. (SOMBINI, 2016 p. 17). Esta forma de funcionamento da gestão urbana vem se aprimorando com o tempo, e também se mascarando para não deixar transparecer suas dinâmicas reais. Atualmente, as estratégias que concedem plenos benefícios ao capital privado estão disfarçadas atrás do discurso da livre concorrência. Entretanto, o que existe de fato é a estreita relação entre grupos de poderosos atores para viabilizar os megaprojetos, os quais não se sabem se são esta ou aquela obra ou se são uma forma de administração do país. (AGUILERA E NAREDO, 2009 p. 17)

Dentro da gestão marcada pela realização de megaprojetos, os megaeventos apresentam-se como uma ação governamental catalizadora na viabilização de acordos comerciais em tempo recorde e de modo discricionário<sup>86</sup> e estabelecem-se por uma espécie de “estado de exceção contínuo<sup>87</sup>” (AGAMBEN, 2005). A forma de atuação no espaço urbano na época do evento é implantada por meio de medidas excepcionais por ele justificadas; os procedimentos fogem dos parâmetros burocráticos normais e contornam a legislação, materializando um cenário favorável a retomada do território pela elite. Sob justificativa de preparação do cenário urbano para a festa, a gestão e a paisagem urbana se adéquam aos interesses dos seus organizadores consolidando a reconfiguração socioespacial da cidade.

“Uma parte essencial da legitimação de um estado de exceção é seu caráter temporário. As autoridades supostamente estão obrigadas a declarar o fim de tal período quando a ameaça está efetivamente eliminada. O que acontece, no entanto, quando as autoridades decidem que certo tipo de ameaça está sempre presente, sem importar quão vaga seja sua fonte e suas características?” (STAVRIDES, 2016 p. 137)

As medidas de segurança pública adotadas no período olímpico se tornam instrumentos de repressão à população e de limitação de direitos generalizados, tais instrumentos são legitimados pela propaganda do “legado olímpico”. A vigilância extensiva reforçada para na referida ocasião fere os direitos individuais e coletivos e não é passível de

---

<sup>86</sup> A intervenção no território da forma como é feita, no contexto de realização dos megaeventos esportivos, caracteriza-se pelo autoritarismo e pela reprodução da exclusão, onde a tomada de decisões ocorre sem consulta popular e a decisão por projetos acontece sem informações adequadas e completas à população.

<sup>87</sup> Um estado de exceção não é a derrubada de uma autoridade estabelecida (como no caso de um golpe de Estado), mas o exercício do direito definitivo de uma autoridade: o direito de suspender direitos. (AGAMBEN, 2005, p. 39)

questionamento devido à campanha de segurança promovida pelo Comitê Olímpico Internacional, COI, nas cidades-sede. Uma das leis aprovadas neste momento é a lei-antiterrorista que é um grande pretexto para suprimir os direitos básicos do cidadão, conforme explica Sousa Santos (2010, p.23): “É cada vez mais evidente que a legislação anti-terrorista mencionada, agora promulgada em vários países seguindo a Resolução do Conselho de Diplomacia das Nações Unidas e sob forte pressão estadunidense, anula o conteúdo civil e político dos direitos e garantias constitucionais básicas. Como tudo isto ocorre sem uma suspensão formal de tais direitos e garantias, somos testemunhas da emergência de uma nova forma de Estado, o Estado de exceção, no qual, diferente das velhas formas de Estado de sítio ou Estado de emergência, restringe os direitos democráticos sob a premissa de salvaguardá-los ou inclusive expandi-los” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 23)

Sobre este aspecto Stavrides (2016) comenta que o regime “temporário” de segurança na Grécia Olímpica permaneceu após os jogos e foi reconhecido como um legado pela população no combate às ações terroristas e criminosas; as pessoas acostumaram-se a existência de câmeras em áreas públicas; medidas excepcionais foram tomadas para as circunstâncias excepcionais e depois permaneceram justificadas pela necessidade de segurança pública. A limitação da liberdade e dos direitos civis foram justificados pelas olimpíadas na Grécia, e elas também foram usadas para a entrega da soberania nacional aos agentes privados, que podiam modificar leis e desrespeitar regulamentos ambientais, conforme Stavrides (2016, p. 142).

Os mesmos aspectos foram observados nos jogos do Rio 2016, cuja preparação da cidade foi acompanhada de militarização e controle da vida cotidiana. A aceitação de medidas extremas foi justificada pelo período excepcional, momento que os administradores urbanos aproveitaram para concretizar seu plano revanchista autoritário de silenciamento das vozes populares. A militarização do espaço urbano é uma das características mais marcantes da cidade neoliberal, como o Estado abandonou a política de bem-estar social, a única maneira de manter os grupos excluídos insatisfeitos sob controle é através da ação policial, da repressão e da violência, complementa Perez de Lama (2002). O autor ressalta que a primeira forma de controle é realizada pela própria forma urbana e gestão da cidade, também conhecida como a militarização do espaço. Com a legitimação da violência estatal, legitimou-se também a supressão da cidadania, as divisões racistas, a suspensão dos direitos trabalhistas e de inúmeros outros direitos em plena crise econômica e política brasileira, consolidando a cidade da exceção neoliberal em detrimento da urbanidade, da sociabilidade e da civilidade.



Muna Makhoul acrescenta que o caso da Barcelona Olímpica não foi diferente “la olimpiada fue el pretexto perfecto para el impulso definitivo a La reestructuración económica y territorial. Con ello se crean la llamada Áreas de Nueva Centralidad, se construyen grandes vialidades como las rondas, que rompen el tejido urbano de los barrios; se produce una sustitución de población en barrios centrales por gente de renta más alta (lo que se ha caracterizado como gentrificación); se hicieron gastos multimillonarios en obras públicas para remodelar el espacio urbano y en infraestructura, a fin de satisfacer los requisitos de funcionalidad irrenunciables para el capital (FERNÁNDEZ DURÁN, 1996; MALDO, 2004).

Não à toa, à escusa da Copa do Mundo e das Olimpíadas Rio 2016, efetivaram-se as principais Parcerias Público Privadas do Rio de Janeiro para a execução das maiores intervenções urbanas das últimas décadas, responsáveis pela alteração do perfil socioeconômico de diversos bairros da cidade. Consolidando, desta forma, na cidade, um cenário específico e novo das administrações locais, com nova estrutura, composta por novos atores hegemônicos globais em articulação com atores antigos incumbidos de operacionalizar as gestões municipais, agora mundializadas.

### **2.5.2. Os megaeventos e o estabelecimento de um novo regime de governança**

Os megaeventos potencializam os efeitos dos megaprojetos ao possibilitarem a entrada massiva de atores mundiais em esferas locais, com isto consolidam a viabilização de interesses dominantes do mercado internacional na condução das gestões urbanas. A versão espetacular dos megaeventos, no século XXI, marca a convergência entre a produção do espetáculo e a produção da cidade (OLIVEIRA, 2016). No Rio de Janeiro, e em todo o mundo, os megaeventos foram responsáveis por desencadear processos excludentes, ressaltando as remoções de favelas e de outras áreas populares. A lógica privatista divulgada intensivamente na fase megaeventista se apoia no argumento de tornar os serviços mais eficientes para a população, enquanto sua real intenção é assegurar o retorno dos investimentos das empresas, tendo como prioridade a criação de uma imagem positiva para atração de investidores.

A realização dos eventos afeta o funcionamento do sistema institucional e os procedimentos de formulação de políticas, principalmente por conferir agilidade aos processos gestão. Os Grandes Projetos Urbanos, GPUs, ou megaprojetos dependem de alianças em diversas esferas de governo, municipal, estadual e federal e da consumação de acordos envolvendo atores internacionais para se viabilizarem; os megaeventos

propiciam tais condições necessárias à realização dos megaprojetos e, além disto, determinam prazos inadiáveis, asseguram a interferência de organizações internacionais como protagonista do acontecimento, como a FiFa ou COI, por exemplo, e consolidam o estabelecimento de agências *ad hoc* no contexto da organização do evento.

“Como os megaprojetos urbanos e os megaeventos envolvem muitos atores e escalas entrelaçadas de jurisdição territorial, sua implementação é altamente dependente de estratégias de coordenação, do estabelecimento de novas estruturas de governança, assim como de um reajuste geral institucional e legal” (BASSO, 2016, p. 163)

A cidade, portanto, tem que se adaptar às exigências do ator internacional, no caso das olimpíadas, o COI, e adaptar suas estruturas de governo às varias agências *ad hoc* impostas pela organização supranacional e por uma legislação especial. Isto leva a redefinição de papéis de diversos agentes existentes e da inserção de novos atores nas gestões urbanas. (BASSO, 2016). Portanto, os megaeventos - assim como os megaprojetos - são concebidos como uma política urbana e se relacionando cada vez mais com as transformações das cidades e a capacidade de recuperação de áreas degradadas e cada vez menos com o esporte, enfatizando a proximidade existente entre o funcionamento do megaevento e o funcionamento do megaprojeto.

Portanto, o megaevento está claramente relacionado com uma forma específica de projeto urbano, com valores, aspirações, poderes e processos multiescalares relacionados a ele, além de envolver formas de governança a partir de coalizões de poder em nome de eficiência que suplantam autoridades locais nos processos de gestão da cidade (SWYNGEDOWN, 2002). Entretanto, o megaevento tem uma organização mais complexa e uma atuação mais abrangente que o megaprojeto em função das novas ações institucionais de caráter “excepcional” que se estabelecem administrativamente em função do ator supranacional. Além disto, a capacidade de alinhar interesses em diversas esferas políticas e econômicas é maior que a capacidade do megaprojeto. Em termos de investimentos ele representa a possibilidade de flexibilidade na legislação, nos prazos, impostos e empréstimos que são atrativos aos investidores privados, sendo três aspectos particulares à sua implementação: a inalterabilidade dos prazos, que tem duas consequências principais, a participação de agentes especializados em planejamento e gerenciamento de projeto, e o planejamento centralizado e vertical, nos quais os momentos de participação da população são extremamente limitados ocasionando protestos que reivindicam transparência administrativa, conforme (BASSO, 2016).

As interferências supranacionais, como o Comitê Olímpico Internacional, estabelecem diversos parâmetros contratuais relativos a transporte, segurança, engenharia, arquitetura, financiamento, propagandas e etc., que são descritas no contrato de cidade sede ou na carta olímpica, os quais os governos nacionais devem atender sob penalidades. Tais exigências conferem peculiaridades na atuação do Estado antes e durante o evento. Outro aspecto que agrava a situação administrativa da cidade e do país sede é a participação de agências *ad hoc*, que são estabelecidas temporariamente para organizar os jogos, como o Comitê Organizador dos Jogos; enquanto outras são estabelecidas pelas leis nacionais *ad hoc* encarregadas de construir equipamentos, e organizar o evento, elas geralmente suplantam as administrações existentes na cidade tendo repercussões no papel dos atores administrativos<sup>88</sup>.

Estabelece-se, portanto, um novo regime de governança, temporário e flexível durante os jogos, que afeta a forma de gerir a cidade e confere rapidez e magnitude aos processos. Estes, por sua vez, tomam uma escala global de planejamento promovendo interação de dinâmicas globais e locais. Desta forma, os megaeventos são vistos como uma oportunidade extraordinária e espacial para as cidades e para os governos nacionais, com o objetivo de elevar a cidade à visibilidade internacional, consolidando os valores da cidade neoliberal e potencializando os efeitos dos megaprojetos. Entretanto, as intervenções urbanas realizadas em tempo recorde e em magnitude incomum não são definidas pelos atores internacionais trazidos pelos megaeventos, elas são produto de uma aliança de interesses entre os atores existentes nas cidades-sede e as propostas do agente supranacional do evento, conforme Basso (2016). É dizer que, a organização do megaevento não pressupõe novas indicações de planejamento. Embora configure rearranjos administrativos e características específicas, o megaevento se adapta e comunga às rotinas e planejamentos estabelecidos pelo planejamento local anteriores à organização do evento.

Os megaeventos e sua nova forma de reconfigurar a organização da administração urbana, articulando agentes existentes e novos agentes privados externos, protagonizam, portanto, os interesses do mercado global na condução do novo planejamento das

---

<sup>88</sup> Os aspectos aqui descritos são fundamentados na pesquisa de Matteo Basso, descritos no artigo: Megaevento enquanto projeto urbano e questões de reconfiguração institucional: indícios a partir do processo de planejamento das olimpíadas de 2012 em Londres. In: VAINER, BRODEHOUX, SÁNCHEZ e OLIVEIRA, (Orgs.). Os megaeventos e a cidade, perspectivas críticas. Rio de Janeiro, 2016.

idades insurgente. Os prazos inadiáveis legitimam a alteração das leis locais com a finalidade de agilizar e flexibilizar os processos de reconfiguração territorial. Mais que meras intervenções, os megaprojetos e sua instrumentalização no contexto dos megaeventos, articulam-se na consolidação da cidade neoliberal através de processos, que, em primeira instância, são estratégias de gestão caracterizadas pelo autoritarismo e pela participação popular limitada; e em segunda instância, pela flexibilização dos acordos que conferem o caráter anti-democrático e arbitrário de suas formas de atuação.

Entretanto, a ideia do planejamento estratégico que coloca a condução da cidade a serviço direto e sem intermédio aos ditames do capital, pré-existe à consolidação do megaevento: a cidade mercadoria se estabelece nas linhas do urbanismo pós-moderno independente das cidades contemporâneas tornarem-se sedes de megaeventos. Embora estes venham acelerar e ativar em potência o processo de capitalização do solo, este já está em curso no bojo do planejamento urbano pós-moderno, ou do “*urbanismo ad hoc*” para usar a expressão de François Ascher, caracterizado pela supremacia dos interesses individuais em detrimento dos interesses coletivos, apresentando uma situação inversa à proposta do urbanismo moderno.

No bojo das transformações urbanas contemporâneas executadas pelos megaprojetos - em contexto de megaevento ou não - assiste-se à redução da política ao exercício do poder e da economia à gestão da riqueza. Defensores desta forma de gestão explicam que a política tentou evitar o despotismo com a introdução da divisão dos poderes entre executivo, legislativo e judiciário, com o sufrágio universal e com a pluralidade de partidos. O desenho institucional deste modelo incorporado de uma estrutura de partidos supostamente independentes validou a justificativa de seu caráter democrático. A produção industrial acrescentou ao discurso que a acumulação de riqueza era positiva pra todo mundo e a ciência econômica não estabeleceu nenhuma proposta contrária a esta idéia, admitindo-a como inevitável e natural. (NAREDO, 2009)

Propõe-se um sistema político democrático e um sistema econômico mercantil como soluções idôneas para administrar com eficiência o poder e a riqueza. Tendo como base a vontade e o gosto dos indivíduos no papel de eleitorado e de consumidores de ambos os sistemas que se propõem a orientar o bem comum dos partidos, ávidos de poder, e das empresas, ávidas de lucro. Supõe-se que o Estado, por cima destes agentes, como instância superior, assegura a propriedade e a liberdade individual e garante o bem estar social. (NAREDO, 2009). Entretanto, não ocorre desta forma, a ação empresarial é autônoma, a ação dos Estados e instituições governamentais é inefetiva no sentido de produzir uma ordem ou organização do mercado a nível mundial. O que se estrutura socialmente é diferente do que é divulgado, nem os Estados permanecem alheios às

decisões populares assim como não asseguram a liberdade individual e nem a competitividade estabelecida como base ideológica do sistema é favorável à população, conforme explica Santos (2013).

Difícilmente consegue-se avançar dentro de uma sociedade composta por indivíduos livres e iguais que tem como meta a utopia liberal com apoio apenas das referidas instituições hierárquicas centralizadas e coercitivas: partidos políticos e empresas. A organização da sociedade atualmente se estrutura na inter-relação do poder e da riqueza, que se complementam mutuamente. Na nova fase do desenvolvimento capitalista o poder foi transferido para os estados e os partidos políticos foram transferidos para as empresas, este movimento de poder desde a esfera do político para o econômico caminha para fazer os Estados uma caixa cada vez mais vazia de poder autônomo. (NAREDO, 2009). Desta forma as Parcerias Público Privadas, PPPs, estabelecidas para realização de megaprojetos, funcionam como uma ferramenta de consolidação desta transferência de poder, uma vez que viabilizam os interesses dos grupos empresariais na tomada de decisões sobre a condução do urbanismo nas cidades.

Independente das justificativas que fundamentam o papel do Estado, o que ocorre na versão neoliberal, é a supremacia dos interesses privados sobre os interesses coletivos. Na interpretação liberal, o Estado seria um juiz neutro que paira acima dos interesses particulares, na interpretação não-liberal, tanto marxista quanto social democrata, o Estado é o centro das atenções visto como instância de poder, que devido aos recursos institucionais e legais de que dispõe, é o único capaz de prover justiça social. Não é à toa que, em ambas as situações descritas, a abertura à participação popular é modesta, mesmo nas correntes políticas que pretendem defendê-la. SOUZA (2006, p. 176).

Sendo assim, para uma análise da efetivação da democracia, do ponto de vista da aplicação de autonomia e participação em qualquer movimento da nossa sociedade – uma sociedade sob influência e gestão do Estado – deve-se admitir que, dentro do modelo civilizatório capitalista, os ganhos de autonomia possíveis são limitados. Ou seja, numa sociedade heterônoma, onde somente o Estado planeja e gere, a visão da participação popular deve ser radicalizada ao máximo, não se contendo a formas domesticadas de autonomia participativa, que é um eufemismo recorrente no meio do planejamento politizado brasileiro, designando a democracia representativa temperada com alguns mecanismos de participação direta da população. SOUZA (2006, p. 178)

Na versão neoliberal o Estado permanece poderoso e atuante e viabiliza os interesses de uma minoria empresarial e política. Enquanto, paradoxalmente, o sistema político se define democrático sem haver participação popular nas decisões. O poder que deveria

administrar a sociedade desloca-se para o campo do econômico, e o campo do econômico, que concentra as decisões políticas passa a ter papel de administrador e carece de instrumentos de gestão democráticos. (NAREDO, 2009).

Os individualismos surgem na vida econômica, na ordem política, na ordem do território (ressalta-se aqui a competitividade das cidades), na ordem social e individual e em todas as esferas somado a perda de influência da filosofia nas ciências sociais - cuja interdisciplinaridade busca inspiração na economia -, culminando no empobrecimento das ciências sociais. Como consequência, instala-se a dificuldade de interpretar o que acontece pelo mundo, uma vez que a ciência econômica torna-se gradativamente uma disciplina da administração das coisas a serviço de um sistema ideológico. (SANTOS, 2013)

Tais transformações configuram um quadro de desarticulação comunitária e transformação dos papéis da empresas e instituições estatais, da esfera do político, do social e do econômico, reduzindo a vida dos cidadãos ao pragmatismo tecnicista capitalista que tem a lógica da competitividade como veículo para intermediar todas as relações. Desta forma enfraquece-se o político inviabilizando a real democracia.

A classe dominante elabora suas estratégias de manipulação das formas de dominação do espaço - inclui-se nisto a ação do grande capital industrial e imobiliário. Em oposição ao controle do espaço público estabelecido, as classes desprivilegiadas devem, pela perspectiva autonomista, qualificar-se e organizar estratégias de luta e colocá-las em prática. Esta resistência deve exercer tanto pressões sobre o Estado quanto iniciativas práticas efetivas. (SOUZA, 2006)

Enquanto, multiplicam-se projetos opulentos, equipamentos urbanos gigantes, revitalizações de enormes áreas da cidade, edifícios ícones, acordos milionários, megaprojetos e megaeventos; à população cabe custear o espetáculo e a mais valia. As consequências da festa são a acentuação da polarização social no território e a desagregação dos laços de muitas comunidades que sofrem impactos negativos nas esferas sociais, políticas e econômicas, sendo a mais violenta o processo de remoção de comunidades inteiras – consequência articulada à realização de megaprojetos e megaeventos. Os Grandes Projetos Urbanos apresentam-se, portanto, como estratégicos dentro da lógica mercantil de gestão da cidade, pois seguem o mesmo ritmo do *"establishment"*.

*“Los megaproyectos constituyen la práctica de un capitalismo neo-oligárquico depredador de la vida y la naturaleza. Su contrapartida es la emergencia de una*

*respuesta crítica que busca una salida reinventando las formas de lucha de la democracia. Seguramente en esta pugna se debaten la autonomía y las alternativas que se constituyen las subjetividades para romper con el capital como relación social. Si el capitalismo deshumaniza, llevando inexorablemente a la destrucción del planeta, cualquier revés a los megaproyectos es un paso atrás en su lógica de explotación y muerte” (ROISENMANN, 2009 p. 214)*

### **2.5.3. O que está por trás do novo pacto social**

Dos quatro fatores transformadores do pacto social definidos por Roitman<sup>89</sup>, que definem a situação atual das cidades, primeiramente, assiste-se a perda da centralidade política, que passa a ocorrer no lugar aonde se definem os projetos, os sujeitos e grupos de interesses, a política deixa de ser política e se converte em um escritório de administração e gestão à margem do espaço público e da participação popular, a política deixa de ser um serviço público e torna-se uma profissão.

O segundo fator, a desarticulação do pensamento, sugere que tudo já está pensado e dito e que não existe necessidade de reflexão. Sugere que os indivíduos se deixem levar pelas redes do sistema sem refletir. Estabelece-se um sistema social desarticulador das consciências e vontades individuais e operam-se sujeitos automatizados. Esta desarticulação do pensar supõe a perda da subjetividade e dos princípios sobre os quais se constrói a memória e a prática política.

Após a desarticulação do pensamento crítico e a anulação da centralidade política, o terceiro fator do projeto neo-oligárquico consiste na desestruturação da teoria que tem como objetivo criar uma desconexão entre a práxis e a realidade. A teoria se elimina como um saber necessário para explicar o mundo, busca-se criar uma confusão que tende a rejeição da teoria, resta-se abraçar o pragmatismo e esquecer qualquer juízo que leve crítica ao poder. Rosenmann entende a teoria e a sua potencia como uma das saídas possíveis para enfrentar a dominação hegemônica estabelecida. (ROISENMANN 2009, p. 212)

Em contraposição a dominação e a eliminação da teoria, Lefebvre argumenta que a reflexão sobre a crise urbana em termos teóricos e práticos constitui a possibilidade de

---

<sup>89</sup> Em Rosenmann (2009, p. 210)

um horizonte para a construção de uma nova sociedade. Somente através da teoria, da reflexão e da ação, ou seja, da re-conexão da teoria e da práxis seria possível a realização do projeto de democracia participativa na cidade. O ultimo fator de Roisenmann (2009, p. 212) dentro do processo capitalista articulado para consolidar o não direito e a não democracia da ordem “neo-oligárquica” é o desânimo da consciência e do juízo crítico, que impede o exercício de valores morais e esvazia a importância das palavras e do comprometimento com as coisas ditas e prometidas. A palavra do ser humano perde valor. “*El pragmatismo subsume la ética*” Roisenmann (2009, p. 214), logo a corrupção torna-se algo aceitável ou pelo menos praticado sem muito estranhamento.

Desta forma, ficam claras as intenções do novo pacto social, despedaçar os laços relacionais que preenchem a sociedade e que servem de base à participação e argumentação das decisões do Estado, reduzir a ação humana à reprodução da vida capitalista e manter a população distante das decisões do poder, que deixaram de ser de cunho político para tornarem-se de cunho cumulativo e polarizado, além de “normalizar” a prática da violência. O megaprojeto, portanto, é instrumento de consolidação do projeto neo-oligárquico, é uma estratégia para viabilização de um grande negócio vestido com roupagem de oportunidade de desenvolvimento econômico para ser bem visto aos olhos da população. Entretanto, o que ocorre é a estruturação de condições para o exercício de uma prática de gestão totalitária, que não limita-se à esfera do trabalho, mas transborda para as esferas da política e das relações interpessoais. Dentre as violências que se discute neste cenário, a maior delas é a violência funcional derivada, a violência central original, da qual derivam todas as outras, conforme explica Santos (2013). Mas ela é a menos mencionada e acaba-se por condenar as violências periféricas que, na verdade, são produtos da anterior: uma violência centralizada e hegemônica.

Paradoxalmente, continua-se a considerar o sistema político dominante como o poder autônomo, que foi em outro momento histórico, e também permanece-se encarando o sistema econômico como se ele fosse exclusivamente responsável por produzir riqueza, enquanto o que ocorre é aquisição e utilização da riqueza como instrumento de poder para modificar as regras do jogo econômico em favor de sua obtenção, (Naredo, 2009). Esta é a finalidade das novas coalizões de poder e para a qual foram criadas as Parcerias Público Privadas cuja busca do lucro empresarial se realiza pela via mais e direta, a mera extração de riquezas e ativos (terrenos e empresas preexistentes), apoiada na emissão de meios de pagamento (dinheiro bancários ou ação) das próprias entidades empresariais que se comercializam. Concebe-se assim a empresa não como uma



organização produtiva, mas como mero instrumento de lucro, postulando que este fim justifique qualquer meio, ainda que passe por cima das fronteiras do delito (NAREDO, 2009 p. 27)

As organizações empresariais se impõem como núcleo de poder que fogem ao controle dos Estados. Os políticos são impulsionados a cumprir papel de gestores a serviço destas organizações. Eles tem liberdade para modificar institucionalmente a legislação e estabelecer regras do jogo propícias aos seus negócios e para autorizar contratos diversos, além de obterem informações privilegiadas sobre as operações que alteram o conteúdo dos patrimônios públicos. (NAREDO, 2009) Dentre as articulações para estabelecimento da cidade-mercadoria destacam-se como procedimentos usuais: a construção da imagem mítica de líderes governamentais, o diálogo da cultura com a economia, a instrumentalização dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, a gentrificação como estratégia de renovação urbana e a utilização de grandes eventos como promotores das cidades na corrida da competitividade. (SÁNCHEZ, 2007)

Os enfoques nas relações entre economia e poder desembocam na concretização dos megaprojetos, podendo-se afirmar que o capitalismo atual dos poderosos é liberal e anti-estatal quando convém. É liberal para possibilitar autonomia e liberdade plena de exploração, mas não é liberal para permitir concessões e monopólios em benefício próprio. É antiestatal para despojar o Estado de suas riquezas, mas não é antiestatal para conseguir que as intervenções estatais alimentem seus negócios. Qualificar como neoliberal o capitalismo dos poderosos é encobrir o intervencionismo tão potente no qual eles se apoiam e permitir que os “caciques” sigam impunes disfarçados de neoliberais. (NAREDO, 2009, p. 47). Este momento, da terceira fase de acumulação capitalista, - na qual a elite possui meios de financiamento sem limites para aquisição de propriedades privadas ou públicas e poder necessário para promover megaprojetos com apoio público que servem de pretexto para fechar negócios altamente lucrativos que em nada representam interesses populares, - é uma fase em que os benefícios empresariais ou os crescimentos de índices da economia não estão relacionados com a melhoria da qualidade de vida da população. (NAREDO, 2009, p.48).

A democracia representativa se apoia em acordos obscuros que manifestam os interesses de uma elite empresarial, sua prática se opõe ao que seria uma real democracia participativa atuante na tomada de decisões, cuja participação e postura autônoma apresentam-se como condição a sua efetivação. No entanto, esta só se realizaria mediante a informação adequada e abrangente e ao estabelecimento de relações de proximidade e solidariedade dadas no cotidiano dos sujeitos sociais; práticas que atualmente são despedaçadas e violadas pelas ações despóticas hegemônicas aqui

elencadas. Conclui-se, portanto, que a informação adequada e abrangente é condição fundamental para destruir tais práticas hegemônicas “caciquiles” (NAREDO, 2009, p.48), que proporcionam enormes lucros – oriundos dos megaprojetos - aos empresários. Os discursos produzidos a respeito de tais práticas, que abordam produção e crescimento, tem como objetivo encobrir as relações de exploração que os megaprojetos e megaeventos desencadeiam. Às referidas propagandas - dentre as quais está a atribuição da categoria de legado olímpico aos megaprojetos - deve-se reagir com informação e participação social, uma vez que a comunicação e o diálogo são as principais armas para articular a luta social contra falta de transparência e contra o protagonismo do caráter privatista que prevalece no contexto da política urbana atual.

## **2.6. Remoções**

### **2.6.1. Os diversos impactos das remoções**

Os impactos das remoções se estabelecem em esferas simbólicas, sociais, culturais, materiais e psicológicas. Isto corre principalmente em função das estratégias utilizadas pelos Estados que atuam no campo da biopolítica (NABACK, 2015) assim como em outras esferas não materiais. Pretende-se atentar aqui para as diversas rupturas socioculturais e simbólicas desencadeadas nas comunidades removidas em função das violentas táticas levadas a cabo pelas prefeituras. No decorrer do capítulo demonstramos que forma de gestão urbana atual objetiva a adaptação do território da cidade à reprodução do capital global, fato que se torna possível através da execução de Grandes Projetos Urbanos. A realização destes projetos insere-se no processo de construção da cidade neoliberal, que dentre suas ferramentas utiliza as remoções de favelas como tática eficiente de transformação espacial. O ideário neoliberal pode ser atingido de maneira mais eficaz no contexto dos megaeventos internacionais que criam condições para impulsionar as reformas urbanas pretendidas tal como ocorreu no Rio de Janeiro entre 2011 a 2016<sup>90</sup>.

---

<sup>90</sup> Período em que foram realizados os jogos mundiais militares em 2011, a conferência Rio+20 em 2012, a Jornada Mundial da Juventude e a Copadas Confederações da FIFA em 2013, a Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

A reforma urbana implementada para a preparação da cidade para os eventos teve impacto significativo em diversas comunidades populares, das quais muitas foram inteiramente removidas. O principal objetivo era revitalização dos bairros para atração de novo perfil de moradores e frequentadores. Estima-se que no período entre 2009 e 2016, no Rio de Janeiro 22.059 famílias<sup>91</sup> tenham sido removidas. O quadro pode ser encarado como uma declarada guerra contra os pobres. Para a aceitação popular destas reformas o Estado constrói estigmas em relação às favelas e aos favelados, assim como as justifica pela necessidade de trazer novamente a vida, revitalizar, como se não houvesse vida nos referidos bairros antes da intervenção. Portanto, a construção de ideologias consensuais amparam a forma de gestão opressora e elitista. A manutenção da fragilidade jurídica dos territórios das favelas, um aspecto que também sustenta o caráter provisório dos territórios populares, o que possibilita a continuidade de realização destas práticas.

As formas como são realizadas as remoções fogem aos procedimentos adequados descritos pela legislação. A administração Pública deve ater-se à normativa, conforme prevê a Constituição Federal de 1988; entretanto, observa-se que tais procedimentos ocorrem em desacordo com as normas estabelecidas como, por exemplo, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro que trata do tema. O artigo 429, VI, desta lei determina que “A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos:

VI – urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras:

- a) laudo técnico do órgão responsável;
- b) participação da comunidade interessada e das entidades representativas na análise e definição das soluções;
- c) assentamento em localidades próximas dos locais da moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento;” (grifo meu)

Logo, a remoção de favelas é um instrumento proibido salvo em situações de risco de vida aos moradores e sob determinadas condições de procedimento, como, por exemplo, mediante apresentação de laudo técnico elaborado por órgão responsável que a justifique. Além disto, o processo da remoção deve contar com a participação da

---

<sup>91</sup> Em “Resistir é preciso: 77 mil pessoas removidas no Rio em sete anos”. A Voz da Favela, Agosto de 2016.

comunidade e de entidades representativas desta comunidade e de técnicos especializados na questão da moradia. O reassentamento deve ser feito para área próxima a favela. O atendimento a todos os pré-requisitos estabelecidos deve nortear a postura do Estado.<sup>92</sup>

A mesma lei aponta no artigo 429, IV, para a integração das favelas aos bairros, a fim de deixar de considerá-la um território apartado da cidade tal como é divulgado pela mídia e abordado nas teorias da “cidade partida”, “cidade polarizada”, “cidade formal x cidade informal”, “centro x periferia”. Estas concepções criam as bases para a construção de estigmas em relação ao favelado e a favela utilizados para justificar as remoções. O artigo 438, da mesma lei, menciona a obrigatoriedade do poder público em conceder assistência jurídica gratuita aos moradores de favela que desconhecem seus direitos de permanência em suas residências nos casos em que a regularização fundiária está prevista. A lei também ressalta a questão da participação popular no art. 3º: “A soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência, e será exercida: (...) V – pela participação nas decisões do Município”.

Ou seja, nenhuma decisão a respeito da permanência das favelas, seja tratando de remoção ou de urbanização, deve ser tomada de forma hierárquica e imposta sem a participação efetiva dos moradores locais. A decisão sem participação apresenta-se de forma autoritária. Os projetos de urbanização ou a execução de remoções não podem ser decididos arbitrariamente sem serem levados à discussão a respeito de seus procedimentos.

Não somente a Lei Orgânica, mas a própria constituição de 1988 contempla o direito à moradia. Entretanto, segundo relatos<sup>93</sup> de moradores que sofreram processos remocionistas, as práticas levadas a cabo pelo Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos não cumprem as determinações legais: funcionários da prefeitura visitam as favelas e pressionam os indivíduos psicologicamente para aceitarem indenizações e partirem sob ameaça de que não sair de suas casas implica na demolição das mesmas sem receber nada.<sup>94</sup> Não somente a prática da coação está presente nesses processos,

---

<sup>92</sup> Ver Lei Complementar 101/2009 do Município do Rio de Janeiro.

<sup>93</sup> De acordo com Gizele Martins, moradora da Favela da Maré no Rio de Janeiro, jornalista e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação (PPGECC). Em entrevista a autora em Janeiro de 2017.

<sup>94</sup> Descrição de moradores da Vila Autódromo em conversa com a autora.

mas inúmeras práticas que violam os direitos humanos<sup>95</sup> configuram o “método” biopolítico desenvolvido pela prefeitura do Rio de Janeiro que atua nos âmbitos físicos e psicológicos dos moradores. Por exemplo, ao apresentar fotos dos condomínios populares com piscina, o poder público está oferecendo ideias de vida falsas aos moradores (tática do campo da biopolítica); ou utilizar da sedução ao ofertar grande quantidade de dinheiro como forma demonstração de poder, a prefeitura atua em esferas simbólicas e psicológicas. Estas ofertas não ocorrem em função do reconhecimento do valor da terra, mas como estratégia de demonstração de poder, conforme Naback (2015). Ao oferecer valores altos apenas a alguns indivíduos e a outros não oferecer nada. Assim como fornecer informações contraditórias e mentirosas do procedimento que será levado a cabo com versões diferentes a cada morador a prefeitura objetiva desencadear confusão, divergência e sensação de insegurança em relação ao futuro. Essas estratégias são responsáveis por degradar vínculos comunitários e provocar medo e incertezas.

A forma como é empreendida a remoção propriamente dita também configura-se mediante a reprodução de violações aos direitos sociais e comunitários. O oferecimento de indenizações ou de apartamento em troca da casa a ser derrubada não justifica a remoção e nem a forma como se desdobra o processo. Muitos moradores cedem às pressões e aos assédios por medo. O medo provocado pelo “método” é estratégico e coloca os moradores na posição de vítimas de uma situação estruturada com mecanismos de poder simbólicos e materiais, conforme mencionado. Tal procedimento provoca rupturas no âmbito comunitário e familiar, casais se separam, pais e filhos deixam de se falar. Assiste-se a rompimentos entre vizinhos, que ao receberem propostas diferentes e ao serem persuadidos por negociações individuais. Creem que uns estão mentindo aos outros.

O reassentamento das famílias em condomínios também apresenta-se como uma transferência forçada do modo de viver na favela, caracterizado pela intensa

---

<sup>95</sup> Conforme o comitê dos direitos humanos no documento dos “Órgãos das Nações Unidas de Controlo da Aplicação dos Tratados em Matéria de Direitos Humanos”, disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/PAGINA2-1-dir-econ.html>. Os comentários 4 (Comentário Geral n.º 4, sobre o direito a uma habitação condigna - artigo 11.º, n.º 1 do Pacto, adotado na 6.ª sessão do Comité, 1991) e 7 (Comentário Geral n.º 7, sobre o direito a uma habitação condigna (artigo 11.º, n.º 1 do Pacto): desalojamentos forçados, adotado na 16.ª sessão do Comité, 1997) tratam das questões de remoções forçadas como violação aos direitos humanos.

participação e produção do espaço, para um condomínio projetado com a intenção de doutrinar os usuários e impedir determinadas apropriações “poéticas” do âmbito do “habitar”. Em muitos casos de reassentamento as famílias “transformam” os usos do espaço do condomínio, (“*favelizam*”<sup>96</sup> o espaço). A favela possui um espaço de usos múltiplos com lojas, biroskas, espaço de estar, etc; A comunidade reassentada no condomínio, busca, então, adaptar seus apartamentos a novas possibilidades de usos, como por exemplo, para oferecer serviços, para vender mercadorias, ou para “criar” espaços de convivência. Qualquer pequena alteração no espaço é passível de crítica dos agentes da prefeitura que visitam os condomínios para fiscalizar e insultam os moradores de forma pejorativa, afirmando dentre outros aspectos, que o condomínio esta parecendo uma favela<sup>97</sup>. O reassentamento para o condomínio, portanto, é acompanhado de transformações simbólicas nos modos de vida presente no novo habitat, uma forma de viver destituída da produção socioespacial livre e espontânea presente na favela.

Os reassentados são encaminhados para conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, MCMV<sup>98</sup>, que se em um primeiro momento foi um programa de moradia criado para redução do déficit habitacional, ele tornou-se, posteriormente, um complemento à política de remoção, como visto. E, portanto, um elemento agravante do déficit habitacional. Considera-se problemático o empreendedor privado ser o agente central, característica que está em conformidade com o ideário neoliberal, e acentua a dificuldade de realização de processos participativos. Além de entregar ao agente imobiliário a deliberação sobre o ordenamento territorial a respeito da localização dos condomínios, contrariando o art. 182 da Constituição Federal.

O deslocamento de milhares de indivíduos na cidade ocorre de forma forçada; a coação caracteriza atuação do poder público. Nos territórios marginais. Os métodos violento de

---

<sup>96</sup> Termo utilizado para designar o processo de um espaço quando ele se assemelha às características espaciais existentes na favela. Relaciona-se com falta de ordenamento e organização e geralmente é utilizado de forma pejorativa.

<sup>97</sup> Relato de moradores da Vila Autódromo após a permanência na comunidade e a construção de novas casas

<sup>98</sup> Criado pela MP 459/2009, convertida na Lei 11.977/2009, regulamentada pelo Decreto 6.962/2009. Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) opera com subsídio direto e proporcional para as faixas de renda familiar que variam entre 0 a 3 salários mínimos, 3 a 6 salários mínimos e 6 a 10 salários mínimos. Quando o programa foi lançado em 2009 a meta de construção era de 1 milhão de moradias e possuía um orçamento de 34 bilhões, o que permitiu acesso da população pobre ao financiamento público habitacional.

opressão destas populações são constantes. Dentre as mentiras que a prefeitura utiliza nestes processos está o acordo verbal da “troca de chaves”<sup>99</sup> entre a casa da favela e o apartamento do Programa MCMV. Entretanto, após a mudança as contas das prestações do imóvel começam a chegar. Segundo relato de moradores<sup>100</sup> do Parque Carioca, conjunto habitacional do MCMV, a prefeitura quitou as dívidas referente as primeiras parcelas de alguns com a Caixa Econômica Federal<sup>101</sup>, entretanto os funcionários da prefeitura responderam a outros moradores que não havia verba para efetuar o pagamento das parcelas ao banco levando muitos moradores a uma situação de irregularidade fiscal e a inclusão de seus nomes no Serviço de Proteção ao Crédito, SPC, o que implica em outras limitações em suas vidas. Posteriormente as eleições, o prefeito seguinte não assumiu as mesmas “promessas” feitas pelo prefeito anterior.<sup>102</sup>

O processo de remoção manifesta-se com forte impacto psicológico aos moradores das comunidades, que a priori não tem interesse em sair de suas casas, nem deixar suas comunidades, uma vez que os laços estabelecidos dentro da favela são coesos, diferente dos laços estabelecidos nos bairros planejados. Na favela encontra-se a prática do espaço vivido no âmbito do cotidiano, onde a relação com a casa e com o espaço se dá no contexto do “habitar” Lefebvriano, definido como a “apropriação dos indivíduos de suas condições de existência” (2001, p. 9). Isso ocorre porque o espaço da favela é um espaço auto-construído, um espaço político, aberto, um espaço em processo. O que significa que ele se materializa a medida da necessidade da comunidade, assim como a construção da casa da favela é uma realização dos seus moradores (do trabalho conjunto de moradores, amigos e vizinhos), adquirindo, desta forma, um significado mais profundo que as casas compradas prontas. A produção da espacialidade favelada, produto da solidariedade e dos vínculos criados ao longo do tempo, é produto da realização do “habitar” como um poeta, dimensão dotada de subjetividades, o que abre a reflexão para outras análises<sup>103</sup>.

---

<sup>99</sup> De acordo com relatos de moradores e ex-moradores da Vila Autódromo à autora.

<sup>100</sup> Morador de conjunto habitacional MCMV em entrevista a autora em Outubro de 2016, que solicitou anonimato na descrição dos processos utilizados pela prefeitura.

<sup>101</sup> Banco que concede os empréstimos para o financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida.

<sup>102</sup> De acordo com relatos de moradores e ex-moradores da Vila Autódromo à autora.

<sup>103</sup> Debate já aprofundado na primeira parte deste capítulo à luz da teoria do “Habitar” de Henri Lefebvre e Heidegger.

Muitos moradores removidos, ao chegarem ao apartamento do conjunto habitacional de destino desenvolvem sintomas de depressão, e outros, que já possuem alguma doença morrem poucos meses após a mudança, como ocorreu com alguns dos ex-moradores da comunidade Vila Autódromo que se mudaram para o conjunto Parque Carioca<sup>104</sup>. Supõe-se que isso ocorre não somente pelo violento processo o qual são submetidos estes indivíduos, mas também pela mudança brusca de estilo de vida esvaziado de urbanidade. A favela possui um espaço propício ao encontro e à coletividade, porque é um espaço produzido a partir das relações sociais; enquanto, nos projetos dos apartamentos dos conjuntos habitacionais existe a redução das possibilidades de uso do espaço, a limitação dos encontros e a impossibilidade de coletividade aos modos como é dada na favela. Tal limitação interfere diretamente na qualidade de vida dos indivíduos.

Importante ressaltar, então, que as remoções inscritas em um planejamento de cidade voltado a atender os interesses do mercado imobiliário, que atuam diretamente sobre a vida do morador local, agravando sua situação socioeconômica e causando impactos significativos no cotidiano destes sujeitos com a finalidade de atender interesses de poderosos agentes; que contraditoriamente são muitas vezes estrangeiros. O planejamento urbano que se projeta nos territórios das metrópoles é concebido no campo do “habitat”, cuja proposta consiste em reduzir as funções do espaço ao consumo, para o qual almeja-se uma sociedade condizente. O espaço concebido da cidade neoliberal (incluindo-se os condomínios do Programa MCMV) vai de encontro ao “habitar como um poeta” inscrito na produção socioespacial da favela.

Neste contexto entende-se que a preparação do espaço urbano neoliberal está inscrita em uma rede de diversas forças que se chocam tanto na direção da construção de uma cidade de consumo, que é palco de turistas e de apresentação dos megaeventos espetaculares, quanto de resistências e dispositivos legais que protegem os direitos dos cidadãos.. A proposta aqui não é observar as remoções de forma objetiva e isolada, mas como um elemento que integra diversas ações, políticas, jurídicas e narrativas do Estado, assim como suas implicações sociais, simbólicas, psicológicas que desencadeiam-se de forma direta e indireta na vida dos sujeitos sociais e das comunidades.

Não se considera, entretanto, neste trabalho a construção da cidade neoliberal como um caminho determinado sem possibilidade de desvios, uma vez que as remoções inseridas

---

<sup>104</sup> De acordo com relatos de moradores e ex-moradores da Vila Autódromo à autora.



no contexto da preparação das cidades globais inscrevem-se em disputas de poder que estão em processo, ideia que pressupõe o espaço como "meio" e que opõe-se à ideia de soberania determinante que lida com o espaço em termos territoriais, - no entendimento de território<sup>105</sup> como um recipiente estático (FOUCAULT 2008, p. 24) -. Essa ideia é importante para a compreensão das resistências estabelecidas no espaço, uma vez que a resistência refere-se ao poder e às estratégias do poder. Muitas correntes entendem o poder como um esquema básico de ordenança e obediência, mas para Foucault na própria vida existe algo que resiste a este poder e cria novas formas de vida que podem permitir desvios ao domínio e as suas tecnologias.

Foucault considera o poder como uma prática de caráter relacional que se sucede em redes de uma ação sobre ações (FOUCAULT, 2010, p. 25), desta maneira a resistência não necessariamente está oposta ao poder, uma vez que admite-se a possibilidade de mudança nas relações de poder, posto que enquanto sujeitos somos sempre livres e estamos sempre diante da possibilidade de modificar as situações. A resistência é a afirmação da singularidade como abertura para a produção e construção do comum e da ética, ela começa no descobrimento de uma realidade comum: “viver supõe resistir”. Sendo assim, historicamente, a produção da vida nas favelas por si só constitui-se um ato de resistência.

Segundo o autor no “meio” circulam elementos e acontecimentos naturais, com causas e efeitos produzidos por uma multiplicidade de indivíduos<sup>106</sup>. Significa dizer que a ideia de meio não admite um poder soberano que vem de cima e determina a condução da sociedade, mas que consiste em um número de efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. O meio, neste sentido, aparece como um campo sobre um conjunto de sujeitos e não como uma força determinante sobre um indivíduo, como era entendido anteriormente com a concepção de soberania. Esse meio é precisamente o ponto em que uma série de indivíduos, populações e grupos produzem e interferem com

---

<sup>105</sup> Ressalta-se que Foucault e alguns autores consideram o conceito de “território” como algo estático, entretanto este mesmo conceito é usado por alguns geógrafos, como por Milton Santos de outra maneira, cuja compreensão do termo inclui os “processos”, assim como as construções socioculturais. Neste trabalho não há pretensão de alongar-se no debate do significado de território, mas excluindo-se a esta explicação de Foucault o termo deve ser compreendido à luz da geografia, ou mais especificamente, de Milton Santos e de Marcelo Lopes de Souza.

<sup>106</sup> (FOUCAULT, 2008. p. 24).

acontecimentos diversos que se produzem ao redor deles. (FOUCAULT, 2008, p. 28)<sup>107</sup>

Foucault ressalta que quando a população passa a ser considerada em sua multiplicidade<sup>108</sup>, o funcionamento do poder passa a manipular técnicas que regulam um meio, em oposição a regulação de indivíduos. Esta forma de poder busca compensar fenômenos globais, considerando a operação sobre um corpo mais amplo (a população). (FOUCAULT, 2010, p. 207), mudança que considera o movimento dos indivíduos e que marca a emergência da população como objeto biopolítico, trazendo elementos mais complexos que a relação da ordem versus a obediência. (FOUCAULT, 2014, p. 134).

Desta derivam outras ideias, como a de “espaços de existência” que considera a presença do corpo, da saúde, das maneiras de se alimentar, de morar e de tantas outras condições de vida. Trata-se da emergência de uma “biopolítica”: um poder que leva cada vez mais em consideração um “fazer viver”, e considera “a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder - no campo das técnicas políticas” (FOUCAULT, 2013, p. 154).

A partir do entendimento dos modos de vida das favelas, da profundidade da produção socioespacial local, das particularidades da esfera comunitária, da dimensão do corpo, da saúde, das relações e das idiossincrasias do lugar na produção socioespacial torna-se possível compreender o impacto das remoções nas diversas esferas mencionadas. Um exercício necessário para abraçar os profundos significados desta prática, assim como de seus desdobramentos na cidade e na sociedade. Propõe-se aqui observar as remoções de favelas a partir de uma perspectiva mais profunda que a rasa análise da materialidade apresentada pelos meios de comunicação de massa sobre esta prática.

Não somente nos processos de remoção, mas no dia-a-dia observa-se que a violência, oriunda das práticas do Estado, é uma constante nos morros, o que expõe os moradores permanentemente a inúmeros riscos, o poder, entretanto, contraditoriamente, ressalta a ilegalidade da favela para justificar tais práticas opressivas, além de construir uma narrativa que reforça preconceitos e estigmas sobre a pobreza para sustentar que são os favelados que oferecem riscos à população. As dificuldades para sobrevivência reforçam a espontaneidade presente nos modos de vida da favela. O “habitar” a favela

---

<sup>107</sup> (FOUCAULT, 2008, p. 28)

<sup>108</sup> O que passa a ocorrer no século XVIII.

apresenta-se como resistência não só pelo fato de permanecer contrariando as remoções, mas também pelo modo como neste espaço se permanece, se habita, se organiza e se inventa, reinventa, produz e reproduz o próprio espaço. O habitar a favela é um ato de constante construção, uma constante resistência e de constante resiliência.

Dentre os enfrentamentos cotidianos vividos pelos moradores de favelas - em ameaça eminente de remoção ou não - existe sempre a incerteza em relação a permanência no espaço, a possibilidade de ser removido a qualquer momento faz com que moradores não invistam em suas casas e, conseqüentemente não melhorem sua condição de moradia, a ameaça constante condiciona a produção do espaço e fragiliza a relação do morador com o lugar, o que configura uma estratégia de ação biopolítica do Estado.

Caber ressaltar que a moradia na favela caracteriza-se pela isenção do pagamento de taxas, como de água e de eletricidade muitas vezes incompatíveis com as possibilidades financeiras dos moradores. A inviabilidade de arcar com os custos de uma residência é presente na vida dos favelados e justifica, historicamente, dentre outros fatores, a razão da continuidade das mesmas. A favela permanece existindo pela necessidade, ideia que opõe-se a ideia de que a moradia na favela é uma opção.

A rede de relações que se constitui na favela é, portanto, uma forma de driblar as faltas de acesso generalizada de seus moradores, seja falta de comida, de dinheiro, de serviços estatais. A todas estas faltas os moradores respondem com solidariedade uns aos outros, o que garante a sobrevivência dos mesmos é o chamado “nós por nós”. O “nós por nós” é a cultura, por exemplo, do Complexo do Alemão, favela situada no Rio de Janeiro; ele supre todas as faltas, é uma cultura de sobrevivência que tem como base a solidariedade, “se uma mãe precisa trabalhar e não tem com quem deixar seu filho, o vizinho fica como filho todos os dias para a menina ir trabalhar, se falta comida na sua casa, você come na casa do outro vizinho, é a cultura da irmandade”, conforme explica Thainã.<sup>109</sup> Evidencia-se a coletividade e as redes de afeto e solidariedade que se criam nestes ambientes materialmente precários e conferem qualidade de vida aos moradores. A situação de escassez, portanto, contribui para a criação e manutenção destes vínculos intensos relacionados com os modos de vida específicos das favelas, os esforços pela sobrevivência possibilitam estratégias resilientes para a permanência da vida nas comunidades.

---

<sup>109</sup> Conforme Thainã de Medeiros, morador do Complexo do Alemão, em entrevista a autora em Setembro de 2016.

## 2.6.2. As remoções como estratégia de transformação espacial

Ao contrário do que se costuma afirmar, que a cidade cresce de forma desordenada, existe forte articulação para a produção do espaço urbano como, por exemplo, as estratégias de mercado (RIBEIRO, 1997). Expressão espacial de uma sociedade, a cidade é entendida como um produto social e como lugar onde as relações sucedem e, portanto, um espaço de conflitos (BAGNERA, 2013). Ela é também lugar da produção econômica e da vida cotidiana, fato que gera antagonismo entre valor de uso e valor de troca, sua formação se produz a partir de relações atravessadas por aspectos relacionados à infraestrutura e ao preço da terra que são determinados pela localização urbana (produto do capitalismo). (AZEVEDO E FAULHABER, 2015). As disputas estabelecidas se dão por pedaços de terra; entretanto, para adquirir valor de troca, o solo urbano necessita de atributos que lhe confirmem qualidades, cujos aspectos são determinados pela ação do Estado, capaz de determinar quais locais receberão investimentos. O preço da terra urbana é proveniente de sua condição de construção, em muitas circunstâncias a terra recebe investimentos privados que a valorizam, mas, sobretudo, são investimentos públicos, que determinam a valorização da mesma, e estes investimentos são custeados nos dias atuais pelo coletivo, através das PPPs<sup>110</sup>; estas, por sua vez, possibilitam viabilizar, da forma mais ágil na história do planejamento urbano, a lógica do mercado na organização do solo (ROLNIK, 2015), a cidade da exceção é a afirmação sem negociação da democracia direta do capital (VAINER, 2016). Em relação ao tema da moradia, o valor de uso relaciona-se à atribuição de valor que é dado ao lugar enquanto o valor de troca a respeito de moradia surge como um ativo financeiro, uma reserva que pode ser trocada a qualquer momento. (ROLNIK, 2015).

Assiste-se ao avanço do complexo imobiliário-financeiro e com ele a transmutação da habitação em “ativo financeiro” na esteira de um modelo ideológico que sustenta uma política pública de habitação baseada na promoção do mercado de crédito para aquisição da casa própria (ROLNIK, 2015, p 13), incluindo-se nisto o próprio Programa Minha Casa Minha Vida; que trabalha como ferramenta de inclusão da população de baixa-renda no setor financeiro, representando a tomada do setor habitacional pelas finanças. Tais mecanismos podem ser entendidos como a “desconstrução da habitação como um bem social e da sua transmutação em mercadoria” que reproduzidos no bojo dos processos globais de desposseção, em meio à crise da insegurança da posse,

---

<sup>110</sup> Parcerias Público Privadas

atingem diretamente os mais pobres violando o direito à moradia digna. (ROLNIK, 2015, p. 26)

“Não se trata de uma política habitacional, mas de um complexo urbanístico, imobiliário e financeiro com impactos profundos no redesenho da cidade e na vida dos cidadãos” (ROLNIK, 2015, p 29), a propriedade privada individual torna-se predominante frente às demais formas de relacionamento com o território urbano e constitui-se uma poderosa máquina de exclusão e despossessão territorial em marcha no contexto dos megaprojetos (ROLNIK, 2015, p 13). As práticas urbanas deste modelo são a remoção das classes mais baixas e sua transferência aos conjuntos habitacionais, - quando ocorre - e abertura de zonas urbanas com infra-estrutura para expansão do mercado imobiliário, acentuando o déficit habitacional e o fenômeno da alienação urbana. (PINHEIRO, 2016).

É a partir do final do século XX que o interesse comum passa a ser colocado em segundo plano, e a cidade, sujeita ao movimento do mercado, é gerida como uma empresa (VAINER, 2009). A respeito do neoplanejamento urbano Inglês: “O governo britânico promoveu, então, uma orientação do planejamento urbano como meio de acompanhamento do chamado desenvolvimento urbano ‘espontâneo’, encarregado de criar condições que permitissem a intervenção dos atores privados onde eles ainda o desejassem, assim como de atuar administrativamente onde a lógica privada não pudesse resolver sozinha um problema de organização de infra-estrutura” (ASCHER op. cit., p. 26 Apud MOREIRA, 2015).

Acompanhar este “desenvolvimento urbano espontâneo” (ASCHER, 1994), que é referente ao movimento de mercado, exige certa flexibilidade por parte do Estado, como visto. Sendo este um dos principais traços da cidade-empresa: “a despolitização, o desaparecimento dos partidos e o poder carismático individualizado”. Entendida, conforme desenvolvido ao longo do capítulo, como uma forma de reprodução da tirania, a gestão das cidades apresenta-se como oposição a conquista do direito à cidade: “a cidade deixa de ser o espaço do negócio, para ela mesma ser objeto de negociação” (VAINER, 2016). A reprodução dos megaprojetos não apresenta-se apenas como reconfiguração territorial, ela desencadeia transformações (socioculturais, econômicas e políticas) na comunidade e no território. Não são somente os aspectos institucionais e formais do poder distinguem tirania e democracia, em esferas opostas, mas como articulação comunitária confere solidez a democracia. (LA BOETIE, 1577).

A tirania apoia-se na dissolução da comunidade para servir à superioridade, a democracia, por sua vez, necessita de amizade, solidariedade e participação livre e ativa

para que se multipliquem as relações e a cooperação. (AGUILERA E NAREDO, 2009 p.24). A prática dominante ao destruir os vínculos comunitários por meio dos impactos dos megaprojetos e seus desdobramentos, nos arrastam para um novo despotismo, uma vez que o âmbito político de suas táticas ataca a democracia participativa.

O processo de valorização das terras que causa remoções trazem retorno almejado aos proprietários. O “espetáculo” urbano global (DEBORD, 1969) e suas consequências sociais, econômicas, morais e psicológica é contraditoriamente, financiado pela população local. No novo projeto de cidade o Estado ressalta consideravelmente seu caráter repressivo ao reforçar a polaridade centro-periferia.<sup>111</sup> As desocupações e remoções que por algum tempo deixaram de ser a tônica do planejamento urbano voltam com intensidade às vésperas das Olimpíadas no Rio de Janeiro, como visto. Como produto destas transformações temos a despossessão da cidade, a usurpação da casa e da estrutura social vigente e a violência como marca da história do Rio de Janeiro. A violência é utilizada na construção de um mundo novo e reivindica o progresso e a renovação urbana. (PINHEIRO, 2016)

A supressão de moradias é um ataque ao bem comum materializado em partes das cidades e nas comunidades e não uma ação em prol do bem público conforme divulgado oficialmente (ASCHER, op. cit., p. 26 Apud MOREIRA, 2015).

Independente dos custos sociais pagos pela execução dos megaprojetos, eles continuam se proliferando com apoio do Estado para produção da riqueza e lucro dos agentes privados. Os acordos que viabilizam os megaprojetos se aprimoram e a compreensão das alianças estabelecidas para reordenamento permanece oculta à população. Da mesma forma que as demais articulações da gestão urbana neoliberal dentro da democracia representativa permanecem ocultas e não participativas.

O consenso continua sendo base argumentativa do discurso de técnicos empreendedores, políticos muitas vezes reproduzido pela própria população atingida, fundamenta-se na ideia de que as intervenções urbanas são inerentes ao

---

<sup>111</sup> Conforme desenhado embrionariamente desde a formação da cidade do Rio de Janeiro. Os investimentos urbanos se concentram atualmente nas regiões centrais, que por não terem sido o foco dos interesses políticos e imobiliários ao longo das últimas décadas tiveram ocupação consolidada historicamente pela população de baixa renda, como é o caso da área portuária e das favelas da zona sul, impactados pelo Grandes Projeto Urbanos, GPUs, da cidade.

desenvolvimento da cidade. (MOREIRA, 2015). Enquanto este modelo de desenvolvimento neoliberal violento permanecer naturalizado e as práticas de expulsão e reconquista dos territórios urbanos forem reproduzidas pela elite sem a efetiva resistência popular, permaneceremos em uma cidade polarizada, caótica e excludente. (MOREIRA, 2015).

Encarar como processo de crescimento natural a opressão das classes operárias de ontem e precarizadas de hoje, sem questionar a expulsão das mesmas de seu local de moradia pelo simples fato destes lugares haverem enobrecido, e chamar a isso de inexorabilidade da transformação urbana como faz o status quo, significa aceitar a imposição da cidade da exceção. (MOREIRA, 2014). O novo "método" de planejar o urbano oculta e elimina a vitalidade dos espaços mais populares da cidade, que ao tornarem-se espetaculares ocultam os conflitos e os dissensos, assim como as manifestações democráticas (JACQUES, 2009).

A reabilitação de alguns bairros históricos, é entendida por Garnier (2013) como "reconquista urbana", arma habitual de destruição massiva da presença popular em determinadas áreas, processo inerente a construção da cidade neoliberal. Observa-se que atualmente mesmo quando não ocorre a remoção forçada, ocorre a remoção branca ou gentrificação, situação em que a pressão exercida para expulsão populacional vem do mercado e não do Estado, como consequência da valorização imobiliária. Além deste fato os projetos para estas áreas não são debatidos publicamente, como mencionado. A divulgação dos mesmos ocorre à maneira de uma publicidade baseada em uma retórica consensual de legado olímpico. Entende-se, portanto, que as ocupações informais e de baixa renda, as favelas, na cidade excludente neoliberal encontram-se em situação de fragilidade e vulnerabilidade, e sob ameaça de serem dizimadas seja por ação física ou especulativa. Tal supressão é produto da política urbana atual, que transforma a cidade em uma "máquina urbana de produzir renda." (ARANTES, 2000).

O planejamento estratégico, que atende aos interesses descritos, cumpre o papel de "desregular, privatizar, fragmentar e dar ao mercado um espaço absoluto." (ARANTES, 2000). A condução desta política voltada para a construção da cidade padrão FIFA e da cidade olímpica não incorpora os avanços institucionais já alcançados com o Estatuto da Cidade, por exemplo. Os conselhos municipais de participação com o novo planejamento foram substituídos pelos chamados "Conselhos da Cidade", trocando o protagonismo do cidadão pela participação de empresários, artistas e outros membros da elite para pensar a cidade (AZEVEDO E FAULHABER, 2015). A cidade neoliberal não é pensada no viés do direito e da inclusão social tendo como resultado de direitos, do direito à moradia, do direito à informação, do direito à cidade. As resistências e os

movimentos sociais se articulam divergindo da lógica dominante consensual e culminam no redesenho de novas resistências na luta pela cidade para todos. “Os megaeventos são o cerne da cidade transformada em ativo financeiro, marcada com código de barras e exposta nas gôndolas dos mercados mundiais. Os negócios são importantes para a cidade e precisam ser garantidos, mas eles não podem ser o sentido da gestão pública nem servir para subjugar os interesses coletivos. Essa submissão é o espírito da cidade-commodity.” (HARVEY, 2016)<sup>112</sup>.

A "reconquista urbana" (GARNIER, 2013) implica uma limpeza étnica levada a cabo por uma política de tábula rasa à expensa dos hábitos e usos da população local existente. Trata-se de uma operação de retirada da população pobre, dos imigrantes, clandestinos, marginais e outros "indesejados" de partes da cidade para dar o lugar destes indivíduos à reprodução do capital. Tal população ameaçada é forçada a migrar em função da inflação dos aluguéis. Os edifícios vazios são destruídos ou vendidos para empresas que reformam, restauram e atraem inquilinos de perfis mais condizentes com os novos objetivos. A estratégia é liberar terrenos para a população mais solvente. Para justificar tal política trata-se de estigmatizar e criminalizar os habitantes dos bairros populares através de propagandas e de difundir uma política centrada no combate a insegurança como forma de justificar a adoção de medidas opressivas de pacificação dos bairros populares. A cidade inteira torna-se "zona de segurança prioritária" ou "zonas urbanas sensíveis", que se efetivam de forma mais eficiente em contexto de megaevento. (GARNIER, 2013)

A mutação em curso nas cidades não é somente resultado de um processo global de "des-civilização urbana" feito com base no deslocamento do território, na desintergração social e alienação cultural, é também um processo de "desposseção" da cidade de seus habitantes que nela haviam aprofundado suas raízes. Reproduzindo o que ocorre em diversas cidades do mundo, o Rio de Janeiro alvo das reformas urbanas neoliberais, está em vias de converter-se em um "magma urbano disforme a anônimo". GARNIER (2013). Neste cenário, entretanto, nasce a irracionalidade, a corrente contrária à racionalidade empresarial. A massa que permanece excluída e marginalizada, de conformação heterogênea, de diversos níveis sociais e econômicos, devido à precarização e às faltas de acesso fazem emergir uma batalha, entre parte da

---

<sup>112</sup> Anotações da autora de aula proferida pelo professor David Harvey na Praça da Cinelândia no Rio de Janeiro em Setembro de 2016.



população que resiste, consciente das mudanças sociais promovidas pela ação do mercado, - tanto na gestão urbana, quanto territorial e simbólica - e a atividade hegemônica, que permanece bombardeando a cidade e as sociedades na promoção destas mudanças. Sobre este cenário, Santos (p.120, 2013) complementa que o projeto racional (hegemônico) começa a mostrar suas limitações nos diversos níveis da vida econômica, social, individual, quando explodem manifestações que visibilizam o dissenso e o conflito (MIRAFTAB, 2009) no espaço através da copresença (LEFEBVRE, 1968), interpretadas por Massey (2008) como “Geometrias do poder”. As manifestações de Junho de 2013 no Brasil foram uma grande marca destas disputas.

Embora a política urbana tenha características diferentes entre os países do Norte e do Sul do globo, nota-se a emergência de movimentos sociais de diferente natureza em cada caso, como resposta ao neoliberalismo, entendido como um processo de reorganização do poder das classes dominantes, (HARVEY, 2005, 2011). Em contraposição e como consequência deste processo Zibechi aponta as “novas territorialidades”, movimentos que surgem em relação aos velhos movimentos sociais, que confere possibilidade de reverter a derrota do movimento trabalhador pelo neoliberalismo (ZIBECHI, 2007, p. 46). Os novos territórios segundo o autor são os que constituem coletivamente uma nova organização da sociedade, os territórios excluídos que existiram em áreas rurais ou atualmente em grandes cidades são espaços que tem que assegurar a sobrevivência diariamente. Seja nos países do sul ou em regiões do norte do mundo assiste-se emergir com maior potencia e visibilidade a articulação de redes populares como, por exemplo, as vinculadas à agroecologia que supõem um movimento de *re-territorialização* (MAGNANI, 2011; MATARÁN, 2013), estes movimentos inserem-se na concepção de “transborde urbano” - “*desborde Urbano*” na versão original em castelhano - que significa uma saída imprevista e fora do controle de alguma coisa para o exterior. É o sobrepassar dos limites, uma expansão descontrolada de urbanização como é o caso da autoprodução popular de casas nas periferias latino-americanas. (LÓPEZ MEDINA, 2015, p. 22)

Existem outras aplicações para o conceito, tanto relacionado aos excessos financeiro-urbanizador do capitalismo global, que provocam uma bolha especulativa, como no interior das cidades quando ocorrem processos de produção material e simbólica do espaço, caracterizados por um crescimento exacerbado de uma das funções urbanas com o surgimento de áreas monofuncionais como predomínio excessivo de uso residencial ou de uso turísticos, (FERNÁNDEZ DURÁN, 2006). Todos estes fenômenos estão associados à nova forma de gestão urbana que por sua vez levam a excessos e a conflitos (MUXÍ, 2003). E neste caso também existe a ideia de transborde social, cujo

reconhecimento do conflito sugere o direito ao transborde, entendido como translação da terminologia do direito à cidade (SCHELOTTO, 2013). O transborde é próprio da urbanização atual porque caracteriza-se pela presença de situações urbanísticas fora de controle. Neste novo urbanismo se identifica transbordos como manifestação de situações de precariedade e exclusão de direitos (BAGNERA, 2013).

Atualmente uma grande parcela da humanidade é incapaz de enquadrar-se ou de obedecer às leis e regras derivadas da racionalidade hegemônica, proliferando, desta forma a ilegalidade, a informalidade e a irregularidade como forma de alternativa de sobrevivência, Santos (2013). Situação que também pode ser considerada uma situação de “transborde”. Desta incapacidade conservam-se costumes antigos e vivenciam-se tradições, práticas culturais e teorias não convencionais específicas, herdadas e improvisadas, tal como ocorre nos territórios marginais. Nesta parcela precária da sociedade observa-se uma mudança, passa-se da conformidade associada ao conformismo, para uma produção de consciência, da conformidade sem conformismo. Não sendo espantoso que isso se dê nos espaços econômicos, sociais e geográficos “não conformes” à racionalidade dominante, ou seja, nas favelas.

Surgem as contrarrazões em outras esferas enquanto impõe-se a racionalidade produzidas e mantidas, sobretudo, pelos pobres que ao serem excluídos e impedidos conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante. Em oposição ao modelo hegemônico surgem adaptações não-hegemônicas e particularizações, confirmando a emergência de uma biopolítica e do caráter relacional do poder (FOUCAULT, 2010, p. 25). As irracionalidades em oposição à racionalidade dominante é produzida pela massa, por aqueles que estão “embaixo”, e à margem. (SANTOS, 2013).

Neste contexto relacional (FOUCAULT, 2010) emerge a luta pelo direito à cidade que desponta como novo direito diante da cidade mundial, ela propõe pensar a cidade que queremos e também o que queremos repensar enquanto cidade para todos. De caráter coletivo e complexo o direito à cidade não pode reivindicado individualmente. Observa-se que o Brasil tem incorporado o direito à cidade na constituição, cabendo destacar, dentre outros documentos, o Tratado sobre a questão urbana “Por Cidades, Vilas e Povoados, Justos, democráticos e sustentáveis” elaborado na Conferência da Sociedade Civil Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, durante a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro (ECO-92). Esse Tratado incorporou as contribuições do Fórum Nacional de Reforma Urbana. Destacando-se dentre suas prioridades o fortalecimento e autonomia dos poderes públicos locais e a participação popular. Outro avanço foi a Carta Mundial do Direito à

Cidade no Fórum Social Mundial 2006, que tem o objetivo de disseminar a concepção do direito à cidade como um novo direito humano nos organismos das Nações Unidas.

A construção de uma plataforma global em rede pelo direito à cidade se contrapõe ao processo de urbanização neoliberal; e deve ter como missão a articulação dos movimentos sociais de contestação a esse modelo. O fortalecimento das comunidades locais e a construção de uma democracia participativa na reivindicação da cidade para todos são elementos fundamentais das novas resistências. Os novos movimentos sociais desenham-se de forma descentralizada e reinventam constantemente suas formas de manifestação na luta pelo direito à cidade. Esta luta engendra o combate a criação de uma cidade injusta, desigual, segregada, privatizada e anti-democrática, assim como contempla a luta pelo direito à moradia adequada e a luta anti-remocionista. O combate à remoção de favelas insere-se na luta pelo direito à cidade, opõe-se a constituição da cidade neoliberal, às leis coercitivas do sistema capitalista, assim como se contrapõe à desapropriação e à privatização de espaços públicos para abrir novas frentes de acumulação do capital.

### **3. A formação da cidade polarizada no Brasil: o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro**

#### **3.1. Resumen del capítulo en castellano: La formación de la ciudad polarizada en Brasil: el desarrollo urbano de Río de Janeiro**

##### **3.1.1. La favela como un problema**

La conformación territorial urbana de las ciudades brasileñas está marcada por la desigualdad, herencia de la estructura social colonial basada en la esclavitud. A la estrecha relación entre la conformación del territorio urbano y la estructura social se añade que en el espacio no se produce de manera pasiva la concentración del capital, sino que es parte activa de su proceso de reproducción, como explica Lefebvre (1974, p.65). Es decir, el espacio tiene un papel activo en la reproducción del capital.

La creación de un ordenamiento espacial urbano lucrativo, y consecuentemente, productor de desigualdad, requiere la construcción de un pensamiento estigmatizado y prejuicioso sobre la periferia para justificar las violentas intervenciones urbanísticas que acentúan la segregación territorial - como por ejemplo las políticas de desalojo y pacificación (Gonçalves, 2012). La concepción de una ciudad partida, dividida entre centro y periferia, es el punto teórico de sustentación de una trayectoria equivocada del planeamiento urbano brasileño desde el inicio de la urbanización de la ciudad. “Las colonias proveyeron un modelo de exclusión radical que prevalece hoy en día en el pensamiento y práctica occidental moderna como hicieron durante el ciclo colonial. Hoy como entonces la creación y la negación del otro lado de la línea (abismal) son constitutivas de los principios y prácticas hegemónicas” (SOUSA SANTOS, 2010 p.19).

Sin embargo, las fronteras/márgenes de la concepción del mundo partido entre lo que se considera legal e ilegal, formal y no formal tienen debilidades teóricas, inicialmente porque el diseñador de la concepción de polaridad es el propio Estado, el mismo que comete ilegalidades en innumerables ocasiones, lo que impide considerarlo como el parámetro de legalidad. (Veena Das e Deborah Poole, 2004). La aceptación de “los márgenes” justifica, a su vez, la necesidad de establecer el control sobre los lugares llamados marginales; argumentación necesaria a las medidas mediante las cuales el

Estado ejerce el poder hacia la periferia, con la excusa de traer esos lugares a la legalidad y al orden.

Por lo tanto, las teorías que entienden las periferias, o las favelas en el caso de Brasil, como territorios apartados que no pertenecen a la llamada ciudad "formal", son teorías frágiles desde sus conceptos iniciales: al definir los márgenes a partir de la interacción de las zonas marginales ("*favelas*") con el Estado y sus prácticas. En contraposición al recorrido de las políticas urbanas históricas, el reconocimiento de las favelas como parte de la ciudad es la base fundamental para la formulación de políticas públicas que aseguren la permanencia de estos territorios y la posibilidad de mejora de las condiciones de vida de sus habitantes, mediante políticas e intervenciones de provisión de infraestructura, de acuerdo con Gonçalves (2012).

En este capítulo se pretende mostrar también que a lo largo de los años las formas de reproducción del capital en suelo urbano han cambiado en acuerdo con los actores del poder, sean la corte portuguesa, la elite agrícola, la industria, o los agentes inmobiliarios; sin embargo, se han mantenido las mismas estructuras definidas por los actores hegemónicos: conservando en el centro de las negociaciones la satisfacción de los intereses de grandes empresarios y políticos. También merece señalar que durante la expansión urbana de Río de Janeiro las fronteras del Estado y de los barrios pobres se han definido mutuamente, teniendo en cuenta que tanto las prácticas Estatales dictaron el desarrollo de las zonas marginales, como la reproducción socioespacial de estas poblaciones afectaron a las acciones del Estado y el diseño de sus políticas públicas.

El planeamiento territorial de Río de Janeiro mantuvo los mismos modelos históricos de intervención urbanística con respecto a sus prácticas hacia los barrios marginales: a principios del siglo XX, la primera gran reforma urbana, conocida como la Reforma Pereira Passos, fue responsable de la introducción de los principios de urbanización Europea en Rio - que se mantienen hasta nuestros días. La concepción crítica sobre el planeamiento urbano de Rio de Janeiro es desarrollada en este capítulo según teorías de los autores Maurício de Abreu (2008), Rafael Soares Gonçalves (2013), Alexandre Magalhães (2013), Juliana Oakin (2014), Mário Brum (2011), Mauro Amoroso (2006; 2009), entre otros. Tanto la Reforma Pereira Passos como los megaproyectos contemporáneos, realizados para los grandes eventos internacionales, principalmente el mundial de fútbol de 2014 y las Olimpiadas 2016, fueron responsables de la reorganización del territorio de la ciudad basada en principios elitistas, teniendo en común la práctica de eliminación de viviendas populares: los desalojos (Mascarenhas, 2015).

Los desalojos del inicio del siglo XX fueron responsables de la supresión de viviendas (populares) del centro de la ciudad, los llamados “*cortiços*”. Al entender la vivienda popular como un "problema" social que debe ser suprimido se crearon las bases para la política de desalojo de los *cortiços* que directamente echaban a numerosas familias a la calle, lo que desencadenó en aquella época la intensa construcción de nuevos asentamientos de viviendas precarias en las colinas cariocas: las favelas. Debemos destacar que la dictadura militar (1964-1985) fue el periodo en que más desalojo de favelas se produjo en Rio de Janeiro y que después de este periodo el Estado dejó de practicar el desalojo, cambiando esta práctica hacia políticas de intervenciones de mejoras urbanísticas en las favelas. Sin embargo en el momento actual las transformaciones urbanísticas generadas por los megaeventos tuvieron como consecuencia el desalojo más grande de la historia, retomando la práctica que estaba erradicada y que ahora es considerada por algunos investigadores como práctica de “relectura de los desalojos” de la dictadura por sus diferencias operativas. (Magalhães, 2013).

Merece la pena mencionar que en todos los periodos el Estado sustentaba un discurso positivo de apoyo a estas intervenciones, en la gestión de Pereira Passos (1902-1906) el discurso se basaba en ideales higienistas y de modernización que subyacen la llamada “*política do bota abaixo*” (*derribar las viviendas*); en la dictadura militar se divulgaba la eliminación de la favela y la transformación del *favelado*<sup>113</sup> como forma de desarrollo social y económico y también se justificaba el desalojo en base al riesgo de corrimiento de tierras (inexistente en muchos casos); durante los megaeventos contemporáneos el discurso del legado de las obras urbanas, de desarrollo económico y de protección de áreas ambientales<sup>114</sup> respaldaron las transformaciones urbanísticas que implicaban la supresión de las casas de las familias pobres.

El papel de los medios de comunicación es uno de los pilares fundamentales del mantenimiento de teorías prejuiciosas que sustentan ideas como la de la ciudad polarizada, que separa los barrios pobres de lo que se entiende como "ciudad formal" o "ciudadano" - como si la favela no fuera una parte integrante de la ciudad y la ciudad no

---

<sup>113</sup> Como se dice a las personas que viven en las favelas.

<sup>114</sup> Muchas veces la presencia de una favela no afecta tanto el medioambiente natural como a la construcción de mega estructuras ejecutadas en los sitios donde las favelas fueron suprimidas. Como ocurrió con Rio de Janeiro en las Olimpiadas 2016 con la construcción del campo de golf, por ejemplo, - entre mucho otros casos - en la que se desforestó una enorme reserva ecológica.

estuviera formada por barrios (e individuos) de diversos aspectos socioeconómicos portadores de sus heterogeneidades.

### 3.1.2. El desarrollo urbano de Rio de Janeiro desde la perspectiva del derecho a la vivienda digna

Las reformas urbanas llevadas a cabo durante la reforma Passos mencionada fueron responsables de la eliminación de la población que vivía en viviendas pobres en el centro de la ciudad y el desplazamiento de estos individuos a los cerros aledaños. Las reformulaciones posteriores del siglo XX han demolido las colinas del centro de la ciudad: Castillo, cerro del Senado y cerro Santo Antonio que ya poseían favelas. Esta supresión de viviendas acentuó la precariedad de las casas populares y la pobreza urbana.

En los años de Vargas en el poder, el gobierno difundió el ideal del "trabajo", haciendo hincapié en el embellecimiento y la monumentalidad de la ciudad. El tema de los barrios marginales llegó por primera vez a la agenda oficial y a ser discutido en el ámbito de la política urbana en 1937, con la elaboración de la Ley del suelo de la ciudad. Sin embargo, el abordaje dado al tema objetivaba la supresión de la favela del paisaje urbano. El código de obras defendía la demolición de los barrios pobres, considerados anomalías, y las indicaciones del código de obras se basaban en conceptos de norma y disciplina<sup>115</sup>.

Las décadas de 1940 y 1950 se han visto marcadas por los movimientos de inmigración del norte del país – menos desarrollado industrialmente y económicamente - al sudeste, la población venía en busca de trabajo en las nuevas industrias; la llegada de más gente, a su vez, también llevaba al crecimiento de las favelas. A partir de 1945 se fortalecen las organizaciones vecinales de las favelas con influencia del partido comunista, haciendo frente a la política de desalojo del Estado. Sin embargo en los años 1950 se evidencia la influencia de la iglesia católica en esta organización popular chabolista y a la llamada “amenaza” comunista. La iglesia crea instituciones de intervención urbanística y asistencia social vinculadas a la difusión de una educación cristiana; como la Fundação

---

<sup>115</sup> La historia de la lucha popular de Rio de Janeiro presentadas en dicho capítulo son basadas en la tesis de Master de Mauro Amoroso. "Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã". Universidade Federal Fluminense, 2006.

Leão XIII y la Cruzada São Sebastião, que tuvieron como objetivo contener la ideología comunista y promover una actuación asistencialista en las favelas (AMOROSO, 2006).

En la década de 1950 las iniciativas autónomas en las favelas llevan a la creación de la *Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal*. A principios de los sesenta el gobernador del Estado de la Guanabara (actual Rio de Janeiro) modifica la actuación del SERFHA<sup>116</sup> *Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas*, e inicia el proyecto *Mutirão*; modelo cooperativo entre los vecinos de las favelas y el Estado. Las experiencias de los años 1950 culminan en la creación de la FAFEG – *Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara*, que tenía como ideología el lema “urbanización si, desalojo no.”

En 1962 la conducción de la política de intervención en favelas es sustancialmente alterada y vuelve otra vez la fase de desalojo estableciéndose durante los siguientes diez años un periodo de mucha violencia hacia las favelas, cuyos principales actores institucionales fueron la COHAB, *Companhia de Habitação*, creada en 1962 para construcción de conjuntos de vivienda, la Secretaría de Servicios Sociales y la *Fundação Leão XIII*.

La dictadura militar fue implantada en 1964 (hasta 1985). Aunque el periodo estuvo marcado por muchas intervenciones urbanísticas en favela, y construcción de conjuntos de vivienda social, las políticas de vivienda social del momento contribuyeron más para aumentar el número de gente sin casa o de casas precarias que a solucionar el problema de la falta de vivienda digna en el país.

En 1966 surge la CODESCO, *Companhia de Desenvolvimento de Comunidades*, que lucha por los derechos de la población de las favelas y apunta hacia la necesidad de la regularización de la posesión de la tierra, en contra de la CODESCO el gobierno federal crea en 1968 la CHISAM, *Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro*, mientras la primera defiende una política

---

<sup>116</sup> El SERFHA es un servicio de intervención en favelas de ideal menos autoritario que había sido propuesto en el informe SAGMACS, “Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais”, este documento era la investigación más profunda sobre la realidad socioeconómica de las favelas realizado hasta aquel momento.



participativa, la segunda entiende la favela como un territorio apartado de la ciudad y rechaza las iniciativas de participación ciudadana.

Al inicio de la década de 1970 se desarrolla una lucha popular procedente de la experiencia acumulada de las dos décadas anteriores, el MNRU, *Movimento Nacional pela Reforma Urbana*, la participación de políticos, favelados, intelectuales, investigadores y asociaciones comunican la importancia de la ejecución de proyectos urbanísticos de mejora en las favelas en el III *Congresso de Favelados do Rio de Janeiro*.

En 1981, se produjo el *Primeiro Encontro Estadual de Favelas* organizado por la FAFERJ<sup>117</sup> marcando el inicio de la estructuración del Programa *Favela Bairro* sellando el nuevo paradigma de la formulación de políticas públicas relacionadas con la construcción de viviendas asequibles. En 1982 el tema de la vivienda social pasa a ser teido en cuenta con más cuidado por el nuevo gobernador Leonel Brizola que se dedica a regularizar la propiedad de la tierra en la favela, invertir en infraestructura e incentivar la autoconstrucción. El programa del gobierno surgido de esta política se llamaba *Cada Família, um Lote*, y se construía con participación popular, sin embargo las prácticas del gobierno eran clientelistas y quitaban el protagonismo de la población favelada.

El período de democratización se concretó con la implantación de la Constitución de 1988, y fue marcado por la lucha del derecho a la vivienda y el derecho a la ciudad, las demandas más importantes de los movimientos sociales de aquel momento. Los progresos realizados por el movimiento social quedan recogidos en el texto de la Constitución de 1988, considerada un gran avance jurídico hacia la inclusión social y la reducción de las desigualdades, introduciendo las bases teóricas del Movimiento Nacional de la Reforma Urbana para la consecución del derecho a la ciudad en las políticas urbanas. Sin embargo, establecer dichos avances legales no fue suficiente para dar lugar a un cambio de realidad social dado que las prácticas políticas siguieron siendo excluyentes y dada gran presión del contexto económico mundial neoliberal para la reducción de la inversión pública en medidas sociales, ello empujó al país a la construcción de una política volcada hacia los intereses capitalistas. (ROLNIK, 2015, p. 268).

---

<sup>117</sup> *Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro*. Federación de las Asociaciones de favelas de Río de Janeiro.

En los años 1990 el alcalde César Maia (1993 – 1996) basándose en la teoría del planeamiento estratégico y en ideales neoliberales implementó el programa de intervenciones urbanísticas de rehabilitación en barrios marginales Favela Barrio, el momento político de su gestión se ve marcado por el vaciado de contenido político de los debates en la formulación de las políticas públicas. En 1994 se crea la *Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro*, SMH-RJ, que cambia los rumbos de las políticas de vivienda social. En los siguientes años se dio seguimiento a las políticas neoliberales iniciadas por Cesar Maia, principalmente con la candidatura del alcalde Eduardo Paes (2008-2012; 2012-2016), su seguidor.

Durante la legislatura del alcalde Eduardo Paes, Río de Janeiro vivió un ciclo de desalojos masivos sin precedentes en la historia. Entre 2009 y 2015 fueron desalojadas aproximadamente 22.059<sup>118</sup> familias en la ciudad. Los desalojos formaban parte de las transformaciones urbanas de la ciudad relacionadas a los megaeventos, el mundial de fútbol 2014 y las Olimpiadas 2016, y estuvieron articulados con el programa “*Minha Casa Minha Vida*” de construcción de vivienda social.

## **3.2. A favela como um problema**

### **3.2.1. A favela como elemento apartado da cidade**

A formação das favelas, relacionada à condição de vida da população brasileira, é parte estrutural do desenvolvimento econômico e urbano do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os pontos mais importantes na definição de favelas são “a precariedade e o fato dos terrenos não pertencerem legalmente aos moradores”. Como será visto neste capítulo as favelas surgem muitas vezes em zonas que a priori não interessam ao mercado imobiliário e anos mais tarde sofrem pressão para remoção pelo próprio mercado. A respeito da conformação do território urbano Lefebvre (1974, p.65) ilustra que o espaço não é passivo da produção e concentração do capital, mas parte ativa do seu processo de reprodução.

---

<sup>118</sup> Datos en el reportaje <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2016/07/21/o-legado-das-remocoes-no-rio-violencia-dividas-e-povo-na-mao-de-milicias.htm>, consultado en febrero 2017.

Neste aspecto ressalta-se que expansão da cidade do Rio de Janeiro reproduz os padrões de uma sociedade hierárquica e consolida espacialmente o modelo polarizado da sociedade, separado pela formalidade versus informalidade, ou cidade formal versus cidade informal. Culminando na consolidação de uma cidade segregada espacialmente, cujos interesses da parcela formal estabelecem as diretrizes da expansão espacial. Embora a parcela informal - aquela que se constituiu como motor e meio de viabilização da cidade - permaneça excluída de usufruí-la (GONÇALVES, 2013).

Gonçalves (2013) acrescenta que as favelas são o exemplo da configuração socioespacial desigual; surgiram na segunda metade do século XIX em áreas inutilizadas pelo mercado imobiliário e espalharam-se pela cidade a partir da década de 1920. O autor ainda ressalta que a política de intervenção em favelas funcionou ao longo dos anos como um instrumento de marginalização da população de baixa renda e de promoção do capital imobiliário no Rio de Janeiro (GONÇALVES, 2006). As classes mais baixas foram condenadas a estabelecerem-se à margem e à esfera da informalidade, além de serem historicamente desconsideradas como população, vítimas de políticas públicas conduzidas por interesses capitalistas – industriais e imobiliários – que dentre outros mecanismos recorrem ao instrumento da remoção para consolidar os interesses elitistas no território<sup>119</sup>. Sobre este aspecto estrutural Boaventura acrescenta que a sociedade atual sustenta valores capitalistas, colonialistas e patriarcais; e embora a sociedade colonial tenha sido substituída, a lógica colonialista se mantém. (SOUSA SANTOS, 2016).

A lógica da exploração pode ser observada no território urbano segregado da cidade do Rio de Janeiro, no qual as favelas abrigam 22% da população da cidade, o que corresponde 1.702.073 habitantes<sup>120</sup>. Desde o surgimento do Rio de Janeiro, as políticas e medidas estatais são responsáveis pelo aparecimento e reprodução das favelas, conforme será visto neste capítulo à luz dos autores Maurício de Abreu (2008), Rafael Soares Gonçalves (2013), Alexandre Magalhães (2013), Juliana Oakim (2014) Mário Brum (2011), Mauro Amoroso (2006; 2009), entre outros. A política de remoção de

---

<sup>119</sup> Compreende-se o sentido de "segregação" como o resultado da própria interação entre o formal e o informal. As fronteiras de trânsito entre o que é considerado formal e informal são bastante porosas, não existentes limites definidos entre tais esferas. A informalidade, por sua vez, é reforçada pelo Estado, pelo que se afirma como formal e como legal. Entende-se o estado como parte ativa na construção e perpetuação das práticas informais e ilegais.

<sup>120</sup> Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, de 2010.

favelas, por exemplo, é uma prática urbanística histórica. Devido sua ineficácia foi interrompida no período após a ditadura militar e posteriormente foi retomada; sendo altamente colocada em prática no contexto de preparação dos megaventos. As remoções são o instrumento mais eficaz de reconfiguração do território para a preparação da cidade neoliberal. Acrescenta-se que a difusão de ideologias equivocadas a respeito das favelas é grande responsável por legitimar frente à opinião pública e sustentar a manutenção destas práticas (Valladares, 2000; Gonçalves, 2013; Amoroso, 2012).

Encaradas pela sociedade e pelo poder público como territórios marginais/informais, apartados da cidade formal, as favelas são vítimas de estíguas construídos pelos Estados e difundidos pela mídia ao longo dos anos. Para Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 24) as linhas abismais que separam a cidade e a periferia são traçadas em sentido literal e em sentido metafórico, definem fronteiras que dividem a cidade em zonas civilizadas (bloqueadas) e zonas selvagens; uma espécie de prisões entre lugares de confinamento legal e lugares de destruição brutal e ilegal da vida.

Entretanto, cabe ressaltar a existência de alguns aspectos frágeis destas “margens” que separam as esferas socioespaciais da legalidade e da ilegalidade; como por exemplo, a abordagem do conceito de margens aportado pelas antropólogas Veena Das e Deborah Poole (2004). Ao partirem da perspectiva conhecida como “antropologia do Estado” as pesquisadoras atribuem às fronteiras entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, a qualidade de vulneráveis, em primeiro lugar porque esta perspectiva não ajuda a entender as práticas efetivas que constitui aquilo que chamamos de Estado, e em segundo lugar porque o próprio Estado comete ilegalidades em determinados momentos, e por isso não pode ser considerado em termos absolutos o lado da legalidade.

Existem outras críticas às definições de margens, como por exemplo, aquelas que herdam paradigmas coloniais. Boaventura refere-se a uma cartografia moderna dual constituída de uma parte legal e uma parte epistemológica. O outro lado da linha abismal é o reino para além da legalidade, o da ilegalidade, para além da verdade e da falsidade (o das crenças e magias incompreensíveis), juntas estas formas de negação radical resultam em uma ausência radical (de humanidade e sub-humanidade moderna), uma exclusão radical cujos os considerados sub-humanos não são candidatos concebíveis de inclusão social (SOUSA SANTOS, 2010, p. 18). Para o autor, “o pensamento moderno ocidental avança operando em linhas abismais que dividem o humano do sub-humano, de tal forma que os princípios humanos não são comprometidos pelas práticas desumanas” cometidas (SOUSA SANTOS, 2010, p.18). O sociólogo considera que as colônias precederam de uma prática de exclusão radical

que é reproduzida no pensamento e na prática ocidental moderna tal como ocorria no ciclo colonial. Entretanto, a criação e a negação do outro lado da linha são constitutivas dos princípios e práticas hegemônicas. É a civilidade legal e política deste lado da linha que pressupõe a incivilidade e a criação do outro lado da linha como “não-área” em termos políticos e legais: base impensável para o governo da lei, dos direitos humanos e da democracia. (SOUSA SANTOS, 2010, p. 18-19). Foucault também menciona o exercício do poder nas populações marginais, para o pensador o controle estatal nestas áreas é exercido nos indivíduos, cujos corpos e lugares são alvos de aplicação do biopoder. (FOUCAULT, 1988)

Portanto, as teorias difundidas pela mídia que sustentam as favelas como territórios marginais apartados da cidade, que divulgam a ideia da cidade polarizada dividida por fronteiras físicas e ideológicas entre o formal e o informal, o legal e o ilegal carregam argumentos já questionados por diversos autores. Uma vez que as margens são definidas a partir da própria interação da favela com o Estado e suas práticas, não se pode afirmar que não existe interação entre ambos. Tais territórios não podem ser analisados de forma desconectada das dinâmicas político-sociais do seu entorno. Até mesmo porque sua criação e existência é produto deste entorno. Gonçalves (2013) acrescenta que o reconhecimento das favelas como parte integrante da cidade - em oposição à invisibilidade dada as mesmas pelo poder público - é elemento fundamental para a formulação de políticas públicas que assegurem a permanência da favela e a melhoria das condições de vida da população favelada.

Este capítulo busca demonstrar que a política urbana atual, de caráter excludente, mantém a mesma forma de intervenção existente desde a formação das cidades brasileiras; e que a expansão urbana, tal como se materializou no Rio de Janeiro, está intrinsecamente relacionada com a consolidação do sistema capitalista no Brasil. Inclui-se nesta afirmação a solidificação das estratégias espaciais, assim como dos valores ideológicos capitalistas no corpo social. Pretende-se evidenciar, através de um breve e superficial olhar histórico sobre a questão habitacional no decorrer da construção e planejamento da cidade, que embora as formas de reprodução do capital no solo urbano tenham se modificado, a relação de forças e de poder, assim como os atores, não se alteraram substancialmente.

A estrutura definida pelos acordos entre os agentes hegemônicos mantém no centro das negociações o atendimento aos interesses de grandes empresários e políticos, com especificidades relacionadas ao tipo de ramo empresarial que desponta economicamente em cada momento dado (Gonçalves, 2013; Naredo, 2009). Também se pode observar que no decorrer do desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro as fronteiras do Estado e

da favela se condicionam mutuamente. As práticas estatais ditam o desenvolvimento dos territórios às margens, assim como a atuação dessas populações afeta as ações do Estado. Como, por exemplo, ocorre nas ocasiões em que os movimentos sociais determinaram políticas públicas.

### 3.2.2. O papel da mídia na construção de ideais urbanos elitistas

O papel da mídia é elemento central na construção do estigma da favela e do morador de favela, ideia que contribui para a manutenção da segregação urbana. A explicação dos aspectos da favela e da construção da imagem da favela, abordadas ao longo deste capítulo, se fundamentam nas reflexões das pesquisas de Gonçalves (2013)<sup>121</sup>, Brum (2006)<sup>122</sup>, Amoroso<sup>123</sup> (2006) entre outros pesquisadores que buscaram em suas pesquisas demonstrar como a mídia mantém a ordem capitalista e as premissas teóricas da segregação. Ela se encarrega de constituir narrativas que respaldam o esquema de exploração inerente à organização social vigente, dentre elas a atribuição de qualificações pejorativas à população periférica. Os meios de comunicação oficiais atribuem ao morador da periferia a culpa de todos os problemas urbanos, desde questões ligadas à criminalidade e à violência até os problemas ambientais.

Além disso, a abordagem dos institutos estatais que incidem diretamente nas dinâmicas urbanas, tendo em vista a apropriação de suas pesquisas e categorias pelo Estado, como é o caso do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, também reproduzem preconceitos em relação à favela ao instituírem determinadas nomenclaturas para divulgação de suas pesquisas consideradas preconceituosas; como, por exemplo, "aglomerado subnormal" para classificar as favelas. A palavra subnormal subentende uma noção de normalidade a qual não se apresentaria na favela, a não ser pela ideia de

---

<sup>121</sup> GONÇALVES,, Rafael. Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013.

<sup>122</sup> Mário Sérgio Brum. "Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973)", Dossiê: "Direito à Cidade na Metrópole", Revista Cadernos Metrópole nº 28. 2012 e "O povo acredita na gente": rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação de mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2006.

<sup>123</sup> AMOROSO, Mauro. Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã. Dissertação de Mestrado Universidade Federal Fluminense, 2006.

ausência comunicada pelo prefixo “sub”, seja ausência de propriedade, de infraestrutura básica ou qualquer outra<sup>124</sup>. (Ver figura 02).

A imagem construída através dos meios de comunicação cria argumentos para sustentar as políticas de remoção como “solução” para “o problema favela” (ou cortiços no princípio do século XX), sendo significativamente intensificada na ditadura militar e repaginada no momento atual (MAGALHÃES, 2013). A construção de uma mentalidade pejorativa em relação ao favelado contribui para a formação da opinião pública no sentido de justificar a exclusão das classes mais baixas do direito à cidade:

“Os favelados seriam solitários, isolados, anti-sociais; tradicionalistas e atrasados, as favelas constituem-se enclaves rurais em meio à cidade, de modo que os favelados não se sentem bem nela, não conseguindo se integrar e usufruir dos serviços urbanos. Acostumado a pobreza, não querem progredir na vida; são um entrave ao progresso da cidade, pois como não trabalham, não produzem, sendo uma espécie de ralo na economia, sempre recebendo recursos (mesmo que pouco) sem nunca oferecer. Por tudo isso, os favelados são revoltados, rebeldes, baderneiros, sendo uma constante ameaça à ordem”. Janice Perlman em Mito da Marginalidade, 1960 apud em Brum e Martins (2016).<sup>125</sup> A legislação urbana, por sua vez, fundamentada em parâmetros de controle também colabora para a manutenção desta estrutura, embora tenha havido exceções pontuais ao longo da história.

### **3.2.3. A manutenção das mesmas práticas e da mesma abordagem estigmatizada ao longo da história: A favela como um problema.**

A breve passagem da história da cidade do Rio de Janeiro desde sua formação aos dias atuais realizada neste capítulo considera as políticas habitacionais levadas a cabo ao longo do tempo. Para esta reflexão fundamenta-se nas pesquisas de Maurício de Abreu

---

<sup>124</sup> GONÇALVES,, Rafael. Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013

<sup>125</sup> Conteúdo apresentado no curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippsen ‘o favelado’ e Ana Claudino.

(2008)<sup>126</sup>, Mário Brum (2006, 2012)<sup>127</sup>, Rafael Gonçalves (2013)<sup>128</sup> e Mário Amoroso<sup>129</sup> (2006). Percebe-se que as intervenções urbanas realizadas para levar a cabo processos de transformações espaciais tinham como objetivo principal atender as expectativas de investidores industriais e imobiliários. Entretanto, esta razão era camuflada com argumentos de higiene e risco, que por sua vez se sustentavam em estigmas construídos para deslegitimar a favela como zona residencial e seus moradores como cidadãos, construindo a máxima de que a favela é um ‘problema’ urbano.

A indústria ao longo dos anos pautou o direcionamento da expansão urbana carioca, posteriormente determinado pelo mercado imobiliário. No início do século XX os setores dominantes eram responsáveis pela modernização das áreas centrais, a cidade abria-se para o subúrbio e os bondes definiam a expansão para a zona Sul, induzindo o deslocamento das elites, antes instaladas nas áreas centrais, para os novos bairros atendidos pelo transporte de trilhos. Neste período as habitações precárias eram construídas de forma autônoma no entorno da cidade formal. Embora em pleno século XVIII já existissem as primeiras construções precárias nos morros do centro para instalação de ex-escravos e trabalhadores braçais foi a partir do início do século XX que considera-se o surgimento das primeiras favelas cariocas, quando os morros ainda não eram alvo de interesse do mercado imobiliário (Gonçalves, 2013)<sup>130</sup>.

As favelas são a marca espacial da desigualdade socioeconômica presente no processo de desenvolvimento social e urbano no país, as primeiras discussões sobre o tema no âmbito institucional estatal abordavam-nas como um problema que deveria ser

---

<sup>126</sup> A evolução urbana do Rio de Janeiro, IPP. 2008.

<sup>127</sup> Mário Sérgio Brum. “Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973)”, Dossiê: “Direito à Cidade na Metrópole”, Revista Cadernos Metrópole nº 28. 2012 e “O povo acredita na gente”: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação de mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2006.

<sup>128</sup> GONÇALVES, Rafael. Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013.

<sup>129</sup> AMOROSO, Mauro. Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã. Dissertação de Mestrado Universidade Federal Fluminense, 2006.

<sup>130</sup> Luiz Cesar Ribeiro, Lícia Valladares, Machado da Silva, Rafael Gonçalves.



suprimido (BRUM, 2016)<sup>131</sup>, e até este momento era utilizada a estratégia de ocultá-las, não considerar sua existência. Entretanto, posteriormente, considerá-las como um problema criou bases argumentativas para a estruturação de políticas públicas remocionistas, tática utilizada até os dias atuais. Na Reforma de Pereira Passos os argumentos higienistas respaldam a supressão das habitações pobres, ação que lançou as bases para o adensamento dos principais morros da cidade, existentes até os dias de hoje, como o morro da Providência, por exemplo, Valladares (2000). A intervenção de Passos foi a primeira reforma que agiu diretamente sobre a questão habitacional, não com a intenção de promover melhorias às edificações, mas de retirá-las de áreas visíveis pelas elites. A consequência deste tratamento foi o aumento progressivo do déficit habitacional nos anos subsequentes.

Apesar de diferentes abordagens dadas pelas gestões urbanas à questão habitacional, mais precisamente às favelas, ao longo da história, alguns aspectos permaneceram inalterados, como a construção dos estigmas para respaldar políticas repressoras e excludentes, por exemplo. Discursos preconceituosos já funcionavam no início do século XX como justificativa para remoção, se apoiavam em argumentos de melhorias urbanas, sejam no tocante à saúde, à salubridade, aos riscos de desabamento, à segurança ou à preservação ambiental. Enquanto as reais intenções ligavam-se aos lucros do mercado - atualmente relacionados ao capital imobiliário e nos anos anteriores ao desenvolvimento industrial - viabilizados pelo apoio estatal. Ou seja, as alianças estabelecidas entre setores públicos, imobiliários e grandes construtoras são decisivas para a realização das principais obras urbanas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, responsáveis pela remoção de inúmeras famílias que encontraram nas favelas uma alternativa de sobrevivência. Independente dos argumentos oficiais, que foram se modificando ao longo dos anos, podemos perceber que a abordagem do tema favela, realiza-se com uma narrativa excludente e preconceituosa desde o início do século XX até os dias atuais, e antes mesmo das favelas a mesma narrativa já era direcionada aos moradores dos cortiços, que foram removidos do centro da cidade no século XIX sob o argumento de combate à insalubridade.<sup>132</sup> Os projetos dos “melhoramentos urbanos”

---

<sup>131</sup>Curso Favelas Cariocas Estigmas e combate do Século XIX ao ano 2016. Mário Brum, Rafael Gonçalves, Gizele Martin 2016.

<sup>132</sup> Maiores informações sobre o tema consultar o livro “Do Quilombo à Favela: A Produção do ‘espaço Criminalizado’ no Rio de Janeiro”, que demonstra como a violência tem relação com a estrutura fundiária

eram fundamentados na necessidade de saneamento e “aeração” da cidade, que significava abrir ruas e espaços entre as casas velhas que haviam se transformado nos cortiços ocupados por inúmeras famílias das classes mais baixas.

A favela possui, desde sua origem, estigmas a ela associados. Mais que isso, os estigmas são partes essenciais para a construção do conceito de favela, estando a ele associado de forma inexorável. Na sua própria essência, a favela é o estigma, pois aponta uma área urbana onde existem os sinais do que não deveria haver numa cidade que se queira moderna e/ou civilizada. (BRUM 2012, p. 14). A respeito das zonas marginais das grandes cidades e do pensamento da sociedade ocidental, Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 19) sustenta que mesmo após o período colonial, a tensão entre regulação e emancipação continua coexistindo com a tensão entre apropriação e violência, de forma que a universalidade da primeira não contradiz a existência da segunda. O autor também considera que as linhas abismais permanecem estruturantes do conhecimento e do direito modernos e as mesmas são constitutivas das relações políticas e culturais ocidentais, assim como das interações no sistema mundo moderno. Em suma, segundo Boaventura, “a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia de relações que separaram o velho e o novo mundo. A injustiça global está, portanto, intimamente unida à injustiça cognitiva global. A batalha por justiça social global deve, portanto, ser também uma batalha por justiça cognitiva global. Para alcançar o êxito, esta batalha requer um novo tipo de pensamento, um pensamento pós-abismal” (SOUSA SANTOS 2010, p. 19-20)

As intervenções do início do século XX deram início à consolidação da segregação territorial no Rio de Janeiro e a política habitacional adotada ao longo dos anos contribuiu para intensificar esta polarização. Nos anos 1930, com o Plano Agache a intenção de erradicar as favelas é pela primeira vez mencionada em documentos oficiais pelas instituições governamentais, posteriormente, esta prática se consolida de forma efetiva quando em 1960 o governo ditatorial lança mão de medidas arbitrárias na erradicação em massa de inúmeras favelas da cidade, consolidando uma política de segregação inigualável, responsável por remover as favelas da área central e da zona Sul e de inviabilizar a resistência e a articulação social dos favelados. Posteriormente, as

---

estabelecida desde a época da colonização, e como esta estrutura se relaciona com a falta de interesse dos governantes em modificar a situação da moradia precária.

políticas autoritárias foram respondidas com articulação dos movimentos sociais que reivindicavam a urbanização e a integração das favelas à cidade. (BRUM, 2006)

A época da redemocratização, como ficou conhecida os anos 1970 e 1980, foi um período de trégua nas remoções, caracterizado pelo desenvolvimento de uma política de atuação mais significativa dos movimentos populares, culminando em diversos avanços políticos que foram responsáveis pelas respostas dadas pelos movimentos sociais à política urbana levada a cabo nos anos 1990. A expansão da cidade para a zona Oeste nos anos 1990 possibilitou o retorno das remoções nesta área da cidade, a fim de atender os interesses do mercado imobiliário. Marcados pela introdução do planejamento estratégico a gestão urbana na ocasião é conduzida de forma autoritária apesar de nas décadas anteriores o eixo de discussão sobre habitação popular ter deixado de lado a ideologia da remoção, - preponderante na política urbana desde a gestão do Carlos Lacerda ao período militar, - inserindo o debate da integração da favela à cidade.

A gestão do prefeito César Maia lança mão da lógica empresarial para conduzir a administração pública e consolida o ideário neoliberal no planejamento urbano. Neste período, implementa-se, em 1993, o Programa Favela Bairro, que apesar de contextualizado um período de mudança de paradigma sobre a questão não estabelece a transformação social e política que poderia ter realizado, principalmente por não ter sido pautado pela participação popular nas decisões e por manter-se no plano jurídico com a mesma lógica da informalidade. A gestão do prefeito César Maia apesar de contextualizada na mudança de paradigma de remoção para urbanização retoma a política remocionista de forma “repaginada” consolidando a repressão dos movimentos sociais, tendo como consequência o acirramento dos conflitos no espaço urbano. Dentre as remoções de favelas realizadas na gestão do referido, ressalta-se a zona Oeste do Rio de Janeiro como área profundamente atingida pelas operações violentas da prefeitura, conforme será visto.

A atual condução da urbanização do Rio de Janeiro repete as mesmas práticas estatais no que diz respeito a intervenção em favelas, se recentemente observa-se a reprodução dos Grandes Projetos Urbanos, GPU's, ou megaprojetos que no contexto da realização de megaeventos internacionais são responsáveis por reorganizar o território da cidade atendendo aos interesses das classes privilegiada, tal prática não diverge do período da Reforma de Pereira Passos, que introduziu os princípios de urbanização europeus abriu as principais ruas do centro da cidade. Tanto no período de Passos quanto no período atual de realização dos megaeventos - coincidentes à gestão do prefeito Eduardo Paes (2008-2012, 2012-2016) – a prática de remoção de habitações precárias foi elemento essencial do repertório de intervenções. Tal componente que havia sido superado em um

momento histórico dado por ter sido constatado como inadequado retorna na gestão de Paes que volta a abordar as favelas como um “problema”. De acordo com Magalhães (2013), pode ser entendido como um momento de releitura da prática de remoções, uma vez que se empreendem novas estratégias e novos atores. (Ver figura 03 a 05).

Magalhães (2013) ressalta dentre as condições que possibilitaram a viabilização de uma política urbana repressora na referida gestão, a principal foi o contexto dos megaeventos que cria condições para uma gestão estratégica público-privada que facilita as grandes transformações urbanas. As políticas públicas e os programas habitacionais em curso como o Minha Casa Minha Vida<sup>133</sup> o Morar Carioca<sup>134</sup> complementaram a política de remoções. As propostas de “densadensamento” e “reassentamento” dos respectivos programas completaram e justificaram a supressão das moradias, incluindo estes dois programas no contexto de “retomada” das remoções. Os megaeventos esportivos, portanto, contribuíram para o quadro de transformação urbana que se inicia na década de 1990.

---

<sup>133</sup> Programa Habitacional em curso desde 2009, elaborado pelo Governo Federal como tentativa de amenizar o problema da habitação social e os efeitos da crise econômica federal. Tinha como proposta construir 1 milhão de moradias populares, o que nunca chegou a ser realizado. CARDOSO, Adauto Lúcio et alli. Habitação de Interesse Social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2011.

<sup>134</sup> O município do Rio, em 2009, segundo dados do Governo do Estado, possuía cerca de 1,4 milhão de moradores de comunidades carentes. No ano seguinte nasce o Programa Morar Carioca. O projeto tinha como proposta urbanizar, até 2020, todas as comunidades da cidade, a proposta incluía que os moradores recebessem título de propriedade juridicamente reconhecido para seus imóveis, eliminando o problema da posse oficial da moradia. Segundo dados da prefeitura, de 2010 a junho de 2016, o Morar Carioca interveio em 122 mil domicílios de 226 comunidades e loteamentos da cidade. Dados em <http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>, acessado em Dezembro de 2016. Entretanto, sua efetivação, ao contrário do proposto, contribuiu para efetivação da política de remoção.

### **3.3. Breve histórico da expansão urbana do Rio de Janeiro sob a perspectiva das remoções e da luta social**

#### **3.3.1. Os ideais europeus de modernização**

Esta parte da pesquisa busca descrever o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro desde a perspectiva da questão da habitação popular, assim como da luta dos moradores de favelas pelo direito à moradia. Além da descrição das políticas públicas ao longo da história e da articulação dos movimentos populares, também serão abordados aspectos relacionados às questões ideológicas e teóricas que permeiam o imaginário da população branca e da classe médias em relação à favela e seus moradores. As considerações apresentadas buscam demonstrar que a origem dos estigmas construídos em relação ao favelado está na sustentação da ideia de separação, da existência de margens, da presença de uma fronteira social entre as populações de classe média/alta e a população pobre, cuja ordenação territorial - tanto do Rio de Janeiro como de outras cidades - reproduz a separação das classes fruto das relações de exploração. No Brasil devido a razões históricas, esta diferença está marcada pela cor da pele. Esta “lógica colonialista” (Boaventura de Sousa Santos, 2016) pode ser observada, por exemplo, na manutenção de um padrão de planejamento urbano que acentua a desigualdade.

O processo de formação das favelas é diretamente relacionado à construção da ideia de ilegalidade, desde o século XIX a “ideia” de favela já possui marcas e estigmas que correlacionam as políticas estatais com a construção de uma narrativa de marginalidade. A classe dominante da segunda metade do século XIX era profundamente influenciada pelas ideologias europeias, principalmente França e Inglaterra, que se apoiavam em teorias higienistas e de segurança pública para se referir às classes populares. Este discurso serviu de base à construção das políticas públicas brasileiras relacionadas à habitação popular no início do século XX, que foram postas em prática com a Reforma Passos, responsável pela remoção em massa dos cortiços existentes nas áreas centrais e, posteriormente, pelo combate às primeiras favelas consolidadas nas primeiras décadas daquele século.

As reformas urbanas orientadas pela teoria sanitária já eram praticadas na Europa. A França no século XVIII havia realizado reformas urbanas racionalistas cuja justificativa culpabilizava as classes baixas pela propagação de doenças, e privilegiava o interesse do mercado capitalista na realização das intervenções urbanas. (CHALHOUB, 2001). No caso brasileiro não era diferente, a Reforma Passos no início do século XX foi um episódio marcante de consolidação de interesses da elite carioca, que queria combater o

crescimento das habitações coletivas da população pobre: os cortiços. Tanto no Brasil quanto em Londres, Paris, Berlim e Nova Iorque a situação da moradia da classe trabalhadora era precária e a questão da higiene perpassava as ações opressivas do Estado, no sentido de eliminação destas habitações, justificadas pelo discurso estigmatizado. Os bairros operários eram tratados como locais de criminalidade, promiscuidade e insalubridade e representavam uma ameaça à soberania de classe. (Ver figuras 06 a 07).

Conforme Hall (1995) as políticas remocionistas também tinham o objetivo de precaver-se de uma possível revolta popular, em Londres, a acumulação capitalista era diretamente proporcional ao aumento da miséria da população trabalhadora, e esta situação deixava as elites temerosas de uma possível revolta, que embora não tenha chegado a se efetivar gerou um clima de tensão entre as classes. Este mesmo clima é observado nos anos posteriores – e até os dias atuais - no Brasil, havendo momentos mais tensos ou menos tensos de acordo com o cenário político nacional.

No século XIX os ideais de modernização já pautavam a condução das obras urbanas brasileiras, sendo possível identificar a articulação dos interesses imobiliários com agentes políticos por traz de grandes reformas que envolviam remoção de habitações. Por exemplo, na década de 1880, algumas propostas de casas higiênicas em substituição aos cortiços eram encaminhadas por empresas privadas ao governo municipal. Em 1890, o engenheiro Carlos Sampaio foi responsável pela obra de prolongamento da Rua de Santana e pela abertura de um túnel no morro da Providência (atual túnel João Ricardo), a realização resultou de um acordo entre o engenheiro Carlos Sampaio e a Intendência Municipal e culminou na demolição de um grande cortiço, o “Cabeça de Porco”. (VAZ, 1986).

Na época os serviços de higiene cobravam obras no cortiço, que tinham as licenças negadas pela Intendência Municipal, posteriormente o caso foi encerrado pela sua ordem de demolição. Apesar das reivindicações dos moradores pela permanência do conjunto, o prefeito Barata Ribeiro, em 1893, baixou um decreto para o início de operação de combate aos cortiços, que envolviam soldados e agentes de saúde, policiais e delegados, para a execução da demolição<sup>135</sup>. O cabeça de Porco era o maior cortiço e

---

<sup>135</sup> VAZ, Lilian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. In: Revista Rio de Janeiro, Niterói, vol.1, n° 2, jan./abr. 1986, pgs. 29/35.

mais conhecido do Rio Antigo, situado à Rua Barão de São Félix, no pé do Morro da Providência próximo à Estação da Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil), abrigava inúmeros trabalhadores. Estima-se que sua demolição tenha ocasionado o início da ocupação do chamado Morro da Favela, o atual Morro da Providência, desencadeando o início da favelização no país (Vaz, 1986). Não se pode precisar exatamente o surgimento das favelas no Rio de Janeiro, justamente porque a moradia precária é parte da composição colonial que estrutura a própria sociedade brasileira; desde o início da urbanização já existia a separação marcada das classes sociais, e por conseguinte o reflexo desta estrutura no território nas diferentes formas habitacionais. Entretanto, o Morro da Favela<sup>136</sup> e o Morro de Santo Antônio são os primeiros registros do surgimento das favelas na cidade (Valladares, 2005).

Associa-se à ocupação do Morro da Providência à demolição do cortiço Cabeça de Porco<sup>137</sup>. Dentre outros fatores, a demolição deste cortiço demonstra não só a indiferença do Estado perante a situação de seus moradores, mas também o autoritarismo da gestão urbana na condução das reformas da cidade: sob argumento da construção de um túnel, inúmeras famílias foram despejadas, e o túnel só foi concluído trinta anos depois durante a gestão do prefeito Carlos Sampaio. Sampaio tinha interesses imobiliários e os laços entre os setores imobiliários e a gestão pública eram estreitos na época. Os donos de terrenos e prédios demolidos para a realização da obra recorreram ao governo municipal e ao Supremo Tribunal Federal e receberam indenizações, algumas foram pagas doze anos depois e o valor recebido era mais caro que os terrenos situados à margem da nova Avenida criada, a Avenida Central, inaugurada naquele ano. (Galiza, Vaz, Silva, 2014). O exemplo demonstra os acordos entre investidores imobiliários e o Estado.

---

<sup>136</sup> Entretanto, segundo Valladares (2005) há um consenso a respeito do Morro da Favela, atual morro da Providência, como sendo a primeira favela carioca, ocupado pelos soldados que lutaram em Canudos em 1897, mas existem registros de habitações semelhantes à favela coexistindo com os cortiços cariocas já na segunda metade do século XIX, como por exemplo, o Morro de Santo Antônio, que estima-se ter sido ocupado por ocasião da Revolta da Armada em 1893 e foi desmontado na década de cinquenta para abertura do atual Largo da Carioca.

<sup>137</sup> No cortiço Cabeça de Porco moravam os soldados que lutaram na guerra de Canudos, após o despejo do cortiço estes soldados buscaram formas de habitação barata no morro da Providência situado nas costas do cortiço.

### 3.3.2. As articulações históricas entre o setor imobiliário, a administração pública e grandes eventos

Tais constatações históricas trazem ao debate algumas reflexões que dão subsídios a maior compreensão dos problemas urbanos atuais, uma delas é a constatação de que a origem das articulações entre o setor imobiliário e a administração pública ocorre desde o início da formação da cidade, outra que a falta de seriedade na busca de uma solução adequada ao problema da moradia, por parte do poder público, foi responsável pelo agravamento gradativo da situação habitacional ao longo dos anos. Também se evidencia a relação entre demolição dos cortiços, iniciadas no século XIX, com a consolidação das favelas na mesma época e no decorrer dos séculos posteriores. Outro aspecto a ser considerado na condução da política urbana carioca é a relação dos desmontes dos morros com a execução de grandes obras e a realização de grandes eventos. Na referida época o Rio de Janeiro teve sua expansão possibilitada pelo desmonte de diversos morros, uma vez que o relevo acidentado e os pequenos charcos e lagoas dificultavam sua ocupação, a eliminação do Morro do Senado no século XIX possibilitou a realização de grandes aterros, fato repetido no século XX com os morros do Castelo, de Santo Antônio, entre outros. Entretanto, estes dois últimos, ao serem demolidos já eram ocupados por casas precárias; e suas referidas demolições culminaram na venda de terrenos que adquiriram valor imobiliário por estarem próximos a principal avenida da cidade, a Avenida Central. Tal fato atendeu as expectativas do mercado imobiliário e também contribuiu para o aumento do déficit habitacional, fórmula que se repete na atualidade.<sup>138</sup>

Decreto n° 1.187 de 4 de junho de 1853, que determinava a aplicação do Decreto n°353 de 10 de julho de 1845 sobre o desmonte do Morro de Santo Antônio:

“Contento outrossim que várias ruas se projectão no mencionado morro de Santo Antônio, e nellas edificações de prédios que sem dúvida augmentarão excepcionalmente

---

<sup>138</sup> Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - Código: 46-3-48. Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.



o custo do útil senão necessário desmoronamento; tornando-se a edificação da cidade por esta forma não só mais defeituosa, como ameaçadora a sua população com construções pouco sólidas, pondo em risco, por ocasião das grandes chuvas, a segurança dos habitantes de taes prédios, e causando grave inconveniente aos que habitam nos terrenos contíguos”<sup>139</sup>

Na gestão de Carlos Sampaio (1920-1922), grandes intervenções urbanas pretendiam concluir obras para a preparação da Exposição de Comemoração do Centenário da Independência, área situada na explanada criada a partir do desmonte do Morro do Castelo. Os grandes eventos no início do século XX já funcionavam como alavanca para a consolidação de interesses imobiliários no espaço urbano. As primeiras décadas do século XX intensificam ainda mais o desenho capitalista da cidade, a tônica da expansão urbana dada pelos interesses dos setores dominantes, embora ainda ligados à produção agrícola de café, encarregaram-se de reconfigurar a cidade conforme as diretrizes da modernização, cuja Reforma Passos apresenta-se como ferramenta de consolidação deste ideário. As elites brasileiras, espelhadas nas teorias européias de modernização, argumentavam sobre a necessidade de combater epidemias considerando a supressão de habitações precárias como forma de viabilizar o que era chamado de “higienização”.

Foi em 1902 com a posse de Rodrigues Alves na presidência do país que o engenheiro Francisco Pereira Passos é nomeado como prefeito do Distrito Federal e recebe a missão de sanear o porto e embelezar a cidade; inúmeras obras foram realizadas: prolongamento de ruas, construção do novo porto, despejo de cortiços, abertura da Avenida Central, atual Rio Branco, que cortou o tecido urbano, transformando consideravelmente as características do centro. Dentre as conseqüências do embelezamento da capital estavam a valorização imobiliária e a demolição de 1700 edificações, desalojando aproximadamente 20 mil pessoas (CHALHOUB, 2001).

---

<sup>139</sup> Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - Código: 46-3-48. Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.

Apesar da maioria dos cortiços terem sido derrubados durante a Reforma Passos, a ideologia de combate às habitações precárias não foi substituída, e posteriormente foram adaptadas para formular políticas de remoção de favelas que se consolidavam na cidade. A Reforma Passos, neste sentido, apresenta-se como um paradoxo, ao mesmo tempo em que pretende “combater” as habitações precárias desencadeia a formação das favelas por demolir residências populares sem dar destino aos desabrigados.

A semelhança com a condução da gestão urbana atual não é coincidência, no início do século passado foram criadas as bases para a solidificação do desenvolvimento urbano polarizado que existe hoje, assistia-se à multiplicação das moradias precárias, à expansão da cidade para o subúrbio e a indústria de bondes como elemento determinante da expansão territorial, conduzindo a migração das elites da região central para os bairros da Zona Sul, também se observava a aglomeração de habitações precárias nas áreas de encostas (ABREU, 2008). A forma de intervir na cidade determinada pelos interesses do capital foi mantida, a Reforma Passos e a destruição dos cortiços por ela levada a cabo, pode ser entendida como ferramenta para a consolidação do capitalismo na cidade, por materializar uma transformação urbana segundo interesses das elites diante de uma estrutura estatal repressiva e impeditiva de qualquer possibilidade para as classes baixas de acesso às decisões. Ressalta-se ainda que a instauração da República partir de 1889 não alterou a estrutura estatal erguida durante o império, o que demonstra que a produção socioespacial no século XIX configurava uma cidade que reproduzia a sociedade de classes, de base escravista, mantenedora dos privilégios.

### **3.3.3. A “gênese” da favela**

A condução urbana levada a cabo pela Reforma Passos carrega a “gênese da favela”, responsável por determinar até os dias atuais a estrutura da habitação social do Rio de Janeiro marcada pelo inchaço dos morros da cidade (Abreu, 1997). Tal reforma não só não resolveu a questão da moradia precária no Brasil como tornou-se um agravante da mesma ao desencadear uma situação de proporções muito maiores, por provocar o primeiro momento de remanejamento de massas para locais ainda mais periféricos, em condições ainda mais precárias. Vinte anos mais tarde Carlos Sampaio (1920-1922) realiza grandes intervenções urbanas que podem ser entendidas como complementação à Reforma Passos, sua intenção era concluir as obras para a preparação da Exposição de Comemoração do Centenário da Independência, dentre as intervenções por ele realizadas destaca-se o desmonte do Morro do Castelo. (Ver figura 08).

Além da remoção de grande número de pessoas e da valorização imobiliária ocasionada pelo desmonte deste morro, a grande Exposição Internacional para comemoração do 1º Centenário da Independência do Brasil, realizada na explanada criada a partir desta intervenção, não difere dos grandes eventos da atualidade. Dentre as semelhanças ressalta-se o tempo de realização, a demolição do morro ocorreu em tempo recorde, tal como ocorreram com as obras para os grandes eventos contemporâneos; ressalta-se a forma como se estabeleceram os acordos, na ocasião sucederam acusações de corrupção<sup>140</sup> - tal como ocorreu nas Olimpíadas 2016 no Rio de Janeiro, conforme Medeiros (2016). “Em meio a polêmicas sobre envolvimento com concessionários e empresários, acusações de corrupção e negociatas, a demolição do Morro do Castelo foi realizada em tempo recorde, dando origem à vasta esplanada em que se realizou o grande evento” (GALIZA, VAZ e SILVA, 2014, p.7). A resultante das obras de desmonte do morro do Castelo foi também o despejo de aproximadamente 4.200<sup>141</sup> pessoas, que trataram de buscar opções de moradia barata na cidade, fato que evidencia a relação entre remoções de habitações de baixa renda, reformas urbanas, grandes eventos, interesses imobiliários e acentuação do déficit habitacional.

Até este momento o poder público não considerava o crescimento das favelas como uma questão a ser tratada, a estratégia adotada era a da invisibilização, as medidas tomadas por Passos concentraram-se em retirar os pobres do centro urbano sem providenciar sua realocação, tal fato tornou o déficit habitacional um problema ainda mais grave da República, e acentuou a situação da precariedade de moradia no início da consolidação da cidade; embora sua ação tenha sido direcionada aos cortiços, a necessidade de pensar a questão habitacional não era mencionada nas esferas do planejamento da cidade.

Silva (2005) reforça a arbitrariedade presente nas determinações e no tratamento de moradores de cortiços e favelas desde o século XIX, cujas decisões de remoção eram estabelecidas sem nenhuma discussão nem consulta popular. Da década de 1930 até o final da década de 1950 não foi diferente, a forma mais frequente eram os despejos coletivos encaminhados judicialmente por proprietários interessados na venda de suas terras - ocupadas - às grandes incorporadores, como ocorreu na favela da Mangueira em 1938 e no Jacarezinho em 1940. Mesmo sendo favelas bem consolidadas, os moradores

---

<sup>140</sup> (GALIZA, VAZ e SILVA, 2014, p.7)

<sup>141</sup> Idem

da Mangueira e do Jacarezinho foram despejados. Entre 1932- 1934 o Morro de São Carlos também sofreu tentativa de despejo coletivo, entretanto, neste caso os 500 moradores do morro obtiveram êxito na luta judicial pela posse, representando uma vitória da articulação popular (SILVA, 2005).

No início do século XX o estado centrava-se na expansão de áreas nobres e embelezamento das áreas existentes, até o momento a palavra favela não era mencionada, a questão habitacional só foi abordada explicitamente no Plano Agache, concluído em 1930, (Gonçalves, 2013). O plano do urbanista Francês, Alfred Agache, contratado pelo prefeito Prado Júnior, constitui o primeiro plano diretor do Rio de Janeiro e marca uma mudança de paradigma na forma de intervenção urbana ao incorporar a ideia de plano. De acordo com Gonçalves (2013) era a primeira vez que um plano mencionava a existência de favelas, entretanto, ressaltava a intenção de não incluí-las no modelo de ordem urbana por ele proposto:

"Relativamente às casas da 'Favella', que não são numeradas e estão situadas em vias não classificadas, esse conjunto será sempre considerado insalubre (...)." Artigo 2º do Título 1 do anexo do projeto de Leis Sociais do Plano Agache, em Gonçalves (2016)<sup>142</sup>

Segundo Gonçalves (2016) o Plano Agache previa separação de funções e usos, assim como de classes sociais no espaço, neste aspecto a favela era tratada como um elemento homogêneo que demandava a implementação de uma política específica. Apesar da pretensão evidenciada de fazer desaparecer a favela da paisagem urbana do Rio de Janeiro, com suas devidas conseqüências para a questão habitacional, o plano representou um avanço no debate da habitação, por trazer a abordagem da favela para as esferas do planejamento urbano. O Plano Agache não foi implementado devido o início do governo Vargas, - que modificou o cenário político do país, consolidando o autoritarismo com o Estado Novo - mas deu subsídios para elaboração, em 1937, da primeira legislação para construção de habitações que abrangia o tema: o Código de

---

<sup>142</sup> Conteúdo elaborado por Rafael Gonçalves, integrado ao Material do curso "Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro"; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippsen 'o favelado' e Ana Claudino.

Obras da cidade (Lei 6000/1937)<sup>143</sup>. Embora fosse o primeiro instrumento legal que reconhecia a existência de favelas, proibia a realização de obras de melhoria em habitações de favela, tornando as casas cada vez mais precárias; a estratégia por ele adotada era a mesma utilizada contra os cortiços na década de 1890. Além disto, o código de obras propunha a remoção das favelas e a realocação dos moradores para os parques proletários, deixando explícito o esforço do estado em reforçar, historicamente, o aspecto provisório da favela e da habitação popular, estratégia já existente desde o início do século que possui implicações responsáveis por acentuar a precariedade das habitações.

#### Código de Obras de 1937

“Artigo 349 : A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitido.

§ 1º - Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.

§ 2º - A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e a execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que fôr realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas.

§ 3º - Verificada pelas Delegacias Fiscais ou pela Diretoria de Engenharia, a infração ao presente artigo, deverá o fato ser levado com urgência ao conhecimento da Diretoria de Engenharia que, depois de obtida a necessária autorização do Secretário Geral de Viação e Obras Públicas, mandará proceder à demolição sumária, independentemente de intimação e apenas mediante aviso dado com 24 horas de antecedência.

§ 4º - A demolição será precedida de despejo, quando necessário, feito também sumariamente, requisitando-se, se conveniente, o auxílio da força pública.

---

<sup>143</sup> Este código permaneceu em vigor até a promulgação do novo código na década de 1970.

§ 5º - Tratando-se de favela formada ou construída em terreno de propriedade particular, será o respectivo proprietário passível, pela infração das disposições do presente artigo e seu §1º, da aplicação de multa correspondente à execução de obra sem licença e com desrespeito ao zoneamento.

§ 6º - A multa estabelecida pelo § 5º será aplicada em relação a cada casebre construído ou a cada casebre em que for executada qualquer obra, independente da demolição sumária, cujas despesas serão cobradas do proprietário do terreno, administrativa ou executivamente, sendo neste último caso acrescidas de 20%.

§ 7º - Quando a Prefeitura verificar que existe exploração de favela pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo, as multas serão aplicadas em dobro, observado o que prescreve o §4º do artigo 348, no caso de ultrapassar, o montante da multa a ser aplicada, da importância de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00).

§ 8º - A construção ou armação de casebres destinados à habitação, nos terrenos, pateos ou quintais dos prédios, fica sujeita às disposições deste artigo.

§ 9º - A Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do Capítulo deste Decreto para a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo”.<sup>144</sup>

Tal caráter de provisoriedade, forjado pelo estado, se contrapõe, posteriormente à era de "consolidação das favelas" nas décadas de 1970, 80 e, em parte, de 90.

### **3.3.4. A “Era Vargas” e o início da política de intervenção em favelas**

A “Era Vargas” apesar de ser assinalada pelo início de um período de intervenção em favelas e pela consolidação de uma política de comunicação direta com a população favelada, estabelecida através de jornais e rádios, a estratégia do estado era populista.

---

<sup>144</sup> Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.

Vargas associava o direito à moradia, nos parques proletários, ao vínculo trabalhista e ao pertencimento a uma família estruturada, e desta forma vinculava a questão da moral ao direito de moradia nos conjuntos habitacionais, agregando estigmas ao morador de favela e construindo nos moradores o desejo de deixar de ser um favelado. Um exemplo da difusão desta mentalidade é o livro “*Antropologia de la pobreza: cinco famílias*” de Oscar Lewis, onde apresenta sua teoria da “Cultura da Pobreza” e desenvolve um “método” para o morador de periferia “aprender” a se integrar à sociedade urbana de modo correto.<sup>145</sup>

“Era preciso tirar as pessoas daquela realidade. (...) não é a favela que tem que ser urbanizada. Quem tem que ser urbanizado é o favelado. Uma das condições para um favelado se urbanizar, para se desfavelizar, é sair daquela paisagem e daquele entorno. (...) Se ele sai daquele fim de mundo, sem água, sem luz, sem nada, ele vai querer mudar. Vai querer se incorporar ao progresso.” Sandra Cavalcanti<sup>146</sup>. (Ver figura 09).

O entendimento de remoção como “solução” desde o século XIX permanece como cenário ideológico das autoridades no período da ditadura militar, a violência, neste período, era utilizada para forçar a população de classe mais baixa a sair de suas casas. Segundo Amoroso (2012), as remoções foram bastante intensificadas entre a década de 1930 e final da década de 1950 e encaminhadas em canais jurídicos-legais. Em 1940 surgem as primeiras instituições públicas de intervenção social, e inúmeros serviços e atores são criados, como a Legião Brasileira de Assistência, a Fundação Lar Operário Fluminense, a Comissão para a Organização de Plano para a Construção de Casas populares, é criada também a Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, atualmente a faculdade de serviço social da UERJ. Estas medidas são condizentes com a relação paternalista proposta pelo estado na ocasião (AMOROSO, 2012).

---

<sup>145</sup> Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippsen ‘o favelado’ e Ana Claudino.

<sup>146</sup> Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippsen ‘o favelado’ e Ana Claudino.

Na mesma época a crise habitacional acarretou o congelamento dos aluguéis, a medida pretendia reduzir o custo de vida, mas por outro lado agravou a crise, por multiplicar os despejos que significava adensamento das favelas na década de 1940, que só aumentava. O crescimento das favelas, por sua vez, levava ao aumento das pressões por uma intervenção estatal, culminando na remoção de favelas e na construção de parques proletários, transferindo os moradores de favelas para as habitações construídas na Gávea, no Caju e no Leblon, conjuntos que seriam, a princípio, provisórios. (AMOROSO, 2012). (Ver figuras 10 e 11).

A política dos parques proletários não atingiu sua proposta de funcionar como moradias temporárias e, tornaram-se posteriormente favelas que também sofreram ameaça de remoção. A política remocionista leva à articulação para criação das primeiras associações de moradores de favelas da cidade organizadas para resistir à remoção. Em 1945 surgem as associações de moradores dos morros Pavão e Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia, marcando o início da organização política dos moradores de favelas que não se encontram na região central<sup>147</sup>.

A urbanização crescente aumentava a demanda por moradia, evidenciando a questão habitacional cada vez mais nos debates políticos da década de 40 em diante. No período da redemocratização, principalmente após 1945, o debate sobre as favelas tomou proporção nacional, tendo como um dos fatores desencadeadores do tema a projeção dos artigos “Batalha do Rio de Janeiro”<sup>148</sup>, artigos publicados por Lacerda no Correio da Manhã em 1948 que frisava a importância da favela ser encarada como um problema nacional para além dos aspectos da salubridade, e da importância da organização de seus moradores (AMOROSO, 2012).

Algumas instituições relacionadas à habitação foram criadas neste contexto, a FCP, Fundação da Casa Popular tinha objetivos de tratar da questão habitacional, embora não tenha caminhado adiante, principalmente por falta de recursos, a Casa Popular tinha uma proposta essencialmente clientelista. Com proposta semelhante a igreja católica criou a Fundação Leão XVIII e a Cruzada São Sebastião para atuar diretamente nas favelas do Rio de Janeiro. Entretanto, estas instituições também pretendiam combater a

---

<sup>147</sup> O relato sobre a resistência das favelas no referido período foi extraído de (AMOROSO, 2012).

<sup>148</sup> Foram 33 artigos publicados em 1948, dos quais muitos foram escritos por Carlos Lacerda debatendo a necessidade de “dar solução” ao problema das favelas (AMOROSO, 2012).



influência crescente do partido comunista na década de 1945 em diante, agindo na educação moral dos moradores de favela.

### **3.3.5. A organização dos moradores de favelas, o crescimento do partido comunista e a reação das instituições católicas.**

O Estado Novo termina em 1945, o rearranjo político que se estabelece possibilita a reorganização dos movimentos sociais, o partido comunista consegue posição notável nas eleições de 1945 e 1947 nas cidades de Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, causando preocupação dos conservadores. Neste momento as favelas já eram pauta significativa no debate político. A crescente politização dos moradores de favelas levava as instituições do estado a reforçar os aspectos da ilegalidade do favelado e a tomar iniciativas de educação moral das massas a partir da demanda habitacional<sup>149</sup>. (AMOROSO, 2012).

Segundo Amoroso (2012), o censo das Favelas organizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1948, e o censo do IBGE de 1950, comprovavam a relevância que o tema da habitação popular tinha adquirido para o poder público e tinham por objetivo conhecer a realidade para apresentar uma possível solução para a questão da moradia. Cabe ressaltar, sobre a década de 1940, a emergência da favela enquanto ator político e característica da atuação do estado frente esta classe, que permanece com políticas populistas e com discursos sobre a ilegalidade. Um exemplo destas articulações foi a criação da União dos Trabalhadores Favelados do Borel, UTF, na Tijuca, que organizaram-se na luta contra a remoção por questões ligadas à especulação imobiliária. A organização dos trabalhadores favelados foi auxiliada por um membro do Partido Comunista, entretanto, na maioria das vezes, a pauta do partido não se alinhava à luta dos moradores de favela, por outro lado os discursos pejorativos de uma forma geral eram produzidos por partidos progressistas e conservadores, a luta contra a remoção não era necessariamente relacionada aos meios de produção ou a realização de uma reforma estrutural. A UTF foi a primeira organização supralocal, com objetivos ligados a diversas causas, como reforma agrária, aposentadoria, salário mínimo e outras, e

---

<sup>149</sup> A organização da resistência das favelas no referido período apresentadas neste capítulo referem-se à pesquisa de Amoroso (2012).

agregou moradores de diversas favelas, entretanto foi fechada em 1957, com acusações de subversão (AMOROSO, 2012). (Ver figuras 12 a 14).

Por sua vez, as ameaças de remoções exigiam maior organização e atuação dos moradores de favela que no início dos anos 1950 encontravam-se em momento de intensa participação política marcada pela aproximação com setores progressistas ligados à igreja católica e também ao partido comunista, que atraía a classe trabalhadora. Apesar de não existir um programa específico de remoção em massa, ações judiciais isoladas, como ocorreu com o desmonte do Morro de Santo Antônio acarretavam articulações das associações de moradores de favelas. Na ocasião 750 mil pessoas viviam em favelas no Rio de Janeiro, correspondendo a 25% da população carioca. Como visto, de 1946 até 1960 o Estado havia tomado diversas providências na tentativa de reverter o quadro de expansão das favelas, desde a construção de parques proletários com a criação de diversas instituições, dentre elas a Fundação da Casa Popular; Fundação Leão XIII; comissões da prefeitura do Distrito Federal e do governo federal; o Serviço de Recuperação de Favelas; a Cruzada São Sebastião; e o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas) (AMOROSO, 2012).

Em 1956 é publicada a Lei de Favelas (Lei 2857) com o objetivo de amenizar a crise habitacional que autorizava o governo à subvencionar organizações que atuavam em favelas, esta lei atrelou a remoção à construção de novas moradias e proibiu por dois anos a realização de despejos, tais medidas amenizaram a situação do morador de favela.

“Lei das Favelas, 1956. Art. 5º Durante o prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação desta lei, não será executado nenhum despejo contra moradores de favelas situadas no Distrito Federal.

Art. 6º É assegurada aos atuais moradores de favelas a permanência nas suas habitações, no caso de não serem beneficiados com as casas construídas com os créditos especiais de que trata a presente lei.”

Entretanto, a trégua durou pouco e o retorno das ameaças de remoção levam os moradores de favelas a assumirem uma postura mais resistente em relação às políticas públicas. A atuação política dos favelados não reverteu o tratamento da imprensa, que permanecia abordando a favela sobre a perspectiva da ilegalidade; mas modificou a abordagem das pesquisas científicas que antes estavam relacionadas às áreas da engenharia e da medicina, e a partir dos anos 1960 expandiram-se para as áreas de

arquitetura e urbanismo e ciências sociais, contribuindo para a desconstrução dos estereótipos. Ressalta-se, neste contexto, o relatório SAGMACS, Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, criado em 1947 em São Paulo, que apresenta resultados diferentes de estudos anteriores sobre favelas, até este relatório a imagem da favela era tida como um ambiente completamente desorganizado. O Relatório SAGMACS aprofunda questões políticas da favela a partir de pesquisas de campo, e é parte do movimento Economia e Humanismo que influenciou as ações de militantes católicos nas favelas cariocas<sup>150</sup>. As ideias representam os setores da igreja vinculados ao movimento humanista, fato importante para o destaque do tema favela no universo das ciências sociais e para os estudos relacionados à questão urbana. O relatório publica no jornal a análise mais precisa, realizada até aquele momento, sobre a situação de moradia dos favelados (AMOROSO, 2012). A partir desta publicação as demais pesquisas realizadas nas décadas posteriores sobre favelas nos anos 1960 e 1970 passam a ter mais profundidade política e a analisar de forma mais detalhada a favela e suas complexidades; modifica-se, portanto, o consenso anterior que tratava a favela de forma homogênea.

Se os anos 1950 por um lado significaram um avanço nas questões científicas sobre favela, este mesmo progresso intelectual não foi visto nas políticas públicas que realizou mais remoções que em todos os governos anteriores, o número de pessoas removidas chegou a aproximadamente 150 mil, principalmente da Zona Sul, - em função da forte pressão imobiliária na área associada à promoção de infraestrutura e a ação do Estado.

No governo seguinte, Carlos Lacerda (1961-1965) implementou a política de remoções de forma intensiva, milhares de pessoas foram removidas para conjuntos habitacionais na Zona Oeste da cidade, principalmente. A mobilização popular foi intensa, a experiência adquirida com a União dos Trabalhadores Favelados, UTF, na década de

---

<sup>150</sup> A aproximação da igreja com questões sociais se iniciou em 1891 com a publicação da encíclica *rerum nivarum* pelo Papa Leão XIII. A aproximação da igreja das causas sociais não se limitava ao combate do comunismo, mas previa a própria redefinição do papel da igreja em relação aos pobres. Levado a cabo pelo frei Domiciano Luis-Joseph Lebet, apresentava-se como uma alternativa ao capitalismo e ao socialismo. (GONÇALVES, SIMÕES E FREIRE, 2010)

1950 culminou na criação da Federação de Favelas do Estado da Guanabara, FAFEG, em 1963. O lema da época era “Urbanização Sim, Remoção Não” (SANTOS, 1981).

Em 1961 Arthur Rios foi convidado por Lacerda a assumir a Coordenação de Serviços Sociais, que incorporou as funções da SERFHA e tinha as ideologias do Padre Lebrez como lema, incorporando também práticas da Escola de Serviços Sociais. O Programa de recuperação social e econômica dos favelados da Guanabara propunha melhoramentos urbanos desde intervenções em vias, infraestrutura até construção de escolas e casas, que foram realizadas pela Operação Mutirão, a mão-de-obra era fornecida pela comunidade e a construção e consultoria técnica pelo Estado. Esta operação é alvo de opiniões contraditórias, se por um lado possui um ideário democratizador por fomentar a participação, por outro representa a subordinação dos moradores às ações do estado, contribuindo para uma política partidária e pela cooptação. Outro aspecto é o papel das associações de moradores que na ocasião fica reduzido à interlocução do Estado com a população. (AMOROSO, 2012). No caso da Coordenação de Serviços Sociais prevalecia o controle que esta exercia sobre as atividades das associações através de um termo de compromisso entre ambas que pressupunha o reconhecimento da associação pelo Estado. Entretanto, este acordo não limitava que a FAGFEG tivesse pautas mais amplas, o que faz emergir uma polêmica a respeito da atuação da Coordenação de Serviços Gerais. (OLIVEIRA, 1988). (Ver figura 15).

Em 1962 a coordenação é fechada e a política de intervenção em favelas é substancialmente alterada iniciando uma fase remocionista por dez anos, até 1973, cujos principais atores foram a COHAB-GB, a Secretaria de Serviços Sociais e a Fundação Leão XIII. O Plano de urbanização do governo Lacerda foi apresentado às associações de favelas da Guanabara e previa a construção de 2.250 casas populares sendo executadas pela Fundação Leão XIII. Após o plano, Lacerda criou a COHAB-GB para solucionar a questão da habitação no Rio de Janeiro, a função da COHAB era adquirir terrenos que abrigariam os moradores removidos das áreas valorizadas, como a zona Sul e áreas industriais, a instituição também executaria urbanização de áreas que não seriam removidas. Em 1963 foi criada a Secretaria de Serviços Sociais para tratar das questões particulares às remoções. (OAKIM, 2014).

Em 1963, a partir desta estruturação, inicia-se a erradicação de favelas e a remoção de indivíduos para os conjuntos construídos nos subúrbios. O contexto político do momento era conflituoso dentre pressões do mercado imobiliário e disputas no cenário político, a transferência do Distrito Federal para Brasília e a criação do Estado da Guanabara se relacionava com a disputa entre os partidos PSD<sup>151</sup> e a UDN<sup>152</sup>, personificadas em Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek. Embora a transição do Distrito Federal, o Rio de Janeiro permanecia como capital efetiva e a disputa pelo espaço político carioca equiparava-se a disputa pelo espaço político brasileiro. Diante deste quadro a resolução da questão habitacional tomava proporções maiores, primeiro porque seria um modelo a ser utilizado nas demais cidades brasileiras, e em segundo porque a evidência da miséria expressa nas ruas ameaçava a imagem da cidade. Entretanto também era necessário reduzir a expressividade dos atores políticos populares, intenção da UDN, partido da elite. (Ver figura 16).

Com a realização do projeto político de Carlos Lacerda a política de favelas da Guanabara foi profundamente modificada. Cabe ressaltar o contraste entre os projetos políticos de Lacerda do início de sua gestão e do período entre a metade e o fim de seu mandato, no que diz respeito ao problema favela e à questão habitacional. Se no início da década de 1960, Lacerda previa melhoramentos urbanísticos nas favelas com o auxílio de Arthur Rios<sup>153</sup>, posteriormente o que ocorre é uma política excludente de erradicação intensa das favelas. Essa mudança se explica em parte pela conjuntura internacional, já que, em plena guerra fria os Estados Unidos tentavam estreitar laços

---

<sup>151</sup> Partido Social Democrático (PSD) foi um partido político brasileiro, fundado em 17 de julho de 1945 e extinto pela ditadura militar, pelo Ato Institucional Número Dois (AI-2), em 27 de outubro de 1965.

<sup>152</sup> União Democrática Nacional (UDN), antigetulista.

<sup>153</sup> José Arthur Rios é figura importante na luta pela urbanização de favelas no Rio de Janeiro, foi responsável por implantar um vasto programa de urbanização de favelas que funcionava com mutirões e autoconstrução. Por meio deste programa foram reabilitadas várias favelas com custo reduzido para os poderes públicos, que ficavam encarregados de pagar o material. Através desta experiência consolida-se o conceito de que as favelas podiam ser urbanizadas ao invés de removidas. Através da atuação de Rios tornou-se possível também a criação de associação de moradores de favelas e o desenho de um sistema que buscava a garantia política e jurídica do trabalho de renovação de favelas. Entretanto, as associações tinham que submeterem-se à coordenação do Projeto Mutirão, que era vinculado ao estado, levando com isso a adoção de uma postura híbrida das associações, que em determinados momentos representavam os moradores e em outros momentos estavam vinculadas ao estado, tornando-se uma extensão da sua atuação. Esta postura teve implicações negativas na luta das periferias num momento posterior. (AMOROSO, 2012).

com seus "vizinhos" com claros objetivos de influenciar as políticas internas dos países das Américas, como o Brasil. O medo da ameaça comunista já era intenso internamente, sendo o estímulo americano apenas mais um fator para levar a cabo uma política de erradicação dos lugares os quais cresciam a ideologia comunista. A troca de Arthur Rios por Sandra Cavalcanti é um marco de transição de uma política de melhoramentos para uma política de erradicação de favelas (OAKIM, 2014).

Além da influência política externa na questão da habitação popular existia na ocasião a relação da questão com o reordenamento industrial que se pensava para o Rio de Janeiro. A ideia era transferir as indústrias das áreas centrais para as periferias e para a baixada, o que implicaria, também, na transferência da mão de obra, justificando os reassentamentos das populações no subúrbio, realizados por Lacerda. Portanto, fica esclarecida as relações estabelecidas entre política externa, reordenamento do parque industrial e habitação popular

No cenário nacional assistia-se à uma conjuntura de instabilidade<sup>154</sup> com a posse do presidente João Goulart, em 1961, devido às propostas defendidas por seu governo; Goulart buscou apoio das classes trabalhadoras e criou medidas de combate à especulação imobiliária, as reformas do presidente tomam corpo a partir de 1962 com a criação do Conselho Federal de Habitação<sup>155</sup>, que tinha como uma das atribuições controlar os empréstimos adquiridos pelos governos estaduais atingindo diretamente o governo de Carlos Lacerda no Rio de Janeiro. As mudanças foram nítidas, a Fundação Leão XIII executou reformas em 35 favelas<sup>156</sup>, em poucos meses<sup>157</sup>, foram anunciadas a

---

<sup>154</sup> João Goulart assume a presidência após a renúncia de Janio Quadros - em meio à campanha de legalidade liderada por Leonel Brizola - que lançou o país em uma crise-político institucional, e instaurou o modelo parlamentarista até 1963 quando retorna o presidencialismo.

<sup>155</sup> Lacerda que era opositor de João Goulart cria a COHAB meses após a criação do Conselho Federal de Habitação, a intenção era tornar a gestão da Guanabara uma forma de promoção política para levá-lo à presidência da república, conforme já havia pronunciado almejar. O plano de favelas de Lacerda é incorporado a partir da assinatura do convênio com o Fundo do Trigo com os Estados Unidos, disponibilizando a verba necessária para sua execução.

<sup>156</sup> Correio da Manhã.

<sup>157</sup> Iniciaram-se as construções da Vila Aliança e divulgava-se a construção da Vila Nova Holanda em Bonsucesso e da Vila da Reforma em Botafogo. Lacerda prometia a urbanização das Favelas Vila do Vintém e Vila Eugênia com mão de obra dos moradores e Vila Aliança em Bangu abrigaria os moradores da favela Bom Jesus na Avenida Brasil (Correio da Manhã, 13/08/1962, 30/08/1962, 13/10/1962 ).

construção de 15 blocos de apartamentos<sup>158</sup> e a construção de diversos conjuntos habitacionais foram anunciados com a intenção de abrigar as famílias que seriam removidas. Executando-se uma quantidade significativa de remoções na cidade do Rio de Janeiro. (AMOROSO, 2012).

As remoções feitas por Lacerda no início da <sup>159</sup>década de 1960 haviam fracassado, tanto nos parâmetros ideológicos que propunham a regeneração do indivíduo ao retirá-lo da precariedade da favela, quanto na aceitação popular dos moradores de favela perante a proposta de moradia apresentada. Nas eleições de 1965 o tema das remoções foi dominante, vencendo Negrão de Lima, que havia proposto no programa de governo não dar continuidade às remoções (Leeds e Leeds, 1978 e Brum, 2012). O tema ficou adormecido por um tempo até ressurgir na mídia, em 1966, a partir do episódio de fortes chuvas na cidade, que provocaram deslizamentos de área favelizadas e serviram de justificativa o retorno das remoções. O estado alegava que a permanência das favelas em área de risco representava uma irresponsabilidade do poder público. Observa-se que a própria nomenclatura “área de risco” é utilizada pelo Estado em outros períodos históricos, assim como o episódio de chuvas é muitas vezes um fator catalisador do discurso das remoções (GONÇALVES, 2012; MAGALHÃES, 2013). (Ver figura 17 a 18).

Quando a Ditadura Militar é instaurada em 1964, a centralização administrativa tratou de inviabilizar a articulação dos movimentos sociais e aumentar as medidas repressivas. Com a instalação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, foi dado o respaldo que faltava ao Estado para execução das remoções. O fechamento dos canais de expressão e a dissolução das organizações de moradores de favelas facilitaram a intensificação desta política. O projeto de desenvolvimento nacional visava reordenar a cidade, e para consolidá-lo o governo militar aprova a Lei 438021/08/194 de criação do Banco Nacional de Habitação, BNH, que com recursos do FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço financia a CHISAM, Coordenação de Habitação e Interesse Social da Área Metropolitana viabilizando a estrutura da política remocionista do estado da Guanabara, (BRUM, 2013, p.181). De acordo com Martins (2016), a remoção de favelas reordenava o espaço urbano, além de criar espaços nas zonas valorizadas para

---

<sup>159</sup> Apartamentos em Botafogo, um conjunto residencial na Rua Santa Amaro em Santa Teresa e outro no Jardim América em Vigário Geral. (Correio da Manhã, 10/02/1963)

investimentos imobiliários voltados para a classe média, fornecia mão-de-obra necessária para a zona industrial almejada desde os anos 30 e defendida pelo IDEG (Instituto de Desenvolvimento da Guanabara): “As regiões próximas ao Estado do Rio de Janeiro (zonas Norte e Oeste, principalmente a região limítrofe a Baixada Fluminense) passaram a adquirir uma conformação típica de zonas industriais, e as áreas que formam a zona sul da cidade começaram a se firmar, cada vez mais, como residenciais.” (IDEG, 1968).<sup>160</sup> (Ver figura 19).

### 3.3.6. A criação da CHISAM, Coordenação de Habitação e Interesse Social da Área Metropolitana

A criação da CHISAM Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana, em 1968, – responsável por executar o programa remocionista até 1973 - marca uma mudança significativa na postura do Estado em relação às favelas que passa a empreender uma política violenta de remoções. (AMOROSO, 2012). O desenvolvimento desta forma de intervenção vem acompanhada da intensificação da estigmatização do favelado, no reforço da ideia de ilegalidade da posse da terra, o que respaldava as ações repressivas do Estado. A política de remoções contava com órgãos específicos para atuar em cada etapa do processo remocionista, como a CHISAM; e concluía-se com a instalação de famílias em conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-GB (AMOROSO, 2012).

A política remocionista da CHISAM enquadrava-se no programa de remodelação urbana e reorganização espacial a partir de zoneamento por áreas com características distintas, dentro de uma lógica de segregação espacial por classe social, como foi o caso da Zona Sul da cidade, ocupada pelas classes média e alta que não desejavam conviver com a paisagem das favelas. A CHISAM reafirmou a ideia de que a favela e o favelado destoavam do ambiente ao redor e não integravam “o complexo habitacional normal da cidade”<sup>161</sup>,

---

<sup>160</sup> Conteúdo apresentado no curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippsen ‘o favelado’ e Ana Claudino.

<sup>161</sup> (CHISAM, 1969, p. 20) apud (AMOROSO, 2012).



Dentre os objetivos previstos, a CHISAM pretendia a integração moral, econômica e social do favelado e a “transformação” do favelado em proprietário e difundia a ideia de que mudança para o conjunto habitacional organizaria o uso do solo, disciplinaria o indivíduo e seria responsável por inseri-lo socialmente, supondo que o favelado era “inadequado” e não fazia parte do corpo social. Para criar bases desta teoria, os governos federal e Estadual divulgavam a ideia de que o favelado queria a casa própria. O respaldo teórico à prática das remoções era dado pela construção da estigmatização do favelado e da ideia de que a mudança para os condomínios populares se encarregariam de regenerar o indivíduo favelado, uma vez que a favela era tida como um ambiente que o desvirtuava enquanto ser social. A narrativa em torno da política de remoções argumentava que a incorporação do favelado ao sistema se daria a partir de sua instalação nas zonas urbanas destinadas aos setores populares, contextualizadas no zoneamento das cidades (AMOROSO, 2012).

Desta forma aceitava-se a existência dos conjuntos habitacionais nas zonas Norte e Oeste que consolidavam-se como zonas industriais e os moradores dos conjuntos, antigos favelados, deveriam estar na mesma zona pois seriam mão-de-obra para as fábricas, e passariam a estar “integrados” a elas (OAKIM, 2014). Se por um lado eram construídos conjuntos pela ação da COHAB-GB, por outro se intensificava a política de remoções com intensa repressão, principalmente na zona Sul, marcando a remoção da favela Ilha das Dragas, na Lagoa em 1968, como um episódio decisivo na conclusão da opressão dos movimentos sociais por habitação responsável por terminar de reprimir a articulação dos favelados (AMOROSO, 2012).

O período da Ditadura militar ficou marcado pela forte repressão à FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara) que lutou contra a política de remoções. Instituída em 1963 a Federação não conseguiu permanecer atuante. Na ocasião estava no governo do estado Negrão de Lima, que atuou com uma postura ambígua em relação às remoções<sup>162</sup>

---

<sup>162</sup> Em 1965 foram realizadas eleições para o governo da Guanabara, concorria Negrão de Lima (PSD e PTB) contra Flexa Ribeiro, indicado por Lacerda. Negrão vence com 52%, em Minas Gerais, entretanto a oposição venceu e causou preocupação dos setores mais conservadores da linha dura que causaram o cancelamento das eleições fato que levou a instituição do AI n2, aumentando o controle sobre o Congresso Nacional e extinguindo os partidos políticos. Os partidos só retornariam com a instituição do AI n4, que fundava dois partidos o MDB, Movimento Democrático Brasileiro e a ARENA, Aliança Renovadora Nacional (AMOROSO, 2012).

O modelo desenvolvimentista socialmente perverso estabelecido nos vinte anos de ditadura militar no Brasil de 1964-1985 bloqueou os avanços sociais significativos que poderiam ter sido alcançados como subproduto do processo de modernização econômica (ROLNIK, 2015, p. 267). A crise econômica dos países latinoamericanos, somada a rápida urbanização das cidades brasileiras e a falta da oferta de moradia resultou na consolidação de uma das sociedades mais desiguais do mundo (p. 267). A manutenção das mesmas oligarquias no poder mesmo após a ditadura inviabilizou grandes avanços dos movimentos sociais.

### **3.3.7. A trégua das remoções e a criação da FAFEG - Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara**

A gestão de Negrão de Lima foi considerada uma trégua na prática de remoções, momento em que a FAFEG, Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara consegue estabelecer diálogo com o governo e se compromete a não dar continuidade às remoções (AMOROSO, 2012). Entretanto, fortes chuvas que ocasionaram deslizamentos em 1966, conforme mencionado, trouxeram a tona o debate sobre remoções, fortalecendo os setores favoráveis à sua prática, ao mesmo tempo que o governo tomava medidas para a redução da força política das associações de moradores de favelas<sup>163</sup>. Apesar de contraditória, a política de diálogo adotada por Negrão, por outro lado, deu brecha à manifestação da FAFEG, que entregou ao governador um manifesto que reivindicava a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico da Guanabara com participação da federação. Tal fato estabeleceu um espaço de oposição à política de remoções e, posteriormente, de elaboração de planos de urbanização de favelas, como o do Morro da Catacumba<sup>164</sup> (OAKIM, 2014).

---

<sup>163</sup> O conteúdo apresentado nesta parte do capítulo é material do curso "Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro"; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippsen 'o favelado' e Ana Claudino. Disponibilizado pelos organizadores.

<sup>164</sup> 1966 Negrão de Lima aprova o plano de urbanização elaborado pelo arquiteto Sérgio Bernardes, determinando Morro da Catacumba como núcleo piloto do projeto de urbanização que propunha a distribuição de redes de infraestrutura pela favela sem a necessidade de realocação das casas.

A trégua nas remoções que possibilitou a atuação da FAFEG durou pouco. Em setembro de 1966 a elaboração do Plano habitacional Integrado da Guanabara representou o fim do período de populismo moderado implantado por Negrão nos primeiros meses de seu governo, iniciou-se um período de construção de casas em conjuntos habitacionais e anunciou-se a necessidade de priorizar outras ações em detrimento da urbanização. Desta forma, embora Negrão fosse opositor sua gestão não significou uma interrupção do projeto de estratificação social, e por isso, considera-se ambígua sua atuação. A condução de uma nova política econômica levada a cabo em sua gestão levou a concentração de renda na cidade que teve reflexo na espacialidade urbana (ABREU, 2008). O Rio de Janeiro, no final da administração de Negrão de Lima, em 1969, havia sofrido erradicação de 38% da população de favelas responsável por alterar o aspecto paisagístico da zona Sul da cidade<sup>165</sup>.

A CHISAM, criada para estruturar o Plano habitacional Integrado da Guanabara, pretendia erradicar todas as favelas do Rio de Janeiro de sua criação até o ano de 1976. Extinta em 1973, a autarquia foi responsável por remover 175 mil moradores de 62 favelas no Rio de Janeiro e por construir 35.517 casas de conjuntos habitacionais na zona Norte e Oeste durante sua existência (Perlman, 1977, p. 242). Estima-se que 60% das casas demolidas pela CHISAM localizavam-se na zona Sul de forma a alterar os aspectos desta área. As favelas e conjuntos, por sua vez, passaram a concentrar-se nas zonas industriais foco do programa de organização espacial do governo, e que por serem áreas destinadas à habitação de baixa renda também não sofreram despejos de barracos, Leopoldina, Olaria, Ramos, Bonsucesso e adjacências passaram a ser as regiões faveladas da cidade. (AMOROSO, 2012)

É válido ressaltar que a luta contra remoção foi intensa, mas a repressão da ditadura não permitiu o avanço da mobilização popular perante a política de remoções, entretanto, alguns casos de resistência foram considerados de sucesso, como a primeira experiência de urbanização de favelas a partir da iniciativa do então governador Negrão de Lima, no ano de 1966, com a criação da Companhia de Desenvolvimento da Comunidade (CODESCO) que executou projetos de urbanização em Brás de Pina, Morro da União e Mata Machado, com financiamento da Agência para Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID). A peculiaridade deste projeto consiste no fato da CODEG levar a frente um projeto de urbanização de favelas na esfera federal simultaneamente à

---

<sup>165</sup> Relatório da COHAB-GB (1969, p.35)

criação da CHISAM encarregada de levar a cabo a política de remoções. (SANTOS, 1981). Posteriormente, a própria CHISAM que havia sido construída para erradicação de favelas acabaria realizando as primeiras experiências de urbanização<sup>166</sup>. Este foi um fator importante, dentre os que levaram a extinção da CHISAM no final da gestão de Negrão de Lima, em 1973. Entretanto, Sobre a CODESCO e a CHISAM pode-se estabelecer a seguinte comparação: enquanto a CODESCO defende a política participativa, a CHISAM entende a favela como um espaço apartado da cidade e rechaça a participação popular (OAKIM, 2014).

A política de remoção não atingiu plenamente seus objetivos, segundo Amoroso (2002). Embora tenha conseguido reorganizar o território da zona Sul da cidade não foi capaz de proceder com os câmbios que almejava; porque os proprietários das casas de conjunto habitacionais não tinham sido incorporados à sociedade, conforme previsto. Além disto, a precariedade habitacional das casas e a dificuldade de adaptação cultural à vida no conjunto habitacional - diferente da vida na favela -, pela impossibilidade dos proprietários de arcar com custos de transporte e contas residenciais, como luz, água e etc. levou ao retorno de muitos indivíduos às favelas. Portanto, ao invés de conter a favelização, a política de remoção de favelas estimulou-a.

Outros aspectos que Amoroso (2002) apresenta sobre a política de remoção foi o aumento da especulação imobiliária após a remoção de algumas favelas da zona Sul e o incremento do setor da construção civil com a construção de casas nos subúrbios<sup>167</sup>, que se repetem nos dias de hoje na cidade. A política levada a cabo pela ditadura militar realizou o maior número de remoções da história da cidade, além de ter sido responsável por intensificar as relações capitalistas, acentuar as diferenças sociais e reprimir os canais de reivindicação. O fim da CHISAM representou a paralisação do programa de desfavelamento e o retorno à política habitacional convencionalmente adotada até então.

A FAFEG<sup>168</sup>, em linhas gerais, foi uma Federação que se propôs a lutar pelo direito dos moradores de favelas, e apesar da extrema opressão estabelecida pelo Estado nos longos anos de sua atuação, principalmente no período de vigência do regime militar, foi bastante significativa para o movimento social por habitação. Na chamada primeira fase

---

<sup>166</sup> Tais experiências de urbanização foram fruto da luta popular.

<sup>167</sup> Maricato (1987)

<sup>168</sup> Fundada em 1963.

de atuação, a FAFEG aproxima-se do movimento do Rearmamento moral, é responsável pela realização do congresso de 1964 e pela tentativa de organização de um plebiscito sobre a remoção da favela do esqueleto, finalizada com a prisão do então presidente da federação. A segunda fase de atuação ficou marcada pela aproximação da federação com a ideologia de esquerda, pela atuação junto às favelas após os deslizamentos de barracos devido às chuvas de 1966 e pela realização do congresso de 1968, além da participação, em 1969, no processo mobilização contra a remoção das favelas da Lagoa Rodrigo de Freitas, na zona Sul carioca, finalizando com a prisão de seus dirigentes. A terceira e última fase da federação ficou marcada pelo investimento em políticas culturais, pela aproximação com a política do governador Chagas Freitas<sup>169</sup>, finalizando com inclinação ideológica da federação para a política de esquerda (OAKIM, 2014).

A luta da FAFEG não pode ser considerada antigovernamental; embora diversas vezes sua atuação tenha feito frente às decisões estatais; uma vez que a favela em si, assim como a moradia informal no Brasil, - apesar de espacialmente integrada à cidade capitalista - não integra a lógica de direito de propriedade e por esta razão não pode ser defendida pelo Estado. (BASTOS E GOMES, 1994). A atuação da FAFEG<sup>170</sup> relaciona-se com o enfretamento à política de remoções implementada de 1963 a 1978, que embora não tenha sido iniciada com a ditadura militar - foi oficializada anteriormente no governo de Carlos Lacerda - foi a centralização político-administrativa do período ditatorial que possibilitou sua implementação, disponibilizando recursos técnicos, financeiros e operacionais para sua realização. Embora, em alguns momentos a própria FAFEG tenha contado com apoio de algumas autoridades do governo, seja da época democrática, anterior a 1964 ou durante a ditadura militar, - como ocorreu com o apoio do general Castelo Branco - ou mesmo na década de 1970, fase de aliança com o governo Chagas Freitas, os próprios contextos em que foram estabelecidas determinadas

---

<sup>169</sup> A atuação de Chagas Freitas no governo do estado estruturou-se a partir da sua figura como mediador entre atores locais e a máquina governamental, responsável pela implantação de uma estrutura clientelista dentro do regime militar - que ficou conhecida como chaguismo, apesar de não ser o inventor do clientelismo - era adepto à prática de "favores" na esfera política.

<sup>170</sup> Ressalta-se que a atuação da federação de favelas contribuiu para a permanência de algumas favelas em locais valorizados como na zona Sul, entretanto não se pode afirmar que a permanência das mesmas deva-se integralmente à atuação da FAFEG, mas é inegável a relevância da atuação do movimento social por habitação no período de atuação da federação.

alianças, explicam que as mesmas foram instituídas com o objetivo de combater a política de remoções.

Apesar das políticas e programas habitacionais levados a cabo durante a ditadura militar, dentre as quais estão as primeiras intervenções urbanas em favelas e a construção de novas habitações com os conjuntos proletários, os programas de eliminação de favelas da época, ao contrário do planejado, contribuíram para o adensamento das favelas da cidade. Dentre as razões estão a consolidação de uma economia industrial que provocou significativo êxodo rural, aumentando consideravelmente a demanda por habitação e a correspondente impossibilidade de atendimento da mesma pelo estado; e a expansão das cidades que inclui naturalmente a expansão das favelas. (Ver figura 21 e 23).

### 3.3.8. O período da redemocratização

No período de redemocratização, do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, as políticas habitacionais ficaram marcadas pela mudança de paradigma da remoção para a urbanização, embora o avanço tenha sido expressivo, as remoções ainda apareciam pontualmente. A consolidação deste progresso social efetiva-se nos anos subsequentes com determinações jurídicas sobre a questão habitacional promulgadas na constituição de 1988. Gonçalves (2010) ressalta-se que durante o contexto de redemocratização do país, as políticas de urbanização de favelas não foram realizadas de forma participativa e democrática, mas nem por isso foi um momento inválido, uma vez que representou um marco na mudança da abordagem do problema, e apesar de não haver ocorrido grande transformação na estrutura urbana definida pelo padrão centro-periferia, os avanços jurídicos estabelecidos na constituição de 1988 e na criação da Lei Orgânica da Cidade<sup>171</sup> foram sentidos na década de 1990 e possibilitaram nos anos posteriores a organização da luta contra remoções que angariou muitas vitórias, reforçando a diferença no tratamento dado às favelas por parte do Estado e a organização das mesmas em relação aos anos da ditadura cujas oposições haviam sido suprimidas (Gonçalves, 2010).

---

<sup>171</sup> Conquista de articulações dos movimentos populares com destaque para o Movimento pela Reforma Urbana, MNRU, organizado nas décadas anteriores.

Quer dizer, o período da redemocratização possibilitou o acúmulo de experiência das resistências, e a divergência entre atores políticos e sociais quanto ao tema das remoções, representando um avanço significativo para conquistas estabelecidas na luta habitacional. Se na época da ditadura militar o objetivo era a manutenção da ordem urbana através do atendimento do interesse público tendo como atividade principal o desenvolvimento de uma política remocionista altamente repressiva, da década de 1970 em diante o foco passa a ser o mercado e as políticas de habitação voltam-se para a produção de unidades residenciais para a classe média e média alta (Rolnik, 1997) A expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro passa a direcionar-se para a baixada de Jacarepaguá, zona Oeste da cidade ordenada pelo Plano Lúcio Costa realizado em 1969, que promove a abertura de novos espaços ao capital imobiliário.

As práticas repressivas da política de remoções tinham se encarregado também de desmobilizar a luta popular por moradia adequada, sua atuação não atingiu os objetivos previstos pelo Estado, não conseguiu conter o avanço da favelização, nem reduzir o déficit habitacional, conforme mencionado, além de ter sido responsável por deslegitimar o regime militar perante a população moradora de favelas, que passou ao longo dos anos a adquirir representatividade político-eleitoral. Percebe-se, também nos governos ditatoriais o agravamento dos problemas urbanos e o aumento no déficit habitacional, em função, principalmente da falta de interesse dos regimes autoritários em dar soluções eficientes para o problema da desigualdade social. No início da década de 1970, destaca-se a atuação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana – MNRU – no III Congresso de Favelados do Estado do Rio de Janeiro, organizado pela Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, em 1972, onde 79 associações afirmavam a importância de urbanizar as favelas (Gonçalves, 2010) (Ver figura 24 a 26).

Apesar da situação jurídica irregular e da incapacidade do poder público em atingir as metas propostas, o movimento da reforma urbana<sup>172</sup> junto com o movimento sindical,

---

<sup>172</sup> Entre 1960 e 1980 o tema da reforma urbana foi o grande mobilizador dos movimentos sociais urbanos, várias experiências sociais voltadas para busca de solução dos problemas urbanos emergiram a partir de 1985, construindo uma consciência política crescente a respeito da questão urbana. A redemocratização do país permitiu a aglutinação dos movimentos pela reforma urbana que foi incorporada à constituição e definiu a função social da propriedade urbana e das cidades. O movimento pela reforma urbana reivindicou o Estatuto da Cidade, lei aprovada em 2001, e posteriormente, em 2003, constituiu o Ministério das Cidades, instaurando o

foi responsável por apresentar uma emenda constitucional de iniciativa popular na assembleia constitucional de 1988, fato que incorporou a questão urbana à Constituição Federal. Esta mudança consolidou o princípio da função social da propriedade e procurou estabelecer meios mais concretos e mais adequados à realidade da cidade para a consolidação de regularização fundiária e dos processos de urbanização de favelas a fim de torná-lo mais possível à sua execução

No final da década de 1970 as favelas permaneciam abrigando grande parte da população e apresentando-se como opção de moradia nos anos 1980. O fracasso das remoções havia provocado alteração da política urbana, que ficou marcada pela substituição das remoções e pela prática da urbanização de favelas (Gonçalves, 2010). Esta nova política estabeleceu o reconhecimento tácito das favelas pelos poderes públicos marcando a mudança da relação das políticas públicas direcionadas às mesmas. Algumas mudanças na legislação como a lei municipal 330/1982 que autoriza o poder executivo a construir praças nas favelas, e a lei municipal 330 de 1982 e os decretos 7296 e 7297 de 1984 que estabeleceram, respectivamente, a regularização da energia elétrica e das ligações de água e esgoto demonstram o reconhecimento político das favelas (Gonçalves, 2010).

Os anos 1980 e 1990 ficam marcados pela articulação das lutas populares e sindicais e pela reorganização de movimentos sociais. Na ocasião a luta social constrói no Brasil uma agenda cujas pautas fundamentais abordavam os direitos sociais influenciados pelo movimento de luta pela Reforma Urbana mencionado. Entretanto, o protagonismo do capital globalizado em diversos setores, dentre eles, nas políticas habitacionais e urbanas, desdobra-se em certo enfraquecimento da articulação popular adquirida no Movimento pela Reforma Urbana, uma vez que os objetivos pleiteados pelo movimento esbarravam com interesses da elite imobiliária evidenciando um quadro político econômico de fragilidades e contradições, marcado pela ambiguidade entre os avanços relacionados ao direito à cidade e a inserção da economia brasileira nos circuitos globalizados. (ROLNIK, 2015, p. 263). Esta fragilidade reduz o movimento à aplicação de meros avanços tecnocráticos na construção dos planos diretores; vale ressaltar o contexto de avanço do capital financeiro global nas políticas públicas é posterior ao período de recessão econômica de 1980-1998.

---

processo de construção da política nacional de desenvolvimento urbano com a participação da sociedade civil que busca a implementação do direito à cidade na construção da política urbana (Rolnik, 1997).



O período também sofreu um processo de descentralização federativa e de conquista de autonomia dos poderes locais, propostos pela constituição de 1988, como reconhecimento dos direitos de posse e da incorporação direta dos cidadãos nos processos decisórios relacionados às políticas mencionadas, mas este processo foi limitado pelas conseqüências dos ajustes macroeconômicos. Rolnik (2015) ressalta que a maior disponibilidade de crédito para habitação associada ao crescimento econômico provocou crescimento do setor imobiliário das cidades, e afirma que se, por um lado, a periferia e setores territoriais de mais baixa-renda foram dotados de infra-estrutura e saneamento, por outro, reconfigurou-se “uma nova geografia da pobreza e da vulnerabilidade social, muito mais heterogênea e complexa” (ROLNIK, 2015. 265), reforçando o quadro de desigualdade.

### **3.4. Remoções olímpicas**

O novo paradigma de intervenção em favelas, voltado para execução de projetos de urbanização foi experimentado no Projeto Rio levado a cabo pelo ministro Mario Andreazza, que previa a urbanização do conjunto de favelas da Maré, seis favelas às margens da Bahia de Guanabara nas proximidades do aeroporto internacional, o projeto pretendia atingir 250.000 pessoas e recuperar o apoio da população favelada ao Regime Militar. Entretanto, apesar de ser um projeto voltado à urbanização e não à remoção o traço de autoritarismo não havia sido suprimido das ações estatais, as reais intenções deste projeto permaneciam centradas na possibilidade de lucro para o mercado, assim como na transformação estética dos lugares que denegriam a imagem dos bairros. No caso da favela da maré, a intenção era transformar o aspecto da favela localizada no trecho que ligava a cidade ao aeroporto internacional (Silva, 2006). Cabe ressaltar que as afirmações da mídia, nesta ocasião, reforçavam as representações simbólicas pejorativas a respeito da favela, assim como mascaravam os reais interesses dos programas habitacionais implementados pelo governo, além destes aspectos, as questões relacionadas à situação fundiária não haviam evoluído nesta fase marcada pelos novos projetos de intervenção (Gonçalves, 2010)<sup>173</sup>.

---

<sup>173</sup> O não avanço em relação à política fundiária devido a ausência de instrumentos jurídicos adequados para a concessão de títulos à população de favelas sustentou o paradoxo da incapacidade de assegurar a regularização fundiária frente à possibilidade do acesso à propriedade privada dada pela compra de uma residência na favela, embora sem o reconhecimento legal (Gonçalves, 2010).

O momento é assinalado pela tensão entre a proposta liberal e a política de centro esquerda, a primeira defendida pelos filiados ao Partido da Frente Liberal, PFL e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB que possuíam um discurso reformista e buscavam rever as políticas de atendimento social, que segundo os mesmos estariam comprometendo a arrecadação do país. A esquerda era composta por partidos como o dos Trabalhadores (PT), o Democrático Trabalhista (PDT) e o Socialista Brasileiro (PSB), que defendiam medidas redistributivas de proteção social. Esta, por sua vez vinha sendo redefinida, e ganha peso na gestão de Leonel Brizola no Governo do Estado do Rio de Janeiro (Silva, 2006).

Na década de 1980 as políticas públicas ganham corpo, principalmente a respeito da questão habitacional, a atuação do Governador Brizola foi responsável pela implementação do primeiro projeto de regularização fundiária, o “Cada Família Um Lote”<sup>174</sup>, CFUL, que pretendia conceder 400.000 títulos de propriedade aos moradores de diversas favelas. Além de objetivos relacionados à regularização fundiária, o CFUL também tinha como paradigma a urbanização de favelas, como aponta o seguinte objetivo anunciado no texto do programa: "Promover a integração de infra-estrutura básica, legalização e regularização de 400.000 lotes já ocupados, localizados em favelas e loteamentos clandestinos, levando-os a uma satisfatória urbanização." A atuação populista de Brizola desmobilizou as reivindicações das associações de moradores frente às decisões do Estado, que deixaram de representar os interesses dos moradores para tornarem-se parceiros da política vigente. Além disto, frente às dificuldades das

---

<sup>174</sup> O Programa Cada Família, um Lote (CFUL) merece destaque por ter sido o precursor da atitude do governo de tomar para si a responsabilidade nas desapropriações dos terrenos ilegais; marcando assim o início de uma nova postura na política habitacional. Seu objetivo era legalizar e dotar com assistência 1 milhão de lotes ilegais durante seu governo contando com a Superintendência de Bem-estar social e a de Bem-estar comunitário, através das quais desenvolveu uma serie de projetos que terão seus temas em grande parte retomados durante o Programa Favela-Bairro, dentre eles: Escolas Comunitárias, Saúde Comunitária, Mini-postos de Saúde, Geração de Emprego e Renda (Resgate), Creches Domiciliares, Como as Crianças Veem a Cidade, Atendimento à População de Rua, Banca de Dever Escolar Criativo, Estudo, Planejamento e Avaliação, Divulgação de Projetos e Programas Comunitários, Atividades Econômicas para a População de Baixa Renda, Obras e Serviços de Urbanização em Áreas de Baixa Renda, Regularização Fundiária, Auto-Construção, Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Sociais e Construção de Centros Comunitários Integrados. Porém, de acordo com Fiori, no que tange estritamente à regularização da posse, o Programa forneceu menos de 23 mil escrituras, chegando a seu fim tendo os trabalhos concluídos apenas em 2 favelas: Rio das Pedras e Pavão-Pavãozinho. Em: CORREIA Fernanda Guimarães. Breve histórico da questão habitacional na cidade do rio de janeiro, 2013.

questões sociais e jurídicas que o projeto CFUL enfrentou como a situação de aluguel de imóveis, apenas 16.000 títulos provisórios foram concedidos (GONÇALVES, 2010)<sup>175</sup>.

O poder municipal, por sua vez, levou a cabo na mesma década uma experiência que criou bases para a implementação do Projeto Favela Bairro na década posterior. As iniciativas de intervenção em favelas foram empreendidas por mutirão e autoconstrução, que tornaram-se o foco da política municipal. Entretanto, a ação fragmentada dos aparatos estatais e a desmobilização da população não permitiu um grande sucesso desta iniciativa. A regularização jurídica também não foi abordada pela prefeitura, o que mantinha as favelas em uma situação informal e, conseqüentemente, vulnerável. A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, SMDS, na ocasião se isentou da responsabilidade de realizar a regularização argumentando que a mesma já estava sendo tratada pelo poder estadual<sup>176</sup>. (SILVA, 2010)

Além disto, os programas voltados para urbanização representaram uma enorme transformação na realidade das favelas, os melhoramentos urbanísticos e a segurança da posse levaram à melhoria das casas, tornando a estrutura social da favela mais complexa devido ao aparecimento de imóveis destinados a outros usos além do habitacional, por exemplo. Sobre este aspecto, Mariana Cavalcanti (2009) ilustra em sua tese de doutorado "Do barraco à casa" o período conhecido como "consolidação das favelas", a partir de uma trajetória familiar, que além da presença do tráfico de drogas e da chegada dos serviços básicos aos territórios favelados, esse período também é marcado pela transição do barraco de madeira à casa de alvenaria, reforçando que a segurança da posse e a trégua na política de remoções são fatores essenciais para a garantir uma vida mais digna nas favelas. (Ver figuras 27 a 30).

Sobre o direito de permanecer na terra, destaca-se também os avanços alcançados na constituição de 1988 no sentido da democratização da produção socioespacial urbana, dentre os quais proibiu a consolidação de políticas habitacionais pautadas em remoções conforme mencionado; e determinou a integração das favelas ao tecido da cidade a

---

<sup>175</sup> Ver Gonçalves (2010) sobre o Programa Cada Família um Lote, 1983 e Araújo (1990) "Regularização fundiária de favelas – imóveis alugados: o caso do programa 'Cada família um lote' no Rio de Janeiro", Revista de administração municipal, 1990.

<sup>176</sup> Referindo-se ao CFUL, mencionado.

partir de projetos de transformação das mesmas em bairro<sup>177</sup>, cabendo às prefeituras a centralização das políticas de urbanização de favelas a partir de 1990. Tal medida foi muito significativa para consolidação das favelas.

A gestão do prefeito César Maia é caracterizada pela grande participação da iniciativa privada na gestão urbana e pelo reforço do ideário neoliberal: O empreendedorismo urbano ou neoliberalização<sup>178</sup> do Rio de Janeiro é um processo que se coloca em curso com a implementação do planejamento estratégico. Renato Consentino (2015) demonstra em sua dissertação de mestrado como o neoliberalismo no caso brasileiro, contextualizado na periferia do capitalismo, comporta-se de forma diferente que em outros contextos, uma vez que tal processo não ocorre de forma homogênea nos diversos territórios. O autor explica que no Rio de Janeiro os princípios neoliberais foram legitimados pela retórica dos megaeventos. O planejamento estratégico colocado em prática nos Estados Unidos e em Barcelona é utilizado na América Latina para justificar práticas urbanas que consolidam os interesses privados e acentuam a exclusão territorial, características do modelo neoliberal (CONSENTINO, 2015, p.17)

Tal modelo, que concebe a cidade como uma mercadoria, foi adotado pelo prefeito César Maia (1993-1996) que formula seu primeiro plano, umas das principais características é a mudança na forma de gestão e o principal objetivo é promover a cidade internacionalmente, o que implica ressaltar suas qualidades e invisibilizar seus defeitos. Nestas estratégias estão incluídos: marketing de cidades, substituição da palavra favela no Google por comunidade, construção de muros em favelas, realização de projetos de revitalização para elitização de bairros, como ocorreu com o Porto Maravilha que recebeu o Museu de Arte do Rio (MAR), o Museu do Amanhã, um aquário e torres comerciais e hoteleiras, entre outros elementos que foram construídos posteriormente. (CONSENTINO, 2015, p.81).

---

<sup>177</sup> As políticas do Governo do Estado, durante a gestão do Governador Brizola incentivaram à urbanização de favelas, dentre as medidas para consolidação das favelas a distribuição de materiais de construção contribuiu, gradualmente, para que as casas de alvenaria fossem construídas. Segundo relatos dos moradores das favelas da Zona Oeste, descritos por Cavalcanti (2009), muitas dessas localidades têm seus processos de ocupação marcados pela construção de casas de tijolos e não de madeira em função destas ações. (CAVALCANTI, 2009)

<sup>178</sup> O neoliberalismo surge como reto de direcionamento do pensamento político-econômico entre as décadas de 70-80 (Harvey, 2005) e substituiu os ideais estabelecidos nas três décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial nos países capitalistas (CONSENTINO 2015, p. 63)

Na gestão de César Maia se propunha a urbanização de favelas, e foi implementado o Programa Favela Bairro, em 1993, as favelas receberam investimentos em infraestrutura. No entanto o projeto não estabelece a transformação social e política que poderia ter realizado - dentre outras razões por não ter sido pautado pelo protagonismo cidadão e por manter-se no plano jurídico dentro da dinâmica da informalidade. Apesar dos avanços obtidos a inexistência de um aparato jurídico-adequado que complementasse a política de urbanização de favelas apresentava-se como limitante da integração das mesmas à cidade, como se propunha. (GONÇALVES, 2012). Mesmo depois da implementação do Programa Favela Bairro a situação das favelas permanecia sendo de vulnerabilidade e os estigmas continuavam relacionando-as à violência urbana e à degradação ambiental. As áreas da cidade no entorno das favelas também permaneceram sendo alvo de preconceitos e desvalorização nos discursos midiáticos que reforçavam os riscos de insegurança que elas poderiam oferecer. O que servia como justificava para repressão e exercício do controle por parte do Estado sobre as populações marginais. A mídia, portanto, era responsável por reforçar a imagem de cidade polarizada separada em territórios formais e informais, legais e ilegais (GONÇALVES, 2012).

A respeito da política de intervenção em favelas adotada pelo Programa Favela Bairro, e posteriormente continuada pelo programa Morar Carioca<sup>179</sup>, Magalhães (2013) menciona que um dos aspectos negativos de ambos os programas era a abordagem da favela como forma urbanística apartada, tida como ilegal ou informal. Fato comprovado pelos argumentos descritos nos próprios programas, que utilizam o termo “integrar” as favelas ao conjunto da cidade, partindo da premissa que as mesmas estão fora. No decorrer da década de 1990 a questão ambiental fazia referência aos deslizamentos de terras, episódio que se tornou argumento para os defensores da prática da remoção voltarem a falar do tema. (MAGALHÃES, 2013)

---

<sup>179</sup> “O Morar Carioca incluiria, em suas intervenções, a urbanização e instalação de infraestrutura, como a ampliação de redes de água e esgoto, abertura de vias, equipamentos de lazer e educação. Entretanto, incluiria também algo pouco presente no programa anterior (Favela Bairro): um sistema de controle e ordenamento da ocupação e uso do solo, através dos Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSOs). Seria possível perceber que o programa retoma uma leitura sobre as favelas, como já apontado na discussão acerca da “desordem urbana”, em que estas seriam compreendidas como sendo uma forma urbanisticamente desajustada ao que se conceberia ser uma cidade organizada e racionalmente planejada”. grifo meu (MAGALHÃES, 2013, p.126)

Em 1994, apesar do momento político, no que se refere à questão habitacional priorizar a urbanização em oposição à remoção de favelas, Cesar Maia (1993 -1996), executou algumas remoções na Zona Oeste: a favela Via Parque foi retirada e abriu espaço para a construção de um parque na beira da Lagoa da Tijuca; a Vila Marapendi também foi removida do entorno do centro comercial Downtown. Nesta ocasião Eduardo Paes ocupava a subprefeitura da Barra da Tijuca e Jacarepaguá e difundia a ideia de “limpar” do bairro os assentamentos ilegais (favelas) e combater camelôs e comércios irregulares (Ver figura 31 a 35).

César Maia é reeleito duas vezes, havendo um intervalo entre 1997 e 2001, no qual Rio de Janeiro é governado pelo prefeito Luiz Paulo Conde, que não realiza câmbios significativos no cenário político da cidade. Nos três mandatos de César Maia o prefeito deu continuidade à implementação de medidas condizentes com os valores do planejamento estratégico. O sucessor de Maia, Eduardo Paes eleito em 2008, teve a oportunidade de acentuar a transformação da cidade em mercadoria, devido, principalmente, à vitória da candidatura do Rio de Janeiro em 2009 para sediar a olimpíada. Ressalta-se que a forma encontrada para implementação do empreendedorismo urbano ou neoliberalização da cidade foi o estabelecimento de Parcerias Público Privadas, as PPPs, que materializam a lógica empresarial. Dentre seus aspectos as PPPs viabilizam a privatização dos serviços públicos e a flexibilização das leis urbanísticas<sup>180</sup>, como ocorreu como Parque Olímpico e o Porto Maravilha.

Eduardo Paes expõe três valores básicos de sua primeira gestão: foco, disciplina e pragmatismo.<sup>181</sup> O prefeito lança na internet o domínio “Rio” com a intenção de divulgar a cidade como uma marca e os programas da prefeitura passam a ter a intenção de reforçar o orgulho de ser do Rio, de ser carioca, o que leva a Prefeitura a inserir a palavra ‘carioca’ em diversos dos seus programas: Morar Carioca, Jardins Cariocas, Bilhete único Carioca. O reforço do amor à cidade tornou-se o marketing dos megaeventos e uma forma de construção de consenso do planejamento estratégico, que busca incentivar o patriotismo. (CONSENTINO, 2015, p. 82).

Ressalta-se que o panorama político anterior ao mandato de Eduardo Paes é marcado por um isolamento entre as esferas de governo federal e estadual que limitava repasses de verbas para manutenção dos serviços públicos (CONSENTINO, 2015, p. 83). A

---

<sup>180</sup> Consentino (2015, p. 81)

<sup>181</sup> Em [www.conselhodacidade.com](http://www.conselhodacidade.com)

construção do consenso possibilitada pelos megaventos promove a união das três esferas de governo o que possibilita a realização de grandes transformações urbanísticas. As olimpíadas trouxeram a ideia de “legado” e foram publicizadas como oportunidade imperdível para a cidade, o “legado físico” se relacionava aos aportes em infra-estrutura, principalmente de transporte, que não modificou o modelo rodoviário predominante. O “legado da autoestima”, que pretendia reverter a imagem de cidade degradada instituída casou perfeitamente com o ideário do empreendedorismo urbano. Neste contexto, Magalhães (2013, p.125) ressalta que um dos legados vendidos como dos mais importantes em decorrência dos megaeventos seria o programa “Morar Carioca”, incluído no “Plano de Legado Urbano e Social dos Jogos Olímpicos de 2016” com o objetivo de urbanizar todas as favelas da cidade até 2020 com recursos do Governo Federal, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Entretanto, o BID já havia financiado o programa anterior, Favela Bairro, e a formulação do programa Morar Carioca já existia anteriormente a escolha do Rio de Janeiro como cidade-sede, o que demonstra que o programa não era um “legado olímpico”, conforme anunciado. Todas as ações estatais passaram a ser descritas como decorrência do legado olímpico após o anúncio da candidatura da cidade.

Tanto o Favela Bairro como o Morar Carioca pretendiam “integrar” as favelas à cidade formal; entretanto, o que diferencia o segundo do seu anterior era o novo sistema de controle e ordenamento da ocupação e uso do solo, levado a cabo pelos Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSOs), e também a implementação da fiscalização de possíveis irregularidades construtivas na favela realizada pela Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP). A Secretaria Especial fiscalizava as construções das favelas e podia realizar demolições quando julgasse necessário; sob este ponto do programa, Magalhães (2013) ressalta que as mudanças implantadas conferiam aspectos coercitivos ao Programa Morar Carioca, os quais eram justificados pelos elementos trazidos pelo estado de “desadensamento” e de “reassentamentos” que faziam o programa funcionar como um instrumento de complementação às ações de erradicação que haviam se iniciado em 2010 sob justificativa do episódio das “chuvas de abril”: O Morar Carioca elencaria um conjunto de 123 favelas (aproximadamente 13 mil famílias) a serem completamente removidas até o final de 2012, objetivo que havia sido definido no final de 2009. Embora este número viesse a se alterar com o levantamento feito após as “chuvas de abril” que apontaria um número perto de 18 mil famílias a serem realocadas. (MAGALHÃES, 2013, p. 128)

Na gestão de Eduardo Paes, no entanto, ao contrário de César Maia observou-se uma quantidade exorbitante de remoções de favelas. A política remocionista era complementada pelo Programa Federal de Habitação “Minha Casa Minha Vida, MCMV”<sup>182</sup>, que inicialmente tinha a proposta de reduzir o déficit habitacional com a construção de moradias populares, mas que foi usado para justificar as remoções, conduzindo os moradores despejados para condomínios populares em bairros distantes e sem infra-estrutura urbana adequada. O argumento de muitas remoções era ‘segurança’. Desta forma o programa MCMV contribuiu para aumentar o déficit habitacional, embora seja justificado justamente com narrativa contrária. (Rolnik, 2016; Azevedo e Faulhaber, 2015). O mapa da exclusão realizado pelo arquiteto Lucas Faulhaber demonstra a retirada de moradores de classe baixa de zonas centrais e áreas nobres cariocas para reassentá-las em zonas periféricas, principalmente na zona oeste, em condomínios do MCMV. (Ver figura 62).

Como justificativa para a remoção, o prefeito Eduardo Paes também sustentava a tese de que a população pobre que morava nas favelas da Barra da Tijuca eram pessoas que estavam sendo “utilizadas” provisoriamente por grandes proprietários de terra ou grileiros que estavam se beneficiando do problema social. Entretanto esta narrativa não considerava que o crescimento da Barra da Tijuca havia se intensificado desde a década de 1970 e que os trabalhadores da construção civil haviam construído suas residências próximas aos seus locais de trabalho como alternativa para sobrevivência, como ocorre historicamente com a consolidação das favelas. (CONSENTINO, 2015). Sobre o duro processo de retomada das remoções na cidade do Rio de Janeiro, Alexandre Magalhães (2013) observa uma alteração na dinâmica das favelas: o período de trégua de remoções, conhecido como consolidação das favelas, possibilitou que as famílias se enraizassem em suas territorialidades, produzindo melhoramentos nas estruturas das casas; em

---

<sup>182</sup> Programa lançado em 2009, inicialmente como resposta do governo federal aos efeitos locais da crise econômica federal, cujo objetivo era construir 1 milhão de novas moradias, embora esta meta nunca tenha sido alcançada. Para mais informações sobre o impacto desta política, especialmente nos processos de segregação sócio-espacial nas cidades brasileiras, ver: Cardoso, Adauto Lúcio et alli (2010). Além disso, em entrevista concedida aos pesquisadores Adauto Lucio Cardoso, Irene de Queiroz e Mello e Samuel Thomas Jaenisch, do Observatório das Metrôpoles, a gerente de trabalho social do referido programa na Secretaria Municipal de Habitação (SMH) afirmou que entre 2009 e 2012 foram inaugurados 49 conjuntos habitacionais, sendo que 36 deles foram utilizados para reassentamentos. Corroborando a definição dos autores: “esses dados indicam que a Prefeitura do Rio de Janeiro tem usado massivamente o PMCMV para o deslocamento de famílias removidas de forma involuntária de seus locais originais de moradia”.



oposição à retomada da política remocionista nos anos 2000, que causou rupturas no cotidiano de muitos grupos, que forçados a sair e repensar suas escolhas e decisões de vida transferiam a situação de instabilidade para as habitações, que mantinham-se sem melhorias.

### 3.4.1. O Rio de Janeiro no contexto nacional dos megaeventos

O período que antecede os megaeventos no Rio de Janeiro, desde a escolha da cidade para sediar a olimpíada, em 2009, até sua realização em 2016, marca uma fase do governo de tentativa de transformação da imagem da cidade, que até então assinalada pelo estigma da violência pretende substituí-lo pela ideia de cidade promissora para investimentos internacionais e para realização de eventos espetaculares. As grandes modificações territoriais e políticas realizadas na ocasião estão alinhadas ao modo de gestão definido por Harvey (2006) como empreendedorismo urbano. Desde a vitória da candidatura para a olimpíada até sua realização procede-se intensa transformação territorial e simbólica na cidade. Financiada pelas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) com volume de recursos não visto desde as décadas de 1960 e 1970 quando pretendia-se “compensar” a perda do título de capital.<sup>183</sup> (MASCARENHAS, 2016, p. 50 ).

Com alguns aspectos semelhantes aos das referidas décadas, a cidade, às vésperas do megaevento, continua estruturada sobre o modelo rodoviarista, embora tenha havido investimento pouco expressivo em Veículo Leve sobre Trilho, VLT, e ciclovia. A versão “megalômana” das Olimpíadas Rio 2016 parece ser a última da rodada, o COI está tentando amenizar a imagem de gasto exorbitante associada à realização dos jogos, que já levou à desistência de diversas cidades a sediarem olimpíada nos últimos anos: Oslo, Munique, Mortiz-Davos, Roma, Cracóvia, Graubundem, Lviv, Estocolmo, Boston, Hamburgo, Baku, Toronto, entre outras. A 127ª Sessão do COI em Mônaco

---

<sup>183</sup> Na ocasião os investimentos de âmbito rodoviarista tiveram destaque com a construção dos túneis Rebouças e Santa Bárbara, do Elevado da Perimetral, da Ponte Rio-Niterói e a execução de inúmeras remoções de favelas, obras que levaram ao adiamento da construção do metrô do Rio para o ano de 1979. (Mascarenhas, 2016, p.52).

2014 aprovou a Agenda 2020 com tímida flexibilização orçamentária, o que demonstra o desgaste associado à imagem do evento. (MASCARENHAS, 2016, p.52).

Os jogos Olímpicos de Londres já havia apresentado uma versão menos fiel aos padrões hegemônicos, por haver ocorrido sem a execução de muitas remoções de comunidades e por haver concentrado os investimentos na periferia metropolitana, fugindo, de certa forma, às exigências perdulárias, que dentre os pré-requisitos exige a criação de monumentalidade e costuma ocorrer sem nenhuma consulta popular. Entretanto, as Olimpíadas Rio 2016, ao contrário da Londrina, ficaram marcadas pelo excessivo gasto público, pelas violentas remoções e pelas inúmeras violações aos direitos humanos, podendo tornar-se, conforme Mascarenhas (2016), a edição mais conflituosa do evento.

A gestão municipal no período dos megaeventos consolidou aspirações para a cidade desenhadas desde a década de 1990. Nesta época o acordo de cooperação internacional, Declaração Rio-Barcelona 1992, marcava o início da implementação da nova estratégia de gestão associada à promoção da imagem de cidade global e cidade olímpica. A cidade candidatou-se às olimpíadas de 2004, sob a gestão do prefeito César Maia, sendo divulgada como cidade segura e promissora. Entretanto, só os eventos na década posterior possibilitaram a coalisão de governo necessária para efetivar os megaprojetos pretendidos. Foi o caso dos projetos da área portuária carioca e da Barra da Tijuca.<sup>184</sup>

Os jogos do Pan-Americano de 2007 no Rio de Janeiro já apresentavam o seguinte formato: ausência de diálogo com a população; atendimento aos interesses empresariais; foco na promoção imobiliária da Barra da Tijuca através da realização do “urbanismo mercadófilo”; que mantém absoluto desprezo às necessidades das áreas marginais; e divulgação de uma mensagem simbólica positiva de regeneração e alegria. O referido modelo foi reaplicado em 2016. (MASCARENHAS, 2016, p.53)

Os megaeventos fortaleceram a dimensão político-institucional, devido a associação das esferas municipais, estaduais e federais e implicaram a rearticulação da dimensão cidadã; que excluída das decisões mobilizou-se para criação do Comitê Social do Pan, de 2005 a 2009, e do Comitê Popular Copa e Olimpíadas, de 2009 até 2016. (MASCARENHAS 2016, p.53). O Planejamento estratégico adotado pela primeira vez

---

<sup>184</sup> MASCARENHAS, 2016, p.52. Revista USP, São Paulo, n. 108, p. 49-56. Jan. a mar. 2016

pelo prefeito Cesar Maia (1993-1996) e continuado pelo Eduardo Paes (2009-2012; 2012-2016) mantém o espaço de decisão restrito às esferas do planejamento da cidade.

Ressalta-se que em 1996 pretendia-se construir os equipamentos olímpicos na zona Norte da cidade, onde localizam-se as maiores favelas, o Complexo do Alemão e a Favela da Maré. Entretanto, em função de interesses privados os locais foram transferidos para a Barra da Tijuca, eixo de expansão imobiliária de médio e alto padrão, e para a área portuária. Esta decisão alavancou ainda mais o setor imobiliário na zona Oeste além de ter sido responsável por grande degradação ambiental da área – com destaque para a construção do Campo de Golfe<sup>185</sup> - e remoção de comunidades no bairro e no seu entorno. (MASCARENHAS, 2016, p.55)

Com os investimentos na Barra da Tijuca, principalmente em transportes, consolidou-se uma “nova centralidade na cidade”, e o bairro que recebeu corredores de ônibus os chamados BRTs, que além de persistirem no modelo rodoviário (poluente e pouco eficaz) priorizam o desenvolvimento da área nobre mediante as demais áreas urbanas. Após inúmeras críticas o Estado decide a construção do quarto corredor, a TransBrasil, a fim de contemplar o fluxo de trabalhadores. O metrô do Rio também foi atingido pela priorização da Barra, uma vez que seu projeto de expansão foi convertido a expansão apenas para a Barra, ignorando a necessidade de outros bairros e levando ao movimento popular a mobilizar-se em torno de “O metrô que o Rio Precisa”. O grande preço pago pela centralidade da Barra, no entanto recaiu sobre as classes baixas, com a grande quantidade de favelas removidas no local e em seu entorno, como foi o caso da Vila Autódromo. As alegações para as remoções não eram razoáveis, o próprio COI não exigiu a retirada da comunidade Vila Autódromo, por exemplo, assim como a FIFA também não exigiu a retirada da Aldeia Maracanã às vésperas da Copa do Mundo de 2014. Apesar disto, o poder público procedeu com a materialização de seus objetivos neoliberais e lançou mão das forças militares para atender aos interesses elitistas na concretização do Rio Olímpico. (MASCARENHAS, 2016, p.55)

Desde a década de 1970, a região da Barra da Tijuca torna-se o vetor de expansão imobiliária, uma vez que a zona sul estava saturada de espaço para expandir-se. A valorização do bairro está relacionada às pretensões das grandes empresas. Nos últimos anos o bairro foi líder em venda de unidades habitacionais o que comprova o êxito da

---

<sup>185</sup> Construído em área de proteção ambiental da reserva de Marapendi desobedecendo às normas urbanísticas locais.

atuação do setor imobiliário na região. No fim de 2009, momento que havia sido anunciada a realização das Olimpíadas Rio 2016 é assinalado um momento chave para a zona, que junto com Jacarepaguá tornam-se os bairros mais procurados do setor imobiliário nos anos subseqüente.<sup>186</sup> A região administrativa da Barra da Tijuca, que inclui os bairros de Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena, quase dobrou de população entre 2000 e 2010; segundo o Instituto Pereira Passos a região deve alcançar 394.037 habitantes até 2020.

As Olimpíadas abriram possibilidade para maior entrada de construtoras e incorporadoras no mercado e possibilitaram a criação de centros financeiros, que se concentraram na Barra da Tijuca<sup>187</sup> e na área portuária. Áreas das duas principais PPPs, Porto Maravilha e Parque Olímpico, responsáveis por entregar o patrimônio público nas mãos de grandes construtoras. Divulgadas como legado olímpico, as PPPs se beneficiam de adaptações na legislação a fim de garantir o retorno dos investimentos aos agentes privados e o financiamento dos mesmos pelo setor público.

A Operação Urbana Consorciada, OUC, Porto Maravilha foi responsável por vender 5 milhões de m<sup>2</sup> de terras públicas<sup>188</sup> do governo federal para a Prefeitura do Rio a partir de avaliações realizadas pela Caixa Econômica Federal e gerenciadas pela própria Prefeitura. O Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, da Caixa Econômica

---

<sup>186</sup> Mercado Imobiliário da Cidade do Rio de Janeiro Comparativo Anual 2010/201. Em: [http://www.ademi.org.br/article.php3?id\\_article=46665](http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=46665), acessado em Outubro de 2016.

<sup>187</sup> Região situada mais ao norte da Barra da Tijuca, ao redor da Av. Abelardo Bueno, Salvador Allende e Ayrton Senna, definido como "centro metropolitano" no plano de Lúcio Costa. CLARK, D. Imóveis da 'nova Barra' terão valorização de 50% com Rio 2016, prevê mercado. *G1*, Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/noticias/rio/0,,mul1333427-5606,00-imizeis+da+nova+barra+terao+valorizacao+de+com+rio+preve+mercado.html>, acessado em 07 de outubro de 2016. Ver também: Mercado Imobiliário da Cidade do Rio de Janeiro Comparativo Anual 2010/201. Em: [http://www.ademi.org.br/article.php3?id\\_article=46665](http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=46665), acessado em Outubro de 2016.

<sup>188</sup> A gestão dos serviços públicos em parte da região portuária do Rio de Janeiro começará a ser feita pelo Consórcio Porto Novo (formado pelas empresas OAS, Odebrecht e Carioca Engenharia). Ao longo de 15 anos, o consórcio receberá R\$ 7,6 bilhões da prefeitura para investimentos em obras e para a realização de serviços como coleta de lixo, troca de iluminação e gestão do trânsito na região. Raquel Rolnik, 2013, em <http://raquelrolnik.wordpress.com/2011/06/13/porto-maravilha-custos-publicos-e-beneficios-privados/>, acessado em Agosto de 2013

Federal, criado para viabilizar o procedimento, foi financiado com recursos do FGTS<sup>189</sup>. Os Cepacs, Certificados de Potencial Adicional Construtivo, da área foram oferecidos às construtoras interessadas em construir na região<sup>190</sup>. Ou seja, a operação imobiliária foi “executada por empresas privadas, mas financiada com recursos públicos em terrenos públicos. Continuamos sem saber onde estão os benefícios públicos desta PPP”. (ROLNIK, 2013)<sup>191</sup>

A área do referido projeto, o porto do Rio de Janeiro, era considerada obsoleta e habitada pelas camadas de baixa renda, construído no início do século XX com a realização de um aterro retilíneo se manteve isolada. Em 1940 a abertura da Avenida Presidente Vargas isolou a área em relação ao centro que se verticalizava o que provou uma ruptura paisagística entre ambas, a primeira mantinha-se com aspecto colonial e atividade econômica ligada à estiva e a segunda se modernizava (MASCARENHAS, 2016, p. 53). Por esta razão a área do porto não despertou por longo tempo o interesse dos agentes financeiros, até ocorrer o surto das experiências internacionais de revitalização de frentes marítimas. A conjuntura olímpica aponta para a revitalização da área portuária carioca como um dos locais a receber os investimentos urbanos dentro do pacote de intervenções. Entretanto, a área só entrou na pauta do evento quase dois meses após a aprovação da candidatura do Rio, quando em 02 de Outubro de 2009 foi aprovada a Lei Complementar 101, seguida das leis 102, 103 e etc, que determinam a criação da Operação Urbana Consorciada, OUC, Porto Maravilha que viabilizou a flexibilização dos parâmetros urbanísticos legais para consolidação do megaprojeto. O projeto inicial previa muitos equipamentos na área portuária, entretanto, acabou sendo realizado apenas o “Boulevard Olímpico”, na Praça Mauá. O projeto está associado às violentas remoções<sup>192</sup> de residências do morro da Providência, primeira favela do Rio de Janeiro localizada na área. (MASCARENHAS, 2016, p. 54)

---

<sup>189</sup> Fundo de Garantia do Trabalhador

<sup>190</sup> Raquel Rolnik, 2013, em <http://raquelrolnik.wordpress.com/2011/06/13/porto-maravilha-custos-publicos-e-beneficios-privados/>, acessado em Agosto de 2013

<sup>191</sup> Em <http://raquelrolnik.wordpress.com/2011/06/13/porto-maravilha-custos-publicos-e-beneficios-privados/>, acessado em Agosto de 2013

<sup>192</sup> Nem as intervenções pontuais e nem as remoções olímpicas mativeram-se restritas aos bairros da Barra da Tijuca da área portuária.

O Parque Olímpico, por sua vez, na região da Nova Barra funcionou como mais uma alavanca de valorização imobiliária. Através desta PPP viabiliza-se também o repasse de terras públicas às empresas privadas, como forma de pagamento às empreiteiras responsáveis por sua execução. Embora o investimento público não seja considerado na contabilidade do legado divulgada pela mídia. O projeto do Parque Olímpico foi previsto em grande extensão de terra pública, antes ocupada pelo autódromo de Jacarepaguá. Foi desenvolvido em regime de Parceria Público Privada disputada pelo consorcio Rio Mais, formado pelas empresas Odebrecht Infraestrutura, carvalho Hosken e Andrade Gutierrez<sup>193</sup>. Conforme Medeiros (2016) a PPP em questão prevê repasses financeiros mensais do poder público municipal ao consorcio Rio Mais para remuneração dos serviços prestados pelo mesmo e transferência de 75% das terras públicas do antigo autódromo de Jacarepaguá (correspondendo a uma área de aproximadamente 1,18 milhões de m<sup>2</sup>) ao consórcio, determinado pela Lei complementar 108/2010 que autoriza a alienação dos terrenos como contrapartida imobiliária (MEDEIROS, 2016).

Dentre as irregularidades constatadas pela advogada Mariana Medeiros<sup>194</sup> o projeto foi realizado sem Estudo de Impacto Ambiental, EIA, apesar da previsão do mesmo constar na legislação Federal e Estadual, e estar estabelecido no decreto 30.379/2009 assinado, pelo Prefeito Eduardo Paes que prevê a implantação dos jogos Rio 2016 “à previa elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental e Impacto Ocupacional”. O Plano Diretor do Rio de Janeiro também determina a necessidade de Estudo de Impacto de Vizinhança, embora nenhum dos estudos mencionados tenha sido realizado e divulgado.

O procedimento da implantação da PPP do Parque Olímpico foi estabelecido sem audiências públicas de ampla participação e apesar do edital da referida parceria apresentar inúmeras irregularidades, as mesmas não foram suficientes para barrar o prosseguimento da consumação da PPP tanto no gestor municipal das PPPs quanto no colegiado do Tribunal de Contas do Município, segundo Medeiros (2016). Sobre as

---

<sup>193</sup> O consorcio Rio Mais, segundo o escopo da PPP deveria se encarregar, da implantação da infraestrutura do parque e da sua manutenção por 15 anos.

<sup>194</sup> Os dados aqui apresentados a respeito das irregularidades do Parque Olímpico são fruto da pesquisa da advogada Mariana Medeiros e demonstram o grande benefício do setor privado nos acordos realizados no âmbito da referida PPP, ultrapassando, inclusive, as esferas da ética pública. Para maior aprofundamento ver MEDEIROS (2016).

reformas urbanas supõe-se que as mesmas devem repercutir de forma positiva para os moradores dos lugares, entretanto as realizadas no Rio de Janeiro nesta época geraram processos gentrificadores devido à valorização do solo que só beneficiou investidores imobiliários.

Esta situação se enquadra nas políticas revanchistas, que são facilitadas pelos megaeventos, a tomada territorial pela elite permite a expansão do capital, como ocorreu com a consolidação das PPPs mencionadas, o Parque Olímpico, responsável pela remoção da Vila Autódromo e de diversas favelas do entorno, e o Porto Maravilha que provocou gentrificação na Zona portuária do Rio de Janeiro e foi responsável pela remoção de inúmeras famílias do morro da providencia e de outros bairros populares situados nas proximidades da área de projeto. (MEDEIROS, 2016).

As PPPs não são positivas para a cidade e nem para a população, mas para as empresas privadas participantes da parceria. Neste contexto a ideia de legado olímpico apresenta-se como estratégia de convergência entre o universo do espetáculo produzido pelo evento esportivo e a realidade da cidade mercadoria que objetiva intensificar sua mercantilização a nível local, ao se colocar a serviço dos interesses das grandes corporações internacionais cujos anseios são antagônicos à promoção de bem estar social. (OLIVEIRA 2016, p. 118)

As vésperas das Olimpíadas no Rio de Janeiro a mídia oficial brasileira não havia abordado as inúmeras violações dos direitos humanos, reproduzidas durante as remoções de favelas executadas pela Prefeitura Municipal, nem os tiroteios diários que promoviam a limpeza étnica, principalmente nas favelas da Zona Sul do Rio<sup>195</sup>. A organização da cidade, em termos de circulação e uso do espaço público, também não era debatida com a população residente da cidade. O Rio estava recortado por enclaves delimitados por grades de segurança com restrição do acesso aos atletas, turistas, moradores de determinadas áreas - que possuíam credencial concedida pelo COI<sup>196</sup>, e

---

<sup>195</sup> Além do traço de autoritarismo e exclusão presente nas intervenções urbanísticas descritas, a reformulação de diversas áreas da cidade foi complementada com a política de segurança de UPP, Unidade de Polícia Pacificadora; iniciada em 2010 a operação fazia parte da preparação da área para o projeto Porto Maravilha e para a preparação da cidade para os megaeventos. As UPP's deveriam ser direcionadas para a segurança dos moradores das favelas, entretanto, ocorre exatamente o oposto, a população da favela é oprimida e a pela presença das unidades, que funcionam para imposição do modelo hegemônico de cidade que vem sendo implantado.

<sup>196</sup> Comitê Olímpico Internacional, COI.

aqueles que podiam pagar pelo evento. Tais barreiras impeditivas estavam asseguradas por paredes humanas de soldados do exército altamente armados para uma guerra e pela polícia. O espaço público havia se transformando em espaço privativo, exclusivo à elite, sob legitimação do Estado, e garantido pelas forças armadas. Situação que também não foi abordada pela mídia oficial (Ver figura 37 a 45).

A finalidade da operação olímpica parecia deixar livre o trânsito de turistas e de convidados ao espetáculo. Enquanto os trechos que conduziam do aeroporto à zona Sul, da zona sul à zona Oeste – trechos usados pelos visitantes do Rio Olímpico - estavam desimpedidos, os trechos dentro do centro, centro-periferia e o acesso aos demais bairros estavam com trânsito intenso devido ao bloqueio de determinadas áreas que congestionava todas as demais adjacentes. O quadro era de tensão social, instabilidade política, conflito armado em diversas favelas, militarização das ruas, enclaves urbanos que desordenavam o trânsito de veículos e o acesso a diversas áreas da cidade e articulação de movimentos sociais que denunciavam todas as ações violentas mencionadas e as remoções de moradias ocorridas sob pretexto da realização do espetáculo (Ver figura 46 e 47).

Enquanto a opressão de uma classe branca e elitista se estabelecia na preparação do território urbano sobre outra negra ou parda, pobre, marginal e excluída do espetáculo, a cerimônia de abertura dos jogos, dissimuladamente, mencionava a favela, o funk<sup>197</sup> e as diversas etnias brasileiras como ingredientes da nossa cultura a serem respeitados. A mídia também não mencionou a manifestação contrária a realização das Olimpíadas 2016 que aconteceu na praça Saens Penha<sup>198</sup>, no Rio de Janeiro, ocorrida no mesmo dia da cerimônia de abertura dos jogos, em 06 de Agosto de 2016. A manifestação foi reprimida pela força policial. (Ver figuras 48 a 49).

A orientação anti-democrática das políticas de segurança pública não são novidade na gestão urbana, como visto historicamente, tais políticas são usadas no país como instrumento de opressão da elite sobre as classes desprivilegiadas, marcadas pela

---

<sup>197</sup> Ritmo brasileiro de origem popular criado nas favelas. Aborda temas relacionados ao cotidiano das mesmas; a estética de muitas músicas funk destoa do padrão poético e musical das classes médias e altas, divulgado pela mídia oficial.

<sup>198</sup> A manifestação foi organizada pelo Comitê Popular Copa e Olimpíada e outros segmentos da sociedade civil, a praça localizada no bairro da Tijuca, foi escolhido pela proximidade com o maracanã, estádio que sediou grande parte dos jogos.



violência policial nas ações de extermínio da juventude negra e favelada. Não somente na ocasião das Olimpíadas as favelas estavam sofrendo com operações policiais que terminavam com muitas mortes, e eram mencionadas pelos movimentos sociais urbanos, mas também alguns anos antes às vésperas da Copa do Mundo de 2014, o ano de 2013, ano da Copa das confederações, foi lembrado pelos movimentos sociais duas ações violentas da polícia do Rio de Janeiro que completavam 20 anos: as chacinas de Vigário Geral<sup>199</sup> e da Candelária<sup>200</sup>. (Ver figuras 50 a 52)

As políticas de repressão disfarçadas com o nome de “políticas de segurança pública” na ocasião dos megaeventos no Rio exerciam violência física e simbólica em todo o cidadão que representasse ameaça à realização do evento, o Estado de exceção estabelecido não permitia a circulação de veículos em determinadas ruas e nem o acesso de pedestres à determinados bairros e lugares não fosse portando a credencial olímpica ou o comprovante de residência do bairro de destino. O cidadão havia perdido o direito a livre circulação no momento do evento e estas medidas estavam respaldadas pelos órgãos governamentais. (Ver figura 53).

Os megaeventos configuram-se como circunstância ideal para estabelecimento de aspectos revanchistas e ajudam a criar condições perfeitas para transformação autoritária e anti-democrática da cidade na direção dos interesses corporativos (BROUDEHOUX, 2016, p. 458). Eles possibilitam alterações legais que apontam para transformações drásticas da espacialidade e da sociabilidade, estas alterações apresentam-se como temporárias, mas muitas vezes tornam-se permanentes.

Conforme Broudehox (2016) o revanchismo é caracterizado pela guerra dos ricos contra os pobres, uma espécie de vingança de classe que busca recuperar o controle do espaço urbano através da desapropriação violenta e enfatiza a ideia de Harvey (2004) de acumulação por desapropriação ou desposseção, além de testemunhar a emergência de uma nova ordem moral, marcada pela ausência de solidariedade que busca apagar os

---

<sup>199</sup> A Chacina de Vigário Geral, foi uma das maiores chacinas do estado do Rio de Janeiro, foi um episódio de assassinato coletivo ocorrido na favela de Vigário Geral, Zona Norte do Rio de Janeiro. A favela foi invadida em agosto de 1993 por um grupo de extermínio de 36 homens encapuzados e armados e mataram vinte e um moradores. Segundo relatos o motivo da chacina foi o assassinato de quatro policiais militares no bairro Vigário geral, alguns policiais foram presos e outros afastados.

<sup>200</sup> Na Chacina da Candelária oito jovens que dormiam próximo à igreja da Candelária no centro do Rio de Janeiro, foram violentamente assassinados por policiais, próximo a meia noite, sendo seis deles menores de idade.

avanços democráticos e legitimizar a desigualdade social. Ressalta-se que as imposições ideológicas para adaptação à forma de vida mercantil e ao comportamento consumista já haviam sido motivos de intensos protestos nos últimos anos. A estratégia de neoliberalização de cidades levada a cabo pelo sistema capitalista conduzida pela tríade, Estados Unidos, Europa e Japão, (SANTOS, 2013) contextualiza o momento de transição das metrópoles globais e da sociedade mundial em curso, – levado a cabo pela execução de Grandes Projetos de Intervenção Urbana e pelas novas formas de gestão descritas – caracterizado pela massiva repressão das manifestações.

Embora o contexto socioeconômico e político em que se encontrava o Rio de Janeiro – e as demais metrópoles globais – às vésperas e durante os megaeventos fosse crítico, a situação de conflito e crise é entendida por Santos (2013) como esperançosa, porque nutre o questionamento: Tal quadro de escassez e desesperança, conforme o autor, é responsável por alimentar o sentimento de resistência que leva às ruas, eclodindo em manifestações contra o sistema vigente, que iniciadas em 2011 no Norte da África marcaram o início de uma articulação em rede da nova esquerda mundializada.

De acordo com Carneiro (2012) os movimentos iniciaram-se no Norte da África derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estenderam-se à Europa, na Espanha, na Grécia e em Londres com greves e ocupações em 2012; estenderam-se ao Chile, aos EUA com o “*Occupy Wall Street*” e a Rússia. E em 2013 e 2014 ocorreram no Brasil; tomando as ruas do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Belo Horizonte e de outras capitais em todo o país. No caso das manifestações de Junho de 2013 no Brasil, o estalo inicial deveu-se a elevação da tarifa de ônibus, pelo Movimento Passe Livre (MPL), e colocou o tema do transporte público e sua regulação na pauta do debate sobre as cidades e as políticas urbano-regionais. A crise de (i)mobilidade, que afeta as grandes metrópoles e inúmeras cidades brasileiras<sup>201</sup>, é tema que perpassa o direito a cidade, conforme Fix e Prado (2016). Atualmente a hegemonia do transporte individual privado é tanto reiterada quanto contestada, configurando um campo de disputa material e simbólico. O reforço da ideia de que a mobilidade é assunto privado, contrapõe a luta dos movimentos sociais que afirmam a mobilidade urbana como condição para o exercício de outros direitos. (FIX E PRADO, 2016). Iniciadas por

---

<sup>201</sup> Mobilidade urbana e direito à cidade: Lúcio Gregori fala sobre transporte coletivo e Tarifa Zero Publicado em Julho de 2016. Por Mariana Fix, Giovani E. Ribeiro e André D. Prado.

questões locais as manifestações tomaram proporções nacionais e posteriormente globais, incluindo novas pautas na pauta inicial, e questionando o modelo da economia neoliberal.

Embora as manifestações tenham sido duramente reprimidas, as vozes populares não foram sufocadas por completo. Os novos movimentos sociais anti-capitalistas permaneceram atuando na construção de uma rede popular de solidariedade de dimensão global, mas atentas às características particulares de cada contexto nacional. Entretanto, a moldura institucional democrática do Estado de direito (Burguês) continua predominante, o que garante a reprodução capitalista. A crença na “ilusão democrática”<sup>202</sup> de que os mecanismos institucionais atuais, tal como efetivam, são capazes de atender as necessidades do precariado<sup>203</sup>, inviabiliza a transformação radical das relações capitalistas. Carneiro (2012) acrescenta: “Se a democracia não é real, conforme expressa o nome de um dos grupos organizadores M15M – Democracia Real Ya (DRY) -, ela se constitui como a principal ilusão sustentadora do sistema político e ideológico, como lembra Slavoj Zizek, e sua superação depende não só do rechaço ao sistema corrupto, midiocrático e a serviço dos bancos, mas também da formulação de uma alternativa.” (CARNEIRO 2012, p. 11).

O movimento insurgente utiliza da mídia alternativa e as redes sociais para difundir-se, para Harvey é mais importante a união dos corpos no espaço público do que os fluxos de comunicação pela internet. Carneiro (2012) ressalta como ponto de concordância do movimento a crença de que “o capitalismo vive não apenas de uma crise cíclica de ‘destruição criadora’, mas um momento de declínio geral”. A necessidade da luta pela territorialização que engrenou o levante em todo o mundo deriva das consequências sociais, econômicas e políticas da gestão capitalista neoliberal, dentre as quais se destaca: a “perda de direitos sociais, políticos e sindicais e as características de inorganicidade das novas camadas do proletariado (...) e por uma maior exclusão dos direitos também nas novas gerações de trabalhadores” (CARNEIRO 2012, p.13)

---

<sup>202</sup> Slavoj Zizek (2011). “O violento silêncio de um novo começo”.

<sup>203</sup> Precariado é um termo que parece ter surgido no Japão, como um neologismo anglicizado, que designa a nova forma de proletariado informal e terceirizado. O novo tipo de trabalhador cujas habilidades intelectuais são exploradas sob desregulamentação e perda de direitos sociais (ou seja, precarização) do Welfare State das gerações anteriores do proletariado industrial. CARNEIRO (2011, p.13)

Em todo o mundo a “flexibilização” da economia acompanhada da desregulamentação global e da perda dos direitos sociais ampliou a nova camada social precarizada marcada pela predominância de jovens. Estes indivíduos na Europa e no mundo despertaram com euforia política diante de um mundo dominado por ideais individualistas e carência de projetos coletivos e deram início às reivindicações. Que globalizaram -se, uma vez que as condições explicitadas também são globais.

A desigualdade econômica mina sistematicamente o funcionamento democrático, (PESCHANSKI, 2011), por configurar realidades sociais vulneráveis. Observa-se um “contexto mundial dominado pelo capital global que desterritorializa” (ALVES, 2011) e como consequência evidencia-se uma resistência globalizada no sentido de territorializar o mundo com senso de justiça social. Entretanto, as reações hegemônicas não são brandas. (CARNEIRO, 2012). Na Europa a crise permanece; no Chile, nos Estados Unidos e no Brasil a polícia prendeu milhares de manifestantes. A atuação policial empenha-se em reprimir as tentativas de mudança.

O contexto brasileiro, com destaque para o Rio de Janeiro, encontra-se em um período de evidência internacional alavancado pelos grandes eventos, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016, caracterizado pela restauração do poder pelas elites econômicas, processo chamado de neoliberalização<sup>204</sup> (HARVEY, 2005 p. 25) ou revanchismo (Smith, 1996) que reforçado pela crise política nacional, acentuada em 2016, configurou um cenário de aumento da repressão no qual as elites se sentem ameaçadas. Este quadro resulta na proliferação de conflitos no espaço da cidade. O direcionamento da gestão da cidade voltado para o empreendedorismo confronta-se com realidades sociais precárias e as agrava, tendo como resultado a produção de inúmeras formas de segregação. Com o intuito de protestar contra as consequências socioeconômicas das transformações territoriais do Rio de Janeiro megaeventista, o Comitê Popular Copa e Olimpíadas realizou a campanha “Cem dias sem Direitos”<sup>205</sup>, que relatou cem violações aos direitos da população ocorridas nos cem dias que antecederam a realização da olimpíada em 2016, dos quais segue abaixo a contagem regressiva das violações dos dez últimos dias

---

<sup>204</sup> A neoliberalização (Harvey 2005, p. 25) é o projeto político para reestabelecer as condições de acumulação do capital, assim como o poder das elites econômicas em momento de crise social e política.

<sup>205</sup> Veja as 100 violações de direitos da Contagem Cem Dias Sem Direitos para os#JogosdaExclusão: Em <https://medium.com/@jogosdaexclusao/contagem-cem-dias-sem-direitos-f7b175831e1d#.tsno7qvin>, acessado em 11 de Janeiro de 2016

antes do megaevento. Texto elaborado pelo Comitê Popular Copa e Olimpíadas para a referida campanha<sup>206</sup> (Ver figura 54 a 63):

“Quando faltavam 10 dias para realização das Olimpíadas ocorreu mais uma tentativa de remoção da Favela Metrô-Mangueira: A Metrô-Mangueira, com mais de 30 anos, situada ao lado do Estádio do Maracanã, abrigava mais de 650 famílias e começou a ser removida em agosto de 2010. A alegação inicial era de risco, mas nunca houve comprovação. Depois, foi mencionada a necessidade de construção de estacionamento para o Maracanã, para a Copa e para as Olimpíadas, mas o projeto nunca foi apresentado. Sob ameaças da prefeitura, de serem levadas a um abrigo público, 108 famílias aceitaram negociar e ir para um conjunto habitacional em Cosmos, a 70 km do local. A prefeitura começou a demolição das casas, aumentando a pressão sobre as demais famílias. Através da resistência, 462 famílias conseguiram ser reassentadas em conjunto próximo, a menos de 500m, e 92 aceitaram a mudança para conjunto habitacional em Triagem. Ainda restaram no local famílias que não aceitaram as propostas oferecidas e que não se enquadravam nas condições do financiamento habitacional dos conjuntos. Ficaram também os comerciantes, com a promessa de serem realocados para local próximo. A comunidade permanecia “semi-demolidada”, com escombros e lixo das demolições e estrutura de casas descaracterizada.

As áreas vazias e casas descaracterizadas da comunidade voltaram a ser ocupadas por famílias sem-teto e usuários de drogas nos anos de abandono. No início de 2014, a prefeitura iniciou nova ação de remoção violenta das áreas ocupadas, chegando sem aviso prévio para realização de demolições. Muitas casas foram demolidas com pertences das famílias dentro, mas os moradores resistiram com suporte de muitos apoiadores, as ações violentas da prefeitura foram registradas pela mídia. Diante da resistência, a remoção foi novamente interrompida. A área hoje permanece em

---

<sup>206</sup> O texto da contagem regressiva dos dez dias que antecedem as olimpíadas aqui descrito foi elaborado pelo Comitê Popular Copa e Olimpíada para a campanha contagem regressiva #CemDiasSemDireitos, disponível na página do Comitê Popular no facebook:

<https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/photos/a.1105741459485901.1073741843.220708154655907/1110845262308854/?type=3&theater>, acessado em 11 de Janeiro de 2017. Para maiores informações ver também: #Rio2016 #JogosdaExclusão #CidadeOlimpica

condições extremamente precárias, e possui as marcas das remoções e das ações violentas da prefeitura.

Quando faltavam 09 dias para os Jogos Olímpicos assistia-se a militarização da Guarda Municipal na cidade e a Campanha Cem Dias Sem Direitos descrevia a respeito do panorama: “Adepto da tolerância zero, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, instaurou o Choque de Ordem<sup>207</sup> pouco depois de tomar posse. Na linha de frente dessa operação, está a Guarda Municipal, fortemente armada. Mesmo depois de liminar concedida na justiça em 2013 contra a Prefeitura do Rio, a Guarda continuou a usar armas menos letais em suas operações, enquanto o prefeito tentava aprovar na Câmara dos Vereadores a proposta de emenda à Lei Orgânica do município para permitir o uso de spray de pimenta, bombas de efeito moral e equipamentos de choque “*teaser*” por guardas municipais. O projeto ainda corria quando a presidente Dilma sancionou o Estatuto Geral das Guardas Municipais, dando aos agentes poder de polícia e autorização para portar arma de fogo. O efetivo da Guarda também aumentou, chegando a alcançar 7.500 homens em 2011. Em grave desvio de função, a Guarda atua na repressão de camelôs, no recolhimento compulsório de moradores de rua e de dependentes químicos e até mesmo em casos de remoção de habitações, promovendo a limpeza social para antes, durante e depois dos Jogos Olímpicos. A Lei Orgânica, que reserva aos guardas municipais apenas a proteção do patrimônio público, está sendo ignorada pelo prefeito do Rio de Janeiro.”

Quando faltavam 08 dias para a inauguração do Parque Olímpico, ressaltava-se na campanha a Ausência da realização do Estudo de Impacto Ambiental do Parque Olímpico, EIA, conforme descreve a publicação do Comitê Popular Copa e Olimpíada: “O Parque Olímpico está sendo construído nas margens da Lagoa de Jacarepaguá, em área ambientalmente frágil, o que em si já exigiria um processo de licenciamento ambiental avaliando os impactos previstos. O empreendimento, pelo seu porte, exigiria também um Estudo de Impacto de Vizinhança conforme definido no Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro. Além disso, o prefeito Eduardo Paes, em um de seus primeiros atos, publicou o decreto n. 30.079, de 01 de Janeiro de 2009, que estabelece que o município do Rio de Janeiro deve: ‘condicionar a implantação de instalações dos Jogos Rio 2016 e atividades a eles vinculadas, efetiva ou potencialmente causadoras de alteração no meio ambiente e na qualidade de vida, à prévia elaboração de estudo de

---

<sup>207</sup> Operação especial da polícia para repressão de situações específicas.

impacto ambiental, relatório de impacto ambiental e impacto ocupacional’ Burlando inclusive a legislação estabelecida por ele mesmo, Eduardo Paes autorizou as obras do Parque Olímpico sem o Estudo de Impacto Ambiental. Os impactos, inclusive sobre a comunidade Vila Autódromo deveriam ser previstos e mitigados, considerando seus aspectos ambientais, sociais e econômicos. As obras do Parque Olímpico, que incluíram aterros e despejos de dejetos potencialmente poluidores na Faixa Marginal de Proteção da Lagoa de Jacarepaguá, assim como a remoção de mais de 800 famílias, simplesmente aconteceram sem sequer ter a avaliação dos riscos e danos causados.’

Quando a contagem Regressiva da referida campanha apontava 07 dias para as Olimpíadas, ressaltava-se que mais de 22 famílias haviam sido removidas na Cidade Olímpica, e alertava-se para a situação da Vila União de Curicica: Apesar das afirmações do prefeito Eduardo Paes de que a Vila Autódromo seria a única remoção necessária às Olimpíadas, em 2013 os moradores da Vila União de Curicica começaram a receber ameaças, sem ter acesso a informações concretas, de que toda a comunidade seria removida. Seriam mais de 800 famílias, para a construção do BRT Transolímpica, configurando a maior remoção das Olimpíadas. Até 2012, a Vila União de Curicica estava incluída na lista das comunidades que receberiam obras de urbanização do Programa Morar Carioca. Em 2013, o contrato foi suspenso, o programa cancelado e as casas começaram a ser marcadas. Moradores de Vila União se organizaram para resistir e, junto com movimentos sociais e defensores do NUTH/Defensoria Pública do Estado. Na luta contra a remoção, realizaram atos públicos e elaboraram um dossiê relatando as ameaças e violações de direitos na comunidade. Em resposta, a prefeitura passou a estudar outros traçados, chegando a apresentar aos moradores, em dezembro de 2014, um projeto cuja remoção de casas se reduziria para 180 famílias. No início de 2015, porém, a prefeitura publicou no Diário Oficial a informação de que 340 casas seriam demolidas. As demolições começaram sem que o traçado fosse apresentado. O Ministério Público enviou um pedido solicitando o plano oficial do projeto, porém a resposta dada foi que o plano oficial ainda não estava finalizado, embora as famílias já estivessem sendo removidas. A remoção foi feita, mais uma vez, através de ameaças, pressão psicológica e falta de informações. Até hoje não foi apresentado um projeto de urbanização para a área da comunidade que permanece no local.

Quando faltavam 06 dias para as Olimpíadas, a campanha “Cem Dias Sem Direitos” apontava a ocorrência de Trabalho escravo nas obras olímpicas: “Já é fato conhecido que a urgência para entregar a tempo a infraestrutura necessária à realização dos jogos – combinada com as pressões do COI, da FIFA e de nosso próprio governo - facilita e legitima a adoção de padrões de relação de trabalho precarizados, além de criar

justificativas para as violações aos direitos dos trabalhadores. Por isso foram deflagradas greves nas obras do Maracanã, do Parque Olímpico, do Engenho, da Linha 4 do Metrô, da Transcarioca e da Transolímpica. Uma das situações mais graves, no entanto, ocorreu em agosto do ano passado, quando o Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro, MPT-RJ, resgatou 11 operários que trabalhavam em condições de escravidão nas obras do condomínio Ilha Pura, que servirá como Vila dos Atletas à Olimpíada. Vindos do Maranhão, da Paraíba, da Bahia e do Espírito Santo, os trabalhadores eram aliciados com a promessa de receberem alojamento, alimentação e reembolso da passagem. Ao chegarem aqui, depararam-se com alojamento em condições precárias, o que foi agravado quando o pagamento dos alugueis foi cortado pela empresa Brasil Global. ‘Havia baratas, ratos e esgoto nas residências, muito dormiam no exterior do imóvel, tamanha a sujeira’, disse a procuradora responsável pela fiscalização. Subcontratada pelo consórcio Ilha Pura, a Brasil Global emprega mais de 300 trabalhadores, e é alvo de investigação contra irregularidades trabalhistas como atraso no pagamento de salários, ausência de intervalo para descanso intrajornada e não pagamento das verbas rescisórias. As obras da Vila Olímpica já haviam recebido 209 autos de infração do MPT-RJ em dezembro de 2014, que atestavam principalmente contra a falta de segurança e as condições precárias de higiene no canteiro de obras. Em julho deste ano, o Comitê Rio 2016 recebeu multa de R\$ 315 mil. O motivo: o MPT-RJ encontrou cerca de 630 empregados trabalhando sem carteira assinada, em regime de trabalho exaustivo, de até 23 horas. Enquanto isso, Odebrecht e Carvalho Hosken, que formam o consórcio responsável pela construção do condomínio, não perderam um centavo.

Quando faltavam 05 dias para as Olimpíadas reforçava-se a ocorrência da ocupação militar das favelas: ‘Seis favelas do Rio de Janeiro devem ser ocupadas pelas Forças Armadas para a realização das Olimpíadas. O uso do Exército contra a população para a garantia de um megaevento, assim, se torna ainda maior do que no caso da Copa do Mundo, onde o Conjunto de Favelas da Maré foi o único ocupado. A presença das Forças Armadas coloca a população da favela sob a lei militar. Ao ser detido por um soldado, por exemplo, a pessoa não vai para a Justiça comum, sendo levada diretamente para a Justiça Militar. Ao tratar o favelado como inimigo o Estado mais uma vez mostra que esses são os Jogos da Exclusão’.

No quarto dia para realização das Olimpíadas a campanha chamou a atenção para a remoção que estava em curso no Largo do Tanque: ‘As casas no Largo do Tanque começaram a ser marcadas na semana anterior ao Carnaval de 2013. Em menos de três semanas, as 66 famílias que moravam no local já haviam sido despejadas. Com o trator



na frente das casas, um funcionário da prefeitura com o cartão com o logo ‘Rio Cidade Olímpica’, negociava as saídas. Os relatos dos removidos revelam tortura psicológica, intimidação e baixíssimo valor das indenizações. A estratégia de negociação é perversa, com valores sendo reduzidos ao longo do tempo, para pressionar os moradores a aceitarem a primeira oferta, sempre abaixo do preço de mercado. As famílias denunciaram que foram ameaçadas pelo assessor da Prefeitura a não procurar a justiça, porque estariam em situação ilegal e perderiam seus imóveis sem qualquer reparação. Os moradores do Largo do Tanque, no entanto, por estarem no local há mais de cinco anos, teriam direito ao reconhecimento do direito constitucional à posse da terra. As indenizações não passaram de R\$ 30 mil e há relatos de famílias que tiveram que recomeçar a vida com apenas R\$ 7 mil. Também não há registro público da ação e os moradores não receberam nenhuma notificação ou comprovante oficial durante o processo de despejo. Ninguém teve acesso ao projeto, a informações sobre que obra seria realizada no local, ou mesmo ao motivo de tanta urgência.

No terceiro dia de contagem regressiva para as Olimpíadas o Comitê popular frisava a privatização do Estádio do Maracanã: ‘Na preparação do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo e Olimpíada, podemos ver o Maracanã como um símbolo do projeto de cidade em curso. Se na sua construção para a Copa de 1950 o ‘Maraca’<sup>208</sup> incluía todos os setores da sociedade (10% dos cariocas estavam presentes na final), a privatização do Maracanã após a última reforma simboliza o projeto de cidade que prioriza o lucro das grandes empresas e transforma o cidadão em consumidor e exclui a população mais pobre não só dos estádios, mas dos espaços públicos de modo geral e também dos processos decisórios. O fim da geral e a colocação de cadeiras nas arquibancadas já indicavam o processo de elitização do Estádio e do aumento do controle sobre os torcedores, mas a última reforma e privatização do Complexo Maracanã revelaram o objetivo dos governantes e sua associação com grupos privados. Sem consultar a população, com claras irregularidades e de forma violenta, como na desocupação da Aldeia Maracanã, Cabral, Pezão e Paes<sup>209</sup> entregaram todo o Complexo Maracanã para a Odebrecht no intuito de transformá-lo num centro de entretenimento para a classe média e a elite. A luta de atletas, treinadores, usuários dos equipamentos esportivos, pais de alunos, indígenas, torcedores e de diversos setores da sociedade conseguiu que este projeto não fosse levado a cabo. Mesmo assim, o Célio de Barros e Julio

---

<sup>208</sup> Apelido dado pelo carioca ao Estádio Maracanã.

<sup>209</sup> Governadores e prefeito do Rio de Janeiro, respectivamente.

Delamare<sup>210</sup> foram parcialmente destruídos e continuam fechados, a Aldeia Maracanã<sup>211</sup> foi desalojada do Prédio do Museu do Índio, que continua abandonado, e os times cariocas e os torcedores tradicionais seguem longe do Maracanã. Lutar por um Maracanã público, popular e democrático é lutar por uma cidade em que os interesses coletivos prevaleçam sobre interesses privados. Por isso, num momento que a Odebrecht<sup>212</sup> está desenvolvendo o estádio ao Governo Estadual, exigimos que seja a população, e não as empresas, que decida o destino do Maracanã!’

Quando faltavam 02 dias para as Olimpíadas, ressaltava-se a vitória da Vila Autódromo: A Vila Autódromo é um marco da resistência popular contra as violações dos direitos humanos no contexto dos Jogos Olímpicos do Rio. As Olimpíadas foram usadas como desculpa pela Prefeitura do Rio de Janeiro para abrir uma guerra contra seus moradores que, cientes de seus direitos, buscaram apoio em movimentos sociais, na Defensoria Pública do Estado e em universidades. A Prefeitura apresentou 9 argumentos diferentes para tentar justificar a remoção desnecessária das 600 famílias da comunidade. A remoção, porém, tinham um propósito maior: a limpeza social da área que após os jogos será destinadas à construção de apartamentos de alto padrão. Os moradores não aceitaram perder suas casas e, com apoio da UFRJ e UFF, elaboraram seu plano popular, que demonstrava a possibilidade de permanência de todas as famílias e a continuidade da construção das instalações para as Olimpíadas. A Prefeitura conseguiu minar a resistência dos moradores, usando diversos artifícios, desde mentiras, intimidações, negociações individuais e violência. A remoção começou em março de 2014, com a mudança de cerca de 200 famílias para o conjunto Parque Carioca. Depois começaram as negociações individuais e as ameaças: ‘quem não negociasse, poderia ficar sem nada.’ - Ainda enfrentando muita resistência, a Prefeitura então publicou decretos de desapropriação, atingindo várias casas, entre elas as de lideranças como Altair Guimarães, Jane Nascimento e Maria da Penha Macena. No início de 2016 restavam menos de 50 famílias na comunidade. Mesmo assim, as poucas famílias resistiam, e não abriam mão de seus direitos e de sua comunidade. No dia 08 de maio, dia da demolição da casa da Dona Penha, o prefeito Eduardo Paes anunciou à imprensa, sem chamar os moradores, seu projeto para a Vila Autódromo. Somente duas semanas depois os moradores foram informados sobre o plano apresentado à imprensa. 20 casas,

---

<sup>210</sup> Dois complexos desportivos construídos para os Jogos Pan Americano.

<sup>211</sup> Edifício ocupado no Rio de Janeiro por etnia indígena que foi violentamente despejado.

<sup>212</sup> Construtora pertencente ao grupo das mais poderosas do país.

de 55 metros quadrados, em pequenos lotes, foram construídas e entregues aos moradores a poucos dias das Olimpíadas. As 20 famílias que resistiram foram vitoriosas em uma luta dura e desigual contra a Prefeitura e grandes interesses do mercado imobiliário. A Vila Autódromo Vive e com orgulho mostra que sua história não será apagada.

Na véspera das Olimpíadas realizava-se o ato ‘Jogos da Exclusão’ para denunciar todo o processo de transformação da cidade, na ocasião o Comitê divulgava: “A cidade do Rio de Janeiro, depois dos Jogos Olímpicos será uma cidade mais desigual, antidemocrática e excludente. Os megaeventos tem acelerado a mercantilização dos espaços públicos e atuado no sentido de legitimar as inúmeras violações de direitos humanos. Leis de exceção e novas instituições aceleraram grandes projetos urbanos, absorvendo volumosos recursos públicos, e aumentando a escala e alcance de um modelo urbano perverso. A Prefeitura tenta negar e mascarar os impactos das Olimpíadas na violação do direito à moradia. Já são mais de 22 mil famílias removidas desde 2009, início da preparação da cidade para os Jogos Olímpicos, sendo que delas 4.120<sup>213</sup> foram removidas por obras diretamente ligadas aos jogos olímpicos por meio da coação e da violência institucional, violando gravemente os direitos humanos, em especial o direito à moradia. Enquanto celebram-se os Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, aumenta a falta de compromisso com o esporte como direito e mecanismo de integração social. É evidente a ausência de um legado esportivo que beneficie o conjunto da cidade do Rio de Janeiro, democratizando o acesso da população aos equipamentos esportivos. Espaços públicos e equipamentos esportivos são fechados e privatizados. Observa-se a crescente militarização da cidade, no âmbito de uma política de segurança belicista e racista, que atinge especialmente os jovens negros moradores de favelas e periferias, que são diariamente assassinados de forma irresponsável pela polícia. Essa política baseia-se no medo e promove a acentuação da segregação socioespacial da cidade. Aqueles que questionam e denunciam são perseguidos pela crescente criminalização dos movimentos sociais. Destaca-se ainda a violação ao direito à informação e à transparência da gestão pública. No discurso, as Olimpíadas estariam sendo realizadas com recursos privados. A análise dos dados desmascara a falácia desta informação e

---

<sup>213</sup> Dossiê do comitê popular da Copa e Olimpíadas, Rio 2016: os Jogos da Exclusão, disponível em [http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=1416%3Alan%C3%A7ametno-dossi%C3%AA-megaeventos-e-viola%C3%A7%C3%B5es-dos-direitos-humanos-no-rio&Itemid=164#](http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1416%3Alan%C3%A7ametno-dossi%C3%AA-megaeventos-e-viola%C3%A7%C3%B5es-dos-direitos-humanos-no-rio&Itemid=164#), acessado em Fevereiro de 2017.

demonstra que os custos da Olimpíada, além de serem superiores aos divulgados oficialmente, tem uma contrapartida pública bem superior aos gastos privados. Mais do que isso, por meio das parcerias público-privadas e da concentração de contratos com algumas grandes empreiteiras, pode-se dizer que a Olimpíada expressa a transferência de recursos públicos para o setor privado, subordinando o interesse público à lógica do mercado. Os impactos, infelizmente, não se resumem a estes destaques, mas envolvem o conjunto de setores, envolvendo a política de mobilidade subordinada aos interesses imobiliários, a repressão ao trabalho de camelôs, e a violação dos direitos de crianças e adolescentes. As violações dos direitos, em especial dos mais pobres, não começou com os megaeventos esportivos, mas se agravou com a Copa do Mundo e com a Olimpíada. As intervenções na cidade por meio de grandes projetos urbanos foram aceleradas com as leis de exceção e com o direcionamento de volumosos recursos públicos, aumentando a escala e alcance desse modelo. Desta forma, ao olhar o processo de preparação da cidade para as Olimpíadas é possível afirmar, com decepção: Rio, Olimpíada 2016 - os jogos da exclusão!”

A produção do Rio de Janeiro olímpico pode ser considerada um processo de elitização que se procede a partir da incorporação de novas áreas da cidade aos processos de reprodução do capital (MASCARENHAS, 2016). O autor ressalta o papel decisivo das Unidades de Polícia Pacificadoras, as UPPs, como ferramenta para inserção das favelas no circuito econômico formal e reforça que a remoção de muitas favelas, como o caso da Vila Autódromo, ocorre para satisfazer interesses privados nas áreas das comunidades, uma vez que as justificativas técnicas são inexistentes ou são, na maioria dos casos, insuficientes: os terrenos que se tornaram livres após as remoções foram entregues à iniciativa privada. Para Mascarenhas (2016) a experiência do Rio Olímpico se assemelha mais ao modelo Pequim 2008 que a qualquer outro da história, tanto pela monumentalidade e abrangência das intervenções quanto pela natureza autoritária da implementação das reformas urbanísticas. A preparação da cidade para os jogos deixa como legado um “conjunto de instalações ociosas e onerosas e uma geografia social bem menos generosa” (MASCARENHAS 2016, p. 18), entendida por Rolnik como “uma nova geografia da pobreza e da vulnerabilidade social” (2015. P. 265). Os megaventos são uma forma de acelerar a aplicação de capitais e “flexibilizar” em regime de urgência o benefício dos agentes privados (BARREIRA, 2013, p. 141), sua realização no Rio de Janeiro reflete o retrato da atual fase “neodesenvolvimentista” brasileira. (MASCARENHAS, 2016, p. 56).

### 3.4.2. A Releitura das remoções

Conforme visto, a cidade do Rio de Janeiro, assim como o país, vem passando por mudanças consideráveis nos últimos anos<sup>214</sup>. Tais “transformações” vêm implicando alterações substanciais nos usos e fluxos dos lugares da cidade. Há muitas décadas não se observavam intervenções de tal magnitude na cidade. Alexandre Magalhães (2016) considera ser possível afirmar que, na dimensão em que ocorrem, as intervenções urbanas atuais são comparáveis às reformas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX. Não à toa, o atual prefeito, Eduardo Paes, costuma reivindicar esta herança para caracterizar seu governo<sup>215</sup>, considera o sociólogo. Neste compasso, a conjuntura específica atual permitiria a configuração das condições de possibilidade para retomada de uma ação estatal que se considerava, até então, superada politicamente: a remoção de favelas<sup>216</sup> (MAGALHÃES, 2013).

Esta conjuntura favorável às remoções contaria com a contribuição do programa federal de habitação “Minha Casa Minha Vida”<sup>217</sup>. Este seria largamente utilizado pela prefeitura do Rio de Janeiro para levar a cabo as propostas de “desadensamento” e

---

<sup>214</sup> Uma primeira versão do debate aqui apresentado sobre as remoções no Rio de Janeiro foi publicada no artigo “Memória não se remove: a luta dos moradores da Vila Autódromo para continuar (re)existindo”. Escrito pelo sociólogo Alexandre Magalhães e Diana Bogado, 2016

<sup>215</sup> Cf. O Globo, 09/07/2012: “Em campanha, Paes tenta vincular sua imagem às transformações feitas por Pereira Passos”

<sup>216</sup> Segundo a própria prefeitura, entre 2009 e o início de 2014, 20,3 mil famílias foram removidas. Dessas, 9,3 mil estão em imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida, 5 mil recebem aluguel social e 6 mil foram indenizadas. Cf. “Mais de 20 mil famílias foram removidas nos últimos quatro anos no Rio”, Agência Brasil, 16 maio 2014. (MAGALHÃES 2013). Sobre a retomada da política de remoções, ver Magalhães (2013).

<sup>217</sup> Programa lançado em 2009, inicialmente como resposta do governo federal aos efeitos locais da crise econômica federal, cujo objetivo era construir 1 milhão de novas moradias, embora esta meta nunca tenha sido alcançada. Para mais informações sobre o impacto desta política, especialmente nos processos de segregação sócio-espacial nas cidades brasileiras, ver Cardoso, Adauto Lúcio et alli (2010). Além disso, em entrevista concedida aos pesquisadores Adauto Lucio Cardoso, Irene de Queiroz e Mello e Samuel Thomas Jaenisch, do Observatório das Metrópoles, a gerente de trabalho social do referido programa na Secretaria Municipal de Habitação (SMH) afirmou que entre 2009 e 2012 foram inaugurados 49 conjuntos habitacionais, sendo que 36 deles foram utilizados para reassentamentos. Corroborar a definição dos autores: “esses dados indicam que a Prefeitura do Rio de Janeiro tem usado massivamente o PMCMV para o deslocamento de famílias removidas de forma involuntária de seus locais originais de moradia”.

“reassentamento”, articulando-se de maneira decisiva às intervenções em curso no município em relação às favelas no que se refere à possibilidade de reincorporação da via da erradicação como forma de o Estado atuar nestes territórios (MAGALHÃES, 2013).

Neste compasso, a administração municipal aumentaria o escopo e alteraria consideravelmente a natureza das intervenções de seu programa de urbanização, agora com o programa Morar Carioca, que elencaria um conjunto de 123 favelas (aproximadamente 13 mil famílias)<sup>218</sup> que deveriam ser completamente removidas até o final de 2012. Seria possível situar as remoções de favelas no contexto da proliferação de dispositivos de exceção que alteraram consideravelmente os parâmetros a partir dos quais se estabeleciam as relações entre o Estado e suas margens no Brasil. Nesse sentido, houve um alargamento, nos últimos anos, de mecanismos de controle e administração das populações em detrimento da política e seus protocolos de negociação, discussão e participação, como visto. No caso do Rio de Janeiro (e no Brasil como um todo), simultaneamente às remoções, atualizam-se outros tantos mecanismos de controle populacional, como é o caso das Unidades de Polícia Pacificadora<sup>219</sup> e a internação compulsória de usuários de drogas em situação de rua.

As políticas habitacionais, portanto, passam a fazer parte do repertório de políticas públicas excludentes levadas a cabo pelo Estado no contexto dos megaeventos, assiste-se no ano de 2016, e nos anteriores, a promoção da remoção de muitas famílias que moravam nas áreas centrais ou áreas abastadas ou especuladas<sup>220</sup> - com ênfase nas zonas

---

<sup>218</sup>O objetivo que havia sido definido no final de 2009, embora este número viesse a se alterar com o levantamento feito após as “chuvas de abril”, que apontaria um número perto de 18 mil famílias a serem realocadas. (MAGALHÃES 2013)

<sup>219</sup> Ação do governo do estado do Rio de Janeiro implementada a partir de 2008. Consiste basicamente na ocupação policial de determinadas favelas cuja principal justificativa seria acabar com o controle exercido pelos grupos de traficantes. Entretanto, tem implicando em um controle polialesco das condutas e da vida política e cultural local, renovando, desta forma, o quadro das violências historicamente constatadas da polícia nestas localidades. Um exemplo desta situação pode ser observado no seguinte sítio da internet: <http://www.youtube.com/watch?v=6QJcXjOVtas&list=UU7G7saR0vFSMh-SdEyF3Utg> (Iovem é eletrocutado por PMs e população se levanta contra a UPP)

<sup>220</sup> Para maiores informações sobre o tema assistir ao documentário “Contagem Regressiva” de Gizele Martins e Gláucia Marinho, disponível em [www.youtube.com/watch?v=D2ldgKhkxh0](http://www.youtube.com/watch?v=D2ldgKhkxh0), ou ao filme “114 vídeos: Uma só história: A verdade sobre as remoções no Rio de Janeiro”. Realizado por Vladimir Seixas, Gláucia Marinho, Gizele Martins, Priscila Néri, Tiago Donato e Rio 40 Caos.

Sul, centro e zona Oeste - para a periferia. A remoção passa a ser respaldada pelo programa Minha Casa Minha Vida, MCMV,<sup>221</sup> como mencionado. (Ver figura 64).

O programa MCMV que surgiu com a finalidade de inclusão social se tornou um instrumento de segregação espacial reforçando o padrão centro-periferia de cidade polarizada, como ocorreu com inúmeras favelas removidas em toda a cidade para as partes mais precárias da zona Oeste, incluindo nisto as remoções das áreas mais nobres da zona Oeste para as mais marginais da mesma zona. O morador de favela que vivia próximo ao bairro aonde trabalhava foi removido forçadamente e violentamente para lugares que estão muito longe de seus trabalhos. Os lugares de destino, na maioria das vezes, não possuem oferta de trabalho significativa em suas proximidades, nem de transporte, nem de entretenimento. A remoção causa profundo impacto na qualidade de vida da comunidade, além de romper laços comunitários que os indivíduos constroem com a vizinhança ao longo da vida.

Além das remoções vinculadas às políticas habitacionais, se verificam também em outras regiões do país, os grandes empreendimentos econômicos, tratados como fundamentais ao atual modelo de desenvolvimento (ao menos até o momento de sua *débâcle* recente), que ocorrem ao passo de profundas violações de direitos humanos, implicando em deslocamentos populacionais sem igual na história recente do país (MAGALHÃES, 2013).

Como visto, as formas de intervenção urbana da atualidade, que têm o turismo e o consumo como focos principais, direcionadas a atender os interesses do mercado internacional, não alteram somente o aspecto físico dos lugares, mas também o social e o simbólico e são responsáveis por desencadear processos gentrificadores, seja pela remoção branca ou remoção efetiva. Neste aspecto Lefebvre reforça que a produção do espaço implica a aquisição de valores materiais e simbólicos mediante suas formas de representação (LEFEBVRE, 2001).

No caso das remoções realizadas no Rio de Janeiro, impera toda sorte de dispositivos de exceção. Entre os inúmeros mecanismos mobilizados pelos agentes públicos para lidar com as pessoas nestas situações de erradicação, destacam-se as práticas de pressões

---

<sup>221</sup> Embora o programa Minha Casa Minha Vida tenha sido inaugurado com o objetivo de redução do déficit habitacional, a sua maneira de implementação após alguns anos passou a contribuir para o aumento do déficit habitacional uma vez que passou a ser utilizado como justificativa à remoção de favelas.

diárias, tais como aquelas feitas por estes agentes quando dizem aos moradores: “ou você aceita a ‘proposta’ ou vai ficar sem nada”, “se não aceitar, vai para a rua”, “não adianta chamar ninguém para ajudar, a gente virá derrubar de qualquer maneira”; há um imenso esforço de fazer com que os próprios moradores entrem em conflito entre si, através da manipulação da informação sobre a situação local, limitando, em alguns casos, sua articulação contra o despejo; a emissão de autos de interdição (alegando risco) sem especificação e exigindo saída imediata, sem alternativa; a falta de identificação, por parte dos moradores, dos agentes com os quais são obrigados a lidar nestas situações; espalhar, a partir de contatos individualizados, que a prefeitura conseguiu liminares e que a qualquer momento pode ocorrer a remoção, o que leva a um estado de constante ansiedade; para evitar resistências, agentes do Estado afirmam que irão resolver a situação particular de cada um, solução esta que nunca chega, postergando o resolução ao máximo, levando ao extremo a agonia dos moradores; falta de acesso aos projetos a partir dos quais as remoções são justificadas; demolições sem compensação financeira; a destruição de casas geminadas como forma de pressão (haja vista que o morador ao lado fica apreensivo quanto ao que pode lhe acontecer com a desestabilização da casa vizinha); cortar ou limitar o acesso à serviços públicos, como água e eletricidade (compreendidas pelos moradores como uma forma de pressão); desqualificação moral de quem critica a situação<sup>222</sup> (MAGALHÃES, 2013).

Sobre a prática das remoções de favelas, a respeito da forma de atuação dos governantes, Gizele Martins<sup>223</sup> considera tais ações como “terrorismo do Estado”, Alexandre Magalhães (2013) complementa que os exemplos destas práticas seriam muitos. Elas se renovam e se atualizam a partir de cada nova situação de despejo. Podemos compreendê-las como se caracterizando por uma dinâmica que as localizam entre o formal e o informal, entre a lei e a sua exceção. Neste sentido, não poderiam ser compreendidas apenas como desrespeitando as leis vigentes, mas como que as contornando a cada situação específica.

---

<sup>222</sup> Uma primeira versão do debate aqui apresentado sobre as remoções no Rio de Janeiro foi publicada no artigo “Memória não se remove”: a luta dos moradores da Vila Autódromo para continuar (re)existindo. Escrito em conjunto pelo sociólogo Alexandre Magalhães e Diana Bogado, autora desta tese.

<sup>223</sup> Em entrevista a autora em Janeiro de 2017, Gizele Martins é moradora da Favela da Maré, jornalista e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação (PPGECC).



Sendo assim, estas práticas estariam a serviço da consolidação do controle estatal sobre estas populações e, no caso do Rio de Janeiro, alterando não somente a circulação e localização destas no espaço da cidade, mas também incrementando a acumulação de capital imobiliário. Se estas situações, por um lado, podem nos esclarecer os pontos de incidência dos mecanismos de poder, sua construção e reconstrução cotidiana, por outro, também nos apresentam a possibilidade de verificar como se elaboram diversificadas estratégias de resistência à sua efetivação.

### 3.4.3. As remoções da Zona Oeste carioca

Neste complexo contexto marcado, dentre outros aspectos, pelo crescimento do setor imobiliário, a Barra da Tijuca, localizada na zona Oeste<sup>224</sup> carioca, era no final da década de 1980 a menina dos olhos do mercado imobiliário, uma vez que as demais áreas da cidade estavam saturadas e que desde a década de 1970 diversos investimentos foram aportados ao bairro. Eram estabelecidas as diretrizes que configurariam a nova forma de planejamento urbano, o território da Barra da Tijuca foi ordenado de modo mais rentável possível para os grandes proprietários de terra. Este modelo de expansão urbana consolidava a estratégia que predominaria na gestão pública nos anos subsequentes e que prevalece até o momento atual no Rio de Janeiro: o planejamento estratégico de cidades. O bairro, então, passa a receber vultosos investimentos para tornar-se um vetor de expansão ainda mais rentável, favorecendo o setor privado, a urbanização expande-se promovendo um território fragmentado e segregado<sup>225</sup>. A valorização se intensifica e a remoção das favelas da zona Oeste torna-se uma constante demonstrando que apesar das políticas de remoção na década de 1980 estarem enfraquecidas, elas não tinham sido completamente descartadas e tinham retornado na década de 1990, sendo prática presente até os dias atuais.

A Barra foi o bairro que mais recebeu investimentos na preparação dos jogos, principalmente em transportes, dentre eles o BRT Transolímpica, o BRT Transoeste fase 0, a duplicação do elevador do Joá, o Viário da Barra (Salvador Allende e Abelardo Bueno), a linha 4 do metrô, que conecta a Barra a Zona Sul, dentre outros. Todas as

---

<sup>224</sup> A zona Oeste reúne mais de trinta bairros é a zona mais extensa e pobre da cidade, apresentando o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município,

<sup>225</sup> (Santos, 2013)

obras olímpicas relacionadas à mobilidade<sup>226</sup> - com exceção da Transbrasil e do VLT do Porto – ligam a Barra a algum lugar, a pretensão é transformar o bairro em uma nova centralidade de negócios da cidade, conforme já estava previsto no plano Lucio Costa. O interesse desta transformação relaciona-se às grandes construtoras, principais doadoras da campanha eleitoral do prefeito Eduardo Paes, do PMDB, quando seu financiamento foi muito maior que o dos demais partidos, dentre elas estão a Carvalho Hosken, que construiu o Parque Olímpico, a Cyrela, que construiu o Campo de Golfe, a OAS, que construiu o Porto Maravilha, a Transolimopica e a Transcarioca e a Multimplan, dona do Barra Shopping. (AZEVEDO E AZEVEDO E FAULHABER, 2015, p. 30).

Importante ressaltar que na construção de uma narrativa de apoio às remoções<sup>227</sup> a prefeitura se debruça sobre o discurso da legalidade, reforçando o paradigma das “margens”, do legal x o ilegal combatendo o que seriam, segundo Paes, invasões comandadas por grandes proprietários que utilizaram os pobres como massa de manobra, enquanto eram residências de trabalhadores que acompanhavam as construções civis da região. As remoções da década ocorreram de forma violenta e irregular e sob diversas denúncias de violações aos direitos humanos, assim como ocorreram assassinatos de líderes de movimentos sociais de favelas que estavam sofrendo processo de remoção. Em 1993 a Organização das Nações Unidas (ONU) abriu um inquérito<sup>228</sup> da Comissão dos Direitos Humanos para investigar 36 assassinatos de lideranças comunitárias ocorridas desde 1991 a 1993, a maioria deles ocorrido na Barrada Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes, bairros da Zona Oeste.

Com a preparação dos megaeventos, principalmente Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas 2016, a Barra da Tijuca não modificou suas características, permaneceu como vetor de expansão do capital imobiliário gerando lucro para grandes construtoras

---

<sup>226</sup> Sem considerar o duplicamento de vias, a construção de pontes, mergulhões e os investimentos em infraestrutura e energia.

<sup>227</sup> Das razões para o surgimento das favelas, o alto custo da moradia urbana em relação aos salários representa a principal razão, revelando-se como elemento estrutural da expansão da cidade e do seu desenvolvimento econômico (GONÇALVES, 2012), opção necessária a determinada classe que utiliza deste recurso para amenizar o custo de vida com transporte e moradia.

<sup>228</sup> O inquérito foi aberto a partir do dossiê elaborado por Sônia Regina de Brito Pereira, advogada e perita ambiental da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e é o inquérito G/SO 215/1-Brazil.

e recebendo enormes investimentos públicos em transporte e saneamento sem retorno aos cofres públicos. O cenário dos megaeventos impulsionou a construção de megaestruturas e equipamentos de entretenimento no bairro como, por exemplo, o Parque Olímpico, que concentra a maior parte das instalações esportivas para os jogos e ao lado deste os megaempreendimentos imobiliários que serão vendidos como apartamentos em condomínios residenciais de luxo<sup>229</sup> (FREIRE E TAFACKI, 2016).

Tais características urbanísticas fizeram do bairro o paraíso das grandes construtoras, que consolidam na região a expansão imobiliária de alto padrão em proporções inigualáveis na cidade<sup>230</sup>, por outro lado, desde a perspectiva da periferia, o bairro – e toda a região - também se tornou o maior desencadeador de remoções (brancas e forçadas). A prática da remoção foi retomada e passa a ser tratada pelo setor público como um instrumento corriqueiro de condução da política urbana, manifestando-se como componente desencadeador de ações violentas contra a população de baixa renda e elemento constante no processo de transformações territoriais. Destaca-se que o poder municipal no Rio de Janeiro não praticou as remoções do período olímpico de acordo com os parâmetros definidos pelos órgãos internacionais que determinam a forma e as circunstâncias em que permite-se praticá-la, e reproduziu inúmeras violações aos direitos dos cidadãos.

Diversas favelas foram removidas desde a divulgação do Rio de Janeiro como cidade-sede das Olimpíadas 2016, ocorrida em 2009, conforme mencionado anteriormente. Nesta ocasião a Prefeitura afirmou a necessidade de remoção de 3.500 famílias de 6 comunidades da zona Oeste e Norte, incluindo a Vila Autódromo<sup>231</sup>. O plano da prefeitura divulgado na gestão do Eduardo Paes (2009-2012) previa a implementação do Plano Estratégico<sup>232</sup>, e apresentava, dentre as suas metas, a redução em 3,5% das áreas

---

<sup>229</sup> A Barra ocupa o quarto lugar no Rio de Janeiro com maior renda média familiar (Freire e Tafacki, 2016 p. 58)

<sup>230</sup> Segundo o Instituto Pereira Passos a expectativa de crescimento populacional da Barra da Tijuca é de 21,4% até 2016 e do restante da cidade do Rio de Janeiro é de 3,73% até o mesmo ano. Dados disponíveis em: O descompasso da Barra da Tijuca. Jornal O Globo de 19 de Janeiro de 2013 Em <http://oglobo.globo.com/rio/o-descompasso-da-barra-da-tijuca-7345262>, acessado de Novembro de 2016.

<sup>231</sup> Segundo o Plano Popular da Vila Autódromo 2016

<sup>232</sup> Continuidade do governo de César Maia.

de favelas da cidade, o que correspondia à remoção integral de 119 favelas até o ano de 2012<sup>233</sup>. Este quadro de instabilidade e risco iminente da população moradora de favela levou a organização de movimentos sociais na luta pelo direito à moradia acirrando os conflitos no espaço urbano. Nesta ocasião muitos moradores das favelas atingidas só vieram a saber que teriam que deixar suas casas através de notícias de jornais, que anunciavam o nome das favelas que seriam removidas, acrescenta Gizele Martins,<sup>234</sup> moradora da Favela da Maré. Logo depois da publicação das matérias e da confirmação da prefeitura, os moradores destas favelas começaram a se organizarem junto à Pastoral de Favelas do Rio de Janeiro; reuniões, plenárias e audiências públicas foram realizados nessa época, acrescenta a moradora. Além disso, inúmeros encontros com o secretário de habitação e com o prefeito foram realizados. Entretanto, com a intenção de desmobilizar o movimento, a prefeitura começou a oferecer grande valor em dinheiro apenas para alguns moradores, as lideranças comunitárias, deixando outros sem nada. E também intensificaram-se visitas surpresas às favelas com a presença de tratores, ocasião na qual a prefeitura derrubava casas sem comunicar aos moradores, que tomavam ciência quando chegavam do trabalho e suas casas estavam destruídas. Esta ação era considerada atos de 'terrorismo' de Estado, conforme acrescenta Gizele; e complementa que tais formas de destruição, produzem o apagamento de memórias coletivas e o adoecimento dos indivíduos e da comunidade.

Neste contexto, cabe destacar o caso da comunidade Vila Autódromo que apesar de ter o direito à moradia assegurado pelo Governo Federal teve sua primeira tentativa de remoção em 1993 sob o argumento de causar dano estético e ambiental à região, e posteriormente sofreu violento processo de remoção às vésperas das Olimpíadas 2016, entretanto a brava luta dos moradores, que contou com apoio de diversas entidades, movimentos sociais, coletivos, universidades e sociedade civil, a Vila Autódromo conseguiu exercer o direito de permanecer, conforme será visto mais adiante.

Dentre os coletivos e movimentos que apóiam a luta das comunidades da Zona Oeste estão, conforme descreve Magalhães (2013), o Movimento União Popular (MUP), formado por moradores de diversas favelas da Baixada de Jacarepaguá que tem como

---

<sup>233</sup> Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>

<sup>234</sup> Em entrevista a autora em Janeiro de 2017. Gizele é jornalista e mestre em Educação, Cultura e Comunicação pelo PPGCEC, moradora da Favelada Maré no Rio de Janeiro e ativista no movimento social de luta habitacional.

objetivo atuar no conjunto da cidade, o Conselho Popular e o Conselho Comunitário do Alto da Boa Vista, coletivo criado a partir das exigências do Ministério Público Estadual à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, em remover 14 favelas no bairro do Alto da Boa Vista, localizado entre Zona Oeste e a Zona Norte da cidade. Também existem os chamados “grupos de apoio”, como a Pastoral de Favelas e a parte jurídica, como o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública e a Subprocuradoria de Direitos Humanos do Ministério Público, além de alguns parlamentares do município e do estado. O movimento social que emerge na luta contra a remoção possui aspecto em comum “o fato de se constituírem a partir de uma crítica às formas tradicionais de representação dos moradores de favelas, isto é, para além das associações de moradores”. (MAGALHÃES, 2013 p. 26)

Neste contexto novos fatores passam a ser argumentos para a defesa das remoções que retornam com força intensa a partir da realização dos grandes eventos esportivos. Percebe-se que o estudo das políticas públicas habitacionais da cidade do Rio de Janeiro indissocia-se do estudo de remoções de favelas, em primeiro lugar porque a constituição da cidade é configurada a partir da constituição de favelas uma vez que desde o início da urbanização brasileira, assim como nos períodos mais significativos de transformações sociais e urbanas, a favela apresenta-se como parte do processo histórico, reafirmando a indissociabilidade desta forma de moradia da vida urbana nacional, e em segundo lugar porque a remoção foi uma prática recorrente ao longo da expansão territorial da cidade, e elemento chave para a permanência desta forma de habitação na cidade. Também é importante ressaltar como a favela e a construção de estigmas a ela relacionados, assim como de sua repressão, dialogam com os períodos de construção de uma imagem positiva de cidade para a elite nacional e/ou internacional que está atrelada aos interesses políticos e econômicos em determinados momentos da história. As considerações mencionadas demonstram que a análise das políticas habitacionais brasileiras, mais precisamente da prática das remoções, requer reflexão sobre o autoritarismo presente historicamente na condução do planejamento urbano do Rio de Janeiro. Pode-se afirmar que o procedimento metodológico de apartar a favela da cidade para solucionar a questão da moradia, como se o território da favela não se conectasse com a produção socioespacial do seu entorno urbano direto é problema central nas políticas urbanas. Sobre este aspecto Gonçalves (2012) acrescenta que a política urbana direcionada para as favelas, tal como se realiza, revela-se um instrumento de marginalização dos moradores de favela e de acúmulo de capital na cidade.



## 4. A luta da Vila Autódromo

### 4.1. Resumen del capítulo en castellano: La lucha de la Vila Autódromo

La historia de la comunidad Vila Autódromo es uno de los casos de vidas atropelladas por un proyecto de ciudad consumista. La política urbana de los últimos diez años ha modificado el escenario urbano de Rio de Janeiro atendiendo las expectativas de la globalización. La pospuesta del emprendimiento (Harvey, 2011) en Rio de Janeiro es anterior a los megaeventos, aplicándose por primera vez en la gestión del alcalde Cesar Maia en la década de 90, con anterioridad a esta fecha la especulación inmobiliaria era ya responsable de generar cambios en el paisaje de la ciudad, incluso en la zona Oeste, donde se ubica la comunidad estudiada. Los desalojos han sido ejecutados atendiendo a las voluntades de grandes propietarios de tierra de la zona Oeste y se han visto consolidado definitivamente durante la preparación de la ciudad para las olimpiadas. La ejecución de los desalojos de muchas favelas en toda la ciudad ha sido posibilitada al poder público gracias a los megaeventos, tal es el caso de la Villa Autódromo.

La lucha de la Vila Autódromo no fue interrumpida a pesar las violentas estrategias estatales y ha conquistado, junto con otros movimientos sociales, además de la permanencia en el barrio de veinte familias, la construcción de un museo a cielo abierto que se propone a denunciar la violencia llevada a cabo en el planeamiento territorial urbano carioca<sup>235</sup>. El “*Museu das Remoções*” que es la propia comunidad de Vila Autódromo nació de la necesidad de generar una narrativa sobre la manera en que se da la expansión urbana, de manera opuesta a la que divulga el Estado.

Una vez involucrada en la lucha y en la construcción del “*Museu das Remoções*” me posiciono de manera consciente en este capítulo al mostrar mi perspectiva sobre la vida de las clases populares que viven en favelas de Río de Janeiro. Lo que aquí expongo está claramente marcado por el lugar desde donde hablo: inmersa en la lucha de resistencia a la construcción del Río de Janeiro neoliberal, contagiada por los sentimientos y emociones productos de este proceso, tanto de sus conflictos como de su fuerza solidaria.

---

La Vila Autódromo surgió en el inicio de la década de 1960 cuando algunos pescadores se establecieron en la península de Itapeba en la orilla de la laguna de Jacarepagua en el norte del barrio *Barra da Tijuca*, zona Oeste de Río de Janeiro. La urbanización comenzó por pequeños comercios y algunas casas. Las primeras casas grandes fueron construidas en la década siguiente. El autódromo Nelson Piquet (o Circuito de Jacarepaguá) y el Río Centro (Complejo de eventos) fueron los responsables del desplazamiento de algunas casas de pescadores hacia la zona del centro de convenciones (Camorin). Las parcelas de Vila Autódromo en la zona entre el antiguo autódromo y la laguna tenían suficiente tamaño para casas amplias con jardín, mientras que las casas próximas a las avenidas Abelardo Bueno y Salvador Allende eran más pequeñas y simples.

En la década de 1970 se redactó el proyecto de urbanización de la zona Oeste, elaborado por Lucio Costa, que preveía la expansión de la urbanización hacia dicha zona. La ejecución de este plan priorizaba el interés inmobiliario a través las determinaciones del uso del suelo, en la Barra da Tijuca y su alrededor. Desde los años 70 se invierte en el barrio como zona expansión y crecimiento sin contemplar los aspectos de paisaje o medio ambientales, que sí eran tenidos en cuenta – de alguna manera - en el plan original de Lucio Costa.

A inicios de la década de 1980 ya existía la asociación de vecinos y pescadores de Vila Autódromo (AMPAVA). Durante esta década se da un cambio en el perfil de los vecinos de la comunidad impulsado por la urbanización de la Barra da Tijuca, trayendo operarios, comerciantes, profesores, funcionarios públicos y vecinos de otras comunidades desalojadas alrededor para vivir allí.

En la década de 1990 la especulación se acentúa con nuevos procesos de revalorización inmobiliaria impulsados, entre otras cosas, por las inversiones en infraestructura de transportes. Por entonces los suministros de agua y luz ya estaban regularizados en Vila Autódromo y surge la primera línea de autobús que da servicio a la comunidad, la 268. Se duplican las carreteras próximas a la comunidad y las urbanizaciones residenciales privadas de clase media y alta se vuelven el perfil de ocupación dominante en la zona. Y los desalojos de favelas organizados por el sub-alcalde de la pedanía (zona Oeste), Eduardo Paes, vuelven a ser una realidad en la Barra da Tijuca.

Pero el gobierno regional reivindicó la propiedad del área de la comunidad bajo justificación de destinarlo a la vivienda social, y a través del ITERJ (Instituto de Tierras de Rio de Janeiro) se inició el proceso de regularización de la propiedad entregando a los vecinos de la Vila Autódromo el título de “Concessão do Direito Real de Uso” que



otorga el derecho de uso de la propiedad bajo la exigencia de algunas condiciones. Esta acción del gobierno regional impidió el desalojo de las familias por parte del gobierno municipal. A pesar de ello la realización de los juegos olímpicos Pan Americanos de 2007 fue una nueva excusa para presionar nuevamente sobre el desalojo. En esta ocasión el Alcalde Cesar Maia intentó convencer a las familias para que salieran con la excusa de a las obras de duplicación de las avenidas circundantes, ofreciendo tres posibilidades: realojarlas, indemnizarlas o permanecer con proyectos de mejoramiento. La propuesta de desalojo/realojo no prosiguió por falta de dinero para obras, pero en 2009 fue retomada por el siguiente alcalde Eduardo Paes cuando Río es elegida para ser sede del mundial de futbol de 2014 y de las olimpiadas 2016. Para realizar estos eventos el ayuntamiento divulgó como meta reducir en 3,5% las áreas ocupadas por favelas y desalojar 119 favelas en la ciudad, incluyendo en ellas Vila Autódromo. La justificación se basaba en riesgos ambientales sin informe técnico alguno que lo abalara.

En 2011 fue divulgado el resultado del concurso del Parque Olímpico organizado por el IAB (Instituto de arquitetos do Brasil), el proyecto vencedor no preveía desalojo alguno en Vila Autódromo. Sin embargo, cuando en el mismo año se realiza la asociación Publico Privada (PPP) para ejecutar la obra del Parque Olímpico la normativa contemplaba del desalojo de toda la comunidad antes del año de 2013. Las presiones del ayuntamiento sobre el desalojo se fueron intensificando en 2013 con la justificación de la construcción de las vías de acceso al Parque Olímpico y la ampliación de la avenida Abelardo Bueno. Pero ninguna de estas obras impedía la permanencia de la comunidad.

Como alternativa al desalojo de la comunidad la asociación de vecinos de Vila Autódromo inicia un proceso cautelar contra el gobierno municipal proponiendo un plan popular de urbanización del Barrio y demostrando su compatibilización con la construcción del Parque Olímpico. La propuesta abalada por la universidad pública (y realizada junto a los vecinos) y llevada a cabo gracias al apoyo de los abogados públicos<sup>236</sup>.

El ayuntamiento desestimó el plan propuesto por la comunidad justificando la construcción de vías de circulación de autobuses (transcarioca, transolímpica e BRT) en el área ocupada por la comunidad. De esta forma, la previsión de desalojo de Vila Autódromo fue retirada de los prerrequisito de la asociación publico privada (PPP) y el

---

<sup>236</sup> Abogados pagados por el Estado para atender personas de las clases más desfavorecidas, en portugués llamase "*Defensoria Pública*".

ayuntamiento presentó en febrero de 2012 un nuevo trazado de los transportes cuyas líneas pasaban por encima del área de la comunidad.

Tras algunas reuniones el ayuntamiento municipal rechazó el plan popular propuesto por la comunidad y siguió presionando a los vecinos a aceptar las indemnizaciones o a trasladarse a un residencial de vivienda social del Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), llamado Parque Carioca hecho para el realojo de Vila Autódromo en 2014. Sin embargo, cuando la empresa oficial divulgó el proyecto de construcción del Parque Olímpico, no aparecían las vías de transporte público sobre el área de la comunidad, sino un aparcamiento, un centro para los medios de comunicación olímpicos e infraestructuras provisionales para las Olimpiadas.

Los desalojos en Río de Janeiro no son una práctica reciente habiendo sido realizados en muchos momentos de la historia de la ciudad. Los mecanismos utilizados por el poder público abarcan presiones psicológicas, persuasión, amenazas diarias, intimidación y seducción con tal de conseguir que los vecinos de las favelas acepten el realojo a otro lugar.

El Estado mantiene prácticas autoritarias, principalmente hacia la población más pobre y miserable, violando los derechos humanos con estas prácticas que tanto impacto causan sobre la vida de la población. Esta forma de gestión conlleva a la necesidad de lucha para la supervivencia y resistencia ante los desalojos, esta situación en el cotidiano de las favelas, genera un profundo cambio social. La lucha genera unión. Estableciéndose nuevas formas de relación, fortaleciendo los vínculos y el entramado social de la ciudad. Estas nuevas relaciones que se caracterizan por la presencia de solidaridad y afecto de forma más profunda que en las situaciones cotidianas en la ciudad “formal”.

La amenaza de perder una casa, una comunidad entera o vivenciar como las familias son desalojadas provoca la sensibilización de los individuos. La lucha en contra del violento proceso de desalojo de familias transforma los vínculos entre los individuos que pasan por el proceso y también a aquellos que participan en la defensa. La lucha sobre el terreno por el derecho a la ciudad, aproxima, une, emociona, territorializa y transforma.

Una de las quejas de los vecinos que sufren realojo, como ocurrió en Vila Autódromo, es la destrucción de los vínculos y de las redes de relación social preexistentes como consecuencia directa al desalojo, las conexiones afectivas se rompen con la dispersión poblacional. Muchos de los vecinos realojados al condominio Parque Carioca han se

arrepentido de haber aceptado el traslado. Habitar Vila Autódromo, según los vecinos del barrio, es muy diferente de vivir en la urbanización de residencia social del Parque Carioca, que tiene el uso muy limitado (*hábitat*) en comparación a las posibilidades de uso (*habitar*) que existían en la Vila.

Los desalojos se intensificaron con el mundial de fútbol de 2014, acentuándose en 2015 con la preparación de las Olimpiadas Rio 2016. A medida que el Parque Olímpico avanzaba Vila Autódromo era estrangulada, mientras las casas desaparecían los límites cercados de las obras del Parque aumentaban, reduciendo gradualmente el área de la comunidad para incorporarla al parque.

En este momento todo apoyo de los movimientos sociales era fundamental, las formas de lucha creativa eran las responsables de mantener encendida la llama de la resiliencia y de la resistencia en la lucha de la comunidad. Las acciones creativas contra el desalojo tenían la capacidad de regenerar daños en las esferas morales y sociales. La red de resistencia de Vila Autódromo estaba constituida por ciudadanos individuales, por abogados públicos, por el Comité Popular Mundial de Fútbol y Olimpiadas, así como por muchos colectivos e instituciones. La universidad pública realizó el plan popular de urbanización junto con la comunidad; la Universidad Anahguera bajo coordinación de la autora de esta tesis llevó a cabo el proyecto de rehabilitación urbanística participativa del parque infantil de la comunidad, experiencia destacable por ser la primera intervención urbanística de reconstrucción de espacio mientras el ayuntamiento destruía el espacio.

La Vila Autódromo permaneció luchando pese a que los desalojos no se interrumpieron. En un momento dado surgió el sentimiento colectivo de la necesidad de que la historia de Vila Autódromo fuera contada: tanto la violencia, sufrimiento y lucha de la comunidad como la vida de la comunidad antes del proceso de desalojo. Desde este sentir surge la idea de la creación de un museo participativo que fuese capaz de reunir los fragmentos de memoria de la Vila y contar de forma alternativa a la narrativa del Estado la preparación de la ciudad olímpica.

Vila Autódromo ha podido permanecer en su ubicación porque se ha comprometido a no tener precio, a no dejar de luchar y a permanecer. Comprometiéndose los vecinos y compañeros a resistir hasta el final. Los vínculos emocionales se han hecho más fuertes de forma que la comunidad respondió a la violencia con afectividad, con articulación en red y con la creación de un museo de construcción colectiva que rescata y mantiene viva la memoria de la Vila Autódromo.

## 4.2. O processo de resistência da Vila Autódromo

“Algumas casas juntas no mesmo terreno, um enorme trator do lado, agentes da prefeitura sentados, dois grandes caminhões de mudança abertos, funcionários circulando com fogões, televisões e janelas, guardas municipais fardados, um cavalo sofrido portando presso em suas ancas um suporte com entulhos em cima, um grande carro branco do outro lado da rua com homens que tudo observam. Uma moradora parada à porta chora e acompanha com o olhar seus pertences circulando nas mãos dos agentes que efetuam a desapropriação. Com pouca esperança de que aqueles móveis voltariam a ser seus um dia, ela repete: "cadê minha máquina de costura, minha máquina de costura?" O dia chega antes do prazo prometido. Com o aluguel social como única garantia, ela é abatida pela perda de sua casa. Morar é ser, morar é sentir, é viver, é estar no mundo de determinada maneira. Morar é construção, é vínculo, constitui um estado de espírito, um sentido dado para a vida. Migrar é desenraizamento. Migrar compulsoriamente é ruptura, é fim, é esquecimento forçado. E é a essa perda de sentido na vida que o Estado vem submetendo as pessoas durante o processo de construção da cidade olímpica” Trecho do diário de campo da companheira de luta Daniela Petti do dia 4/12/2014 <sup>237</sup>.

A história da Vila Autódromo é um dos casos de vidas atravessadas (literalmente) pelo projeto de cidade-modelo da era do consumo. A política urbana carioca, alinhada com as expectativas globais, modificou significativamente o cenário urbano nos últimos dez anos. Os grandes eventos<sup>238</sup> internacionais da década não são os responsáveis pelas transformações radicais ocorridas na malha urbana – com suas devidas implicações na esfera sociocultural -, uma vez que o planejamento urbano atual é uma construção muito anterior ao início da preparação destes eventos. Entretanto, não se pode negar a intensa relação dos mesmos com as transformações urbanas que alteram profundamente o

---

<sup>237</sup> Daniela Petti é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Fundação Getúlio Vargas e militante dos movimentos sociais urbanos relativos à habitação popular .

<sup>238</sup> Entre 2006 e 2016 a cidade do Rio de Janeiro sediou Jogos Pan-Americanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Festival Rock in Rio (2011, 2013, 2015), Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012), Copa das Confederações de Futebol (2013), Jornada Mundial da Juventude Católica (2013), Copa do Mundo de Futebol da Fifa (2014) e Olimpíadas (2016).

território e modificam a vida de seus habitantes<sup>239</sup>. A proposta do empreendedorismo urbano (Harvey, 2011) é muito anterior aos eventos esportivos, tendo suas primeiras implementações na cidade na primeira gestão do prefeito Cesar Maia. No entanto, antes mesmo desta data a especulação imobiliária já era responsável por alavancar grandes mudanças morfológicas na paisagem, inclusive, na zona oeste, local onde situa-se a comunidade estudada, Vila Autódromo. Intensificadas com o Plano de expansão da Barra da Tijuca, elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa, em 1969<sup>240</sup>, as remoções, executadas para atender os interesses dos grandes proprietários de terrenos do bairro e adjacências – assim como o interesse das grandes empreiteiras - foram definitivamente consolidadas a partir da preparação da cidade para sediar as Olimpíadas de 2016. Este momento ficou marcado pela possibilidade do poder público reunir os elementos necessários para executar de fato a remoção de diversas favelas da cidade, dentre elas a Vila Autódromo<sup>241</sup>.

De acordo com Sandra Maria de Souza, moradora da Vila Autódromo, através da “especulação imobiliária, o setor privado se apropriou do Estado, o Estado é um mero representante do poder privado dos empresários, o Estado virou uma marionete dos interesses do mercado, ele se apropriou desta terra para entregá-la para o setor privado, ele (o Estado) é um grileiro<sup>242</sup>”.

---

<sup>239</sup> Ressalta-se neste contexto o aspecto habitacional, objeto deste trabalho, em função das remoções de residências e comunidades inteiras sendo “justificadas” pela realização dos megaeventos, principalmente Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016.

<sup>240</sup> Responsável por direcionar a expansão da cidade para a zona oeste, mais precisamente Barra da Tijuca e Jacarepaguá atendendo aos interesses do setor imobiliário na região.

<sup>241</sup> A Vila Autódromo sofre ameaça de remoção desde a década de 1970, quando a cidade começou a expandir para a zona oeste. No entanto foi a partir da década de 1990 com investimentos em infra-estrutura, principalmente de transportes que as pressões para remoção se intensificaram.

<sup>242</sup> A grilagem de terra é um crime praticado ainda em grande escala no interior do Brasil, principalmente na Amazônia. Os grileiros, nome dado a esses criminosos, são alguns dos principais responsáveis pelo desmatamento das florestas tropicais. A grilagem consiste na apropriação indevida de terras públicas através da falsificação de documentos. Várias são os interesses para a existência dessa prática: especulação imobiliária, venda de recursos naturais do local (principalmente madeira), lavagem de dinheiro e até captação de recursos financeiros. O termo grilagem vem de uma forma de falsificação que confere aspecto envelhecido aos documentos criados, trata-se de colocá-los em gavetas com insetos como o grilo. O procedimento confere coloração amarelada e aspecto envelhecido ao papel para parecer um documento antigo. Descrição de Luís

Entretanto, apesar da violência do Estado a expressiva luta da comunidade não cessou. As inúmeras formas de resistências articuladas no bojo do movimento social conquistaram não somente a permanência de vinte<sup>243</sup> famílias no local, mas também culminaram na construção de um museu a céu aberto que se propõe a denunciar a violência empreendida pelo Estado nos processos de intervenção e planejamento territorial contemporâneos, apresentando-se como potencia de disputa de narrativa, geradora de conflito frente a nova forma de gestão urbana (MUXÍ, 2003). O Museu das Remoções, que é a própria comunidade Vila Autódromo, nasceu da necessidade de construção de uma narrativa, a respeito da expansão urbana, diametralmente oposta à difundida pelo Estado. O museu se propõe a denunciar a arbitrariedade e as violações praticadas pelo poder público na construção de uma cidade destituída de direitos, acessos e possibilidades; reservada ao usufruto de uma minoria estandardizada domesticada e consumista (SANTOS, 2013; GARNIER, 2014; DELGADO, 2007). É dando voz aos indivíduos removidos, protagonizando as vítimas destas violações empreendidas pela gestão urbana contemporânea, que o Museu das Remoções abre mais um canal de comunicação libertária, como ferramenta de luta pelo direito à cidade. Através dele temos a possibilidade de denunciar as remoções violentas e arbitrárias realizadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro, responsável por demolir inúmeras casas, dilacerar comunidades inteiras e dispersar pessoas pela área metropolitana.

Faço uma digressão para justificar o uso da primeira pessoa do plural no começo desta história. Uma vez inserida na luta, engajada na construção do Museu das Remoções, me posiciono de forma conciente neste capítulo ao expressar minha perspectiva acerca do que as classes populares, moradoras de favelas, vivem nos dias atuais na cidade. A narrativa aqui exposta, fortemente marcada pelo lugar de fala ocupado pela autora, em meio ao contexto do Rio de Janeiro neoliberal, expressa os rastros das estratégias e táticas de luta, dos sentimentos e emoções que se manifestaram neste processo, bem como as interações condicionadas tanto por conflito como por cooperação. Início tal

---

Indriunas, em “como funciona a grilagem de terras” disponível em <http://ambiente.hsw.uol.com.br/grilagem.htm>, acessado em 9 de março de 2017.

<sup>243</sup> Das mais de 600 existentes anteriormente.

capítulo assim com o objetivo de demarcar de onde falo, como interpreto e como construo a narrativa de um momento pujante da história urbana do Rio de Janeiro

Nesse sentido, as linhas a seguir emergem dos vínculos que cultivei e venho cultivando em meio a uma dinâmica histórica que, pela perspectiva de alguns, apresenta elementos de progresso, mas que, pela abordagem que aqui se faz, demonstra-se construída por sobre os ombros das famílias que se engajam via ação coletiva para modificar a história, e expressa elementos que contribuem para os esforços de denúncia de um projeto de cidade excludente. Trata-se de uma disputa de narrativas e dessa forma de uma atuação mais que intelectual, sobretudo política, conforme descrito na metodologia desta tese. Daqui em diante, a descrição da história da Vila Autódromo e do contexto atual da cidade na qual se insere a comunidade mostrarão as questões analíticas referentes ao Museu das Remoções, entendido como fruto de algumas variáveis que se cruzam nesse processo. O museu reitera que a memória não se remove, ao tratar da memória que queremos conservar desta luta, e a respeito desta perspectiva, não planeja se calar frente às violações produzidas pela construção do Rio de Janeiro neoliberal. Passo agora a essa história.

#### **4.2.1. A História da Vila Autódromo**

A Vila Autódromo surge no início da década 1960, quando alguns pescadores se estabelecem na Península de Itapeba, às margens da Lagoa de Jacarepaguá, ao norte da Barra da Tijuca, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. A ocupação se inicia com a construção de algumas casas e pequenos comércios, sendo a maioria dos indivíduos que viviam da pesca na lagoa de Jacarepaguá<sup>244</sup>. (Ver figura 63 e 64).

Segundo a ex-moradora da comunidade, Dona Inalva Mendes, os pescadores ocuparam uma região de mangue taboal ainda pouco urbanizada. As primeiras grandes construções ao redor foram realizadas na década seguinte. O Autódromo Internacional Nelson Piquet (ou Autódromo de Jacarepaguá) e o Riocentro foram responsáveis pelo deslocamento de algumas casas de pescadores para perto do centro de convenções (Camorim), enquanto outros permaneceram entre o estádio automobilístico e a Lagoa.

---

<sup>244</sup> Dados da história da Vila Autódromo foram obtidos a partir de conversas e oficinas com os moradores da referida comunidade, que a autora deste trabalho, em conjunto com outros apoiadores, realizaram no decorrer da construção e gestão do Museu das Remoções, durante os anos 2015 e 2016.

Os lotes entre o antigo autódromo e a lagoa tinham tamanho suficiente para abrigar uma boa casa com quintal.<sup>245</sup> “os quintais das casas (da Vila Autódromo) eram grandes e espaçosos”<sup>246</sup>, já as casas próximas as avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende eram mais modestas.

Nesta ocasião já se havia iniciado o projeto de urbanização da Baixada de Jacarepaguá (Barra da Tijuca e Jacarepaguá), desenvolvido a partir da elaboração e implementação do Plano Lúcio Costa na década de 1970, que previa para zona oeste a expansão da zona de investimento imobiliário. O Plano Piloto para a Barra da Tijuca<sup>247</sup> e baixada de Jacarepaguá promove a abertura de novos espaços ao capital imobiliário<sup>248</sup>, dentre os quais ressalta-se a substituição de espaços públicos por espaços semi-públicos e o fechamento de logradouros públicos tornando-os privativos e restritos às áreas de condomínios. A execução do plano prioriza os interesses do setor privado nas determinações do uso do solo da Barra. O bairro desde a década de 1970 recebe vultosos investimentos para tornar-se um vetor de expansão favorecendo o mercado imobiliário e aumentando as residências e serviços voltados para a classe média. Os proprietários de terra e incorporadores lucraram com a especulação dos terrenos do bairro<sup>249</sup>, pertencentes, atualmente, às maiores construtoras do país. Nesta data o foco da expansão da cidade é transferido da zona sul para Barra da Tijuca que incorpora parte

---

<sup>245</sup> Em “Arroio Pavuna e Vila Autódromo,” ETERN. Núcleo experimental do planejamento conflitual - NEPLAC. Do laboratório, estado trabalho território e natureza. ETERN IPPUR UFRJ, 2015.

<sup>246</sup> Dona Maria da Penha Macena, moradora da Vila Autódromo em entrevista à autora. Agosto de 2016.

<sup>247</sup> O plano de urbanização da Barra da Tijuca reúne mais de trinta bairros. É a zona mais extensa e pobre da cidade, apresentando o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município. Entretanto, a Barra da Tijuca, destaca-se do entorno por apresentar-se como zona de expansão residencial da classe alta do Rio de Janeiro.

<sup>248</sup> Diversos aspectos originais do plano foram alterados por decretos, levando Lúcio Costa, que havia assumido o cargo de consultor da SEUDEBAR, Superintendência de Desenvolvimento da Barra da Tijuca, para execução do projeto de urbanização da Barra a renunciar ao cargo em 1981. A alteração do projeto, principalmente no que se relaciona ao nível de utilização pública dos espaços e às características dos empreendimentos residenciais descaracterizavam, segundo o arquiteto, o projeto original para o bairro. (Leitão e Rezende, 2012)

<sup>249</sup> Na década de 1970 os quatro grandes proprietários da Barra da Tijuca eram apenas quatro, Pasquale Mauro, Carlos Fernando de Carvalho, dono da construtora Carvalho Hosken, TJong Hiong Oei, dono da ESTA SA e Múcio Athayde, do Grupo de Desenvolvimento. GUIMARÃES (2015).



do bairro de Jacarepaguá, marcando um crescimento sem comprometimento com o meio ambiente e a paisagem.

As casas da Vila Autódromo que se localizavam próxima à lagoa foram construídas nesta época, final da década de 1970 e início da década de 1980<sup>250</sup>, quando constituída a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA). Em 1987, a urbanização da Barra da Tijuca já era alvo de especulação imobiliária. A urbanização impulsionada pelo plano modificou o perfil da comunidade que deixou de ser um reduto de pescadores, para abrigar operários, comerciantes, professores, funcionários públicos e antigos moradores da comunidade Cardoso Fontes que foram reassentados no local no ano de 1989, por meio de programas públicos de reassentamento implementados naquele ano e em 1994.

Segundo a moradora Sandra Maria de Souza<sup>251</sup>, quando ela chegou à comunidade a Vila Autódromo era um local maravilhoso para se morar. Além da natureza exuberante da beira da lagoa e da presença de árvores frutíferas, ocorriam diversos eventos sociais com bastante frequência. Muitos eventos culturais realizados com as crianças eram organizados pela Inácia, uma moradora bastante ativa que organizava muitos projetos, algumas festas também eram preparadas pela Associação de Moradores, Sandra comenta que participava de alguns destes projetos organizados pela Inácia.

“As festas eram bem bacanas eram feitos bolos para todos, no dia das crianças sempre tinha festa com pula-pula, distribuição de brinquedos, brincadeiras”, comenta Sandra. Os brinquedos obtidos por doações. Os projetos realizados pela Inácia recebiam alguns patrocínios, como foi o caso da companhia de dança Jayme Arouxa, que apoiou o projeto “Dos pés à cabeça”, este posteriormente estendeu seu público para os adultos também. Sandra e seus filhos participaram:

“Nós fizemos aula de dança de salão, todos meus filhos fizeram. Teve um período que nas nossas festas todas as crianças e adolescentes da Vila Autódromo dançavam, era lindo! Eles dançavam muito bem! Nos fins de ano as crianças ganhavam brinquedo e

---

<sup>250</sup> Relaciona-se esta ocupação com a remoção da favela Cardoso Fontes em Jacarepaguá. Nesta data foi instalado o relógio de energia da comunidade, regularizando a eletricidade no local. Em “Arroio Pavuna e Vila Autódromo, histórias” ETERN. Núcleo experimental do planejamento conflitual - NEPLAC. Do Laboratório Estado Trabalho Território e Natureza. IPPUR UFRJ, 2015

<sup>251</sup> Sandra Maria, moradora da Vila Autódromo em entrevista a autora. Agosto de 2016.

sapato de dança dos padrinhos que eram alunos da academia do Jayme Aroucha do Recreio” comenta Sandra.

Entretanto, foi no início década de 90 que a especulação imobiliária foi intensificada com novos processos de valorização imobiliária impulsionados, dentre outras razões, pelos investimentos em infraestrutura no bairro, principalmente nos transportes. A moradora Sandra Maria comenta<sup>252</sup> que chegou na comunidade na década de 1990. Ela explica que nesta época já existia pressão para remoção, e complementa que “sempre tinha uma reportagem, um rumor que dizia que a Vila ia sair, isso fazia com que os moradores já se articularassem para resistir à remoção”. A pressão começa com o boom de desenvolvimento da Barra da Tijuca, quando foram construídos os shoppings Centers do bairro. Ocorreram muitas remoções, a pior delas, a mais violenta, segundo Sandra, foi a remoção da favela Via Parque. “Algumas pessoas da Via Parque vieram morar na Vila Autódromo”, comenta a moradora.

Nesta época, os serviços de água e luz foram regularizados e incrementados na Vila Autódromo. Surge a primeira linha de ônibus que passa em frente a Vila, o 268<sup>253</sup>. As pistas das avenidas do entorno da comunidade foram alargadas e condomínios de classe média e alta tornam-se o perfil de ocupação para a região. A década de 1990 é marcada pela retomada da remoção das favelas na cidade, tendo a Barra da Tijuca<sup>254</sup> como foco. Levadas a cabo pelo subprefeito da região, Eduardo Paes,<sup>255</sup> a zona ajuizou a ação para desocupação de diversas áreas, dentre elas a Vila Autódromo.

No entanto, o Governo do Estado do Rio de Janeiro reivindicou a propriedade da área da comunidade, alegando interesse em dar uma destinação habitacional para a mesma, conseguindo através do ITERJ, (Instituto de Terras do Rio de Janeiro), a entrega de títulos de Concessão do Direito Real de Uso, que concede o uso de área pública sob determinadas condições; e iniciou-se o processo de regularização fundiária. A moradora

---

<sup>252</sup> Em entrevista à Diana Bogado, em Agosto de 2016.

<sup>253</sup> Em “Arroio Pavuna e Vila Autódromo, histórias” ETERN. Núcleo experimental do planejamento conflitual - NEPLAC. Do Laboratório Estado Trabalho Território e Natureza. IPPUR UFRJ, 2015

<sup>254</sup> O prefeito Cesar Maia na ocasião removeu diversas favelas na Barra da Tijuca localizadas no entorno da Vila Autódromo sob o argumento de impacto ambiental, dentre elas, a Vila Canal de Marapendi, próxima ao shopping Downtown e a Via Parque, próxima ao Barra Shopping, ambas no bairro.

<sup>255</sup> Posteriormente Eduardo Paes foi prefeito do Rio de Janeiro no período 2009-2012 e 2012-2016. Nos seus mandatos o prefeito levou a cabo a remoção da comunidade.

Nathalia Macena da Silva comenta da importância deste título<sup>256</sup> devido à destinação do local - a finalidade da moradia, além de assegurar que a construção realizada seja de propriedade do morador. A intervenção do Governo do Estado impediu a desocupação e o despejo das famílias, garantindo o prosseguimento da regularização dos terrenos iniciada com o programa “Meu pé de chão”<sup>257</sup>, que outorgou 85 títulos de concessão real de uso em 1994, e mais 162 em 1998. O direito à moradia<sup>258</sup> na Vila Autódromo foi assegurado por 99 anos, renováveis por mais 99. Em 2005, a Lei Complementar 74/2005 torna o terreno da comunidade, área de Especial Interesse Social, (AEIS), o que assegura a permanência das famílias no local, Nathália reitera que esta lei reforçava a finalidade de moradia e que a ação do Estado posterior violava os direitos assegurados por estas leis: “com a remoção a gente vê que estas leis não foram respeitadas, nem a garantia do título de posse e nem a lei complementar 74”

Apesar dos títulos concedidos à comunidade, a pressão para remoção<sup>259</sup> foi intensa às vésperas dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Para o evento, parte da área do autódromo foi reduzida para a construção de um complexo esportivo - composto pelo Velódromo, Parque aquático Maria Lenk e estádio esportivo HSBC ARENA, - que valorizou a região da chamada “Nova Barra”<sup>260</sup>. O Governo Municipal na gestão de Cesar Maia

---

<sup>256</sup> Em entrevista à autora em Agosto de 2016.

<sup>257</sup> “Meu pé de chão” foi um programa promovido pela Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários, no último mandato do governador do Estado Leonel Brizola (1991-1994), que tratava da entrega de títulos de posse. No caso da Vila Autódromo, foram outorgadas concessões reais de uso, com base legal na Lei Complementar nº 08 de 25 de outubro de 1977 (lei que dispõe sobre bens do Estado do Rio de Janeiro). Nota-se que ainda não havia sido promulgado o novo Código Civil de 2002, onde se previu os institutos da concessão de uso especial para fins de moradia e concessão de direito real de uso.

<sup>258</sup> Desde a instituição da Associação de Moradores em 1987, a comunidade fez esforços para a regularização e urbanização da área.

<sup>259</sup> Na ocasião, a Prefeitura tentou negociar a remoção e o reassentamento com as famílias da Vila Autódromo, solicitando a saída de famílias da comunidade através do argumento de que a duplicação da Av. Embaixador Abelardo Bueno atingiria os moradores localizados na faixa desta avenida.

<sup>260</sup> Região situada mais ao norte da Barra da Tijuca, ao redor da Av. Abelardo Bueno, Salvador Allende e Ayrton Senna, definido como “centro metropolitano” no plano de Lúcio Costa. CLARK, D. Imóveis da ‘nova Barra’ terão valorização de 50% com Rio 2016, prevê mercado. *G1*, Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2009. disponível em: <http://g1.globo.com/noticias/rio/0,,mul1333427-5606,00-imeveis+da+nova+barra+terao+valorizacao+de+com+rio+preve+mercado.html>, acessado em 07 de outubro de 2016.

tentou negociar o reassentamento das famílias alegando a necessidade de retirada das casas em função da duplicação da avenida embaixador Abelardo Bueno e oferecia três possibilidades: 1) reassentamento, 2) indenizações das benfeitorias ou 3) permanência acompanhada com projetos de melhorias<sup>261</sup>. A proposta de retirada da comunidade não prosseguiu por falta de verba para as obras, mas posteriormente foi retomada pelo prefeito Eduardo Paes quando o Rio é escolhido para sediar as Olimpíadas 2016.

A vitória da candidatura das Olimpíadas - associada às pretensões do Plano Estratégico do Governo Municipal 2009-2012<sup>262</sup> - aumentou a pressão da Prefeitura pela remoção de favelas, que tinha dentre suas metas reduzir 3,5% das áreas por elas ocupadas. A Prefeitura anunciou a relação das 119 favelas<sup>263</sup> que seriam removidas, dentre as quais estava a Vila Autódromo, sob a justificativa de riscos ambientais, que nunca chegaram a ter uma comprovação técnica. (Magalhães, 2013). (Ver figuras 65, 66 e 67).

“A Olimpíada trouxe um processo de remoção muito maior do que o que a gente já tinha visto aqui. As Olimpíadas além de representarem um motivo aceito pela sociedade para a remoção, eles (*o governo*) tiveram o capital que não tinham antes para sua realização. Foi então quando houve de fato uma remoção na Vila Autódromo. Houve uma necessidade maior das pessoas tomarem a frente da luta, foi a necessidade que me fez abraçar a causa da luta contra a remoção.” Sandra Maria, agosto de 2016.<sup>264</sup>

---

<sup>261</sup> Prefeitura vai demolir 105 casas em Jacarepaguá, *O Globo*, 08 de janeiro de 2005, Rio, p. 15; Pan: prefeitura estuda remoção em três favelas, *O Globo*, 28 de maio de 2005, caderno Rio, p. 18; Pan-Americano: prefeitura pretende remover favela ao lado do autódromo, *O Globo*, 06 de janeiro de 2005, caderno Rio, p. 05; SIRKIS, A. Carta dos Leitores, *O Globo*, 07 de janeiro de 2005, Opinião, p. 06

<sup>262</sup> Anunciado pelo prefeito Eduardo Paes, que coloca dentre as metas reduzir a área de favelas no Rio de Janeiro, mencionando a Vila Autódromo como umas das favelas a serem removidas.

<sup>263</sup> Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>, publicada em 07/01/2010, atualizado em 01/11/2011, acessado em 07 de Outubro de 2016.

<sup>264</sup> Em entrevista à autora. Entrevistas a Sandra Maria, Nathália e Maria da Penha realizadas pela autora estão disponíveis no Anexo III.

#### 4.2.2. O Projeto do Parque Olímpico x o plano popular de urbanização

Em 2011, foi divulgado o resultado do concurso do projeto do Parque Olímpico organizado pelo IAB- Instituto de Arquitetos do Brasil. O projeto vencedor não previa a remoção da Vila Autódromo. Segundo o mesmo, grande parte da comunidade permanecia, o que demonstra a compatibilidade entre a comunidade e a construção do Parque Olímpico. Entretanto, no mesmo ano, o edital de licitação da Parceria Público Privada (PPP) para execução da referida estrutura arquitetônica previa a remoção total da comunidade até 2013<sup>265</sup>. As pressões se intensificaram. E em 2013, o argumento da Prefeitura para remover a comunidade era a construção de vias de acesso para o Parque Olímpico e a duplicação da Av. Abelardo Bueno. Porém, segundo explicam os moradores, estas justificativas eram desculpas, uma vez que nenhuma das obras previstas implicava na remoção da comunidade.

Nathália Macena, moradora da Vila Autódromo, em entrevista à autora, comenta a ação da Prefeitura: “A nossa Prefeitura infelizmente não é transparente, ela não diz por que está desapropriando, e principalmente uma área que está amparada por essa lei 74, que destina estas terra para fins de moradia, para fins sociais. Então, assim, nós temos dois fatos, duas leis que estão ao nosso favor e, ainda assim, a comunidade está sendo desapropriada. Estamos aqui legalmente. Uma vez saiu uma matéria dizendo que aqui foi uma área ocupada, que aqui foi invasão, mas a gente tem leis que comprovam que isso aqui foi destinado para esse fim. Então, assim, por que a gente tem que sair, por que a gente não pode estar dentro do projeto como é feito em outros países desenvolvidos? Por que não pode ser assim no Brasil?”

Sandra Maria de Souza, moradora da Vila Autódromo, complementa que nem o projeto do Parque Olímpico, nem o alargamento da Av. Abelardo Bueno previam a remoção integral da comunidade: “Pelo alargamento da pista, essa pista principal, vem o BRT. Então, eles vão alinhar esse rio todo e vão fazer o alargamento da pista. Então, desapropriaram por decreto as pessoas que estavam nessa faixa marginal que eles dizem que vão alargar. As pessoas do entorno da lagoa, do restante, eles moveram uma ação exigindo a remoção por 25 metros da beira da lagoa. Mas isso aí não ficou definido,

---

<sup>265</sup> <http://oglobo.globo.com/rio/minuta-de-edital-preve-remocao-de-favela-vila-autodromo-ate-2013-para-obras-do-parque-olimpico-2744502,publicacao> em 04/10/2011, atualizado em 31/10/2011, acessado em 07 de Outubro de 2016.

porque a defensoria contestou, apelou e pediu que fosse reduzido para 15 metros. Com esses 15 metros, as pessoas não precisariam sair dali, apenas perderiam o quintal, perderiam alguma parte da moradia. Esse processo não chegou à conclusão. O que a Prefeitura fez: ela fez um decreto e desapropriou essas pessoas - algumas pessoas da beira da lagoa, daqui dessa rua - alegando que vai passar passarela, estrada... Mas tem o decreto. Tudo isso está em torno. A área mesmo da comunidade, o interior - que eles chamam de miolo -, que é a Área de Especial Interesse Social. Essa ele não pode demolir, ele não pode ocupar, porque é uma área destinada à moradia. Na verdade ele (o prefeito Eduardo Paes), com esse decreto, comeu um pedaço dessa área, mas ele tinha justificativa; mas para essa outra área, ele não tinha nenhuma justificativa. Não apresentou nenhum projeto, porque não existe um projeto - é uma área destinada à especulação imobiliária. Isso fica muito claro agora quando o próprio Carlos Carvalho<sup>266</sup>, (dono da construtora Carvalho Hosken) vai aos meios de comunicação e assume isso, (...)” Grifos meus. Entrevista com a moradora Sandra Maria concedida em setembro de 2016.

Nathália Macena da Silva acrescenta, sobre o decreto, que apesar dos moradores não quererem sair porque sabiam dos seus direitos, o decreto de desapropriação dificultou a resistência: “a Prefeitura colocou esse decreto, a meu ver, foi para pressionar ainda mais porque, esse decreto... vou tentar explicar assim porque juridicamente, para eu explicar, é um pouquinho mais complicado: se o juiz bate o martelo, você tem que sair da sua casa e aí o valor é estipulado por um perito, e você tem que sair, você é obrigado a sair (por aquele valor que ele estipulou na casa). E aí as pessoas ficaram mais amedrontadas, pois se elas já tinham medo sem decreto, com decreto o medo aumentou. Porque o cara vai vir aqui, vai dar qualquer coisa pela minha casa, eu vou ser obrigado a sair, então, depois desse decreto, a gente observou que ele conseguiu tirar muito mais gente. Óbvio! Principalmente as casas na beira da lagoa, foram os mais amedrontados... o cara vem,

---

<sup>266</sup> Carlos Carvalho é proprietário de 6 milhões de metros quadrados na Barra da Tijuca e segundo o empresário, em entrevista ao Guardian, sua intenção para o bairro é criar uma “cidade da elite, do bom gosto”. A Barra “será o lar de uma “nobre” elite, sem a presença de comunidades pobres, e se tornará o centro de um lindo e novo Rio de Janeiro”. “ele não só espera que seu investimento retorne de forma lucrativa, mas também remodele a cidade”. Em “O empresário carioca em espera de um legado olímpico próprio de bilhões”. Disponível em <https://www.theguardian.com/sport/2015/aug/12/o-empresario-carioca-na-esperanca-de-um-legado-olimpico-proprio-de-bilhoes>, acessado em Março de 2017.

não dá nada e eu vou ter que sair de qualquer maneira, porque se ele bater o martelo lá dizendo que eu tenho que sair, eu tenho que sair. Então isso pressionou e muito”.

Ressalta-se que a preparação da cidade para os megaeventos associa-se à realização de Parcerias Público-Privadas para realização de grandes intervenções urbanas, na maioria das vezes, associadas às remoções de comunidades carentes, conforme visto. No caso do Rio de Janeiro, as PPPs, Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha e o Parque Olímpico<sup>267</sup> foram grandes oportunidades para expansão imobiliária da cidade, incluindo muitas remoções habitacionais nas áreas adjacentes às intervenções. Como contraproposta à remoção, a Associação dos Moradores da Vila Autódromo apresentou ao prefeito um Plano Popular de Urbanização realizado com assessoria técnica de universidades<sup>268</sup>, que consistia numa alternativa mais barata que a remoção. O plano foi apresentado à Justiça em ação cautelar da Defensoria Pública do Estado<sup>269</sup>, demonstrando a compatibilidade da construção do Parque Olímpico com a urbanização da comunidade<sup>270</sup>. A Prefeitura respondeu a ação, argumentando que a remoção não seria necessária para efetuar a construção do Parque Olímpico, mas seria necessária mais para construção das vias de circulação de ônibus Transcarioca, Transolímpica e

---

<sup>267</sup> O consórcio que venceu a licitação da PPP, Parceria Público Privada, para realização do Parque Olímpico é formado pela empresa Carvalho Hosken, pertencente ao maior proprietário de terras da Barra da Tijuca e duas empreiteiras de obras públicas: Odebrecht S.A e Andrade Gutierrez S.A.

<sup>268</sup> O Plano foi realizado com assistência técnica de duas universidades públicas, através do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense do NEPHU/UFF.

<sup>269</sup> A Defensoria é uma “instituição pública cuja função é oferecer, de forma integral e gratuita, assistência jurídica aos cidadãos que não possuem condições financeiras de pagar as despesas destes serviços”. Além disto a defensoria promove a defesa dos direitos humanos, direitos individuais e coletivos e de grupos em situação vulnerável. “A assistência jurídica gratuita aos vulneráveis é um direito de garantia fundamental de cidadania previsto no artigo 5º, LXXIV da Constituição da república. A gratuidade de justiça abrange honorários advocatícios, periciais, e custas judiciais e extrajudiciais”. De acordo com a descrição da Defensoria pública do Rio de Janeiro disponível em <http://www.defensoria.rj.def.br/Institucional/o-que-e-defensoria>, acessado em março de 2017.

<sup>270</sup> Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo 2012, UFF-ETTERN UFRJ. Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense do NEPHU/UFF.

BRTs; a previsão de remoção da Vila Autódromo foi retirada do escopo da PPP, e a prefeitura a reapresentou em fevereiro de 2012 o traçado dos BRTs, com novo desenho que cortava a comunidade.

Segundo a moradora Sandra Maria, o Plano Popular foi uma resposta ao prefeito Eduardo Paes. Ela conta que o plano foi construído a partir de um desafio do prefeito, uma vez que ele disse que aquela área da Vila Autódromo não permitia geograficamente a urbanização porque a cota do terreno onde situa-se a comunidade está abaixo das demais cotas dos terrenos do entorno, além de ter dito que se a Vila Autódromo conseguisse um projeto de urbanização, ele o aplicaria. Sandra afirma que a partir disto a comunidade procurou a UFF e a UFRJ que aceitaram o desafio e elaboraram o projeto. Após a produção do plano de urbanização, o mesmo foi inscrito em um concurso internacional<sup>271</sup> e foi premiado com o primeiro lugar, e a medida que esta comunidade foi sendo removida o plano foi sendo adaptado à nova conformação espacial. “Chegamos até a sua sexta versão no ano passado, 2015”, conta a moradora que acrescenta que o valor para execução do plano de urbanização de toda a comunidade seria de 13 milhões de reais. Entretanto, o valor gasto pela Prefeitura para realizar a remoção foi em torno de R\$200 milhões. (Ver figura 68).

Nathália Macena da Silva<sup>272</sup> acrescenta que quando “a gente (Vila Autódromo) fala da urbanização e aí eles (prefeitura) vêm falar do conjunto habitacional que eles fizeram, como se aquilo fosse a solução dos nossos problemas, como se a gente não quisesse. Só que a pergunta que vem à tona é: por que não urbanizou a Vila Autódromo? Por que assim, vamos falar do Plano Popular, A UFF e a UFRJ fizeram um Plano Popular para Vila Autódromo, junto com o IAB, enfim. Então, foi feito um projeto. Esse Plano ganhou um prêmio internacional. Dentre 170 projetos no Rio de Janeiro, o nosso foi o vencedor. Então esse Plano Popular ele ganhou esse prêmio internacional. Foi feito essa plano, não tinha desculpa para não urbanizar. Eles não quiseram aproveitar o projeto para urbanizar e deram preferência para construir esse Parque Carioca (conjunto

---

<sup>271</sup> O concurso internacional de Arquitetura para elaboração do Projeto do Parque Olímpico foi promovido pelo IAB-RJ e pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Concorreram 60 trabalhos, de escritórios de 18 países. O vencedor foi o escritório Aecom, liderado pelo inglês Adam William Bill Hanway. O escritório é o mesmo que fez o plano principal do parque olímpico de Londres, em 2012. Disponível em <http://www.caubr.gov.br/rio-2016-parque-olimpico-foi-escolhido-por-concurso-publico/>, acessado em Março de 2017.

<sup>272</sup> Nathália, moradora da Vila, esclarece durante reunião do Projeto de extensão da Universidade Anhanguera para requalificação do parquinho, coordenado pela autora deste tese, em Agosto de 2015.



habitacional para as famílias removidas da Vila Autódromo). (...) Seria mais viável para os cofres públicos, indenizar a comunidade inteira, com todo mundo aqui com 14 milhões, ou gastar 120 milhões para fazer uma outra área? (...) Quer dizer, já gastaram mais de 200 e pouco milhões numa coisa em que só se gastaria 14, no máximo 15. Quer dizer, então o negócio é o dinheiro para urbanizar? Não é, né? Esse não é o problema. Já existia o projeto de urbanização quando construíram o Parque Carioca, isso é que indigna ainda mais, porque se já existia algo pronto, por que não se aproveitou o que já estava pronto, que foi feito por pessoas competentes, capacitadas - não foi qualquer pessoa que elaborou esse projeto. Esse projeto foi elaborado em parceria com a comunidade, vendo as necessidades - eles visavam até essa parte de pessoas que estavam muito na beira da lagoa, que de fato era uma área de risco até pro próprio morador, essa pessoas seriam realocadas dentro da própria comunidade. Tudo isso. Esse projeto é brilhante, tanto que ele ganhou esse prêmio. Aí a gente vê que o interesse aqui é só especulação imobiliária, não tem outra resposta. O que fica nítido pra gente? Tinha a faca e o queijo na mão e ninguém quis fazer. Então, assim, não é um projeto de cidade para incluir o morador, o cidadão que já habitava aqui. É justamente o oposto: é excluir; manda para qualquer outro lugar.

Após as reuniões realizadas, a Prefeitura não considerou o plano popular e, posteriormente, manteve a mesma postura de pressionar os moradores para aceitarem indenização ou os apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)<sup>273</sup>. Para maiores informações sobre o conflito entre Estado e moradores em torno da casa na favela ver Magalhães (2013); Petti (2016). A empresa Olímpica Oficial divulgou o projeto para construção do Parque Olímpico, no qual as vias de BRT não apareciam por sobre a área da comunidade. No projeto, a área aparece ocupada por um estacionamento, Centro de Mídia e estruturas provisórias. No mesmo ano foi lançado o conjunto Parque Carioca<sup>274</sup>, do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, bem como foi anunciado que os moradores da Vila Autódromo seriam reassentados no local e que até 2014 a comunidade seria totalmente removida. “Com a chegada dos megaeventos as

---

<sup>273</sup> Na maioria dos casos de remoção ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, a Prefeitura ofereceu as seguintes opções como forma de compensação pela demolição das casas na favela: indenizações -em sua maioria baixas -, aluguel social - que consiste na quantia de 1600 reais recebidos em quatro parcelas de 400 reais - e apartamentos do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

<sup>274</sup> Parque Carioca - conjunto habitacional que faz parte do programa Minha Casa Minha Vida, construído a aproximadamente dois quilômetros do local para o reassentamento de moradores da Vila Autódromo.

ameaças de remoção se intensificaram porque o nosso governo, a Prefeitura, o Estado, se aproveitou da chegada dos megaeventos como um pretexto para fazer uma higienização social, uma limpeza social”, comenta Nathália Macena<sup>275</sup>.

Ressalta-se no ano de 2013 um fato político que abriu novas possibilidades de diálogo para Vila Autódromo: a realização da Copa das Confederações. Entre 15 e 30 de Junho de 2013, a Copa das Confederações foi recebida no Rio de Janeiro, e em demais cidades que também sediaram o evento, com um levante popular que tomou as ruas de todo o Brasil e teve repercussão mundial. Os primeiros protestos começaram contra o aumento do preço da passagem de ônibus, cenário que aos poucos se altera na medida em que, posteriormente, a pauta é estendida e a crítica à realização dos megaeventos permite que outros temas sejam abordados, como as remoções de favelas. No dia 17 de Junho de 2013, aproximadamente 100 mil pessoas marcharam da Candelária à Cinelândia, dois lugares conhecidos historicamente por serem palcos de manifestações na cidade. Posteriormente, no dia 20 de Junho, um milhão de pessoas seguiram em marcha da Candelária à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Os respectivos governantes das três esferas de poder tiveram então que responder. A presidente Dilma Rousseff mencionou a importância de discutir uma reforma política no país, o governador do Estado Sergio Cabral propôs revisão das reformas do Complexo Maracanã em negociação com a FIFA e o prefeito Eduardo Paes se propôs a negociar com as comunidades ameaçadas de remoção, dentre elas a Vila Autódromo que teve a oportunidade de discutir com a Prefeitura o Plano Popular de urbanização da comunidade. A resposta do Estado parecia mais uma estratégia para atenuar as articulações dos movimentos sociais do que uma efetiva pretensão de modificar a condução política na ocasião. (Ver figura 69).

Por medo e coação muitos moradores aceitaram se mudar para os apartamentos. Estes mecanismos são chamados de estratégias “biopolíticas” utilizadas na operacionalização das remoções, porque se relacionam aos aspectos da vida e extrapolam os aspectos jurídicos, o assunto será retomado mais adiante. (Magalhães, 2013). Apesar disto, outros se negaram a sair da comunidade, alegando que os apartamentos oferecidos eram muito pequenos e que as casas da Vila Autódromo eram maiores e de melhor qualidade. Os moradores não queriam perder os laços existentes com o local e com a própria comunidade, levando-os à luta pela urbanização. Entretanto, em 2014, inúmeras casas

---

<sup>275</sup> Em entrevista à autora, Diana Bogado, em Agosto de 2016.

foram demolidas, descaracterizando gradualmente o espaço da Vila Autódromo, enquanto a obra do Parque Olímpico ia estrangulando gradativamente a comunidade. Em março de 2015, o prefeito editou decretos de desapropriação de algumas casas, na tentativa de avançar na remoção, forçando muitos moradores a sair, dentre eles lideranças que desejavam permanecer. A luta pela permanência se intensifica, e junto com apoiadores ativistas, os moradores da Vila Autódromo tentam reocupar e reinventar o espaço que estava drasticamente modificado pelas remoções. A situação extrema da Vila Autódromo poder ser entendida como um caso de *transborde* urbano, por ser uma situação urbanística fora de controle na qual observa-se a precariedade e a exclusão (BAGNERA, 2013) e também pode ser vista com o sentido de transborde social sugerido por Schelotto (2013) que reconhece o conflito que emerge da ação popular e sugere o direito ao transborde como translação da terminologia do direito à cidade.

#### 4.2.3. Execução das remoções na Vila Autódromo

“A ação da Prefeitura cortando as árvores, comendo terreno, deixando escombros, removendo as casas, andando com tapumes e proibindo o acesso ao que ficava depois do tapume. A Guarda Municipal impedia a passagem de moradores para uma área e quando eles desbloqueavam o acesso, as casas daquela área estavam demolidas, sem aviso prévio, colocadas abaixo com tudo dentro e os tapumes tinham andado. Uma vez uma moradora saiu para fazer uma operação e quando ela voltou não tinha nada, casa, roupas, nada, sua casa estava no chão. Quando os tapumes do Parque Olímpico andavam e os moradores queriam acessar as próprias casas, eles recebiam uma credencial para entrar no Parque Olímpico e conseqüentemente, em casa, só podia entrar quem tinha credencial, não se podia levar nenhuma visita na própria casa”. Relato<sup>276</sup> de Sandra Maria, moradora da Vila Autódromo.

A prática das remoções no Rio de Janeiro é reproduzida desde o início da formação da cidade, a Reforma Pereira Passos no século XIX pode ser entendida como desencadeadora da formação das favelas, uma vez que demoliu os cortiços, locais de moradia dos trabalhadores e da classe baixa sem oferecer solução habitacional para os desabrigados. A execução da abertura da Avenida Central, atual Rio Branco, foi

---

<sup>276</sup> Relato da moradora Sandra Maria no Seminário de apresentação do Museu das Remoções realizado no Museu da República no Rio de Janeiro, em Outubro de 2016, a atividade foi organizada pelo curso de pós Graduação em Museologia Social, ministrado pelo professor Mário Chagas, co-autor deste artigo

responsável pela demolição de 1700 edificações. Aproximadamente 20 mil pessoas<sup>277</sup> que buscaram nos morros do Centro soluções para moradia, dando início à favelização em massa<sup>278</sup>. A prática das remoções tornou-se a tônica da expansão da cidade, sendo revista após a ditadura em função das inúmeras violações empreendidas durante o Governo Militar e das articulações do movimento social no momento da redemocratização do país, anos 1970 e 1980. Tal período é caracterizado pela trégua nas remoções em função de uma política de atuação mais significativa dos movimentos populares. Da década de 1970 em diante o governo muda o foco de ação em relação à ditadura que previa a manutenção da ordem urbana através do atendimento do interesse público, tendo como atividade principal o desenvolvimento de uma política remocionista altamente repressiva. Da redemocratização em diante, em contrapartida, o foco passa a ser o mercado, as políticas de habitação voltadas para a produção de unidades residenciais para a classe média e média alta. As práticas repressivas da política de remoções durante a ditadura encarregaram-se de desmobilizar a luta popular por moradia adequada. No entanto, tal atuação não atingiu os objetivos previstos pelo Estado, não conseguiu conter o avanço da favelização, tampouco reduzir o déficit habitacional, além de ter sido responsável por deslegitimar o regime militar perante a população moradora de favelas, que passou ao longo dos anos a adquirir representatividade político-eleitoral, conforme visto ao longo desta tese.

O fracasso das remoções provocou alteração da política urbana. No final da década de 1970, as favelas permaneciam abrigando grande parte da população, e apresentavam-se como opção de moradia nos anos 1980 marcados pela substituição das remoções por políticas de urbanização de favelas. A expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, no período da redemocratização em diante, passa a direcionar-se para a baixada de Jacarepaguá, zona Oeste da cidade; ordenada pelo Plano Lucio Costa. Esta expansão possibilitou o retorno das remoções na referida zona nas décadas seguintes, levadas a cabo pelo Estado, a fim de atender os interesses do mercado imobiliário.

As remoções no Rio de Janeiro, conforme visto, não são uma prática recente, foram executadas pelo Estado em diversos momentos da história e são levadas a cabo de forma

---

<sup>277</sup> Gonçalves (2013)

<sup>278</sup> Apesar dos registros da ocorrência de construções precárias nos morros do centro, para instalação de escravos e trabalhadores braçais, datarem do século XVIII, foi a partir do início do século XX que considera-se o surgimento das primeiras favelas nos morros cariocas, quando estes ainda não eram alvo de interesse do mercado imobiliário.

estratégica pelo poder público. Entre os mecanismos utilizados pelos agentes da Prefeitura destacam-se as práticas de pressões psicológicas e coações que buscam convencer os moradores pelo medo, com chantagens e assédios, muitas vezes diários, para fazer o morador aceitar a proposta de indenização oferecida pela sua casa, afirmando que a recusa o levará a ficar sem nada ou ficar na rua. Iara Português<sup>279</sup> moradora da Vila Autódromo comenta que mudou o número do telefone celular durante o momento das maiores pressões feitas pela Prefeitura. Conforme relata a moradora, os assédios muitas vezes eram diários e tiravam a paz dos moradores. Além das ligações por telefone, havia pressões realizadas pessoalmente com visitas surpresas dos funcionários da Prefeitura à comunidade. Outra estratégia do Estado consiste em causar conflitos entre os moradores, através da manipulação da informação sobre a situação local ou mesmo por meio da criação de boatos e intrigas. Situações conflituosas são frequentes no contexto do processo de remoção, como por exemplo, momentos em que agentes estatais buscam se inserir nas relações interpessoais da favela para, muitas vezes, fazer crer que uma liderança local da mobilização não é honesta ou confiável buscando, desta forma, desmobilizar a resistência.

Os contatos individuais e a informação incompleta dada pela Prefeitura sobre a real situação do processo de despejo, fazendo crer que a qualquer momento pode ocorrer a remoção, leva a um estado de constante ansiedade que deixa os moradores vulneráveis, e conseqüentemente, mais propensos à negociação de suas casas. O estado de desinformação ou, como alguns dizem, de informação trocada, apresenta-se como tática do Estado, que necessita disso a fim de ferir a população na cidade (no caso da situação de remoção, gerir os deslocamentos formados de famílias)<sup>280</sup>. Para agravar a situação de insegurança, os agentes do Estado afirmam que irão resolver a condição de cada morador de forma particular, fazendo-os aguardar por uma proposta que nunca é cumprida, o que aumenta a agonia dos que vivem tal situação. Dentre as práticas do processo de remoção, observam-se algumas formas de pressão para gerar instabilidade emocional e impedir a articulação de resistência. São elas a falta de acesso aos projetos – no caso da Vila Autódromo, o projeto do Parque Olímpico - que seriam a justificativa da remoção; a realização de demolições arbitrárias sem indenização; a demolição de casas geminadas como forma de pressionar o morador ao lado (que fica preocupado

---

<sup>279</sup> Em entrevista à autora em Agosto de 2016.

<sup>280</sup> Para a compreensão da utilização e dos impactos de tais estratégias estatais durante a situação de remoção, ver Magalhães, (2013); Petti, (2016); Silva, (2016).

quanto à desestabilização da estrutura de sua própria casa); o corte dos serviços básicos de água e luz; a desqualificação moral e desrespeito por parte dos agentes públicos dos moradores que questionam a situação; etc.<sup>281</sup>

Tais exemplos se modificam em cada caso de remoção de favelas. Não são somente práticas ilegais, mas devem ser entendidos como uma estratégia de driblar as leis que asseguram um procedimento respeitoso em acordo com os Direitos Humanos. Para compreender tais práticas estatais, é preciso dizer que nas favelas cariocas as fronteiras entre os escopos do legal/formal e do ilegal/informal são bastante tênues (Das e Poole, 2004; Telles, 2010). Em meio a diversas configurações de propriedade e mercado, e às venturas e desventuras das práticas de um Estado que se apresenta como multifacetado, a Prefeitura do Rio de Janeiro viola os Direitos Humanos na execução de tais práticas e reafirma o autoritarismo da gestão urbana atual, principalmente no trato com as populações pobres.

Um morador (1)<sup>282</sup> relata que no caso da Vila Autódromo a estratégia da Prefeitura foi aproximar-se de uma moradora que ficou responsável por convencer outros moradores de aceitar a proposta do apartamento MCMV<sup>283</sup> ou a indenização.

Outro morador (2)<sup>284</sup> comenta que a assistente social, que trabalha na Secretaria de Educação e era braço direito do ex-prefeito Eduardo Paes, “é moradora de favela e tem um papo bom, se você não tiver sabedoria você cai na dela, ela te enrola”. O morador (2) explica que a Prefeitura usa os próprios moradores de favela na estratégia da remoção, “eles entram como amiguinhos; até cantadas foram dadas pelos agentes da Prefeitura às moradoras da Vila Autódromo, tudo é parte de um jogo e as pessoas se iludem”, explica.

A reunião do Riocentro, conforme relata o morador (1), foi uma alavanca que tinha começado anteriormente através de uma moradora que era cabo eleitoral e que já tinha

---

<sup>281</sup> BOGADO E MAGALHÃES (2016)

<sup>282</sup> Neste caso optou-se não identificar o morador, que trataremos como morador (1), a fim de preservar sua relação com a comunidade, em função do conteúdo dos relatos abordar temas da vida de outros moradores da comunidade, que também não serão identificados.

<sup>283</sup> MCMV – Minha Casa Minha Vida

<sup>284</sup> Neste caso também optou-se não identificar o morador, que trataremos como morador (2), pelo mesmo motivo anterior.

uma inserção no cenário político; ela trabalhava com o prefeito Eduardo Paes e teve sucesso ao convencer vários moradores para que estes especificamente aceitassem a proposta do apartamento. Apenas alguns moradores foram convidados para a reunião que apresentaria os apartamentos do MCMV, muitos dos que foram convidados já estavam influenciados por esta moradora. Na ocasião, o prefeito demonstrou o projeto da construção do Parque Olímpico enfatizando as partes positivas, e depois mostrou as áreas da comunidade com traçados, destacando que as áreas assinaladas seriam desocupadas para execução do parque, dando a entender para as pessoas que estas casas necessariamente seriam removidas. Em seguida ele apresentou o projeto do Parque Carioca, o empreendimento do MCMV para o qual seriam reassentados os moradores, de maneira a persuadi-los quanto à qualidade do mesmo, uma vez que o empreendimento fora apresentado quase como uma solução de vida para aqueles moradores que teriam que sair necessariamente.

“Nessa mesma reunião, eles (agentes da Prefeitura) apresentaram o projeto do Parque Carioca. Colocou fotos dos apartamentos, todos terminados, acabadinhos, lindo, maravilhoso, com piscina, com salão pra festas. ‘A nossa ideia (da Prefeitura) é que vocês terão a possibilidade de trocar a casa de vocês por este apartamento’. Isso encantou um monte de gente. Imagina uma pessoa, que vive em uma casa velha, precária, ruim, com problema de estrutura, e pobre, há muitos anos tentando melhorar essa casa, fazer um quarto pro filho e não consegue. Aí vem o governo e oferece um apartamento com três quartos, dois quartos, acabadinho - você não quer? Muitos aceitaram. Na primeira leva eles tiraram os mais pobres, os menos instruídos, os mais fracos, vamos dizer assim. Tiraram com esses argumentos: primeiro com esse ‘sonho. Só que, na verdade, eu tenho esse contrato lá em casa, que a pessoa assinava com a Caixa. Peguei a cópia com um dos moradores. E é um contrato assinado entre a Caixa e o morador, em momento nenhum é mencionado o nome da Prefeitura, que a Prefeitura vai pagar, nada. Então, na verdade, você está trocando a sua casa por um financiamento da Caixa Econômica. Até então dizem que o prefeito está pagando. Eu não sei como essa história vai ficar, se esse elefante vai gritar lá na frente, ou se vai dar certo, se o próximo governo vai continuar, se após as olimpíadas... se depois que a comunidade acabar, aí que os prédios começam a ruir. Eu não sei, o final da história eu não sei; mas eu sei que é uma história cheia de buracos. É uma história muito mal explicada. Que se a Prefeitura vai pagar a dívida, se é um apartamento quitado, você só vai receber daqui a dez anos, depois que essa dívida for paga. Se é o governo que está pagando, por que não entrega logo quitado para a pessoa?” Sandra Maria, moradora da Vila Autódromo, em entrevista à autora desta tese.

Nesta reunião, segundo a moradora, o prefeito também afirmou que tinham apartamentos de um, dois e três quartos, mas que os de três quartos eram poucas unidades e que somente os primeiros a negociarem receberiam os de três quartos. Isso, conforme explica o morador (1), gerou uma corrida para conseguir os apartamentos maiores. No dia seguinte após esta reunião dez funcionários da Prefeitura chegaram à comunidade (eram desde agentes, passando por funcionários fardados, até funcionários que estavam fazendo a marcação SMH<sup>285</sup> nas casas) para catalogar os moradores que aceitariam os apartamentos. “Neste dia também ocorreu a marcação das casas a serem removidas”, explica o morador (1). Conforme descrito anteriormente a pressão da Prefeitura é feita através de um jogo que manipula em alguns momentos o medo e em outros a sedução, entretanto, os moradores que permaneceram na Vila Autódromo explicam que o que lhes moveu a não esmorecer fora o vínculo da comunidade.

“O maior patrimônio da Vila Autódromo, no meu ponto de vista, sempre foi a relação da coletividade, mesmo quando a comunidade estava cheia com 700 famílias esta relação social sempre foi o que nos fortaleceu, isso na metrópole, numa grande cidade é muito raro, dentro de uma metrópole ter uma relação social de um vizinho ajudar ao outro tomar conta das crianças, pedir um copo de café, um ovo... hoje em dia, dentro de uma metrópole como o Rio de Janeiro é muito raro, este vínculo social é uma riqueza que muitos moradores só perceberam depois de saírem daqui, e claro que o processo de resistência estreita estes laços, alegrias e tristezas são muito intensos e aproximam as pessoas. Esta relação na Vila Autódromo foi o que me fez ficar aqui 25 anos.” Relato de Sandra Maria, agosto 2016.

A moradora Sandra ressalta que a marcação das casas (SMH) é um dos impactos mais fortes aos moradores, já que a partir disto o morador compreende que o fim da vida na comunidade está determinado. Esta marcação aconteceu na Vila Autódromo no dia seguinte à reunião do Riocentro. Os funcionários iam de casa em casa dizendo que quem não aceitasse a proposta corria o risco de sair sem nada. Os funcionários da Prefeitura haviam chegado com vans e ônibus para conhecer dois apartamentos mobiliados do Parque Carioca prontos para exposição e totalmente decorados. A ideia era convencer os moradores de que a aceitação da proposta era uma modificação na vida dos indivíduos.

---

<sup>285</sup> A marcação SMH significa Secretaria Municipal de Habitação, ela é feita nas casas que serão removidas em comunidades que sofrem processo de remoção.



Nos dias posteriores, as vans e ônibus também voltaram à comunidade, mas dessa vez para levar os moradores até a Prefeitura para assinarem o contrato do MCMV. A Prefeitura anunciava que a entrega da casa na Vila Autódromo era condição para ter a casa no Parque Carioca, e que não era necessário pagar o financiamento do programa MCMV da Caixa Econômica Federal. Entretanto, no contrato assinado com a Caixa, não havia nenhuma observação de que o apartamento estava quitado, sendo um contrato comum de aquisição de apartamento pelo programa MCMV.<sup>286</sup>

Segundo a moradora Sandra Maria, a Defensoria Pública orientava a luta pela resistência, contava das implicações e riscos dos acordos com a Prefeitura e explicava para a comunidade que a briga era jurídica, mas também política, que a comunidade precisava se organizar politicamente para respaldar as ações jurídicas. Estas elucidações eram esclarecedoras para luta de resistência. A Defensoria explicava, segundo Sandra, que é necessário que a comunidade se posicione e reivindique os seus direitos para que a luta jurídica possa valer. A moradora também comenta que a relação que se estabelece com a Defensoria é uma relação humana que não tem como fugir a estes laços. Dentro do processo de resistência apesar da aproximação ocorrer de forma profissional, os laços de amizade são construídos com os defensores por conta de todo o apoio em situações muito difíceis. E que, não somente os defensores públicos são fundamentais na luta contra a remoção, mas também todos os apoiadores que se aproximaram da Vila nestes duros anos de resistência. As relações entre a Defensoria Pública e os moradores da Vila contribuem para a compreensão da complexidade do Estado, que se mostra evidente na situação de remoção. Se, por um lado, o Estado, na figura da Prefeitura, trava um conflito com as famílias que se desenvolve, principalmente, em torno da casa, por outro, a Defensoria Pública demonstra uma outra face do Estado que, ao contrário do conflito, coopera com a ação coletiva, construindo relações de apoio e confiança com os moradores.

“Sinto uma gratidão pessoal pelos defensores públicos. Aprendemos muito com eles. Aprendemos que o processo de resistência cria laços, estreita laços afetivos, fortalece. (...) nos piores momentos eles estavam com a gente eles nos atendiam em qualquer hora

---

<sup>286</sup> Muitos moradores do Parque Carioca atualmente encontram-se em condições de inadimplência por não estarem pagando as prestações do MCMV. A Prefeitura chegou a quitar algumas parcelas de alguns moradores que receberam ordem de despejo e encaminharam-se à Prefeitura. Entretanto, não existe nenhum documento que isente o morador do parque carioca do pagamento da prestação do programa MCMV.

no celular particular deles. Eles chegavam seis horas da manhã seis e meia (na comunidade), nos atendiam de madrugada. Foi uma atuação exemplar. As falas da (doutora) Maria Lucia (sobrenome dela) sempre foram fundamentais, as assembleias muito esclarecedoras, ela nos explicava que nossa briga era jurídica e política, que precisávamos nos organizar politicamente para respaldar as ações jurídicas, e estas falas eram muito esclarecedoras para que nós nos posicionássemos em torno da luta. Esses laços se estabelecem numa relação humana. O ser humano não tem como fugir a isso por mais que os defensores públicos se aproximem de forma profissional alguns defensores acabaram criando laços afetivos de resistência, de amizade mesmo, porque a gente acaba vivendo situações muito difíceis juntos. O apoio estimula muito continuar. (...) O motorista da Defensoria Pública, o Vicente, fica chateado se o Nuth vai com outro motorista à Vila Autódromo, pode ser sábado pode ser domingo pode ser a noite ele fala: eu quero ir à Vila Autódromo.” Relato da moradora Sandra à autora em agosto de 2016.

Adriana Santos, moradora da Vila Autódromo, reforça a importância da luta plural e dos diversos atores da mesma: “Os apoiadores influenciaram muito na luta contra a remoção. Se não fossem os apoiadores e a Defensoria, eu acho que a gente não tinha ganhado a luta”, comenta Adriana. O processo de luta contra a remoção entrelaça-se com as relações afetivas e com os aprendizados, todos os indivíduos inseridos na luta a contagiam e por ela são contagiados, a vida de todos é preenchida de novos significados simbólicos, afetivos e políticos. Daniela Petti, em sua monografia sobre a luta da Vila Autódromo apresentada ao curso de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas intitulada “‘Não tem preço, ninguém esquece sua vida assim’: uma etnografia sobre a ‘luta’ contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro”, defendida em 2016, discorre sobre aspectos importantes da luta contra a remoção que adentram as esferas simbólicas mencionadas nesta tese e também analisa a interação Estado-margens considerando que as experiências e práticas estatais e dos movimentos de resistência são condicionadas mutuamente, feitas e desfeitas a cada nova relação que surge no cenário da cidade.

Petti reforça diversos aspectos do impacto das remoções de favelas ao considerar o sentimento dos moradores ameaçados a perderem suas casas e como recepcionam este fato. A autora disserta sobre como os moradores são impactados por certas categorias jurídicas de modos muito peculiares ao descrever a leitura destes mecanismos jurídicos a partir das compreensões dos moradores estabelecidas no âmbito do cotidiano. A partir de um episódio ocorrido em um dos eventos Ocupa Vila Autódromo Festival “no qual moradores e apoiadores se reúnem na favela para realizarem atividades culturais e políticas com o objetivo de denunciar violações de direitos, debater a cidade e trazer

visibilidade para a situação de remoção e para a resistência”. (p. 55); Petti relata que “moradores e apoiadores *estávamos* reunidos embaixo de uma tenda armada para a projeção de alguns curta-metragens que constam, junto a um debate, na programação do dia”, e Joana, moradora que teve sua casa derrubada no mês anterior, inicia o debate, após os filmes contextualizando novos apoiadores presentes acerca do que a Vila vivenciava na ocasião. (PETTI, 2016, p. 56) grifo meu.

"Já sofríamos pressão antes, e com a chegada dos megaeventos, essa pressão se intensificou<sup>287</sup>. Passamos a conviver com falta d'água, falta de energia e a sobrevivência na comunidade passou a ser difícil"<sup>288</sup>, relata Joana, reafirmando que a Prefeitura faz isso para "dificultar" a permanência das pessoas que querem permanecer. Ao falar especificamente sobre sua casa demolida, ela menciona o mandado judicial de "imissão de posse" que descreve que "quando esse mandado é enviado, eles já podem demolir a casa". A família de Joana não assinou o mandado, pois decidiram não entrar em acordo e, ainda assim, a edificação foi demolida. Joana relata que não sabe explicar "em termos jurídicos" do que se trata a imissão de posse, mas descreve as primeiras decisões tomadas por sua família no momento em que receberam tal mandado: Após receber a notícia, sua mãe mobilizou alguns vizinhos para lhe ajudarem a transferir seus móveis para a edificação da igreja da comunidade, habitar a igreja figurava na comunidade como uma possibilidade, caso a demolição se efetivasse.

Mesmo sem assinar o documento - que representa acordo quanto à demolição solicitada pela justiça -, a probabilidade de ocorrer a demolição não era baixa, na medida em que outras famílias já haviam vivido a mesma situação antes deles. "Quando saiu esse mandado a qualquer momento eles podiam derrubar minha casa", explicava Joana aos apoiadores recentes que acabavam de saber de sua nova residência. Petti ressalta que apesar de Joana não saber que a imissão de posse consiste no ato “pelo qual, mediante mandado judicial, o proprietário visa obter a posse direta do imóvel”, o mandado judicial aparece para sua família como um aviso de que a casa pode ser demolida a qualquer instante, fazendo com que, imediatamente, outro espaço de moradia seja

---

<sup>287</sup> Ressalta-se que os moradores possuem a posse da terra, por haverem recebido a concessão real de uso emitida pelo governo do estado nos anos de 1994 e 1998, válido por 99 anos, e passível de renovação pelo mesmo período de tempo. Além disso, a comunidade também é considerada uma ZEIS, Zona Especial de Interesse Social.

<sup>288</sup> Relato de Joanna, moradora da Vila Autódromo à Petti. (Petti, 2016, p. 56).

preparado”. Ao receber o documento, Joana e sua família não hesitaram em realizar a mudança, tendo em vista que, naquele momento, a ameaça da remoção chega próxima ao ponto de se concretizar.

“Percebo que o cotidiano do processo de remoção, marcado por exemplos dos ocorridos com outros vizinhos, bem como por tomadas de decisão urgentes, permite que a família em questão tenha uma percepção da imissão de posse de um modo muito mais integrado com os fatos vivenciados na territorialidade (...). A imissão, na prática, produz sensações, decisões e ações relacionadas ao morar cotidiano na Vila Autódromo. Em meio às interações casa-território-moradores-categorias jurídicas, a imissão de posse emerge, e é manejada por Joana, de forma colada à experiência cotidiana. Utilizo aqui as reflexões de Geertz sobre as relações entre lei e fato, no contexto da realização de uma antropologia do direito, com o objetivo de iluminar como os moradores impactados pelas remoções são afetados por percepções de leis e fatos de um modo muito mais integrado por estarem inseridos em interações rotineiras com os contextos das favelas impactadas.” (PETTI, 2016, p. 56)

Petti considera que a “possibilidade concreta de demolição das casas, reforçada pelos despejos de casas vizinhas, permite que a lei enquanto um instrumento de "luta", seja acionada, manejada e manipulada de forma colada à prática do que é estar ameaçado de remoção”. As experiências dos moradores, tanto em seus territórios, como nos espaços de organização política, permitem compreender os trânsitos entre Estado e margens, tendo em vista as interações que os movimentos de resistência travam com categorias, leis e dispositivos advindos dos lugares oficiais do Estado. Essas interações, por sua vez, são condicionadas por um morar cotidiano na cidade. (PETTI, 2016, p. 57)

Os relatos de Petti são importantes neste trabalho desde a perspectiva dos processos do cotidiano, seja tratando-se dos procedimentos como ocorrem a politização da comunidade, e a devida apreensão de categorias jurídicas, ou seja, como se estabelecem as relações entre os moradores (ou entre eles e apoiadores de suas lutas). O que se quer reforçar aqui é que todos estes processos acontecem no âmbito do cotidiano. Na produção socioespacial do dia a dia é que se apreende a luta política, com os conceitos e categorias jurídicas referentes à ela, assim como com os demais indivíduos que a compõem. E não se pode separar todos os processos descritos aqui da própria vida destes sujeitos, porque estes processos constituem a própria vida.

Considerando as relações tecidas no cotidiano da luta contra remoção da Vila Autódromo, e os impactos destas relações na vida de todos os envolvidos, cabe destacar como a luta, de certa maneira, empreende um processo de profundo câmbio social, dada

entre outros aspectos pela dinâmica do espaço social nas quais prevalece o valor-de-uso em oposição ao valor-de-troca a partir das interações dos sujeitos no âmbito do vivido (Lafebvre, 1994). Novas formas de relações e vínculos se estabelecem no palco da cidade, caracterizados pela profundidade afetiva em comparação às situações sociais corriqueiras. A peculiaridade de encontrar-se sob ameaça de risco “de perder uma casa”, ou de “perder-se uma comunidade inteira” ou de “assistir aos violentos despejos de famílias” é uma situação peculiar, uma forma de “urbanismo insurgente” (MIRAFETAB, 2009). A situação de risco toca na sensibilidade e no lado humano de quem vivencia de perto a violência e a covardia empreendida pelo Estado contra as famílias de baixa renda compostas de indivíduos vulneráveis, - e que assim o são por serem vítimas contínuas da ação deste próprio Estado.

Vivenciar a luta de uma comunidade contra o processo violento de remoção transforma: Transformam-se os vínculos entre os indivíduos que lutam, transforma-se a forma de ver o outro, transforma o lugar que o outro ocupa na sua vida, seja por ele estar perdendo uma casa diante de ti, seja por você estar na luta junto com ele defendendo a casa dele, a articulação que se estabelece em redes populares de resistência são processos de “re-territorialização” (MAGNANI, 2011; MATARÁN, 2013) que buscam reverter a dominação com a apropriação. A luta pelo direito à moradia e pelo direito à cidade, no campo, aproxima, une, emociona, transforma e (re)territorializa. Se lutam comigo pela minha casa ou se luto – e comigo lutam - pela casa que poderia ser minha; qualquer das situações possuem um valor inenarrável e humano, que transpassa o contexto da luta pela moradia e alcança a afetividade<sup>289</sup>. Devido à admiração pela conduta genuína e valente daquele sujeito que está diante de ti e que renuncia às

---

<sup>289</sup> Ver o Anexo II: “Abaixo-assinado em defesa do direito à matrícula da moradora da Vila Autódromo, Sandra Maria de Souza Teixeira, no curso de história da Universidade Estadual do Rio de Janeiro”. Este anexo apresenta-se como um exemplo dos desdobramentos da luta contra a remoção, que também relaciona-se com os vínculos afetivos constituídos no referido processo que geram outras formas de apoio. Sandra Maria, moradora da Vila Autódromo, recebeu apoio dos ativistas que lutaram pelo direito à sua matrícula na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, da qual tinha sido jubilada por impossibilidade de frequentar as aulas em função das adversidades da vida. A autora desta tese redigiu carta em apoio à Sandra que foi anexada junto com um abaixo assinado ao processo de matrícula de Sandra. Tal iniciativa levou a moradora a ser readmitida na universidade e ter a chance de concluir seus estudos de graduação em história. A carta elaborada pela autora em apoio à Sandra Maria está em anexo

inúmeras outras circunstâncias para estar na luta. Este sujeito pode ser o morador que não aceitou uma negociação para lutar pelos direitos comunitários, ou pode ser um indivíduo que não está sob ameaça de perder sua casa, mas dedica o seu tempo a lutar pela comunidade ameaçada. Assistir a nobreza de atitude de cada um destes indivíduos e a intensidade de suas dedicações à luta, motivados pela reversão de uma situação de injustiça, transforma (os envolvidos e a situação).

Transforma-se sua leitura da sociedade, transformam-se as crenças oriundas das propagandas hegemônicas que afirmam que os interesses individuais (privados e contábeis) determinam os rumos da sociedade; transformam-se as prioridades individuais dos envolvidos na luta diante de uma situação tão violenta, inverte-se a lógica contábil (SANTOS, 2013) e o valor-de-uso se sobrepõe ao valor-se-troca (LEFEBVRE, 1994); transformam-se as relações entre as pessoas envolvidas e delas com o espaço urbano, numa direção oposta aos modelos propostos pela cidade mercadoria e para a sociedade de consumo. Transforma-se a competitividade em união, as aparências em aproximação e compartilhamento (de tempo, de dedicação, de objetivos). Todos os vitoriosos da Vila Autódromo que negaram negociar e recusaram-se sair da comunidade as vésperas das Olimpíadas Rio 2016 deixaram bem claro à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro que “nem todos tem um preço”.

#### 4.2.4. Memória não se remove

“Uma ação dentro de uma comunidade atinge outros setores que a gente não percebe quando está de fora, entretanto algumas ações abalam toda a estrutura ao redor, uma casa ao ser demolida destrói o cano que abastece a casa ao lado, cada casa de uma comunidade não é um elemento isolado, ele tem várias conexões. A favela muitas vezes é vista como um problema, atribui-se à ela o dano estético da paisagem e constrói-se a ideia de que a ida para o apartamento é uma melhoria de vida. Entretanto, quando você tira as pessoas de uma comunidade e as coloca em apartamento, aquela mesma dinâmica comunitária não ocorre neste novo local. A ausência da assistência do Estado na favela faz com que uma rede de auto-organização seja constituída a fim de suprir assistências que o Estado deveria prover, a falta de um arroz e a possibilidade de poder pedi-lo para o vizinho, o cuidado de uma criança que se pode deixar com outro vizinho enquanto se vai ao trabalho, uma ajuda, o pedido de um mantimento são supridos pela rede da favela, pelo chamado “nós por nós”, a organização da favela. A criação de um museu dentro de uma favela é uma destas iniciativas independentes, a gente está mostrando que favela é potência, que ela inventa soluções, que ela é uma solução dada ao problema da moradia, pode não ser a solução ideal, mas ela é uma solução. O Museu das Remoções é uma solução que disputa a memória do que foi o processo de remoção na Vila Autódromo. Memória se remove sim, ela é recorte, mas recortar a memória de forma forçada é um ato de violência. É muito importante que as comunidades tenham as suas ferramentas para contar a versão dos fatos e o Museu das Remoções é uma delas. - Relato de Thainã de Medeiros<sup>290</sup>.

Um dos pontos bastante mencionados<sup>291</sup> pelos moradores sobre o processo de remoção sofrido pela Vila Autódromo é a destruição dos vínculos e das redes de relacionamento da comunidade após a remoção. Muitos moradores que aceitaram a mudança para o

---

<sup>290</sup> Relato de Thainã de Medeiros no seminário de apresentação do Museu das Remoções realizado no Museu da República no Rio de Janeiro em Outubro de 2016, a atividade foi organizada pelo professor Mário Chagas pelo curso de pós Graduação em Museologia Social. Thainã é um dos idealizadores do Museu das Remoções, morador da Favela Complexo do Alemão e integrante do Coletivo Papo Reto, coletivo de mídia independente do Complexo do Alemão.

<sup>291</sup> Durante as entrevistas realizadas no trabalho de campo na Vila Autódromo pela co-autora deste artigo, Diana Bogado, para elaboração do mesmo e da sua tese de doutorado em arquitetura e urbanismo.

Parque Carioca se arrependeram. As conexões afetivas são rompidas com a dispersão populacional causada pelas remoções.

Dona Maria da Penha Macena comenta que morou 22 anos e meio na casa que comprou com Luiz Cláudio Silva, seu marido. Ela chegou na comunidade em 1994. “Na ocasião a comunidade era muito precária. A iluminação era precária. As ruas eram ermas e escuras, os quintais das casas eram grandes e espaçosos. A condução era só na Av. Abelardo Bueno de uma em uma hora, na Salvador Allende quase não passava carro. Na ocasião ainda tinha o autódromo, mas desde 1992 o autódromo já estava com pouco movimento, havia barulhos finais de semana. A maioria das ruas eram nome de pilotos e nome de autódromos, só a da Rua Beira Rio que não era porque beirava o rio. Tinha a José Carlos Passe, a Avenida do Autódromo, a Nelson Piquet, Julio Villeneuve, Francisco Land, Rua Pit Stop, Travessa Particular, Nelson Piquet, Denis Hume, François Cevert e algumas outras”

Penha recorda que chegou na Vila Autódromo e comprou o terreno, “era um final de terreno, lá tinha a minha casa, só tinha a cozinha e um quarto aonde era o meu quarto, só tinha dois cômodos o resto foi tudo eu que construir”. Mas a Vila Autódromo era tudo que ela e Luiz sempre tinham sonhado, um quintal grande, árvores frutíferas, no meio da natureza, comenta a Penha. “Já existia a Associação (de moradores) na época era seu Quendes o presidente ele fez a documentação da minha casa”, explica. “Quando eu cheguei aqui eu comprei a casa, e três meses depois de ter comprado eu soube que existia o risco de remoção. Nós não sabíamos que isso existia. Não diferíamos documento legal de documento de posse, não sabíamos que existia esta diferença. Soubemos da venda de nossa casa pelo jornal, e quando chegamos na Vila Autódromo, nos apaixonamos achamos que era o que queríamos. Quem vendeu pra nós disse que era um documento e nos apresentou o título Meu Pé no Chão. Pensamos (ela e Luiz) em vender, mas como a gente ia vender uma coisa que não era legalizada? Nós íamos mentir também? Daí ficamos dois anos em uma casa pequena e sem conforto e fomos construindo aos poucos. Juntamos um dinheiro e fizemos a primeira parte embaixo: uma sala, mais dois quartos, mais um banheiro e a varanda; construímos a lavanderia depois. Construímos em cima três quitinetes e alugamos, mas isso nos causou problemas, as pessoas destruíram muito. Nos envolvemos com a igreja e emprestavamos os quitinetes para ter aula de catequese. Na frente de casa tinha um bazar. Construímos o bazar antes da casa. Fizemos uma lojinha pequena de coisas usadas, de roupa porque a minha sogra



era doente e fizemos para ela ter uma ocupação, vendia linha, agulha... Nathalia também cuidava do bazar, Luiz trabalhava na Comlurb<sup>292</sup> no Flamengo. O bazar ajudou muito na construção da casa, depois vendíamos material de construção. O nome do Bazar era Bazar da Vila Autódromo, vendia cano, arame, sempre tinha alguém fazendo obra, muita gente comprou material do bazar da Vila Autódromo.”

A casa da Penha construída pela própria família se tornou um símbolo de resistência da comunidade, uma espécie de “sede de acolhimento”, conforme descrevem alguns moradores. Também considerada uma extensão da Igreja e da Associação dos Moradores, devido às atividades que abrigou nos últimos anos. A casa da Dona Penha, durante períodos mais turbulentos do processo de remoção, funcionou como um centro de reunião de moradores, ativistas, cineastas, jornalistas e pesquisadores de diversas partes do mundo. (Ver figuras 70 e 71).

“Se a minha casa tivesse ficado de pé ela ia se tornar um museu ou um centro social”, comenta Nathália Macena, moradora da Vila Autódromo, filha da Dona Penha. Penha complementa que “a casa já era um centro social. No período de ameaça das remoções já tínhamos a ideia de fazer um museu na nossa casa, porque na nossa casa faziam as festas da igreja e tudo ia lá pra casa, a primeira festa da igreja católica foi em 2000 na frente de casa, era a festa de São José operário, a nossa casa virou a extensão da igreja. Na garagem lá de casa tiveram várias festas, batizados, casamentos, eu casei na minha casa. Se eu não ficasse na Vila Autódromo eu ia ficar muito decepcionada eu não ia querer ter mais casa (...)”. Penha, em entrevista à autora.

Iara Português, moradora da Vila Autódromo comenta que se as pessoas tivessem resistido um pouco mais estariam na comunidade. Ela afirma que muitos se arrependeram, e muitas brigas familiares ocorreram por conta da remoção. Explica que Seu Francisco queria ficar e os filhos não queriam, que teve casamento que se desfez, o pai foi embora para a Bahia e levou os filhos, deixando a mãe sozinha, um casal de idosos se separou porque um queria ir pro apartamento e outro não.

“Minha comadre disse que desde quando foi pra lá (Parque Carioca) se sente muito sozinha, porque as pessoas quando chegaram lá ficaram mais esnobes, o apartamento mais arrumadinho não tem lama. A minha comadre está se sentindo sozinha porque todas as pessoas que ela se dava não foram, ela ficou em depressão. (...) Os netos dela

---

<sup>292</sup> Empresa de limpeza urbana do Rio de Janeiro.

pediram para voltar pra cá, o de cinco anos quer morar comigo para ficar na Vila Autódromo, ele não quer ficar no Parque Carioca”. Grifo nosso. Iara, moradora da Vila Autódromo.

Adriana, moradora da Vila Autódromo comenta que muitas pessoas que ela conversou se arrependeram. Ela acha que a Cenira, que teve depressão piorou depois que foi para o Parque Carioca. Ambas explicam que o apartamento não tem a dinâmica de coletividade e solidariedade que sempre existiu na Vila e afirmam que os vínculos dos moradores estão muito mais fortes após a luta contra remoção. A vida na favela pode ser observada desde a perspectiva do habitar definida por Henri Lefebvre, na favela habita-se como poeta, o habitar faz alusão à complexidade da existência, à multiplicidade de possibilidades, às dimensões do ser humano considerando desejo, corpo, multifuncionalidade, subjetividade e suas derivações. A construção do espaço favela é dado de forma espontânea sua produção socioespacial desenvolve-se da ação do indivíduo e da sociedade, assim como da influência do espaço na sociedade, o espaço concebido da favela é quase nulo, na maior parte dos casos a espacialidade submete-se à esfera do vivido. (Ver figuras 72 a 75).

Sobre habitar como poeta o depoimento de Sandra Regina Damião é bem ilustrador. A moradora chegou na comunidade em 1995, morou de aluguel um ano na Avenida Autódromo. “Depois meu esposo construiu a casa da minha mãe e nós passamos a morar no barraco de madeira. Minha mãe veio pra cá antes de mim. Depois eu construí minha casa no lugar do barraco de madeira enquanto eu morava dentro, eu perdi muita coisa por conta deste processo e a obra estragava meus móveis.” Explica a moradora.

“Ir para o condomínio”, conforme mencionam os moradores nas entrevistas, significa substituir o protagonismo da construção socioespacial e a liberdade de possibilidades subjetivas de vida que existe em um espaço em constante (re)construção social pelo habitat, uma categoria que substitui o habitar. O Habitat reduz a vida e o ser humano às suas funções metabólicas de comer, dormir e reproduzir-se, ele é o dado de referência para a elaboração de projetos de arquitetura contemporâneos. O apartamento é expressão do *habitat* e limita as possibilidades de uso ao estilo de vida proposto na cidade, entretanto os indivíduos só tem clareza desta diferença após terem se mudado para os apartamentos oferecidos pela Prefeitura. (Ver figura 76).

Algumas pessoas morreram após a remoção da Vila Autódromo, Faulhaber e Azevedo (2016) comentam que depressão e estresse são muito comuns nos indivíduos que sofrem processos de remoção. A mudança de rotina forçadamente, a interrupção de um convívio social e familiar cujos laços são interrompidos pelos despejos forçados

configura uma situação traumática. Se vir obrigado a recomeçar em um grupo diferente do que se acostumou a viver, com incertezas em relação ao futuro, com dificuldades financeiras e diante da falta da rede comunitária existente na favela apresenta-se como uma situação angustiante e nociva à saúde dos indivíduos removidos. “Não é raro ouvir que moradores despejados morreram de problemas cardíacos ou de acidente Vascular cerebral (AVC)”. Conforme os autores “a morte é simbólica e real”. (AZEVEDO e FAULHABER, 2016, p. 89).

“Alguns idosos morreram após a remoção não queriam ir embora, alguns pode ser por depressão. A Dona Paula tinha vida na Vila Autódromo, ela não tinha as duas pernas, mas chegando no Parque Carioca (condomínio do MCMV) ela perdeu a qualidade de vida, porque aqui ela estava acostumada com os vizinhos, ela ficava na cadeira de rodas embaixo da árvore e ficava aqui. Ganhava prato de comida, cigarro de quem passava. Ela pediu à Penha para não deixarem levá-la, mas ela foi e em seguida morreu.” Comenta Nathália, moradora da Vila Autódromo em entrevista à autora.

O *habitar* a Vila Autódromo, de acordo com os moradores, difere bastante das limitações existentes na vida no condomínio Parque Carioca. A moradora Sandra Regina busca na memória o dia a dia da comunidade: “Eu gostava do movimento (da comunidade), tinha a barraca da minha irmã que toda semana fazia um *forró*<sup>293</sup>. Vinham pescadores da Rocinha<sup>294</sup>. A barraca da minha irmã era muito animada, era a única animação que tinha nesta comunidade, Forró Pé de Serra<sup>295</sup>. Quando não tinha banda tinha sonzinho, mas tinha triângulo, sanfona, zabumba. A barraca dela era na Av. Autódromo, e depois eu passei a morar na (Rua) Francisco Land que eu fiquei antes de vir pra cá. Tinha festa junina da comunidade e outras comunidades vinham competir quadrilha de vários outros lugares, da Gardênia, da Praça Seca, Vargem Grande<sup>296</sup>. A competição era bem grande a divulgação era boca a boca<sup>297</sup> e chegava aonde a gente queria. Meu filho fez aula de catequese na casa da Penha depois de adulto. As professoras eram irmãs de caridade no covento nossa senhora de Belém. O Vanderson

---

<sup>293</sup> Estilo de música e dança folclóricos, típico do Norte e Nordeste brasileiro.

<sup>294</sup> Rocinha é a maior favela do Rio de Janeiro, localizada no bairro de São Conrado, situado próximo à Barra da Tijuca.

<sup>295</sup> Um dos estilos de Forró.

<sup>296</sup> Favelas existentes nas proximidades da Vila Autódromo.

<sup>297</sup> Expressão que se refere à divulgação exclusivamente pela comunicação oral com pessoas do seu contato pessoal.

meu filho fez catequese. Allan fez a primeira comunhão aqui mesmo na comunidade, Vanderson fez na nossa senhora da saúde, Allan se batizou aqui e fez primeira comunhão aqui. O Vanderson fez academia de dança Jayme Aroucha com a Inácia<sup>298</sup> e Meire, depois iam pro Recreio. Allan fez acrobacia aérea que era um projeto da Inácia na Lumini, uma academia no teatro Antonio Fagundes, na Barra. A Inácia também tinha um outro projeto que ajudava muita gente aqui, o ‘Hortifruti’ doava frutas, legumes, verduras e distribuía para a comunidade toda, principalmente para o pessoal que fazia parte do projeto Lumini. (...) No final de ano, tinha o Papai Noel acolhedor que arrumava padrinho pras crianças e dava desde calçado até sabonete. (...) A gente não tinha o vínculo e união que a gente esta tendo agora, mas sempre houve um bom convívio com todos.” Sandra Regina complementa:

“Quando eu acreditei que tinha uma luz no fim do túnel eu comecei participar mais (da luta), quando a Defensoria (Pública) falou que a gente tinha direito à terra, a permanecer, e que ninguém tiraria isso da gente. Se temos direito vamos ver até aonde vai dar, se tivermos que perder e voltar pra aluguel, voltaríamos. O apoio da Defensoria deu um grande levante porque eles sabem mais do que a gente, que não entendemos muito das leis. A gente tem os defensores públicos como pessoas da família. Eles foram mais guerreiros do que nós, porque eles lutavam com os grandes a nosso favor. Agora a Vila Autódromo não tem um só ponto pra se firmar. Não é só a gente. Virou um todo, um montante, somos apoiadores, a igreja, nós, vocês. Vocês são mais que nota dez para gente<sup>299</sup>. A gente viu que vocês também acreditavam na nossa permanência e isso só passou firmeza pra gente.” Sandra Regina em entrevista à autora, grifos meus.

Pérola Oliveira, jovem moradora da Vila Autódromo, de 13 anos de idade, explica que filmou o processo de luta da comunidade. Quando interrogada sobre os momentos mais difíceis Pérola lembra: “A casa da tia Penha sendo destruída, quando a tia Penha foi machucada, quando cercaram as casas para demolir e quando as pessoas iam saindo e diminuía o número de pessoas. (...) Filmei do início até agora, da luta, tudo. (...) comecei quando eu ganhei o telefone. Filmei quando eles começaram a desmatar tudo e demolir as primeiras casas, (...) os peixes mortos na lagoa, as brigas que tiveram, quando quebraram o nariz da tia penha, os bichos que foram largados, a construção das

---

<sup>298</sup> Antiga moradora da Vila Autódromo que organizava diversos projetos culturais.

<sup>299</sup> Sandra Regina estava dirigindo-se a autora da tese e sua companheira de luta, a ativista Daniela, que fazia a entrevista em conjunto com a autora, Sandra estava referindo-se a todos os apoiadores da Vila Autódromo.

casas, as pessoas se mudando, as casas ficando prontas e agora morando. Já acabei de filmar e estou montando. Também filmei do alto do prédio que dava pra pegar o Parque Olímpico e a parte destruída (da comunidade)”, descreve Pérola à autora e comenta a razão do processo de remoção: “O Estado quis remover por causa da valorização da área que eles vão poder colocar condomínio e ganhar dinheiro.” A moradora comenta que os momentos que acreditou que a Vila ia conseguir ficar foram “na apresentação do plano popular e quando pararam de colocar Guarda Municipal aqui dentro, eu achei que a gente ia ficar”. (Ver figura 77 a 80).

“O processo de resistência estreita os relacionamentos, a gente acaba vivendo juntos relações muito duras que estreitam os laços e aproximam as pessoas, os problemas aproximam, outro dia os Robson falou uma frase: os problemas aproximam, o lucro divide. Mas sempre houve a relação comunitária na Vila Autódromo e isso foi o que me fez ficar aqui todo este tempo” Sandra Maria, moradora da Vila Autódromo em entrevista à autora.

#### **4.2.5. As formas diversificadas da luta**

As remoções haviam se intensificado efetivamente às vésperas da Copa do Mundo de 2014 e prosseguiram de forma ainda mais acelerada e violenta em 2015, para a preparação da cidade para as Olimpíadas. Destaca-se um episódio que ficou marcado na história da Vila Autódromo, uma das lideranças comunitárias Dona Penha tentou impedir a remoção da casa de um vizinho e levou um golpe de cassetete de um guarda municipal que quebrou o nariz da moradora. As fotos deste dia rodaram o mundo e expuseram a truculenta ação da Prefeitura. Apesar da visibilidade, a construção do Parque Olímpico prosseguia, passavam-se meses e a comunidade ia sendo estrangulada, as casas eram suprimidas, os tapumes do parque andavam, reduzindo gradativamente a área da Vila e incorporando-a ao parque, em meados de 2015 a Vila estava recortada. (Ver figuras 81 a 89).

Nesta ocasião, o apoio do movimento social era fundamental. A articulação das formas de resistência eram diversificadas e criativas e responsáveis por manter acesa a chama da capacidade de readaptação e resistência da comunidade. As ações criativas da luta contra remoção eram capazes de regenerar danos nas esferas morais e sociais da comunidade, dentre as campanhas, festivais e atuações destaca-se o festival “Ocupa” como estratégia fundamental de reexistência. A proposta do festival era manter a Vila sempre ocupada, com apoiadores, visitantes e amigos, para isso realizava-se o festival, com música, dança, brincadeiras, cineclube, capoeira, teatro, “performance” e todas as

atividades possíveis que pudessem intimidar ações violentas e ilegais dos funcionários da Prefeitura no processo das remoções das casas, em função da quantidade de pessoas e de jornalistas presentes na Vila Autódromo. Desta forma reduzia-se a violência do processo de remoção. O festival Ocupa também servia como regenerador psicológico dos moradores por trazer afeto, alegria, música e poesia que representavam apoio psicológico e moral após os processos truculentos traumatizantes. (Ver figuras 90 a 107).

Além dos festivais Ocupas, as campanhas difundidas na internet, como a #Urbanizajá foi decisiva para pressionar o prefeito a dialogar sobre a urbanização da comunidade. Iara Português, moradora da Vila Autódromo, comenta que foi quando começou a Urbanizajá nas redes sociais que mudou tudo, “foi uma boa isso acontecer”, afirma a moradora, e complementa: “quando começaram as campanhas eu acho que prefeito pensou: ‘eu não vou conseguir tirar este pessoal não’. Porque apareceu muito na mídia”

#### **4.2.6. Experiência de projeto de extensão participativo com a comunidade: A requalificação urbanística do parquinho**

A rede de resistência à remoção que se constituiu na Vila Autódromo contou com o apoio de cidadãos da sociedade civil, da Defensoria Pública, do Estado do Comitê Popular Copa e Olimpíada e de alguns coletivos e instituições. As universidades, UFF e UFRJ, realizaram o Plano Popular de urbanização. A Universidade Anhanguera, em meados de 2015, iniciou um projeto de intervenção urbanística participativo na comunidade, no âmbito da extensão universitária, que se destaca por haver sido o primeiro projeto de intervenção urbanística realizado na Vila Autódromo, coordenado pela autora desta tese.<sup>300</sup> O projeto foi a primeira ação adição e reconstrução espacial

---

<sup>300</sup> A requalificação do parquinho da Vila Autódromo foi produto do Projeto de extensão a comunidade do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera, orientado pela autora desta tese, Diana Bogado, professora orientadora da disciplina de projeto vinculada à referente atividade de extensão universitária. Após a requalificação, o parquinho tornou-se símbolo de resistência sediando importantes eventos e incentivando a requalificação de outros espaços na comunidade, como as ocorridas no espaço “Ocupa” que também tiveram a participação dos alunos de arquitetura e urbanismo vinculados ao mesmo projeto de extensão. O parquinho requalificado foi local de realização de vários eventos como a apresentação do Plano Popular pela comunidade Vila Autódromo com apoio técnico das universidades UFF, UFRJ, entre outros eventos que fortaleceram a luta da comunidade.

levada a cabo na comunidade diante do processo de demolição e remoção empreendido pelo Estado. A requalificação do parquinho, produto de projeto de extensão participativo, constituiu-se como poderosa ferramenta de luta, de resistência e resiliência da comunidade, frente à destruição praticada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. (Ver figuras 108 a 131).

A requalificação participativa do parquinho<sup>301</sup> tornou-se um marco na luta contra a remoção da Vila Autódromo. Na ocasião a comunidade já não possuía mais espaço público, e foi nítido o estímulo dado à comunidade proveniente desta intervenção; que além de reanimar a esperança da permanência diante das pressões e violações cometidas pelo Estado reabilitou o único espaço público existente na ocasião.

Nathália Macena, da Silva moradora da Vila Autódromo, acrescenta que “a requalificação do parquinho foi motivadora, pois, num cenário de total destruição, ver um espaço social que estava abandonado, ser reformado e reutilizado por moradores de todas as idades tornando-se inclusive um *"point"* para receber os visitantes e apoiadores, renovou a nossa esperança enquanto morador, já que lutávamos diariamente para sobreviver em nosso próprio território, em nossa comunidade.”<sup>302</sup>

A requalificação possibilitou que os eventos voltassem a ocorrer na rua com suas devidas repercussões: No espaço do parquinho requalificado foram realizados a apresentação do Plano Popular desenvolvido pelas universidades UFF e UFRJ; a apresentação do livro “A guerra dos lugares” da Raquel Rolnik; o debate com o geógrafo David Harvey, no qual estavam presentes moradores, ativistas, alunos da Anhanguera e de outras universidades, além de outros eventos que deram ainda mais visibilidade e densidade à luta da comunidade.

Após esta primeira experiência participativa com a universidade de arquitetura e urbanismo Anhanguera foram realizados outros mutirões de requalificação do espaço público na Vila Autódromo. Posteriormente, ocorreu o mutirão da placa de entrada da comunidade, com a qual se assinalava a nova entrada, após as diversas remoções que modificaram seu local de acesso; junto à placa os moradores também construíram um

---

<sup>301</sup> Realizada pelo curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Anhanguera em conjunto com a comunidade Vila Autódromo, no âmbito do projeto de extensão universitária coordenado pela professora Diana Bogado.

<sup>302</sup> Em entrevista à autora desta tese.

jardim. Em seguida a comunidade com apoio dos ativistas organizou mutirões de requalificação dos espaços, como ocorreu com o espaço do Festival Ocupa que contou com a participação dos alunos da Anhanguera, da UFF, da UFRJ, da PUC, da FGV, entre outros alunos (de diversas áreas). Em uma das intervenções-aula ministrada na rua pela professora Diana Bogado, algumas semanas após a requalificação do parquinho, o geógrafo David Harvey esteve presente e ressaltou a importância destas aulas abertas e participativas. Harvey também abordou o tema em sua aula ministrada na Praça da Cinelândia, no Rio de Janeiro, na qual o professor reforçou a importância de escolas e universidades abrirem suas portas e realizarem aulas abertas na rua. Posteriormente, a Prefeitura removeu o parquinho e o Espaço Ocupa requalificados. (Ver figuras 133 a 141).

#### 4.2.7. Campanhas, barricadas e vigílias

As remoções das casas e o processo de destruição da comunidade empreendido pelo Estado não foram interrompidos. Ao contrario disto, prosseguiram de forma cada vez mais acelerada e perversa. Sandra, em entrevista, descreve um dos momentos de tensão cujos tratores da Prefeitura ficavam parados dentro da comunidade, a presença deles além de quebrar canos de água e dificultar o trânsito também foi alvo de um episódio intrigante. (ver figura 143):

“Na quinta-feira à noite, na madrugada de quinta-feira para sexta-feira... a Prefeitura tinha várias máquinas ali, que eles usavam para demolir as casas; essas máquinas todas pegaram fogo, dizem que foi um balão que caiu. Eu não sei! Ninguém sabe, ninguém viu. Nós chamamos os bombeiros para apagar, mas nada foi dito em relação a isso. Isso foi na quinta para sexta. Quando foi na noite de sexta-feira para sábado, nós fizemos uma vigília, em ato de protesto. Então passamos a noite inteira ali no terreno. Passamos a noite inteira, em ato de protesto. Vieram muitas pessoas para nos apoiar, passamos a noite aqui, e quando foi no dia seguinte, no *Ocupa Vila Autódromo*, nós ocupamos. E aí colocamos a portaria lá na frente, dissemos que não iam mais entrar (as máquinas da Prefeitura na comunidade), que nós íamos controlar a partir dali quem entrava e quem saía porque o nível de revolta estava aumentando. Assim como pegou fogo nas máquinas, a gente não sabe porque... à medida que eles usam de violência, isso desperta a revolta das pessoas também, né? Não estou dizendo que tenha sido um morador ou alguém revoltado, mas, da mesma forma que aconteceu o incidente... então vamos fechar, vamos controlar para que a área seja mais respeitada e que não aconteça esse tipo de coisa. E essa área, essa obra aí deles, na medida que eles ia desapropriando



esses terrenos, eles iam utilizando como estacionamento. Era muito carro parado! Então, nós pensamos, ‘já pensou se esses carros começam a pegar fogo?’. Às vezes, porque, não sabe de onde veio esse balão: pode ser um morador revoltado mas pode ser uma atitude da Prefeitura também, para incriminar a gente, para dizer que é uma comunidade violenta...” (grifos meus)

O ano de 2016 se iniciava as pressões aumentavam com a aproximação das Olimpíadas. Foi removida a Associação de Moradores da Vila Autódromo. O parquinho requalificado também foi removido. Em resposta à demolição da associação foi organizada a campanha a “A Associação Sou Eu”, na qual os moradores e apoiadores tiravam uma foto com um cartaz que dizia “A Associação Sou Eu”, com a finalidade de demonstrar que a Vila Autódromo não se restringia à espacialidade e às estruturas físicas; e que o edifício da associação havia sido demolido, mas a associação estava erguida em todos os seus moradores. (Ver figuras 144 a 150).

“A associação de moradores é imaterial. É corpo forte, persistente e ‘desejante’. Que luta e protege, sem se deixar abater, seu direito de permanecer na comunidade. Um prédio, paredes, cimento e concreto podem sim ir abaixo... Mas ninguém derruba a associação verdadeira que é feita de carne e osso. Ninguém derruba os moradores que resistem, insistem e (re)existem. Ninguém derruba Vila Autódromo. #aVilavaificar #Urbanizajá” Publicação da apoiadora Luiza Nasciutti durante a campanha “A associação Sou Eu.”

Além desta, também foram realizadas muitas outras campanhas e atos de resistência. Dentre os quais merece destaque o desafio “Urbaniza já”, no qual moradores e apoiadores da Vila Autódromo faziam vídeos e lançavam na internet perguntando ao prefeito Eduardo do Paes quando ele ia urbanizar a Vila Autódromo. A chamada para urbanização se contrapunha a ideia de remoção. A comunidade reivindicava permanência das casas e a urbanização do espaço público da Vila com provisão da infraestrutura urbana correspondente. A difusão desta campanha foi tamanha a nível nacional e internacional que levou o prefeito convocar uma reunião para falar do projeto de urbanização.

#### 4.2.8. Maria da Penha Macena: A mulher que levantou uma comunidade inteira

“Quando a guarda municipal atacou a Penha isso deu uma desestabilizada, mas depois (...) ela que sofreu tudo na pele esta resistente, quem sou eu pra desistir logo agora?” Sandra Regina, moradora da Vila Autódromo, em entrevista à autora.

Em fevereiro de 2016, havia ameaça de demolição da casa da Dona Penha, uma das lideranças comunitárias. Durante três semanas os apoiadores fizeram vigília e muitas pessoas dormiam na casa da Penha, mais uma vez com a finalidade de impedir a ação truculenta da Prefeitura no processo de remoção. Após três semanas de vigília, apoiadores e moradores acreditaram que a remoção da casa da Penha não aconteceria naquela ocasião. Entretanto, na semana seguinte a qual se havia interrompido a vigília intensa, no dia oito de Março, dia internacional da mulher, que a Penha seria homenageada e receberia a medalha da ALERJ<sup>303</sup> de mulher cidadã<sup>304</sup>, ocorreu a destruição da sua casa as seis horas da manhã. (Ver figuras 151 e 152).

Havia-se, então, suprimido edificações muito simbólicas da Vila Autódromo, a casa da Dona Penha, Luiz e Nathália, a Associação de Moradores, o parquinho e o espaço Ocupa. A comunidade estava mutilada, enfraquecida, irreconhecível. Frequentadores se perdiam pelas ruas descaracterizadas e sem referências espaciais devido à supressão de inúmeras edificações. Muitos moradores não estavam mais na Vila. Tinham cedido à pressão psicológica do Estado ou às seduções de altas indenizações ou sido removidos arbitrariamente. No espaço da Vila Autódromo, restavam escombros, saudade e o eco do grito de tristeza e dor, perdidos na atmosfera de pó arraigada ao que sobrava das ruas, das casas e das vidas que insistiam em existir. (Ver figura 153).

---

<sup>303</sup> Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>304</sup> Mais informações na reportagem “Prefeitura demoliu a casa ‘de mulher cidadã’ no dia internacional da mulher” de Rio on Watch, disponível em <http://rioonwatch.org.br/?p=18671>, acessado em 9 de março de 2017 e em “Mulher Cidadã do Rio, Maria da Penha tem sua casa removida na Vila Autódromo no dia 8 de março” disponível em <http://nucleopiratininga.org.br/mulher-cidada-do-rio-maria-da-penha-tem-sua-casa-removida-na-vila-autodromo-no-dia-8-de-marco/>, acessado em 09 de março de 2017

A destruição provocada pelas remoções não se limita a espacialidade urbana, mas amplifica-se às esferas sociais, culturais, psicológicas, afetivas e históricas da comunidade. A destruição das estruturas físicas do espaço, ocasionada pela remoção da comunidade, carrega a aniquilação do lugar, a desapropriação territorial, a desintegração social, a dispersão da população e com ela o desaparecimento da história local; uma vez que a construção do lugar é dada pelas relações das pessoas entre si e delas com o espaço ao longo da história.

Do resto de pó, entretanto, reerguia-se gana, articulava-se planos, buscava-se reexistir; da atmosfera de dor propagava-se a voz da Penha, que sem sua casa e na incerteza generalizada sobre o seu futuro e o de sua família, afirmava que da Vila Autódromo não sairia. Foi a força desta mulher que sustentou a comunidade inteira.

“A minha força veio da gente, quando derrubaram a Associação eu estava forte, nós ficamos fortes. Quando derrubaram a casa da Penha, eu fiquei dois dias em casa chorando e não consegui dar apoio pra ela. Eu não tinha condição; quando derrubaram a casa dela eu disse: ‘agora não vai ficar mais ninguém’. Eu via ela ali sempre lutando. Eu fiquei arrasada, meu mundo caiu. Eu fraquejei. Mas quando fui falar com ela, ela estava forte. (...) Eu disse pra ela: ‘não ia ter a coragem que você teve, de ficar sem a sua casa e continuar aqui, eu não teria sua coragem não’. Se eu tivesse na situação que ela estava eu teria desistido.” Comenta Iara Português, moradora da Vila Autódromo, e reforça “se ela, sem casa, estava lutando, estava acreditando, eu tinha que lutar e eu tinha que acreditar”. Adriana Santos comenta que a Maria da Penha é vencedora disto tudo, e complementa que todo esse sofrimento valeu a pena porque os que restaram ficaram mais unidos. (Ver figuras 154 a 158).

“Somos pobres, mas temos direitos que precisam ser respeitados. Eu lutei para demonstrar que temos voz, que existe uma solução, só é preciso lutar com dignidade”<sup>305</sup>. Maria da Penha Macena. Ver foto 159.

#### **4.2.9. Os Festivais Ocupa Vila Autódromo**

“Foi muito ruim quando eles cortaram as árvores, quando não tinha mais quase casa nenhuma, porque parecia um pós-guerra ou algo assim, muito estranho. O bom foram os

---

<sup>305</sup> Em entrevista a autora desta tese em Agosto de 2016.

Festivais Ocupas, quando tinha festa em frente à casa da Sandra Regina também era muito maneiro”. Flora Oliveira, jovem moradora da Vila Autódromo, possui 15 anos de idade, em entrevista a autora em Agosto de 2016.

Após a demolição da casa da Penha foi organizado mais um festival Ocupa que se encarregou de recorrer toda a comunidade com um cortejo realizado com a Orquestra Voadora, orquestra composta basicamente por instrumentos de sopros e percussão, seguido de apoiadores e moradores, uma festa muito grande, com muita música e muitas pessoas. Para sua realização foi organizada mais uma intervenção no espaço da comunidade que transformou uma quadra demolida - onde só havia escombros - num lugar colorido e alegre para o evento. Teve teatro, dança, cineclube, bandas e muita música.

“Eles derrubavam uma casa e no dia seguinte a gente ia na casa da Sandra dançar e fazer churrasco, a gente apanhava, apanhava e fazia festa; a Guarda Municipal ficava olhando e achando a gente doidos que apanhavam e faziam festa”, comenta Adriana, moradora da Vila Autódromo.<sup>306</sup>

Os Ocupas nasceram da necessidade de ocupar a Vila Autódromo, movimentá-la, trazer gente para a rua, trazer olhos para a comunidade a fim de intimidar a Prefeitura a realizar ações de despejo muito violentas. São inúmeras as funções dos Ocupas, eles também são mais uma iniciativa de apropriação do espaço público, junto com muitas outras, como festas, barricadas, reuniões de moradores, etc. Os Ocupas também contribuíam para resgatar a dignidade dos moradores da Vila Autódromo após processos truculentos de remoção; sendo a atividade voltada para ocupar: Mesmo que na comunidade não houvesse urbanização no espaço, não houvesse mais praça, não houvesse mais parquinho e o Estado tivesse transformado a comunidade em um canteiro de obra, como ocorreu, haveria o festival Ocupa, haveria a festa, haveria gente na rua, e gente feliz.

“Gosto da presença do pessoal aqui, gosto das pessoas aqui, porque vem gente e eu posso ficar andando de perna de pau, o primeiro Ocupa que o ‘La vai Maria’ veio completo, este eu gostei mais, teve ‘Tupiniquim’<sup>307</sup>, teve a marcha das mulheres, a

---

<sup>306</sup> Muitos dias do Festival Ocupa a moradora Sandra Regina cedia sua churrasqueira para o churrasco e se encarregava de preparar tudo.

<sup>307</sup> Pérola refere-se a coletivos artísticos que fazem intervenções nos festivais Ocupas.

gente estava vendendo pizza e artesanato” explica Pérola, jovem moradora da Vila Autódromo, que possui 13 anos de idade.

A cada Ocupa Vila Autódromo a rua era nossa, e ela era sala de teatro, sala de cinema, pista de dança, roda de capoeira, palco de cortejo, espaço de churrasco, de almoço comunitário, salão de festa, de aniversário, local de boemia, de recreação infantil, de entretenimento, de felicidade, de arte, de afeto e de vida. Assim foi, inúmeras vezes, e continua sendo todas as vezes que organizamos um festival Ocupa. A Prefeitura havia transformado a comunidade no canteiro de obras do Parque Olímpico, e a Vila Autódromo reconverteu o canteiro em rua, reapropriou o espaço tomado pelo Estado, reconverteu-o em espaço público. A rua retomada nos festivais Ocupa reconverteu-se em pública, tornou-se viva e tornou-se nossa. Os espaços Ocupas eram requalificados para os festivais e em seguida removidos pela Prefeitura. As casas também continuavam a ser removidas e os Ocupas reapropriavam o espaço e o requalificavam com cores, arte e cenografia.

“Os festivais Ocupa deram muita força pra gente ficar aqui” comenta Adriana, moradora da comunidade. Ela menciona que os festivais Ocupa, o apoio da defensoria pública e a divulgação feita pelos jornalistas foram muito importantes. “Nas redes sociais tava geral lutando a favor da gente, a gente ia conseguir ficar aqui”. Adriana descreve: “O Ocupa era uma forma de incentivar a gente, eu gostava principalmente quando a Guarda Municipal vinha e via a gente festejar e fazer as coisas mesmo com tudo que estava acontecendo”.

Os Ocupas reconstruíam com o sorriso no rosto de cada morador, de cada ex-morador e de cada apoiador da Vila Autódromo. Dos ritmos, olhares, sorrisos, afeto e abraços apertados e reconfortantes que surgiam em cada Ocupa se reabasteciam os corpos da Vila Autódromo para a continuidade da luta contra a remoção. Não havia mais muitas casas, mas havíamos nós. Juntos na luta.

Com a evolução da destruição da espacialidade e das referências socioculturais locais sentimos a necessidade de continuar a lutar para denunciar o ocorrido com a comunidade. Pretendia-se realizar uma ação capaz de comunicar a realidade da vida comum existente antes do processo de apagamento produzido pela remoção na Vila Autódromo. Queríamos denunciar a violência sofrida, resgatar os laços e reconectar histórias comuns daquele lugar. Pretendíamos reconstituir a relação entre a memória e o espaço que havia sido atravessado arbitrariamente pelo projeto da cidade neoliberal. Desta necessidade nasce um museu.

### 4.3. A comunidade se converte no Museu das Remoções

“O Museu das Remoções é um projeto que brotou como as flores num campo de guerra, como os girassóis da Vila... Em meio aos escombros, nasce um museu a céu aberto, que tem a missão de semear, regar e multiplicar a história de resistência e luta que está sendo dia após dia cultivada no solo fértil da Vila Autódromo.” Nathália Macena, moradora da Vila Autódromo, em entrevista à autora.

Havia um sentimento compartilhado coletivamente de que seria necessário que todos estes acontecimentos não se perdessem na poeira dos escombros e do tempo, tal como gostariam os gestores da cidade. Surge, então, a ideia de construção de um museu participativo que fosse capaz reunir fragmentos desta memória e de construir uma narrativa diferente da retórica oficial de urbanização apresentada pelo poder público. O Museu das Remoções nasce da necessidade coletiva de apoiadores e moradores de registrar as práticas sociais da Vila Autódromo e reconstruir a relação entre o território e a memória da comunidade. As estratégias de construção do Museu das Remoções foram desenhadas coletivamente pelos moradores e apoiadores da Vila Autódromo.<sup>308</sup>

---

<sup>308</sup> Grande parte das vinte famílias que permaneceram na Vila Autódromo participaram, e participam, da concepção e das atividades do Museu das Remoções, algumas famílias removidas também fizeram parte da idealização do museu mesmo após a saída da comunidade e retornam a mesma para as atividades propostas. A ideia inicial do museu surgiu em reuniões na Vila Autódromo nas quais estavam presentes os apoiadores Luiza de Andrade, Thainã de Medeiros, Alexandre Magalhães e Diana Bogado (autora desta tese) e os moradores Nathália Macena, Maria da Penha Macena, Luiz Cláudio da Silva, Sandra Maria, Sandra Regina, entre outros que concretizaram conjuntamente a ideia do museu. A partir de construção da ideia do Museu das Remoções, outros apoiadores e moradores integraram-se à construção conjunta das esculturas que foram realizadas de forma participativa com os alunos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera no âmbito do Projeto de Extensão à Comunidade coordenado pela professora Diana Bogado e idealizado em conjunto com os ativistas apontados acima. As esculturas, que são as sementes do museu, foram concebidas pelos alunos Pedro Nunes, Diego Goulart, Gisele Quintanilha, Elisângela Bueno, Marcos Oliveira, Ana Angélica, Arianna Alves, Tiago Guedes e Geisler Benevuto, integrantes do Projeto de Extensão à Comunidade Vila Autódromo. A realização de oficinas e atividades para construção do museu contou com as decisivas contribuições do museólogo Mário Chagas, orientador desta tese, que trouxe as bases da sociomuseologia junto com Thainã de Medeiros, propondo à transformação social a partir de experiências museais. O Museu das Remoções, desde a sua concepção, teve apoio integral do Comitê Popular Copa e Olimpíadas que articulou atividades conjuntas e conferiu força e expressividade à iniciativa da comunidade Vila Autódromo, destacando a atuação de Mariana Medeiros, Larissa Lacerda e Polianna Monteiro que deram continuidade à iniciativa, em conjunto com muitos outros ativistas que

O objetivo do museu é denunciar a ocorrência de violência, mas também de disputas travadas naquele território nos últimos anos. A iniciativa surge da necessidade de enfrentar o duplo processo de apagamento buscado pelas práticas estatais: tanto do espaço físico quanto das redes de relações (sociais e políticas) que constituíram historicamente a comunidade. O Museu das Remoções consiste na união coletiva de esforços para resgate e preservação da memória da Vila Autódromo, uma ação executada a contrapelo da dinâmica de esquecimento empreendida pelas práticas das remoções olímpicas. A intenção de trazer à tona as práticas sociais da favela removida, contidas nos relatos e objetos expostos no museu busca reconstruir a relação da memória com o lugar que foi gradativamente despedaçada com as demolições das casas, levadas a cabo pela política de “*des-civilização*”<sup>309</sup> em curso (GARNIER, 2014). A construção coletiva do museu foi articulada à prática pedagógica, sendo mais uma experiência do Projeto de Extensão desenvolvido com metodologia participativa entre a Universidade Anhanguera de Arquitetura e Urbanismo e a comunidade Vila Autódromo no âmbito da atividade de extensão. O projeto de construção do Museu das Remoções, coordenado pela professora Diana Bogado, abordou a discussão da aplicação das funções básicas de um museu (preservação, comunicação e pesquisa) ao contexto local; considerando, sobretudo, sua função social.

“Reunidos todos em uma grande roda, escuto cada reflexão e proposta enunciadas por cada pessoa que participa dessa nova modalidade de resistência da Vila. A partir de diferentes lugares de fala, cada participante estampa sua marca no processo de construção coletiva que se instaura na comunidade no ano de 2016. Após tantas outras formas de resistir que foram postas em prática na localidade, como vigílias, barricadas, ocupas e reuniões de todos os tipos, o processo do qual falo consiste na construção de um museu comunitário a céu aberto que, emanando horizontalidade, criatividade e

---

integraram-se ao Museu das Remoções. Para mencionar membros da equipe do museu, incorrendo no risco de deixar muitos nomes importantes fora desta lista, sinalizo a atuação de Daniela Petti, Marina de Sertã, Rodolfo Teixeira, Rodolfo Silveira, Gabriela, Dudu Ribeiro, Laura Molinari, Luiza Nasciutti, Luiza Paiva, Victor Coutinho, Anna Flynn, Maicon Bezerra, Manan Terra, Mayã Martins, Marcela Munch, Mayara Manhães, Pedro Santos, Robson Santos, Jane, Heloisa Helena, Conceição, Adriana, Lara, Flora, Pérola, Allan, Augusto, Dalva, Denise, Lara Barreira, Raphael Silva, Caio Barros, Miguel Sader, Miriane Peregrino, Camila Cardoso, Felipe Nin, Agatha Amaral entre muitos outros, moradores, ex-moradores e apoiadores fundamentais à continuidade das atividades do Museu das Remoções.

<sup>309</sup> Expressão de Garnier (2014). GARNIER, J.P. Marsella 2013: el urbanismo como arma de destrucción masiva. GeocritiQ. 10 de enero de 2014, n° 24.

produção artística, dá início a uma nova fase de lutas na Vila Autódromo. Impulsionado por pujantes fluxos de ideias, análises e práticas, que se cruzam na construção de uma síntese coletiva, o museu é autogestionado por cada participante engajado nesse processo, seja este morador, ou membro das dezenas de grupos da sociedade civil que se dedicam a apoiar a Vila Autódromo na luta contra as remoções e pela preservação da memória comunitária. Para além das atividades e materiais gerados pelo grupo, a metodologia que nutre o Museu por si só cumpre o potente papel de marchar no contrassenso da história, tendo em vista um contexto urbano marcado por arbitrariedades, violações e práticas de invisibilização, a partir do momento em que expressa, em um formato não convencional, a capacidade criativa de um grupo verdadeiramente heterogêneo de reverter um processo histórico que, a princípio, porta todos os elementos necessários para ser bem sucedido. No contrafluxo ao modelo de urbanismo aqui criticado, mas também às formas tradicionais de associativismo e ação coletiva, o Museu das Remoções emerge como uma entidade concretamente capaz de potencializar a voz das populações historicamente oprimidas na luta contra as formas de invisibilização do capitalismo contemporâneo. Novos modos de opressão, formas outras de agir. O Museu das Remoções depara-se com o desafio de enfrentar as complexas artimanhas contemporâneas do capital em território urbano, inventando e reinventando a cada dia mecanismos de agir e resistir.” Daniela Petti, ativista integrante do Museu das Remoções.

#### **4.3.1. Um museu concebido e criado a partir de uma atividade de extensão universitária**

Potencializar a transformação da realidade deve ser uma das propostas da universidade. A atuação das universidades nos conflitos socioespaciais brasileiros tem contribuído significativamente nas lutas pelo direito à cidade. (RENA, 2016)

A pesquisa-ação é uma potente ferramenta de transformação do pesquisador em ator (Latour, 2005) representando uma forma de atuação capaz de engendrar significativas transformações socioespaciais. Cidadãos e profissionais, professores e pesquisadores podem e devem posicionar-se diante das disputas pelo direito à cidade.



Rena (2016) ressalta a importância de reposicionar as formas de pesquisa e extensão de arquitetos e urbanistas acrescentando que os mesmos podem e devem ter atuação direta nos conflitos entre o Estado e as resistências locais que correlacionam questões microespaciais e questões macroespaciais<sup>310</sup>.

O Museu das Remoções nasceu de uma atividade de extensão da Universidade de Arquitetura e Urbanismo Anhanguera, sob a orientação da professora Diana Bogado. Sete esculturas foram concebidas pelos alunos, pesquisadores-atores, a partir de oficinas de memória realizadas na comunidade.

Tal experiência ressalta a importância da atuação de universidades junto às resistências locais fazendo frente às atuações do poder público vinculadas à macropolítica urbana, conforme ocorre com a experiência deste museu. (RENA, 2016, p. 2)

Ao longo de todo o ano de 2016, o Museu das Remoções realizou, participou e foi apresentado em diversas ações na Vila Autódromo, em Universidades (Anhanguera, UNIRIO, UERJ, PUC, UFRJ) e em várias instituições da cidade do Rio de Janeiro, em São Paulo, no Brasil e no exterior. No Peru, no Chile, na Colômbia, no México, em Portugal e na França<sup>311</sup>.

O Museu das Remoções é uma experiência de luta criativa que articula vários atores, dentre eles, a universidade, e sua capacidade transformadora no que se refere às questões territoriais urbanas.

A construção do Museu das Remoções ocorreu em três etapas:

Na primeira etapa do trabalho idealizou-se o desenho da proposta do museu, com reuniões de apoiadores e moradores para concepção da ideia. Na segunda etapa do processo desenvolveram-se dinâmicas de diálogo e oficinas de resgate de memória, realizadas pelos alunos do referido Projeto de Extensão de Arquitetura e Urbanismo, pelos moradores da Vila Autódromo, ex-moradores e moradores de comunidades

---

<sup>310</sup> Para mais informações a respeito de uma atuação diferencial do pesquisador ator e dos grupos de pesquisa militantes, ver RENA, N. (2016) *Cartografías Indisciplinarias. Producción Académica Tecnopolítica del Grupo de Investigación Indisciplinar como actor en las Redes de Luchas Territoriales en Belo Horizonte*. Disponível em: [http://blog.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2016/09/Artigo-Livro-Mexico-TRAD-PT\\_ES.pdf](http://blog.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2016/09/Artigo-Livro-Mexico-TRAD-PT_ES.pdf), acessado em Dezembro 2016

<sup>311</sup> Ver Anexo V

vizinhas. Esta etapa foi conduzida por apoiadores: as dinâmicas de diálogo comunitário e resgate de memória prosseguiram com Roda de Leitura, oficina de fotografia aberta e coletiva com moradores e ex-moradores da Vila Autódromo, e de outras comunidades, conferindo autonomia aos participantes para registrar o cotidiano através do próprio olhar. Ver fotos 160 e 161.

Também foi realizada oficina de conhecimento do lugar com *devir* pela comunidade, abrangendo a área que na ocasião pertencia à comunidade e uma parte da área desapropriada e incorporada ao parque Olímpico. O *devir* pela comunidade foi conduzido pelo morador da Vila Autódromo Luiz Cláudio Silva. Durante esta atividade, foram resgatados restos de equipamentos urbanos e de edificações demolidas para constituição do acervo do museu, sob orientação do museólogo Mario Chagas e dos moradores da comunidade que descreviam a origem das peças resgatadas. A incorporação de parte dos escombros resgatados na Vila Autódromo pelo Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, está sendo discutida com os gestores do referido museu. Desta segunda além da arrecadação de material para construção do acervo do Museu das Remoções, obtiveram-se também registros fotográficos, audiovisuais, gráficos e cartográficos elaborados e sistematizados pelos alunos de arquitetura a partir dos relatos dos moradores, a respeito de suas vivências e memórias na comunidade. Ver fotos 162 a 168.

A terceira etapa consistiu em intervenção participativa no espaço público da comunidade com construção do Museu das Remoções a céu aberto, marcando o espaço dos lotes que tiveram suas edificações demolidas com estruturas artísticas criadas a partir de reaproveitamento dos escombros e de elementos gráficos representativos de lugares e personagens resgatados da memória comunitária. Tanto o suporte material de constituição das esculturas, quanto à escolha dos lugares a serem realizadas as mesmas, assim como os elementos gráficos simbólicos das esculturas foram produtos obtidos nas oficinas realizadas com moradores e ex-moradores na etapa anterior. Este produto foi decodificado e sistematizado pelos alunos do projeto de extensão à comunidade sob orientação e suporte da orientadora e de alguns apoiadores. (Ver figura 169).

O Museu foi aberto oficialmente no dia 18 de maio de 2016, Dia Internacional dos Museus, com a presença de moradores, apoiadores e da imprensa independente. Na ocasião, o público conheceu as sete esculturas elaboradas no âmbito do projeto de extensão:

“Vila de Todos os Santos”, em homenagem à casa da Dona Heloísa Helena Berto (ver figura 170 e 171); conhecida como Luizinha de Nanã no Candomblé. Dona Heloísa

também sofreu com a intolerância religiosa no seu processo de remoção. “Penha de muitas faces” (ver figura 172), escultura em homenagem à casa da Dona Maria da Penha Macena, mulher que influenciou significativamente todos os moradores que permaneceram na luta, pela sua conduta firme e ética e pela certeza de que não sairia da Vila Autódromo. A peça faz referência à remoção de sua casa ocorrida no dia Internacional da Mulher. “Suporte dos males” (ver figura 173), escultura em homenagem à Dona Jane Nascimento, a escultura rememora o protagonismo da Dona Jane nas lutas sociais da Vila Autódromo. A intervenção “Luz que não se apaga”, única escultura que se relaciona a uma edificação que não foi removida - a Igreja São José Operário (ver figura 174). Decidiu-se homenagear a igreja, edificação não removida, pelo simbolismo que esta edificação tem para a comunidade, tendo acolhido muitos moradores que tiveram suas casas demolidas. A escultura da igreja possui elementos que se referem à ideia de acolhimento, como um ninho. “Doce infância”, escultura em homenagem ao Parquinho (ver figura 175). “Espaço Ocupa e Casa da Dona Conceição”, escultura que faz referência aos Festivais Ocupa Vila Autódromo (ver figura 176). O Espaço do festival Ocupa estava ao lado da casa da Dona Conceição Queiroz, que tinha um papel acolhedor nos eventos culturais da comunidade. Ela oferecia seu banheiro e cozinha a comida das festas. A escultura “A Associação sou eu” (ver figura 177), é uma homenagem à Associação dos Moradores da Vila Autódromo e possui elementos que eram guardados na associação, o título da intervenção faz referência à campanha organizada pela comunidade quando a edificação foi removida.

Dona Jane do Nascimento, Dona Conceição, Dona Heloísa Helena Berto e Dona Maria da Penha Macena tiveram suas casas representadas pelas esculturas do museu, junto com muitas outras mulheres, como Sandra Maria, Nathália Macena, Dona Sandra Regina, Dona Inalva e tantas outras. Elas representam o protagonismo feminino nas lutas sociais urbanas. Devido às limitações de ferramentas e recursos na ocasião da construção do museu não foi possível representar as casas de todos os guerreiros da Vila Autódromo nas esculturas; assim como por limitações de outra natureza não é possível descrever aqui a trajetória individual de luta de muitos moradores que merecem ser destacadas e rememoradas. Reforça-se que muitos homens se destacaram no engajamento na luta contra a remoção da Vila Autódromo, como é o caso do morador Luiz Cláudio da Silva. Entretanto, pode-se dizer que as mulheres foram protagonistas desta batalha. Além de serem maioria, foram elas quem mantiveram muitos homens na luta. Conforme relatado nas entrevistas, muitos maridos, filhos, pais e parentes entraram

ou permaneceram na luta por influência das mulheres<sup>312</sup>. Dona Jane por muito tempo foi a representante da força e da resistência da Vila Autódromo, recebendo muitas pessoas na sua casa, Jane lutava para permanecer. Ela não queria sair da Vila, mas sua casa foi removida contra a sua vontade. Dona Conceição apoiou todos os eventos Ocupa Vila Autódromo se encarregando de cozinhar para a festa e oferecer sua casa como base de apoio à qualquer necessidade dos inúmeros convidados; acesso a banheiros e outras necessidades eram supridas na casa da Ceição; Dona Heloísa Helena Berto, mulher negra, mãe de santo, papel mais importante na sua religião. Possuía sua casa e o terreiro de Candomblé de Nanã no mesmo terreno, sua luta e resistência representaram mais que uma batalha pela casa, mas uma batalha anti-intolerância religiosa e antirracismo. Dona Heloísa é uma mulher simbólica na luta da Vila Autódromo. Dona Penha entrou na luta para ficar na Vila Autódromo e o fez. Disposta a renunciar ao que fosse preciso Penha decidiu nunca negociar com a Prefeitura, resistindo a todos os tipos de pressões, agressões e seduções. Penha foi agredida fisicamente e recusou ser indenizada por valores extremamente maiores ao equivalente ao valor financeiro de sua casa. Sua ética, sua força e sua integridade foram o exemplo e o vínculo fundamental para que os demais moradores não fraquejassem. (Ver figuras 178 e 179).

A construção das esculturas foi o marco inicial do Museu das Remoções. Elas representam mais uma ação de intervenção no espaço público que se opõem à construção de um espaço urbano limitado e limitante. Elas representam o resgate à época em que a produção socioespacial da comunidade ocorria no âmbito do “habitar”, dotado de possibilidade de espontaneidade. A intervenção no espaço em remoção contraria os objetivos hegemônicos para aquele espaço além de trazer à tona a memória social da comunidade removida. Reconstruindo a relação entre o espaço e a memória do lugar removido pela política urbana a pretexto da realização das Olimpíadas 2016.

O Museu das Remoções<sup>313</sup>, entretanto, não se restringe às esculturas. As mesmas são uma ação de resistência criativa que também foram removidas. Outras foram guardadas e remontadas durante as Olimpíadas, tornando-se parte da exposição construída na Rua Vila Autódromo. Estas esculturas junto com a exposição de fotos, vídeos, objetos

---

<sup>312</sup> As moradoras Adriana e Lara, em entrevista a autora, em Outubro de 2016, ressaltaram exemplos individuais de homens que se engajaram na luta por influência das mulheres, os quais não serão apontados aqui para preservar a privacidade das famílias.

<sup>313</sup> Ver anexo IV: logo do Museu das Remoções, produto de um desenho participativo.

constituíram a ação do Museu das Remoções em conjunto com o Comitê Popular Copa e Olimpíada durante as Olimpíadas Rio 2016.

A comunidade converteu-se num museu a céu aberto. A Rua Vila Autódromo, que conduzia ao Parque Olímpico, tornou-se um corredor expositivo da narrativa de denúncia do violento impacto dos grandes eventos esportivos. (Ver figuras 180 a 193).

O Museu das Remoções é a própria comunidade Vila Autódromo. Em suas funções de preservação, comunicação e pesquisa pretende transmitir a prática social anterior às remoções e responder criativamente e afetivamente à dinâmica de esquecimento e apagamento praticada com as remoções. Rodas de leitura, debates, intervenções no espaço público, exposições, exibição de vídeos, oficinas de fotografia, mesas redondas, entrevistas, reconstrução e realocação das esculturas, festivais, projetos culturais, intervenções artísticas e muitas outras iniciativas de resistência criativa são levadas a cabo com a intenção de denunciar a violência exercida pelo Estado na execução das remoções no Rio de Janeiro olímpico e apoiar outras comunidades que sofrem o mesmo processo. As ações do Museu das Remoções, contextualizadas na luta pelo direito à cidade, buscam comunicar as práticas sociais da comunidade Vila Autódromo existentes antes do processo de apagamento cultural produzido pela remoção, a fim de fortalecer os vínculos e perpetuar a história de luta e afeto desta comunidade.

“Eu, Sandra Regina do Museu das Remoções, entendo que ele significa para mim como se eu voltasse ao meu passado. Um filme, lembranças boas e ruins, mas sempre lembranças...” Sandra Regina, moradora da Vila Autódromo quando questionada pela autora sobre sua relação com o Museu das Remoções.

#### **4.3.2. Um museu surpreendente e com forte presença nas Olimpíadas**

O lançamento do Museu das Remoções<sup>314</sup> contou com visita guiada pelas sete esculturas realizadas pelos estudantes de arquitetura e urbanismo da Universidade Anhanguera e apresentação das mesmas pela moradora Sandra Maria. O Museu apresentou uma potente crítica no que se refere ao tema, aparentemente pacificado:

---

<sup>314</sup> O texto descrito no item “Um museu surpreendente e com forte presença nas Olimpíadas” foi elaborado em conjunto por Mário Chagas e Diana Bogado. Sua primeira versão foi publicada no livro do seminário “Memória das Olimpíadas: múltiplos olhares” organizados no âmbito do projeto “Preservação da Memória das Olimpíadas: processos e ações” organizados pela Fundação Casa de Rui Barbosa e pela Fundação Getúlio Vargas.

“Museus e Paisagens Culturais” e indicou que os principais destruidores da paisagem cultural são o poder público em articulação com o grande capital, as grandes corporações e as grandes empreiteiras. Durante a Olimpíada o Museu teve um papel muito forte e expressivo e atraiu o público internacional.

Além do Museu das Remoções, com a mesma proposta de experiência museal, contextualizados no grupo de museu de favela - que são museus que lutam para comunicação e resgate das memórias dos favelados - seria possível citar, por exemplo: o Museu da Maré<sup>315</sup>, que desde 2006 é uma forte inspiração para outras iniciativas de memória; o Museu da Rocinha Sankofa Memória e História (em processo desde 2007); o Museu Vivo de São Bento (lançado em 2007, no município de Duque de Caxias); o Museu de Favela (lançado em 2008, nas comunidades do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo); o Ecomuseu Amigos do Rio Joana (lançado em 2013, na favela do Andaraí); o Museu Casa Bumba Meu Boi - Raízes do Gericinó (criado em 2013); o Museu de Artes Cênicas (2014); o Museu de Artes Lúdicas (2014) - os três últimos situados em Bangú, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Certamente, todos teriam o que dizer sobre a Memória da olimpíada.

O Museu das Remoções não pede permissão para ser museu; ele se assume e se afirma como museu. Desenvolve-se no Museu um conjunto de práticas na primeira pessoa (do plural e do singular) e nos auxilia a identificar a importância de uma museologia compreensiva e libertária. Trata-se de um museu que nos ajuda a perceber os limites da museologia normativa que dá mais valor às regras e normas do que à própria dinâmica da vida.

O Museu das Remoções constitui uma indicação clara de que a Museologia Social está em movimento e continua vivendo a potência de criação, a potência de resistência e a potência de vida.

### **4.3.3. Nem todos tem um preço**

“A Vila Autódromo não cabe na rua onde foram construídas as 20 casas novas. A Vila Autódromo não cabe no território onde antes moravam mais de 600 famílias. A Vila Autódromo não cabe nem no Rio de Janeiro. A Vila Autódromo é a casa de todos os

---

<sup>315</sup> Ver Anexo I: Divulgação de ato em defesa do Museu da Maré.

teimosos que acreditam que memória não se remove.” Luiza de Andrade, cineasta e ativista.<sup>316</sup>

A preparação da cidade neoliberal que coloca os interesses coletivos subjugados aos interesses privados é responsável por criar uma atmosfera de constante ameaça às populações marginais das cidades globais. Observa-se que no caso do Rio de Janeiro, às vésperas das Olimpíadas 2016, a Prefeitura Municipal removeu arbitrariamente inúmeras favelas e assentamentos populares a fim de desencadear processos de valorização imobiliária em diversas partes da cidade. A Barra da Tijuca, por exemplo, vem sendo planejada para atender um perfil social específico. A Vila Autódromo, localizada no bairro é um exemplo de comunidade que sofreu inúmeras violações com as estratégias remocionistas do poder público, apesar de possuir o título de posse da terra e o direito de propriedade de cada uma das casas construídas. Observa-se que a existência de um *status* de legalidade adquirido pela Vila Autódromo conferiu solidez à luta da comunidade e pode ser considerado como um dos fatores que contribuiu para a permanência das vinte famílias que permaneceram no local, mas esta não foi à razão da vitória desta luta pela permanência. Uma vez que muitos moradores, apesar de possuírem a posse da terra, cederam às pressões e estratégias do Estado e partiram da comunidade desistindo de lutar.

Os moradores que decidiram lutar até o fim foram movidos pela dignidade e pelo sentimento afetivo que os unia (Scott, 2010; Zibechi, 2011), fruto de uma atuação coletiva no espaço urbano ao longo dos anos, conforme demonstram os relatos das entrevistas expostas neste trabalho. O “habitar” a Vila Autódromo conferiu significado profundo aos integrantes da comunidade que guardam com carinho a convivência histórica na Vila: as festas realizadas no espaço público, a solidariedade contida na reprodução socioespacial e na construção das casas ao longo dos anos, a integração cotidiana entre os vizinhos em função das dinâmicas do cotidiano regaram de afeto a convivência dos moradores. Foi este sentimento mútuo que invadiu a mobilização para a resistência e que cresceu à medida que as mobilizações também tomavam corpo.

---

<sup>316</sup>Luiza de Andrade é ativista e cineasta engajada fortemente na construção e gestão do Museu das Remoções, sendo responsável pela produção de imagens e mídias audiovisuais do museu, assim como pela materialização de praticamente todas as atividades do Museu das Remoções, desde a elaboração de aulas em conjunto com a autora, das oficinas de resgate de memória e das atividades culturais que o museu permanece desenvolvendo. Desde o início do Museu das Remoções, Luiza de Andrade, junto com a autora desta tese e com moradores da comunidade Vila Autódromo, foi peça fundamental desta luta efetiva e criativa.

Militância e afeto não se separaram porque a vida não se separou da luta. A luta ocorreu na vida e a vida dos moradores transformou-se na própria luta. A luta travada para proteger a casa – o refúgio, a segurança, o “habitar”, o cotidiano, a comunidade, os corpos - protege todas as subjetividades relacionadas à casa e à vida. Conforme a concepção do “Habitar” de Heidegger, só podemos habitar os lugares onde a vida acontece, não restringindo-se à residência, mas ao modo como o homem se relaciona com suas possibilidades de ser-no-mundo (2005, p. 128). Assim a luta da Vila Autódromo é a própria vida e pela vida.

Gradativamente consciente dos laços dos moradores com o espaço, as táticas do processo levado a cabo pela Prefeitura do Rio de Janeiro não se restringiram à esfera jurídica e econômica de negociações, mas também foram direcionadas a afetar o psicológico e o imaginário dos moradores, constituindo um campo da ação biopolítica para o desmantelamento destes vínculos (Naback, 2015). O repertório dos jogos utilizados pela Prefeitura abrangeu desde coação e medo à sedução e provocação de discórdia entre os moradores. A destruição da espacialidade causava desconforto e sensação de insegurança; o poder público utilizou de estratégia de sedução para construir a “ideia” de morar em um apartamento com piscina (relacionando a piscina à uma vida de alto padrão inatingível para o perfil dos moradores). Ao oferecer indenizações superiores ao valor das casas e alternar esta atitude com demolições sem aviso prévio, o poder público causava medo e sensação de insegurança. As altas indenizações não representavam o reconhecimento do valor da terra pelo Estado, mas uma demonstração de poder. Ressalta-se também que as ofertas feitas não eram coerentes para cada casa. Estes dispositivos da remoção são caracterizados pela realização de pressão psicológica nos moradores; entre outras estratégias que objetivavam abalar psicologicamente os moradores e provocar enfraquecimento da resistência. (NABACK, 2015; MAGALHÃES, 2013; AZEVEDO E FAULHABER, 2016).

No bojo da construção do Rio de Janeiro neoliberal, a resposta da Vila Autódromo apresentou-se estrategicamente como uma luta diversa e que transcendeu às artimanhas do Estado e possibilitou a articulação afetiva e em rede. Estas características conquistaram a permanência da comunidade contra a tentativa de remoção completa almejada pela Prefeitura. Da mesma forma que as ações do Estado atuavam de forma simbólica e subjetiva, as atividades criativas, em mutirão (de construção coletiva) com campanhas, intervenção no espaço público e festas também eram espaços de manifestação de afeto e contribuíam para a regeneração psicológica dos moradores afetados pelas violentas estratégias do Estatal. Da mesma forma que as estratégias



“biopolíticas” afetam os aspectos da vida, a resistência “biopolítica” também trata os aspectos da vida. Da auto-estima, da identidade, dos afetos e da regeneração emocional.

À gestão neoliberal estabelecem-se as resistências afetivas, que também não se limitaram a uma forma de luta linear, mas criativa e articulada. Assim foram as festas, as confraternizações, os momentos de sociabilidade, as vigílias. Apoiadores dormiam, comiam e compartilhavam momentos de sociabilidade e afeto com os moradores. Esta sociabilidade contribuía para a regeneração emocional, conforme descrito ao longo do trabalhos.

“Eu fiz uma fala na mesa que eu participei lá na PUC, que eu disse que Vila Autódromo para mim era um pedacinho do céu dentro do Rio de Janeiro onde todas as áreas de moradia popular no Rio são controladas pela criminalidade, e lá você está dentro de uma metrópole onde não tem controle social pelo crime organizado, tem projetos sociais que proporcionam desenvolvimento político social das pessoas e das crianças. São coisas que não tem preço. E por isso que quando a Prefeitura veio com as propostas eu nunca quis ouvir o valor que eles queriam me oferecer porque as vivências, projetos e realizações da Vila Autódromo são impagáveis. Não tem preço. As coisas que eu vivi na Vila não tem como calcular o valor disso.

A presença de vocês (dirigindo-se à autora da tese e sua companheira de luta, Daniela Petti, e referindo-se aos apoiadores ativistas), a construção deste museu, a vitória da Vila Autódromo no processo de remoção não só no processo brasileiro, mas no mundo, nossa vitória é um marco na história das remoções no mundo inteiro, é um marco na luta de classes no capitalismo porque ele dominou todo o planeta. Ela (a luta) representa a vitória do trabalhador na permanência nos territórios do mundo, contra o capital que vai se apropriando das áreas do planeta e encurralando o trabalhador nas áreas abandonadas, não tem dinheiro que pague isso na história. Porque a permanência da Vila Autódromo é uma conquista do trabalhador que representa um marco na história da sociedade do mundo, e é uma conquista pacífica. Uma luta pacífica. As lutas do trabalhador contra o capitalismo gerou ditaduras, mas a Vila Autódromo representa um marco contra o capitalismo uma resistência com amor de um povo trabalhador, resistência de um povo que faz valer os seus direitos abrindo mão do dinheiro que é a arma mais poderosa deles.

Se nos tivéssemos aceitado a proposta de suborno da Prefeitura, a Vila Autódromo não teríamos vencido. Foi necessário que o capital se desvalorizasse para que o amor e o respeito prevalescessem. Quando a gente fala que tem coisas que o dinheiro não paga isto não é demagogia. Você só vence o dinheiro quando você não prestigia ele. Mas

quando você percebe que o dinheiro não paga as coisas reais da vida, você vence o capitalismo e isso é muito básico”. Depoimento de Sandra Maria de Souza, moradora da Vila Autódromo, à autora desta tese. Grifos da autora.

A Vila Autódromo permaneceu porque se comprometeu em lutar até o fim e em não ter um preço, conforme descrevem os moradores em seus relatos e conforme demonstram as paredes e muros da comunidade que comunicam através dos grafites. Foi o compromisso com os demais moradores engajados na luta que fez com que os integrantes desta luta não esmorecessem frente ao violento processo sofrido. A luta tornou-se a ética, uma luta com dignidade, fruto dos vínculos sociais com os demais companheiros (Scott, 2010; Zibechi, 2011). À desestruturação da estrutura familiar de cada indivíduo procedida com a perda da casa, a comunidade respondeu com solidariedade e acolhimento dos removidos nas casas dos vizinhos e na edificação da igreja. Fato que reforçava ainda mais a solidariedade e os vínculos. À destruição do espaço urbano a comunidade respondeu com recriações dos usos e com novas formas de *habitar* este espaço: apropriação criativa. À narrativa hegemônica das olimpíadas a comunidade respondeu com ‘comunicação real’ (Santos, 2013) e projeção da localidade para a globalidade: com produção e exibição de vídeos, divulgação de fotos, participação em entrevistas para denunciar às violações cometidas pelo Estado e compartilhar a experiência com demais comunidades em processo de resistência social no Rio de Janeiro e no mundo.

## 5. Conclusão

### 5.1. Conclusión (versión en castellano)

A lo largo del desarrollo de esta investigación se ha descrito el proceso de lucha en contra del desalojo de la Vila Autódromo en el contexto de la preparación de Rio de Janeiro para las olimpiadas de 2016. La construcción del “Museu das Remoções” ha representado un ejemplo de lucha creativa cuyas actuaciones conciernen a los ámbitos subjetivos y simbólicos además de los físicos que son afectados por la política de desalojo.

Esta tesis sostiene que la experiencia del “Museu das Remoções” merece ser destacada por la articulación en red que comporta, que alcanza una proyección más allá de lo local. Además de esto la conquista de su permanencia es atribuida en última instancia a los vínculos comunitarios, responsables de la persistencia de la lucha.

#### 5.1.1. Principales contenidos de la investigación y cumplimiento de sus objetivos

##### 5.1.1.1. La nueva forma de gestión urbana alineada con el interés neoliberal

**Como PRIMER OBJETIVO GENERAL esta investigación se propone profundizar en la comprensión de las transformaciones urbanas de Río de Janeiro de los últimos años (2009-2016), relacionados con el período de preparación de la ciudad para los megaeventos deportivos del Mundial de fútbol 2014 y La Olimpiada 2016, en el marco de lo que David Harvey describe como emergencia de la ciudad global y neoliberal y el emprendimiento urbano (*urban entrepreneurialism*).**

En los primeros capítulos de esta tesis fue analizado el modelo de administración pública adoptado en Rio de Janeiro: el “emprendimiento urbano”, responsable de promover la reordenación territorial de la ciudad, afectando principalmente a los moradores de la periferia. Los contenidos abordados en los primeros capítulos abordan estas transformaciones en la gestión y en el territorio que han tenido lugar aproximadamente en los últimos diez años en Rio de Janeiro y, con más intensidad, de 2014 a 2016 (años de celebración del mundial de futbol y de la olimpiada, respectivamente). Niklas Luhmann se refiere a esta reconfiguración socio urbana como “complejo del tirano”; Boaventura lo llama “fascismo social”; Milton Santos lo

entiende como “la tiranía de la información y del dinero”, Harvey se refiere al “emprendimiento urbano”, Guy Debord habla de la “espectacularización de la vida”, Lefebvre muestra la perspectiva de la prevalencia del espacio “concebido” sobre “el vivido”, entre otros muchos autores que han tratado el tema. Con independencia de la nomenclatura adoptada para este nuevo rediseño social y territorial alineado con los objetivos capitalistas neoliberales, los autores mencionados persiguen resaltar las mismas características de la administración pública contemporánea: el impacto socio territorial de esta nueva forma de gestión de ciudad provoca la agudización de la desigualdad y pone el interés privado por encima del interés colectivo. Por lo tanto los primeros capítulos de la tesis atienden a su primer objetivo general, en tanto analizan los diversos impactos de esta nueva forma de gestión y aclaran que el resultado del “emprendimiento urbano” es la restricción de los derechos sociales, aunque su discurso sea la salvaguarda de los mismos (SOUSA SANTOS, 2010). También se enseña en estos capítulos que estos procesos se ven intensamente agravados en el contexto de los megaeventos.

También se ha mostrado respecto a la gestión neoliberal que esta postura ambigua del Estado, denominada por Milton Santos como gestión “disfrazada” (Santos, 2013), se articula con estrategias de manipulación simbólica, tanto en lo que se refiere a las “representaciones del espacio” (Lefebvre, 2000) como a los nuevos símbolos de los lugares revitalizados a través de los eventos, como ocurre con la idea de “legado olímpico”. Fue demostrado que la construcción de narrativas simbólicas e ideológicas de apoyo a las revitalizaciones urbanísticas, megaproyectos y megaeventos tienen un importante papel a la hora de incentivar comportamientos consumistas y de justificar las acciones del Estado. El autoritarismo fue asimismo señalado como una fuerte característica de este tipo de administración, que es parte del proceso de “neoliberalización” de las ciudades. (HARVEY, 2005).

Se explicó también en estos primeros capítulos que el contexto de megaeventos favorece la falta de transparencia de los Estados, que se tornan más autoritarios y asumen características de estado de excepción permanente, como ocurrió en Grecia y en Brasil (AGAMBEN, 2005; STAVRIDES, 2016). Por lo tanto, el marco teórico de esta tesis muestra, según se consideró en las hipótesis, que las transformaciones ocurridas en Rio de Janeiro en el contexto de los megaeventos, alineadas con las intenciones neoliberales, proveen autonomía al interés privado en el rediseño del territorio, lo que afecta directamente a la población marginal (ROLNIK, 2010; MASCARENHAS, 2016; STAVRIDES, 2016; SWYNGEDOWN, 2002, BASSO, 2016; HARVEY, 2016, FREEMAN, 2012).

En el segundo capítulo se explicó que la concreción de la ciudad neoliberal tiene efectos en otras dimensiones además del aspecto territorial: se producen transformaciones espaciales con impactos sociales, culturales y políticas. Se ha demostrado que dichas transformaciones tienen como producto espacios dominados y generan procesos de gentrificación y desalojo que agrandan la desigualdad territorial. (HARVEY, 2005, 2011; LEFEBVRE, 2001).

Aún en el segundo capítulo se enseña que a la construcción de la ciudad neoliberal corresponde la construcción de una sociedad global (SANTOS, 2013; LEFEBVRE, 1976, 2001) y que en oposición a ambas están los modos de vida sociales y espaciales de las favelas. Es decir, las características de la sociedad global se asocian a la producción del “hábitat”, una forma de vivir limitada y estandarizada (LEFEBVRE, 1976, 2001). Esta sociedad está caracterizada por la desaparición de la solidaridad y por la presencia de la ideología de la competitividad, en la cual el consumismo es la condición de intermedio para la relación entre las personas y con el territorio. (DEBORD, 1969; HARVEY, 2011; SANTOS, 2013).

En otras palabras, esta investigación ha querido demostrar que las intervenciones urbanísticas o megaproyectos reducen el “habitar” al “hábitat” (LEFEBVRE, 2001). El “hábitat” es el patrón para proyectar “espacios concebidos” resultados de los megaproyectos: “El ‘hábitat’ fue instaurado desde arriba: la aplicación de un espacio global homogéneo y cuantitativo que obliga al ‘vivido’ a encerrarse en cajas, jaulas o ‘máquinas de habitar’” (LEFEBVRE, 1999, p. 79).

Sin embargo, en oposición a la experiencia limitadora del “hábitat”, Lefebvre (2001) sostiene que el ser humano solo puede “habitar” como poeta y si le es negada la posibilidad de habitar poéticamente él la inventará a su manera. La cotidianidad mas irrisoria tiene para el autor resquicios de la espontaneidad poética; excepto cuando se ve inmersa en el mundo de la mercancía, que sustituye el valor de uso de lo cotidiano por el valor de cambio. El capítulo explica que las formas de vida de la periferia enfrentan el patrón de comportamiento propuesto por la ciudad neoliberal. O sea: el “habitar” de la periferia se opone al “hábitat” de la ciudad planeada. Esta explicación confirma la hipótesis de que las formas de vida de la periferia representan un obstáculo a la concreción plena de la ciudad neoliberal, que promueve la homogeneización y estandarización. Este tema será retomado más adelante.

### **5.1.2. Los megaeventos realizados en Río de Janeiro (2009-2016) acentuaron la segregación territorial**

**El SEGUNDO OBJETIVO GENERAL se propone analizar los efectos de las transformaciones urbanas sobre las condiciones habitacionales de las clases populares, y en concreto su impacto sobre la población de las favelas y periferias, así como los procesos de resistencia en estos ámbitos.**

Según se describe en el tercer capítulo la construcción del Rio de Janeiro olímpico implicó grandes procesos de reordenación territorial marcados por la política de desalojos de favelas. Se explicó cómo los desalojos de viviendas precarias y los procesos de gentrificación han supuesto una violación del derecho a la vivienda y una profundización de la segregación territorial, respondiendo al segundo objetivo general de la investigación. También se enseña en el capítulo que los procesos mencionados no son recientes, sino que son históricos pero se intensificaron en los megaeventos.

El recorrido teórico e histórico hecho en el tercer capítulo confirma la hipótesis de que la realización de los megaeventos profundiza la desigualdad social de las ciudades-sedes afectando principalmente a las favelas (MAKHLOUF, 2016; STAVRIDES, 2016; SWYNGEDOWN, 2002) y que por otro lado estas violaciones generan respuestas por parte de los movimientos sociales.

Se ha demostrado aun en el tercer capítulo que las estrategias del Estado para la ejecución de los desalojos exceden los procedimientos jurídicos, y utilizan el miedo, la amenaza, la seducción y otras tácticas que configuran acciones biopolíticas del estado. (MAGALHÃES, 2013; FOUCAULT, 1988)

### **5.1.3. Las estrategias utilizadas en la ejecución de los desalojos propiciaron la articulación de resistencias sociales más complejas**

Se ha considerado como hipótesis que las tácticas estatales impuestas generan respuestas diferenciadas de resistencia. En el cuarto capítulo se confirma esta hipótesis al mostrarse que en la Vila Autódromo, la vida, lo cotidiano, las redes sociales, la memoria y el territorio urbano fueron traspasados y destruidos por el desalojo. Se comprobó que las estrategias utilizadas por el estado se adentran en el campo del espacio vivido, del “habitar”, y por lo tanto generan la necesidad de respuestas que incorporen las dimensiones cotidianas y simbólicas en sus estrategias de resiliencia. (MIRAFETAB, 2009). Se estima que se confirma esta hipótesis al demostrarse que a los

desalojos biopolíticos el “Museu das Remoções” ha respondido con acciones de resistencia biopolítica o “bioresistencias”.

#### 5.1.3.1. Desalojos biopolíticos

En el cuarto capítulo se ha mostrado cómo la política de desalojos provoca rupturas en los modos de vida y en las dinámicas socio espaciales (GARNIER, 2013) de los territorios marginales (favelas y poblaciones precarias) (AZEVEDO e FAULHABER, 2016), que al desarrollar sus propias prácticas y formas de vida escapan a la presencia del Estado y del orden espacial hegemónico y por esto son considerados transgresores. (MIRAFTAB, 2012; SOUZA SANTOS, 2010; ZIBECHI, 2011). En ellos prevalece el “habitar”. Si por un lado las estrategias estatales destrazan vínculos inmateriales y subjetivos, por otro, dichas acciones estatales son respondidas con rearticulaciones más complejas, más creativas, que operan con la memoria y la inmaterialidad, lo que refuerza la hipótesis mencionada.

#### 5.1.3.2. Resistencias biopolíticas

El capítulo cuatro describe la resistencia biopolítica de la Vila Autódromo y atribuye su capacidad de resistencia a los modos de vida locales, propio de las periferias que no corresponden a los patrones hegemónicos por la imposibilidad socioeconómica de encuadrarse en ellos. Por eso estos territorios representan la insurgencia de una producción socioespacial marcada por la espontaneidad, multiplicidad de uso, subjetividad, propias del “habitar” que representan una transgresión a la propuesta hegemónica de sociedad global neoliberal. (Lefebvre, 1976, 2001).

Por lo tanto, se estima que la hipótesis de que los modos de vida de la favela ofrecen condiciones para el fortalecimiento de vínculos más fuertes de los individuos entre sí y con su territorio puede ser aceptada, en tanto se vio favorecida la construcción de una fuerte red solidaria de lucha.

#### 5.1.3.3. Respuestas biorresistentes a los desalojos biopolíticos

**El primer objetivo específico de la investigación busca comprobar qué características de la lucha de Vila Autódromo hicieron posible la meta de la permanencia de la comunidad. Y pretende apuntar cómo esta lucha puede fortalecer otras situaciones de resistencia urbana.**

La Vila Autódromo ha podido resistir al desalojo por la unión de la comunidad, cohesionada por los vínculos afectivos, por la dignidad común y por su autonomía como sujetos (SCOTT, 1990; SOUZA, 2006) que han elegido renunciar a las herramientas del

poder y trascender su actuación, invirtiendo la lógica del capital y sobreponiendo el valor de uso por encima del valor de cambio. Conforme describe la vecina Sandra María:

“El paso a paso del desalojo debe ser contrapuesto por un paso a paso de la resistencia, de la no valoración del capital, para que tú puedas vencerlo.” Relato de Sandra María de Souza, moradora de la Vila Autódromo, a la autora de esta tesis. Traducción de la autora.

El relato de Sandra demuestra que la única manera de resistir es elegir individualmente el valorar los usos, las relaciones y renunciar al valor del capital. Pero esta elección depende de lo que fue construido en el ámbito del “habitar” que fortalece la identidad y el sentido de comunidad (SCOTT, 1990; CHAGAS, 2016). Según Lefebvre (1976, 2001). El “habitar” siempre será creado espontánea y poéticamente en los espacios que no se han convertido del todo en mercancía. El “habitar” es el espacio de la sociabilidad que a su vez genera vínculos, afectividad y solidaridad. Conforme se ha visto en el cuarto capítulo, los vecinos de Vila Autódromo han decidido permanecer luchando a partir de que los demás seguían en la lucha, y esta relación nace en el “habitar”. La Vila Autódromo enseña a través del “Museu das Remoções” que vencer al Estado es una decisión colectiva, pero también individual y autónoma (Scott, 1990; Souza, 2006). Y que puede estar al alcance de todas las comunidades que estén dispuestas a renunciar al valor de cambio.

Por lo tanto, esta investigación muestra que los modos de vida de la Vila Autódromo han sido responsables del logro de su permanencia por conferir unión a la comunidad. Los vínculos articulados en el ámbito del “habitar” han sido responsables por la persistencia en la lucha que ha podido alcanzar la permanencia. De este modo se responde al objetivo específico al considerar que los modos de vida locales y los vínculos de la comunidad articulada en red son las principales características de la lucha de la Vila Autódromo.

#### **5.1.4. El fortalecimiento de los vínculos potencia el proceso de resistencia**

Se ha visto en el capítulo cuatro que la victoria de Vila Autódromo se relaciona con los vínculos comunitarios construidos en lo cotidiano, que han permitido establecer resistencias más fuertes y persistentes frente a la política de desalojo. El “Museu das Remoções” es un proceso de lucha que actúa en los aspectos materiales e inmateriales, como la recuperación emocional y moral. Su práctica fortalece la identidad y constituye un proceso de autoconocimiento (CHAGAS, 2016) que se opone al fenómeno de la



desposesión de las ciudades que últimamente se tornan desposeídas de identidad (GARNIER, 2013).

#### 5.1.4.1. El concepto de insurgencia propone la descolonización de las teorías de planeamiento

La lucha de la Vila Autódromo se constituyó como espacio poético, subjetivo, multifuncional y complejo de resistencia y resiliencia. El “habitar como un poeta” (LEFEBVRE, 1976; HEIDEGGER, 2005) se extiende a *resistir* como un poeta y se contrapone a la propuesta reducida del “hábitat”, patrón del planeamiento contemporáneo. La resistencia creativa asociada a los modos de vida marginales construyen la insurgencia de una lucha discursiva de disputa simbólica en el campo cultural. Esta lucha fortalece la identidad y la autonomía de los sujetos (SCOTT, 1990). El concepto de insurgencia propone la descolonización de las teorías de planeamiento al incorporar la contra-hegemonía, la transgresividad y la imaginación (MIRAFTAB 2004, 2009).

#### 5.1.4.2. El “Habitar” de la favela propicia la articulación de las resistencias

Respondiendo al objetivo específico, la conquista de la permanencia de la Vila Autódromo se atribuye a los modos de vida locales que fortalecen los vínculos afectivos. También se atribuye esta victoria a la articulación en red y a las estrategias creativas de resistencia del “Museu das Remoções”, que proyectan la lucha de lo local hacia lo global, respondiendo de forma equivalente y opuesta a los desalojos “biopolíticos” (Foucault, 1988). Estas verificaciones refuerzan la hipótesis de que las nuevas resistencias, más elaboradas, son capaces de trascender el ámbito local y disputar las narrativas de la ciudad global.

#### 5.1.5. El “Museu das Remoções” es destacable por la pluralidad de sus acciones y por la capacidad de proyección de una lucha local hacia el contexto global

**Este trabajo también se propuso como objetivo específico el análisis del “Museu das Remoções” de cara a entender por qué su construcción merece ser destacada dentro de la lucha de resistencia al desalojo trabada por la comunidad.**

La experiencia del “Museu das Remoções” es destacable por la pluralidad de sus acciones y su capacidad de articulación en red y proyección de la lucha de la comunidad. La construcción del museo popular ha atribuido más solidez a la lucha de la Vila Autódromo, una comunidad que ha seguido luchando en contra de la política de desalojos aunque ya no sufra más su amenaza. Es decir, el “Museu das Remoções” destaca por posicionarse políticamente en contra de todos los desalojos y apoyar a otras comunidades formando una red de lucha contra la ciudad neoliberal, y por alcanzar proyectar la lucha local hacia lo global.

#### 5.1.5.1. La capacidad de una experiencia local de potenciar otras luchas

El “Museu das Remoções” presenta características revolucionarias por actuar autónomamente en contra del proyecto hegemónico (MIRAFTAB, 2009) y por apoyar a otras comunidades que han sufrido desalojos en cualquier parte del mundo, como por ejemplo, ocurrió con la actividad realizada en conjunto con la favela “Cidade de Deus”, en la “Feira Literária das Periferias, FLUPP” en 2016, o con la actividad realizada en conjunto con la “Favela da Maré”, en el “Museu da Maré”. Estas acciones afirman la capacidad que el museo tiene de potenciar otras luchas. (Ver figuras 194 e 195).

También se planteó como hipótesis que las prácticas de lucha de la Vila Autódromo representan un enfrentamiento a la consolidación de la ciudad neoliberal, principalmente en lo que se refiere al control del espacio público y al derecho a la vivienda digna. Esta tesis confirma esta hipótesis al demostrar en el cuarto capítulo las características de la lucha y de las prácticas de la comunidad que confrontan directamente el modelo de ciudad neoliberal (dominación espacial, gestión autoritaria y desalojos). Dichas características se explican a continuación.

#### 5.1.5.2. El poder de las resistencias locales en disputa con el proyecto neoliberal global

Se ha demostrado en el capítulo cuatro que el poder del Estado no es soberano frente las “bioresistencias” creativas. La respuesta del “Museu das Remoções” de la Vila Autódromo (un microproceso) afecta a las pretensiones de la organización socio territorial neoliberal (concebida en un macro proceso) por representar un impedimento a la concreción del desalojo. Dicho museo social afirma la memoria de la violencia de los desalojos olímpicos y mantiene viva la memoria local.

#### 5.1.5.3. La creatividad en las formas de reapropiación del espacio público es capaz de enfrentar la dominación de los espacios y reconstruir lo cotidiano

El “Museu das Remoções”, a través de tácticas creativas de acción, es capaz de enfrentar la concreción plena de los intereses empresariales al responder a los procesos de dominación espacial mediante la reapropiación del espacio público. Fiestas, festivales, o la construcción colectiva de un museo a cielo abierto que denuncia los desalojos violentos con esculturas hechas de escombros y exposiciones de fotos, son ejemplos que demuestran la pluralidad de usos del espacio público. Estas actividades también han podido revertir aunque sea parcialmente la fragmentación de los tejidos psicológicos y sociales de la comunidad, posibilitar la resiliencia y recuperar las prácticas cotidianas durante el proceso de lucha por la permanencia.

#### 5.1.5.4. La participación popular responde a la gestión autoritaria y cobra un planeamiento más democrático

Quedó demostrado en el capítulo cuatro que a la gestión urbana autoritaria la Vila Autódromo contestó forzando la apertura de espacios de participación popular en las decisiones para la ciudad: la permanencia fue conquistada debido a la postura activa, digna y solidaria (SCOTT, 1990; ZIBECHI, 2011) de los integrantes de la lucha que han persistido hasta el fin presionando el Estado para dialogar con la comunidad respecto al destino de la misma. Hace mucho tiempo que el Estado huía de esta confrontación y ya no pudo hacerlo más, teniendo que aceptar llegar a un acuerdo para la permanencia de las veinte familias que se han negado a salir de la Vila Autódromo.

#### 5.1.5.5. La permanencia de la Vila Autódromo en lo local representa un obstáculo a las pretensiones de la especulación inmobiliaria

En el cuarto capítulo se muestra cómo el “Museu das Remoções” representó un obstáculo a los agentes inmobiliarios, que al rediseñar el entorno del Parque Olímpico después de su construcción pretendían apropiarse de las plusvalías de la valoración de las tierras en el entorno del megaproyecto. La Vila Autódromo ganó la disputa por este territorio al permanecer en la calle Vila Autódromo e impedir la construcción de viviendas destinadas al uso de la clase alta, conforme pretendía el poder público y los agentes inmobiliarios. Este hecho refuerza la hipótesis de que una disputa social local puede determinar situaciones concebidas en esferas globales.

#### 5.1.5.6. El rescate de la memoria popular enfrenta la narrativa oficial e impide el borrado cultural propio de la política de los desalojos

En el cuarto capítulo también se ha mostrado cómo el “Museu das Remoções” ha acometido la preservación y el rescate de la memoria local, actividades que impiden el borramiento cultural producido por los desalojos (GARNIER, 2013). La incorporación de fragmentos de los escombros en la colección del “Museu Histórico Nacional de Rio de Janeiro, MHN”, aceptada en Abril de 2017, convierte la narrativa popular de la comunidad en parte de la historia oficial. Esto contribuye también a responder a la hipótesis de que una lucha local puede afectar procesos macro y/o globales.

#### 5.1.5.7. La narrativa popular ejerce un contrapeso a los discursos hegemónicos

El museo divulga el discurso popular y es capaz de impedir aunque parcialmente la “manipulación de la información” (SANTOS, 2013) sobre las olimpiadas y la idea de legado olímpico, discursos que sostienen la sociedad del espectáculo. (DEBORD, 1969). En este aspecto el museo se presenta como herramienta de “comunicación real” (SANTOS, 2013), entendida por Milton Santos como llave para impedir la manipulación. La narrativa del museo rescata la violencia sufrida por la comunidad durante los desalojos olímpicos y confronta la narrativa hegemónica sobre las olimpiadas. A través de la organización en red la narrativa popular llega a círculos globales, como por ejemplo pasó con la exposición realizada sobre el “Museu das Remoções” en el Orange County Museum of Art, OCMA, en California, en mayo de 2017.

#### 5.1.5.8. Las prácticas creativas y afectivas de resistencia promueven la regeneración psicológica de los afectados por la violencia de los desalojos

El capítulo cuatro también da cuenta de cómo la regeneración psicológica de los moradores y el fortalecimiento de la identidad y de los vínculos comunitarios forman parte de los objetivos del museo. Con intención de incidir en aspectos inmateriales, subjetivos y simbólicos, su actividad perigosa valoriza la victoria de la comunidad y la conquista de la permanencia en su territorio. El museo también se propone rescatar y mantener viva la memoria local y representar una acción de construcción colectiva constituida por acciones autónomas individuales (SOUZA, 2006). Los vínculos afectivos (ZIBECHI, 2011) y la autonomía de los sujetos (SOUZA, 2006) que han decidido permanecer en la Vila Autódromo representan una resistencia a los valores individualistas y consumistas de la sociedad global (SANTOS, 2013; DEBORD, 1969; LEFEBVRE, 1976; 2001).

Dichos vínculos se oponen a la construcción de una sociedad individualista y consumista al incluir en su cotidianidad valores como la solidaridad y el afecto. En la

Vila Autódromo la solidaridad marca la lucha cotidiana y es la base de un posicionamiento político que se opone a la individualidad que precisa el consumismo. El rescate de la memoria local practicado en los talleres de memoria del museo se puede considerar también como una práctica de bioresistencia, así como las esculturas y las exposiciones de fotos que tratan sobre la vida de los individuos, toda vez que están relacionadas con el rescate de la autoestima y de la identidad comunitaria. El cuarto capítulo demuestra que reafirmar la identidad local es una práctica contraria a la construcción de la ciudad neoliberal, que tiende gradualmente a volverse más homogénea y a perder identidad (SANTOS, 2013; GARNIER, 2013). La asociación entre memoria y creatividad tiene fuerza para provocar la transformación social (CHAGAS, ASSUNÇÃO E GLASS, 2013, p.2).

#### 5.1.5.9. La lucha del “Museu das Remoções” desestabiliza el orden normalizado

El mismo capítulo cuarto también muestra, finalmente, que el “Museu das Remoções”, a partir de la reproducción socioespacial solidaria y afectiva representa un obstáculo a la construcción de la ciudad neoliberal, conforme se planteó en las hipótesis. En cuanto a los puntos señalados a lo largo de la investigación respecto a las características de la ciudad neoliberal cabe destacar que: a los espacios dominados y privatizados el museo responde con tácticas de reapropiación creativa; a la gestión urbana autoritaria el “Museu das Remoções” de la Vila Autódromo opone el diálogo con la población sobre los proyectos urbanísticos y realiza la autoconstrucción de su espacio; contrariando la lógica de los procesos de segregación territorial, la Vila Autódromo no acepta ser desalojada y conmemora su victoria con la construcción de un museo popular que permanece promoviendo acciones solidarias y afectivas que “re-territorializan” el lugar (MAGNANI, 2011; MATARÁN, 2013; SOBARZO, 2006) en oposición a los procesos de “desposesión” de la ciudad global (GARNIER, 2013). El “Museu das Remoções”, que es la propia Vila Autódromo, se presenta como práctica radical, insurgente y contrahegemónica porque desestabiliza el orden normalizado (MIRAFETAB, 2009).

## 5.2. Conclusão

No decorrer desta pesquisa descreveu-se o processo de luta contra a remoção da Vila Autódromo no contexto de preparação do Rio de Janeiro para a olimpíada 2016, cuja construção do Museu das Remoções representou um exemplo de luta criativa que abrange às esferas subjetivas e simbólicas, também atingidas pela política remocionista.

Entende-se que a experiência de luta do Museu das Remoções é destacável em função de sua articulação em rede, que alcança uma projeção que extrapola as esferas locais. Além disto, a vitória da Vila Autódromo, a conquista da sua permanência, é atribuída aos vínculos comunitários.

### 5.2.1. Principais conteúdos da pesquisa e cumprimento de seus objetivos

**Como PRIMEIRO OBJETIVO GERAL esta pesquisa se propôs a aprofundar a compreensão das transformações urbanas do Rio de Janeiro nos últimos anos (2009-2016) relacionados ao período de preparação da cidade para os megaventos esportivos Copa do Mundo 2014 e olimpíada 2016, no marco do que David Harvey descreve como emergência da cidade global e neoliberal e empreendedorismo urbano (urban entrepreneurialism).**

### 5.2.2. A nova forma de gestão urbana está alinhada aos anseios neoliberais

Nos primeiros capítulos deste trabalho foi analisado o novo modelo de administração pública adotado pelos atores hegemônicos, o empreendedorismo urbano, responsável por promover o rearranjo socioespacial do Rio de Janeiro, ressaltando as consequências deste modelo, principalmente, para a população de baixa de renda moradora das favelas. Os conteúdos abordados nos primeiros capítulos abrangeram a reestruturação da gestão urbana e do território chamada por Niklas Luhmann de “complexo do tirano”; Boaventura de Sousa Santos (2010) considera que estamos diante do “facismo social”; Milton Santos (2013) entende o momento atual como um momento marcado pela soberania da “tirania da informação e do dinheiro”; David Harvey (2005; 2011) explica que a gestão atual tem como referência o modelo de gestão empresarial para construção da cidade neoliberal, ou também chamado de processo de “neoliberalização” (Harvey, 2005); Guy Debord (1969) define que estamos em um momento de reconversão da sociabilidade em um espetáculo, ou seja, da “espetacularização” da vida; Lefebvre (2001) aponta que o planejamento do espaço urbano contemporâneo caracteriza-se pela sobreposição do “espaço concebido” sobre o “vivido” e do “valor de troca” sobre o “valor de uso”; Rolnik (2015) explica que o produto destas transformações urbanísticas faz emergir uma “nova geografia da pobreza”. Independente das nomenclaturas dadas ao novo rearranjo político da gestão urbanística neoliberal, o que se ressaltou neste trabalho, recorrendo aos autores mencionados, foi o impacto desta nova forma de gestão de cidades, que acentua as segregações territoriais e reduzem os direitos sociais. Ou seja, demonstrou-se como esta nova forma de gestão atinge diretamente a população

de baixa renda, embora este modelo seja acompanhado de um discurso de salvaguarda destes mesmos direitos (SOUSA SANTOS, 2010).

Foi demonstrado também que a referida postura ambígua do Estado deixa de lado os interesses coletivos embora, paradoxalmente, divulgue um discurso de progresso é definida por Milton Santos como gestão “dissimulada” (SANTOS, 2013) e articula-se com estratégias de “manipulação” simbólicas (SANTOS, 2013); tanto no que se refere às “representações do espaço” que constroem signos para os lugares revitalizados (LEFEBVRE, 2000), quanto o que ocorre no campo ideológico a respeito do modelo de sociedade e da narrativa dos megaeventos, por exemplo, a ideia de “legado”. Também foi assinalado que a construção de narrativas simbólicas e ideológicas são componentes fundamentais da gestão urbana atual, na qual a mídia tem importante papel, tanto para sustentar modelos de comportamento consumistas, quanto ideologias estigmatizadas sobre a classe baixa, que justificam ações estatais violentas, como as remoções de favelas. O autoritarismo foi ressaltado como forte traço da administração neoliberal. As decisões do Estado não são debatidas publicamente. Todas as transformações descritas demonstram as mudanças inerentes ao processo de neoliberalização das cidades (HARVEY, 2005), e respondem ao objetivo geral proposto.

Explicou-se também nos primeiros capítulos que o contexto de megaeventos favorece a falta de transparência, cujos Estados assumem características de um Estado de exceção contínuo, como ocorreu na Grécia e no Brasil (AGAMBEN, 2005; STAVRIDES, 2016). Portanto, o marco teórico desta tese demonstra como as transformações ocorridas no Rio de Janeiro megaeventista estão alinhadas aos ditames hegemônicos neoliberais cujos interesses privados passam a ter autonomia no redesenho do território das cidades. Confirmando as hipóteses levantadas. (ROLNIK, 2010; MASCARENHAS, 2016; STAVRIDES, 2016; SWYNGEDOWN, 2002, BASSO, 2016; HARVEY, 2016, FREEMAN, 2012).

No segundo capítulo, explicou-se como a concretização da cidade mercadoria ou da cidade neoliberal implica transformações de outras dimensões. Não somente procedem-se transformações espaciais, mas também sociais, culturais e políticas. Foi demonstrado como as intervenções urbanas ou megaprojetos, para consolidação da cidade neoliberal, promovem a homogeneização dos lugares, convertem a administração pública em uma gestão autoritária sem possibilidade de participação nas decisões e tem como produto a construção de espaços dominados e a acentuação da desigualdade social na cidade. (HARVEY, 2005, 2011; LEFEBVRE, 2001).

Aprofundou-se ainda no segundo capítulo que, em oposição à construção da cidade neoliberal, para a qual corresponde a sociedade global (SANTOS, 2013; LEFEBVRE, 2010), estão os modos de vida das favelas. Ou seja, as características da sociedade global relacionam-se à redução das possibilidades de viver e de se relacionar, ao “habitar”. Esta sociedade padronizada caracteriza-se pelo desaparecimento da solidariedade e emergência da competitividade, cujas relações são intermediadas pelo consumo. O cidadão na sociedade do espetáculo é reduzido a um consumista espectador, conforme foi aprofundado. (DEBORD, 1969; LEFEBVRE, 1976, 2011; HARVEY, 2011; SANTOS, 2013).

Ou seja, demonstrou-se que as intervenções urbanísticas, ou megaprojetos, por sua vez, promovem na cidade a redução do “habitar” ao “habitat” (LEFEBVRE, 2001). Estes conceitos foram aprofundados no segundo capítulo e demonstrou-se que “habitat” associa-se ao “espaço concebido” e é o dado de referência para os projetos da atualidade, podendo ser resumido no condicionamento da vida às funções metabólicas: “O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o 'vivido' a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou 'máquinas de habitar'” (LEFEBVRE, 1999, p. 79). Em oposição à experiência limitadora do “habitar” que reduz as possibilidades de uso dos espaços, Lefebvre (2001) acrescenta que o ser humano só pode “habitar” como poeta, e se lhe é negado a possibilidade de habitar poeticamente ele inventará e fabricará à sua maneira. O cotidiano mais irrisório, para autor, possui resquícios de espontaneidade poética, exceto quando imerso no mundo da mercadoria tendo o uso do cotidiano substituído pelo valor de troca. Desta forma, o capítulo demonstra que as formas de vida das periferias, contraria o padrão de comportamento proposto pela cidade neoliberal, dito de outra forma: o “habitar” da periferia contrapõe-se ao “habitat” da cidade planejada. Assunto que será retomado mais adiante.

### **5.2.3. Os megaventos realizados no Rio de Janeiro (2009-2016) acentuaram a segregação territorial**

**Aponta-se no SEGUNDO OBJETIVO GERAL a intenção de analisar os efeitos das transformações urbana em relação à questão habitacional das classes populares, mais precisamente no impacto à população moradora de favelas e periferias, assim como os processos de resistência nestes âmbitos.**



Conforme explicado no capítulo três a construção do Rio de Janeiro olímpico implicou em grandes processos de reordenações territoriais assinalados pela política de remoções das favelas. Acrescentou-se ainda que a remoção de casas populares e a gentrificação representam a violação do direito à moradia digna e acentuam a segregação territorial na cidade. Tais explicações respondem ao objetivo proposto. O capítulo também demonstra que a prática das remoções não é recente. Ao contrário disto, as políticas públicas que acentuam a segregação territorial são históricas; mas a praticada remoção foi acentuada no contexto dos megaeventos cariocas.

Estes dados respondem a hipóteses levantadas de que a realização de megaeventos contribui para agravar a desigualdade social das cidades-sede e atingem principalmente as áreas periféricas: as favelas. (MAKHLOUF, 2016; STAVRIDES, 2016; SWYNGEDOWN, 2002). E que no caso do Rio de Janeiro, não foi diferente. Comprovou-se, portanto, que as violações levadas a cabo com a política de remoções consolidam o não-direito à cidade e a reprodução da exclusão.

Demonstrou-se, também, no terceiro capítulo que em diversas situações os moradores de favelas foram enganados e seduzidos a sair de suas casas porque a prefeitura oferecia uma “ideia” de vida que não era posteriormente consolidada, ou eram obrigados a sair por medo, ameaçados de perderem a casa sem nenhuma indenização. Foi assinalado no capítulo que este tipo de estratégia configura um campo de atuação biopolítica do Estado. (MAGALHÃES, 2013)

Além das estratégias mencionadas, o processo de remoção da Vila Autódromo atingiu aspectos materiais e imateriais da comunidade. O território urbano, os modos vida, a rede social e a memória local foram atravessados e esgarçados pelas táticas biopolíticas da Prefeitura. As táticas utilizadas adentraram o campo do espaço “vivido” e do “habitar”; por exemplo, ao provocarem a destruição do espaço urbano, deixando escombros e entulhos em áreas públicas, ou ao converterem a paisagem num cenário de guerra, ou ao estacionarem tratores e caminhões das obras olímpicas nas ruas da comunidade, e com isso inviabilizar a prática cotidiana comum. Cortar a iluminação pública ou degradar o espaço da comunidade afeta diretamente os modos de vida e a rotina dos moradores da Vila Autódromo e por isto é considerada estratégia biopolítica (NABACK, 2015).

#### 5.2.4. As estratégias acionadas na execução das remoções levaram a articulação de resistências sociais mais complexas

Levantou-se como hipótese que as táticas Estatais implicam em respostas diferenciadas de resistência. O capítulo quatro descreve a atuação da Prefeitura marcada pelo autoritarismo e pela utilização de estratégias que transcendem o campo jurídico legal e atingem o campo biopolítico na instrumentalização das remoções. Demonstra-se que as estratégias de remoção descritas são respondidas com atuações diferenciadas de resistência, comprovando a hipótese.

##### 5.2.4.1. Remoções biopolíticas

A política remocionista provoca rupturas nos modos de vida e nas dinâmicas socioespaciais dos lugares (GARNIER, 2013) engendrando a destruição de laços e redes cujas práticas são próprias dos territórios residuais transgressores, destituídos da presença do Estado, não alcançados plenamente pela ordenação socioespacial hegemônica, como favelas e populações marginais. (MIRAFTAB, 2012; SOUZA SANTOS, 2010; ZIBECHI, 2011). Nestes prevalece a prática do “habitar”. Se por um lado as estratégias do Estado provocam destruição em esferas materiais e subjetivas, estas mesmas ações são respondidas com rearticulações mais complexas e formas de resisistência mais criativas. Surgem estratégias de luta que compreendem os campos da imaterialidade, da memória, da regeneração da dignidade dos indivíduos, assim como outros aspectos simbólicos, como ocorreu com o Museu das Remoções.

##### 5.2.4.2. Resistências biopolíticas

Conforme descrito, o capítulo quatro menciona uma rearticulação mais complexa de luta e resistência à remoção ocorrida na Vila Autódromo. Atribui-se esta resistência aos modos de vida carcaterísticos das periferias urbanas. Demonstrou-se neste mesmo capítulo que os territórios marginais possuem sua produção socioespacial histórica marcada pela luta por sobrevivência, não se adequando aos padrões hegemônicos de comportamento e consumo, devido à impossibilidade socioeconômica de fazê-lo. Desta forma estes territórios e seus habitantes não se padronizam aos comportamentos hegemônicos reproduzidos nas demais áreas da cidade (SANTOS, 2013), e por isto, representam a insurgência de uma produção socioespacial periférica marcada pela espontaneidade, multiplicidade de possibilidades de uso e produção do espaço, como a autoconstrução, uma produção própria do “habitar”. O que representa a transgressão a proposta hegemônica da sociedade global e da cidade neoliberal.

Demonstrou-se, ao longo da pesquisa, que o “habitar” a favela oferece condições para a manifestação de subjetividades que fortalecem os laços sociais e os laços dos indivíduos com seu território. Esta contatação foi aprofundada nos relatos dos moradores de favela no capítulo dois, a respeito do impacto das remoções em esferas simbólicas. Confirmase, portanto, a hipótese que os modos de vida locais, próprio do *habitar* (LEFEBVRE, 1976) das favelas, favorecem a construção de uma rede de resistência solidária e fortalecem as lutas sociais. Conforme ocorreu com a Vila Autódromo.

#### 5.2.4.3. Respostas biorresistentes às remoções biopolíticas

A Vila Autódromo venceu porque a união comunitária, fruto dos vínculos e afetos - baseados na dignidade e na autonomia dos sujeitos (SCOTT, 1990; SOUZA, 2006) levou os indivíduos, sujeitos autônomos, a optarem por renunciar às ferramentas materiais dominadas pelo poder e assim transcender os campos de atuação deste poder ao optarem inverter a lógica do capital e sobrepôr o valor de uso sobre o valor de troca, conforme descreve Sandra:

“O passo a passo para remoção (referindo-se à estratégia da Prefeitura) deve ser contraposto a um passo a passo de resistência de não valorização do capital para que você consiga vencê-la.” Depoimento de Sandra Maria de Souza, moradora da Vila Autódromo, à autora desta tese. Grifos da autora.

#### 5.2.5. O fortalecimento dos vínculos potencializa o processo de resistência

**O Objetivo específico da pesquisa busca comprovar quais características da luta da Vila Autódromo tornaram possível a vitória e permanência da comunidade. E pretende apontar como esta luta pode fortalecer outras situações de resistência urbana.**

A pesquisa demonstra que os modos de vida da Vila Autódromo foram responsáveis por conferir coesão e união à comunidade. Os vínculos articulados no âmbito do “habitar” foram responsáveis pela persistência na luta, que alcançou a permanência na comunidade. Destaca-se o modo de vida local como característica fundamental desta luta.

Demonstrou-se no capítulo quatro que a vitória da Vila Autódromo relaciona-se com a construção dos vínculos comunitários, constituídos no cotidiano o que torna a sociedade capaz de estabelecer resistências mais fortes aos processos remocionistas. A luta da

comunidade teve como experiência criativa e afetiva a construção do Museu das Remoções, um museu comunitário que atua em esferas socioespaciais, políticas e simbólicas. Encarregado, dentre outros aspectos, da recuperação emocional e moral da comunidade, sua prática fortalece a identidade e constitui um processo de autoconhecimento (CHAGAS, 2016) que contrapõe o fenômeno da “desposseção das cidades” que tem se tornado, gradativamente, desprovidas de identidade (GARNIER, 2013).

#### 5.2.5.1. O conceito de insurgência propõe a descolonização das teorias de planejamento

A luta da comunidade Vila Autódromo constituiu um espaço poético, subjetivo, multifuncional e complexo de resistência e resiliência; o “habitar” como um poeta (LEFEBVRE, 1976; HEIDEGGER, 2005) ampliou-se à resistência como poeta contrapondo-se à proposta do “habitar”, padrão de referência hegemônico do planejamento atual. A resistência criativa associada aos modos de vida marginais constitui a insurgência de uma luta discursiva de disputa de significados no campo cultural, que fortalece a identidade local com base na dignidade e na autonomia. (SCOTT, 1990). O conceito de insurgência propõe a descolonização das teorias de planejamento ao incorporar a contra-hegemonia, a transgressividade e a imaginação, (MIRAFITAB 2004, 2009).

#### 5.2.5.2. O “Habitar” da favela propicia a articulação das resistências

A conquista da permanência da Vila Autódromo, celebrada nas atividades do Museu das Remoções, é atribuída a diversos aspectos: aos modos de vida locais, que fortalecem os vínculos afetivos, a articulação em rede, que projeta a luta do local para o global e as estratégias criativas de resistência biopolítica que respondem às estratégias estatais de remoção biopolítica<sup>317</sup>. Confirmando a hipótese de que as novas resistências são mais elaboradas e organizadas em rede cujas lutas sociais também extrapolam as esferas

---

<sup>317</sup> A biopolítica para Michel Foucault é uma tecnologia de governar que efetiva o controle da sociedade e dos sujeitos por instrumentos que não se restringem aos âmbitos ideológicos, mas que exercem o biopoder em esferas biológicas, ou seja, abrangendo-se aos âmbitos de controle corporal. Na sociedade capitalista as estratégias de governança biopolíticas se efetivam mediante o exercício do biopoder, que consiste na aplicação do poder em todos os aspectos da vida, interferindo nos destinos da vida humana. (FOUCAULT, 1988, P. 134).

locais e apresentam formas de resposta estratégicas e inovadoras na disputa de significados na/da cidade.

### **5.2.6. Destaca-se o Museu das Remoções pela pluralidade de suas ações e pela capacidade de projeção de uma luta local para o contexto global**

**Também aponta-se como objetivo específico deste trabalho, a análise do Museu das Remoções, a fim de entender porque a sua construção merece destaque na luta de resistência à remoção travada pela comunidade**

Demonstrou-se que a experiência do Museu das Remoções merece destaque pela pluralidade de suas ações e sua capacidade de articulação em rede. A construção do museu comunitário atribuiu mais concretude à luta da comunidade, que se apresenta como uma comunidade que persiste lutando contra a política de remoções apesar de não estar mais em risco de remoção. A comunidade se posiciona politicamente. O museu merece destaque por projetar a luta da comunidade para além de seus limites e possibilitar a continuidade de uma resistência em rede com alcance global.

#### **5.2.6.1. A capacidade de uma experiência local em potencializar outras lutas**

O Museu das Remoções apresenta característica revolucionária por atuar autonomamente contra o projeto hegemônico (MIRAFTAB, 2009) e por apoiar outras comunidades que sofreram ou sofrem processo de remoção em qualquer parte do mundo, como ocorreu, por exemplo, com a atividade que o Museu das Remoções realizou na favela Cidade de Deus, na Feira Literária das Periferias, FLUPP, em 2016 e também na atividade realizada na Favela da Maré, no Museu da Maré, entre outras. Reafirma-se a capacidade de uma experiência local potencializar outras lutas. (Ver figuras 194 e 195).

Também se considerou como hipóteses que as práticas de luta da Vila Autódromo representam um enfrentamento à consolidação da cidade neoliberal, principalmente no que se refere ao controle do espaço público e à violação do direito à moradia digna. O trabalho respondeu a esta hipótese ao assinalar no quarto capítulo as características da luta e as práticas sociais que conflitam diretamente com os aspectos da cidade neoliberal (dominação do espaço, gestão autoritária e remoção). Tais características são retomadas a seguir:

#### 5.2.6.2. O poder das resistências locais na disputa com o projeto neoliberal global

O poder do Estado não é soberano diante das biorresistências criativas. A resposta do Museu das Remoções da Vila Autódromo (microprocesso) afeta as pretensões da organização socioterritorial neoliberal (macroprocesso), e afirma nas rachaduras do projeto hegemônico que a memória da comunidade se mantém viva e não se remove.

#### 5.2.6.3. A criatividade nas formas de reapropriação do espaço público é capaz de enfrentar a dominação dos espaços e reconstruir o cotidiano

O Museu das Remoções, com táticas criativas de ação, contraria os pilares da construção da cidade neoliberal ao responder a construção de espaços dominados com apropriação criativa do espaço. Festas, festivais e construção coletiva de um museu a céu aberto, a partir dos escombros das remoções, demonstram a pluralidade de usos e apropriações que a comunidade realiza no espaço público. Estas atividades também possibilitaram a reversão, mesmo que parcial, do esgarçamento dos tecidos psicológicos e sociais da comunidade, abrindo espaço para a reconstrução diversificada do cotidiano durante o processo de luta e após a conquista da permanência.

#### 5.2.6.4. A participação popular responde à gestão autoritária e cobra um planejamento mais democrático

À gestão urbana autoritária a Vila Autódromo responde com cobrança de participação popular nas decisões para a cidade: A permanência foi conquistada, devido a postura ativa, digna e solidária dos integrantes da luta que persistiram até o fim pressionando o Estado a dialogar com a comunidade, o que ele se esquivava a muito tempo. A luta da comunidade levou a Prefeitura a dialogar e a negociar a permanência de vinte famílias no local. Entretanto, isso não significa que a luta se dá por encerrada, ela permanece em constantes recomeços.

#### 5.2.6.5. A permanência da Vila Autódromo no local representa um obstáculo às pretensões da especulação imobiliária

O Museu das Remoções apresentou-se como obstáculo para os agentes imobiliários no redesenho do espaço urbano, que pretendiam usufruir plenamente dos lucros da especulação do terreno do entorno direto do Parque Olímpico. A permanência das vinte famílias da comunidade na atual Rua Vila Autódromo representa a vitória da disputa pelo referido território, impedindo o destino da área ao uso exclusivo de indivíduos com alto poder aquisitivo, conforme pretendia o poder público. Demonstra-se que uma disputa local pode modificar situações concebidas por atores globais. A permanência da

Vila Autódromo representa a efetivação do interesse coletivo em uma área que pretendia-se 100% privada.

#### 5.2.6.6. O resgate da memória popular enfrenta a narrativa oficial e impede apagamento cultural próprio da política remocionista

O Museu das Remoções realiza preservação e resgate da memória contra o apagamento cultural produzido pelas remoções. A incorporação de fragmentos de escombros e elementos das casas demolidas ao acervo do Museu das Remoções e do Museu Histórico Nacional perpetua a narrativa popular e a história da comunidade, contrariando o discurso oficial. E insere a memória da Vila Autódromo na narrativa oficial através do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. A incorporação dos escombros da Vila Autódromo no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro foi confirmada em Abril de 2016 em reunião dos gestores de ambos os museus.

#### 5.2.6.7. A narrativa popular se insere nos discursos hegemônicos

Contrariando a lógica da “tirania da informação” ou da “manipulação” (SANTOS, 2013) que sustenta o discurso do legado olímpico e as ideologias da sociedade do espetáculo (DEBORD, 1969) o Museu das Remoções apresenta-se como ferramenta de “comunicação real” (SANTOS, 2013) ao difundir uma narrativa que aponta as violações dos direitos humanos sofridas pela comunidade durante a remoção olímpica. Narrativa diametralmente oposta a do poder público sobre as Olimpíadas de 2016 que estabelece uma disputa de significados com a narrativa oficial. A organização em rede é capaz de projetar a narrativa da comunidade do local para o global, do microprocesso para o macroprocesso, como ocorre, por exemplo, com a exposição sobre o Museu das Remoções realizada no Orange County Museum of Art, OCMA, na Califórnia, em maio de 2017. Mais um exemplo de inserção da narrativa popular da Vila Autódromo no contexto hegemônico, estes casos demonstram a capacidade das resistências de interferirem pontualmente em algumas pretensões Estatais, assim como reforça sua capacidade de projeção.

#### 5.2.6.8. As práticas criativas e afetivas de resistência promovem a regeneração psicológica dos afetados pela violência das remoções

A regeneração psicológica dos moradores, assim como o fortalecimento da identidade e dos vínculos comunitários também faz parte das propostas do museu; que em suas atividades busca valorizar a vitória da permanência das famílias na Vila Autódromo, resgatar e manter viva a memória local e representar uma construção coletiva constituída de ações autônomas individuais (SOUZA, 2006). Os vínculos afetivos

(ZIBECHI, 2011) e a autonomia dos sujeitos (SOUZA, 2006) contrariam a construção de uma sociedade individualista e consumista (SANTOS, 2013; DEBORD, 1969) ao contrapor o resgate à solidariedade e ao afeto à construção hegemônica de espectadores, individualistas. Ou seja, a solidariedade emerge como base da política em oposição à individualidade que é a base do consumo. O resgate da memória comunitária realizado nas oficinas de resgate de memória do museu é considerado uma forma de biorresistencia. Tanto a construção das esculturas em homenagem as edificações demolidas, quanto às exposições de fotos sobre a história da comunidade exposta no Museu das Remoções contribuem para reforçar a autoestima e a identidade comunitária. O reforço da identidade local contraria a construção hegemônica da cidade homogênea e sem identidade, (SANTOS, 2013; GARNIER, 2013). A associação entre memória e criatividade tem força para desaguar a transformação social. (CHAGAS, ASSUNÇÃO E GLASS, 2013, p.2).

#### 5.2.6.9. A luta do Museu das Remoções desestabiliza a ordem normalizada

Da reprodução socioespacial solidária e afetiva emergiu o Museu das Remoções, uma experiência de luta criativa de enfrentamento à construção da cidade neoliberal; que contraria a produção de espaços dominados e privatizados com apropriações criativas; que contraria a gestão urbana autoritária com cobrança de participação popular nas decisões urbanísticas e reproduz a prática da autoconstrução da cidade; que contraria a acentuação da segregação espacial provocada pela política remocionista com a conquista da permanência na comunidade e incentiva outras favelas a resistirem à remoção; que contraria a proposta de uma sociedade de aparências (DEBORD, 1969) e de uma cidade mercadoria com a prática de um cotidiano solidário que “re-territorializa” (MAGNANI, 2011; MATARÁN, 2013; SOBARZO, 2006) e fortalece os vínculos em oposição à “desposseção” da cidade (GARNIER, 2013).

A permanência da Vila Autódromo apresenta-se como prática radical, insurgente e contra-hegemônica, porque desestabiliza a ordem normalizada (MIRAFTAB, 2009); mas esta vitória não representa o fim, representa o início de uma luta que se fortalece e aponta para efetivação dos direitos sociais urbanos, em oposição à mercantilização dos espaços. O Museu das Remoções nasce para comunicar que a Vila Autódromo vive e para apoiar outras lutas, contra a remoção de outras comunidades, no mundo todo.



## 5.3. Resumo da tese em Inglês

### 5.3.1.1. Abstract: Power of creative and affective resistance as a socio-cultural answer to Rio de Janeiro's mega-events

This thesis examines the construction of the Evictions Museum in *Vila Autódromo*, which took place amidst the rise of various civil rights movements in Rio de Janeiro, Brazil. It was a response to the introduction of a form of city management called 'urban entrepreneurship' (Harvey, 1996), which prompted a steady loss of civil rights in the city. The Evictions Museum is then just one of many manifestations of the fight for the right to the city, as well as for the right to housing, which occurred as a result of this new form of administration. The effects of this change were felt the strongest between 2009 and 2016 when the city was preparing for hosting a series of international mega-events. During this period, Eduardo Paes was the mayor of Rio de Janeiro.

The socio-spatial transformations that took place in the years leading up to the 2014 World Cup and the 2016 Olympics were influenced by the interests of the global market, which corresponds with the construction of a neoliberal city (guided by the principles of the aforementioned urban entrepreneurship). This development, shaped by the prominent role of business interests in urban management, mirrors larger changes in the global economy, which has international financial capital at the heart of its operations. This model is characterized by speed and the authority given to corporate interests, implemented and incorporated through public policy. This dynamic can also be seen in the execution of territorial restructuring through PPPs (public-private partnerships). These transformations also mean that urban policies develop "with the backing of triumphant consumerism in an era characterized by the hegemony of thought and neoliberal management practices" (Rolnik, 2016: 262). The strategy used to accomplish 'urban entrepreneurship' (or the neoliberalisation of cities) had already been employed in various US cities and in Barcelona. When applied in the context of Rio de Janeiro this manifests itself as privatisation of public space, and change of socio-cultural profiles of residents living in certain areas of the city (gentrification) through large-scale urban projects. In order for this to happen, the state presents itself as legislatively flexible and executively authoritative in attending private interests, to the detriment of collective demands.

Thus, increased socio-spatial segregation is the primary consequence of these urban-administrative transformations. However, other material and symbolic socio-urban developments can also be seen in the city (Lefebvre, 2001), which have been met with resistance.

*Vila Autódromo* is a space situated between capital interests and the fight for the right to the city. The Evictions Museum was born from the creative fight which took place in this favela in the West Zone of Rio de Janeiro. As a product of the resistance, the Museum expresses the local social movement's capacity to prevent the complete fulfillment of state interests favoring the real estate industry. It also ensured permanent residence for 20 families, despite the city government's plan to evict the entire community. As such, the Evictions Museum was a product of *Vila Autódromo*'s resistance and presents an example to the rest of the world of how civil rights can be won through the fight of a community and its network of supporters.

The Evictions Museum demonstrates the power of creative and insurgent resistance to hegemonic issues (Miraftab, 2004, 2009). It helps support the hypothesis that everyday socio-spatial practices in favelas can inspire people to mobilize persistently and efficiently against the construction of a neoliberal state. Solidarity and affectivity are links formed through residing in a place (Lefebvre, 2001).

5.3.1.2. [Keywords: Museu das Remoções, Evictions, resistance, Vila Autódromo, Olympic Games.](#)

## 5.3.2. Chapter Abstracts

### 5.3.2.1. First chapter

The first chapter analyzes the urban transformations in Rio de Janeiro related to the occurrence of mega-events, specifically the 2014 World Cup and the 2016 Olympic Games. The city dynamics became ruled by market interests of a global dimension that positioned the city within a neoliberal frame. The theoretical framework here analyses the significant transformations in uses and flows of spaces and places is the urban entrepreneurialism (Harvey, 1996). It also looks at the implementation of the Great Urban Projects (GUPs) that, in the context of the city preparations towards hosting the mega-events, find a favorable environment to a territorial reordering, as well as implications to the socio-cultural dynamics of the city.

The transformations triggered by mega-events have produced ruptures in social, cultural, and symbolic spheres of many host cities in the world. Behind the games' organization, there is the intention to convert life in the host cities into a "spectacle" (Debord, 1967; Harvey, 1996) as a strategy to foster consumerism. The mega-events present themselves as opportunities to build spatiality with capitalist interests. Among

the resulted impacts, one observes the deepening of social inequality; the establishment of non-right to the city, due to expulsions of part of the population from its territories and privatization of public spaces; the violation of housing rights; the destruction of material and immaterial popular heritage; and the emergence of social movements articulated around new demands that surface from transformations in course for the mega-event.

The hegemony of business interests in the ordering of urban space has brought material and symbolic consequences to cities. Fragmentation, homogenization, and more territorial flexibility are present (Santos, 2013; Soja, 2000). However, the consequences are not restricted to that. The business front action is intrinsically related to the larger transformations in the global economy. It mainly centers around the behavior of international finance capital, especially concerning the speed of the processes and the authoritarian sovereignty of corporate interests. This leads to polarization of territories and an increase in social inequalities. Cities have become the locus of a dispute between capital interests and popular resistance.

Taking into account the contemporary internationalization of economy and how globalization is currently configured, it would be inadequate and insufficient to focus only on the local context of the community researched: the forces at play in the socio-spatial dynamics express a world configuration. To advance this idea, everyday micro-processes are considered key elements to understanding complex global macro-processes. This analysis is based on Lefebvre's regressive-progressive method (Lefebvre, 1949, 1953, 1960, 1968). It enables researchers to access the historicity of social processes, once attention is given to everyday life. It also unpacks the spatialization of the social sphere through the articulation of categories of conceived, perceived, and lived spaces. They are defined as the three mutually constitutive dialectic processes in socio-spatial production (Lefebvre, 1991).

Urban entrepreneurialism (Harvey, 1996) is a concept that examines the city through the lens of managerialism. It suggests that city management is established within the parameters of business management, influencing the conduction of urban life. Urban territorial reconfiguration is then submitted to the capital valorization processes in a more direct and incisive way. Among these processes, spatial domination stands out as a necessary tool for the adaptation of the space to the search for profit (Santos, 2011; Lefebvre, 2001; Winnicott, 1975). It derives from this mode of intervention spaces that are disconnected from the prevailing production modes. Outcomes of these processes are forced evictions and gentrification, put forward through newly materialized institutions.

This urban neoliberal process began in Rio de Janeiro with the consolidation of a master plan in César Maia's first term as mayor (1993-1996), when tourism was reaffirmed as a priority for urban managers. Inspired by the model of Barcelona, the mayor formulated the 1995 Rio de Janeiro's urban plan. In this context, mega-events became a powerful justification for the promotion of the city as a commodity. It would happen again with the 2014 World Cup and the 2016 Olympic Games. Mega-events have had a transforming and political potential that overlaps with neoliberal ambitions.

A state of emergency is then established with the mega-events. It is a kind of "permanent state of exception" that allows the event to be used as justification for unconventional and anti-democratic processes (Agamben, 2015). It should be noted that in the case of Rio de Janeiro, the city's preparation for the events was associated with the consolidation of Public-Private Partnerships (PPPs). It also forced evictions of favelas as a result of *Operações Urbanas Consorciadas* (Consortiated Urban Operations) in *Porto Maravilha* and *Parque Olímpico*. These experiences violated community bonds during their conception and execution.

During the preparation and performance of the mega-events in Rio de Janeiro, City Hall evicted approximately 22,059 families, among which was Vila Autódromo, the case study of this research. Vila Autódromo is situated in the neighborhood of Barra da Tijuca, West side of Rio de Janeiro. It had more than 600 families that lived for more than 50 years next to Salvador Allende avenue and Jacarepaguá lagoon, with regularized land tenure.

The eviction process of at least 580 families in Vila Autódromo carried forward by the City Hall was perverse and violent. However, the community did not accept the expulsion. It is possible to suppose that the City Hall did not expect the resistance of 20 families that, in affirming that not everyone has a price, showed themselves unwilling to move out of Vila Autódromo.

In a network articulation with supporters and friends, 20 families persisted at Vila Autódromo and created new possibilities of resistance and inhabitation. The symbolic force in their permanence should be noted, especially when it is taken into account the 22,059 other families evicted during the preparation of the mega-events in Rio de Janeiro. The eviction of favelas has a historical background in the city; it was interrupted after the Brazilian dictatorship and resumed recently as an instrument of spatial reconfiguration, interpreted by some authors as a rereading of the evictions (Magalhães, 2013).

The victory of the community had its climax with the construction by residents, university students, and supporters, of the *Museu das Remoções* (Museum of Evictions) on May 18th, 2016, the international museum day. A community that faced destruction by public authorities created the Museum of Evictions by finding power in their struggle, calling for themselves the task and the responsibility to tell the story of Olympic evictions from the perspective of those affected by its policies. The space of Vila Autódromo embodies resistance to the established power, understood as a discursive struggle that disputes meanings in the cultural field and that opens the possibility of creating identities based on dignity and autonomy (Scott, 1990).

The socio-spatial production of peripheries defined by the everyday struggle to survive provides the foundation for the social movements' resistance in contemporary Rio de Janeiro. These struggles of resistance and resilience have a revolutionary feature since they are understood as insurgent forms of reaction towards neoliberal questions (Miraftab, 2004, 2009). As such, the concept of insurgency proposes the decolonization of planning theories through the incorporation of counter-hegemony, transgression, and imagination (Miraftab, 2004, 2009). Resilience states the capacity of adaptation and reorganization after modifications, preserving the same function structure and identity (Walker, 2004). Thus, this work aims to understand the consequences of a new form of city management that, through mega-projects that are fed by mega-events, consolidates a territorial reorganization favorable to the intensive reproduction of capital.

In the first chapter, the Museum of Evictions was taken as a creative and a resistance power in the face of the construction of neoliberal Rio de Janeiro. The chapter relied on a theoretical perspective from social museology. Among the hypotheses raised, the option was to reinforce what has already been studied in many cities around the world: that the occurrence of mega-events contributes to the deepening of social inequality in the host city, and that the same took place in Rio de Janeiro.

The neoliberal city model of planning consolidated with mega-events brings as an implication the reduction of the inhabiting to the habitat (Lefebvre, 2008). The hypothesis is that the society proposed by spatial planners of the neoliberal city is structured on the concept of habitat. This causes the destruction of bonds and networks related to the concept of inhabiting, and that is a characteristic of the residual territories not fully achieved by the hegemonic socio-spatial ordering: favelas and marginalized populations.

The first chapter also described the methodology used, which included field research, the gathering of official data, and the systematization of press material. The approach of

the community researched took place through participant observation (Whyte, 1943) or, more precisely, observing participation (Wacquant, 2000). The author of this work is an active agent in the research (Tripp, 2005). She conducts the joint action of practice and analysis, being an activist in the social movement resisting the eviction of the referred community and coordinator of the university project that built the Museum of Evictions together with Vila Autódromo. This information was presented in the first chapter.

#### 5.3.2.2. Second chapter

In the second chapter, the text puts in to view the current transformations in city planning in a global neoliberal context. It reinforces that the focus of this management model is the construction of competitive spaces aligned with business logic. The urbanism developed from that ideology dislocates the focus of urban space organization to the goal of economic growth, evading itself from the political confrontation about city management.

The dividing line in Rio de Janeiro took place in the 1990s when the major sought to recover the image of "Cidade Maravilhosa" (Wonderful City) inspired by the interventions that had occurred in the 1992 Olympic Barcelona. The change in the intervention form – from the normative and juridical to the one base on projects – and in its scale – from the city to the neighborhood – was accompanied by a qualitative political change. Before, the public power fought inequality, which gave way to the public power starting to produce inequality. The change also generated a geopolitical change, going from the attention to the domestic urban problems, to the preoccupation with global competition. Such changes were made feasible due to the articulation of diverse governmental spheres and public-private partnerships (Novais, 2014).

The strategic planning adopted on that occasion serves as a tactic used by urban managers to make neoliberal interests feasible in the city. This brings, following the mega-projects, a territorial reordering as one of its main tools. The projects mentioned before have been established by public-private partnerships (PPPs), as one of the main vectors of redefinition of the urban planning conceptions and practices in Rio de Janeiro and other Brazilian large cities. The neoliberal city management adapts the urban territory to the reproduction of capital; through marketing, it legitimates the projected interventions and internalizes individualist values capable of modifying social relations. The so-called city speculation, as argued by Guy Debord (1969), or the urban entrepreneurialism, as defined by David Harvey (1992), explain the product of these

revitalizations considered to be "models": dominated spaces imposing behavioral patterns that determine new forms of social inclusion and exclusion.

The aesthetic characteristics of these places evoke place consumption and induce certain appropriations that run contrary to the everydayness of the lived space and the practice of "inhabiting" (Lefebvre, 2008). Through these interventions, gentrification becomes not an anomaly, but an articulated and global strategy that, when put in practice, is accompanied in many cases by the violation of communitarian bonds (Zukin, 1991; Smith, 2006). This chapter also seeks to reflect upon spatiality to the understanding of society, giving it prominence concerning historicity (Lefebvre, 2006), since the (symbolic and physical) domination of space is a fundamental instrument to the consolidation of neoliberal politics.

The analysis carried forward of this new urban management form sought to demonstrate that, presented as an urban project, the neoliberal management makes power connections within the ruling group that are extremely profitable to the big business people linked to the real estate market. Such changes take place in an accelerated and authoritarian way, enabling coalitions among (governmental, private, and international) agents attached to the Olympic project and that benefit from the mega-event as a spectacle, promoting the city as a commodity.

Among the diverse impacts in the city, the center neighborhood (especially the zone around the port) and the west area were the most critically affected. These areas received the main urban transformations in the city: the *Porto Maravilha* and the Olympic Park. In both cases the "conceived spaces" opposed themselves to the "lived spaces", running counter to the modes of local production and causing disarticulation and fragmentation of socio-cultural identities.

As one of the outcomes of the mega-events in Rio de Janeiro, one finds the centrality ascribed to the Barra da Tijuca region. Due to real estate interests, this centrality brought a series of violations, the eviction of favelas being the main one, as in the case of Vila Autódromo. Such a situation provoked the emergence of resistances derived from strategies of cultural survival and from initiatives planned and organized to guarantee social rights as part of the struggle for the right to the city.

In the face of the violations in progress, social movements have organized themselves. This articulation, accompanied by the capacity of re-adaptation and resilience of the favela's residents excluded from the hegemonic processes, constitutes a specific everydayness in the context of the marginalized urbanity in Rio de Janeiro. This

everydayness is characterized by the predominance of the lived aspect in the socio-spatial (re)production concerning the other spatial categories discussed by Lefebvre. The form of the peripheral socio-spatial (re)production expresses certain aspects of inhabiting that alludes to the multiple possibilities and life. Inhabiting encompasses the complexity of the human being in their desires, bodies, multifunctional character, and subjectivity, in contrast to the habitat, that reduces the human being to its metabolic functions of eating, sleeping, and reproducing. Habitat has been the reference to the current architectonic and urban projects (Lefebvre, 2001).

Many resistances do not have great visibility in the face of the hegemonic strategies that reproduce the consensual and positive discourse about the Olympic city. Even as such, the construction of a neoliberal city is not considered in this work as a determining and absolute way for urban space without any possibility of deviation. The preparation of the games is inscribed in a scenario of ongoing power disputes. It is a space that is a "milieu" of disputes, in contrast to a static conception of space (Foucault, 2008, p.24). This idea opens the possibility of thinking about resistance emergence derived from spontaneous actions. It is assumed that life contains something that resists the power and enables the creation of new forms of life through deviations concerning the prevailing impositions. Lefebvre (2001) adds that the human being can only inhabit the world as a poet and, if they are denied of this condition, they will invent and fabricate their way. The banalest everyday carries, to the author, reminiscences of poetic spontaneity, except when absorbed by the commodity world where everyday is replaced by exchange value.

Therefore, this chapter seeks to reveal the existing strategies behind the mega-events and mega-projects executed in Rio de Janeiro. It relates these strategies to the construction of a neoliberal socio-spatial mode of production. It also seeks to observe the insurgent counter-rationalities in the urban territory as possibilities of resistance to the project of society proposed that is conditioned by consumption.

### 5.3.2.3. [Third chapter](#)

The third chapter of this thesis demonstrates that Brazilian territorial expansion reinforces in its urban socio-spatial configuration the unequal structures of society. The expansion of the city of Rio de Janeiro reproduces the patterns of a hierarchical society and spatially consolidates the polarized model of society. Separated by a formal city versus an informal city, it culminates in the consolidation of a spatially segregated city in which the interests of the wealthy set the guidelines for spatial dynamics. However, the informal part that constitutes the engine and means to make the city viable remains



excluded from enjoying the city. The favelas are a good example of the inequality of the socio-spatial configuration of the city. They arose in the second part of the XIX century in areas unused by the real estate market, at least in a first moment, and spread throughout the city as of the 1920s, according to Gonçalves (2012). The author highlights that the policy of intervention in favelas has functioned over the years as an instrument for marginalizing the low-income population and promoting real estate capital in Rio de Janeiro (GONÇALVES, 2006).

Therefore, theories that understand the favela as detached territories and the cities as polarized territories are responsible for elaborating public policies that produce inequalities. Gonçalves (2012) adds that the recognition of the favelas as an integral part of the city constitutes a fundamental element for the formulation of public policies. It assures the permanence of these territories and the improvement of the living conditions of the favela population. It is important to stress that the boundaries that separate the worlds of what is considered to be legal and illegal, formal and informal, are fragile in many ways, as highlighted by Veena Das and Deborah Poole (2004). Firstly, because this perspective does not help in understanding the effective practices that constitute what we call the State. And secondly, because the State itself commits illegalities at certain moments.

This chapter observes that over the years the forms of capital reproduction in urban land have changed. However, the structure defined by the hegemonic agents keeps the interests of large businessmen and politicians at the center of the negotiations. In the course of the urban expansion of Rio de Janeiro, the borders of the State and the favela have conditioned each other. State practices dictate the development of marginal territories. In the same way, the actions of these populations affect the actions of the State.

It is necessary to highlight the role of the media as one of the elements that contribute to the theory of a polarized city, which separates the city into formal and informal spaces. The image constructed through the media creates arguments to sustain, for example, the policies of removal and the idea of the favela as a problem for the city. The construction of a pejorative mentality towards the low-income population supports violent State practices.

Historically, the urbanization of Rio de Janeiro repeats the same models of intervention in favelas. In the current context, international mega-events, the Great Urban Projects, and GUPs are responsible for reorganizing the city's territory. At the beginning of the XX century, the Pereira Passos reforms introduced the mentality that the low-income

housing was a social “problem” and was responsible for the withdrawal of the population from the city centers (tenements). They were forced to build on the city’s hills as a form of alternative housing, giving rise to the first favelas. During the mega-events, the practice of removing favelas was an essential element of the state interventions’ repertoire.

The urban reforms during the management of Pereira Passos (1902-1906) introduces hygienist and modernization ideals. They underlined the so-called “boot down” policy, responsible for removing the population living in tenements. The demolition of the favelas situated in the hills of Castelo, Senado, and Santo Antônio neighborhoods would be the starting point for the rearrangement of the city center. The authoritarian years of Getúlio Vargas in power (starting in 1930) were marked by an ideal of the labor movement, emphasizing the embellishment and monumentality of the city. The favela theme entered the official agenda as an element to be discussed in the context of urban policy in 1937 with the construction of the City’s Work Codes. However, the approach aimed at suppressing them from the urban scenario. Later, there were housing policies and programs carried out during the military dictatorship (1964-1985), which included the first urban interventions in favelas and the construction of new dwellings with the proletarian groups. However, those aimed at eliminating favelas at that time, contrary to what was planned, contributing to the densification of the city’s favelas.

The 1940s and 1950s were marked by the population's migratory movements from the north to the center of Brazil, by individuals seeking work opportunities in the southeastern metropolis. The increase in the surplus of labor in these cities led to a favela increas

From 1945 on, the organizations composed by favela residents influenced by the Communist Party were strengthened, thus weakening the removal policy. They persisted throughout the 1950s. However, from the 1950s onwards, the Catholic Church reacted to the communist threat by creating Christianization institutions, linking social assistance to favela interventions to contain the growth of the communist ideology.

The experience acquired in the 1950s culminated in the creation of the FAFEG (Portuguese abbreviation for the Federation of Favela Associations of the State of Guanabara), with the motto *Urbanization Yes, Removal No*. In 1962, the intervention policy in favelas was substantially altered, starting a withdrawal phase for ten years, until 1973. During this period, in 1966, the Community Development Company (CODESCO in Portuguese) arose seeking the recognition of the rights of the favelas and low-income population, pointing to the importance of land tenure regulation.

In 1968 the federal government created the Coordination of Housing of Social Interest of the Metropolitan Area of Rio de Janeiro (CHISAM in Portuguese) and restored the policy of favela removal. At the beginning of the 1970s, the National Movement for Urban Reform (MNRU in Portuguese) gained visibility with the participation of politicians, intellectuals, and research entities. Among these, the Third Congress of Favela Population of the State of Rio de Janeiro, organized by FAFEG, in 1972, played an important role with 79 associations affirming the importance of urbanizing the favelas. The MNRU was responsible for several social advances, such as the incorporation of the urban issue into the Federal Constitution of 1988.

In 1981, the First Favelas State Meeting was organized by FAPERJ, initiating the structuring of the *Favela-Bairro Program*. It determined a new paradigm of public policy formulation regarding public housing constructions. At the same time, the re-democratization period in the country was marked by tension between liberal and left powers. In 1982, the housing issue gained distinction with the election of Leonel Brizola as governor of the state of Rio de Janeiro. He prioritized land regulation, provision of infrastructure, and self-construction incentives. Highlighting the *Cada Família, um Lote Program*, it is important to notice that despite the popular participation in the urban policies, this period was marked by clientelistic practices and co-optation of favela leaders.

In 1993, César Maia (1993-1996) was elected city mayor and adopted strategic planning as his government plan, linked to neoliberal ideas. He implemented the *Rio Cidade Program* and the *Favela-Bairro Program*. There was a lack of political discussion in public administration during this period. Despite the predominance of the urbanization paradigm, some removals were executed during Cesar Maia's government in the West zone of Rio de Janeiro. The mayor that succeeded César Maia's last term, Eduardo Paes (2009-2012; 2012-2016), gave continuity to the neoliberal administration. As the political leader of the Olympic project, Eduardo Paes intensified the removals in Rio de Janeiro, especially during the city's preparation period for the mega-events. It should be stressed that the removal policy was conciliated with the national public housing construction program *Minha Casa Minha Vida*. The Eduardo Paes administration was marked by violence and authoritarianism directed towards the low-income population.

#### 5.3.2.4. Fourth chapter and conclusion

In chapter four, it was pointed out that the history of the Vila Autódromo community is a case marked by lives that were crossed by a city-model project in the consumption era. Rio's urban policy, aligned to global expectations, significantly modified the city's

landscape over the last ten years. The urban planning designed today is a construction before the preparations for these events. As mentioned before, the urban entrepreneurship proposal (Harvey, 1996) had its first implementations in the city during the first administration of Cesar Maia (1993-1996). However, before that decade, real estate speculation was already responsible for leveraging big morphological changes in the city's landscape. The contemporary removals, with an emphasis on the west zone of Rio, were implemented to serve the interests of big landowners of Barra da Tijuca and had the possibility of being consolidated with the victory of Rio de Janeiro as the mega-events city-host in 2009. As of this moment, the public power managed to bring together the necessary elements to carry out the removal of several favelas, among them the Vila Autódromo.

In 2011, the city government announced the goal of reducing by 3.5% the areas occupied by favelas, with a list of 119 communities that would be removed, among which was Vila Autódromo. The justification was an environmental risk that never came to have technical proof (Magalhães, 2013). However, in spite of the violence of the State, the community did not cease to fight. Thus, the numerous forms of resistance articulated within the social movement not only won the right for 20 families to stay in the community but also culminated in the construction of an open-air museum which proposes to denounce the violence undertaken by the State in the processes of contemporary territorial planning.

The *Museu das Remoções* (Evictions Museum) rose from the creative fight that enabled the permanence of those 20 families in the community. It was also created from the need to spread the community's narrative about the violence carried out by the city government. This narrative opposes the official one, which appeals to the idea of a positive urban legacy through the realization of the Olympics.

The community's fight endured due to the bonds built among residents over the years of living in *Vila Autódromo*. Solidarity, commitment, ethics, creativity over struggle strategies, and networking of diverse actors and agents were fundamental ingredients for the permanence of the 20 families in the community. The response of the *Museu das Remoções* of *Vila Autódromo* (micro process) given to the territorial organization of Rio de Janeiro, which follows a neoliberal city project (macro process), affirms that the memory of the community remains alive and will not be removed.

## 6. Referências bibliográficas

### 6.1.1.1. Bibliografia do Capítulo 1

AGAMBEN, G. Homo Sacer. Sovereign Power and Bare Life. Stanford: University press, 2005.

\_\_\_\_\_. O amigo & O que é um dispositivo. Editora Argos. 2014

AGUILERA, F. y NAREDO, J. Interés y contexto del tema tratado. Economía, poder y megaproyectos. Madrid: Cromoimagen S.L., 2009 (p. 13 – 18)

ALVES, G. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, D. ...et al. Occupy. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

ARANTES, O. VAINER, C. MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

AZEVEDO e FAULHABER, entrevista. “Olimpíadas servem para legitimar as remoções”. Brasil de Fato. Disponível em

<http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/180406/%E2%80%9CColimp%C3%ADadas-servem-para-legitimar-as-remo%C3%A7%C3%B5es%E2%80%9D.htm>, acessado em Abril, 2017.

ARANTES, O. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo: Edusp, 1995.

ASSUNÇÃO, CHAGAS e GLASS, Museologia Social em Movimento. Cadernos do CEOM, Ano 27, n. 41. Museologia Social, 2013

BOGADO, Diana. Movimento Okupa: Resistência e autonomia na ocupação de imóveis nas áreas urbanas centrais. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. UFF, Brasil.

BORJA, Jordí. (Org.). Barcelona. Un modelo de transformación urbana. Quito: Programa de Gestión Urbana/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 1995.

BOURDIEU, P. “*Sur le Pouvoir Symbolique*”. Annales: 1977

\_\_\_\_\_. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva: 1974.

\_\_\_\_\_. “Fieldwork in philosophy”. Entrevista por A. Honneth and B. Schwibs. In: Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, [1985] 1987. p. 15-48.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. “Spectacular Beijing: the Conspicuous Construction of an Olympic Metropolis. Journal of Urban Affairs”, 2007, p. 383-399

CARLOS, A. O lugar no mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, H. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. ...et al. Occupy. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. Dossiê megaventos e violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016.

CASTELLS, Manuel & e BORJA, Jordi. “As cidades como atores políticos”, em Revista Novos Estudos CEBRAP, N 45, julho/ 1996, SP, p 152/166

CHAGAS, Mário. MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 19, n. 19, June 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>. Acesso em: 15 dec. 2016.

CHAGAS, M. e BOGADO, D. Memória das Olimpíadas: múltiplos olhares, organizados no âmbito do projeto Preservação da Memória das Olimpíadas: processos e ações. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2016.

CONSENTINO, R. Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: A cidade do Capital. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1969.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 5 vol.. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELGADO, Manuel Ruiz. La ciudad mentirosa: Fraude y miséria del “modelo Barcelona”. Madrid: La Catarata, 2007.

FERNÁNDEZ DURÁN, R. La explosión del desorden: la metrópoli como espacio de la crisis global. 3 ed. Madr: Fundamentos, 1996.

\_\_\_\_\_. El Tsunami urbanizador español y mundial. Barcelona: Virus, 2006.

\_\_\_\_\_. Un planeta de metrópolis (en crisis). Zambra, Baladre, CGT y Ecologistas en Acción, 2010.

FREEMAN, J. “Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of police pacification in Rio de Janeiro”. In: *REU*, Sorocaba, SP, v. 38, n. 1, 2012, p. 95-126.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, [1975] 2010. 38ª ed. 291 p.

\_\_\_\_\_. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, [1976] 1999. 382 p.

\_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1979] 1981. 5ª ed., 1985. 295 pp.

\_\_\_\_\_. “Des supplices aux cellules”. In: *Dits et écrits II (1976-1988)*. Paris: Gallimard, [1994] 2001. p. 716-720.

\_\_\_\_\_. Corpo Utópico e Heterotopias. São Paulo, n-1. 2014

GAFFNEY, Christopher. Temples of the Earthbound Gods: Stadiums in the Cultural Landscapes of Rio de Janeiro and Buenos Aires. Popular Icons, 2011.

GARNIER, J.P. Marsella 2013: *el urbanismo como arma de destrucción masiva*. *GeocritiQ*. 10 de enero de 2014, n° 24.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. Teoría de la acción comunicativa, I. Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987.

HARVEY, David The urbanization of capital. Oxford: Basil Blackwell, 1985

\_\_\_\_\_. “From Space to Place and Back Again: Reflections on The Condition of Postmodernity”, in BIRD, J et al. (Eds.), *Mapping the Futures. Local Cultures, Global Change*, Routledge, Londres, 1992.

\_\_\_\_\_. “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. In: Espaço & Debate. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n° 36, 1996, pp. 48-64.

\_\_\_\_\_. Espaços de esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

JUNIOR, O. GAFFNEY, G. E RIBEIRO, L. Brasil os impactos da copa do mundo 2014 e das olimpíadas 2016. Observatório das metrópoles, Rio de Janeiro, 2015.

LATOUR, Bruno. Reassembling the Social: an introduction to actor-network-theory. Nueva York: Oxford University Press, 2005.

LEFEBVRE, Henri. “Problemas de sociologia rural”. In: MARTINS, José de Souza. (org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, (1949) 1981a.

\_\_\_\_\_. “Perspectivas de sociologia rural”. In: MARTINS, José de Souza. (org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, (1953) 1981b.

\_\_\_\_\_. “Introduction à la psycho-sociologie de la vie quotidienne”. In: Du rural à l’urbain. Textos reunidos por Mario Gaviria. Paris: Éditions Anthropos, (1960) 1970.

\_\_\_\_\_. *Le Droit à la ville*, Paris, ed. Anthropos, 1968.

\_\_\_\_\_. *La révolution urbaine*, Paris, Gallimard, 1976.

\_\_\_\_\_. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

\_\_\_\_\_. *Du Rural a L’Urbain*, 3e ed., Paris, Anthropos, 2001.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Centauro, Moraes, 2001.

LENSKYJ, H. “Olympic industry resistance: challenging Olympic power and propaganda.” New York: State University of N. York Press. 2008

LÓPEZ MEDINA, José María El diseño participativo en programas de rehabilitación de viviendas Universidad de Sevilla. Tesis doctoral.

\_\_\_\_\_. Des-Bordes urbanos: un concepto en construcción. Hábitat y Sociedad n.º 8, noviembre de 2015



\_\_\_\_\_.Metodologías participativas para la gestión social del hábitat. Habitat y Sociedad, n.º 1, noviembre, 2010.

MASCARENHAS, Gilmar 2016, p.52. Revista USP, São Paulo, n. 108, p. 49-56. Jan. a mar. 2016

\_\_\_\_\_.O ideário urbanístico em torno do olimpismo. Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007): Os limites de uma apropriação. In: PEREIRA, E. (org.) *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos diálogos e práticas*. Xapecó: Argos, 2008

MAKHLOUF, Muna. “*Conexiones entre la Barcelona post-olímpica y el Rio preolímpico a través de la resistencia a planes urbanísticos*”. In: CUNHA, N.; FREIRE, L; MACHADI-MARTINS, M; VEIGA, F. (org.) *Antropologia do conflito urbano: Conexões Rio-Barcelona*. Rio de Janeiro Lamparina, Le metro, CNPq. 2016.

MASSEY, D. “World City.” London: Potety Press, 2007

MIRAFTAB, Faranak. “Invited and Invented Spaces of Participation: Neoliberal Citizenship and Feminists’ Expanded Notion of Politics”. In: Wagadu, Vol. 1: Spring, 2004. 7 p.

MOUTINHO, M. Sobre o conceito de Museologia Social. Cadernos de Museologia. 1, 5- 7, 1993

\_\_\_\_\_. Declaração de Quebec. Princípios de base de uma nova museologia 1984. Cadernos de Sociomuseologia, 15, 223-225, 1999.

NOVAIS, Pedro et alli. *Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira*. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. ANPUR: Belém, 2007

RENA, N. (2016) *Cartografías Indisciplinarias*. Producción Académica Tecnopolítica del Grupo de Investigación Indisciplinar como actor en las Redes de Luchas Territoriales en Belo Horizonte. Disponível em: [http://blog.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2016/09/Artigo-Livro-Mexico-TRAD-PT\\_ES.pdf](http://blog.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2016/09/Artigo-Livro-Mexico-TRAD-PT_ES.pdf), acessado em Dezembro 2016

ROLNIK, Raquel. *A Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Ed. Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_.Olimpíada e Copa trazem prejuízo social. (on line), 2010. Em: <http://raquelrolnik.wordpress.com>

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, nº 16, Curitiba, Jun, 2001

\_\_\_\_\_. *Cultura e Renovação Urbana: A cidade-mercadoria no espaço global*. In: LIMA, E. e FURQUIM, E. (Org.). Rio de Janeiro: Letras, 2007.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo. HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2013

SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance*. Yale University, 1990.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. *Revista GEOUSP*, São Paulo, n. 19, p.93-111, maio 2006

SOJA, Edward, 2000. *Postmetropolis: Critical studies of cities and regions*. Oxford: Basil Blackwell

SOUSA SANTOS, Boaventura. “Para descolonizar Occidente. Más Allá Del pensamiento abismal”, 2010

\_\_\_\_\_. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, Porto: Edições Afrontamento, 2006

\_\_\_\_\_. “A critique of lazy Reason: against the waste of experience” en Wallerstein, I. (ed.) “The modern world-system in the longue duree” (Boulder: Paradigm Publishers), 157-197

TRIPP, David. “Pesquisa-ação: uma introdução metodológica”. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, 2005. p. 443-466.

VIRNO, Paolo “Virtuosismo y revolución. Notas sobre el concepto de acción política”, em “Virtuosismo y revolución. La acción política en la era del desencanto,” *Traficantes de sueños*, Madrid, 2003, p. 89-116.

WALKER, B. et al. (2004) resilience, adaptability and transformability in social-ecological system *Ecology and society*, 9 (2), p. 5

WACQUANT, Loïc. *Corpo e Alma. Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, [2000] 2002. 294 p.

WINNICOTT, D. *Jeu et Réalité. L'espace potential*, Paris, Gallimard, 1975.

WHYTE, Willian Foote. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1943] 2005. 392 p.

#### 6.1.1.2. Bibliografia de figuras do esquema metodológico

Da direita para esquerda de cima para baixo:

1 Foto: Maria Espejo. Disponível em [http://doyoucity.com/site\\_media/entradas/imgs/barcelona.jpeg](http://doyoucity.com/site_media/entradas/imgs/barcelona.jpeg) , acessado em março de 2016.

2 Foto: Luiz Cláudio da Silva.

3 Foto da autora, espaço Ocupa.

4. Foto: Júlio Guimarães, de 27 Jul 2016 publicado em Uol notícias. Disponível em:Presidente do COI Thomas Bach visita local onde vai ficar a pira olímpica, na Candelária, junto com o prefeito do Rio Eduardo Paes e o presidente do COB Arthur Nuzman, centro. <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/08/1798903-as-vesperas-da-abertura-presidente-do-coi-diz-que-momento-nao-e-facil.shtml>, acessado em março de 2016.

5 Foto: Rapha Silva

6 Foto: Rhona Mackay, Rio On Watch

7 Foto: Felicity Clarke publicada dia 31/01/2013 em O Legado Olímpico no Leste de Londres: Desapropriação e Gentrificação. Rio On watch

8 Foto Luiz Cláudio da Silva

9 Foto Luiz Cláudio da Silva

#### 6.1.1.3. Bibliografia do Capítulo 2

AGAMBEN, G. Homo Sacer. Sovereign Power and Bare Life. Stanford: University press, 2005.

AGUILERA, F. y NAREDO, J. Interés y contexto del tema tratado. Economía, poder y megaproyectos. Madrid: Cromoimagen S.L., 2009 (p. 13 – 18)

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis RJ- Brasil: Ed. Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000

ARANTES, O. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo: Edusp, 1995.

\_\_\_\_\_. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000

ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

- ARANTES, Antonio A. (org.) O espaço da diferença. Campinas: papirus, 2000.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- ARRETCHE, M. O processo de descentralização das políticas sociais no Brasil e seus determinantes. Tese de doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH. Unicamp, 1998
- ASCHER, Lois. Preserving Community: Boston's West End. In: MOMCHEDJI- KOVA, Blagovesta M. (ed.). *Captured by the City: Perspectives in Urban Culture Studies*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013.
- ASCHER, F. *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta: 1994
- \_\_\_\_\_. *Les Nouveaux principes de l'urbanisme : La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*. La Tour d'Aigues, Éditions de L'Aube, 2001
- \_\_\_\_\_. *La société évolue, la politique aussi*, éditions Odile Jacob, 2007
- AZEVEDO, L. FAULHABER, Lucas, SMH 2016: *Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015
- BASSO 2016 Os aspectos aqui descritos são fundamentados na pesquisa de Matteo Basso, descritos no artigo: *Megaevento enquanto projeto urbano e questões de reconfiguração institucional: indícios a partir do processo de planejamento da olimpíadas de 2012 em Londres*. In: VAINER, BRODEHOUX, SÁNCHEZ e OLIVEIRA, (Orgs.). *Os megaeventos e a cidade, perspectivas críticas*. Rio de Janeiro, 2016.
- BARREIRA, Marcos. *Cidade Olímpica: sobre o nexo entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro*. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (orgs.). *Até o Último Homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BELLO, Enzo. *A cidadania na luta política dos movimentos sociais urbanos*. Caxias do Sul: Educs, 2013.
- BENACH, N. *La omisión de la diferencia: representaciones culturales hegemónicas en los procesos de transformación urbana*. *Cidade e Multiculturalismo*. Anais. Salvador: UFBA, 2000.
- BARREIRA, Marcos. *Cidade Olímpica: sobre o nexo entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro*. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de

(orgs.). Até o Último Homem: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 129-167

BIASOTTO, R. (coord.) Projeto Moradia é Central: Inclusão, acesso e direito à cidade Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto POLIS, 2009.

BIENENSTEIN, G. et AL. Estudo de Caso: Jogos Pan-Americanos de 2007, Rio de Janeiro. Grandes Projetos Urbanos: O que se pode aprender com a experiência brasileira. Rio de Janeiro, 2007. (Relatório de Pesquisa).

\_\_\_\_\_. Espaços Metropolitanos em Tempos de Globalização: Um estudo de caso do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, IPPUR/UFRJ, 2000.

\_\_\_\_\_. Globalização e Metrópole: A relação entre as escalas Global e Local: O Rio de Janeiro. Artigo publicado no IX Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: 2001.

BERENSTEIN-JACQUES, Paola. A Estética da Ginga. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2001.

BOGADO, Diana. Movimento Okupa: Resistência e autonomia na ocupação de imóveis nas áreas urbanas centrais. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011

BRUM, Mário. Curso Favelas Cariocas: Estigmas e combate do Século XIX ao ano 2016.

BOURDIEU, Pierre. O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores 1996.

\_\_\_\_\_. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

BORJA, J. (Org.). Barcelona. Un modelo de transformación urbana. Quito: Programa de Gestión Urbana/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 1995.

BORJA, J., MUXÍ, Z. El espacio público, ciudad y ciudadanía Barcelona, 2000

BRAGA, C. "A financeirização da riqueza". In: Economia e Sociedade. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1993.

CARLOS, A. O lugar no mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.

- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, Manuel & e BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos, em *Revista Novos Estudos CEBRAP*, N 45, julho, São Paulo, 1996
- CASTRO E LIMONAD, 2014. Um novo planejamento para um novo Brasil? Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. Disponível em [https://books.google.com.br/books?id=XNItBgAAQBAJ&pg=PA134&lpg=PA134&dq=neolocalismo+competitivo&source=bl&ots=fJvZIsSJid&sig=YOoQ7xC\\_bye4fZuaOv0GqRD0Zek&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjpwjtjmyozNAhVFXh4KHZsdAk8Q6AEIOTAF#v=onepage&q=neolocalismo%20competitivo&f=false](https://books.google.com.br/books?id=XNItBgAAQBAJ&pg=PA134&lpg=PA134&dq=neolocalismo+competitivo&source=bl&ots=fJvZIsSJid&sig=YOoQ7xC_bye4fZuaOv0GqRD0Zek&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjpwjtjmyozNAhVFXh4KHZsdAk8Q6AEIOTAF#v=onepage&q=neolocalismo%20competitivo&f=false), acessado em Agosto de 2016.
- COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPIADAS. Dossiê megaeventos e violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016.
- COMPANS, R. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Unesp, 2005.
- CHOAY, F. *O Urbanismo: Utopias e realidades. Uma antologia*. São Paulo: Perspectivas. 1979.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1969.
- FERNANDES, N. N. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI). In: *Scripta Nova. Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XII, n. 270(56), 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270-56.htm>. Acesso em: ago. 2008.
- FERNÁNDEZ, DURÁN, R. *La explosión del desorden: la metrópoli como espacio de la crisis global*. 3 ed. Madrd: Fundamentos, 1996.
- FERREIRA, S. A identidade no processo de construção da nova identidade. In: *La producción del conocimiento y los desafíos (in) sostenibles del mundo contemporâneo*. Barcelona, Espanha: APEC, 2008.
- FIX, Mariana. A “fórmula mágica” da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Denio (Org.). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: PUC-Campinas, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Sujeito e Poder. In: RABINOW,P.;DREYFUSS, H. Michel Foucault: Uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 1995.

\_\_\_\_\_. Em defesa da sociedade – Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_ O Nascimento da Biopolítica. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a;

\_\_\_\_\_. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France. Tradução Maria Ematina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a;

\_\_\_\_\_ História da Sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

\_\_\_\_\_ A Arqueologia do Saber. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013

\_\_\_\_\_. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014a.

\_\_\_\_\_ O Sujeito e o Poder. In: Ditos e Escritos, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b;

FREIRE, Leticia e TAFACKI, Mariana. O que está em jogo na cidade Olímpica? Conflitos e resistências acerca da remoção de assentamentos populares no Rio de Janeiro. In CUNHA, M. MAHADO MARTINS, N. Antropologia do Conflito Urbano (2016). Ed.Lamparina, 2016

GAFFNEY, Christopher. *Global parties, galact hangovers: Brazil's megavent dystopia*. The los angeles review of books, 2014.

GALIZA, Helena Rosa dos Santos. Política urbana federal de reabilitação de centros antigos: debates e diretrizes sobre habitação e inclusão social. Dissertação de Mestrado PPGAU/UFF. Niterói, 2008.

\_\_\_\_\_. O Porto Maravilha e a política de reabilitação de áreas centrais, 2015.

GARNIER, Jean Pierre. Marsella 2013: El urbanismo como arma de destrucción masiva, 2013. Disponível em <http://www.geocritiq.com/2014/01/marsella-2013-el-urbanismo-como-arma-de-destruccion-masiva/>, acessado em Fevereiro de 2017.

GIANELLA, Letícia. A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha: correspondência entre os grandes ciclos de acumulação capitalista e as morfologias urbanas. In: Espaço e Economia, v. 3, 2013. Disponível em: <<http://http://espacoeconomia.revues.org/445>>. consultado em 21 Julho 2016.

\_\_\_\_\_. A produção histórica do espaço portuário da cidade do rio de janeiro: relações de poder e a luta pela efetivação de territórios. Enanpur, Belo Horizonte, 2015.

\_\_\_\_\_. Breve história da produção do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro, do século XVIII à Reforma Passos: uma apropriação foucaultiana. In: III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e II Encontro Nacional de Geografia Histórica, 2012, Rio de Janeiro. Anais 2012.

GUTTERMAN, B. e SANCHÉZ, F. Batalhas simbólicas na cena pública: a marcha para “Rio 2016”. In: CUNHA, N.; FREIRE, L; MACHADI-MARTINS, M; VEIGA, F. (org.) Antropologia do conflito urbano: Conexões Rio-Barcelona. Rio de Janeiro Lamparina, Le metro, CNPq. 2016.

GONÇALVES, Rafael Soares. O debate jurídico em torno da urbanização de favelas no Rio de Janeiro. Revista Internacional de Direito e Cidadania. Nº 2, pp. 139-148, outubro/2008.

\_\_\_\_\_. Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013.

GUIMARÃES, Renato. Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico a cidade do capital: Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Rio de Janeiro, Ippur – UFRJ, 2014.

HALL, P. Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HARVEY, David The urbanization of capital. Oxford: Basil Blackwell, 1985

\_\_\_\_\_. “From Space to Place and Back Again: Reflections on The Condition of Postmodernity”, in BIRD, J et al. (Eds.), *Mapping the Futures. Local Cultures, Global Change*, Routledge, Londres, 1992.

\_\_\_\_\_. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Espaço & Debate. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, nº 36, 1996.

\_\_\_\_\_. Espaços de esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.



- \_\_\_\_\_. A condição pós-moderna. São Paulo: 14 ed., Loyola, 2005. (2011)
- \_\_\_\_\_. A produção capitalista do espaço. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006
- \_\_\_\_\_. Do administrativo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: A Produção Capitalista do espaço. São Paulo: Anna-blume, 2006
- \_\_\_\_\_. O enigma do Capital e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- \_\_\_\_\_. O enigma do Capital e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HEIDEGGER, M. Construir, Habitar, Pensar. oficina de arte y ediciones, 2015
- \_\_\_\_\_. “L’ Homme Habite en Poète” in: Essais et Conférences.
- HICKEY, Andrew T. Cities of signs: learning theologic of urban spaces. New York: Peter Lang Publishing Inc, 2012.
- JACKSON, P. En Images of the Street. Planning, Identity and Control in Públic Space. Nicolas R. Fyfe (editor). Routledge, London and New York, 1998.
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (ed. orig. 1961).
- JACQUES, Paola. Apresentação. In: JACQUES, P. (org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. Vitruvius, 2009
- \_\_\_\_\_. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. In: JACQUES, P.; BRITTO, F. (Org.). *Corporidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- JACQUES, P. Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. 4 ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011;
- JACQUES, Paola e JEUDY, Henri. *Corpos e Cenários Urbanos*. Salvador, EDUFBA, 2006.

JEUDY, H. Espelho das cidades. Casa da palavra: Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. Propos sur les paysages de catastrophe : Tchernobyl , disponível em Le Portique [En ligne], <http://leportique.revues.org/2133>, 2009, acessado em abril de 2017.

KARA-JOSÉ, Beatriz. Políticas Culturais e Negócios Urbanos. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

KLINK, J. J. A cidade-região: Regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LA BOETIE, E. Discours de la servitude volontaire. La Librairie philosophique, J. Vrin, Paris. 1577

LARAIA, R. Cultura. Um conceito antropológico. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. *Planejamento Estratégico: deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003

LEFEBVRE, Henri, Espaço e Política, 1972.

\_\_\_\_\_. La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2008

\_\_\_\_\_. Du Rural à l'urbain, Paris, 1970.

\_\_\_\_\_. Palestra sobre o pensamento de Lefebvre de Ana Fani Alessandri Carlos (FFLCH- USP) em Seminário Direito à Cidade: a atualidade de Henri Lefebvre. Direito à Cidade: a atualidade de Henri Lefebvre. Ana Fani Alessandri Carlos ( FFLCH- USP), Marta I. Medeiros Marques ( FFLCH- USP). Publicado em 10 de ago de 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nKcdOMyobLU>. Acessado em Junho de 2016

LÖWY, Michael. Walter Benjamin:aviso de incêndio: uma leitura sobre as teses sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo, 2005.

Marc Augué, Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Venda Nova, Bertrand Editora, 1998.

MAGALHÃES, Alexandre. Transformações no “problema favela” e reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

- MARX, Karl. O Capital, Livro I. trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARICATO, E. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo, Revista Ver a Cidade, Ano IV, n4, Março de 2009, p. 13-16
- MASSEY, Doreen. Pelo espaço: Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008
- MEDINA, Jose María López. Des-Bordes urbanos: un concepto en construcción. Hábitat y Sociedad n.º 8, noviembre de 2015
- \_\_\_\_\_. Metodologías participativas para la gestión social del hábitat. Habitat y Sociedad, Noviembre, 2010.
- MERLIN, P. L'urbanisme. Paris: PUF. 2009.
- MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the global south. Planning Theory, 8(1), p. 32-50, 2009
- MOREIRA, Clarissa da Costa. BAUTÉS, Nicolas. A pé ao oratório ou a caminhada impossível. Redobra, n. 12, p. 69-77, 2014.
- \_\_\_\_\_. Da cidade cúmplice à cidade insurgente: sobre o Rio de Janeiro, desde junho de 2013. Redobra, n. 13, p. 251- 262, 2015.
- \_\_\_\_\_. Aprendendo com Boston: reparações tardias do não direito à cidade nas expropriações urbanas do século XX. Revista Antropolítica n. 38, Niterói, (2015)
- MORIN, E. Introducción al pensamiento complejo. Barcelona: Gedisa, 1990.
- MUXÍ, Z. “Postsuburbia. Rehabilitación de urbanizaciones residenciales monofuncionales de baja densidad” Barcelona: Comanegra, 2003.
- NABACK, Clarissa. Remoções Biopolíticas: O Habitar e a Resistência da Vila Autódromo. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa do Departamento de Pós-Graduação em Direito do de Direito da PUC, Rio de Janeiro, 2015.
- NARDI, J. Cultura, identidade e língua nacional no Brasil: Uma utopia?. Caderno de Estudos da FUNESA, Arapiraca/AL, 2002.

NAREDO, José Manuel. Economía y Poder. Megaproyectos, recalificaciones y contratas. In AGUILERA, F. e NAREDO, J. (org.). Economía, poder y megaproyectos. Madrid: Cromoimagen S.L., 2009

NOVAIS, Pedro et alli. Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. ANPUR: Belém, 2007

\_\_\_\_\_. Uma estratégia chamada Planejamento Estratégico: Deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do Planejamento urbano. Rio de Janeiro: 7 letras, 2010.

\_\_\_\_\_. Urbanismo na cidade desigual: O rio de Janeiro e os Mega eventos. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, V. 16, n 1, p. 11-33. Maio, 2014

ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo Brasiliense 1985.

PASSOS, F. Entre a espetacularização urbana e as vivências no espaço público: Descortinando coletivos culturais na zona portuária do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói 2011.

PÉREZ DE LAMA HALCÓN, José. Ciudades y globalización capitalista durante la IV Guerra Mundial [según el subcomandante Marcos]. Publicado pelo seminário “los Ejes de Ecología y Cohesión Social del Foro Social de Sevilla” Sevilha, Espanha. 2002. Disponível em: [http://www.hackitectura.net/osfavelados/txts/7\\_piezas/7piezasurbanas.html](http://www.hackitectura.net/osfavelados/txts/7_piezas/7piezasurbanas.html), acessado em 10 de Dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Devenires cóborg. Arquitectura, urbanismo y redes de comunicación. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla. ISBN 84-472-1064-2, 2006

PÉREZ DE LAMA HALCÓN, J., y TORET MEDINA, J. Devenir cyborg, era postmediática y tecnopolítica. Ecos de Guattari en la sociedad red. En G. Berti (Ed.), Félix Guattari, los ecos del pensar. Entre la filosofía, el arte y la clínica. Barcelona: HackaBooks.com, disponível em [http://tecnopolitica.net/sites/default/files/20120821\\_ecos\\_Guattari\\_sociedad\\_red.pdf](http://tecnopolitica.net/sites/default/files/20120821_ecos_Guattari_sociedad_red.pdf), acessado em 16 de Janeiro de 2017.

PERLMAN, Janice. O mito da marginalidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PESCHANSKI, J. Os ocupas e a desigualdade econômica. . In: HARVEY, D. ...et al. Occupy. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

PINHEIRO, Laíse. Ocupa Borel e militarização da vida: violações de direitos humanos em uma favela militarmente ocupada. Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional. Universidade Federal Fluminense. PPGDC Programa de pós-graduação em Direito Constitucional, Niterói. 2016

PNUD em debate no Fórum Mundial de Direitos Humanos. Em <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3795>, publicado em 2013, acessado em 16 de Jul. de 2016.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

RIBEIRO L. C., Cidade desigual ou Cidade Dual? Tendências na metrópole do Rio de Janeiro. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITÓRIO, 5, 1999, Toluca. Anales del v seminario internacional de la red iberoamericana de investigadores sobre globalización y territorio, 1999.

\_\_\_\_\_. Planejamento urbano no Brasil: Paradigmas e experiências. Espaço e debates, n. 37, 1994.

RIBEIRO, Luiz César de Q. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

ROLNIK, Raquel. *A Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Ed. Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. *O Porto Maravilha e a política de reabilitação de áreas centrais*, 2011.

ROSENMAN, Marcos. Oligarquización del poder, democracia y megaproyectos. Neocaciquismo mercantil y democrático. In: AGUILERA, F. e NAREDO, J. (org.). *Economía, poder y megaproyectos*. Madrid: Cromoimagen S.L., 2009

SÁNCHEZ, F.; *A cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997

\_\_\_\_\_. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, nº 16, Curitiba, Jun, 2001

\_\_\_\_\_. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, SC: Argos, 2010.

\_\_\_\_\_. Cultura e Renovação Urbana: A cidade-mercadoria no espaço global. In: LIMA, E. e FURQUIM, E. (Org.). Rio de Janeiro: Letras, 2007.

SÁNCHEZ, F.; SANTOS, N. Lugares ordinarios, eventos extraordinarios: espacio público, ciudadanía y resistencia en Rio de Janeiro, Brasil. XXX Encuentro de la Red Internacional de Investigadores Urbanos – RIIU, Universidad Autónoma de Méjico, Méjico, UAM, 2007.

SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G. O caminho Niemeyer como projeto estratégico: gestão, produção e reconversão da imagem urbana de Niterói-RJ. Trabalho apresentado ao X Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte, 2003

SANTOS, C. Movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo. HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 1994.

\_\_\_\_\_. (Org. RIBEIRO, W.) O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

\_\_\_\_\_. O espaço do cidadão. 7ª ed. São Paulo: EdUSP: 2007. (ed. orig. 1987).

\_\_\_\_\_. Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2013

SANTOS, Maurício Campos dos. AZEVEDO, Marcos de Faria. Relatório sobre as visitas técnicas realizadas nas comunidades do Morro da Providência e da Pedra Lisa nos dias 23/8 e 7/9/2011 e Parecer Técnico sobre os motivos alegados pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a remoção de 832 famílias nessas duas comunidades. Fórum Comunitário do Porto, Blog do Fórum Comunitário do Porto do Rio, 2011. Disponível em: <[https://forumcomunitariodoporto.fles.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia\\_fnal-1.pdf](https://forumcomunitariodoporto.fles.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_fnal-1.pdf)>. Acesso em 16 jul. 2016.

SANTOS, Orlando Alves dos Santos Jr. e WERNECK, Mariana. Morar no Porto Maravilha. Por um plano participativo de habitação de interesse social. Observa- tório das metrópoles, 11 de junho de 2015. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=1225%3Apor-um-plano-de-habita%C3%A7%C3%A3o-de-interesse-social-no-porto-maravi-lha&Itemid=180](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1225%3Apor-um-plano-de-habita%C3%A7%C3%A3o-de-interesse-social-no-porto-maravi-lha&Itemid=180)>. Acesso em 16 jul. 2016.

STAVRIDES, Stavros. Olimpíadas de Atenas 2004: Um estado de exceção urbano que se transformou em regra. In: Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

SASSEN, S. The Global city. Princeton: Princeton University Press, 1991

SASSEN, Fronteiras do Pensamento 2015: A desurbanização do espaço urbano, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IEkCwrxlVO4>

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à regeneração urbana como estratégia urbana global. Tradução BARRETO, H. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine, De volta à cidade. São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

SOMBINI, Eduardo. Grandes projetos urbanos, parcerias público-privadas e usos corporativos do território da área central de São Paulo. Unicamp, São Paulo, 2016.

SOUZA, M. A problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras: o desafio metropolitano. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000

\_\_\_\_\_. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

\_\_\_\_\_. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

\_\_\_\_\_. A prisão e a ágora. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

\_\_\_\_\_. Fobópole: o medo racionalizado e amilitarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008

\_\_\_\_\_. Território da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aaurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p .57-72

\_\_\_\_\_. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

SOUZA SANTOS Boaventura. Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. 2001. Disponível em:

<[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao\\_multicultural\\_direitos\\_humanos\\_ContextoInternacional01.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_ContextoInternacional01.PDF)>. Acesso em Dezembro de 2016

SWYNGEDOUW, E. “*Neither Global nor Local “Glocalization” and the Politics of Scale*”. In: *Spaces of Globalization: reasserting the power of the local*. Edited by Kevin R. Cox. New York: The Guilford Press, 1997.

TSIOMIS, Y. Projeto Urbano, embelezamento e reconquista da cidade. In: MACHADO, D.; VASCOCELLOS, E. (Ed). *Cidade e Imaginação*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB, 1996

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009

\_\_\_\_\_. *Cidade da exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro*, Anais do XIV Encontro Nacional da Anpur, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em [HTTP://br.boell.org/sites](http://br.boell.org/sites). Acesso em 02 de Julho de 2016

\_\_\_\_\_. *Megaeventos e a Cidade de Exceção. Reflexões a partir do Rio de Janeiro*. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, ANPUR. 2011

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisas Urbanas: o desafio do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VENTURA, Z. *A Cidade Partida*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do Planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C. e SCHIFFER, S. R. (orgs). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999

VIANNA, Hermano. *O mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. UFRJ, 2007.

ZUKIN, Sharon. *Lanscapes of power: From Detroit to Disneyworld*. Berkeley: University of California Press, 1993.

\_\_\_\_\_. "*Politics and aesthetics of public space: The 'American' model*". In: "*Ciutat real, ciutat ideal. Significat i funció a l'espai urbà modern*". Barcelona: Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, (Urbanitats; 7).1998

ZUENIR, Ventura. *A cidade partida*. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 1993.



## Publicações

Resistir é preciso: 77 mil pessoas removidas no Rio em sete anos. *A Voz da Favela*, Agosto de 2016.

### 6.1.1.4. Bibliografia do Capítulo 3

ABREU, Mauricio. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

AGAMBEN, G. *Homo Sacer. Sovereign Power and Bare Life*. Stanford: University press, 2005.

ALVES, G. *Ocupar Wall Street... e depois?*. In: HARVEY, D. (Org.). *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

AMOROSO, M. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã*. Dissertação de Mestrado Universidade Federal Fluminense, 2006.

\_\_\_\_\_. “Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel”. Tese de Doutorado em história, política e bens culturais. Fundação Getulio Vargas. 2012.

AMPVA, et. al. *Plano Popular da Vila Autódromo*. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudromo.pdf>. Acesso em Junho de 2016.

ARAÚJO, M. “Regularização fundiária de favelas – imóveis alugados: o caso do programa ‘Cada família um lote’ no Rio de Janeiro”, *Revista de administração municipal*, 195. 1990.

“Arroio Pavuna e Vila Autódromo, historias” ETTERN. Núcleo experimental do planejamento conflitual - NEPLAC. *Do laboratório, estado trabalho território e natureza*. ETTERN IPPUR UFRJ, 2015.

AVRITZER, Leonardo, *O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil*, *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, 91 | 2010, colocado online Novembro 2012, [rccs.revues.org](http://rccs.revues.org), 2010

AZEVEDO, Lena. AZEVEDO E FAULHABER, Lucas. *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Editorial Mórula, 2015.

BASTOS, Maria e GOMES, Maria. *Sobre o caráter político das associações de moradores em favelas*. In: *Serviço Social & Sociedade*, Ano 15, Dezembro de 1994.

BOGADO, Diana. *Movimento Okupa: Resistência e autonomia na ocupação de imóveis nas áreas urbanas centrais*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011

BOGADO E MAGALHÃES, “Memória não se remove”: a luta dos moradores da Vila Autódromo para continuar (re)existindo. 2016

BOUDEHOUX, A. Megaeventos, revanchismo e a cidade da exceção neoliberal. Notas sobre o Rio de Janeiro nos jogos olímpicos. Em Os Megaeventos e a cidade. Org. VAINER, Carlos; BOUDEHOUX, Anne-Mari; SÁNCHEZ Fernanda, OLIVEIRA Fabricio Leal. Letra Capital, Perspectivas críticas, 2016.

BRUM, Mario. “O povo acredita na gente”: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação de mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2006.

\_\_\_\_\_. Cidade alta: História, memórias e estigma num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

\_\_\_\_\_. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade 1969-1973. Caderno MetrÓpole. São Paulo, v. 14, n. 28, jul-dez. 2012

CAMPOS, Andreino. Do Quilombo à Favela: A Produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005

CARDOSO, Adauto Lúcio et alli. Habitação de Interesse Social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2011.

CARDOSO, Adauto Lúcio; MELLO, Irene de Queiroz; e JAENISCH, Samuel Thomas. “A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições”. In: Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros / organização Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo, Maria Beatriz Cruz Rufino. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.

CARNEIRO, H. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. ...et al. Occupy. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. Dossiê megaventos e violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016.

CASTELLS, Manuel & e BORJA, Jordi. “As cidades como atores políticos”, em Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo. N 45, julho/ 1996

CAVALCANTI, Mariana "Do barraco à casa" 2009 Mariana Cavalcanti Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 24, núm. 69, febrero, 2009, pp. 69-80, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais Brasil. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10713664005> Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal Sistema de Información Científica

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

CHISAM. *Origem – Objetivos – Programas – Metas*. Rio de Janeiro: BNH / Ministério do Interior, 1969.

COHAB-GB. *Um programa que está sendo cumprido*. Relatório da Cohab-GB: 1969. Rio de Janeiro, 1969.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. Dossiê megaventos e violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016.

CONSENTINO, R. Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: A cidade do Capital. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CORREIA, F. Breve histórico da questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Ciência Política. 2013.

Correio da Manhã, diversas edições 13/08/1962, 30/08/1962, 13/10/1962, 10/02/1963. Acervo da Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: [hemerotecadigital.bn.br](http://hemerotecadigital.bn.br), acessado em Outubro de 2016.

CORREIA Fernanda Guimarães. Breve histórico da questão habitacional na cidade do rio de janeiro, 2013.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. 2004. *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fé: School of American Research Press.

FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. *Em trinta anos passou muita água sob as pontes urbanas*. Revista Espaço & Debates, n. 11, 1984. pp. 28-40.

FOUCAULT, M. O Nascimento da Biopolítica. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008

\_\_\_\_\_. O Sujeito e o Poder. In: *Ditos e Escritos*, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014

FREIRE, Américo; LIPPI, Lúcia (org.). Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002

FREIRE, Letícia de Luna. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. In: O Social em Questão – Ano XVI- nº 29 – 2013

FREIRE, L. e TAFAKGI, M. O que está em jogo na “Cidade Olímpica?” Conflitos e resistências acerca da remoção de assentamentos populares. In: Antropologia do conflito urbano, conexões Rio – Barcelona. Org. CUNHA, MARTINS, FREIRE, VEIGA. 2016 p. 58

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. Favelas: Um compromisso que vamos resgatar. Estado da Guanabara, 1962.

GAFFNEY, Christopher. Temples of the Earthbound Gods: Stadiums in the Cultural Landscapes of Rio de Janeiro and Buenos Aires. Popular Icons, 2011.

GALIZA, Helena, VAZ, Lilian, SILVA, Laís 2014. Grandes eventos, obras e remoções na cidade do rio de janeiro, do século XIX ao XXI.

GARNIER, J.P. Marsella 2013: *el urbanismo como arma de destrucción masiva*. *GeocritiQ*. 10 de enero de 2014, nº 24.

GONÇALVES, Rafael Soares. Les favelas de Rio de Janeiro: histoire et droit – XIX et XX siècles. Paris: L’Harmattan, 2010.

\_\_\_\_\_. Da política da “contenção” à remoção: aspectos jurídicos das favelas cariocas. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et alli (org.) Favelas cariocas: Ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

\_\_\_\_\_. Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013

GONÇALVES, Rafael; SIMÕES, Soraya e FREIRE, Letícia 2010. A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil. In: Cuadernos de Antropología Social Nº 31, PP.97 – 120, 2010.

GUIMARÃES, Renato Consentino Vianna. Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: a cidade do capital. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, IPPUR – UFRJ, 2015.

GRYNSZPAN, Mario & PANDOLFI, Dulce. “Memória de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). Direitos e cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

HALL, P. Cidades do Amanhã. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1995.

HARVEY, David The urbanization of capital. Oxford: Basil Blackwell, 1985

\_\_\_\_\_. “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. In: Espaço & Debate. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, nº 36, 1996, pp. 48-64.

\_\_\_\_\_. A produção capitalista do espaço. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006

\_\_\_\_\_. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2011.

JUNIOR, O. GAFFNEY, G. E RIBEIRO, L. Brasil os impactos da copa do mundo 2014 e das olimpíadas 2016. Observatório das metrópoles, Rio de Janeiro, 2015.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. A sociologia do Brasil Urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LEFEBVRE, Henri. “Problemas de sociologia rural”. In: MARTINS, José de Souza. (org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, [1949] 1981a. p. 144-162.

\_\_\_\_\_. 1974, Le droit à la ville (suivi de) Espace et Politique, Paris, Editions Anthropos.

\_\_\_\_\_. La révolution urbaine, Paris, Gallimard, 1976.

\_\_\_\_\_. The production of space. Oxford: Blackwell, 1991.

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. São Paulo: Ed. Centauro, Moraes, 2001.

MAGALHÃES, Alexandre. Transformações no “problema favela” e reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013

MARICATO, E. Política Habitacional no Regime Militar. Do milagre brasileiro à crise econômica, , Petrópolis, Vozes. 1987

MASCARENHAS, Gilmar, p.52. Revista USP, São Paulo, n. 108, p. 49-56. Jan. a mar. 2016

MEDEIROS, Mariana. Parque Olímpico 2016: irregularidades no processo de concessão administrativa. In: Os megaeventos e a cidade, perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

MOTTA Marly, FREIRE Américo; SARMENTO, Carlos. Apolítica carioca em quatro tempos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

O Globo. As favelas emergentes da Barra. 14 mai. 1995. Rio de Janeiro, p. 35

OKAIM, Juliana. Urbanização sim, remoção não. A atuação das associações de favelas do estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2014.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. Os megaeventos esportivos e a retórica do legado: Uma operação contábil que se converte em discurso. In: Os megaeventos e a cidade, perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

OLIVEIRA, Sonia. Associação de moradores – formatos diferenciados de participação política e representação de interesses. Dissertação de mestrado. IUPERJ, 1988.

PECHANSKI, J. Os ocupas e a desigualdade econômica. . In: HARVEY, D (org). Occupy. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

PERLMAN, Janice. O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. Favelas ontem e hoje (1969-2009).In: MELLO, Marco Antonio da silva et alli (org). Favelas cariocas:ontem e hoje. Rio de janeiro. Garamond, 2012.

PINHEIRO , Laíse. Ocupa Borel e militarização da vida: violações de direitos humanos em uma favela militarmente ocupada. Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional. Universidade Federal Fluminense. PPGDC Programa de pós-graduação em Direito Constitucional, Niterói. 2016

PLANO POPULAR VILA AUTÓDROMO. Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense do NEPHU/UFF.

REZENDE, V.; LEITÃO, G. Planejamento e realização da Barra da Tijuca como espaço residencial, evolução e crítica de um projeto para uma área de expansão da cidade do Rio de Janeiro, 2012.

RIBEIRO e LAGO, 1991. RIBEIRO, Luís César Queiroz e LAGO, Luciana Correa do. Transformação das metrópoles brasileiras: algumas hipóteses de pesquisas. In XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1991.

RIBEIRO, Luiz César de Q. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR,UFRJ: FASE, 1997.

RODRIGUES, Juciano e BASTOS, Pedro. A política de transporte no Rio e seus contrassensos: uma reflexão sobre a racionalização da frota de ônibus. Observatório das metrópoles. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, IPPUR, 2015. Disponível em <http://observatoriodasmetrolopes.net>, acessado em Setembro de 2016.

ROLNIK, Raquel. A Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Ed. Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo Studio Nobel, 1997.

SANTOS, Carlos Nelson. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: Velho Gilberto (org.). Os desafios da cidade. Novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1980.

\_\_\_\_\_. Carlos Nelson. Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo. HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2013

Silva, Cláudia Rose Ribeiro. Maré: a invenção de um bairro. Dissertação de Mestrado Fundação Getúlio Vargas, FGV 2006

SILVA, Laís. Favela Carioca, 1930-1964. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005

SILVA, Humberto. A remoção (re) pautada na cidade do Rio de Janeiro: Discursos, mídias e resistências 2005 a 2010. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, UFRJ, 2014.

SLAVOJ Zizek. En defensa de causas perdidas, Akal, 2011

SLAVOJ Zizek. Viviendo en el final de los tiempos (2012), Lacan, 2012

SMDS, 1980, Propostas para ação nas favelas cariocas, RJ, SMDS.

SMDS, 1984, Política de atuação em favelas, RJ, SMDS.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. Revista GEOUSP, São Paulo, n. 19, p.93-111, maio 2006

SOJA, Edward. "Postmetropolis: Critical studies of cities and regions. Oxford: Basil Blackwell", 2000.

VAINER, Carlos, TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabrício; LOBINO, Camilla, BIENENSTEIN, Regina, BIENENSTEIN, Glauco, SÁNCHEZ, Fernanda. O Plano popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. ANAIS DO XV ENANPUR. Recife, ANPUR, 2013.

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

\_\_\_\_\_. A Gênese da Favela Carioca – a produção anterior às ciências sociais. In: RBCS, Volume 15, nº 44. Outubro, 2000.

\_\_\_\_\_. A invenção da favela - do mito de origem à favela.com. FGV editora, 2005.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, volume 127, 1994. Disponível em [analisesocial.ics.ul.pt](http://analisesocial.ics.ul.pt) em novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o Cabeça de porco. In: Revista Rio de Janeiro, Niterói, vol. 1 nº 2, jan./abr. 1986.

#### Reportagens

As favelas emergentes da Barra. Reportagem O Globo 14 maio de 1995. Rio de Janeiro, p. 35

A região portuária do Rio de Janeiro Raquel Rolnik, 2013, em <http://raquelrolnik.wordpress.com/2011/06/13/porto-maravilha-custos-publicos-e-beneficios-privados/>, acessado em Agosto de 2013

Em campanha, Paes tenta vincular sua imagem às transformações feitas por Pereira Passos. O Globo, 09/07/2012.

Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida. Em [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574\\_221053.html?rel=mas](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html?rel=mas). El País, 13 de Dezembro de 2016, acessado em 08 de Janeiro de 2017.

Estudo Perfil da Desigualdade e da Injustiça Tributária Instituto de Estudos Socioeconômicos, Inesc. Disponível em <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/livros/2016/perfil-da-desigualdade-e-da-injustica-tributaria>, acessado em 08 de Janeiro de 2016.



Folha explica Operação Lava Jato. A Folha de São Paulo. Em <http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>. Acessado em 08 de Janeiro de 2016

<sup>1</sup> [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472665844\\_695837.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472665844_695837.html), acessado em 08 de agosto de 2016

Imóveis da 'nova Barra' terão valorização de 50% com Rio 2016, prevê mercado. Por Clark, D. G1, Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1333427-5606,00-IMOVEIS+DA+NOVA+BARRA+TERAO+VALORIZACAO+DE+COM+RIO+PREVE+ME RCADO.html>, acessado em 07 de Outubro de 2016.

Mercado Imobiliário da Cidade do Rio de Janeiro Comparativo Anual 2010/201. Em: [http://www.ademi.org.br/article.php3?id\\_article=46665](http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=46665), acessado em Outubro de 2016.

SIRKIS, A. Carta dos Leitores, O Globo, 07 de janeiro de 2005, Opinião.

MPV 759 em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm),

O novo mapa da desigualdade brasileira. Em <http://outraspalavras.net/brasil/o-novo-mapa-da-desigualdade-brasileira/>. Evilásio Salvador, 15 de Dezembro de 2016, acessado em 08 de Janeiro de 2017

Operação Segurança Presente será ampliada para a Barra da Tijuca, Jornal do Brasil, 06 de Dezembro de 2015, disponível em

<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2015/12/06/operacao-seguranca-presente-sera-ampliada-para-a-barra-da-tijuca/>, acessado em 07 de Agosto de 2016

Pan-Americano: prefeitura pretende remover favela ao lado do autódromo, O Globo, 06 de janeiro de 2005, caderno Rio.

PEC 241 ataca só parte do problema. Disponível em:

[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/16/economia/1466032886\\_171069.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/16/economia/1466032886_171069.html). El país, 16 de Junho de 2016, acessado em 08 de Janeiro de 2017.

Prefeitura vai tirar de circulação 35% dos ônibus que passam pela Zona Sul da cidade. Jornal O Globo, 07 de março de 2015. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-vai-tirar-de-circulacao-35-dos-onibus-que-passam-pela-zona-sul-da-cidade-15530842#ixzz4GkaO35qO>, acessado em 08 de Agosto de 2016.

Prefeitura removerá 119 favelas até fim de 2012. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>, acessado em Agosto de 2016.

Prefeitura vai demolir 105 casas em Jacarepaguá, O Globo, 08 de janeiro de 2005, Rio.

1.022 escolas e 84 universidades estão ocupadas em 19 Estados e no DF. Estadão Educação, 26 de Outubro de 2016. Em <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pais-tem-1022-escolas-e-84-universidades-ocupadas-em-19-estados-e-em-brasil,10000084398>, acessado em 08 de Janeiro de 2016.

RODRIGUES, Juciano e BASTOS, Pedro. A política de transporte no Rio e seus contrassensos: uma reflexão sobre a racionalização da frota de ônibus. Observatório das metrópoles. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, IPPUR, 2015. Disponível em [http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=1309:uma-reflex%C3%A3o-sobre-os-impactos-sociais-da-racionaliza%C3%A7%C3%A3o-das-linhas-de-%C3%B4nibus-do-rio-de-janeiro&Itemid=180#](http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1309:uma-reflex%C3%A3o-sobre-os-impactos-sociais-da-racionaliza%C3%A7%C3%A3o-das-linhas-de-%C3%B4nibus-do-rio-de-janeiro&Itemid=180#), acessado em Setembro de 2016.

#### 6.1.1.5. Bibliografia do Capítulo 4 e Conclusão

ABREU, Mauricio. A evolução urbana do Rio de Janeiro. 4ª ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008;

ARANTES, P. A arquitetura na era digital Financeira, 2000

“Arroio Pavuna e Vila Autódromo, historias” ETTERN. Núcleo experimental do planejamento conflitual - NEPLAC. Do laboratório, estado trabalho território e natureza. ETTERN IPPUR UFRJ, 2015.

AZEVEDO, Lena. FAULHABER, Lucas. SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Editorial Mórula, 2015.

BAGNERA, P. “Los Bordes: espacios de indagación, gestión e intervención urbana”. En VV.AA., (Des) Bordes Urbanos (VP Monografías, nº 01). Montevideo: Unidad Permanente de Vivienda, Facultad de Arquitectura, UdelaR, 2013, p. 27-36.

BAUMAN, Z. “Modernidad líquida”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

BOFF, L. La dignidad de la tierra. Ecología, mundialización, espiritualidad. La emergencia de un nuevo paradigma. Madrid: Trotta, 2010.

BOGADO E MAGALHÃES, “Memória não se remove”: a luta dos moradores da Vila Autódromo para continuar (re)existindo. 2016

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. Dossiê megaventos e violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016.

CONSENTINO, R. Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: A cidade do Capital. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DE MANUEL, Esteban; LÓPEZ, J. M<sup>a</sup>. “El Dibujo en los Procesos de Transformación Social del Hábitat. In Funciones del Dibujo en la Producción Actual de Arquitectura. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes de la Junta de Andalucía, 2006, vol. 3, p. 75-98.

DE MANUEL, Esteban, et al. El Máster en Gestión Social del Hábitat. In XV Encuentro Internacional de la Red ULACAV. Cátedra de Gestión y Desarrollo de la Vivienda Popular, 2009, nº 15, p.

\_\_\_\_\_. Construyendo triángulos para la gestión social del hábitat. *Hábitat y Sociedad*, 1, 2010) p. 13-37. Disponível em [http://acdc.sav.us.es/habitatsociedad/images/stories/N01/N01\\_completo1.pdf](http://acdc.sav.us.es/habitatsociedad/images/stories/N01/N01_completo1.pdf), acessado em Março de 2017

Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm), acessada em março de 2017.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. Microfísica do Poder. Tradução de Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FRANZONI, FARIA E RENA. Cartografia indisciplinar do conflito da Izidora em Belo Horizonte. Congresso Internacional Contested Cities, 2016.

GARNIER, J.P. Marsella 2013: el urbanismo como arma de destrucción masiva. *GeocritiQ*. nº 24, 10 de enero de 2014

GONÇALVES, Rafael. Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013

GUIMARÃES, (RENA, SÁ, BRANDÃO, FRANZONI, 2016)to Consentino Vianna. Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: a cidade do capital. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, IPPUR – UFRJ, 2015.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. A produção capitalista do espaço. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Annablume, 2006

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. (trad.) Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes. Parte I. 14ª ed. 2005

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001

\_\_\_\_\_. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UGMG, 1999

\_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991;

LÓPEZ MEDINA, José María *El diseño participativo en programas de rehabilitación de viviendas* Universidad de Sevilla. Tesis doctoral.

\_\_\_\_\_. "Metodologías participativas para la gestión social del hábitat. *Hábitat y sociedad*", 2010, nº 1, p. 83-103. [www.habitatysociedad.us.es](http://www.habitatysociedad.us.es)

\_\_\_\_\_. "Des-Bordes urbanos: un concepto en construcción. *Hábitat y sociedad*", 2014, nº 7, pp 15-41, disponível em [www.habitatysociedad.us.es](http://www.habitatysociedad.us.es), acessado em 10 de março de 2017

MAGNAGHI, A. "El proyecto local. *Revista Architectonics*." Universidad Politécnica de Cataluña. Barcelona, 2011

MALO, M. "Nociones comunes Nociones comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia. *Revista Derive Approdi, Pecarisa la deriva, Revista Posse, Colectivo Situaciones, Grupo 116, Colectivo Sin Ticket.. Traficante de sueños*", Madrid, 2004

MONTAÑÉS SERRANO, Manuel. "Metodología y técnica participativa. Teoría y práctica de una estrategia de investigación participativa". Barcelona: Editorial UOC, 2009.

MORIN, Edgar. "El Método. La naturaleza de la naturaleza". Madrid: Cátedra, 1986.

\_\_\_\_\_. "La mente bien ordenada". Barcelona: Seix Barral, 2002.

NABACK, Clarissa. *Remoções Biopolíticas: O Habitar e a Resistência da Vila Autódromo*. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa do Departamento de Pós-Graduação em Direito do de Direito da PUC, Rio de Janeiro, 2015.

ORTIZ, Enrique. "Con los pies en la tierra". In ORTIZ, Enrique y ZÁRATE, Mª Lorena. *Vivitos y coleando. "40 años trabajando por el hábitat popular en América Latina"*. México DF: HIC-AL y Universidad Autónoma Metropolitana, 2002.

ORTIZ, Enrique. “Integración de un sistema de instrumentos de apoyo a la producción social de vivienda”. México DF: Coalición Internacional para el Hábitat (HIC-AL), Oficina regional para América Latina, 2007.

PELLI, Víctor S. “Habitar, participar, pertenecer.” Buenos Aires: Nobuko, 2006.

PLANO POPULAR VILA AUTÓDROMO. Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense do NEPHU/UFF.

RENA, SÁ, BRANDÃO,FRANZONI. “Cartografías Indisciplinarias. Producción Académica Tecnopolítica del Grupo de Investigación Indisciplinar como actor en las Redes de Luchas Territoriales en Belo Horizonte”. apresentado no “Congresso Internacional Contested Cities”, Madrid, Julho, 2016

REZENDE, V.; LEITÃO, G. Planejamento e realização da Barra da Tijuca como espaço residencial, evolução e crítica de um projeto para uma área de expansão da cidade do Rio de Janeiro, 2012

SCHELOTTO, S. Introducción. En VV.AA., (Des)Bordes Urbanos (VP Monografías, n.º 01). Montevideo: Unidad Permanente de Vivienda, Facultad de Arquitectura, UdelaR, 2013. p. 7-14.

\_\_\_\_\_. (Des)Bordes Urbanos. Política, proyecto y gestión sostenible en la ciudad de la periferia. En VV.AA., [Des]Bordes Urbanos (VP Monografías, n.º 01). Montevideo: Unidad Permanente de Vivienda, Facultad de Arquitectura, UdelaR, 2013

SILVA, Marcela Münch de Oliveira e. Vila autódromo, um território em disputa: A luta por direitos desde sujeitos fronteiriços e práticas insurgentes. Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional – Universidade Federal Fluminense. 2016

ZIBECHI, R. Dispersar el poder”. Buenos Aires: Tinta Limón. 2006

\_\_\_\_\_. “Autonomías y emancipaciones. América Latina en movimiento”. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales. Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2007.

\_\_\_\_\_. “Movimientos y emancipaciones. Del desborde obrero de los ‘60 al “combate a la pobreza””. Montevideo: Alter, 2010.

Reportagens

CLARK, D. Imóveis da 'nova Barra' terão valorização de 50% com Rio 2016, prevê mercado. G1, Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1333427-5606,00-IMOVEIS+DA+NOVA+BARRA+TERAO+VALORIZACAO+DE+COM+RIO+PREVE+ME RCADO.html>, acessado em 07 de Outubro de 2016.

GIULIA, Roza e AFIUNE da Agência Pública:

<http://racismoambiental.net.br/2017/02/03/especial-vigilancia-um-infiltrado-na-vila-autodromo/>

<sup>1</sup> Segundo definição presente no Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm), acessado em 09 de março de 2017

Mercado Imobiliário da Cidade do Rio de Janeiro Comparativo Anual 2010/201. Em: [http://www.ademi.org.br/article.php3?id\\_article=46665](http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=46665), acessado em Outubro de 2016.

O que é a defensoria?, <http://www.defensoria.rj.def.br/Institucional/o-que-e-defensoria>, acessado em março de 2017

“O empresário carioca em espera de um legado olímpico proprio de bilhões”. Disponível em <https://www.theguardian.com/sport/2015/aug/12/o-empresario-carioca-na-esperanca-de-um-legado-olimpico-proprio-de-bilhoes>, acessado em Março de 2017.

Prefeitura demoliu a casa ‘de mulher cidadã’ no dia internacional da mulher. Rio on Watch, disponível em <http://rioonwatch.org.br/?p=18671>, acessado em 9 de março de 2017 e em “Mulher Cidadã do Rio, Maria da Penha tem sua casa removida na Vila Autódromo no dia 8 de março” disponível em <http://nucleopiratininga.org.br/mulher-cidada-do-rio-maria-da-penha-tem-sua-casa-removida-na-vila-autodromo-no-dia-8-de-marco/>, acessado em 09 de março de 2017

Prefeitura vai demolir 105 casas em Jacarepaguá, O Globo, 08 de janeiro de 2005, Rio.

Pan: prefeitura estuda remoção em 3 favelas, O Globo, 28 de maio de 2005, caderno Rio.

Pan-Americano: prefeitura pretende remover favela ao lado do autódromo, O Globo, 06 de janeiro de 2005, caderno Rio.

Parque Olímpico foi construído por concurso público. Disponível em <http://www.caubr.gov.br/rio-2016-parque-olimpico-foi-escolhido-por-concurso-publico/>, acessado em Março de 2017.

SIRKIS, A. Carta dos Leitores, O Globo, 07 de janeiro de 2005, Opinião.

#### 6.1.1.6. Bibliografia de Figuras

Foto da capa: Luiz Cláudio.

Figuras:

01. Capa: Rio de Janeiro. Porto vida e morte. Ana Clara Chequetti da Rocha Duarte. Gamboa. Em Portal Popular da Copa.
02. Conteúdo disponibilizado e elaborado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.
03. Idem ao 2.
04. Abertura da Avenida Rio Branco. Diário do Rio. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/rioantigamente/3363284103>, acessado em 11 de Janeiro de 2017.
05. Avenida Rio Branco. Diário do Rio. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/rioantigamente/3363284103>, acessado em 11 de Janeiro de 2017.
06. Gentrificação. Foto: Comitê Popular Copa e Olimpíadas. Disponível em <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 11 de Janeiro de 2017.
07. Cortiços do Rio de Janeiro do final do século XIX. Disponível em [https://www.google.es/search?q=carlos+lacerda+rio+de+janeiro&rlz=1C1SAVI\\_enBR716BR716&espv=2&biw=1366&bih=613&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjXmonTzLrRAhUExBQKHe9xBiUQ\\_AUIBigB#tbm=isch&q=DERRUBA+DA+CORTI%C3%87OS&imgsrc=K1nqYzVJdb-AzM%3A](https://www.google.es/search?q=carlos+lacerda+rio+de+janeiro&rlz=1C1SAVI_enBR716BR716&espv=2&biw=1366&bih=613&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjXmonTzLrRAhUExBQKHe9xBiUQ_AUIBigB#tbm=isch&q=DERRUBA+DA+CORTI%C3%87OS&imgsrc=K1nqYzVJdb-AzM%3A), acessado em 11 de Janeiro de 2017.
08. Cortiços do Rio de Janeiro do final do século XIX. Disponível em [https://www.google.es/search?q=carlos+lacerda+rio+de+janeiro&rlz=1C1SAVI\\_enBR716BR716&espv=2&biw=1366&bih=613&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjXmonTzLrRAhUExBQKHe9xBiUQ\\_AUIBigB#tbm=isch&q=DERRUBA+DA+CORTI%C3%87OS&imgsrc=K1nqYzVJdb-AzM%3A](https://www.google.es/search?q=carlos+lacerda+rio+de+janeiro&rlz=1C1SAVI_enBR716BR716&espv=2&biw=1366&bih=613&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjXmonTzLrRAhUExBQKHe9xBiUQ_AUIBigB#tbm=isch&q=DERRUBA+DA+CORTI%C3%87OS&imgsrc=K1nqYzVJdb-AzM%3A), acessado em 11 de Janeiro de 2017.
09. Desmonte do Morro do Castelo. Disponível em [https://www.google.es/search?q=morro+castelo+demoli%C3%A7%C3%A3o&rlz=1C1SAVI\\_enBR716BR716&biw=1366&bih=613&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiIINSz07rRAhXBUhQKHSgbAhQQ\\_AUIBigB#imgsrc=4jQsvjnVtihAdM%3A](https://www.google.es/search?q=morro+castelo+demoli%C3%A7%C3%A3o&rlz=1C1SAVI_enBR716BR716&biw=1366&bih=613&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiIINSz07rRAhXBUhQKHSgbAhQQ_AUIBigB#imgsrc=4jQsvjnVtihAdM%3A), acessado em 11 de Janeiro de 2017.
10. Sandra Cavalcanti. Correio Nacional. Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.
11. Primeiros Conjuntos habitacionais. Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.
12. Idem.
13. Luta pela permanência. Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”;

- coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.
14. Idem..
  15. Operação Mutirão. Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.
  16. Crescimento das favelas. Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.
  17. Noticia Ultima hora sobre os deslizamentos. Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.
  18. Deslizamentos. Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.
  19. Encostas cariocas. Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.
  20. Favela Rio de Janeiro Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.
  21. Crescimento das favelas. Morro da Catacumba, Rio de Janeiro. Disponível em [https://www.google.es/search?q=carlos+lacerda+rio+de+janeiro&rlz=1C1SAVI\\_enBR716BR716&espv=2&biw=1366&bih=613&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjXmonTzLrRAhUEXBQKHe9xBiUQ\\_AUIBigB#q=DERRUBADA+COR TI%C3%87OS&tbm=isch&tbs=rimg:CchMhafA4Cb5IjhpTJ75P0SGWDJo9OaTqKz3Iq4lfqb1\\_124X54e6Ck0i-MR0ubX9Q4MCAQuobrAiJzM1hIRptNdbEC0SCWIMnvk\\_1RIZYEVKEcvomF\\_11DKhIJMmj05pOorPcRcGFTrxm6AIqEgkiriV-pvX\\_1bhFVhiXVcqgm7CoSCRfnh7oKTSL4Eb0qYJ5T3fveKhIJxHS5tf1DgwIR0-tQpSpma6gqEgkBC51usCInMxGg6y5MziWQFC0SCTWEhGm011sQEQnFyrhpdE Vb&imgrc=x3Y4AzdlRwuOGM%3A](https://www.google.es/search?q=carlos+lacerda+rio+de+janeiro&rlz=1C1SAVI_enBR716BR716&espv=2&biw=1366&bih=613&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjXmonTzLrRAhUEXBQKHe9xBiUQ_AUIBigB#q=DERRUBADA+COR TI%C3%87OS&tbm=isch&tbs=rimg:CchMhafA4Cb5IjhpTJ75P0SGWDJo9OaTqKz3Iq4lfqb1_124X54e6Ck0i-MR0ubX9Q4MCAQuobrAiJzM1hIRptNdbEC0SCWIMnvk_1RIZYEVKEcvomF_11DKhIJMmj05pOorPcRcGFTrxm6AIqEgkiriV-pvX_1bhFVhiXVcqgm7CoSCRfnh7oKTSL4Eb0qYJ5T3fveKhIJxHS5tf1DgwIR0-tQpSpma6gqEgkBC51usCInMxGg6y5MziWQFC0SCTWEhGm011sQEQnFyrhpdE Vb&imgrc=x3Y4AzdlRwuOGM%3A), acessado em 12 de Janeiro de 2017.
  22. Crescimento das Favelas, 1960. Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.
  23. Favelas Rio de Janeiro. Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippen ‘o favelado’ e Ana Claudino.



24. Comunidade Santa Marta, RJ. Foto: Renato Consentino. Comitê Popular Copa e Olimpíada. Disponível em:  
<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
25. Comunidade Estradinha, RJ. Foto: Renato Consentino. Comitê Popular Copa e Olimpíada. Disponível em:  
<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
26. Barracos de Madeira. Conteúdo disponibilizado pelos organizadores do curso “Histórias Vivas: O histórico de resistência das favelas do Rio de Janeiro”; coordenado por Gizele Martins, Anderson Caboi, Mario Brum, Rafael Soares, Mauro Amoroso, Cosme Felippsen ‘o favelado’ e Ana Claudino.
27. Idem
28. Idem
29. Idem
30. Comunidade Metrô-Mangueira. Foto: Luiz Baltar. Prêmio Revelações Olímpicas. Disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
31. Remoção de Favela. Comitê popular Copa Olimpíadas. Disponível em:  
<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
32. Remoção da Vila Autódromo. Foto Luiz Cláudio, morador da Vila Autódromo.
33. Remoção da favela Metrô- Mangueira. Segundo lugar Prêmio Olímpico do concurso organizado pelo Comitê Popular Copa e Olimpíadas: Pai e filho nos entulhos. Foto: Pablo Esteban vergara. Disponível em:  
<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
34. Favelado Jacaré, RJ. .Menção honrosa memória das comunidades: Preço. Foto: David Marcos. Disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
35. Marcação das Casas a serem removidas. Primeiro lugar do Prêmio Memória das Comunidades: Vila Autódromo Resiste! Foto: Henrique Fornazin. Disponível em:  
<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
36. Operações militares em Favelas. Favela Metrô-Mangueira. Foto: Francisco Chaves. Premio Memória das Comunidades. Disponível em:  
<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
37. Operações militares em Favelas: Ocupação Militar Caju, RJ. Foto: Luiz Baltar. Premio Memória das Comunidades Portal Popular da Copa. Comitê Popular Copa e Olimpíadas. Disponível em:  
<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
38. Ocupação Militar Caju, RJ. Foto: Luiz Baltar. Comitê Popular Copa e Olimpíadas. Disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.

39. Ocupação Militar. Favela da Maré, RJ. Foto: Luiz Baltar. Comitê Popular Copa e Olimpíada. Disponível em:  
<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
40. Ocupação Militar do Vidigal. Morro do Vidigal, RJ. Foto: Luiz Baltar. Comitê Popular Copa e Olimpíada. Disponível em:  
<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
41. Ocupação Militar em Favelas. Foto: Comitê Popular Copa e Olimpíada. Disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
42. Subida da Providência, Morro da Providência, RJ. Foto: Francisco Chaves. Disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
43. Favela da Maré. Prêmio Memória das Comunidades: Contradição. Foto: Rachell Gepp. Disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
44. Ocupação Militar da Favela da Maré. Foto: Luiz Baltar. Disponível em:  
<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
45. Favela Metrô-Mangueira. Foto: Francisco Chaves. Disponível em:  
<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
46. Comunidade Horto. Foto André Mantelli. Comitê Popular Copa e Olimpíada. Disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
47. Convocação do Comitê Popular para a manifestação anti-Olimpíada. Comitê Popular Copa e Olimpíadas. Disponível em:  
<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
48. Manifestação anti-Olimpíada. Ato jogos da exclusão. Comitê Popular Copa e Olimpíadas. Fotos: André Mantelli.
49. Repressão nas Ruas. Comitê Popular Copa e Olimpíadas.
50. Desalojados da Telerj e de outros locais protestam. Foto Francisco Chaves. Disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/revelacoesolimpicas/>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
51. Ato contra olimpíadas. Foto: Comitê Popular Copa e Olimpíada.
52. Ato contra olimpíadas. Foto: Comitê Popular Copa e Olimpíada.
53. Foto 10 Campanha 100 dias Sem direitos. Foto: Pablo Vergara. Disponível em <https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/photos/a.1105741459485901.1073741843.220708154655907/1110845262308854/?type=3&theater>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
54. Foto 09 Campanha 100 dias Sem direitos. Disponível em <https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/photos/a.1105741459485901.1073741843.220708154655907/1110845262308854/?type=3&theater>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.

55. Foto 08 Campanha 100 dias Sem direitos. Disponível em <https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/photos/a.1105741459485901.1073741843.220708154655907/1110845262308854/?type=3&theater>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
56. Foto 07 Campanha 100 dias Sem direitos. Foto: Divulgação: MPT-RJ. Disponível em <https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/photos/a.1105741459485901.1073741843.220708154655907/1110845262308854/?type=3&theater>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
57. Foto 06 Campanha 100 dias Sem direitos. Disponível em <https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/photos/a.1105741459485901.1073741843.220708154655907/1110845262308854/?type=3&theater>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
58. Foto 05 Campanha 100 dias Sem direitos. Disponível em <https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/photos/a.1105741459485901.1073741843.220708154655907/1110845262308854/?type=3&theater>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
59. A Foto 04 Campanha 100 dias Sem direitos. Disponível em <https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/photos/a.1105741459485901.1073741843.220708154655907/1110845262308854/?type=3&theater>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
60. Foto 02 Campanha 100 dias Sem direitos. Foto vencedora do Prêmio Olímpico, de Giovanna Ciannela Galvão. Vila Autodromo, Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/photos/a.1105741459485901.1073741843.220708154655907/1110845262308854/?type=3&theater>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
61. Foto 01 Campanha 100 dias Sem direitos. Folder “Jogos da Exclusão”. Campanha Comitê Popular Copa e Olimpíadas. Disponível em <https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/photos/a.1105741459485901.1073741843.220708154655907/1110845262308854/?type=3&theater>, acessado em 12 de Janeiro de 2017.
62. Mapa da Exclusão. Autor: Lucas Faulhaber. Em: AZEVEDO, Lena. FAULHABER, Lucas. SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Editorial Mórula, 2015.

## 7. ANEXOS

### 7.1.1.1. ANEXO I. Divulgação de ato em defesa do Museu da Maré

**MUSEU DA MARÉ**  
**CORRE O RISCO DE SER**  
**DESPEJADO**

**Ato em Defesa do Museu da Maré**  
**DIA 18/10**

CONCENTRAÇÃO ÀS 15H  
NO MUSEU DA MARÉ  
SAÍDA ÀS 16H,  
PELA AV. GUILHERME MAXWELL  
EM DIREÇÃO À AV. BRASIL  
TÉRMINO NA PRAÇA DO  
PARQUE UNIÃO,  
COM INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS  
AO LONGO DO PERCURSO.

contato: (21) 3868 6748  
[www.museudamare.org.br](http://www.museudamare.org.br) | [/museudamare](https://www.instagram.com/museudamare)  
[www.peticaopublica.com.br/psign.aspx?pi=BR74313](http://www.peticaopublica.com.br/psign.aspx?pi=BR74313)

MUSEU  
DA MARÉ

#### 7.1.1.2. ANEXO II. Apoios

### **ABAIXO-ASSINADO EM DEFESA DO DIREITO À REMATRÍCULA DA MORADORA DA VILA AUTÓDROMO, SANDRA MARIA DE SOUZA TEIXEIRA, NO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO.**

A(o)s Ilustríssima(o)s Senhora(e)s Conselheiros da UERJ:

Encontramo-nos em um momento de turbulência nas esferas política, econômica e social do país, relacionada com as transformações da conjuntura mundial. A crise deflagrada como consequência deste dramático cenário tem fortes impactos sobre inúmeras questões sociais nacionais, ressaltando como mais críticas, as relacionadas à habitação, trabalho e educação.

A luta dos professores pelo direito à educação, democratização do acesso ao ensino e condições dignas de trabalho e de estudo para professores e estudantes, respectivamente, dentre outras pautas, não se esgota nos âmbitos internos das paredes universitárias das faculdades e escolas do país. Ao contrário, elas devem ser localizadas e interconectadas simultaneamente com esferas maiores capazes de tornar ainda mais visível a urgência desta redemocratização.

Como consequência deste processo, a violação de direitos humanos essenciais é ainda mais acentuada na cidade do Rio de Janeiro nos anos que antecedem e que acontecem os megaeventos esportivos, utilizados como justificativa infundada para marcar profundas cicatrizes na malha urbana e social da cidade, responsáveis pela supressão súbita e arbitrária de comunidades inteiras - ou quase inteiras-, como ocorreu com a comunidade Vila Autódromo, localizada em área de grande interesse imobiliário e ao lado de onde foi construído o Parque Olímpico.

O posicionamento cidadão diante das medidas autoritárias dos nossos gestores públicos é urgente e inadiável, tanto nos casos específicos, quanto nos mais

abrangentes. A remoção da comunidade Vila Autódromo, para o atendimento de interesses políticos e econômicos, tornou-se emblemático na cidade do Rio de Janeiro, não por exclusividade deste caso, pois a remoção tornou-se política pública frequente da gestão atual, mas pela visibilidade que a brava resistência de seus moradores alcançou. Tanto que o caso da Vila Autódromo tornou-se emblemático deste processo e, por isso, tema de inúmeras reportagens, filmes, conferências, pesquisas acadêmicas em diversas instituições no país e no mundo. Com destaque para diversas pesquisas realizadas na própria Universidade do Estado do Rio de Janeiro<sup>318</sup>, onde a moradora da Vila Autódromo Sandra Maria costumava frequentar o curso de história, mas foi obrigada interromper o curso diante da grave ameaça de perder sua casa.

Portanto, a luta intensa pela permanência na Vila Autódromo contra a remoção da comunidade inviabilizou que a moradora, Sandra Maria, desse continuidade ao curso de História iniciado na UERJ, em função do seu engajamento pelo direito à moradia. Recentemente Sandra pleiteou seu direito à rematrícula no curso de história a fim de concluí-lo, o que está em apreciação atualmente no Conselho da UERJ.

Convicta de que a contribuição da Universidade, – na posição de professora universitária e cidadã – para além da leitura e apreensão da sociedade, deve almejar a participação social, e correspondentemente, a construção da filosofia da participação, na base da prática da cidadania, deve debruçar-se na educação ativa, **CONVIDO DEMAIS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS, ALUNOS E SOCIEDADE A APOIAREM A MORADORA DA VILA AUTÓDROMO SANDRA MARIA, ASSINANDO ESTE ABAIXO-ASSINADO PELO DIREITO À SUA REMATRICULA NO CURSO DE HISTÓRIA DA UERJ.**

---

<sup>318</sup>Menciono com exemplo a pesquisa de mestrado realizada pela ex-aluna do programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, na linha de Direito da Cidade, da UERJ, Mariana Medeiros. Disponível em: [http://www.btdt.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=8672](http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8672)

A rematricula de Sandra, representaria, não somente uma vitória social e institucional devido à contemplação dos âmbitos cívico e político na resolução de processos administrativos internos, assim como um testemunho dos inúmeros retrocessos desencadeados pela forma arbitrária da gestão pública atual; mas também, um passo a frente na luta de cada um de nós, professores e cidadãos, pela real democratização do ensino, a partir da adoção de uma atitude ativa e participativa nos processos internos da instituição.

(....)

Diana Bogado

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Anhanguera

### 7.1.1.3. ANEXO III. Transcrições das entrevistas

Transcrições realizadas por Rodolfo Teixeira, (ativista, integrante do Museu das Remoções e estudante) das entrevistas realizadas pela autora da tese e sua companheira de luta, Daniela Petti, aos moradores da Vila Autódromo.

#### **2015-8-25\_SANDRA MARIA, NATHÁLIA E MARIA DA PENHA**

*Entrevista realizada por Diana Bogado e Daniela Petti*

**Sandra:** Eles agrediram os moradores. Mas não conseguiram tirar os moradores... Essa resistência deu tempo para que essa liminar, essa ordem judicial, fosse suspensa.

**Natalia:** Ai sim, depois daquele quebra-pau todo, a juíza conseguiu intervir de novo, outros juízes entraram para intervir em nossa causa e conseguiram, pelo menos naquele dia, suspender aquela ação, então ficou para o dia 8 para eles retornarem, que era uma segunda-feira - isso aconteceu no dia 3, numa quarta, e ficou para o dia 8, que era uma segunda. Mas eles nem chegaram a vir. Depois vieram os jornalistas aqui; a atividade ficou cheia de jornalistas aqui, que era o dia que eles marcaram pra voltar. Enfim, eles não conseguiram, mas a gente foi agredido. Ai, como medida de proteção...

**Sandra:** Então, aí aconteceram algumas coisas. Isso foi na quarta. Na quarta aconteceu isso, aí na quinta-feira à noite, na madrugada de quinta-feira para sexta-feira... a prefeitura tinha várias máquinas ali, que eles usavam para demolir as casas; essas máquinas todas pegaram fogo, dizem que foi um balão que caiu. Eu não sei! Ninguém sabe, ninguém viu. Nós chamamos os bombeiros para apagar, mas nada foi dito em relação a isso. Isso foi na quinta para sexta. Quando foi na noite de sexta-feira para sábado, nós fizemos uma vigília, em ato de protesto. Então passamos a noite inteira ali no terreno. Passamos a noite inteira, em ato de protesto. Vieram muitas pessoas para nos apoiar, passamos a noite aqui, e quando foi no dia seguinte, no *Ocupa Vila Autódromo*, no ocupamos, e aí colocamos a portaria lá na frente, dissemos que não iam mais entrar, que nós íamos controlar a partir dali quem entrava e quem saía. Porque o nível de revolta estava aumentando. Assim como pegou fogo nas máquinas, a gente não sabe



porque... à medida que eles usam de violência, isso desperta a revolta das pessoas também, né? Não estou dizendo que tenha sido um morador ou alguém revoltado, mas, da mesma forma que aconteceu o incidente... então vamos fechar, vamos controlar para que a área seja mais respeitada e que não aconteça esse tipo de coisa. E essa área, essa obra ai deles, na medida que eles ia desapropriando esses terrenos, eles iam utilizando como estacionamento. Era muito carro parado! Então, nós pensamos, "já pensou se esses carros começar a pegar fogo?". Às vezes, porque, não sabe de onde veio esse balão: pode ser um morador revoltado mas pode ser uma atitude da prefeitura também, para incriminar a gente, para dizer que é uma comunidade violenta...

**Diana:** Foi a mesma estratégia usadas nas manifestações para incriminar o movimento Black Block, não é?...

**Sandra:** Exatamente!...

**Diana:** Que era policial, que se vestia de civil, que agredia a polícia para poder justificar a agressão da polícia.

**Sandra:** Então nós fechamos e falamos: "Agora a comunidade não vai mais servir como estacionamento, para entrar vai ter que falar o que vai fazer, aonde vai, e assim fizemos. Eles não gostaram muito, mas respeitaram, os carros começaram a ficar pra lá.

### **CONVERSA DO PROJETO DE EXTENSÃO À COMUNIDADE: DIANA, SANDRA, NATHÁLIA, PENHA E ALUNOS.**

**Sandra:** Não tinha nada. Tinha os pescadores. Pescavam, vendiam... E aí quando foi construído o Autódromo de Jacarepaguá, começaram a vir essas construções, vieram também os operários, pessoas que vinham até de outros estados: Paraíba, nordeste, outras regiões, por isso aqui tem muitos descendentes, filhos de nordestinos, paraibanos. Foram os operários da construção do autódromo. Então a Vila Autódromo está intimamente ligada com a história deste lugar, dessa região. Ela é muito importante na história do Rio de Janeiro, porque era uma comunidade de pescadores, e depois foram agregados os operários que estavam construindo esta região. Aí depois vieram outras pessoas que, claro, vão chegando de alguma forma, e a comunidade foi crescendo. Depois de anos de luta, de algumas resistências porque...

**Diana:** isso foi em que ano?

**Sandra:** Isso tem mais de 40 anos, a comunidade é bem antiga. Porque ela é anterior ao Autódromo de Jacarepaguá. Então ela é bem antiga! Depois ela foi crescendo, originalmente eram poucas pessoas, poucos pescadores, depois ela foi crescendo, foi crescendo. Essa terra foi construída pelos moradores, porque aqui era tudo charco, essa região era toda taboa, então, na medida que a comunidade foi crescendo, foi aterrando. Nós aterramos no espaço onde temos nossa construção: todo mundo que construiu aqui teve que aterrar. À medida que você começava a cavar para fazer sapata, minava água, então você era obrigado a aterrar, aterrar, aterrar, até você conseguir ter um solo forte, que é necessário para poder...

**Diana:** então não existia nem o solo antes?

**Sandra:** Não, era charco. Existia um solo, mas encharcado.

**Diana:** Não edificável, não é?

**Sandra:** Exatamente! Nós que construímos. Depois eles também, com a construção do Autódromo, aterraram. E assim vai continuando. Esses condomínios todos também *foi* aterrado, no em torno; o Rock In Rio foi uma tristeza porque, aqui nós aterramos e plantamos, no Rock in Rio não, eles devastaram tudo, que ali tinha muitas árvores, eles devastaram toda aquela beira de lagoa, e aterraram muito, muito.

**Nathalia:** Não só no Rock In Rio mas como em toda as construções que ocorrem hoje, aqui, ao redor, são todas assim: eles estão devastando toda fauna, toda flora, tudo que existe em relação ao ecossistema eles estão acabando.

**Diana:** e era uma área verde.

**Sandra:** Era uma área verde, mata atlântica! Bem próximo daqui, dá para ir andando, tem o parque do Camorim, que é uma reserva florestal.

**Nathalia:** Como exemplo do Rock In Rio, o Ilha Pura está aí também: eles devastaram. E não tomaram nenhum cuidado em relação às árvores, porque quando você desmata, tem que ter essa preocupação: para onde que os animais vão; porque ali é a casa deles, porque, na verdade, a gente está invadindo o território deles, e não tem esse cuidado de realocar, de identificar, para não ficar desprotegido - e está ficando completamente desprotegido. No entanto, a gente percebe que agora, aqui, muitas aves vêm pra cá se

refugiar; muita borboleta. A gente não via tanto, agora vemos com mais frequência. Esses dias apareceu uma capivara. Então assim os animais não estão tendo para onde ir, porque estão acabando com a moradia deles, com o habitat deles, então, com isso, eles estão tendo que migrar para algum local que eles ainda encontrem refúgio.

**Sandra:** Essa lagoa, gente, há poucos dias, ela (Natalia?) tirou uma foto com jacaré de papo amarelo, aqui na área da Carvalho e Rocha (Construtora). Aqui eu já tive dias de sair de casa, quando pegava ali a estrada, eu passava pelo jacaré, assim, na rua, na calçada. Isso já tem anos, não foi outro dia, mas é para ter uma noção que, assim, essa lagoa, tinha jacaré do papo amarelo, que é um animal ameaçado de extinção. Capivara. Aqui está cheio de passarinho...

**Diana:** E não é só isso, né. Eu acho que o debate tem que ir entorno do seguinte: estamos agora, eles (alunos da Diana) são estudantes de arquitetura, e estamos formando pessoas que vão vir a fazer parte desse planejamento da cidade, se tornarão urbanistas. Por que se naturaliza a remoção, não é? Por que se naturaliza: "Ah não, estou planejando a cidade, tem uma comunidade carente, tira; por que isso é naturalizado? porque isso é muito naturalizado no senso comum. Então vou fazer o planejamento da Barra que não tem nada lá: um terreno alagadiço, que tem mata atlântica e que tem a possibilidade de uma expansão imobiliária. Ninguém está se opondo ao fato de que se quer construir a cidade, existem diversos interesses na cidade, só que, esse terreno alagadiço que tem mata atlântica, enfim, além de todos esse fatores (da mata atlântica e entre outros), também existe o fator de que existiam alguns moradores ali, e que já era uma área marginal, e que, na verdade, você vai trazer infraestrutura, e que essas pessoas que trouxeram essa infraestrutura precariamente, bem ou mal, criaram um local que se tornou interessante para especulação. Tudo bem que se chega uma empresa que vai comprar, lotear e expulsar quem está ali? - é essa mentalidade que não é natural e que não pode ser naturalizada. Então se a prefeitura vai prover infraestrutura, legal; tem uma comunidade ali, ótimo; então serve a infraestrutura pra quem está ali. E por que não essa comunhão dos diferentes? Por que a cidade precisa ser necessariamente segregada? Por que a cidade não pode ser democrática e que existam diversos padrões sociais convivendo? É esse tipo de postura, de atitude do planejador, que não tem que ser naturalizada, que deve ser pelo menos questionada.

**Sandra:** É, porque o pobre existe na sociedade brasileira, e o mundo sabe disso.

**Diana:** E o pobre move a sociedade. É o motor, sempre foi, desde os primórdios a classe baixa o motor da sociedade. É a construção, exatamente.

**Sandra:** Mas aí então, vocês viram a entrevista do Carvalho Hosken?...

**Diana:** não vi...

**Sandra:** Então vejam! Entrem na internet e veja, recentemente, a entrevista que ele deu, aí você vão compreender o porque ele está descaradamente falando os motivos da saída da Vila Autódromo. Ele coloca o mapa e chega ao ponto de fala "tem condição de pobre morar aqui?". Veja a entrevista, e vão ver o descaramento aonde chega. Toda vez que uma área da cidade é valorizada, o pobre é expulso. Isso aí já faz parte da história.

**Diana:** E gente, essa luta não é uma utopia, sabe? Eu fiz intercâmbio na Espanha durante a minha faculdade e tal. Eu trabalhei em uma empresa de infraestrutura urbana, ou seja, a empresa só fazia isso, ela trabalhava - era uma empresa privada - que fazia infraestrutura urbana e que trabalhava em conjunto com loteadores; ou seja, o cara chegava, mega-empresário, comprava um espaço e fazia o loteamento, contratava a nossa empresa para fazer a infraestrutura. E existia uma lei em vigor na Espanha, que exigia o destino de parte do loteamento à administração pública, ou a convertia zona de interesse social, ao lado de um loteamento independente do padrão. Então, não é utopia achar que uma cidade democrática possa existir, onde se possa haver pessoas de diversas classes num mesmo território, isso não é uma utopia.

**Nathalia:** Essa área aqui, não sei se vocês sabem, é uma área que está amparada pela lei complementar 74, que é a lei que diz o seguinte: essa área é destinada para fins de moradia, para fins sociais. Então a comunidade é legalizada, nós temos o título de posse, que nos dá concessão de uso dessa terra por 99 anos, podendo ser prorrogado por mais 99 anos, então assim, isso é importantíssimo para nós, porque nós recebemos esse direito do Estado, de ocupar a terra, de estar aqui. No meu título está o ano de 1997, mas ele na verdade saiu antes, acho que em 1993. Essa lei complementar é de 2005, que também destina esta área para fins de moradia e fins sociais, e a prefeitura está desapropriando esta área sem apresentar nenhum projeto público (se você vai desapropriar tem que apresentar o porquê): você fez a linha amarela e tirou todas as casas porque é uma obra pública; aqui, até hoje, só houve argumentos e boatos, não há algo concreto, de fato. A nossa prefeitura infelizmente ela não é transparente, ela não

diz o porque está desapropriando, e principalmente uma área que está amparada por essa lei 74, que destina estas terra para fins de moradia, para fins sociais. Então, assim, nós temos dois fatos, duas leis que estão ao nosso favor e, ainda assim, a comunidade está sendo desapropriada. Estamos aqui legalmente. Uma vez saiu uma matéria dizendo que aqui foi uma área ocupada, que aqui foi invasão, mas a gente tem leis que comprovam que isso aqui foi destinado para esse fim. Então, assim, por que a gente tem que sair, por que a gente não pode estar dentro do projeto como é feito em outros países desenvolvidos? Por que não pode ser assim no Brasil?

**Diana:** O argumento da remoção, que as pessoas encham a boca para falar, é que a área é proibida, que é uma ocupação irregular, embora, pra mim, esse argumento continua sendo vazio, porque quem tem que prover infraestrutura básica é a prefeitura, o direito à moradia é assegurado tanto pela nossa Constituição quanto pelos Direitos Humanos, quanto pela ONU, enfim, então não é argumento dizer que tal área não tinha um destino (como justificativa) para se remover, porque as pessoas têm que morar e quem deveria prover moradia era o Estado. Se o Estado já não está provendo, quem está errado é o Estado, não o indivíduo que precisa morar, que é um trabalhador. Então esse argumento já não é válido, mas a partir do momento em que, tirando até essa discussão, vocês tem um lugar que foi destinado para vocês, e a prefeitura não se manifesta para executar a remoção, é muito grave que isso passe despercebido.

**Sandra:** E nós não somos invasores! Na verdade nós construímos essa terra. E essa terra é do Estado, não é da prefeitura, e o Estado nos deu essa terra como a concessão de posse, concessão de uso, que é esse título dado pelo ITERJ nos assegura - a concessão de uso da terra. Ele nos reconhece como donos da terra, nós não somos ocupantes.

**Diana:** É. E por que vocês estão sendo removidos pela Prefeitura, não é?

**Sandra:** O que eles estão fazendo. Esse rio, ele vai acabar. Por quê? Pelo alargamento da pista, essa pista principal, vem o BRT. Então eles vão alinhar esse rio todo e vão fazer o alargamento da pista. Então desapropriaram por decreto as pessoas que estavam nessa facha marginal que eles dizem que vão alargar. As pessoas do em torno da lagoa, do restante, eles moveram uma ação exigindo a remoção por 25 metros da beira da lagoa. Mas isso aí não ficou definido, porque a defensoria contestou, apelou e pediu que fosse reduzido para 15 metros. Com esses 15 metros, as pessoas não precisariam sair dali, apenas perderiam o quintal, perderiam alguma parte da moradia. Esse processo não

chegou a conclusão. O que a prefeitura fez: ela fez um decreto e desapropriou essas pessoas - algumas pessoas da beira da lagoa, daqui dessa rua - alegando que vai passar passarela, estrada... Mas tem o decreto. Tudo isso está em torno. A área mesmo da comunidade, o interior - que eles chamam de miolo -, que é a área de especial interesse social, essa ele não pode demolir, ele não pode ocupar, porque é uma área destinada à moradia. Na verdade ele, com esse decreto, comeu um pedaço dessa área, mas ele tinha justificativa; mas para essa outra área, ele não nenhuma justificativa. Não apresentou nenhum projeto, porque não existe um projeto - é uma área destinada à especulação imobiliária. Isso fica muito claro agora quando o próprio Carvalho Hosken vai aos meios de comunicação e assume isso, colocando inclusive mapa, mostrando a importância... As pessoas que estão saindo eles estão negociando; algumas pessoas que estavam no decreto foram obrigadas.

**Nathalia:** Só para concluir o lance do decreto. Aqui ainda há uma resistência: moradores resistindo, que não querem sair porque sabem dos seus direitos. Isso foi dificultando. Ai a prefeitura colocou esse decreto, a meu ver, foi para pressionar ainda mais porque, esse decreto, quando a... vou tentar explicar assim porque juridicamente, para eu explicar, é um pouquinho mais complicado. Mas assim: se o juiz bate o martelo, você tem que sair da sua casa e ai o valor é estipulado por um perito, e você tem que sair, você é obrigado a sair (por aquele valor que ele estipulou na casa). E ai as pessoas ficaram mais amedrontadas, pois se elas já tinham medo sem decreto, com decreto o medo aumentou. Porque o cara vai vir aqui, vai dar qualquer coisa pela minha casa, eu vou ser obrigado a sair, então, depois desse decreto, a gente observou que ele conseguiu tirar muito mais gente. Óbvio! Principalmente as casas na beira da lagoa, foram os mais amedrontados... o cara vem, não dá nada e eu vou ter que sair de qualquer maneira, porque se ele bater o martelo lá dizendo que eu tenho que sair, eu tenho que sair. Então isso pressionou e muito.

**Sandra:** As pessoas do interior, outras pessoas, também saíram em função disso, com medo de outro decreto... E, na verdade, esse decreto já veio dentro de um processo de terror psicológico que ele vem fazendo desde o início. Antes disso, antes do decreto, ele tirou muita gente. Ele chamou as pessoas, convidou vários moradores para uma reunião no Rio Centro. Então levou muita gente da comunidade, convidou muitos moradores. Chegando lá ele apresentou no Rio Centro um projeto que ele tinha para essa área, no

qual ele teria que, para realizar o projeto dele, essa área, essa área, essa área vai ter que sair - aí mostrou várias áreas, várias ruas que iam passar aqui, e as pessoas teriam que sair para a realização daquele projeto. Ele ao mesmo tempo não está mentindo juridicamente; ele disse que para realização do projeto, as pessoas teriam que sair, não que seriam obrigadas a sair. Mas, na cabeça da população, que tem pouca informação, pouca instrução, enfim, e é amedrontada porque sofre um terror muito grande do governo, do sistema em que vive, então a pessoa ouve aquilo e fala "eu tenho que sair, eu estou na área do projeto do governo". Ela não entende que tem direito de brigar, que não é assim, e por mais que você fale para essa pessoa, ela não confia, porque você é um morador como ela, e é o governo quem está falando. Então, isso tem um peso. Nessa mesma reunião, eles apresentaram o projeto do Parque Carioca. Colocou fotos dos apartamentos, todos terminados, acabadinhos, lindo, maravilhoso, com piscina, com salão pra festas. A nossa ideia (da prefeitura) é que vocês terão a possibilidade de trocar a casa de vocês por este apartamento. Isso encantou um monte de gente. Imagina uma pessoa, que vive em uma casa velha, precária, ruim, com problema de estrutura, e pobre, há muitos anos tentando melhorar essa casa, fazer um quarto pro filho e não consegue. Aí vem o governo e oferece um apartamento com três quartos, dois quartos, acabadinho - você não quer? Muitos aceitaram. Na primeira leva eles tiraram os mais pobres, os menos instruídos, os mais fracos, vamos dizer assim. Tiraram com esses argumentos: primeiro com esse "sonho". Só que, na verdade, eu tenho esse contrato lá em casa, que a pessoa assinava com a Caixa. Peguei a cópia com um dos moradores. E é um contrato assinado entre a Caixa e o morador, em momento nenhum é mencionado o nome da prefeitura, que a prefeitura vai pagar, nada. Então, na verdade, você está trocando a sua casa por um financiamento da Caixa Econômica. Até então dizem que o prefeito está pagando. Eu não sei como essa história vai ficar, se esse elefante vai gritar lá na frente, ou se vai dar certo, se o próximo governo vai continuar, se após as olimpíadas... se depois que a comunidade acabar, aí que os prédios começam a ruir. Eu não sei, o final da história eu não sei; mas eu sei que é uma história cheia de buracos. É uma história muito mal explicada. Que se a prefeitura vai pagar a dívida, se é um apartamento quitado, você só vai receber daqui a dez anos, depois que essa dívida for paga. Se é o governo que está pagando, por que não entrega logo quitado para a pessoa?

**Nathalia:** Eles venderam a ideia de troca: você me dá a chave da sua casa e eu te dou a

chave de uma casa nova - seria essa a troca. Só que, na realidade, não é bem isso, existem outras coisas por traz dessa troca.

**Sandra:** É um contrato do *Minha Casa Minha Vida*, no qual não é mencionado em momento nenhum que a prefeitura vai quitar o seu apartamento, é um acordo verbal isso... Tem gente que diz que está com o nome sujo já por causa de conta; já tem outros dizendo que não estão pagando. Eu não sei. Porque nós estamos aqui nessa luta, lá eu já não sei. Eu sei que trocaram a casa por um financiamento da Caixa, porque esse imóvel só vai ser seu daqui a dez anos. Daqui a dez anos essa prefeitura já não vai ter compromisso nenhum. E se o acordo foi verbal, como é que você vai recorrer, brigar por isso.

**Diana:** Outra coisa: se você tem o título hoje do direito de estar aqui, você tem esse papel na mão e isso não está sendo respeitado, quem garante que depois algum papel será respeitado?

**Sandra:** Exatamente! E a escritura só vai ser entregue daqui a dez anos.

**Diana:** É. E isso já desarticula toda a comunidade. A luta que vocês estão tendo hoje, essa resistência de hoje, enquanto vocês estiverem lutando por uma casa Minha Casa Minha Vida você já não serão mais esse grupo, já vão ter uma outra força.

**Sandra:** Eles já foram pra lá. Quando os problemas começarem de fato a acontecerem, aqui, na cabeça deles, a comunidade já nem existiria mais. Porque assim, eles pensavam que seria muito fácil tirar a Vila Autódromo, porque eles tinham o capital, eles tinham a arma poderosa. "Bom, se tudo não der certo, a gente compra os moradores com dinheiro". Só que isso não está dando certo também. Então a resistência continua, a Vila Autódromo cada vez ganha mais voz. Nós ainda temos aqui quase 200 famílias. Antes era mais de 500. Agora, dessas 200 famílias, muitas estão negociando com a prefeitura. Então eu não sei te dizer, no final desse processo, quantas famílias restarão. Semana passada nós tivemos uma reunião com a presidente do ITERJ. E ela nos garantiu que o ITERJ vai manter o nosso título, que ele vai continuar valendo por uns 200 anos que temos direito, e mesmo que fiquem dez famílias, ou menos que isso, seja quantas ficarem, que o nosso título continuará valendo para essas pessoas. Então nós vamos continuar sim, brigando para ficar, seja por 200, por 100 ou por 5. A terra é nossa! Nós estamos respaldados por lei, eles não tem o direito de acabar com a Vila Autódromo. O



que ele deveria fazer de fato era urbanizar, que é o que viemos brigando esses anos todos, e muitas pessoas inclusive saíram daqui falando isso, falando que iam para um apartamento direitinho, falando que há muitos anos se pede pela urbanização.

**Nathalia:** O mais inacreditável é que eles alegam isso: a gente fala da urbanização e aí eles vêm falar do conjunto habitacional que eles fizeram, como se aquilo fosse a solução dos nossos problemas, como se a gente não quisesse. Só que a pergunta que vem à tona: por que não urbanizou a Vila Autódromo? Por assim, vamos falar do Plano Popular: A UFF e a UFRJ eles fizeram um Plano Popular para Vila Autódromo, junto com o IAB, enfim, então foi feito um projeto; esse Plano ganhou um prêmio internacional. Dentre 170 projetos no Rio de Janeiro, o nosso foi o vencedor. Então esse Plano Popular ele ganhou esse prêmio internacional. Foi feito essa plano, não tinha desculpa para não urbanizar. Eles não quiseram aproveitar o projeto par urbanizar e deram preferência para construir esse parque carioca. O nosso projeto, aqui da comunidade, estava orçado em 14 milhões; o projeto do Parque Carioca saiu em torno de 120 milhões; com as indenizações que já tiveram na comunidade, para quem não quis ir para o Parque Carioca, já está em torno de 100 milhões. O que seria mais viável para os cofres públicos, indenizar a comunidade inteira, com todo mundo aqui com 14 milhões, ou gastar 120 milhões para fazer uma outra área e mais algo em torno de 100 milhões de indenização? Quer dizer, já gastaram mais de 200 e pouco milhões numa coisa em que só se gastaria 14, no máximo 15. Quer dizer, então o negócio é o dinheiro para urbanizar? Não é, né? Esse não é o problema. Já existia o projeto de urbanização quando construíram o Parque Carioca, isso é que indigna ainda mais, porque se já existia algo pronto. Por que não se aproveitou o que já estava pronto, que foi feito por pessoas competentes, capacitadas - não foi qualquer pessoa que elaborou esse projeto. Esse projeto foi elaborado em parceria com a comunidade, vendo as necessidades - eles visavam até essa parte de pessoas que estavam muito na beira da lagoa, que de fato era uma área de risco até pro próprio morador, essa pessoas seriam realocadas dentro da própria comunidade. Tudo isso. Esse projeto é brilhante, tanto que ele ganhou esse prêmio.

**Nathalia:** Aí a gente vê que o interesse aqui é só especulação imobiliária, não tem outra resposta. O que fica nítido pra gente? Tinha a faca e o queijo na mão e ninguém quis fazer. Então, assim, não é um projeto de cidade para incluir o morador, o cidadão que já

habitava aqui. É justamente o oposto: é excluir; manda para qualquer outro lugar.

**Aluna:** Eles visam uma área que pode lucrar, que pode ser atraente para quem tem dinheiro, quem tem condições, e tiram todo mundo que está ali independente de classe, independente de nada.

**Sandra:** Então, fica nítido, fica muito claro que é tirar pessoas pobres, porque não é área de risco, aqui não existe violência, na Vila Autódromo. Aqui não tem tráfico; aqui não tem milícia. Aqui é uma comunidade de história pacífica. O que temos aqui é uma igreja católica, muito fortalecida dentro da comunidade, devido o apoio que ela nos dá, dentro da nossa luta. É isso que nós temos. Oração, trabalhadores, moradia. Tinha outras igrejas também - protestantes -, mas que, infelizmente, negociaram. Então, é isso que nós temos. Uma comunidade de trabalhadores. E é isso que eles não querem: pessoas pobres, como disse o Carvalho Hosken. Vocês vão ver na internet, ele falando descaradamente que isso aqui não é local para pobre morar. Ele pergunta: 'tem cabimento pobre querer morar aqui?'

**Nathalia:** Só que aqui é uma área destinada justamente para fins sociais. Então assim, é destinada para pobres.

**Maria da Penha:** Gente, eu cheguei atrasadinha. Meu nome é Maria da Penha, sou moradora há 23 anos na comunidade, sou mãe dessa abençoada (Natalia). Sejam muito bem vindos! O presidente pode estar presente, ele deu uma saidinha, mas daqui a pouco ele deve estar aqui também. E que vocês possam conhecer a comunidade, dá uma volta, se vocês quiserem, e a gente vai se falando. Eu vou me ausentar de novo, mas depois eu volto. As meninas ficaram de vir. Nós falamos com alguns moradores, gente, é que, assim, dia de semana realmente é complicadinho, porque as pessoas trabalham... A Socorro e a Denise ficaram de vir à tarde. E a Sandrinha ficou de vir, a outra Sandra - também ficou de vir a outra moradora também chamada Sandra -, mas ela ainda não pode estar aqui. Daqui a pouco ela deve estar chegando.

**Sandra:** Deixa eu falar para vocês: a Penha, ela é a pessoa que há muitos anos vem tentando fazer esse trabalho de reciclagem aqui dentro da comunidade. Ela já faz esse trabalho.

**Maria da Penha:** A gente faz mutirão; agora a gente deu uma parada. Teve um período que a gente fazia mutirão toda semana, eu e meu esposo. E aí eu vou reciclando todo

plástico duro, as latinhas, ferro...

**Diana:** A nossa ideia, Penha, é construir alguma coisa em mutirão. Mas isso a gente vai ver. É um semestre da faculdade, que se chama "projeto de extensão comunidade". A nossa ideia é a gente construir alguma coisa que fique em uma área pública, aqui, de vocês, que seja útil para vocês, e a gente vai pensar isso em conjunto. A gente vai construir alguma coisa que fique externo, e que a gente consiga fazer em mutirão com vocês. Mas o dia do mutirão mesmo vai ser num sábado, que a gente chega cedo e fica o dia todo.

**Sandra:** Nós também já estamos fazendo vários mutirões de limpeza. Todo material que é, assim, de reciclagem, já está sendo guardado. Já tem algumas coisas.

**Diana:** Aí vocês estão fazendo limpeza da área externa, do que fica?

**Sandra:** De tudo, é. Se não a comunidade fica suja.

**Maria da Penha:** Os moradores estão indo embora, e o que acontece, vão deixando restos fora...

**Diana:** fica um cenário de guerra.

**Sandra:** E terreno vazio, sempre tem aquele morador que joga lixo.

**Diana:** Então, a gente pode fazer uma coisa legal, que talvez mude um pouco a cara, com pintura. A gente pode tentar ver alguma coisa que mude um pouco a cara de um lugar, assim, um lugar de estar. Não sei, a gente pensa.

**Sandra:** Arte na Vila Autódromo!

**Diana:** É, vamos fazer arte na Vila Autódromo. É só a gente fazer essa intervenção de arte com alguma coisa que mude um pouco a cara, que não fique um cenário de guerra. Podemos fazer alguma coisa nesse sentido.

**Maria da Penha:** Foi como fizemos no mutirão do *Ocupa Vila Autódromo*. O nosso palco improvisado ficou show, porque a ideia era enfeitar, e cada um fez uma coisa e ficou muito legal.

**Diana:** Um palco é uma coisa muito legal!

(...)

7.1.1.4. ANEXO IV. Logo do Museu das Remoções



### 7.1.1.5. ANEXO V. Atividades do Museu

#### Algumas atividades do Museu das Remoções

23/04/2016	Oficina de memória	Vila Autódromo	Oficina para mapear lugares significativos da Vila Autódromo. A partir dessa atividade, os alunos da Anhanguera escolheram as edificações que seriam representadas pelas esculturas da primeira intervenção do museu.
14/05/2016	Construção do Museu das Remoções	Vila Autódromo	Construção das 7 esculturas do Museu das Remoções que representavam os seguintes lotes: 1) Parquinho; 2) Casa da Penha; 3) Casa da Heloisa; 4) Casa da Jane; 5) Ocupa/Casa da Conceição; 6) Igreja; 7) Associação dos Moradores
18/05/2016	Inauguração do Museu das Remoções	Vila Autódromo	Inauguração do Museu das Remoções no Dia Internacional dos Museus, que teve como tema "Museus e Paisagem Cultural". A inauguração teve a presença de moradores e ex-moradores da Vila Autódromo, apoiadores, jornalistas e profissionais da área de museologia.
18/06/2016	Oficinas culturais: literatura e fotografia	Vila Autódromo	Oficinas: 1) Remoções e Literatura: Roda de leitura sobre a representação de remoções nos livros de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Oficeneira: Miriane Peregrino (UFRJ) e Julia almeida (UFES) 2) Câmera Pinhole: Oficina com o Coletivo Fotoexpandida, que atua na Ocupação Vito Giannotti.
02 a 04/08/2016	Museu das Remoções na Jornada de Lutas	IFCS	Participação do Museu na Jornada de Lutas contra os Jogos da Exclusão com: 1) exposição de fotos "Vila por ela mesma", do Luiz Claudio Silva; 2) "Museu das Remoções na Praça": intervenção urbana no Largo de São Francisco ; 3) Roda de leitura "Remoções e Literatura" com a professora Miriane Peregrino (UFRJ)
22/06/2016	Aula Mestrado de Memória Social da UNIRIO	UNIRIO	A convite do PPGMS da UNIRIO, participamos de uma conversa sobre o museu em uma aula do programa: Diana, Mário Chagas e Thainã;
04/10/2016	Aula Museologia noturno da UNIRIO	Museu da República	A convite do Professor Vladimir Sybila participamos de uma conversa na disciplina Museologia, Memória e Sociedade curso Museologia UNIRIO
28/07/2016	Museu da Vida	FioCruz -	Mesa de abertura da exposição "O Rio que se

		Campus Manguinho	queria negar". A favela e o direito à cidade no acervo de Antony Leeds
17/10/2016	Conferência Internacional Habitat 3		Mesa redonda no estande da Plataforma Global do Direito à Cidade
19/10/2016	Foro Social de Resistência Popular	Universidade Central do Equador	Mesa - Lutas Urbanas no Rio de Janeiro
18/10/2016	Encontro com comunidade indígena	Quito, Equador	Encontro com uma comunidade indígena situada no centro de Quito, que luta por se manter na cidade diante das pressões do Mercado Imobiliário.
12/11/2016	FLUPP - A Festa Literária das Periferias	Cidade de Deus	Mesa: Estética das Ocupações
27/11/2016	Reunião com a Comunidade Hípica	Floresta da Tijuca	Apoio na luta contra a remoção e pelo direito à moradia adequada
06/12/2016	Seminário Memória das Olimpíadas: Múltiplos Olhares	Casa de Rui Barbosa	Mesa: Olhares Urbanos a partir dos Movimentos Sociais
08/12/2016	Reunião na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro	Câmara de Vereadores	Reunião na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, realizada pela Comissão Especial com finalidade de acompanhar e denunciar a questão de habitação e direito a moradia adequada na cidade do Rio de Janeiro. Em particular nas comunidades Hípica e Trapicheiros
09/05/2016	Seminário Direito à Cidade - UFF	UFF	<b>Seminário Direito à Cidade, mesa "A luta da comunidade Vila Autódromo como exemplo de resistência à política de Remoções Forçadas", organizado pela Pós-Graduação de Direito da UFF. participantes: Diana Bogado, Regina Bienenstein, Maria da Penha Macena</b>
16/06/2016	Seminário "Fim do ciclo progressista na América Latina? Entre impasses e alternativas constituintes"	Casa de Rui Barbosa	palestra na casa Rui Barbosa (Seminário UERJ). Mesa Cartografias e subjetividades em luta. Seminário "Fim do ciclo progressista na América Latina? Entre impasses e alternativas constituintes"
22/09/2016	Mesa "A experiência do Museu das Remoções"	IFCS	apresentação do museu no IFCS para o Laboratório de Antropologia da Arquitetura e Espaços
15/12/2016	Lançamento do Relatório "Favelas	Casa Pública	Lançamento da Publicação "Favelas na Mídia: Como a Vinda da Imprensa Global na Era dos

	na Mídia", organizado pela ComCat		Megaeventos Transformou a Imagem das Favelas" da ONG COMCAT.Participantes: Raul Santiago do Coletivo Papo Reto, Michel Silva do Jornal Fala Roça e contribuinte ao The Guardian, Sandra Maria da Vila Autódromo, Dom Phillips correspondente do jornal Washington Post durante o período olímpico, e o pesquisador de mídiativismo da University of Tampere / Tampereen yliopisto, Léo Custódio.
25/11/2016	Ocupa PUC-Rio	PUC-Rio	Debate sobre o Museu das Remoções como parte da programação do Ocupa PUC. PARTICIPANTES: Diana Bogado, Luiza de Andrade e Nathalia Macena
23 a 27 de jan /2017	Seminário de Museologia Brasileira	Ecole du Louvre	Parceria da Escola do Louvre com o Ibram. Seminário aborda tendências da museologia social com exemplos de ecomuseus brasileiros como Museu da Maré, Museu Vivo de São Bento, Museu de Favela, Museu da Rocinha-Sankofa, Ecomuseu Nega Vilma, Museu do Horto, Ecomuseu Amigos do Rio Joana, Ecomuseu de Manguinhos e Museu das Remoções. participante: Mario Chagas